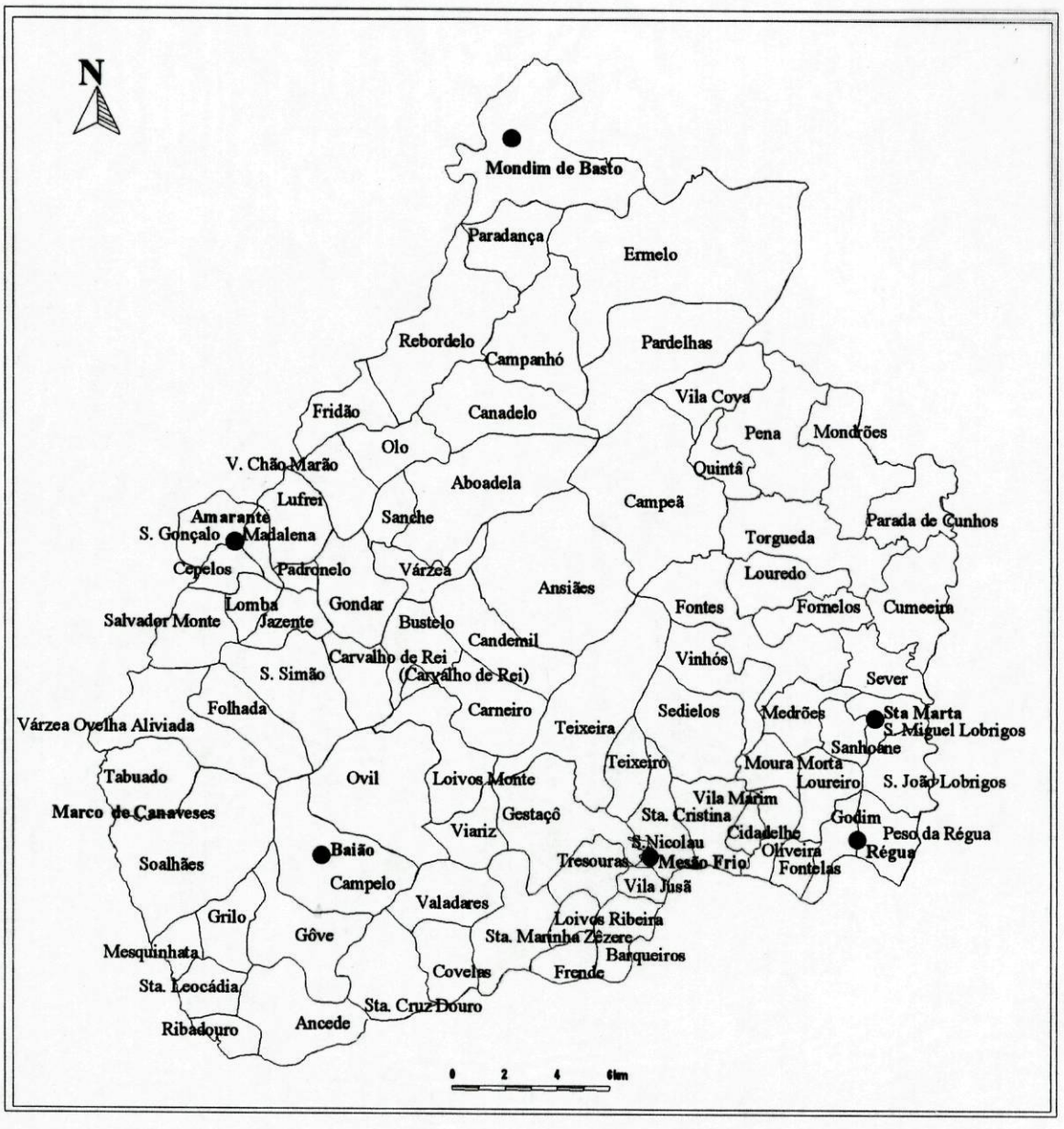
Fantina Maria Santos Tedim de Sousa Pedrosa

# A Serra do Marão

## O Homem, o Meio e as Dinâmicas territoriais

Porto
1999


N
Mondim de Basto
Paradança
Ermelo
Rebordelo
Campanhó
Pardelhas
Vila Cova
Fridão
Canadelo
Pena
Mondrões
Olo
V. Chão-Marão
Quintã
Aboadela
Lufrei
Campeã
Amarante
Sanche
Parada de Cunhos
S. Gonçalo
Madalena
Torgueda
Cepelos
Padronelo
Várzea
Louredo
Ansiães
Lomba
Gondar
Fontes
Fornelos
Cumeeira
Salvador Monte
Jazente
Bustelo
Candemil
Vinhós
Carvalho de Rei
(Carvalho de Rei)
Sever
S. Simão
Folhada
Carneiro
Sedielos
Medrões
Sta Marta
Várzea Ovelha Aliviada
Teixeira
S. Miguel Lobrigos
Sanhoane
Teixeiró
Moura Morta
Tabuado
Ovil
Loivos Monte
Loureiro
S. João Lobrigos
Vila Marim
Marco de Canaveses
Gestaçô
Sta. Cristina
Godim
Viariz
Cidadelhe
Peso da Régua
S. Nicolau
Oliveira
Baião
Tresouras
Mesão Frio
Régua
Soalhães
Fontelas
Campelo
Vila Jusã
Valadares
Grilo
Loivos Ribeira
Gôve
Sta. Marinha Zêzere
Barqueiros
Mesquinhata
Covelas
Frende
Sta. Leocádia
Sta. Cruz Douro
Ancede
Ribadouro
0 2 4 6km

Fantina Maria Santos Tedim de Sousa Pedrosa

# A Serra do Marão

## O Homem, o Meio e as Dinâmicas territoriais

**Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto**

Porto
1999

*À Ana Sofia e ao António José*
*por todo o sofrimento que involuntariamente lhes provoquei e por tudo o que deixamos de fazer.*

# Prefácio

O nosso interesse pelas áreas rurais de montanha remonta à elaboração da Tese de Mestrado, sobre o concelho de Arouca. O despovoamento completo de alguns núcleos populacionais, a riqueza paisagística, os recursos naturais existentes, desde logo nos questionaram sobre o futuro desses territórios que não queríamos ver "morrer". Por isso optamos por considerar não só o Maciço da Gralheira, mas também a Serra do Montemuro e do Marão no intuito de melhor compreender os processos em actuação e os factores explicativos. Em função das opções metodológicas assumidas depressa compreendemos a impossibilidade de abarcar um território tão extenso nesta fase da investigação e condicionalismos diversos levaram-nos a iniciar a investigação pela Serra do Marão.

Optando por conhecer a dinâmica demográfica à micro-escala, defrontamo-nos com dificuldades na obtenção de informação que ultrapassamos através da Consulta dos assentos de nascimento e de óbito nas Conservatórias do Registo Civil. Tarefa demorada que atendendo ao volume de informação manuseada implicou a informatização de toda a recolha de dados efectuada. Depressa tomamos consciência que a estrutura do povoamento se apresentava contrastada e da influência dos instrumentos de planeamento do território sobre a própria sustentabilidade de muitas povoações. Procuramos evidenciar a heterogeneidade da ocupação do solo, que é imprescindível contemplar na perspectiva de definição de estratégias de desenvolvimento rural num contexto de sustentabilidade.

Testaram-se metodologias que, se representaram grande dispêndio de tempo permitiram-nos apreender empiricamente a importância que certos instrumentos, como sejam as imagens de satélite e os sistemas de informação geográfica, têm na análise geográfica do território e para a utilização dos quais não dispúnhamos de formação

prévia. Vencidas as dificuldades, criou-se uma base de dados que permitirá uma maior rapidez e eficácia de execução de posteriores trabalhos. Iniciou-se a constituição de um Sistema de Informação Geográfica para esta área serrana, que sendo continuamente enriquecida com novos elementos permite acompanhar a evolução da organização do território e uma constante acompanhamento das repercussões das medidas de política regional, agrícola e rural. A utilização de imagem de satélite, adquirida através do apoio da Reitoria da Universidade do Porto que muito agradecemos, foi uma peça fundamental na arquitectura deste trabalho que permitiu elaborar cartas de ocupação do solo à escala 1/50 000 e que conjuntamente com informação de carácter social, económico e ambiental permite diferenciar sistemas territoriais. Cada um deles pressupõe medidas específicas adaptadas às especificidades locais.

Condicionalismos diversos não permitiram "queimar" certas etapas e, por conseguinte, avançar mais rápida e aprofundadamente em questões actuais e pertinentes de definição de estratégias de desenvolvimento das áreas rurais. Esta é a linha que consideramos fundamental seguir e, por onde continuaremos a enveredar conscientes da importância do trabalho do geógrafo nesse campo.

A realização deste trabalho de investigação sobre a dinâmica da Serra do Marão só foi possível com a colaboração de várias pessoas a quem expressamos o nosso agradecimento.

À Professora Doutora Rosa Fernanda por ter confiado em nós, pelo apoio sempre manifestado e pela crítica construtiva que sempre realizou e que ajudou a superar os momentos de desânimo por não transpormos as barreiras que pretendíamos.

Ao Professor François Guichard pela disponibilidade sempre demonstrada em discutir as temáticas em estudo e pela análise objectiva que sempre fez.

Ao CENPA, na pessoa do Professor Oliveira Ramos que estabeleceu um protocolo de colaboração com a Comissão de Coordenação da Região Norte que permitiu a utilização do apoio técnico a nível informático.

Aos técnicos disponibilizados pela Comissão de Coordenação da Região Norte cujo apoio informático foi imprescindível, para além, da disponibilidade que sempre manifestaram em responder às nossas solicitações.

À Forestis por ter disponibilizado o seu equipamento técnico sem o qual era impossível fazer a reprodução da cartografia elaborada.

O nosso agradecimento vai ainda para a Dra. Rosa Bizarro que com grande amizade aceitou rever cuidadosamente todo o texto.

Aos proprietários da Casa da Cruz e do Casal de Aboadela, pela colaboração prestada na realização de inquéritos.

Aos Conservadores dos Registos Civis e aos Presidentes de Junta pela simpatia sempre demonstrada.

Por fim um agradecimento muito especial ao António José, à Ana e à restante família, por todo o sofrimento que a nossa ausência provocou e pela colaboração que sempre manifestaram.

# Abreviaturas

**Icj** - Índice conjuntural de fecundidade
**Imf** - Idade média da mãe na altura do parto
**Isf** - Índice sintético de fecundidade
**Isf** - Índice sintético de mortalidade
**Iv** - Índice de envelhecimento
**Rm** - Relação de masculinidade
**PAF** - Programa de Acção Florestal
**PDF** - Programa de Desenvolvimento Florestal
**PDM** - Plano Director Municipal
**TBM** - Taxa Bruta de mortalidade
**TBN** - Taxa bruta de natalidade
**TFG** - Taxa de fecundidade geral

## Programas do PEDAP

**P1**-Acção Florestal
**P2**-Electrificação de explorações agrícolas
**P3**-Caminhos agrícolas e rurais
**P4**-Beneficiação de regadios tradicionais
**P5**-Olivicultura
**P6**-Drenagem e conservação do solo
**P7**-Desenvolvimento agro-pecuário do concelho de Mértola
**P8**-Pequenos regadios individuais
**P9**-Centros de formação profissional de agricultores
**P10**-Centros de formação profissional de técnicos e de investigação agraria
**P11**-Agrupamento de defesa sanitária
**P12**-Produção de sementes
**P13**-Reabilitação de perímetros de rega
**P14**-Novos regadios colectivos
**P15**-Estudos para análise da agricultura portuguesa
**P16**-Escolas profissionais agrícolas
**P17**-Produção de materiais de propagação negativa
**P18**-PROAGRI
**P19**-IDE-D
**P20**-NOVAGRI
**P21**-Regadios para fins múltiplos
**P22**-Artigo 15 dec. Lei 96/87

# RESUMO

O presente trabalho sobre a Serra do Marão, traduz as principais componentes da organização territorial e a dinâmica que lhe está inerente, assim como pretende enquadrar a análise efectuada numa abordagem prospectiva, no intuito de contribuir para a definição de estratégias de desenvolvimento para este espaço serrano.

O corpo fundamental do trabalho está estruturado em quatro partes. Na primeira e segunda parte, procura-se criar um quadro analítico coerente onde se consideram aspectos demográficos, económicos, sociais e físicos, de abordagem fundamental numa óptica de sustentabilidade. Na terceira e quarta parte, avalia-se a importância dos instrumentos de política rural e pretende-se contribuir para a definição de cenários de desenvolvimento.

Ao longo do período censitário (1864 a 1991) a Serra do Marão evidenciou distintos comportamentos geodemográficos. Até 1950 apresentou taxas de crescimento positivas, reflexo do forte crescimento natural, e face à pressão demográfica, revelou-se um "território de partida". De 1950 à actualidade, assiste-se à diminuição do crescimento natural, já não havendo substituição de gerações na maior parte das freguesias. O fenómeno urbano cria mecanismos de " atracção" ou, pelo menos, de "retenção" populacional, intensificando-se a periurbanização na área envolvente das cidades de Amarante e de Vila Real. No entanto, a maior parte da Serra que continua a ser rural, vive um processo de despovoamento mais ou menos intenso que se manifesta até ao presente, mas que tem tendência a abrandar.

A heterogeneidade da Serra do Marão está bem patente na ocupação do solo, sendo possível individualizar três áreas distintas:

- a Região Demarcada do Douro, fundamentalmente agrícola, onde apenas as freguesias que se estendem até à parte serrana evidenciam maior importância das formações herbáceas e florestais;
- a parte norte e noroeste onde a agricultura, se bem que importante na economia de muitas das explorações, ocupa áreas pouco extensas e descontínuas. É o domínio das formações florestais;
- a região da Campeã e a parte ocidental e sudoeste onde a actividade agrícola ocupa grande parte do solo. Os sistemas de cultura são diversificados em função das características climáticas e morfológicas. A floresta apresenta uma composição variada.

Assim, conclui-se que a definição de uma estratégia de desenvolvimento rural para esta área serrana não pode menosprezar a forte heterogeneidade paisagística, pois as componentes floresta e agricultura têm importâncias e funcionalidades bem distintas. Por conseguinte, define-se um zonamento da Serra do Marão em função das potencialidades e dos problemas existentes, considerando-se três sistemas territoriais: 1- Centros urbanos e rurais; 2- Áreas em despovoamento e 3- Biosistemas culturais. A cada um deles devem corresponder estratégias de desenvolvimento distintas.

# ABSTRACT

The aims of this study about the Serra do Marão are on the one hand to present the main components of its spacial organisation and the dynamics that support it and, on the other, to try and put the analysis that has been carried out into a prospective perspective with the objective of contributing to the definition of development strategies for this area.

This study is divided into four parts. The first and the second deal with the establishment of a coherent analysis framework where demographic, economic, social and physical aspects are considered; in fact, they are fundamental in an approach which bears sustainability in mind. In the third and fourth parts there is an evaluation of the importance of the instruments of rural politics, and an attempt is made to contribute to the definition of scenarios for local development.

Between 1864 and 1991 – the dates of the first and the latest censuses – it is possible to find different geodemographic patterns in the Serra do Marão. Till 1950 it had positive growth rates which reflect a strong natural increase; owing to demographic pressure the region turned into an area from which migration movements originated. From 1950 to the present day there has been a decline in the natural increase and there has been no renewal of generations in most of the "freguesias". The towns generate mechanisms of "attraction" or, at least, of "retention" of population, which in turn are responsible for a strong urban development in the peripheral areas of towns such as Amarante and Vila Real. Nevertheless, the greater part of the "serra" goes on being rural and the process of depopulation continues till the present day on a more or less large scale although it seems to be slowing down at the moment.

The heterogeneous character of the Serra do Marão is quite clearly seen in the existing space occupation. Therefore it is possible to consider three different areas:

- the Port wine region (Região Demarcada do Douro), which is essentially agricultural; in this region the thickets and forests have greater importance in the "freguesias" that border on the mountains;
- the northern and northwestern section where agriculture occupies areas which are relatively small and discontinuous even if it is still important in economic terms. It is the region where the forest prevails;
- Campeã and the western and southwestern regions which are predominantly agricultural. The patterns of agricultural practice are different according to the climatic and morphological conditions. The forest consists of many different types of trees.

Conclusion: the definition of a strategy of rural development for this mountainous area cannot afford to forget the strong differences in terms of the economic, social and geomorphological aspects that characterise it, all the more so as the forest and agriculture have different degrees of importance and different functions. Consequently, in this study Serra do Marão was divided into three large areas according to their potentials and existing problems: 1 – urban and rural centres; 2 – areas undergoing depopulation; 3 – cultural biosystems. Diversified strategies of development must be used for each of them.

# RÉSUMÉ

Ce travail sur la "Serra do Marão" présente les principales composantes de l'organisation du territoire et de sa dynamique, tout en insérant l'analyse dans une perspective de prospection, afin de contribuer à la définition de stratégies de développement pour cet espace montagnard.

Le corps de ce travail est structuré en quatre parties. Dans les deux premières nous avons cherché à créer un cadre analytique cohérent où sont pris en considération des aspects démographiques, économiques, sociaux et physiques. Dans les deux dernières, nous évaluons l'importance des instruments de politique rurale et cherchons à contribuer à la définition de schémas de développement.

Entre les recensements de 1864 et 1991, la "Serra do Marão" a présenté différents comportements géodémographiques. Jusqu'en 1950, elle a présenté des taux de croissance positifs, traduisant une forte croissance naturelle, et, face à la pression démographique, elle s'est assumée comme "un territoire de départ". Puis de 1950 jusqu'à nos jours, ilya baisse de la croissance naturelle, les générations ne ce remplaçant plus dans la plupart des "freguesias". Le phénomène urbain crée des mécanismes "d'attirance" ou, du moins, de "rétention" de la population, tandis que s'intensifie la périurbanisation autour des villes d'Amarante et de Vila Real. Néanmoins, la "Serra" continue d'être essentiellement rurale et connaît un mouvement de dépeuplement plus ou moins intensif, qui se manifeste jusqu'à l'actualité, mais qui ralentit tendanciellement.

L' hétérogénéité de la "Serra do Marão" est visible par le biais de l'occupation des sol, ainsi peut-on délimiter trois zones différentes:

- la "Região Demarcada do Douro", fondamentalement agricole, où seules les "freguesias" longeant la "Serra" dénotent une prédominance de zones herbeuses et forestières ;
- la partie nord et nord-ouest, où l'agriculture, bien qu'importante en termes économiques – ilya de nombreuses exploitations-, occupe des zones peu étendues et discontinues. C'est un domaine essentiellement forestier ;
- la zone de la Campeã et la partie occidentale et sud-ouest, où l'activité agricole occupe une grande partie du sol. Les systèmes de culture sont diversifiés, en fonction des caractéristiques du climat et de la morphologie. La forêt présente des aspects très variés.

Aussi pouvons-nous conclure que la définition d'une stratégie de développement rural pour cette zone de montagne ne peut ignorer la forte hétérogénéité du paysage, étant donné que les composantes forêt et agriculture ont des importances et des fonctions bien distinctes. Nous avons donc défini un zonage comprenant trois systèmes de territoire: 1- des centres urbains et ruraux ; 2- des zones en voie de dépeuplement et 3- des biosystèmes de production. À chacun doivent correspondre différents stratégies de développement.

# Introdução

"A bela estrada do Marão, além de Amarante, permite aperceber em pouco tempo um contraste brutal: de um lado o Minho viçoso, do outro Trás-os-Montes, na grandeza austera dos seus planaltos ondulados, dos campos amarelos e cinzentos, despidos e imensos."

*Orlando Ribeiro*
*(Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico)*

# 1 - Os espaços rurais em busca de uma nova identidade

O mundo rural vive um processo de mudança e assiste-se a uma maior complexidade da realidade territorial que suscita o interesse de um número crescente de actores sociais, económicos e políticos. O peso do sector produtivo da agricultura, tanto em termos de emprego como em termos de contribuição para o produto interno bruto, tem vindo a diminuir. A modernização e intensificação dos processos de produção, acompanhados por uma redução da mão-de-obra agrícola, vem cedendo lugar a uma política de aumento de superfície com vista à redução dos custos de produção. Esta mudança permite manter os volumes de produção e reforçar as explorações mais competitivas. A aceleração das transformações agrícolas, devido à internacionalização dos mercados e à reorientação da política agrícola europeia, contribuem para a actualidade do mundo rural.

O espaço rural transforma-se e emergem novas funcionalidades. Qualquer que seja a escala de observação, a heterogeneidade do espaço rural tem tendência a acentuar-se (B. KAYSER, 1993; T. MARSDEN, 1995,1998). Certos espaços deverão a sua prosperidade a uma adequada exploração dos recursos ou à sua situação geográfica, enquanto que outros continuarão num ciclo de pauperização, de perda de recursos humanos e de *déficit* de iniciativas. A evolução dos territórios diferenciar-se-á, cada vez mais, em função da sua posição no contexto do povoamento, dos meios de comunicação, das actividades económicas e da estrutura da rede urbana.

Após um período de êxodo rural que caracterizou todo o mundo ocidental (L. BENDER, 1984), as migrações inter-regionais e internacionais para as áreas urbano -

industriais perdem significado e assiste-se a uma progressiva inversão da tendência para o despovoamento das regiões rurais e, paralelamente, a um rejuvenescimento e a uma diversificação social da população bem como à chegada de um número crescente de neo-rurais. A mobilidade da população intensificou-se, passando a assumir uma forte componente intra-regional com destino aos pequenos centros urbanos, pólos de concentração e diversificação da actividade económica e social.

O renascimento rural associado à desconcentração populacional das cidades foi reconhecido em meados deste século nas sociedades desenvolvidas (B. BERRY, 1976; P. CLOKE, 1978).

Este renascimento rural é para alguns a simples consequência da extensão territorial da urbanização ( E. FOTTORINO, 1989; R. BÉTEILLE, 1994); o acréscimo populacional nos espaços rurais que envolvem os centros urbanos resulta do crescimento económico (B. HERVIEU, 1993). Para outros, ele é fruto de novas dinâmicas económicas e sociais que, segundo intensidades e formas diversas, atingem o espaço rural. Assim, segundo J. RENARD (1997), assiste-se, actualmente, ao retorno aos campos polifuncionais, à imagem do que era o mundo rural antes do êxodo do século XIX e primeira metade do século XX. No entanto, está-se longe da sociedade de então que gravitava económica e socialmente em redor da agricultura. Para os mais cépticos resulta de uma moda neo-rural cujo custo dos transportes e as duras realidades da vida do campo depressa eliminarão (A. BERGER [et al.], 1995).

Sublinhe-se, porém, que este processo não se generaliza a todo o espaço rural. Nos territórios de dominante agrícola que, por razões naturais, estruturais, geográficas, sociais e culturais, não foram capazes de modernizar a sua agricultura e aumentar-lhe a produtividade, nem tão pouco adaptar-se a uma economia aberta ao exterior, a fragilização económica e demográfica é uma realidade. Aí o despovoamento

persiste, o envelhecimento populacional continua a acentuar-se, os agricultores idosos não têm sucessor. Os campos são invadidos pela vegetação espontânea e as habitações e dependências agrícolas entram em ruínas. As actividades não agrícolas entram em decadência por falta de limiares populacionais mínimos que viabilizem o seu funcionamento. Por exemplo, encerram pequenos comércios, por *déficit* de procura e por falta de mão-de-obra para animar essas actividades. A concorrência dos produtos industriais e a atracção exercida pelas grandes superfícies comerciais também contribuem para essa situação. Noutros casos, as exigências do modelo agrícola produtivista levaram ao aumento de dimensão das explorações, à redução da mão-de-obra agrícola e ao completo abandono de povoações.

Na abordagem do mundo rural existem, em simultâneo, dois modelos de análise: um, insistindo sobre a crescente marginalização e o subdesenvolvimento dos campos (R. BÉTEILLE, 1994), e o outro, defendendo o renascimento rural e os novos campos (B. KAYSER, 1993, 1994; P. CLOKE, 1985; C. FERRÁS SEXTO, 1995).

A ruralidade é um conceito dotado de ambiguidades e, ainda, definido, frequentemente de um modo negativo, exprimindo-se como o oposto do espaço urbano. A reflexão sobre o conceito de rural permite constatar a relatividade no tempo e no espaço das representações sociais do rural, do urbano e das relações entre cidade /campo (N. MATHIEU, 1998).

A categoria de rural refere-se ao espaço e ao tempo - o tempo histórico (o lento desaparecimento das sociedades camponesas) e o tempo quotidiano (o da repartição dos valores do trabalho e do tempo livre) (M. MORMONT, 1996). Nem a ruralidade, nem a urbanidade são factos absolutos, porque o conteúdo destes termos varia com o tempo. Esta variação temporal resulta de acontecimentos que provocam mudanças ideológicas, que se manifestam nas diferentes esferas da sociedade. As

representações de ruralidade, que dominam em particular na esfera política e na sociedade civil, influenciam as práticas sociais e as que são específicas aos indivíduos – localização da residência, migrações -, mas também sobre as políticas territoriais - ordenamento do território, políticas de ambiente, localização dos investimentos, dos equipamento e dos serviços - [1](N. MATHIEU, 1998).

Por exemplo, em França, a ruralidade tornou-se sinónimo de paisagem. O rural é assim uma paisagem a conservar, a preservar, porque é património colectivo. O debate sobre o agricultor, *jardineiro da paisagem,* e sobre a agricultura familiar é revalorizado. A agricultura não é pensada como uma actividade de produção, mas como uma actividade de gestão da natureza. Nestas representações dominantes questiona-se se os agricultores que poluem as toalhas freáticas, produzem alimentos à base de hormonas, de antibióticos, de farinhas contaminadas e de plantas geneticamente modificadas são verdadeiros rurais (N. MATHIEU, 1998)[2]. Segundo M. JOLLIVET (1997), a agricultura produtivista não pode ser considerada como uma actividade rural. Por exemplo, na Holanda, só as formas de agricultura durável são consideradas no espaço rural que surge como uma reserva de recursos naturais (água, solo, ar, biodiversidade) que importa preservar.

Segundo J.C. BONTRON (1994), são três as dimensões fundamentais da ruralidade:

- a primeira apoia-se na ideia de uma ruralidade fortemente estruturada pelas actividades agrícolas e pela sociedade camponesa; ela pode ser posta em causa devido

[1] Mas no âmbito das relações entre o nível das representações (o ideal) e o nível dos factos (o real) os factos económicos e as políticas territoriais influenciam as ideologias dominantes e as representações sociais.

[2] A agricultura industrial, produtivista, qualquer que seja a sua forma, deixa de ser considerada como uma actividade "rural". Isto acontece nos Países Baixos, onde só as formas de agricultura *durável* e mais particularmente o que poderia designar-se uma *agricultura de" lazer*" são consideradas como fazendo parte do rural. O mesmo se passa na Grã-Bretanha (M. JOLLIVET, 1997).

não só à diminuição da população agrícola, como também à crescente diversificação de actividades;

- a segunda tem a ver com especificidade do sistema de valores e do modo de vida, identificadores de uma sociedade urbana, que tem vindo a perder significado. Tem-se assistido a uma uniformização progressiva das práticas de consumo e das aspirações dos indivíduos dos meios rurais e urbanos;

- a terceira dimensão identifica os espaços rurais como resultantes de formas particulares de colonização, assente na exploração dos recursos naturais, uso extensivo do território, artificialização reduzida dos solos, fraca densidade populacional, assim como valores fundiários inferiores aos do meio urbano.

Não obstante a diversificação funcional do espaço rural, esta terceira dimensão conserva actualidade pelo que pode continuar-se a falar de espaço rural, mais do que de sociedade rural. Assiste-se a modificações espectaculares nos modos de vida, resultando de novas práticas sociais, de novos meios de comunicação e de circulação, como de novas condicionantes económicas. Crescem as diferenciações entre os indivíduos em função do nível de vida e da idade, pois as pessoas idosas com fracos rendimentos são excluídas desta mobilidade (P. GILLARDOT, 1996).

A ruralidade é pensada não como um facto sociológico (a sociedade camponesa, população agrícola, população não agrícola), mas como um facto físico, uma materialidade provocada por um contexto específico, caracterizado pela presença de "campo", de natureza, mas também de habitat individual, de aldeias e mesmo de casas isoladas (N. MATHIEU, 1998).

Não há uma sociedade rural, no sentido de um conjunto ou de um subconjunto organizado, no sentido de uma "formação sócio-espacial". O que se designa

por sociedade rural é a representação de um grande número de micro-sociedades locais justapostas; daí, a complexidade do espaço rural (B. KAYSER, 1992).

A nova ruralidade (J.-C. BONTRON, 1994) tornou-se um modo de vida e um modo de habitar, onde a casa, a presença da natureza, a convivialidade tingida de carácter local constituem as especificidades e os valores escolhidos (N. MATHIEU, 1996). A ruralidade é diversidade como os meios que reflectem estas diferenças de paisagens, de meio natural, de cultura da natureza e de modos de habitar. (N. MATHIEU, 1998).

Às variações no tempo acrescentam-se as variações no espaço, verificando-se que as representações do rural e do urbano não são as mesmas na Europa (M. JOLLIVET,1997; N. MATHIEU, 1996; M. MORMONT, 1996). A sociedade rural actual é diversificada e os agricultores já não são o grupo social dominante. Emergem novos actores sociais e novos valores. Os neo-rurais reflectem um processo de redescoberta do campo e de valorização simbólica de valores que se identificam com o espaço rural: a natureza e os recursos naturais. Nesta perspectiva, o mundo rural transforma-se num "bem de consumo" numa óptica de subordinação à lógica urbana. J. GOUTHIER sublinha que o futuro dos "campos" está ligado aos projectos e estratégias dos citadinos e ao interesse que eles revelam pelo espaço rural.

Se é certo que as questões do ambiente emergem das sociedades urbanas e mais industrializadas e não resultam de questões colocadas pelas populações rurais a propósito do seu desenvolvimento (M. MORMONT, 1994), o ambiente pode contribuir para que os espaços rurais readquiram uma nova identidade e constituam um "valor indispensável" ao futuro da sociedade.

O mundo rural manifesta a vontade de ser reconhecido como uma forma moderna de organização social e de ser plenamente integrado no processo global de

desenvolvimento. Não obstante a metropolização e a mundialização, a problemática rural ganha ascendente nas reflexões prospectivas sobre o ordenamento do território. Assim, apesar da transformação das paisagens, das práticas agrícolas, dos núcleos de povoamento, do quantitativo e da estrutura da população, o meio rural reforça-se e valoriza-se. Está em construção uma nova ruralidade. Os espaços de vida assumem uma outra dimensão e contribuem para favorecer a integração progressiva do rural e do urbano. Deste modo, é de todo impossível opôr cidades e campos, pois não existem campos vivos sem cidades dinâmicas, pelo que importa organizar o território em redor dos núcleos urbanos, com os urbanos e não contra eles (R. CHAPUIS, 1996; A. BERGER [et al.], 1995; A. COPUS [et al.], 1996).

A ocorrência de tendências opostas no espaço rural leva a pensar nos critérios de identificação do rural e na natureza dos indicadores utilizados para a sua caracterização. Entre outros autores, A. BERGER e J. ROUZIER (1995) referem que a definição por um limite quantitativo, para além do qual as unidades territoriais seleccionadas[3] deixam de ser rurais, tem por consequência uma modificação no tempo da dimensão espacial do espaço rural e do espaço urbano. A diferença é de importância considerável e as imagens do rural que procedem deste simples jogo de definição podem ser perfeitamente contraditórias. À variação dos limites do espaço rural junta-se o impacto da escolha do período de análise. A unidade de referência espacial tem necessariamente influência sobre a percepção da evolução demográfica.

Qualquer que seja a metodologia de abordagem do espaço rural, ela deve corresponder a uma complexificação crescente do mecanismo de funcionamento destes espaços. A população tem um lugar privilegiado na análise das dinâmicas rurais. A

[3] No caso referido as "communes" francesas.

evolução da população rural inscreve-se num processo geral de redistribuição da força de trabalho nos diferentes sectores de actividade, de reestruturação do aparelho produtivo, de evolução dos comportamentos residenciais, de valorização de novos recursos. Estes processos afectam o território com ritmos diferentes (B. KAYSER, 1993; J.-C. BONTRON, 1993). Contudo, os recenseamentos gerais da população não permitem apreender a complexidade da demografia rural, nomeadamente migrações e os movimentos periódicos e diários. A própria periodicidade dos recenseamentos não se coaduna com a rapidez das transformações económicas e sociais, nem com a necessidade de delinear políticas e fazer a sua monitorização.

A evolução global da população é um instrumento grosseiro de avaliação da dinâmica de um território. É fundamental considerar outros indicadores, como sejam a estrutura etária, a importância dos activos agrícolas, a capacidade de emprego local, a taxa de desemprego, a taxa de mobilidade e a estrutura das famílias. Tendo em conta as mutações em curso - novos usos do espaço, transformações da agricultura, desenvolvimento dos transportes e das comunicações, a dissociação entre o domicílio e o local de trabalho, novos padrões de localização de emprego - a análise deve combinar vários factores, a produção, o espaço, os homens e os actores colectivos para assim permitir evidenciar novas representações do mundo rural.

Compreender as mudanças em curso dominando as diferentes componentes, é indispensável para definir convenientemente as políticas de ordenamento do território.

Ao conceito de formação sócio-espacial presente em Geografia (DI MEO, 1990) e que faz repousar o espaço objectivo ou objectivado sob três modalidades de construção: modalidade político-administrativa, modalidade geoeconómica e social, contrapõe-se a perspectiva territorial desenvolvida desde à alguns anos em economia espacial. A partir de V. THIREAU (1993), uma dimensão suplementar será retida na

análise dos espaços rurais em recomposição, o "espaço actor" (A. BERGER [et al.], 1995). Nesta óptica, o território é assemelhado a um conjunto complexo susceptível de ser analisado a partir de quatro campos: a produção, o espaço, os homens e os actores colectivos que aí se encontram reunidos. Para além das estruturações sócio-económicas, a atenção será colocada sobre as interdependências que unem os conjuntos enunciados e as relações que se estabelecem entre o território e o ambiente. A abordagem económica numa concepção limitada do termo corresponde às diferentes componentes produtivas localizadas no território: a actividade agrícola e todas as outras actividades de produção, as prestações de serviços à população e às empresas implantadas no território. Os homens são analisados não só individualmente, mas também através da unidade família pelas implicações que esta tem a nível de emprego e de opções pelo local de residência. O espaço considerado como uma construção social detém um papel central entre os determinantes da localização dos homens e das suas actividades. Ele é também um factor de discriminação entre os diferentes territórios, revelando-se como um factor de atracção ou de repulsão. A descentralização, enquadrada ou não numa estrutura de regionalização, conferiu às colectividades locais competências que até então eram da exclusiva responsabilidade do poder central. As interacções entre as diferentes componentes do território, assim como as trocas estabelecidas com o exterior serão os indicadores que permitem uma abordagem suficientemente ampla para conhecer a múltipla realidade das dinâmicas dos espaços rurais. Interdependências e relações podem ser duas fontes de sinergias (H. JAYET, 1993) e, portanto, capazes de desempenhar funções explicativas na dinâmica dos diferentes territórios.

É difícil fazer uma leitura objectiva do palimpsesto territorial porque é preciso dissociar as diferentes marcas sucessivas do tempo e as diversas texturas sobrepostas no espaço. Com efeito, num mesmo momento, inscrevem-se num dado lugar

sinais que revelam acções territoriais, desenvolvidas nas escalas local, regional, nacional e mundial. É, pois, dominando, em simultâneo, o tempo e o espaço que uma análise das dinâmicas no presente pode permitir reconhecer a imagem dos campos de amanhã (A. CHAUVET, 1992). Este mesmo autor considera que a leitura do território pode ser feita utilizando três tipos de estratégias:

- **as estratégias de povoamento** que transformam os lugares e as paisagens. O território é uma extensão da superficie da terra ocupada e construída por um grupo humano segundo estratégias que se exprimem concretamente nos lugares e nas paisagens. A ocupação do território e as estratégias de repartição dos solos permite concluir que os novos modelos agro-técnicos conduzem a uma redução da SAU[4] em proveito de espaços de circulação, de armazenamento e de lazer. O "campo" tornou-se um recurso para o qual se desenvolvem estratégias de regulação. O território também se expressa por paisagens cujas componentes naturais são mais ou menos modificadas pelo homem. Estas paisagens aparecem como um conjunto de recursos a valorizar e a proteger. Os "campos" de amanhã serão a imagem dos processos de artificialização em construção no presente. As actuais escolhas, muitas vezes difíceis entre a agricultura produtivista e biológica, entre emparcelamento e protecção paisagística, entre arroteamento e arborização, repercutir-se-ão no futuro. Nas estratégias actuais, procura-se uma rentabilidade imediata, mas para este autor é fundamental encarar a longo prazo o valor patrimonial: património natural - águas, florestas, rios -, património cultural - casa, socalcos...;

- **as estratégias de equipamento** que modelam as redes e os centros - é a partir do momento em que uma sociedade enceta uma obra de estruturação dos lugares

[4] Superfície Agrícola Útil

que o espaço terrestre se torna um verdadeiro território. A organização manifesta-se por estratégias de distribuição de equipamentos e a polarização exprime-se por estratégias de hierarquização dos centros que são os nós das múltiplas redes de comunicações. A noção de "centro" em meio rural é caracterizada pela presença de uma série de equipamentos susceptíveis de satisfazer as relações correntes de trocas e de serviços da população rural. Surge, por vezes, como um pólo de inovação cujo raio de influência se estende para além da área coberta pelo comércio e serviços locais;

- **as estratégias de enquadramento** que adaptam as divisões tradicionais aos novos espaços vividos. A territorialidade exprime-se pela organização e a polarização dos lugares habitados e realiza-se plenamente quando a sociedade delimita o seu espaço e o identifica: o território torna-se então uma circunscrição reconhecida que é preciso gerir e um espaço vivido marcado por símbolos. As estratégias de enquadramento traduzem o projecto social que é aplicado a um espaço organizado pelo povoamento e, quer sejam de decisão ou de gestão, devem exercer-se conjuntamente às escalas local, regional e nacional. É importante reter que o espaço rural é afectado por medidas económicas e políticas a diferentes escalas que se impõe considerar nos projectos de desenvolvimento; o espaço vivido abre-se completamente para o exterior, não se fechando em territórios isolados.

A identificação de um território faz-se cada vez menos pelo reconhecimento de um limite ou de uma fronteira, mas pela constituição de uma rede de relações. A simbolização do território não se faz mais pela criação de conjuntos homogéneos, mas traduz-se, actualmente, por um conjunto heterogéneo de núcleos aos quais se associam sistemas de valores e de interesses particulares, a serem escolhidos pelos indivíduos. O território não se constrói mais no quadro de um espaço que se apropria ou se delimita mas no quadro de uma rede onde cada um se reconhece. Os "campos" de amanhã já não

serão, portanto, compostos de pequenas colectividades territoriais, semelhantes umas às outras, mas retalhos de lugares de produção, de trocas, de serviços, de lugares suficientemente heterogéneos para responder às necessidades variadas dos habitantes (A. CHAUVET, 1992).

No intuito de sistematizar a heterogeneidade do espaço rural, os geógrafos e os sociólogos têm criado tipologias do espaço rural, que procuram dar respostas às solicitações dos poderes públicos na procura de definição de políticas de ordenamento do território e de desenvolvimento. Estas delimitações supõem que as fronteiras dos sistemas económicos rurais sejam estabelecidos a partir das suas características organizacional e funcional (A. LE ROY, 1997). Várias tentativas têm sido feitas para simplificar e conceptualizar esta diversidade (B. KAYSER, 1992; CE, 1992; OCDE, 1993, 1994; A. COPUS [et al.], 1996). Se para alguns autores (OCDE, 1993, 1994), a densidade populacional é o parâmetro eleito, para outros, o critério demográfico é insuficiente para delimitar os espaços rurais "renascentes", sendo a criação de empregos *in situ* uma questão fundamental (J-P, DIRY, 1996; R. BÉTEILLE, 1994). Atendendo à complexidade crescente do espaço rural, há autores que recorrem a análises multivariadas de indicadores sócio - económicos (N. WALFORD e A. HOCKEY, 1991).

B. KAYSER (1990) propõe uma classificação do espaço rural em quatro categorias:

- a *coroa periurbana* onde os processos de urbanização desvalorizam a agricultura e a sociedade rural;

- o *espaço agrícola* produtivo, dominado por explorações empresariais;

- o *espaço rural profundo* empobrecido, marginalizado, onde a agricultura apresenta baixa produtividade;

- o espaço com implantação de actividades de serviço urbano, que o animam, mas que originam perturbações de ordem diversa.

N. MATHIEU (1982) considera: espaços de integração antiga, espaços integrados por substituição de funções, espaços produtivos dependentes do mercado, mas sem estruturas capitalista, espaços marginalizados e espaços abandonados improdutivos e em desertificação.

F. BEL e F. PERNET (1990) distinguem três tipos dominantes: uma dinâmica industrial e urbana que origina as coroas periurbanas, uma dinâmica agro-industrial, produzindo áreas de produção agrícola especializada e uma dinâmica de marginalização definindo o espaço residual.

A OCDE (1993)[5] propôs uma tipologia que se baseia na distância dos

---

[5] No Programa de desenvolvimento rural lançado pela OCDE, fez parte integrante o Projecto dos Indicadores Rurais, que não procura substituir as definições adoptadas por cada país, as quais em muitos casos estarão melhor adaptadas às necessidades das políticas rurais de cada país membro, mas tão só criar uma base comum para que possam ser conhecidas a intensidade e diversidade dos problemas rurais e, assim, contribuir para a definição de estratégias de resolução dos mesmos. O sistema por eles adoptado cobre toda a extensão do território de cada país e não somente a sua parte rural; distingue dois níveis hierárquicos no plano geográfico; utiliza critérios de classificação simples e fáceis de compreender. Na perspectiva puramente rural, há boas razões para empregar toda a extensão do território. A análise rural apoia-se na possibilidade de descrever as diferenças e as relações entre as áreas rurais e as outras. O sistema de divisão territorial assenta em dois níveis hierárquicos. O nível local e o nível regional que, no caso do nosso país, correspondem, respectivamente, aos concelhos e aos agrupamentos de concelhos. Em relação aos critérios de classificação, adoptados no referido trabalho, a densidade populacional constitui o critério mais pertinente e mais prático pois reflecte os modos de povoamento. Contudo, para distinguir as comunidades rurais das urbanas não basta escolher um critério de classificação, mas também fixar um limite quantitativo que foi o de 150 hab/km$^2$. As regiões compreendem habitualmente comunidades rurais e urbanas pelo que estas foram classificadas em três categorias: *essencialmente rurais, relativamente rurais, essencialmente urbanizadas*. O critério utilizado para estabelecer esta tipologia foi a proporção da população da região residindo nas comunidades rurais. Os limites adoptados foram: *essencialmente rurais*, mais de 50% da população habita em comunidades rurais; nas *relativamente rurais*, a população rural varia entre 15 e 50% e, nas *essencialmente urbanizadas*, menos de 15% da população é rural.

espaços rurais relativamente às áreas urbanas, não apenas na perspectiva geográfica, mas, sobretudo do ponto de vista económico, a qual sistematiza a diversidade do espaço rural em três tipos:

- os espaços rurais integrados, que se localizam muitas vezes próximos de um centro urbano e oferecem empregos qualificados e diversificados;

- os espaços intermédios, que geralmente se desenvolvem a partir de um sector agrícola próspero e de actividades que lhe estão associadas. A estrutura económica destes espaços diversificou-se pela crescente expressão de actividades industriais, do comércio, do turismo e de outros serviços. Embora com uma densidade populacional fraca, mantêm-se estáveis do ponto de vista demográfico;

- os espaços marginais, com densidade populacional muito fraca, índice de envelhecimento elevado. A sua economia assenta na agricultura, artesanato e serviços básicos; a acessibilidade às áreas urbanas é fraca.

C. CAVACO (1993) considera os campos periurbanos e urbanos, campos intermédios e campos em via de despovoamento e abandono.

Em todos estes casos, valoriza-se por um lado a relação de dependência entre espaço rural e agrícola e, por outro, entre o espaço rural e o espaço urbano. As suas análises limitam-se a descrever as singularidades do mundo rural, excluindo do campo de análise o funcionamento global dos sistemas económicos especializados (A. LE ROY, 1997). Autores como G. DUBY (1985) ou J.C. BONTRON (1989) apresentam análises inovadoras ao integrar de uma forma mais ou menos explícita a complexidade e a diversidade do mundo rural a partir do modo como se estrutura o espaço.

De facto, G. DUBY (1985) põe em causa a dicotomia cidade - campo. Sem contestar que subsistem diferenças entre os modos de vida urbana e rural, o referido autor pensa que entre as populações das grandes metrópoles e das pequenas aldeias sucede-se uma continuidade de comportamentos que se caracterizam mais por analogias do que por oposições. O conceito de *continuum* permite tratar a complexidade das sociedades rurais que podem evoluir com ritmos diferentes. Os núcleos de povoamento rurais podem permanecer como tal no plano da localização, mas tornar-se funcionalmente urbanos, o que levou B. BERRY (1976) a falar da *civilização urbana sem cidade* porque os citadinos instruídos, trabalhadores independentes ou reformados procuram um ambiente rural de qualidade.

Num trabalho dirigido por J.C. BONTRON (1989), conclui-se que à sociedade rural enraizada no lugar, fortemente organizada em torno da actividade agrícola, sucede uma sociedade mais aberta para o exterior, diversa na sua composição sócio-profissional e nos seus modos de reprodução, heterogénea quanto às suas relações com o espaço. O ritmo destas transformações depende da abertura da economia ao exterior e do desenvolvimento da função residencial.

Embora as classificações sejam distintas, pois resultam de perspectivas e contextos teóricos diferentes, elas permitem evidenciar espaços rurais periféricos, periurbanos e, entre eles, áreas intermédias. Obviamente que o contexto territorial que cada uma destas áreas assume depende dos parâmetros utilizados na sua definição.

Nos territórios rurais mais próximos das grandes aglomerações, a expansão urbanística coloca o problema da transformação dos usos do solo, de ocupação desordenada do espaço e de fragilização dos equilíbrios ecológicos.

Naqueles mais afastados dos núcleos urbanos e das "bolsas" de emprego, a fraca diversificação do tecido económico continua a não permitir a fixação da população e muito menos tornar esse espaço atractivo. O reforço das acessibilidades e uma maior mobilidade da população tornou menos frágil o equilíbrio demográfico.

Nos territórios rurais periféricos, marginalizados, em que o despovoamento e o abandono das terras persiste, as possibilidades de diversificação económica no contexto actual da economia não permite antever alterações significativas a curto prazo. A propósito do território francês, B. KAYSER (1994) refere que centenas de aldeias serão abandonadas durante os próximos anos. No nosso país, multiplicam-se os exemplos de aldeias completamente despovoadas (C. CAVACO, 1994; J. ALMEIDA [et al.], 1994).

A noção de periférico não é fácil de quantificar. No sentido de o conseguir, P. GILLARDOT (1996) utilizou quatro critérios: densidade populacional inferior à média regional, a variação negativa da população, crescimento natural negativo, diminuição do número de residências habituais. Na opinião de A. COPUS e J. CRABTREE (1996) o melhor método de o fazer é utilizar o modelo gravitacional como foi desenvolvido por David Keeble (D. KEEBLE [et al.], 1982; D. OWENS [et al.], 1983). Este autor criou um indicador quantitativo de *periferia* que A. COPUS e J. CRABTREE (1996), aplicam à Escócia de forma que, a partir do zonamento definido, pudessem avaliar a sustentabilidade das áreas rurais periféricas escocesas. Utilizaram uma matriz de sustentabilidade sócio-económica composta por vários parâmetros no âmbito da população, actividade económica e cultura, integrados em três dimensões: Estrutura, Performance e Dependência. Na dimensão ***Estrutura,*** utiliza densidade populacional, estrutura etária, estrutura do emprego, taxa de desemprego, representatividade do sector primário, presença de minorias culturais e identidade

***Performance,*** recorre à dinâmica populacional, movimentos migratórios, dinâmica empresarial; na dimensão ***Dependência,*** considera a dependência da agricultura face aos subsídios, apoio nacional e internacional para o desenvolvimento de infra-estruturas, dependência dos serviços baseada em transferência das regiões mais prósperas. Estas três dimensões estão intimamente interrelacionadas e interdependentes. Uma pequena Performance é frequentemente influenciada por deficiências estruturais da economia local e a resposta política pode resultar na "cultura de dependência" nas transferências públicas. Uma Estrutura e Performance favoráveis podem não indicar sustentabilidade se estiverem fundadas sobre fortes apoios públicos.

As várias tentativas que têm sido feitas para simplificar e conceptualizar a heterogeneidade do espaço rural são fundamentais na abordagem da sustentabilidade das áreas rurais. O conceito de sustentabilidade pode ser utilizado em sentidos diferentes. Pode referir-se às consequências ambientais do desenvolvimento e, por outro lado, ao tempo de duração das acções de desenvolvimento. Uma economia sustentada é aquela que é capaz de responder às necessidades de uma população com uma adequada qualidade de vida a longo prazo sem requerer transferências substanciais das regiões mais prósperas (quer através da política regional, quer através das finanças locais). A sustentabilidade dos territórios rurais é influenciada pela estrutura urbana, pois é nos pólos urbanos que se têm concentrado os equipamentos, os serviços e os empregos.

A aplicação sócio-cultural do conceito tem a ver com o uso ambiental o que se relaciona com a igualdade entre gerações e diz respeito a um capital cultural que é valioso e deve ser transmitido de geração em geração, sem ser diminuído. No sentido demográfico mais restrito, sustentabilidade refere-se à capacidade de uma população se reproduzir ela própria e manter uma estrutura equilibrada. (A. COPUS, J. CRABTREE, 1996).

A aposta na questão ambiental leva a valorizar de uma forma crescente temas como a gestão da água, dos solos e da paisagem. A questão do ambiente modificou a definição de ruralidade (M. JOLLIVET, 1997). Pouco a pouco, a legitimidade da agricultura define-se , não pela produção de alimentos, mas sim pela sua capacidade em conservar uma paisagem, um meio natural, um território (N. MATHIEU, 1998). Esta dinâmica de ambiente coloca um novo desafio aos investigadores em ciências sociais: o de recolocar a natureza na teoria da sociedade (N. CROIX, 1992).

Pode concluir-se que a coesão social e económica dos territórios está cada vez mais dependente das relações funcionais entre o espaço urbano e rural, não numa lógica de subordinação do primeiro relativamente ao segundo, mas sim numa perspectiva de complementaridade. O papel do geógrafo é de repensar o sistema espacial do mundo rural, com novos pólos, novos fluxos, novos territórios, para uma melhor repartição das actividades, um melhor serviço às populações (P. GILLARDOT, 1996) e valorização do ambiente.

# 2 - A Serra do Marão: um espaço, um tema em questão

## 2.1 - Apresentação da temática e delimitação da área de estudo

Num contexto de economia de escala, de fortes níveis de produtividade, de internacionalização da economia, de competitividade dos mercados, as áreas montanhosas de vertente fundamentalmente agro-florestal apresentam-se à partida fortemente desfavorecidas. Aos constrangimentos de natureza física, sobrepõem-se a sua desvalorização económica e a perda de vitalidade em recursos humanos.

O mundo rural está em crise. No entanto, os territórios rurais de montanha não terão necessariamente de "morrer", embora também não possam apenas sobreviver de apoios exógenos de fraca vitalidade e de reduzida "esperança de vida". Conscientes da amplitude alcançada pelos complexos processos de abandono dos campos, em particular das regiões do interior do continente, com os seus múltiplos problemas de degradação do ambiente e da paisagem, abandono do património construído, perda de recursos endógenos, empobrecimento e risco de sectores produtivos, morte da vida local e, com ela, desaparecimento de culturas e identidades, procuram-se respostas para contrariar êxodos, reanimar e vivificar lugares e aldeias já totalmente abandonadas ou em vias de o serem a curto e a médio prazo (C. CAVACO, 1994).

Neste cenário sombrio e limitado o renascimento é uma visão multifacetada que não é fácil perseguir sem conhecer as condições físicas e humanas desses territórios. É neste contexto que se pretende intervir. A partir de um espaço de montanha procura-se conhecer a complexidade territorial e definir cenários de sustentabilidade, mas tendo

como base o maior nível de pormenorização territorial possível: a freguesia ou mesmo o lugar.

O interesse pela organização territorial das áreas montanhosas surgiu quando da preparação da Dissertação para a obtenção do grau de Mestre subordinada à temática: *Concelho de Arouca. Contributo para o conhecimento dos contrastes espaciais*. Nesse município, onde *grosso modo* se definiram três áreas distintas, a que integrava a Serra da Freita foi a que mais interesse suscitou. Foram diversas as razões que para isso contribuíram: o património natural, histórico e arquitectónico de enorme valor, mas desvalorizado e mesmo ultrajado; o despovoamento e o abandono completo de povoações outrora focos de vitalidade económica e social, a desvalorização da "cultura rural" pela inevitável aculturação de imagens simbólicas da urbanidade.

Desde logo, pensou-se realizar um trabalho de investigação que comparasse a dinâmica territorial das Serras da Gralheira, Montemuro, Marão e Alvão, evidenciasse os processos actuantes e definisse estratégias de desenvolvimento sustentável dessas áreas montanhosas. Atendendo à metodologia delineada, imediatamente se tomou consciência da vastidão do espaço seleccionado e da morosidade do trabalho de recolha de alguns dos dados que se pretendia utilizar e que não estavam informatizados. Por conseguinte, iniciou-se este projecto pela análise da dinâmica territorial da Serra do Marão (Fig. 1), cujas características fundamentais se traduzem neste trabalho.

O Marão faz parte de um conjunto de serras que tradicionalmente são vistas como um todo: o alinhamento montanhoso que separa o Minho de Trás-os-Montes. Este conjunto constitui, pela sua altitude assim como pela sua morfologia, um obstáculo que determina uma transformação mais ou menos rápida do carácter atlântico das paisagens pelo que normalmente é apelidado de barreira de condensação. Deste modo, a Serra do Marão insere-se num dos locais de maior precipitação do país e, ao

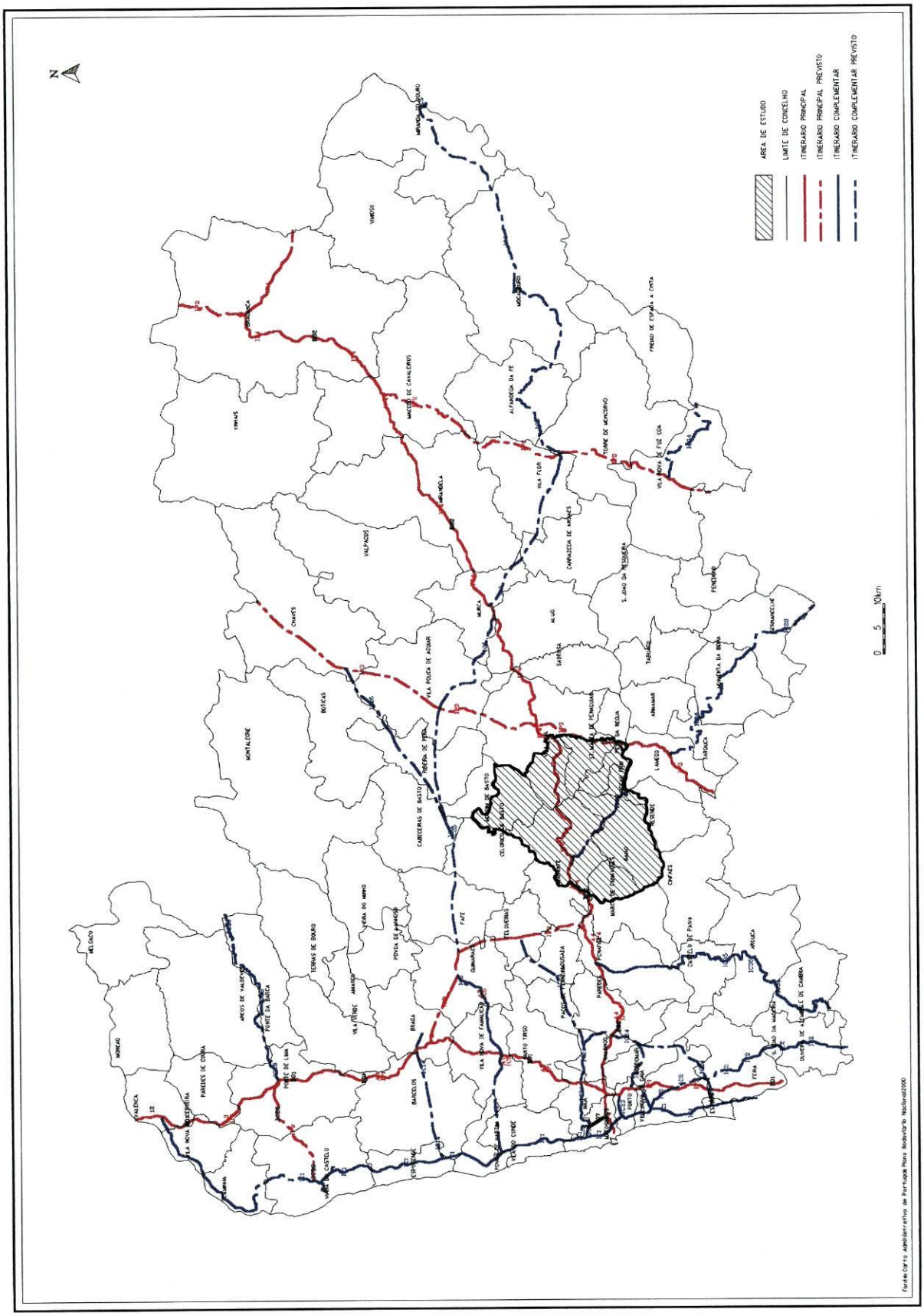



**Fig.1- Localização da Serra do Marão**

mesmo tempo, numa das áreas de maiores contrastes no que se refere à distribuição das temperaturas, o que lhe confere uma particular individualidade entre as diversas serras portuguesas.

As áreas de montanha sempre suscitaram o interesse dos geógrafos. Basta relembrar as obras de A. GIRÃO e O. RIBEIRO publicadas ao longo dos anos quarenta e cinquenta. Aí se abordam, entre outras, questões como o povoamento e a actividade agro-pastoril. Por exemplo, no seu trabalho sobre o pastoreio na Serra da Estrela[6], O. RIBEIRO, em jeito de síntese, compara o significado geográfico do pastoreio desse espaço serrano com o de outras serras portuguesas, mas não faz qualquer referência à Serra do Marão. Já o mesmo não acontece no seu trabalho *Montanhas pastoris de Portugal - Tentativa de representação cartográfica* (1951), onde a cartografia existente permite caracterizar o perfil pastoril da Serra do Marão, embora não mereça referência particular no texto.

Na obra *Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro*, J. DIAS (1949) apresenta algumas características da Serra do Marão, particularizando a ocupação do solo na depressão da Campeã, que considera perfeitamente definida tanto do ponto de vista físico, como do ponto de vista humano. Noutro trabalho também integrado no Congresso Internacional de Geografia de Lisboa, refere que "os rebanhos da Serra da Estrela vão pastar no vale do Douro estendendo-se não só até às vertentes do Marão como também ao Pinhão e Tua".

A depressão da Campeã mereceu também o interesse de Mª. COSTA (1959) que realizou um estudo monográfico sobre a Veiga da Campeã. F. PEDROSA

[6] Publicado em 1941.

(1995), relendo a identidade desta "região", analisa a dinâmica demográfica e apresenta algumas alterações na estrutura produtiva.

Numa obra fundamental, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, O. RIBEIRO (1963) refere, embora muito sinteticamente, que a Serra do Marão é efectivamente um espaço de transição entre o Minho e Trás-os-Montes, onde a paisagem se carrega de tons severos, cinzentos, acastanhados.

Num artigo apresentado ao IV Colóquio Ibérico de Geografia, R. SILVA (1986) evidencia alguns dos problemas que impediam o desenvolvimento da agricultura no Noroeste, apresentando algumas soluções. Aí podem ser encontradas informações sobre as realidades da Serra do Marão. Já noutro artigo publicado no mesmo ano, a referida autora debruça-se sobre metodologias de investigação em Geografia Rural, mas a área que serviu de base a esta reflexão não integra a Serra do Marão. A problemática do ordenamento dos espaços rurais de montanha também está subjacente num artigo da mesma autora (R. SILVA, 1985) sobre a aldeia da Várzea, no Gerês.

Salientem-se alguns estudos monográficos sobre freguesias da Serra do Marão (Mª COSTA-1959; E. MADEIRA-1969; NUNES; P. 1970; A. AFONSO-1971; Mª GRÁCIO – 1974; F. GUICHARD-1980) com informações acerca da demografia, da emigração e da estrutura económica.

Para além dos já citados, convém mencionar, ainda, três trabalhos, dos quais dois fazem referência a áreas integradas na Serra do Marão. F. GUICHARD (1992) no seu estudo sobre a organização territorial do Norte de Portugal várias vezes alude à área do Marão, onde salienta diferenças de estrutura fundiária; J. ARROTEIA (1986) analisa a evolução e a estrutura demográfica no concelho de Peso da Régua, referindo os factores explicativos das realidades encontradas. Num trabalho publicado em 1986, B. MARQUES aborda as questões de povoamento no Norte de Portugal e

evidencia as dificuldades em fazerem-se estudos evolutivos do povoamento, em áreas em que este é disperso. Entre os exemplos que apresenta, utiliza um índice de dispersão que aplica à freguesia de Carvalho de Rei (Concelho de Amarante), localizada na Serra da Aboboreira.

Sobre a Região Demarcada do Douro existe elevada bibliografia já que o *vinho do Porto* é, sem dúvida, um dos vinhos mais humanizados que existem. Desde o trabalho heróico e obstinado do homem para a plantação da vinha, ao carinhoso acompanhamento e educação durante o seu longo envelhecimento, a presença do homem está sempre viva (J. ROSAS, 1990). De facto, as condições morfológicas, geológicas e climáticas imprimem um cunho muito particular a esta região, sendo da conjugação destes factores e da acção do homem que nasceu este vinho generoso.

Desta forma, muitos autores se têm debruçado sobre o estudo e evolução da mais antiga Região Demarcada. Assim, J. DIONÍSIO (1973), no seu trabalho *Alto Douro ignoto,* fez uma análise da paisagem e do povoamento do vale do Douro. P. LEMA (1980) no seu trabalho[7]sobre o Alto Douro estrutura as principais temáticas para compreender a organização territorial dessa região. J. SANTOS (1961), fez uma análise das características climáticas e geológicas mais importantes da área produtora do *vinho do Porto*, sendo também de salientar uma tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Toulouse por G. PEREIRA, (1932) intitulada *Les vignobles au Portugal: étude géographique,* onde se analisa toda a problemática sócio-económica da evolução da produção deste vinho. H. PINA (1995,1998), em vários trabalhos, analisa a estrutura agrária da Região Demarcada do Douro.

[7] Projecto de investigação apresentado à Faculdade de Letras de Lisboa para o doutoramento em Geografia Humana.

Pode-se ainda salientar mais uma série de estudos particularmente interessantes ligados às condições climáticas e/ou geológicas que se fizeram sobre a Região Demarcada do Douro; no entanto, referem-se apenas alguns estudos que se prendem com as questões ligadas às técnicas de cultura da vinha já que estas podem ter implicações ambientais importantes e mesmo repercussões sócio-demográficas e económicas assinaláveis. Destaque-se o trabalho de F. BIANCHI-DE-AGUIAR (1987), em que analisa com pormenor a problemática da cultura da vinha em encostas de forte declive, também já tratada por A. MOLDÃO [et al.], (1978/79) quando aborda as questões da mecanização da cultura da vinha nesta região demarcada. Contributos também importantes para a análise deste tipo de problemas são dados pelos estudos de M. CUNHA (1991), C. ROSA, (1981), J. ROSAS, (1990), R. FÉLIX (1984), J. ALMEIDA, (1990), A. FONSECA [et al.] (1991), H. PINA (1998).

Também A. PEDROSA (1994) faz uma apresentação das diferentes técnicas utilizadas na cultura da vinha e das suas principais implicações no perfil e declive das vertentes. As técnicas foram evoluindo ao longo da história da região e procuram responder, por um lado, às condições naturais desta região das quais se salienta os fortes declives das vertentes, as características litológicas e os problemas de erosão e, por outro, às necessidades do homem, vistas numa perspectiva económica ou de modernização técnica. Algumas resultam da experiência de séculos, enquanto que outras começam a ser implantadas devido à necessidade imperiosa de melhorar as condições de trabalho e de rentabilizar os investimentos que obviamente têm que ser feitos. Estas últimas levantam ainda diversos tipos de problemas nomeadamente no que se refere à rendibilização dos investimentos, à sua adaptação aos meios técnicos existentes, à qualidade do produto final e, também, aos problemas erosivos que suscitam.

Todo o processo de utilização de novas técnicas, tendo em vista a redução de custos através da implementação da mecanização, terá de ser acompanhado de uma especialização da mão de obra, da manutenção da qualidade do produto e, ainda, do controle dos processos erosivos, por vezes, violentos, que podem pôr em risco os investimentos realizados e as condições ambientais para a prática deste tipo de cultura. Não se esqueça que o Vinho do Porto é resultante de uma íntima associação da natureza com um enorme esforço e amor humano a que se juntam hoje os desenvolvimentos técnicos, nomeadamente no campo de selecção de espécies e na vinificação. Acrescente-se o valor patrimonial da paisagem duriense que justifica uma acção própria de conservação dos socalcos do Douro, integrados nas medidas agro-ambientais.

A Serra do Marão não tem suscitado muita atenção por parte dos geógrafos[8]. A bibliografia geográfica específica é escassa. Em 1993, surgiu o primeiro estudo de Geomorfologia sobre o Marão (A . PEDROSA), onde é analisada a influência da actividade agro-pastoril e florestal na dinâmica do meio físico. Este aspecto é fundamental numa óptica de conservação ambiental e, por conseguinte, de sustentabilidade deste espaço serrano.

A maior parte dos estudos geográficos sobre áreas montanhosas referem-se às serras da Estrela, do Gerês ou mesmo do Montemuro. Para além dos já referidos, pode ainda salientar-se os trabalhos de C. MEDEIROS (1976, 1981, 1988), na área de montanha do Norte da Beira, onde o autor analisou as estruturas agrárias a

[8] Existem estudos interessantes sobre a flora da Serra do Marão: GRAVATO, A M. (1959) - Adaptação de algumas espécies florestais na Serra do Marão, *Agros*, Lisboa, XLII, 5, pp. 633-644; SILVA, A . R. Pinto da *et al.* (1958)- First account of the limestone flora and vegetation of North-Western Portugal, *Bol. Soc. Brot.* , Alcobaça, 2ª série, 32, pp. 287-296; POLUNIN, O. (1973)-*Flowers of South-West Europe, a field guide*, London, Oxford University Press.

diferenciação do povoamento, referindo, nomeadamente, as actividades da população e a influência da chegada da estrada.

Também S. DAVEAU (s/d) estudou a organização do povoamento da Serra da Estrela entre 1527 e 1960, salientando o carácter periférico do mesmo.

G. COUDÉ-GAUSSEN (1988), sobre as Serras da Peneda e do Gerês, refere que estas, em função de numerosos aspectos da geografia física e humana, se integram no domínio da "média montanha atlântica". Na opinião da autora não é possível compreender a geografia do habitat rural - permanente ou temporário - e o aproveitamento destas serras senão em função de uma adaptação do homem ao potencial agro-pastoril dos solos e dos mantos de alteração subjacentes. A actividade extractiva[9] marcou presença, mas o mesmo não aconteceu com as indústrias de transformação. Uma das diferenças económicas essenciais entre as "médias montanhas atlânticas" e as "médias montanhas" da Europa Central reside na ausência desta tradição artesanal e industrial.

I. MEDEIROS (1988) estudou os sistemas pastoris na Serra da Peneda, cuja singularidade evidenciou, também referindo como a lei nº 1971 de 15 de Junho de 1938, que determinou o aproveitamento florestal dos baldios, gerou desequilíbrios nas componentes do sistema de produção.

Pela proximidade geográfica e pela temática, importa referir o trabalho de R. BLACK (1992) sobre o desenvolvimento agrícola nas montanhas portuguesas que versa especificamente sobre a Serra do Alvão. O autor, depois de apresentar um esboço geográfico e histórico desta área, analisa as relações entre a crise agrícola e os

[9] A autora refere as minas de Carris, no Gerês que forneceram volfrâmio até 1957.

processos de emigração, a intervenção do Estado e a marginalização dos pequenos produtores. Conclui, apresentando várias opções para a política agrária quer nesta área quer noutras regiões da periferia da Europa.

Se o interesse dos geógrafos pelos espaços serranos não é recente, a consciencialização por parte dos políticos portugueses da necessidade de definir estratégias de ordenamento adaptadas a estas áreas está, ainda, em emergência[10], enquanto que, noutros países europeus, conta já com um longo passado[11]. A própria União Europeia desde há muito que reconhece a especificidade das áreas montanhosas pois, ao definir as *zonas desfavorecidas,* o que remonta a 1975 (Directiva 75/268), engloba as *zonas de montanha*[12]. Estas são definidas com base em factores físicos[13], que condicionam de uma forma considerável as possibilidades de utilização das terras e um acréscimo importante do custo dos trabalhos:

---

[10] Adoptou-se a legislação comunitária.

[11] Basta citar-se como exemplo a França. Em 1961, o decreto-lei 61-650 de 23 de Junho delimita como zona de montanha o território das "communes" que têm pelo menos 80% da sua superfície a uma altitude superior a 600 m, ou nas quais o desnível entre os limites altimétricos inferior e superior da área agrícola não é inferior a 400m, podendo também ser classificadas como áreas de montanha as "communes" que, embora não respondam aos critérios anteriormente definidos, tenham uma economia muito ligada à das que satisfazem os critérios mencionados. A delimitação administrativa da zona de montanha foi ampliada várias vezes: em 1962, 1974, 1976 e em 1986. Todavia, em 1985, a "loi montagne" relativa ao desenvolvimento e à protecção da montanha, modificou esta definição. Ela classificou como zona de montanha as "communes" ou parte delas segundo três critérios: um ligado às condições climáticas devidas à altitude (nenhum limite altitudinal é definido); um outro ligado aos limites impostos à agricultura devido aos declives das vertentes; ou a combinação das duas condições anteriores. Este quadro legislativo é bem evidenciador das preocupações com as especificidades das áreas de montanha, o que não significa eficácia de gestão. Já em Espanha, a Lei da Montanha existente resulta da integração da Directiva Comunitária 268/75 na legislação deste país. A Lei 25/1982 de 30 de Junho pretende possibilitar o desenvolvimento social e económico destas zonas, dedicando uma especial atenção aos aspectos agrários, à manutenção do povoamento e à conservação ambiental. Os critérios para delimitar as zonas de montanha foram fixados por esta lei e pelos Reais decretos 2.164/84 e 1.083/86 e são os seguintes: mais de 80% das altitudes superiores a 1000 metros, declive médio superior a 20% ou diferença entre a altitude máxima e mínima de pelo menos 400 metros.

[12] Esta directiva no art.º 3 define que "as zonas agrícolas desfavorecidas compreendem as zonas de montanha nas quais a actividade agrícola é necessária a fim de salvaguardar o espaço natural, nomeadamente por razões de protecção contra a erosão ou para responder a necessidades em matéria de lazeres, bem como outras zonas onde a manutenção de um mínimo de povoamento ou a manutenção do espaço natural não estão assegurados"

[13] Os limites destas condicionantes variam de país para país.

- a altitude que leva à existência de condições climáticas muito difíceis, nomeadamente encurtando de forma significativa o período vegetativo;

- os fortes declives que, mesmo em altitudes baixas, tornam a mecanização impossível ou, então, obrigam à utilização de um equipamento particular muito oneroso;

- a combinação dos dois factores anteriores, quando a importância do *handicap* resultante de cada um deles tomado separadamente é menos acentuada; neste caso, o handicap resultante desta combinação deve ser equivalente ao que deriva das duas situações anteriores.

Ao definir a Serra do Marão como área de investigação, importa questionar a sua delimitação. O critério mais simples, mas nem por isso menos eficaz, é definir como montanha o que está acima de um determinado limite altitudinal[14].

O gradiente altitudinal influencia a duração do período vegetativo, a ocorrência de geadas, a queda de neve, a intensidade e ritmo dos ventos e, consequentemente, a ocupação agro-florestal da montanha e os próprios recursos naturais. A organização do relevo também pode provocar a ocorrência de condições micro-climáticas que nem sempre são conhecidas devido à fraca densidade de estações metereológicas. Cada maciço montanhoso tem a sua própria definição com limites que podem diferir segundo o objecto de estudo. A própria disposição do relevo oferece outras particularidades. Uma depressão inserida no maciço montanhoso, mesmo a baixa altitude dificilmente pode ser separada do seu ambiente montanhoso ( P. ESTIENNE, 1988).

---

[14] "Na metade setentrional de Portugal, acima de 700-800 metros, a natureza e a economia definem um mundo diferente das terras baixas: a *serra* ou *montanha*, que se opõe a ribeira e terra chã e, dum modo geral, ao *campo* e à complexidade dos seus modos de vida rural. (...) A montanha define-se menos pelo relevo e pela altitude do que pela decorrente modificação do clima e pelas restrições ou ajustamentos que ela impõe à economia " (O. RIBEIRO *et al.*, 1951).

Se a altitude é importante, os declives são fundamentais pelas consequências sobre a utilização das vertentes, pela intensificação dos processos erosivos e pela formação do próprio solo. Na delimitação da Serra do Marão, utilizou-se não apenas critérios altitudinais, mas também geomorfológicos: vales de cursos de água principais, litologia e tectónica.

O limite da área de estudo coincide a Este com o rio Corgo e a Sul com o rio Douro, pois, em termos morfológicos, os vales destes rios separam unidades distintas. Assim, na margem esquerda do primeiro, inicia-se o relevo planáltico característico de Trás-os-Montes, enquanto na margem esquerda do rio Douro se desenvolvem já as vertentes da Serra do Montemuro.

O rio Tâmega define o limite Noroeste da Serra do Marão. De facto o troço compreendido entre a foz do rio Cabril (município de Mondim de Basto) e a foz do rio Ovelha (município de Marco de Canaveses) é o limite morfológico desta Serra.

Uma falha importante de direcção NW-SE que alinha vários cursos de água, nomeadamente o rio Douro e um seu afluente da margem direita, e, ainda, a ribeira de Juncal e o Rio de Galinhas define o limite sudoeste. Inclui-se na área de estudo a Serra da Aboboreira, porque tradicionalmente as populações desta área se identificam com o Marão[15], o que não acontece com as populações da Serra do Alvão.

Da conjugação de diversos factores de ordem litológica, estrutural e morfológica, o limite Norte pode fazer-se coincidir praticamente com os limites dos xistos do Devónico Inferior que, geomorfologicamente, também separam a Serra do Marão do Monte da Senhora da Graça.

[15] A própria Região de Turismo da Serra do Marão, considera a Serra da Aboboreira como parte integrante da sua área de intervenção.

O limite Nordeste far-se-á pelo contacto geológico entre as rochas metassedimentares e o granito sin-tectónico do maciço compósito de Vila Real, seguindo-se, a partir de Picoto Alto até ao rio Corgo, uma falha de direcção NW-SE que possui alguma importância geomorfológica já que alinha alguns cursos de água cujos vales fazem a separação natural entre a Serra do Marão e a do Alvão.

Os limites referidos coincidem com elementos estruturais geológicos ou geomorfológicos importantes; no entanto, dado que, no presente trabalho, se tem de utilizar limites administrativos precisos, foi necessário uma adaptação. O ajuste destas duas componentes levou a que a área definida como Serra do Marão abrangesse 82 freguesias distribuídas por oito concelhos (Fig. 2). Destes, apenas Baião e Mesão Frio estão totalmente integrados. Os municípios de Amarante, Marco de Canaveses, Mondim de Basto, Peso da Régua, Sta. Marta de Penaguião e Vila Real só parcialmente fazem parte da Serra do Marão. Por esta razão, na análise efectuada, optou-se por utilizar o termo agrupamento para designar o conjunto de freguesias, integradas na área de estudo, pertencentes ao mesmo concelho[16].

A Serra do Marão é um território de contrastes físicos com nítidas implicações na ocupação do solo. Constituída por rochas do Maciço Antigo, apresenta uma estrutura particularmente complexa, quer em termos estratigráficos, quer em termos tectónicos, ficando a sua originalidade geológica a dever-se à presença de

---

[16] Agrupamento de Baião – constituído por todas as freguesias do concelho de Baião;
Agrupamento de Mesão Frio - constituído por todas as freguesias do concelho de Mesão Frio;
Agrupamento de Amarante - constituído pelas 22 freguesias da margem esquerda do Tâmega e, ainda, por S, Gonçalo, porque esta freguesia está integrada na cidade de Amarante que se desenvolve também pelas freguesias de Madalena e Cepelos;
Agrupamento de Marco de Canaveses - foram integradas 4 freguesias deste concelho;
Agrupamento de Mondim de Basto - foram integradas 5 freguesias do concelho de Mondim de Basto;
Agrupamento de Peso da Régua - foram integradas 7 freguesias do concelho de Peso da Régua;
Agrupamento de Sta Marta de Penaguião - formado por 9 freguesias deste concelho;
Agrupamento de Vila Real - constituído por 7 freguesias do concelho de Vila Real. No decorrer do trabalho, só se utilizará o termo concelho sempre que os valores se refiram ao conjunto de todas as freguesias que constituem essa unidade administrativa.

afloramentos de terrenos ordovícicos e silúricos, que contactam, a leste, com o complexo xisto-grauváquico ante-Ordovícico e, a Oeste, com os granitos porfiróides da mancha de Ansiães (A . RIBEIRO *et al.*, 1962).

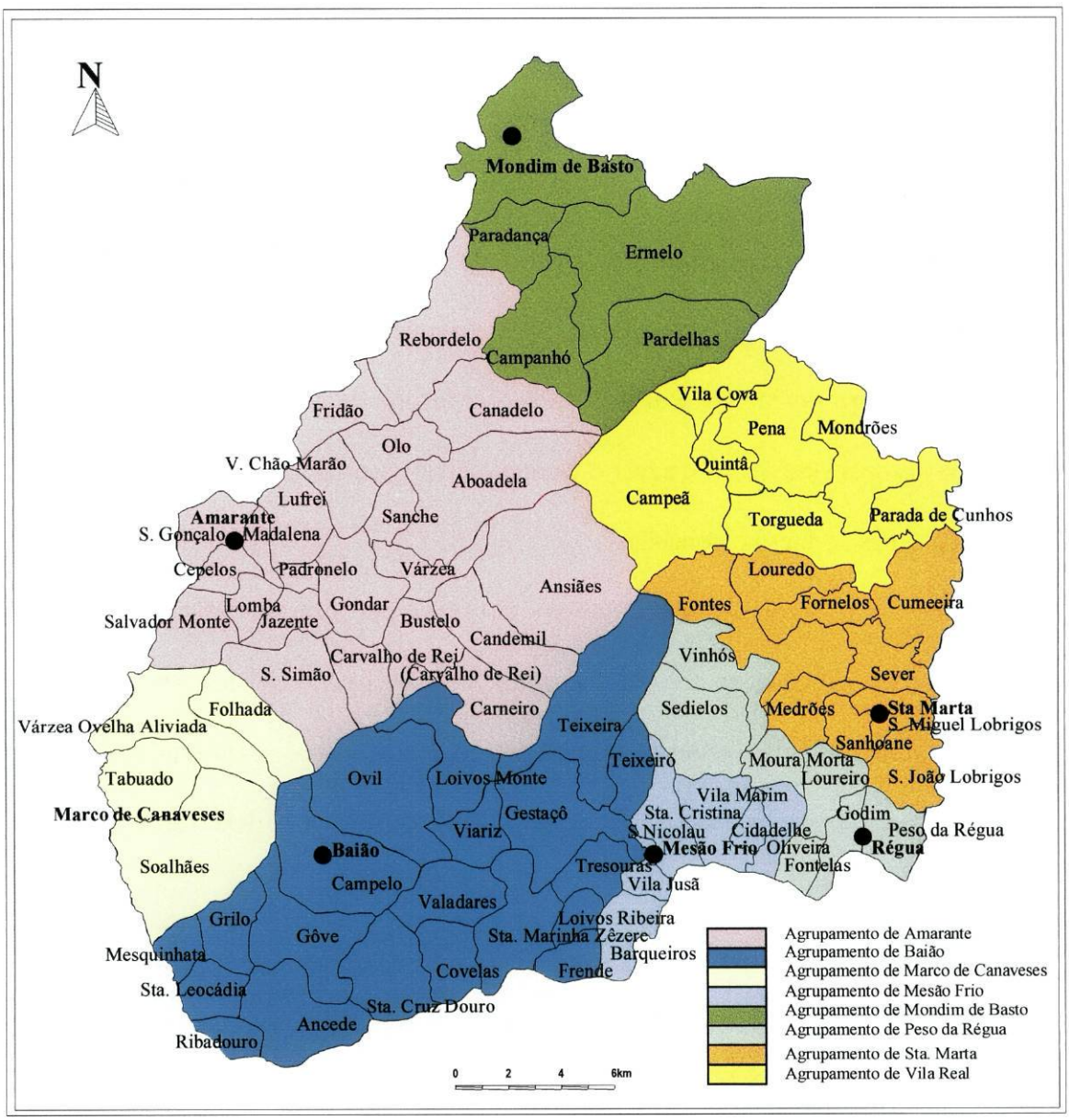



**Fig. 2- Divisão administrativa da Serra do Marão**

Nas áreas graníticas surgem alvéolos que, pelas suas características morfológicas, o homem soube aproveitar em seu benefício. Os mais importantes são os de Aboadela, Várzea, Ovil, Rio de Galinhas e Padronelo. Os fundos destas depressões, para além de apresentarem declives fracos, factor favorável para a prática da agricultura, caracterizam-se também por possuírem solos profundos resultantes do facto de o granito se encontrar mais alterado e, ainda, da acumulação de materiais aluvionares que acabam por os enriquecer. Por outro lado, os fracos declives também facilitam a utilização da água para rega, o que levou o homem a construir complexos sistemas de irrigação com o objectivo de aumentar a produtividade. Também as vertentes que definem estas depressões apresentam algumas características morfológicas que o homem, com o seu engenho e arte, soube aproveitar. Nas vertentes côncavas, o homem, para evitar a degradação dos solos com as suas práticas agrícolas, construiu socalcos nestas vertentes, muitas vezes, de reduzidas dimensões.

Outro tipo de rochas muito comuns na área de estudo são os xistos. Pela dureza que normalmente apresentam, mostram-se importantes em termos geomorfológicos, sendo de destacar as corneanas, pela resistência aos agentes erosivos. Os xistos não são responsáveis por nenhuma forma particular nesta área. As depressões que se encontram nestas rochas são de origem tectónica.

A depressão da Campeã é a que apresenta maior dimensão e se localiza a altitudes mais elevadas, acima de 700 metros. Destacam-se, ainda, as depressões de Peso da Régua e Veiga.

É em vertentes quartzíticas que se encontram os declives mais fortes, onde a inexistência de solo não permite qualquer utilização agrícola, nem florestal.

As características geológicas justificam que a actividade mineira tenha tido uma importância relevante para esta área. De facto, até à década de sessenta, existiu

um número elevado de explorações mineiras relacionadas com a extracção de diversos tipos de minérios (ferro, volfrâmio, estanho) para a utilização com fins industriais. A exploração de volfrâmio deu-se especialmente na altura da II Guerra Mundial, mas teve um interesse económico reduzido. A exploração de jazidas ferralíferas verificou-se, ao longo de várias décadas, e pode destacar-se as que ocorreram em Vila Cova do Marão, Facuca e, ainda, Ferraria, Marão e Freitas. Apesar de actualmente a sua exploração se encontrar completamente desactivada, são, ainda, visíveis na paisagem vestígios dessa importante actividade económica que se verificou na Serra do Marão: escombreiras de origem antrópica, materiais relacionados com a lavagem e tratamento do minério, construções abandonadas, minas...

Os calcários cristalinos localizados próximos da povoação de Campanhó foram explorados durante anos pela Coorcop, para fabrico de cal que servia fundamentalmente para a correcção de terras agrícolas, mas que foi desactivada em 1990.

Actualmente funcionam apenas:

- a exploração de xistos ardosíferos landeilianos, próximo de Mascoselo (freguesia de Vila Cova) cuja utilização está praticamente toda vocacionada para a construção civil;
- a exploração, junto às antigas minas de magnetite de Vila Cova, dos quartzíticos ordovícicos e metagrauvaques para a produção de *brita* utilizada na construção de estradas;
- a extracção de granitos para a construção civil na área de Mondim de Basto e de areias graníticas resultantes dos mantos de alteração na área de Várzea (Amarante).

A estrutura geológica vai reflectir-se duma forma directa nas características dos solos, o que acaba por ser fundamental para explicar, compreender e condicionar muitas das opções para esta área.

Nas áreas de xisto e quartzitos muitas vezes aflora a rocha à superfície ou, então, o solo apresenta-se esquelético ou pouco profundo dado que estas rochas são pouco susceptíveis à actuação dos actuais processos de alteração química e, mesmo, mecânica. Apenas nas vertentes regularizadas por depósitos herdados de um passado recente (A. PEDROSA, 1993) se verifica o desenvolvimento de solos mais profundos, aproveitados para utilização florestal ou, mesmo, para a agricultura. Mas nem todos os vestígios relacionados com a evolução das vertentes apresentam este tipo de características pois, por exemplo, as escombreiras de gravidade, pela dimensão dos materiais que as compõem e pelo próprio dinamismo que ainda hoje apresentam, não permitem a formação do solo e, consequentemente, impedem o não desenvolvimento da vegetação (A. PEDROSA, 1991, 1993, 1994).

Os solos predominantes são os Leptossolos úmbricos. Nas áreas de xisto, caracterizam-se por apresentarem um horizonte A com 10-30 cm, franco ou franco-limoso, frequentemente húmico, com representação média em todo o território com declives superiores a 3-5%. Nas áreas de granito, apresentam um horizonte A com 10 - 30 cm, arenoso-franco ou franco-arenoso, frequentemente húmico, estando representado em praticamente toda a área, associado, muitas vezes, a afloramentos rochosos.

Podem surgir ainda Antrossolos áricos terrácicos úmbricos que, pela actividade humana, sofreram uma modificação profunda ou soterramento dos horizontes originais do solo através de remoção ou perturbação dos horizontes

superficiais, cortes ou escavações, adições seculares de materiais orgânicos, rega contínua e duradoura.

No que se refere à sua aptidão pode referir-se que, na generalidade, apresentam uma aptidão condicionada para a prática da agricultura já que só em áreas muito restritas surgem com aptidão elevada como, por exemplo, na depressão da Régua, relacionados com o rio Douro. Quando não possuem aptidão agrícola, foram geralmente classificados com aptidão para exploração florestal ou pastagem natural. Casos há que foram classificados sem qualquer tipo de apetência.

A observação das cartas dos solos e da aptidão da terra[17], evidencia que a aptidão dos solos, mais do que as suas características pedológicas, se encontra relacionados com a altitude e com os declives. Quando a altitude é elevada e os declives fortes, os solos são classificados como sem aptidão ou, então, apenas com aptidão florestal marginal.

Apenas 11% da área em estudo tem altitude inferior a 200 metros (Quadro I). Em cerca de 279,9 $Km^2$, a Serra do Marão apresenta altitudes superiores a 600 metros. É, no entanto, reduzida a parte deste maciço montanhoso situado a mais de 1000 metros ( 37,2 $Km^2$ - 5,1%).

Vila Real é o único agrupamento que possui mais de 65% da sua área localizada acima dos 600 metros. Os outros agrupamentos que se lhe seguem são Baião (42,3%) e Mondim de Basto (41%). Todos os restantes apresentam um valor inferior ao obtido na generalidade para a área de estudo, destacando-se Sta. Marta de Penaguião, Mesão Frio e Marco de Canaveses, com valores inferiores a 25%.

[17] As referentes ao nordeste foram elaboradas pela Universidade de Trás-os-montes e Alto Douro, enquanto que as do Noroeste são da responsabilidade da Direcção Regional de Agricultura de Entre - Douro e Minho. Foram elaboradas na escala 1:100 000.

Para além das altitudes, também os declives são um factor físico que funciona como uma forte condicionante, já que 44,5% da área da Serra do Marão apresenta declives muito fortes (>18°), dos quais 8% são superiores a 30° (Quadro II).

Pelo contrário, os declives inferiores a 8° são muito pouco significativos visto que ocorrem em apenas 16,4% da área de estudo.

Nos agrupamentos de Sta. Marta de Penaguião (65%), Mondim de Basto (57,9%), Mesão Frio (54,9%) e Peso da Régua (50,9%) as duas classes de declives mais

**Quadro I[18]**

**Importância das diferentes classes de altitude na Serra do Marão**

| Agrupamentos | < 200 | | 200-400 | | 400-600 | | 600-800 | | 800-1000 | | 1000-1200 | | >1200 | | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | VA (Km²) | % | VA (Km²) | % | VA (Km²) | % | VA (Km²) | % | VA (Km²) | % | VA (Km²) | % | VA (Km²) | % | (Km²) |
| AMARANTE | 28,4 | 14,4 | 62,1 | 31,4 | 38,8 | 19,6 | 34,3 | 17,4 | 21,8 | 11,0 | 10,1 | 5,1 | 2,1 | 1,0 | 197,5 |
| BAIÃO | 12,9 | 7,5 | 34,1 | 19,7 | 52,8 | 30,5 | 44,7 | 25,8 | 20,0 | 11,5 | 6,0 | 3,5 | 2,6 | 1,5 | 173,1 |
| MARCO DE CANAVESES | 14,1 | 25,6 | 19,9 | 36,1 | 11,3 | 20,6 | 8,2 | 14,9 | 1,5 | 2,8 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 55,1 |
| MESÃO FRIO | 5,9 | 22,8 | 12,1 | 46,8 | 4,7 | 18,3 | 1,8 | 6,9 | 1,3 | 5,0 | 0,0 | 0,2 | 0,0 | 0,0 | 25,9 |
| MONDIM DE BASTO | 5,5 | 5,7 | 27,2 | 28,2 | 24,3 | 25,1 | 19,1 | 19,7 | 13,9 | 14,3 | 5,7 | 5,9 | 1,1 | 1,1 | 96,6 |
| PESO DA RÉGUA | 9,2 | 21,3 | 8,8 | 20,4 | 11,9 | 27,5 | 6,3 | 14,7 | 3,9 | 9,0 | 2,4 | 5,6 | 0,7 | 1,6 | 43,2 |
| Sta MARTA DE PENAGUIÃO | 5,9 | 9,2 | 28,2 | 43,5 | 17,7 | 27,2 | 8,5 | 13,1 | 2,3 | 3,5 | 1,4 | 2,2 | 0,9 | 1,4 | 64,9 |
| VILA REAL | 0,0 | 0,0 | 1,2 | 1,5 | 20,4 | 25,2 | 38,4 | 47,4 | 16,8 | 20,8 | 3,7 | 4,6 | 0,5 | 0,6 | 81,1 |
| SERRA DO MARÃO | 81,9 | 11,1 | 193,6 | 26,3 | 181,9 | 24,7 | 161,3 | 21,9 | 81,4 | 11,0 | 29,4 | 4,0 | 7,8 | 1,1 | 737,3 |

Fonte: Cálculos efectuados com base na altimetria na escala 1/25 000

**Quadro II[19]**

**Importância das diferentes classes de declive na Serra do Marão**

| Agrupamentos | <2° | | 2°-8° | | 8°-11° | | 11°-18° | | 18°-30° | | >30° | | (Km²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | VA (Km²) | % | VA (Km²) | % | VA (Km²) | % | VA (Km²) | % | VA (Km²) | % | VA (Km²) | % | |
| AMARANTE | 6,1 | 3,1 | 25,4 | 12,9 | 21,6 | 11,0 | 56,5 | 28,6 | 72,9 | 36,9 | 14,9 | 7,6 | 197,5 |
| BAIÃO | 6,5 | 3,7 | 24,8 | 14,3 | 21,5 | 12,4 | 53,8 | 31,1 | 58,5 | 33,8 | 8,0 | 4,6 | 173,1 |
| MARCO DE CANAVESES | 3,0 | 5,4 | 10,8 | 19,6 | 9,7 | 17,6 | 19,0 | 34,5 | 11,7 | 21,3 | 0,9 | 1,6 | 55,1 |
| MESÃO FRIO | 0,5 | 1,9 | 1,5 | 5,9 | 1,9 | 7,5 | 7,7 | 29,8 | 11,9 | 46,1 | 2,3 | 8,8 | 25,9 |
| MONDIM DE BASTO | 2,0 | 2,1 | 8,9 | 9,2 | 7,2 | 7,5 | 22,6 | 23,4 | 43,2 | 44,7 | 12,8 | 13,2 | 96,6 |
| PESO DA RÉGUA | 1,3 | 3,1 | 3,8 | 8,9 | 3,7 | 8,6 | 12,4 | 28,6 | 16,7 | 38,7 | 5,3 | 12,2 | 43,2 |
| SANTA MARTA DE PENAGUIÃO | 1,3 | 1,9 | 3,9 | 6,0 | 3,4 | 5,2 | 14,2 | 21,8 | 32,2 | 49,6 | 10,0 | 15,4 | 64,9 |
| VILA REAL | 5,0 | 6,1 | 15,1 | 18,6 | 10,5 | 13,0 | 23,2 | 28,6 | 22,3 | 27,5 | 5,0 | 6,1 | 81,1 |
| SERRA DO MARÃO | 25,6 | 3,5 | 94,2 | 12,8 | 79,6 | 10,8 | 209,3 | 28,4 | 269,5 | 36,5 | 59,1 | 8,0 | 737,3 |

Fonte: Cálculos efectuados com base na altimetria na escala 1/25 000

[18] Cálculos efectuados a partir da altimetria na escala 1/25 000, integrada no SIG criado para a Serra do Marão.

[19] *Idem.*

elevadas (18°-30° e >30°) representam mais de 50% do seu território, o que à partida lhes confere condicionantes significativas. Vila Real, Baião e Marco de Canaveses são os agrupamentos em que estas duas classes possuem um peso menor. Estes aspectos vão ter repercussões na ocupação do território na área da Serra do Marão, como se irá demonstrar ao longo deste trabalho.

Se os parâmetros físicos são fundamentais para definir a montanha, M. DERRUAU (1996) considera que essa definição não pode apenas caber à Geografia Física, sendo necessário integrar o Homem. De facto, definir um aspecto físico obriga a considerar, implicitamente ou não, critérios humanos, isto é, valorizar a interdependência complexa entre o Homem e a Natureza. É a Geografia Global reencontrada.

A actual organização territorial da Serra do Marão resultou de um processo de apropriação, ao longo do tempo, por parte de um grupo social que, em função de opções éticas, políticas, económicas, assim como do seu nível tecnológico, foi sobre ele actuando. Mas, para além de uma perspectiva existencial, o território pode ser analisado na sua componente física e organizativa. A faceta física do território é de um interesse fundamental pois analisa as configurações territoriais.

Todo o território apresenta características naturais que influenciam as propriedades materiais, relacionadas com os diferentes tipos de uso que a sociedade atribuiu ao solo. Contudo compreender as configurações territoriais não significa apenas descrevê-las de um ponto de vista morfológico. Importa conhecer a sua lógica organizacional, isto é, as suas causas. Assim, para compreender a dinâmica territorial, importa integrar os três níveis de análise referidos, ou seja, tomar em consideração o conjunto das interacções entre o projecto do grupo sobre o seu território (nível existencial), as configurações territoriais (nível físico) e o funcionamento do grupo social (nível organizacional).

Nesta perspectiva, o estudo do meio físico não pode apenas ser encarado como suporte das actividades humanas, mas como uma componente do território, tal como a organização social ou o sistema económico (L. MARCHAND, 1980).

Se, durante muitos anos, a Serra do Marão reflectiu o isolamento do espaço rural de que as marcas são indiscutíveis, a sua posição geográfica torna-a hoje um espaço de união entre um litoral cada vez mais próximo e um interior cada vez menos longínquo. Este espaço serrano sofre necessariamente de problemas estruturais comuns ao mundo rural: fraca competitividade agrícola, êxodo rural, envelhecimento populacional, fraca diversidade do tecido produtivo, fragilização do tecido social. No entanto, integra em si mesma uma indiscutível heterogeneidade que é fundamental conhecer.

A necessidade de dispor tanto para a recolha e difusão da informação estatística, como para efeitos de planeamento de um conjunto de acções, por parte do Instituto Nacional de Estatística (INE) e da Direcção Geral do Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), levou estes dois organismos a apresentar uma tipologia das áreas urbanas, tendo como base a freguesia[20] (Fig. 3).

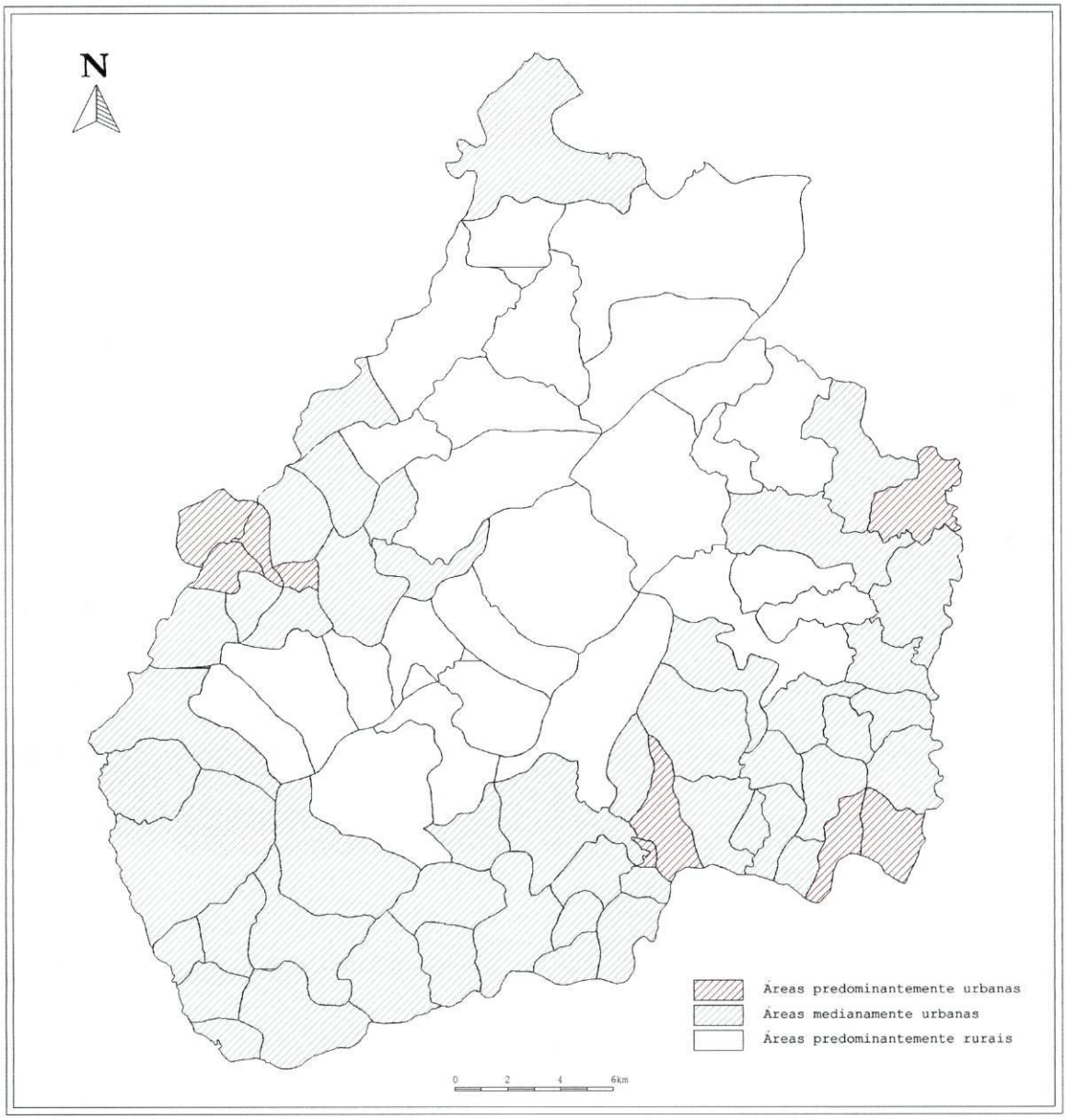
Esta tipologia integra três níveis: áreas predominantemente urbanas (APU)[21],

---

[20] A acuidade desta tarefa era tanto mais evidente quanto Portugal era dos poucos países que não dispunha de um critério relativamente sedimentado de urbano/rural, o que o tem vindo a prejudicar em matéria de análises comparativas. O INE não tem apresentado um conceito estável de "urbano" ao longo do tempo. As entidades governamentais que superintendem o território têm-se defrontado com dificuldades semelhantes, resultantes de visões "macro" de planeamento e da definição "micro"- à escala municipal - daquela noção. (DGOTDU/INE - Tipologia das Áreas Urbanas, 1998).

[21] As áreas predominantemente urbanas são constituídas pelas:
- *freguesias urbanas* - são aquelas que possuem densidade populacional superior a 500 hab/km2ou que integram um lugar com população residente superior ou igual a 5000 habitantes;
- freguesias *semi-urbanas* (freguesias não urbanas que possuem densidade populacional superior a 100 hab/km2 e inferior ou igual a 500 hab/km2, ou que integram um lugar com população residente superior ou igual a 2000 habitantes e inferior a 5000 habitantes) contíguas às freguesias urbanas, incluídas na área urbana, segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento; freguesias sedes de concelho com população residente superior a 5000 habitantes.

medianamente urbanas (AMU)[22] e predominantemente rurais[23].




Fonte: DGOTDU/INE

**Fig. 3- As freguesias urbanas e rurais**

[22]São constituídas pelas freguesias *semi-urbanas* não incluídas na área predominantemente urbana e, ainda, pelas freguesias sedes de concelho não incluídas na área predominantemente urbana.
[23] Os restantes casos.

Com base nesta tipologia, verifica-se que se definem quatro *áreas predominantemente urbanas*: Amarante (que integra as freguesias de S. Gonçalo, Cepelos, Madalena e Padronelo), Mesão Frio (composta por S. Nicolau e Sta. Cristina), Peso da Régua que integra Godim e Peso da Régua e, ainda, a freguesia de Parada de Cunhos localizada na periferia da cidade de Vila Real. Entre 1950 e 1991, este grupo registou um acréscimo populacional.

A maior parte das freguesias da Serra do Marão são consideradas como *áreas medianamente urbanas*. Estão nesta situação também as freguesias sedes dos concelhos de Baião, de Mondim de Basto e de Sta. Marta de Penaguião. As *áreas medianamente urbanas* viram a população decrescer cerca de 20,4% no referido período.

As restantes vinte e seis freguesias foram consideradas como *predominantemente rurais* e abrangem as maiores altitudes da Serra do Marão. Apenas não surgem nos agrupamentos de Mesão Frio e de Peso da Régua. Foi aqui que o decréscimo se revelou mais acentuado (cerca de –31,4 %). Neste conjunto de freguesias habita, em 1991, cerca de 17,0 % da população da Serra do Marão, enquanto que, em 1950, esse valor era de 21,2 %.

No entanto, estes três conjuntos considerados encerram diferenciações que importa conhecer. De facto, ao pensar-se na Serra do Marão, há imagens simbólicas distintas que se sobrepõem, embora enquadradas em estruturas espaço- temporais distintas. A pressão demográfica, as más condições de vida, o isolamento que a tornam uma "terra madrasta" e a sua riqueza ambiental e cultural que a tornam capaz de fixar um Jacinto, *parisiense de coração e de devoção, seduzido pelo oposto da modernidade*[24].

[24] Eça de Queirós, *A cidade e as Serras.*

## 2.2 - Aspectos metodológicos

O presente trabalho sobre a Serra do Marão, na humildade dos seus propósitos, na diversidade da sua metodologia, pretende, com base na micro-escala, conhecer as principais componentes da organização territorial e a dinâmica que lhe está inerente, assim como enquadrar a análise efectuada numa perspectiva prospectiva, no intuito de contribuir para a definição de estratégias de desenvolvimento para este espaço serrano.

Posiciona-se temporalmente num momento importante em função de dois aspectos: se, durante muito tempo, se confundiu "mundo rural" e "mundo agrícola" ou mesmo economia rural e economia agrícola, a evolução que tem caracterizado este sector coloca a questão fundamental de haver espaço rural sem agricultores; um outro aspecto a ter em conta é verificar a consistência do modelo de "renascimento rural" concretamente nesta área serrana.

Constitui uma preocupação enquadrar a Serra do Marão nesta contextualização de modo a contribuir para a definição dos fenómenos que poderão condicionar todo o processo de renascimento deste espaço rural no seu todo feito de pequenos mosaicos.

Como um maciço montanhoso dificilmente se apresenta com características homogéneas em toda a sua extensão, conhecer essa diversidade implica uma análise à escala local. Esta opção põe logo à partida um problema crucial que se relaciona com as fortes limitações na obtenção de dados, mas é aí que a análise geográfica pode ter um papel mais influente na definição de acções aplicadas, na lógica do pensar globalmente e

agir localmente e que pode acentuar o papel interveniente da Geografia no ordenamento do território (D. PLANE [et al.], 1994).

Num território que se estende por cerca de 732 km$^2$ e integra 82 freguesias a análise à micro-escala é uma tarefa árdua, face às limitações da informação estatística disponível. O trabalho de campo, entrevistas e inquéritos que foram sendo realizados "per si" não permitem compreender a diversidade e a complexidade da organização territorial da Serra do Marão. Recorreu-se a uma grande variedade de fontes: assentos de nascimento e óbito (consultados nas Conservatórias de Registo Civil); imagem de satélite, informação estatística publicada pelo INE, diversos organismos da Administração local e central.

A consciencialização da importância da abordagem à micro-escala é uma preocupação muito recente pelo que apenas a partir dos anos oitenta se começa a ter disponibilizado maior volume de informação. Nunca houve intenção de analisar a evolução histórica do processo de organização do território. A perspectiva adoptada sempre foi a de conhecer o presente e contribuir para o desenvolvimento desta área serrana. Por isso, o período de análise seleccionado foi de 1950 a 1991. A sua escolha explica-se por razões meramente demográficas. Se a emigração é um fenómeno histórico estrutural do nosso país, entre 1930 e 1950 os fluxos migratórios externos diminuem de intensidade. Após 1950, este movimento volta a acentuar-se e atinge particular importância nos anos sessenta. Mas as alterações da dinâmica da mortalidade e da natalidade que se operaram neste período são fundamentais, pois passa-se de um dos países europeus com taxas de natalidade e mortalidade mais elevadas, para valores perfeitamente identificáveis com os padrões médios existentes na União Europeia. De uma das reservas de mão-de-obra mais jovem da Europa, Portugal torna-se, a partir de 1981, incapaz de substituir as gerações. No entanto, não se pode deixar de enquadrar a

dinâmica da população em todo o período censitário, valorizando, particularmente, a evolução nos anos oitenta e noventa.

O corpo fundamental do trabalho está estruturado em quatro partes: na primeira e segunda parte, procurou-se criar um quadro analítico coerente onde se consideram aspectos demográficos, económicos, sociais e físicos, de abordagem fundamental numa óptica de sustentabilidade; na terceira e quarta, avalia-se a importância dos instrumentos de política rural e procura-se contribuir para a definição de cenários de valorização económica, social e ambiental para a Serra do Marão.

Na primeira parte, intitulada *Dinâmica demográfica e sustentabilidade* consideramos dois capítulos. No primeiro – Dinâmica populacional e intensidade dos fenómenos demográficos -, analisa-se a evolução populacional das 82 freguesias que integram a Serra do Marão. A abordagem da população que é feita, não está hermeticamente fechada no que se poderia chamar o "território" da Geografia da População, pois, sempre que necessário, fizeram-se incursões metodológicas por outras ciências e, fundamentalmente, na Demografia. A análise inicia-se em 1864 e estende-se até 1995, embora o trabalho de campo realizado tenha terminado em Maio de 1997.

Nesta abordagem, ao nível territorial da freguesia, utilizou-se basicamente a informação publicada nos Recenseamentos da População. Mas se, até 1970 este tipo de fonte apenas disponibilizava a esta escala a população presente e residente, segundo o sexo, o número de famílias e o número de alojamentos, o XII Recenseamento da População e I da Habitação, referente a 1981, traduz uma viragem importante pois, a partir de então, pode dispor-se de outros tipos de informação, nomeadamente estrutura etária, estrutura da população activa, data de construção dos edifícios e tipo de ocupação dos alojamentos. O Recenseamento da População de 1991 vem ampliar ainda mais os

campos informativos, pois todas as questões colocadas nos formulários dos recenseamento foram apuradas ao nível de freguesia.

Todavia, conhecer a dinâmica demográfica implica relativizar a intensidade da componente natural e da componente migratória. Só a partir de 1991 é que o INE, através das Estatísticas Demográficas, disponibiliza o quantitativo de nados-vivos e de óbitos para todas as freguesias. Como se pretendia aplicar à escala de freguesia este tipo de metodologia para todo o período em análise, consultou-se em cada uma das Conservatórias do Registo Civil dos concelhos integrados na área de estudo os Assentos de Óbito e de Nascimento para o período de 1950 a 1991. Foram consultados cerca de 105 000 Assentos de nascimento e 51 000 Assentos de óbito. Tratou-se de uma tarefa demorada de recolha e de posterior informatização, pelo que não foi possível concluí-la para as quatro freguesias do concelho de Marco de Canaveses[25]. Nos registos de nascimento, foram retirados os seguintes elementos: nome[26], data de nascimento, sexo,

---

[25]Esta impossibilidade também foi provocada pelo facto de se ter consultado, para o referido período os Assentos de nascimento e óbito no concelho do Porto e de Lamego para detectar indivíduos que aí tenham nascido ou morrido, mas cuja residência da mãe ou a sua própria fosse alguma das freguesias da Serra do Marão.

[26] Esta recolha personalizada dos assentos de nascimento destinava-se a caracterizar e quantificar os movimentos migratórios da população que nasceu na Serra do Marão. Pretendia-se cruzar essa informação com a fornecida pelos ficheiros eleitorais e assim verificar que parte da população deixou a freguesia de naturalidade e, se possível, localizar a sua actual residência. Estes são uma fonte, que, embora não possa dar informações exactas e exaustivas quanto ao número absoluto de migrações, pode fornecer "aproximações quantitativas" e relativas particularmente úteis para este tipo de estudos. Teoricamente, o ficheiro deveria estar actualizado, mas o seu ajustamento às características reais da população que constitui o seu universo depende: do sentido cívico dos eleitores que se manifesta sobretudo na inscrição dos indivíduos ao atingir os 18 anos de idade e na comunicação de mudança de freguesia de residência; da correcta actualização dos ficheiros por parte das juntas de freguesia devido a alterações quer por óbito, quer por mudança de domicílio de eleitores e, ainda, da inexistência em algumas delas, de condições diversas para que essa actualização se faça correctamente; falta de informatização dos ficheiros e sua coordenação com os registos civis e Arquivo de Identificação. Este tipo de análise não foi concluído para o universo territorial seleccionado como amostragem pelo que não foi integrado no presente trabalho. Através do ficheiro eleitoral não é possível estabelecer todo o percurso migratório do indivíduo. De facto, com relativa segurança só é possível saber o local de nascimento e a residência actual. Este tipo de ficheiro abrange apenas a população com 18 ou mais anos e, embora o Recenseamento Eleitoral seja obrigatório pode haver pessoas não inscritas, por negligência. Também não estão considerados os estrangeiros e também para uma pessoa inscrita, uma migração não se traduz necessariamente numa mudança de circunscrição eleitoral. Não obstante, o ficheiro eleitoral é uma fonte de análise das migrações, sobretudo aquando da sua utilização conjunta com os registos de nascimento e óbito, apoiada pelo conhecimento empírico.

naturalidade, residência e naturalidade da mãe e do pai, idade e profissão dos pais[27].

No caso do tratamento da informação constante dos Assentos de nascimento, há um aspecto prévio que importa considerar: o que se entende por naturalidade? É o local onde efectivamente a criança nasceu ou o local de residência da mãe?

Os assentos de nascimento fornecem dois elementos que foram retirados para todos os registos consultados o que permitiu contabilizar para cada uma das freguesias da área de estudo os nados-vivos de maneiras distintas: nasceu na freguesia de residência da mãe, não nasceu na freguesia de residência da mãe[28].

A actual lei do Registo Civil em vigor desde 15 de Setembro de 1995 refere, no seu art.º 101, que é competente para lavrar o registo de nascimento a conservatória em cuja área o nascimento tiver ocorrido ou a da residência da mãe à data do nascimento. Se o nascimento ocorrer em estabelecimento hospitalar da sede do concelho onde haja mais de uma conservatória, é competente para lavrar o registo a conservatória em cuja área a mãe do registando tenha a sua residência habitual, quando situada no mesmo concelho. Optou-se por considerar como local de naturalidade o local de residência da mãe, pois o facto de nascer num determinado lugar resulta frequentemente de uma imposição resultante da estrutura do serviço de saúde e não apenas de uma opção pessoal. Se um nascimento, um óbito são "promoções" cuja natureza está definida de maneira inequívoca pelo seu conteúdo biológico ou social, o seu apuramento

[27] Estes dois parâmetros nem sempre têm constado do verbete de registo de nascimento.

[28] Este aspecto é fundamental pois só há duas formas de um indivíduo se inserir numa população: através do nascimento ou por imigração, o que automaticamente tem repercussões sobre a intensidade da componente natural e migratória. Como exemplo pode referir-se o caso de uma família que reside na aldeia de Paço, na freguesia de Ermelo (concelho de Mondim de Basto). Os dois filhos do casal, ambos nascidos em Vila Real, mas que estão registados como naturais de concelhos distintos. O mais velho foi registado no concelho de Vila Real como natural da freguesia de Lordelo, pois foi aí que nasceu, mas ao filho mais novo deram como local de nascimento Ermelo para ele poder ser registado na conservatória de Mondim de Basto. Esta opção foi justificada pelo facto de ser mais fácil deslocarem-se a Mondim de Basto do que a Vila Real.

estatístico pode encontrar dificuldades técnicas, mas não conceptuais. Já no que se refere aos movimentos de população, a sua quantificação encontra dificuldades de natureza técnica como também conceptual (M. LIVI-BACCI, 1993). Para além da grande diversidade de movimentos, o nível espacial da sua abordagem é muito importante e impõe uma definição prévia dos limites territoriais seleccionados. Teoricamente, pode subdividir-se um território numa trama tão densa que qualquer deslocação acabaria por atravessar um limite e, portanto, configurar-se como migração.

As migrações são um dos factores essenciais da evolução das populações e o seu conhecimento é indispensável em matéria de política demográfica, social e económica. As informações quantitativas relativas aos fluxos migratórios provêm essencialmente dos recenseamentos. Nalguns deles, aproveitando a resposta às questões sobre naturalidade e residência habitual existe um quadro estatístico que cruza o município de naturalidade com o de residência habitual, no momento censitário. Nos dois últimos recenseamentos, o INE adoptou um outro método que consiste em perguntar onde é o que o inquirido habitava numa data anterior ao recenseamento[29].

A análise das migrações também pode ser feita recorrendo a métodos de sondagem; pode proceder-se a inquéritos retrospectivos em que se pergunta a cada indivíduo os sucessivos lugares de residência; também pode ser utilizada uma amostra fixa da população e seguir o seu percurso migratório. Os inconvenientes destes métodos de observação são os custos económicos e temporais e, se não se dispuser de uma amostra suficientemente representativa, a validade da generalização é muito menor[30].

---

[29] Procurou-se avaliar a importância dos movimentos migratórios através do cruzamento da informação obtida nos assentos de nascimento com a existente no arquivo de identificação. Não obstante as limitações deste tipo de fonte não nos foi permitido aceder à base de dados deste serviço administrativo.

[30] Este tipo de metodologia foi aplicado em vinte pequenas aldeias da Serra do Marão o que permitiu verificar que o comportamento migratório das famílias é distinto. Se, nuns casos, os indivíduos de uma mesma geração apresentam os mesmos campos migratórios, noutros casos, estes apresentam-se muito diferenciados.

Na impossibilidade de utilizar a metodologia descrita anteriormente a toda a Serra do Marão, optou-se pelo método do movimento natural. Com este método indirecto, não é possível avaliar a intensidade da emigração e da imigração, mas apenas quantificar o saldo migratório. Este é obtido como resíduo, pelo que engloba os efeitos de eventuais erros introduzidos na quantificação do crescimento natural e, sobretudo, da população recenseada (D. COURGEAU, 1988, M. LIVI-BACCI, 1993).

Segundo M. LIVI-BACCI (1993) um erro de 1% no cálculo da população do censo pode provocar um erro de 100% ou mais no valor do saldo migratório. Não obstante estes inconvenientes, este é único método passível de ser aplicado a todas as freguesias da Serra do Marão. Por isso foi utilizado para calcular os saldos migratórios entre 1950 e 1991[31], de cada uma das freguesias, na impossibilidade de recorrer a outro que oferecesse as mesmas vantagens, mas sem os inconvenientes referidos.

Na perspectiva demográfica, as consequências de uma migração são semelhantes às de um nascimento (no caso da imigração) ou de um óbito (no caso da emigração). Mas, enquanto que aqueles são fenómenos não renováveis, os movimentos migratórios são renováveis e um mesmo indivíduo pode aparecer várias vezes nos fluxos de renovação e extinção de uma população (M. LIVI-BACCI, 1993).

Do ponto de vista geográfico, os movimentos migratórios reflectem diferenciações espaciais a nível de emprego, de condições de vida, pelo que são uma forma de avaliar a capacidade atractiva de um território.

Num contexto de baixa natalidade, de aumento lento da esperança de vida, o papel das migrações tenderá a ser cada vez mais relevante na dinâmica dos territórios.

[31] Os resultados obtidos embora não possam estar isentos de erro, aproximam-se muito da realidade, como se pode comprovar pelo trabalho de campo.

Como a propensão a mudar de residência varia com a idade, para além de outras características socio-demográficas, é importante analisar as migrações de modo diferencial.

Nesta fase do trabalho e de uma forma generalizada para toda a Serra do Marão, apenas foi possível calcular as migrações segundo a idade[32], para o período de 1981/91, pois só para esse período existiam todos os parâmetros necessários: população classificada por idade em dois momentos do tempo e os óbitos classificados segundo a idade e o ano de nascimento[33].

Utilizando as fontes referidas, avaliou-se a intensidade da fecundidade e da mortalidade, utilizando, para isso, diversos tipos de indicadores. No caso da mortalidade, adoptou-se não só uma abordagem transversal mas também longitudinal.

A sustentabilidade demográfica de um território também é influenciada pela estrutura etária. Num contexto de decréscimo das taxas de fecundidade e de aumento de esperança de vida, o envelhecimento é um processo em expansão. Utilizando a informação do XII e XIII Recenseamentos da População, quantificou-se o envelhecimento e evidenciou-se as fortes heterogeneidades existentes.

O segundo capítulo – *O povoamento* - aborda a estrutura e a dinâmica do povoamento. A unidade administrativa *freguesia* encerra, em si mesma, realidades territoriais distintas pelo que é importante analisar a evolução demográfica dos núcleos populacionais. De facto, ao percorrer-se a Serra do Marão, deparou-se com núcleos

---

[32] Nos procedimentos metodológicos adoptados, fez-se o tratamento dos dados, diferenciando o sexo masculino do feminino. Todavia, como se está a utilizar populações com quantitativos populacionais reduzidos, optou-se por apresentar resultados conjuntos.

[33] Nos assentos de óbito apenas vem referida a idade em anos completos. Para aplicar a metodologia pretendida era necessário saber o ano de nascimento. Como nos assentos de óbito vem referido o número do assento de nascimento e a respectiva conservatória, a consulta destes foi a forma de ultrapassar as limitações iniciais, o que exigiu grande dispêndio de tempo.

populacionais completamente abandonados, como sejam Vale Abrigoso e Currais, pertencentes à freguesia de Campelo que, em termos globais, considera-se que apresenta dinamismo demográfico. Daqui decorre a importância de utilizar o *lugar* como elemento de análise. Se, até 1981, este foi definido de uma forma empírica, para apoiar a realização do Recenseamento da População e da Habitação de 1991, foi criada a Base Geográfica de Referenciação Espacial (BGRE).

Esta é um conjunto de mapas com a delimitação e identificação das secções e subsecções estatísticas definidas para cada freguesia do país. A BGRE fornecida em formato analógico foi posteriormente rasterizada no intuito de integrar a base de informação georeferenciada que se construiu para a Serra do Marão.

É um instrumento fundamental para os estudos de povoamento que, sem o problema de coetar qualquer expansão urbanística, vai servir de estrutura de referência. Não pode, no entanto, ser estabelecida uma correspondência directa entre a informação estatística por lugar entre o Recenseamento de 1991 e os anteriores. De facto, se em áreas de povoamento concentrado, não surgem grandes problemas, à medida que o povoamento se apresenta mais disperso, e a individualização dos núcleos de povoamento em termos paisagísticos não é tão evidente, realizar um estudo evolutivo dos núcleos de povoamento sem conhecer a BGRE pode levar a assumir como resultantes de processos territoriais, o que é exclusivamente fruto de procedimentos estatísticos. São apresentados exemplos comprovativos desta situação, assim como demonstrativos das vantagens e limitações da BGRE.

O Instituto Nacional de Estatística compreende a necessidade de serem feitas algumas correcções neste instrumento, mas foi com enorme agrado que se obteve, junto deste Organismo, a certeza de que as alterações a serem feitas na BGRE que apoiará o

Recenseamento de 2001[34], não invalidarão comparações com a BGRE que serviu de base ao Recenseamento de 1991. Com base neste instrumento, procura-se evidenciar os contrastes do povoamento e avaliar o dinamismo populacional, urbanístico e social dos lugares [35].

Para todos os lugares existentes na Serra do Marão, em 1991, fez-se uma análise da sua dimensão populacional, estrutura etária, dinamismo da construção urbanística e do mercado habitacional. Todavia, como, até 1981, os lugares eram definidos de uma forma empírica na altura do recenseamento, não há garantias de se referirem à mesma realidade territorial[36]. Por isso, seleccionaram-se todos aqueles que, pela sua morfologia e implantação geográfica, não parecessem ter sofrido alteração na sua delimitação territorial senão a motivada pela sua própria expansão. Os dois procedimentos descritos destinam-se a dimensionar o processo de despovoamento e a delimitar as áreas mais fragilizadas.

Convém referir que se a cartografia da densidade populacional com base na Base Geográfica de Referenciação Espacial permitiu individualizar as áreas onde não habita qualquer pessoa na Serra do Marão, a restante informação estatística fornecida pelo INE, não faz referência às diferentes subsecções residuais, apenas apresentando um valor global por freguesia.

---

[34] No Censo de 2001 a Base Geográfica de Referenciação Espacial designar-se-á por Base Geográfica de Referenciação da Informação. Esta alteração pretende evidenciar que este instrumento constituirá a base de georeferenciação da informação por parte do INE.

[35] Para a realização desta análise dispomos de dois tipos de bases de dados fornecidas pelo INE: uma apresenta o quantitativo de população para todas as subsecções definidas na BGRE e foi com este tipo de informação que se elaborou o mapa de densidades da Serra do Marão que permite individualizar as unidades de povoamento onde não habita qualquer pessoa; uma outra, que contém grande número de variáveis, mas onde para todas para as freguesias, independentemente do número de subsecções residuais que foram consideradas na BGRE é apenas apresentado um único valor para toda a área residual.

[36] Já a propósito de um trabalho sobre Arouca (F. PEDROSA, 1988) se evidenciou este tipo de problemas.

A segunda parte, intitulada *Das realidades da ocupação do solo aos processos estruturantes*, está dividida em dois capítulos. No primeiro capítulo, analisa-se o equilíbrio entre a agricultura e a ruralidade. Começa-se por fazer uma evolução da estrutura da população activa entre 1981 e 1991.

A análise da estrutura da população activa por freguesia, em 1991, é feita com base nos ramos da actividade, o que permite evidenciar situações distintas, mas com representatividade semelhante em termos de sectores. Na impossibilidade de dimensionar o mercado de emprego existente à escala de freguesia, utilizou-se como base o concelho e delimitou-se os campos de fluxos definidos pela mobilidade da população activa, o que permite avaliar as inter-relações entre este espaço serrano e a região envolvente. Foi, ainda, possível avaliar a dependência de cada freguesia da Serra do Marão do espaço envolvente em termos de mercado de trabalho e da mobilidade da população estudantil.

Sendo a actividade agrícola ainda muito importante em termos de emprego, para a população residente nesta área serrana, procura-se caracterizar a população agrícola em função de variáveis sócio - demográficas e avaliar a sua dependência de actividades exteriores à exploração. Utiliza-se sobretudo os dados do Recenseamento Agrícola do Continente de 1979 (RAC) e o Recenseamento Geral Agrícola de 1989. Embora esta informação não possa traduzir com fidelidade a situação actual, o trabalho de campo realizado, constituído por observação participada, entrevistas, inquéritos a agricultores e a organismos públicos ou privados intervenientes no sector, permitiu constatar que, na generalidade, as características fundamentais mantêm no essencial interesse para compreensão da evolução recente.

O RGA de 1989 fornece bastante informação tratada a nível de freguesia e possibilita um conhecimento das principais características do sector. Embora já se disponha de informação a nível de freguesia para 1979, ano de elaboração do precedente

recenseamento agrícola, ela não pode, senão grosseiramente, ser comparada com a de 1989, o que seria fundamental para saber-se a evolução nos anos oitenta do sector agrícola, num país tão dependente do exterior em produtos alimentares, como é Portugal. A impossibilidade de serem comparados advém, desde logo, da diferença de conceito de exploração agrícola. Em 1979, foram recenseadas as explorações que tinham uma área agro-florestal igual ou superior a 0,5 ha. As inferiores a este valor só foram recenseadas se tivessem mais de 2000 $m^2$ de vinha, olival, lúpulo e pomar (ou, pelo menos, 20 árvores de fruto) ou 1000$m^2$ de horta ou, pelo menos, 500$m^2$ de viveiros, estufas ou flores para venda ou, ainda, uma actividade mínima de produção animal. Mas, para além destas explorações inquiridas pelo Questionário Normal, todas as outras que tinham 200$m^2$ ou mais de área agro-florestal e/ou qualquer cabeça de gado, colmeia ou cortiço e/ou 10 ou mais animais de capoeira foram inquiridas pelo Questionário Simplificado. Em 1989, foi considerada como exploração agrícola toda a unidade de produção que utiliza 1 ou mais hectares de SAU e não superfície agro-florestal como em 1979. As que apresentavam entre 0,5 e 1 ha ou menos de 0,5 ha só foram inquiridas se atingissem certos limiares mínimos de produção agrícola especializada que coincidem genericamente com os definidos no RAC. Estas diferenciações conceptuais motivou a não comparação dos dois recenseamentos[37]. Com base nestas fontes, procurou-se

[37] Na Serra do Marão a comparação do RAC de 1979 e do RGA de 1989 aponta para um decréscimo do número de explorações e de superfície agro-florestal. No agrupamento de Amarante o número de explorações diminuiu 38,6%, a área florestal diminuiu 57,7% e a SAU aumentou 35,7%. Já no de Mondim de Basto as explorações agrícolas aumentaram de 506 para 517, a superfície por elas ocupadas sofreu uma redução de 79,2%, enquanto a SAU aumentou 209,4% e a área florestal que em 1979 era de 7 581 ha passou apenas para 143 ha Não pode deixar-se de pôr em dúvida este tipo de evolução que aponta para tão grandes alterações na utilização do solo e na estrutura fundiária que não é possível ser real numa área montanhosa e num período de 10 anos, em face da observação empírica realizada ao longo de vários anos e das entrevistas e inquéritos realizados aos agricultores. Pensou-se, ainda, em comparar as explorações de maiores dimensões (por exemplo com 5 e mais hectares).Este procedimento não foi possível por duas razões: por um lado porque a definição de exploração em 1989 só se refere à SAU, podendo a floresta ser integrada se houver utilização para a actividade agrícola; por outro, porque o segredo estatístico imposto aos dados do RAC não permitiu criar classes utilizáveis para toda a área. Desta forma, embora fosse importante analisar as alterações estruturais e produtivas na área em estudo,

caracterizar a diversidade de sistemas produtivos, principais problemas com que se debate, envelhecimento da população agrícola, falta de continuidade da exploração, a importância da pluriactividade.

No segundo capítulo – *O sector agrícola: da paisagem às dinâmicas* - começa-se por evidenciar o modo como os diferentes elementos físicos se combinam e que se traduz em ocupações e potencialidades diferenciados de uso do solo, assim como no povoamento. Recorreu-se à tecnologia de Sistema de Informação Geográfica para produzir cartografia da hipsometria, declives e exposição das vertentes, com base na altimetria[38] e utilizando o módulo de análise vectorial associado a base de dados. A cartografia temática obtida foi impressa na escala 1/50 000 por uma questão de eficácia de representação. Os contrastes evidenciados por estes mapas foram sistematizados com base na freguesia pelo que, para cada uma delas, se analisou a intensidade dos condicionalismos físicos, o que tem implicações no uso presente e, sobretudo, futuro desta área.

A ocupação do solo foi analisada a partir do tratamento de uma imagem SPOT -XP[39]+S[40], de 24 de Julho de 1994. A opção por este tipo de imagem explica-se por ser aquela que, nessa altura, possibilitava uma abordagem territorial mais pormenorizada, aspecto fundamental, atendendo às características da paisagem. Iniciou-se o tratamento da imagem de satélite pela correcção geométrica através das coordenadas geográficas e altimetria. Em seguida, seleccionaram-se áreas amostra

---

a comparação entre 1979 e 1989 não parece ser válida por recair sobre universos não inteiramente sobreponíveis. Todas as eventuais referências comparativas entre os citados recenseamentos serão feitas com as devidas precauções.

[38] Na escala 1/25 000.

[39] Multiespectral com uma resolução de 20 metros, realizada em 3 bandas espectrais, verde, vermelho e perto do infra-vermelho.

[39] Pancromática com uma resolução de 10 metros.

constituídas por manchas uniformes de usos distintos do solo. A partir da identificação das características de cada amostra foi processada uma classificação automática, após a verificação do quadro de correlação respectiva. Numa segunda fase e com base no referido quadro de correlação, procedeu-se a uma nova verificação no campo, em face da relação existente entre as classes. Procurava-se, assim, eliminar os erros detectados na correlação existente entre as várias classes. Este procedimento foi adoptado até à eliminação completa das anomalias detectadas. Ultrapassada esta fase, procedeu-se à classificação final, que foi sujeita a uma verificação *in loco* para validação dos resultados obtidos. Para facilitar a georeferenciação, introduziu-se a rede hidrográfica na cartografia dos usos do solo.

A utilização desta metodologia, num quadro de SIG, permitiu classificar cada uma das freguesias em termos de ocupação do solo, evidenciando a importância relativa da ocupação agrícola em cada uma das unidades administrativas. Este aspecto é particularmente importante na definição de estratégias de desenvolvimento e de avaliação das medidas adoptadas. A gestão das acções territorializadas e mesmo específicas para áreas de montanha ganha, deste modo, eficácia.

Na terceira parte desta dissertação – *As políticas de desenvolvimento nos espaços rurais e* - faz-se uma breve análise da política de desenvolvimento rural na União Europeia. Apresentam-se os principais instrumentos de política agrícola e regional com reflexos no espaço rural português. Analisam-se alguns dados estatísticos de diferentes fontes que permitem evidenciar os contributos de cada um deles no desenvolvimento rural da Serra do Marão, tendo o concelho como unidade básica de análise, devido à não disponibilização de dados para a freguesia. Estes só estão contabilizados para a freguesia no caso das indemnizações compensatórias. Utilizou-se dados fornecidos pelo IFADAP, pelo INGA, pela Direcção Geral de Turismo, pela

Direcção Geral de Florestas, do Instituto de Emprego e Formação Profissional, entre outros. A grande dificuldade é a inexistência de informação estatística apurada à escala de freguesia. Os Centros de Emprego[41], que cobrem a área em estudo, contactados para fornecerem informações sobre a adesão de programas como a Criação do Próprio Emprego e as Iniciativas Locais de Emprego nunca enviaram qualquer elemento referente às freguesias sob a sua alçada. O Instituto de emprego e Formação Profissional enviou alguns elementos sobre a adesão aos referidos programas mas, apenas, à escala concelhia. Torna-se, assim, mais difícil avaliar os impactes das políticas sectoriais com incidência nesta área serrana.

Na quarta parte – *Contributo para o desenvolvimento rural da Serra do Marão* -, questiona-se os pressupostos básicos que devem orientar o desenvolvimento rural. Numa época de mutações profundas, nos espaços rurais emergem novas funcionalidades, sendo importante avaliar a importância de cada uma delas na sua sustentabilidade. No segundo capítulo, com base no quadro analítico desenvolvido nas partes anteriores, procura-se criar cenários de sustentabilidade para a Serra do Marão. A diversidade da combinação dos factores físicos da organização sócio-económica e das paisagens fragmenta a Serra do Marão num mosaico de unidades de pequena dimensão. Assinale-se, contudo, que a sua diversidade não lhe é apenas dada por características endógenas. De facto, as dinâmicas territoriais que estabelece com a região onde se insere acentuam a heterogeneidade endógena. A partir da análise efectuada nos capítulos anteriores diferenciam-se três sistemas territoriais. O zonamento estabelecido pressupõe estratégias de desenvolvimento distintas.

[41] Só nestes locais é possível fazer a abordagem pretendida , através da consulta dos processos.

Concluiu-se evidenciando que a especificidade da Serra do Marão é ilusória. Se, como maciço montanhoso, apresenta uma certa identidade, a verdade é que a diversidade que encerra não pode ser desprezada pela política de desenvolvimento rural. Se, há uma certa especificidade desta área montanhosa, ela não reside em condições naturais e humanas homogéneas, mas sim na justaposição de três contextos: diversidade, complexidade, instabilidade (M. MICHEL, 1994).

# I parte

# Dinâmica demográfica e sustentabilidade

# Capítulo 1

# Dinâmica populacional

# e

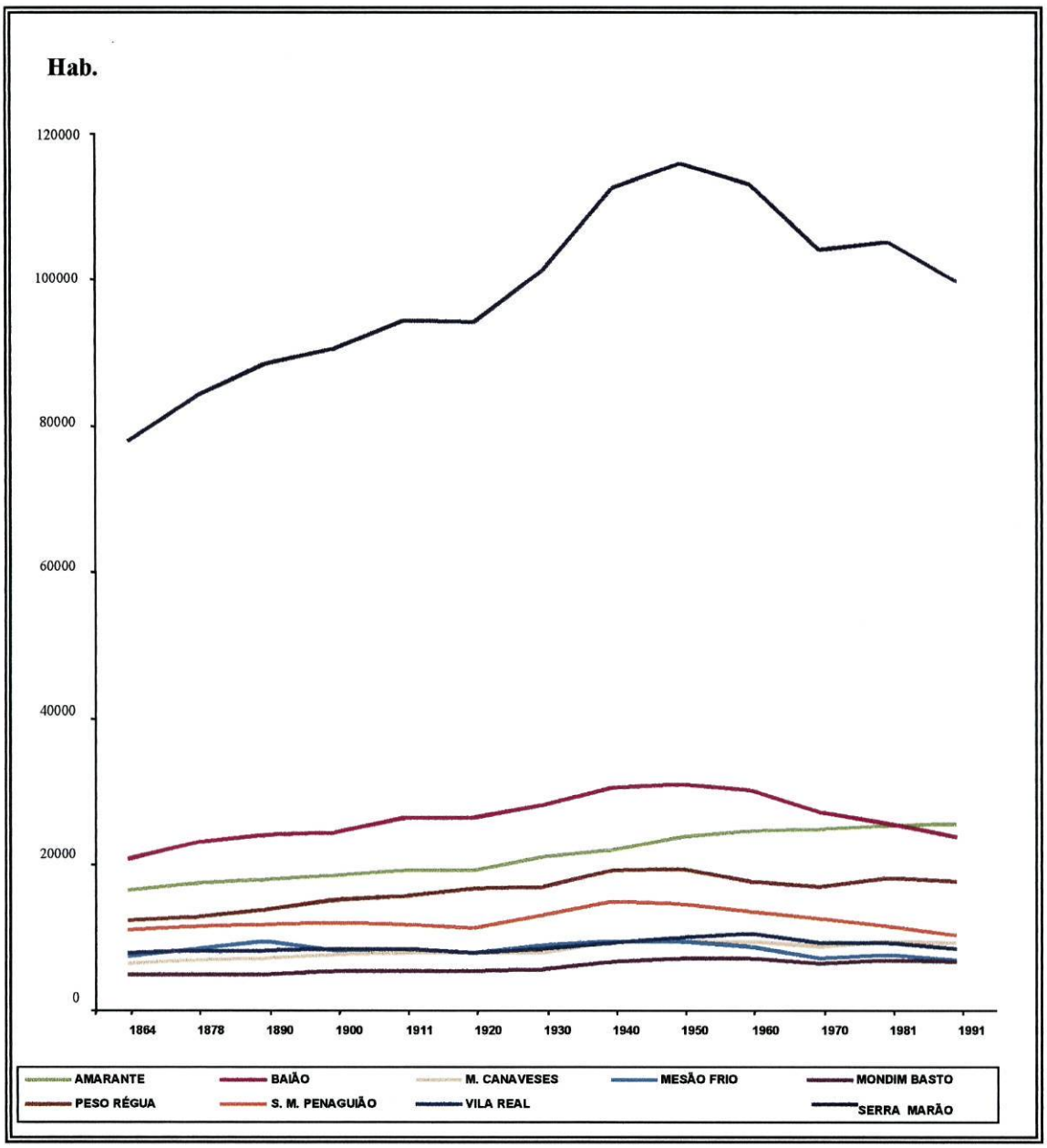
# intensidade dos fenómenos demográficos

## 1.1 - A "*expansão*" populacional até 1950

A colonização da Serra do Marão perde-se nos tempos históricos e conhecer o seu passado ainda está longe de se encontrar completamente clarificado. Existem retalhos, territorialmente pontuados, que permitem supor a antiguidade da sua ocupação e as alterações que o padrão de povoamento foi sofrendo. Mas é o passado mais recente que interessa abordar.

O ano de 1864 marca o início do período de análise que coincide com a realização do I Recenseamento da População. Nessa altura, residiam na Serra do Marão 76 775 pessoas. Os anos que se seguem são de crescimento populacional que, embora momentaneamente interrompido entre 1911 e 1920 por factores conjunturais, atinge o seu máximo em 1950, altura em que contaria com 114 739 habitantes. O período com taxa de crescimento mais elevada foram os anos trinta (taxa de crescimento anual médio de 1,1 %). Desde a década de cinquenta a tendência inverte-se e assiste-se a um decréscimo populacional. O acréscimo de 1,1% entre 1970 e 1981 é apenas pontual e incapaz de significar inversão da tendência que se começou a delinear nos anos cinquenta. Este facto poderá relacionar-se com o abrandamento da saída de residentes, o regresso de emigrantes e o retorno de pessoas das ex-colónias, não podendo, no entanto, avaliar-se o peso relativo de cada uma dessas componentes. Estes movimentos não contrariaram, todavia, de forma durável, as tendências dominantes de fuga populacional do interior (C. CAVACO, 1994), como comprova o decréscimo de 5,4% entre 1981 e 1991. Nas últimas quatro décadas, a Serra do Marão perdeu 14,3% dos seus habitantes.

Dos oito agrupamentos em análise é o de Amarante que mais se afasta do perfil apresentado pela Serra do Marão (Fig. 4). Embora também evidencie um decréscimo populacional em 1911/1920, desde então os residentes são cada vez mais numerosos.




Fonte: Recenseamentos da População, INE, Lisboa.

**Fig. 4 - Evolução da população entre 1864 e 1991, por agrupamento**

Entre 1864 e 1950, os agrupamentos de Baião, Marco de Canaveses e Peso da Régua registaram sempre taxas de crescimento positivas. A partir de então, o cenário é tendencialmente de decréscimo. O agrupamento de Baião sofreu uma redução contínua da sua população, enquanto o de Marco de Canaveses e de Peso da Régua tiveram, apenas em 1971/1981, uma taxa de crescimento positiva. Nos agrupamentos de Mondim de Basto e Vila Real, o máximo populacional verificou-se em 1960 e, em todo o período censitário, apenas se registou uma redução dos efectivos populacionais em três décadas, sendo uma delas 1981/1991. Em Mesão Frio e Sta. Marta de Penaguião, os quantitativos populacionais recenseados em 1991 são inferiores aos registados em 1864, sendo grande a variabilidade das taxas de crescimento, apesar de o decréscimo ser contínuo desde 1940 no agrupamento de Sta. Marta de Penaguião.

Neste agrupamento, assim como em Mesão Frio e Vila Real, a taxa de crescimento entre 1864 e 1950 oscilou entre 35,9% e 30,1%. Nos restantes agrupamentos, o acréscimo populacional foi mais forte, ocorrendo os valores mais elevados em Mondim de Basto (63,2%) e Peso da Régua (67,4%).

Não obstante o crescimento populacional que se verificou entre 1864 e 1950 em todos os agrupamentos, não se está perante um território com uma ocupação populacional homogénea, pelo que compreender a dinâmica demográfica da Serra do Marão implica conhecer os contrastes que ela encerra, recorrendo-se por isso à análise por freguesia.

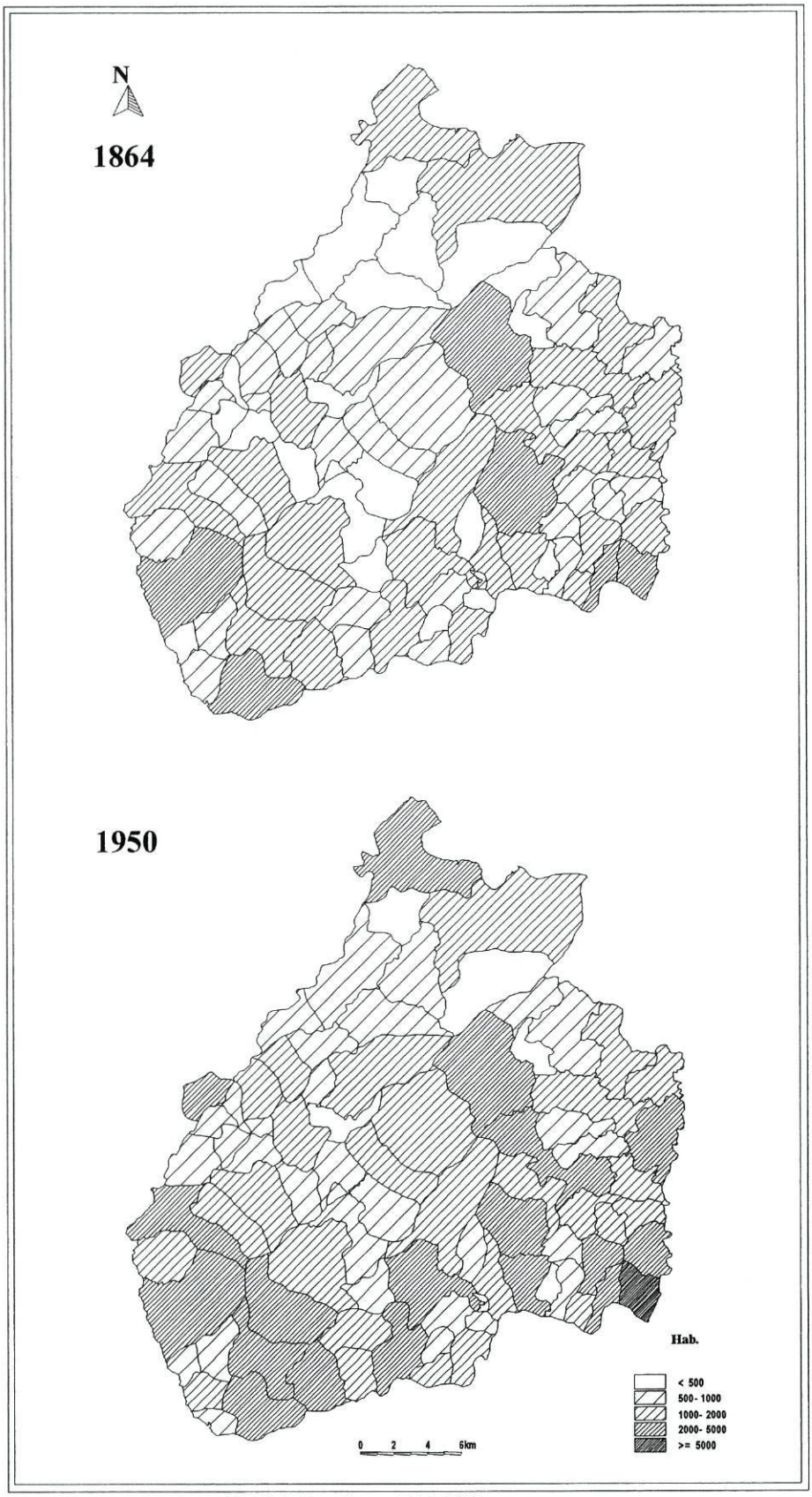
Tentar classificar as oitenta e duas freguesias que constituem a área de estudo não se afigurou tarefa fácil, em face da grande variabilidade de comportamento e de intensidade das taxas de crescimento (Quadro III, anexo B).

Em 1864, das setenta e nove freguesias existentes[42], vinte e uma possuíam menos de 500 habitantes (Fig. 5), nelas residindo 9,9% da população da Serra do Marão. Cerca de 44,3% da população da área de estudo vivia nas vinte e quatro freguesias com 1 000 a 2 000 habitantes (Quadro IV, anexo B). As freguesias com maior dimensão populacional (superior a 2 000 habitantes) eram apenas seis, concentrando 19,5% dos residentes na Serra do Marão. Destacam-se Peso da Régua - principal núcleo populacional associado à produção do vinho do Porto - ( 2 818 pessoas) e as freguesias de Ancede (3091 pessoas residentes) e Sedielos (2 730 pessoas) onde a actividade agrícola era fundamental, mas com características distintas.

Todavia, em meados do presente século, a situação é significativamente diferente. O número de freguesias com menos de 500 habitantes reduz-se. As que tinham mais de 2000 habitantes passam a ser a dezanove, residindo aí 47,2% da população total. Estes factos evidenciam dois aspectos fundamentais: a emergência das sedes de concelho e a consequente tendência à concentração da população nas mesmas; taxas de crescimento mais elevadas em virtude do processo de transição demográfica que se manifestou de uma forma generalizada. Reforça-se a posição do centro urbano da Régua, pois a freguesia de Peso da Régua é a única com mais de 5000 pessoas.

---

[42] Em 1864 existiam 79 freguesias. As alterações na divisão administrativa que se verificaram na área de estudo são de dois tipos diferentes. Por um lado, a criação de novas freguesias e, por outro, tentativas, nem sempre conseguidas, de anexação de freguesias. Em relação ao primeiro caso, refira-se: Vinhós (concelho de Peso da Régua) que foi criada pelo decreto-lei nº 23331, de 11/12/33 com lugares da freguesia de Sedielos; pelo decreto-lei nº 26462 de 25/02/1939 foi criada a freguesia de Ribadouro (Baião) a partir de lugares das freguesias de Ancede e Sta Leocádia; Olo (concelho de Amarante) foi criada pelo decreto-lei nº 23501, de 25/01/1934, a partir de lugares da freguesia de Sanche. Em relação ao segundo tipo, constata-se que, nos Censos de 1911 a 1930, Mondim de Basto e Paradança aparecem juntos, o mesmo acontecendo com Pardelhas e Campanhó. Nos Censos de 1911 a 1930, Aboadela tinha anexada a freguesia de Várzea, que pelo decreto-lei nº 23544 de 3/02/1934 passou a constituir freguesia autónoma. Nos censos de 1864 a 1900, Várzea de Ovelha e Aliviada eram freguesias distintas, aparecendo anexadas nos censos seguintes.




Fonte : Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa

**Fig. 5– Dimensão populacional das freguesias em 1864 e 1950**

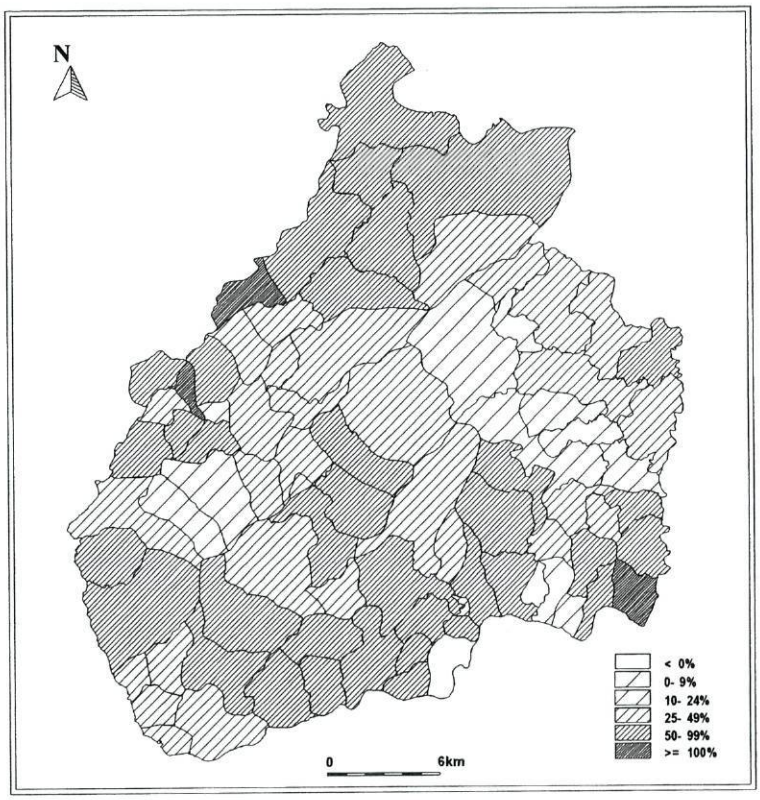
À excepção de Barqueiros (-20,3%) e Cidadelhe (-0,5%), que perderam população no período considerado, todas as restantes freguesias registaram taxas de crescimento positivas (Fig. 6). Se em Oliveira, Quintã e Fornelos os acréscimos foram reduzidos (< 10%), em Fridão, Peso da Régua e Madalena, a população mais do que duplicou. Um outro exemplo pode ser dado por S. Nicolau e Teixeira com 39% e 40% respectivamente ou, ainda, S. Gonçalo e Candemil, ambos com uma variação de 64%. Tanto Candemil como Teixeira são freguesias que se localizam em áreas de altitudes elevadas e fortes declives da Serra do Marão. Pode-se, ainda, salientar o caso da freguesia de Rebordelo de características marcadamente rurais, mas onde a actividade mineira foi importante, tendo registado, entre 1864 e 1950, uma variação de 90,4%, ou seja, um crescimento superior ao de algumas freguesias urbanas já referidas.

Os exemplos apresentados comprovam que as taxas de crescimento mais fortes ocorreram não apenas em áreas urbanas – Peso da Régua ou outras sedes de concelho - mas também em freguesias rurais, por vezes, bastante afastadas dos principais núcleos urbanos[43].

Em Campelo, Gove, Fridão, Sta. Marinha do Zêzere e Valadares registaram-se crescimentos em todos os períodos intercensitários e a taxa de crescimento entre 1864 e 1950 foi superior a 50% (Fig. 7).

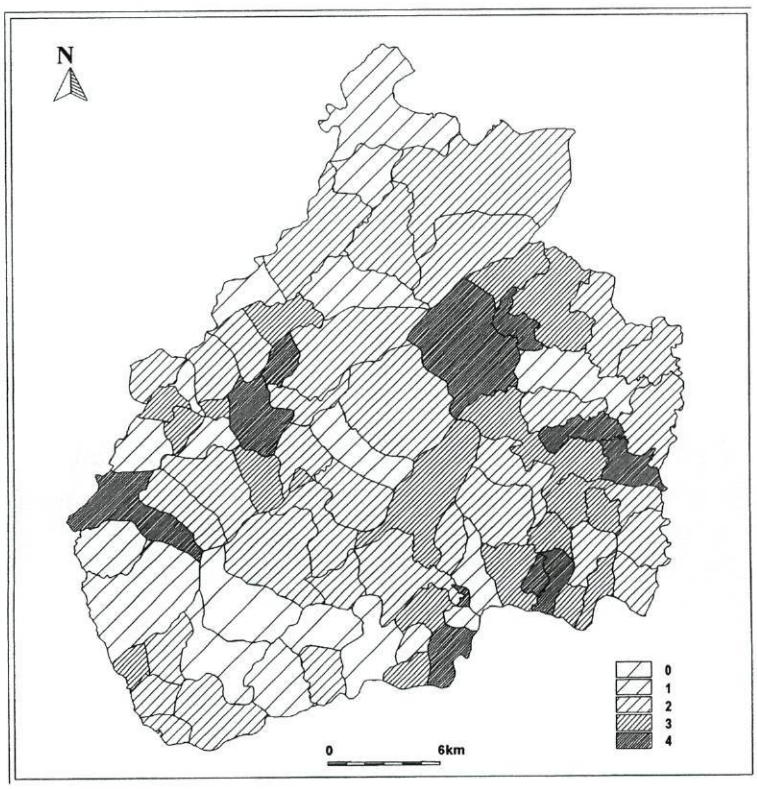
Em trinta e seis freguesias a taxa de crescimento no período de 1864 a 1950 foi superior a 50% mas se, nalgumas delas, como por exemplo Campelo e Fridão, se registaram crescimentos em todos os períodos intercensitários, noutras, como Lomba e Tresouras, ocorreram mesmo três períodos de variação negativa.

[43] Em virtude das já mencionadas alterações à divisão administrativa, na abordagem do comportamento evolutivo da população, optou-se por considerar, nesta análise, as freguesias de Mondim de Basto e Paradança conjuntamente. Em igual situação, encontram-se as freguesias referidas na nota anterior.




Fonte: Recenseamentos da População, INE, Lisboa

**Fig. 6 – Taxa de crescimento entre 1864 e 1950, por freguesia**




Fonte: Recenseamentos da População, INE, Lisboa

**Fig. 7 - Evolução da população entre 1864 e 1950: número de períodos de decréscimo**

De facto, encontra-se freguesias com taxas de crescimento entre 1864 e 1950 semelhantes, mas com um número de variações intercensitárias negativas muito diferente.

No entanto, as variações da população não podem ser interpretadas correctamente sem o conhecimento do peso relativo das componentes natural e migratória. A primeira pode ser avaliada directamente, mas apenas a partir de 1929, enquanto que o saldo migratório foi calculado, utilizando o método do movimento natural. O facto de só o poder fazer à escala concelhia[44] limita a amplitude das conclusões que se poderiam obter, contudo, possibilita evidenciar uma aproximação ainda que grosseira da importância de cada uma das componentes referidas na evolução da população.

Assim, pode concluir-se que, nos municípios de Peso da Régua, Sta. Marta de Penaguião e Vila Real, o crescimento populacional registado nos anos trinta não se deveu apenas ao elevado crescimento natural, mas também aos saldos migratórios positivos. Na década seguinte, a situação alterou-se pois o balanço migratório foi francamente negativo. Já nos restantes concelhos, nas duas décadas em análise, os saldos migratórios foram sempre negativos. O peso da componente natural não sofreu alterações significativas. Se, em Peso a Régua e Sta Marta de Penaguião, se registou um ligeiro decréscimo, nos restantes municípios, passou-se precisamente o contrário.

[44] Só em 1929 o Instituto Nacional de Estatística começou a publicar os Anuários Demográficos, que em 1967 passaram a designar-se por Estatísticas Demográficas. A informação aí existente permite, através do método do movimento natural, calcular os saldos migratórios, mas tendo o concelho como máximo de desagregação territorial. Só a partir de 1991, o INE disponibiliza esse tipo de informação à escala da freguesia. Para o período anterior a 1991 realizar esta abordagem a este nível territorial só é possível fazendo recolha directa dos nascimentos e óbitos nas Conservatórias de Registo Civil, o que se efectuou para o período de 1950 a 1991. Uma outra limitação prende-se com o facto de apenas os concelhos de Baião e Mesão Frio estarem integralmente inseridos na área de estudo.

A expansão populacional, numa região em que as alternativas locais de emprego fora do sector primário eram escassas,[45] (Foto 1) contribuiu para um maior aproveitamento da área agrícola; como afirmam as populações, nessa altura, *"tudo estava granjeado"*. Todavia, trata-se de uma área montanhosa onde, para além das limitações impostas pela altitude, pelos fortes declives e pela fraca aptidão agrícola dos solos se associam a fragmentação e dispersão dos prédios rústicos.



**Foto 1 – O lugar de Vieiros (freg. Rebordelo, concelho de Amarante) surgiu em consequência da exploração mineira. As habitações ainda hoje são propriedade da companhia mineira (Março 1997).**

[45] A exploração mineira foi importante, não só como resposta às necessidades de emprego de uma população residente cada vez em maior número, mas também suscitou a tracção populacional, nomeadamente em Vieiros (freg. de Rebordelo - Amarante) e Vila Cova (freg. de Vila Cova - Vila Real) (F. PEDROSA, 1995). As alternativas de emprego no sector industrial, na altura sinónimo de crescimento económico e de desenvolvimento, eram escassas. A indústria era pouco significativa e o terciário tinha reduzida expressão. Efectivamente, a representatividade do sector primário era enorme, correspondendo à quase totalidade do emprego da região, o qual, em muitas das freguesias, ainda hoje é significativo, como se verá mais adiante.

A pressão demográfica não se fez sentir em todo o lado com a mesma intensidade, mas a escassez alimentar nos anos quarenta e cinquenta foi real e profunda. A mão-de-obra agrícola tornou-se excedentária e os mais velhos ainda hoje retratam de uma forma bem viva e sentida a fome selectiva que polvilhou estas áreas rurais. Muitos trabalhadores agrícolas ofereciam-se para trabalhar apenas em busca de uma refeição diária. Desse fervilhar de vida de então, só se encontram vestígios nas casas que, ano após ano, vão ficando em ruínas e nas antigas parcelas agrícolas que a vegetação bravia depressa vai ocupando (Foto 2 e 3).

As migrações para as áreas urbanas do litoral ou para o estrangeiro que atingiram a sua maior intensidade nos anos cinquenta e, sobretudo sessenta, representaram para muitos a única hipótese de obtenção de uma vida condigna.



**Foto 2- Vale Abrigoso (freg. Campelo, concelho de Baião): dos antigos campos agrícolas já não restam sinais (Janeiro, 1997).**



**Foto 3- Lugar de Telhada, completamente abandonado em meados deste século - freg. Campeã, concelho de Vila Real- (Março, 1997).**

## 1.2- Entre o despovoamento e a urbanização

### 1.2.1- Evolução populacional no período de 1950 a 1991

Se até meados deste século o cenário demográfico da Serra do Marão foi de "expansão" populacional, após 1950, nova tendência se desenha (Quadro V). Como foi referido anteriormente, assiste-se a um decréscimo populacional que todavia não foi generalizado a toda a Serra. De facto, pode-se, *grosso modo*, individualizar duas

**Quadro V**
**Variação da população entre 1950 e 1991**

| Agrupamentos | População residente | | | | Variação |
|---|---|---|---|---|---|
| | 1950 | | 1991 | | População |
| | VA | % | VA | % | 1950/1991 |
| AMARANTE | 22493 | 19,6 | 24481 | 24,9 | 8,8 |
| BAIÃO | 29866 | 26,0 | 22456 | 22,8 | -24,8 |
| M.CANAVESES | 8147 | 7,1 | 7981 | 8,1 | -2,0 |
| MESÃO FRIO | 8109 | 7,1 | 5519 | 5,6 | -31,9 |
| MONDIM BASTO | 5839 | 5,1 | 5367 | 5,5 | -8,1 |
| PESO DA RÉGUA | 18329 | 16,0 | 16308 | 16,6 | -11,0 |
| STA. M. PENAGUIÃO | 13241 | 11,5 | 8966 | 9,1 | -32,3 |
| VILA REAL | 8715 | 7,6 | 7296 | 7,4 | -16,3 |
| SERRA MARÃO | 114739 | 100,0 | 98374 | 100,0 | -14,3 |

Fonte : Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1950 e 1991

áreas: uma constituída exclusivamente pelo agrupamento de Amarante cuja população aumentou 8,8%; uma outra formada pelos restantes agrupamentos que registaram decréscimos, alguns particularmente acentuados, como em Sta Marta de Penaguião (-32,3%), Mesão Frio (-31,9%) e Baião (-24,8%).

No último período censitário (1981/1991), apenas o agrupamento de Amarante registou um aumento do número de habitantes, embora a um ritmo inferior ao da década anterior. Os restantes agrupamentos reduziram os seus efectivos populacionais, sendo de salientar que, em Sta. Marta de Penaguião, esse decréscimo foi mesmo superior ao que ocorreu nos anos sessenta. Em termos globais, pode afirmar-se que aumentou o desequilíbrio entre o agrupamento de Amarante e os restantes, onde houve uma perda de dinamismo demográfico.

O posicionamento geográfico da Serra do Marão na Região Norte, entre o litoral, mais dinâmico em termos económicos, e o interior, que procura definir estratégias de desenvolvimento capazes de inverter o processo de despovoamento que o tem atingido, reflecte, ele próprio, esta assimetria territorial que a política regional adoptada nos anos oitenta e noventa não foi, ainda, capaz de anular, embora se confirme a existência de reflexos positivos.

Não se pode, no entanto, deixar de referir, desde já, o papel fundamental que, têm tido o aumento das acessibilidades e o reforço das competências dos centros urbanos. Estes últimos, pela maior diversificação do mercado de trabalho, pelo crescimento económico que registam e pelos serviços que oferecem, têm visto aumentar a sua capacidade de fixação da população. Na área em análise, estão integradas as cidades de Amarante e de Peso da Régua (Foto 4). Existem, ainda, pequenos núcleos urbanos que coincidem com as sedes de concelho, mas cujo limiar populacional restringe a sua influência territorial. Se bem que a cidade de Vila Real se localize na periferia da Serra do Marão, não deixa de actuar sobre a sua dinâmica demográfica.

Resta, contudo, perguntar se estes núcleos urbanos constituem um *dique* ao esvaziamento populacional das áreas rurais ou se apenas funcionam como *filtro*.

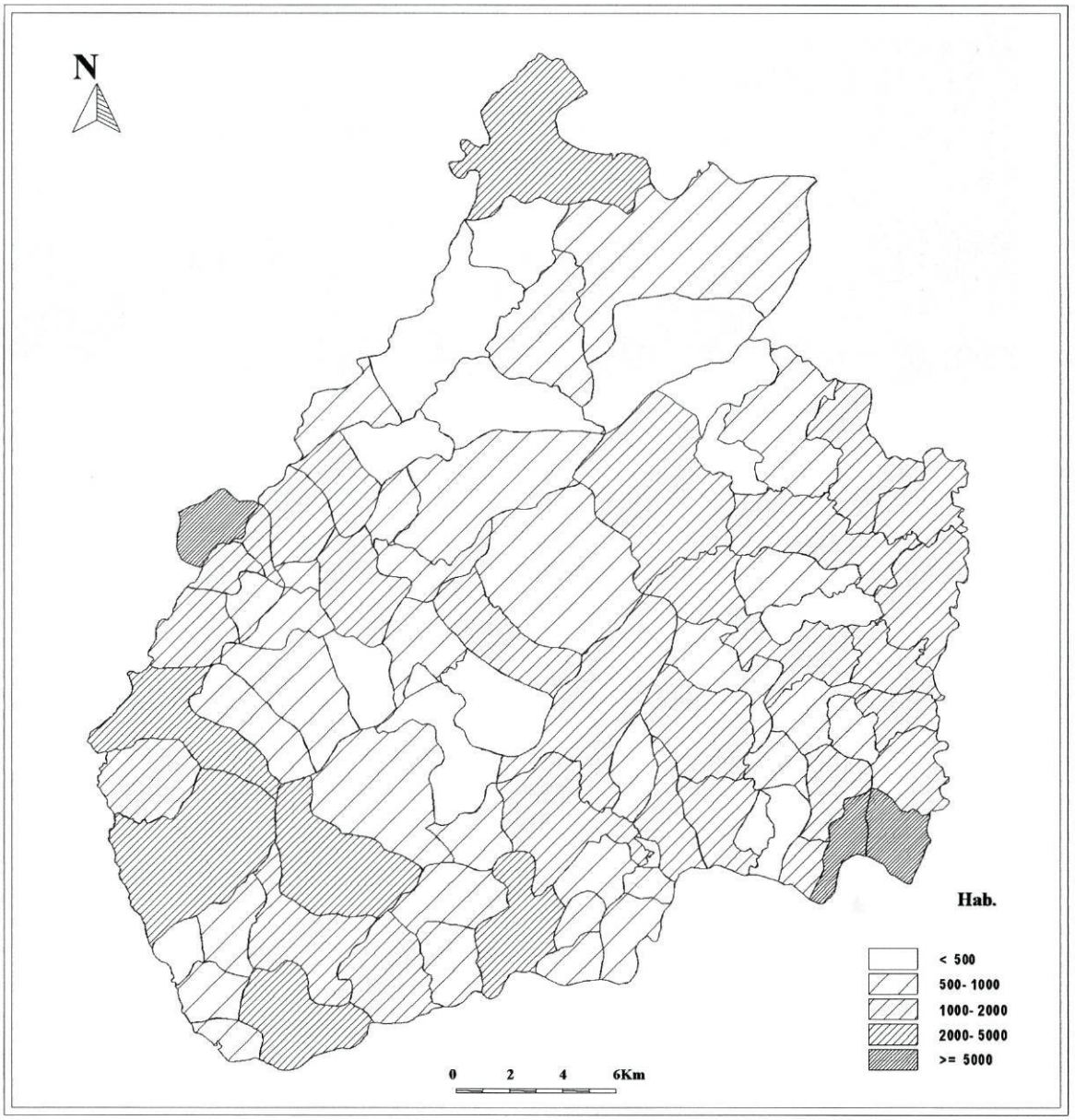


**Foto 4 – Cidade da Régua (Março, 1999).**

Esta é uma das questões a que se procura responder, seguidamente, e que implica uma abordagem mais pormenorizada. De facto, à escala da freguesia, novas heterogeneidades se definem que permitem apreender de uma forma mais objectiva os factores definidores dos contrastes espaciais.

Entre 1950 e 1991, acentuam-se as diferenças relativamente à dimensão populacional das diversas freguesias que compõem a área de estudo. As que apresentam, em 1991, maior quantitativo populacional são Godim, Peso da Régua e S. Gonçalo cuja população ultrapassa os 5000 habitantes e onde residem 16,2% dos habitantes da Serra

do Marão (Fig. 8). A freguesia sede do concelho de Mondim de Basto e algumas freguesias localizadas na parte sudoeste da Serra do Marão - Ancede, Campelo, Sta Marinha do Zêzere, Várzea de Ovelha e Aliviada, Soalhães - apresentam uma dimensão populacional compreendida entre as 2000 e 5000 pessoas. Nas freguesias com menos de 500 habitantes habitam 5,3% dos residentes da Serra do Marão. As menos populosas são Pardelhas (207 habitantes) e Quintã (190 habitantes), ambas localizadas na parte mais serrana da área em estudo.




Fonte : XIII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1991

**Fig. 8 – Dimensão populacional das freguesias em 1991**

Ao comparar-se esta situação com a existente em 1950, verificou-se um aumento do número de freguesias com menos de 500 habitantes e um reforço das que têm mais de 5000 (que são agora três, enquanto que, em 1950, apenas Peso da Régua ultrapassava esse limiar). Acentuou-se a concentração da população nas cidades de Amarante e Régua (onde residem 18,9% dos habitantes do Marão), embora apenas na primeira seja evidente o fenómeno de periurbanização, realçado pelo crescimento populacional das freguesias envolventes de Amarante. As vilas de Mondim de Basto e Baião, como sedes de concelho, têm assistido a uma expansão do espaço construído e a uma maior diversificação funcional. Já Sta. Marta (sede do concelho de Sta. Marta de Penaguião) e Mesão Frio (sede do concelho de Mesão Frio ) reflectem uma situação de estagnação e de alguma incapacidade de captar investimentos imobiliários e empresariais. O facto de se integrarem na Região Demarcada do Douro e estarem rodeados de parcelas agrícolas especializadas na cultura da vinha poderá condicionar a própria expansão destes núcleos.

Pode, assim, concluir-se que a dinâmica demográfica na Serra do Marão se traduziu no acentuar das diferenças entre uma área sujeita a um processo mais ou menos intenso de despovoamento e, uma outra, em que o fenómeno urbano gerou mecanismos de "atracção" ou, pelo menos, de "retenção" populacional.

Obviamente, não existe uma relação directa entre o comportamento demográfico e a dimensão populacional das freguesias, pois o coeficiente de correlação assume valores muito baixos. Efectivamente, os maiores decréscimos populacionais ocorridos entre 1950 e 1991 são superiores a 50% e verificaram-se em freguesias com um número de habitantes muito diversificado. Pode-se tomar como exemplo Canadelo ou Carvalho de Rei, ambas com valores ligeiramente superiores a 500 pessoas e

Sedielos[46], que, em 1950, tinha 3330 habitantes. Têm, porém, em comum o facto de se localizarem na parte mais montanhosa.

As mais elevadas taxas de crescimento (superiores a 50%) ocorreram tanto em Godim e S. Gonçalo, que tinham em 1950 um pouco mais de 3000 habitantes, como em Madalena, onde em 1950 residiam apenas 792 pessoas.

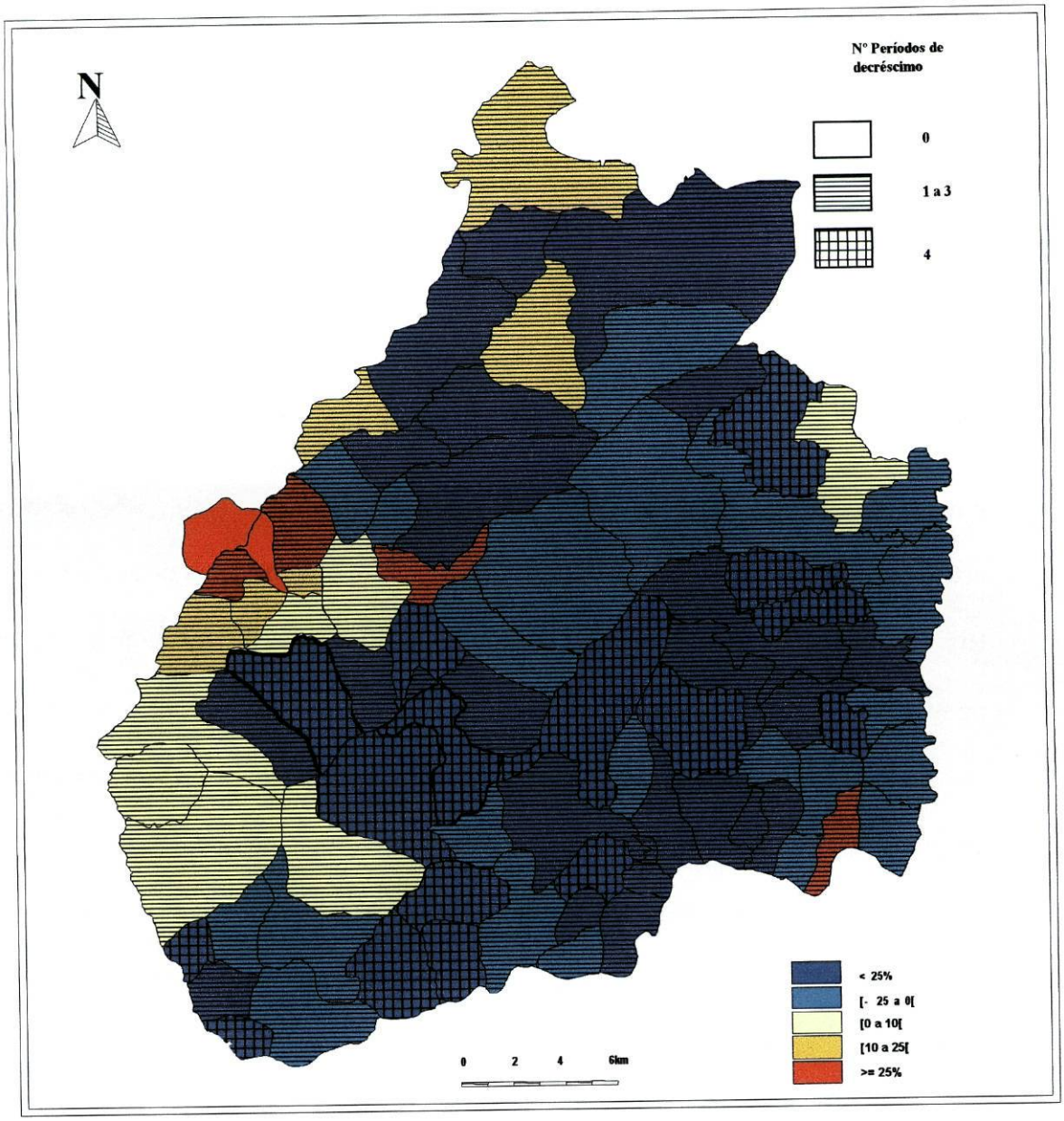
Pode, assim concluir-se que o nível urbano e funcional e a acessibilidade às áreas urbanas têm muita influência na dinâmica demográfica de cada uma das freguesias.

Nas quatro décadas consideradas, apenas Madalena e S. Gonçalo, que integram a cidade de Amarante, registaram um aumento contínuo do número de habitantes que se cifrou em, respectivamente, 52,8% e 78,8% (Fig.9). Em 1991, aí habitam 6913 pessoas, o que corresponde a 7% do total de população da Serra do Marão, ou seja, o dobro da percentagem existente em 1950 que se situava na ordem dos 3,5%.

Apenas dezasseis freguesias, localizadas tanto na área mais montanhosa como na Região Demarcada do Douro, viram decrescer continuamente a sua população entre 1950 e 1991. Todas elas perderam mais de 25% dos seus habitantes e, em Sedielos, a taxa de crescimento foi mesmo de -48,2%. Se, em 1950, nas dezasseis freguesias consideradas, residiam 20 906 pessoas (18,2 %), em 1991, viviam apenas 12 932 indivíduos (13,2%).

---

[46] Quando foi criada a freguesia de Vinhós um dos lugares que nela estava integrado era Ferraria. Todavia, em 1976, pelo decreto-lei nº734/76 de 15 de Outubro a povoação mencionada volta a fazer parte da freguesia de Sedielos, onde ainda hoje se mantém. A razão desta alteração foi a vontade expressa pela maioria da população do referido lugar. O Recenseamento da População de 1991 contabiliza os residentes em Ferraria como pertencentes à freguesia de Vinhós o que não é correcto pelo facto de o decreto-lei referido se encontrar em vigor. Assim , em 1991, a população de Vinhós seria de 725 pessoas em vez dos 866 habitantes. A de Sedielos seria de 1605 pessoas em vez das 1464 que consta da publicação do INE.




Fonte: Recenseamentos da População, INE, Lisboa.

**Fig. 9- Evolução da população residente entre 1950 e 1991, por freguesia**

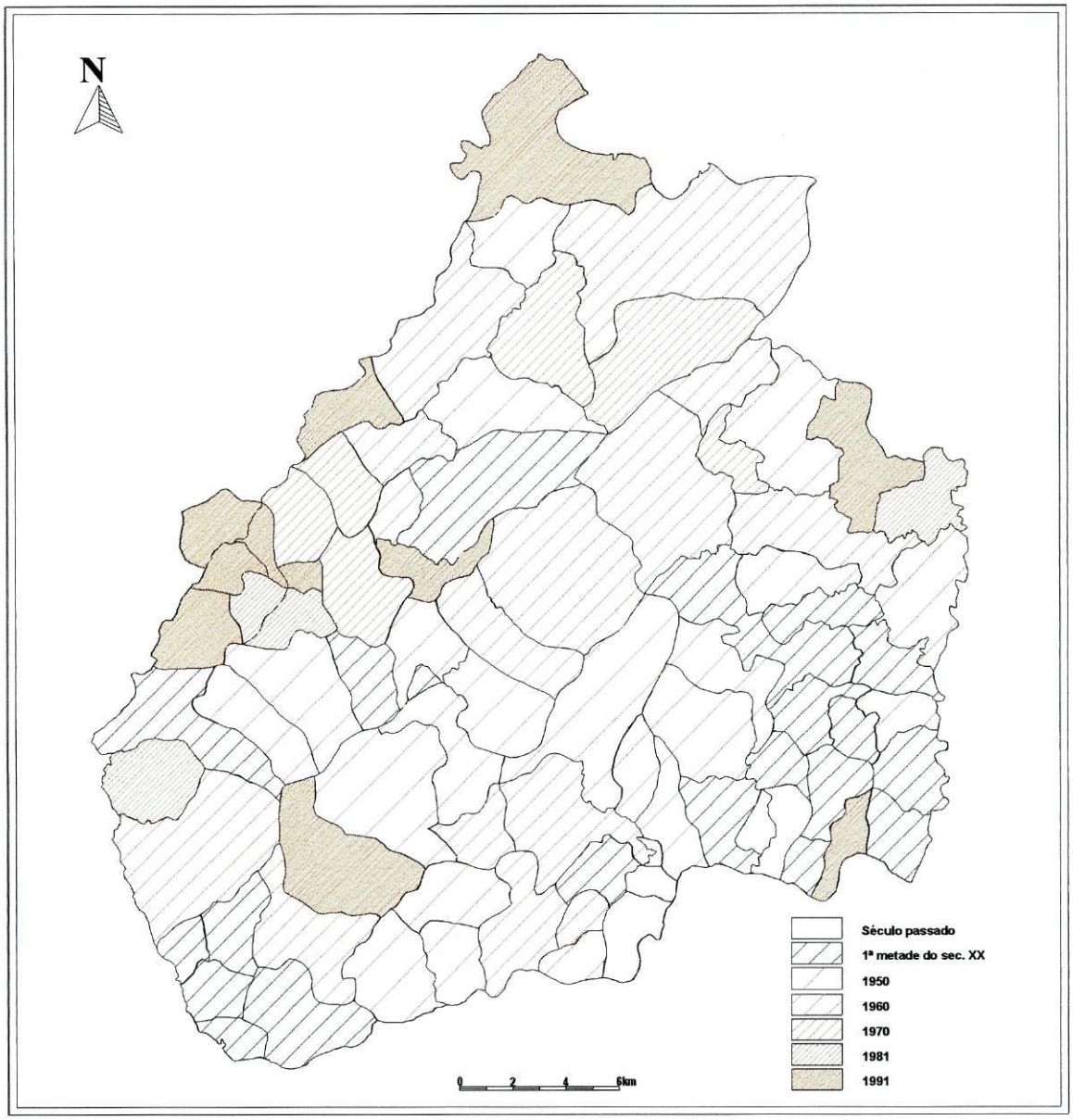
As restantes freguesias apresentaram pelo menos um período intercensitário com taxa de crescimento positiva.

O decréscimo populacional atingiu a maior parte das freguesias da Serra do Marão, pois apenas dezanove registaram, no período em análise, taxas de crescimento

positivas, apresentando todas elas uma localização periférica. Na parte ocidental da Serra do Marão individualizam-se a cidade de Amarante e freguesias envolventes, três freguesias do agrupamento de Marco de Canaveses (relacionado com o potencial de emprego na indústria transformadora, construção civil e serviços da cidade do Marco e de outras freguesias do concelho) e, ainda, Campelo. Na parte norte, destacam-se Mondim de Basto (onde está implantada a sede de concelho) e Campanhó, localizada em pleno maciço montanhoso, mas onde a silvicultura e a construção civil surgem como actividades fixadoras da população em idade activa. Na parte oriental, encontram-se Mondrões, influenciada pelo crescimento urbano da cidade de Vila Real e Godim, atingida pela expansão da cidade da Régua.

Apenas onze freguesias registam em 1991 o seu máximo de população (Fig. 10). A maior parte delas integra o núcleo urbano de Amarante e algumas freguesias envolventes. Campelo, Mondim de Basto e Godim, onde se localizam as sedes dos municípios a que pertencem ou, pelo menos, parte deles, também atingem o seu máximo populacional em 1991. Nestas mesmas circunstâncias, há ainda a considerar Mondrões, na periferia da cidade de Vila Real.

Os anos de 1950 e 1960 são, efectivamente, um marco importante na análise demográfica da Serra do Marão pois, para trinta e seis freguesias, o máximo populacional foi então atingido, enquanto que, para dez, ele ocorreu em 1981 ou em 1970. Em várias freguesias dos agrupamentos de Peso da Régua e de Sta. Marta de Penaguião, assim como na parte sudoeste do concelho de Baião, para além de outras freguesias dispersas, o máximo de população ocorreu na primeira metade do século XX. Apenas em cinco freguesias do extremo ocidental da Região Demarcada do Douro (Barqueiros, Cidadelhe, Oliveira, S. Nicolau e Vila Jusã), o número de habitantes existente no século XIX nunca mais foi superado.



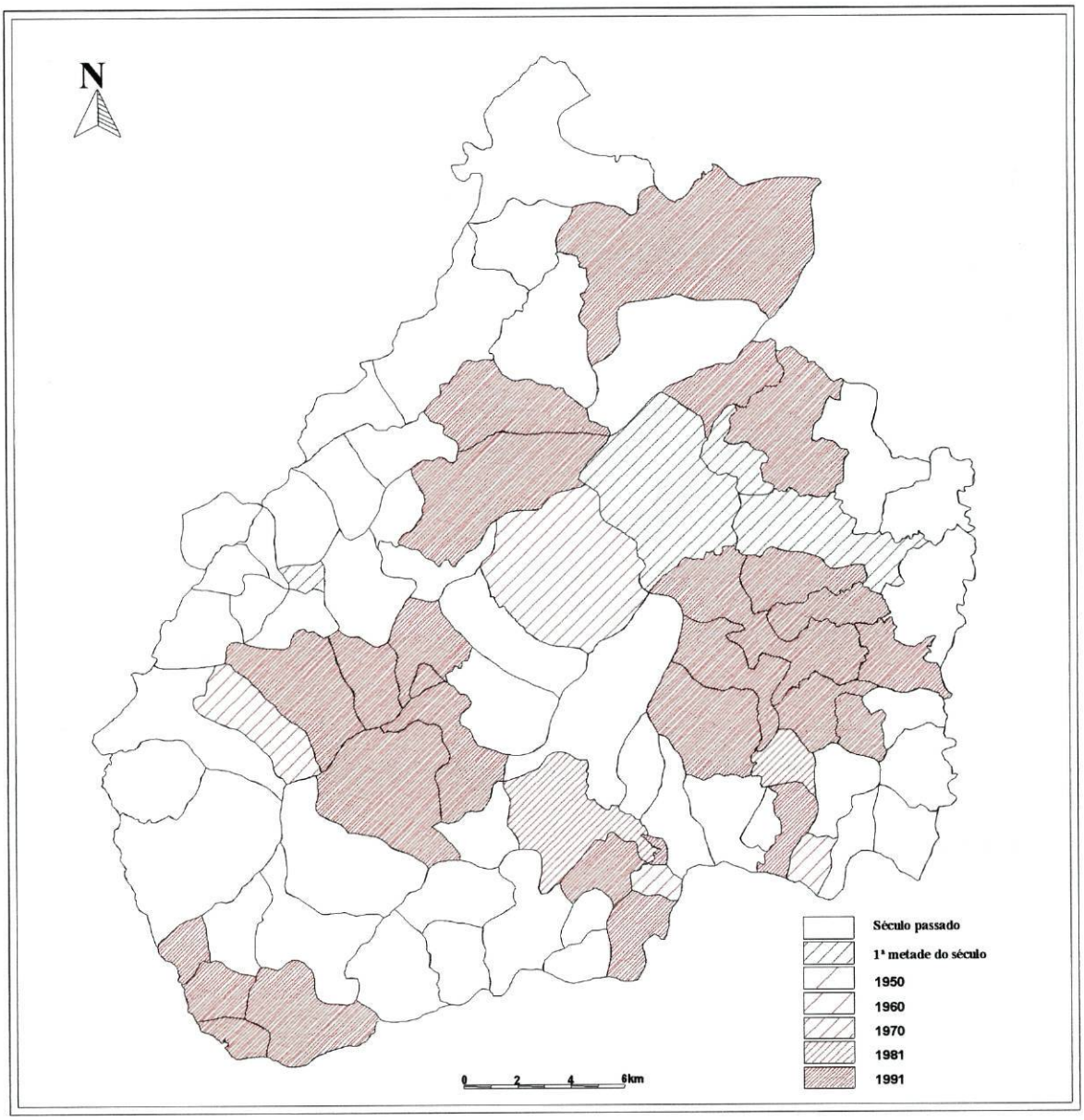

Fonte: Recenseamentos da População, INE, Lisboa

**Fig. 10 – Data do máximo de população**

Em relação ao período em que foi atingido o mínimo de população há dois aspectos que merecem destaque (Fig. 11): por um lado, na maior parte da Serra do Marão, ele ocorreu no século passado; por outro, em vinte e seis freguesias 1991 representa o ano em que se atingiu o menor número de habitantes de todo o período censitário (desde 1864 a 1991). Estas distribuem-se por áreas com características

geográficas distintas. Tanto se localizam na Região Demarcada do Douro, como nas áreas de maiores altitudes e declives. Está-se, assim, perante a área da Serra do Marão com maiores problemas em termos de despovoamento.

Note-se, porém, que definir, com maior precisão, a dinâmica demográfica, passa por conhecer a intensidade e o comportamento das componentes naturais e migratórias.




Fonte: Recenseamento da População, INE, Lisboa

**Fig. 11 – Data do mínimo de população**

### 1.2.2 - Perda de vitalidade demográfica: a tendência e os contrastes territoriais (1950-1995)

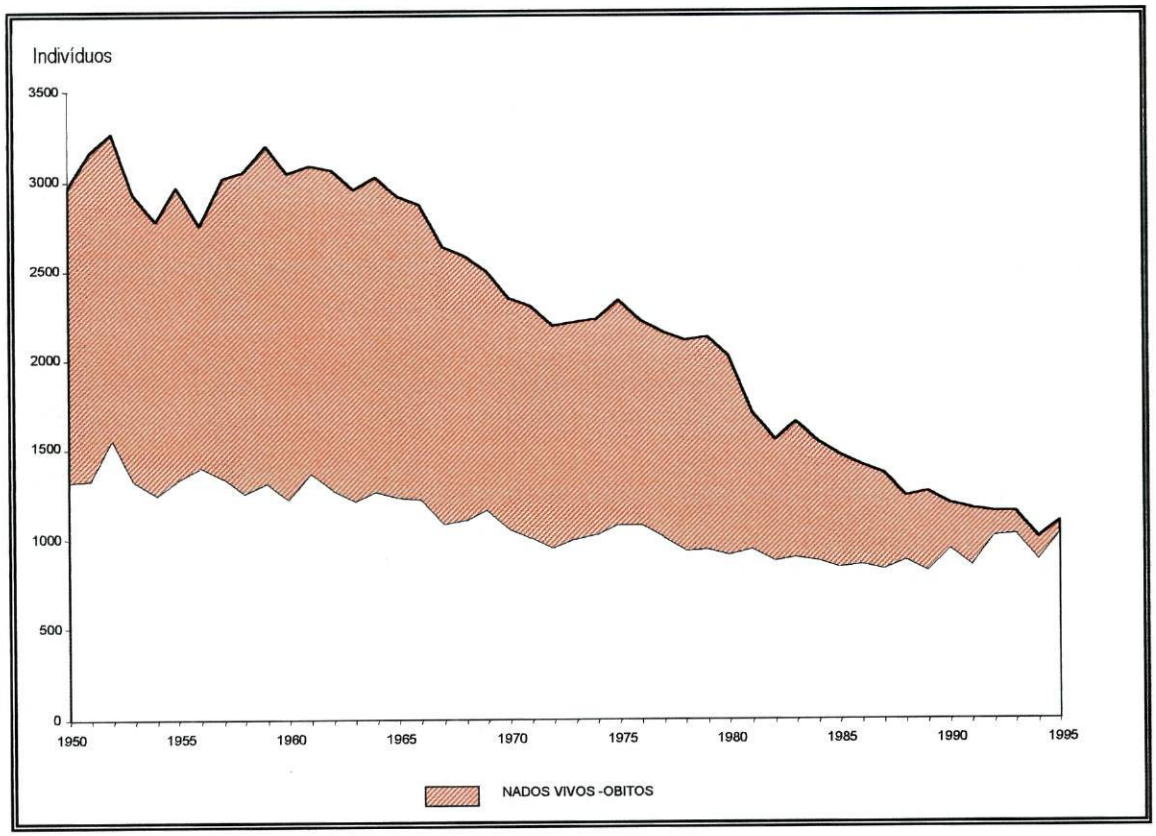
Nos anos cinquenta, na Serra do Marão, nasceram anualmente, em média, 3009 indivíduos (Quadro VI, anexo B). O valor máximo ocorreu em 1952 com 3272 nados-vivos (Fig. 12). A partir do fim dos anos cinquenta, começou a delinear-se uma tendência decrescente, sendo de referir a quebra particularmente vincada entre 1980 e 1981, onde os nados-vivos diminuíram 320 efectivos, nunca mais voltando a serem atingidos quantitativos superiores a 2000 nados-vivos por ano. Entre 1990 e 1995, em média, surgiram, em cada ano, 1119 nados-vivos, o que representa uma redução de 63% em relação à situação existente nos anos cinquenta.

Nos agrupamentos de Mondim de Basto e Sta Marta de Penaguião, o número de nados-vivos foi decrescendo ao longo de todo o período, registando-se nos anos noventa uma média anual de 66 e 93 nados-vivos, respectivamente. Foi nestes agrupamentos que se assistiu a um decréscimo mais acentuado dos nados-vivos.

Peso da Régua e Baião manifestaram um comportamento semelhante e diferenciam-se dos agrupamentos anteriores pelo facto de, no fim dos anos cinquenta e no início da década seguinte, apresentarem um acréscimo do número de nados-vivos. A tendência também é decrescente, sendo a redução na ordem dos 56% em Baião e de 63% em Peso da Régua.

Nos outros três agrupamentos, ao longo dos anos cinquenta, verifica-se um aumento do número de nados-vivos, como aconteceu em Amarante e Vila Real, ou uma certa estabilização, como foi o caso de Mesão Frio. Esta situação prolonga-se pelos inícios dos anos sessenta em Vila Real. Mas, em seguida, a tendência volta a ser decrescente. O menor decréscimo, na ordem dos 55%, ocorreu em Amarante, enquanto

em Mesão Frio e Vila Real, se situa na ordem dos 71%. Se, em Amarante e Vila Real, os decréscimos mais intensos têm lugar no início dos anos oitenta, em Mesão Frio, foi no fim dos anos sessenta e inícios dos anos setenta que tal se verificou. Conclui-se que o decréscimo da natalidade foi uma realidade em todos os agrupamentos, embora haja diferenciações no momento de início dessa tendência.




Fonte: Assentos de nascimento e óbitos- Conservatórias do Registo Civil
Estatísticas Demográficas, de 1992 a 1995, INE, Lisboa

**Fig. 12 – Evolução do crescimento natural na Serra do Marão entre 1950 e 1995**

É inútil iniciar a abordagem da mortalidade pela análise do número absoluto de óbitos (Quadro VII, anexo B) porque é óbvia a sua relação directa com a dimensão

populacional de uma determinada área (C. VANDESCHRICK, 1995). Nesta fase do trabalho, apenas interessa considerar a influência deste fenómeno na variação anual do crescimento natural, deixando para mais tarde a abordagem dos níveis deste fenómeno, assim como a quantificação do impacte da estrutura.

Na década de cinquenta, em cada ano, fruto da componente natural, acrescentava-se, em média, cerca de 1671 indivíduos[47] (Quadro VIII, anexo B). Desde então, a tendência tem sido decrescente e nos anos noventa verifica-se que o crescimento natural foi, em média, de 166 indivíduos por ano. Enquanto nos agrupamentos de Mesão Frio, Mondim de Basto e Sta Marta de Penaguião o decréscimo foi contínuo, nos restantes agrupamentos, tal não aconteceu. Em Amarante, os anos setenta traduziram-se num aumento do crescimento natural, o que ocorreu em Baião, Peso da Régua e Vila Real nos anos sessenta.

Actualmente, em Amarante, Mondim de Basto e Baião, os saldos fisiológicos mantêm-se positivos. Em Peso da Régua e Mesão Frio, na década de noventa, surgiu apenas um ano com saldos fisiológicos negativos. Em Sta. Marta de Penaguião e Vila Real, esta situação encontra-se muito mais generalizada pelo que o crescimento natural, entre 1990 e 1995, foi já claramente negativo, o que não sucedeu em nenhum dos outros agrupamentos.

A análise da natalidade e da mortalidade a nível de freguesia permite definir com maior precisão as áreas onde já se registam crescimentos naturais negativos (Quadro IX a XV, anexo B). Deste modo, no caso de não haver inversão na tendência decrescente da natalidade, o aumento populacional só poderá ocorrer se existir um balanço migratório positivo.

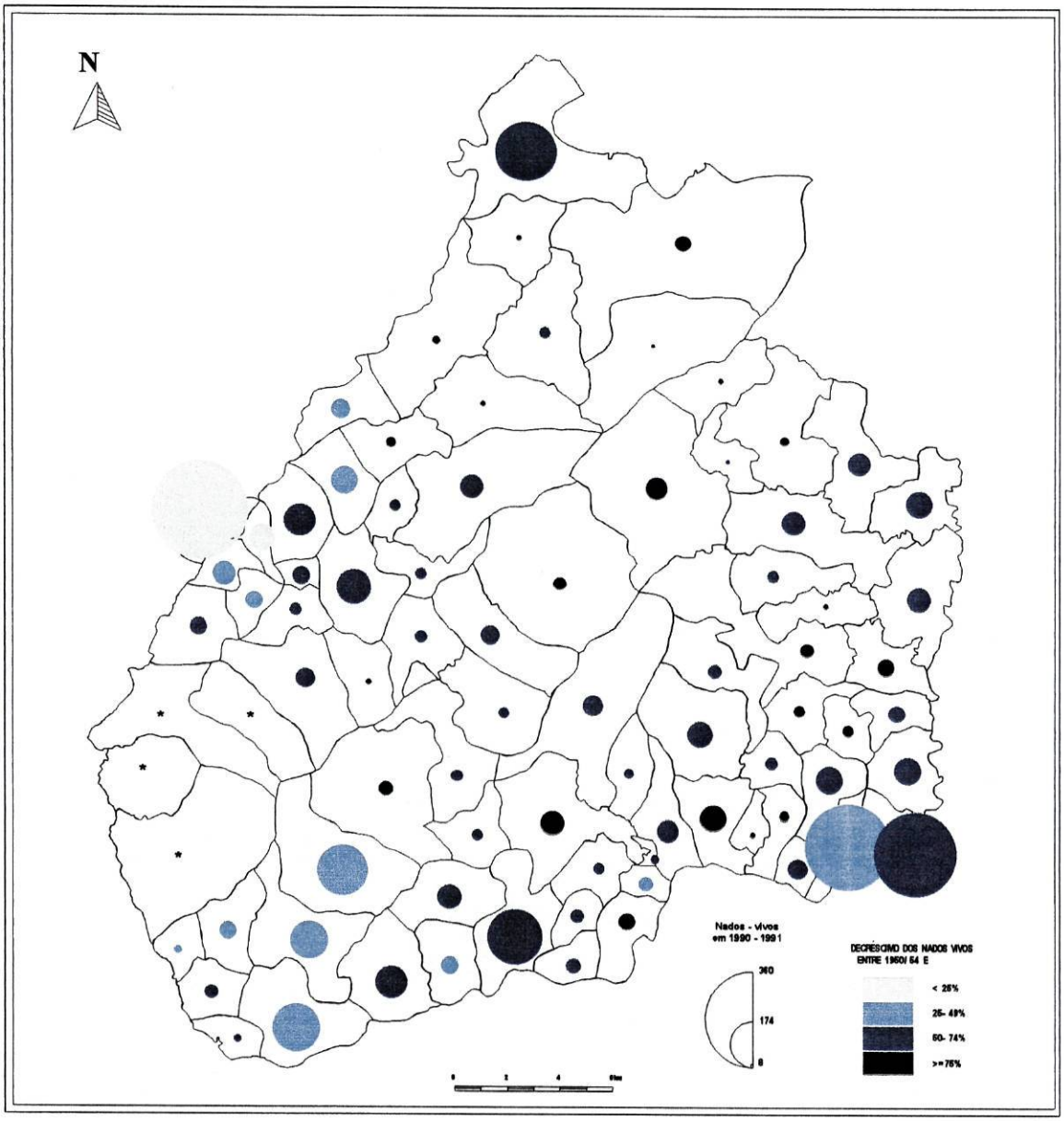
---

[47] Este valor não inclui as quatro freguesias do Marco de Canaveses que se consideraram como fazendo parte da Serra do Marão. Atendendo à morosidade da consulta dos registos de nascimento e óbito, não foi possível concluir a recolha desses elementos dentro do prazo previsto.

Ao comparar-se o número de nados-vivos nos períodos de 1950-1954 e 1990-1994, verifica-se uma diminuição em todas as freguesias que, todavia, não assumiu igual intensidade em todas elas (Fig. 13). Os decréscimos menos significativos ocorreram em dois tipos de situações: freguesias com taxas de crescimento positivas e, por conseguinte, com um maior número de mulheres em idade fecunda, embora a fecundidade possa já ser reduzida, como é o caso de S. Gonçalo e Madalena; freguesias rurais em despovoamento, mas onde a fecundidade se mantém elevada, como sucede em Covelas. Os decréscimos mais elevados (superiores a 85%) ocorreram em Fontes, Vila Cova e Pardelhas, isto é, em freguesias em despovoamento.

Em quase todas as freguesias, o número máximo de nados-vivos por quinquénio ocorreu nos anos cinquenta e/ou sessenta. Se em Carvalho de Rei, S. Simão de Gouveia, Sta Cristina, Ermelo, Fontelas, Loureiro e Sever o decréscimo foi contínuo, nas restantes freguesias, há uma maior variabilidade tanto no que se refere ao quantitativo quinquenal de nados-vivos, como ao momento em que se registou o seu máximo. Isto resulta de se estar a analisar unidades administrativas com quantitativos populacionais reduzidos, com uma grande variabilidade, a nível da estrutura etária feminina em idade fecunda que os fenómenos emigratórios acentuaram. Apenas em S.Gonçalo, S. Nicolau e Campanhó, o máximo de nados-vivos se verificou na década de setenta.

Como se pode concluir pela observação da Fig. 13, o número de nados-vivos ocorridos em 1990-1994, por freguesia, é muito diferenciado. É nas freguesias menos populosas como Carvalho de Rei (8 nados-vivos), Pardelhas (7 nados-vivos), Quintã (9 nados-vivos), Cidadelhe (12), Canadelo (13), Fornelos (13), Paradança (13) e Vila Cova (14) que nasceram menos de 15 indivíduos entre 1990 e 1994. Nas restantes freguesias, o número de nados-vivos foi superior, ocorrendo os maiores quantitativos em Peso da Régua (309 nados-vivos), Godim (320) e S. Gonçalo (360).




Fonte: Assentos de nascimento - Conservatórias do Registo Civil
Estatísticas Demográficas, de 1992 a 1994, INE, Lisboa
***inexistência de informação**

**Fig. 13 – Número de nados-vivos ocorridos em 1990/94, segundo a intensidade do decréscimo entre 1950/54 e 1990/94**

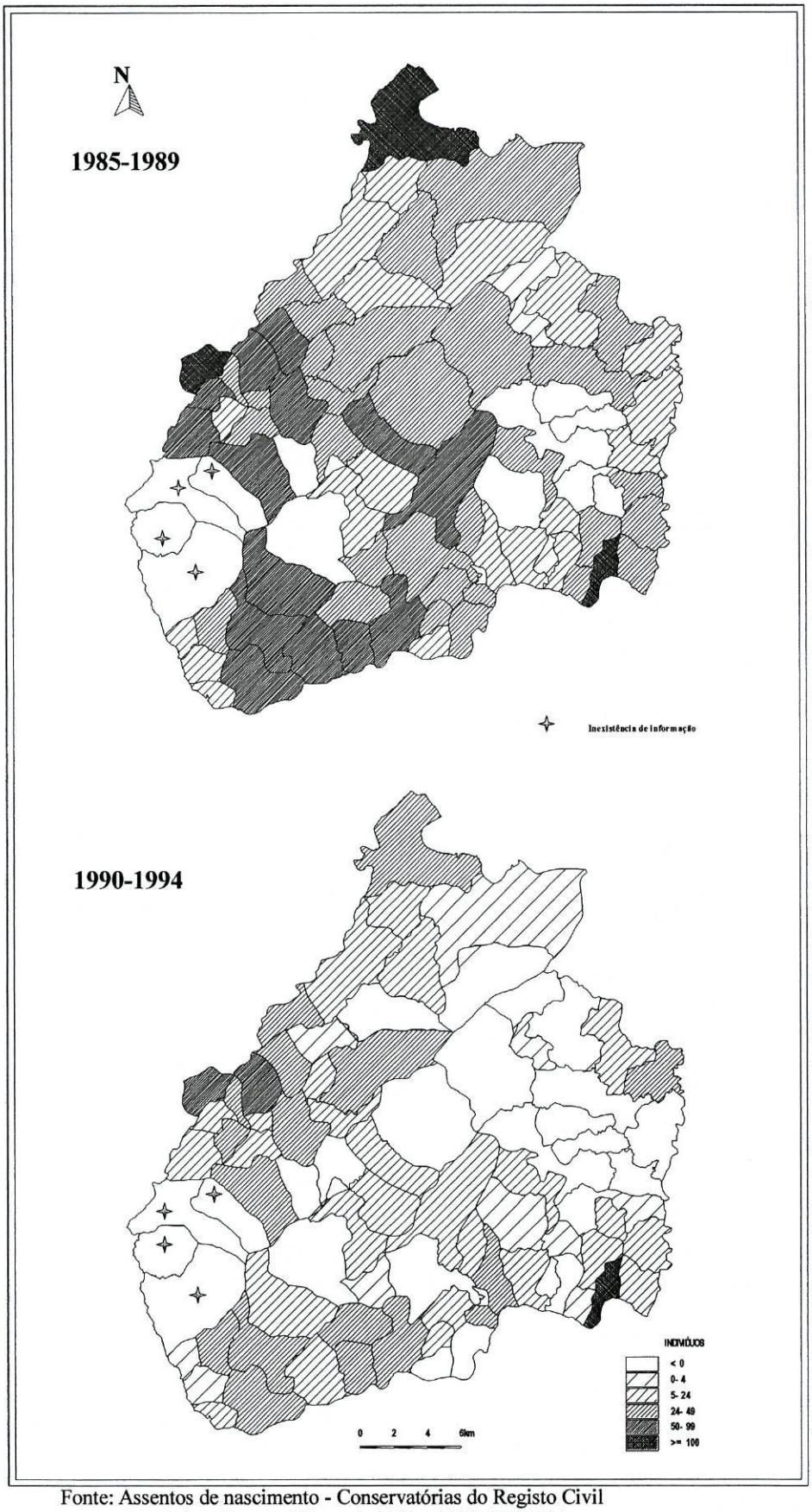
Como seria de esperar na perspectiva da transição demográfica, a evolução do crescimento natural, por períodos intercensitários (Quadro XVI, anexo B), evidencia

uma tendência para a redução, que se explica pelo decréscimo da fecundidade e da diminuição do número de mulheres em idade fecunda consequência da emigração. Se até 1981 todas as freguesias registaram crescimento natural positivo, no período de 1981/1991, surgiram valores negativos em Cidadelhe, Sedielos, Fontes, Fornelos, Medrões, Sanhoane e Ovil.

A análise, com base em quinquénios, permite concluir que se, em 1985-89, eram nove as freguesias com crescimentos naturais negativos, no quinquénio seguinte, são já em número muito superior, localizando-se preferencialmente na Região Demarcada do Douro e nalgumas das freguesias mais serranas (Fig. 14). Convém salientar que é em S. Nicolau, Fornelos, Medrões, Fontes, Louredo, Carvalho de Rei e Ovil, onde se começa a notar uma certa persistência de saldos fisiológicos, negativos, que se encontram as situações mais problemáticas em termos de sustentabilidade demográfica. Há outras dez freguesias localizadas principalmente na parte oriental e sul da Serra do Marão em que o crescimento natural continua nulo ou positivo mas, em 1990/94, era já muito baixo (inferior a 5) pelo que poderá tornar-se negativo a breve prazo já que, no quinquénio referido, houve um ou mais valores anuais negativos. Nesta situação estão Olo, Mesquinhata, Sta Leocádia, Viariz, Ermelo, Fontelas, Moura Morta, Sedielos, Quintã e S. Miguel de Lobrigos.

Nas restantes freguesias, o crescimento natural continua a ser francamente positivo e poderá manter-se assim, pelo menos, até ao fim do século.

Em relação à importância da componente migratória na dinâmica demográfica, no período em análise, a Serra do Marão apresentou sempre saldos migratórios negativos, tendo ocorrido o valor máximo em 1960/1970 (Quadro XVI,




Fonte: Assentos de nascimento - Conservatórias do Registo Civil
Estatísticas Demográficas, de 1992 a 1994, INE, Lisboa

**Fig. 14 – Crescimento natural em 1985-1989 e 1990-1994, por freguesia**

anexo B). Comprova-se que o acréscimo populacional de 1,1%, ocorrido em 1970/1981, se deveu ao crescimento natural positivo e a um saldo migratório que embora negativo era muito menor do que o verificado no período anterior. Em 1981/1991, o balanço também permaneceu negativo em cerca de 10 974 pessoas, o que comprova a incapacidade da Serra do Marão em fixar a população aí nascida.

Mas à escala de freguesia o panorama não se apresenta tão uniforme, sendo possível definir áreas que demonstraram capacidade atractiva. Assim, nos anos cinquenta, todas as freguesias, evidenciaram saldos migratórios negativos, com excepção de Vila Cova[48]. Na década seguinte, apenas em S. Gonçalo, Cepelos e Lufrei ocorreram saldos migratórios positivos, o que poderá estar relacionado com o reforço das competências administrativas e do mercado de trabalho do centro urbano de Amarante. Em 1970/1981, foram treze as freguesias que registaram saldo migratório positivo[49], verificando-se os balanços mais significativos nalgumas freguesias urbanas ou peri-urbanas. Mas todas elas, na década seguinte, vão voltar a ter saldos migratórios negativos, à excepção de Madalena que reforça a sua capacidade atractiva. Para além desta última, apresentaram balanços migratórios positivos Cepelos, Fridão, Padronelo, Grilo, S. Miguel de Lobrigos, Mondrões, S.Gonçalo, Campelo, Gestaçô, Quintã e Moura Morta. Convém mesmo salientar que, nas últimas cinco freguesias referidas, a taxa de

---

48 A extracção de ferro nas minas de Vila Cova, durante as décadas de cinquenta e sessenta, suscitaram uma acentuada migração de pessoas para esta área, algumas das quais viviam nas "Casas da Malta", enquanto outras se deslocavam diariamente utilizando os meios de transporte possíveis. No entanto, como o trabalho nas minas era duro, os habitantes da "região" da Campeã não se interessaram significativamente por esta actividade. A Vicominas, empresa de exploração e transformação do minério de ferro que se explorava em Vila Cova e noutras minas do Marão, que actualmente se encontra desactivada, teve a fase de maior intensidade de laboração nos anos cinquenta e na primeira metade da década de sessenta. Aí chegaram a trabalhar 760 pessoas no ano de 1968, das quais 303 (33,9%) residiam na "região" da Campeã, embora só 89 daí fossem naturais. Verificou-se assim uma forte atracção de trabalhadores sobretudo provenientes dos municípios vizinhos (F. PEDROSA, 1995).

49 No entanto este comportamento também se registou em freguesias então nitidamente rurais como Carneiro e Várzea.

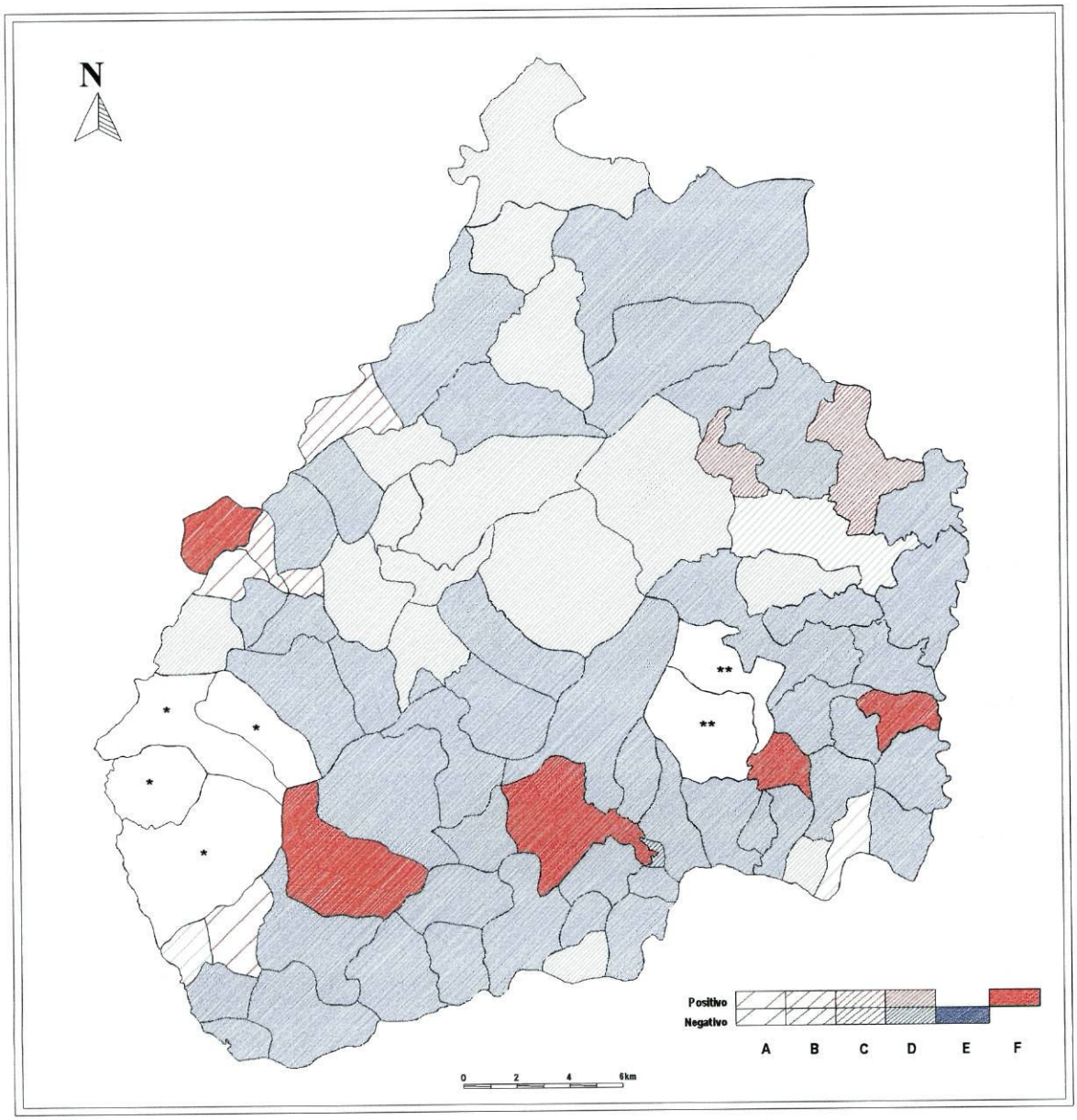
demonstraram não só capacidade de absorverem o seu crescimento natural, mas também se revelaram atractivas. Esta atracção, particularmente nítida no caso do centro urbano de Amarante e de algumas freguesias envolventes, foi, todavia, incapaz de impedir que a Serra do Marão se tenha comportado como um espaço repulsivo.

Sublinhe-se, contudo, que os movimentos migratórios são selectivos[50]. (Quadro XVII a XXIII, anexo B) verificando-se que, na maior parte das freguesias, no período de 1981 a 1991, se registaram saldos migratórios negativos em todos os grupos etários (Fig. 15). No entanto, nalgumas das freguesias mais serranas, como por exemplo Ansiães, Campeã e Campanhó, o saldo migratório foi negativo somente no caso dos jovens, o que pode ser indicativo das limitações do mercado de emprego e, sobretudo, da falta de edifícios com boas condições de habitabilidade em muitas aldeias motivada pelas restrições à construção impostas pelos PDM's e por um certo imobilismo do mercado fundiário em consequência da sobrevalorização do preço do solo[51]. Apenas nas freguesias de S. Gonçalo, Campelo, Gestaçô, Moura Morta e S. Miguel de Lobrigos os jovens, adultos e idosos registaram ganhos de população pela componente migratória, o que demonstra que não é fácil encontrar razões explicativas destes fenómenos, pois os principais núcleos urbanos da Serra do Marão não apresentavam os mesmos comportamentos.

---

[50] Como se dispõe da população, por freguesia, segundo o grupo etário para 1981 e 1991, assim como dos óbitos e nados-vivos, optou-se por avaliar a intensidade dos movimentos migratórios por escalões etários, utilizando o Diagrama de Lexis.

[51] A procura crescente de residências secundárias por parte de população que vive nos centros urbanos tem contribuído para inflacionar o preço do solo.




Fonte: Assentos de nascimento e óbito, Conservatórias do Registo Civil
XII e XIII Recenseamentos Gerais da População, INE, Lisboa

***inexistência de informação**

****devido ao problema referido na nota 46 da página 77, não se pode cartografar os saldos migratórios por idades.**

| Grupos etários | Tipo de comportamento do saldo migratório por grupos etários entre 1981 e 1991 entre 1981 e 1991 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | A | B | C | D | E | F |
| Jovens | Positivo | Positivo | Negativo/Nulo | Negativo/Nulo | Negativo | Positivo |
| Adultos | Positivo | Negativo/Nulo | Positivo | Neg./Nulo/Posit. | Negativo | Positivo |
| Idosos | Negativo/Nulo | Negativo/Nulo | Positivo | Positivo | Negativo | Positivo |

**Fig. 15 – Saldo migratório por idades entre 1981 e 1991, por freguesia**

A figura 16 sintetiza a dinâmica demográfica da Serra do Marão. Como áreas de maior dinamismo populacional que têm demonstrado capacidade de fixação e de atracção da população, evidenciam-se Madalena, S. Gonçalo, Cepelos, Campelo, Fridão, Padronelo e Mondrões. Em todas estas freguesias, o ano de 1991 é o que apresenta o máximo de população de todo o período censitário. O crescimento natural é francamente positivo. O saldo migratório revela-se positivo em 1981/1991, mas, nas freguesias que integram o núcleo urbano de Amarante, registaram-se dois períodos com saldo migratório positivo. Nestas três freguesias – S. Gonçalo, Madalena e Cepelos -, entre 1950 e 1991, o crescimento populacional foi superior a 40%. Nas restantes, esse quantitativo foi menor.

As freguesias de Mondim de Basto, Godim, Várzea e Salvador do Monte também atingem em 1991 o máximo de população. Apresentam *forte dinamismo demográfico* já que, entre 1950 e 1991, viram aumentar o seu efectivo populacional. Com crescimento natural positivo não têm capacidade atractiva, pois o saldo migratório foi negativo em 1981/1991, embora, em Mondim de Basto, Godim e Várzea, tenha sido positivo entre 1970/1981.

As freguesias de Grilo, Moura Morta, Gestaçô, Quintã e S.Miguel de Lobrigos apresentam *indícios de recuperação demográfica*, apesar de a população em 1991 ser inferior à existente em 1950. Os anos oitenta reflectem uma recuperação demográfica que não resultou apenas do crescimento natural, mas também de um balanço migratório positivo entre 1981 e 1991.

Também Viariz e Sanche evidenciam *indícios de recuperação demográfica*, embora o saldo migratório se mantivesse negativo. Não obstante terem perdido menos de 6% da sua população, entre 1950 e 1991, os anos setenta e oitenta foram de crescimento populacional. A observação dos saldos fisiológicos após 1991 aponta para

uma certa estabilidade em Sanche. No caso de Viariz, embora o balanço entre 1990/1994 seja nulo, o ano de 1995 apresenta um valor positivo.

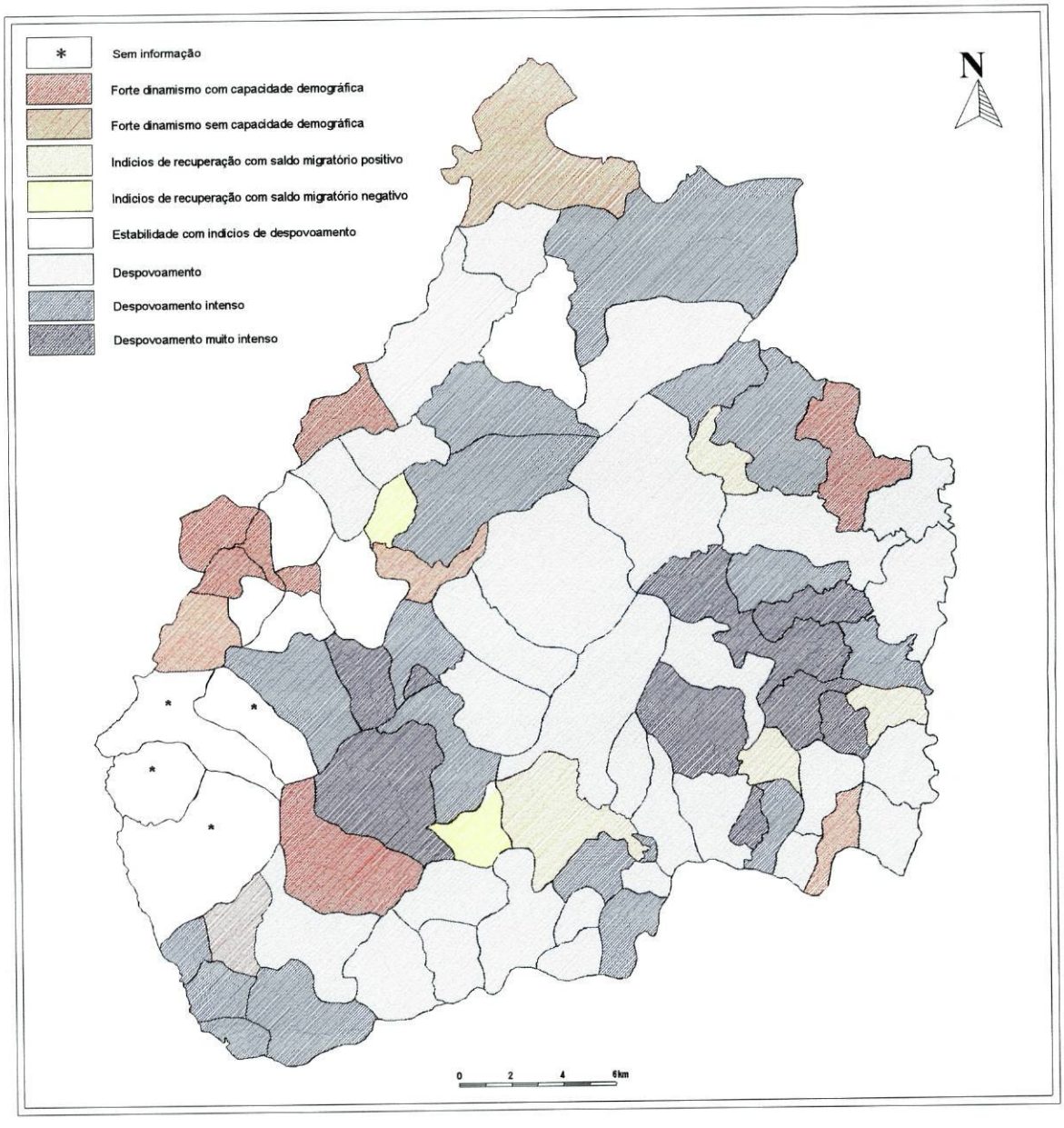



**Fig. 16 – Dinamismo demográfico da Serra do Marão**

Num outro grupo constituído por cinco freguesias, depara-se com uma situação que se designa por *estabilidade com sinais de despovoamento*. O número de habitantes aumentou entre 1950 e 1991; no entanto, se o crescimento natural continua

positivo, o balanço migratório tem-lhes sido sempre desfavorável. Por exemplo, em Lufrei, o acréscimo populacional no período considerado foi de 40% e, nos anos oitenta, a população aumentou. Em Gondar, Jazente, Campanhó e Lomba, os acréscimos foram menos significativos, sendo de referir que os seus efectivos diminuíram entre 1981 e 1991. A heterogeneidade deste agrupamento poderá, ainda, vir a acentuar-se no futuro. De facto, o crescimento natural após 1991, continua francamente positivo em Lufrei, o que leva a pensar que esta freguesia continuará a aumentar o número dos seus habitantes. Nas restantes, surge já, pelo menos, um ano em que o crescimento natural foi negativo e noutros, embora positivo, é muito reduzido.

Nas restantes freguesias, entre 1950 e 1991, assistiu-se a um decréscimo populacional cuja intensidade foi muito diversa.

Pode-se falar em *despovoamento muito intenso* em Sedielos, Sanhoane, Fornelos, Ovil, Fontes, Carvalho de Rei, Medrões e Cidadelhe, onde se verificou uma redução superior a 40% no número dos seus habitantes. O saldo migratório foi sempre negativo e, em 1981/91, o crescimento natural já se revelou negativo. Se nas quatro primeiras freguesias o decréscimo foi contínuo em todo o período, nas outras quatro, o facto de terem visto a sua população aumentar entre 1960 e 1970, resultante de uma diminuição do saldo migratório, não alterou de forma alguma a tendência de despovoamento que acabou por se confirmar. Em todas elas, o ano de 1991 representou o valor mínimo de população desde 1864.

Noutras dezoito freguesias, também se sentiu um *despovoamento intenso* e as características gerais apresentadas para o conjunto anterior também aqui podem ser encontradas. No entanto, há que salientar duas importantes diferenças. A primeira é que, nestas freguesias, em 1981/1991, o crescimento natural foi ainda positivo, embora em todas elas, com excepção de S. Simão de Gouveia e Loivos do Monte, já surjam, nos finais dos anos oitenta, ou pelo menos nos anos noventa, saldos fisiológicos negativos ou

nulos. A segunda diferença prende-se com a intensidade do decréscimo da população. Assim, se em Canadelo o decréscimo foi de 53% e, em Ribadouro, Ermelo e S. Nicolau foi superior a 40%, nas restantes freguesias, os valores foram menores, se bem que, sempre superiores a 20%.

Nas outras vinte e nove freguesias, o *despovoamento* fez-se sentir, mas não de uma forma tão acentuada. O crescimento natural tem sido positivo e o balanço migratório sempre negativo. Entre 1950 e 1991, registou-se um decréscimo da população; todavia, este último ano não representou o mínimo de população de todo o período censitário. Se em Parada de Cunhos o único período de decréscimo foi de 1981 a 1991, já em Valadares ou Teixeira o decréscimo entre 1950 e 1991 foi contínuo. As restantes freguesias apresentam comportamentos intermédios.

Mais importante do que valorizar este aspecto será ter em consideração a intensidade desse decréscimo populacional. Assim, em Vila Chão do Marão, Peso da Régua[52], Frende, Teixeiró e Vila Jusã, ele foi superior a -15%. Nas outras freguesias, os decréscimos foram mais intensos, surgindo valores inferiores a -35% em Olo, Sta Cristina e Covelas.

Conclui-se que os núcleos urbanos de Peso da Régua e Amarante funcionam como áreas de importante crescimento populacional interno, apesar de apenas o primeiro ter criado mecanismos de fixação de população nas áreas envolventes. Obviamente, esta capacidade depende do próprio dinamismo económico e social de cada uma das cidades. Porém, sendo Vila Real um aglomerado urbano hierarquicamente superior aos existentes no perímetro da Serra do Marão, qual o seu impacto na sustentabilidade demográfica da Serra do Marão? O único aspecto que servirá como resposta poderá ser o facto de

---

52 A inclusão de Peso da Régua neste agrupamento poderá explicar-se pelo crescimento dos serviços inerentes à sua função urbana, enquanto que a expansão do espaço habitacional se verifica fundamentalmente para Godim. Em Peso da Régua, de 1991 a 1995, só o ano de 1993 não apresenta crescimento natural negativo.

Mondrões apresentar um forte dinamismo demográfico que tem de ser, pelo menos parcialmente, explicado pela proximidade a Vila Real.

Paralelamente, verifica-se que aumenta a área de menor densidade populacional, onde não surgem sinais de inversão do processo de despovoamento. Este está presente tanto nas freguesias mais isoladas e localizadas a maior altitude, como na Região Demarcada do Douro. A própria sede do concelho de Mesão Frio evidencia desvitalização demográfica. O despovoamento que atinge grande parte da Serra do Marão coloca, indiscutivelmente, problemas na qualificação desses espaços e de qualidade de vida à população que continua aí a viver. Mas estes contrastes deverão ainda ser definidos à escala de lugar para assim delimitar com maior precisão as áreas em despovoamento mais intenso que poderão também ter alguns exemplos em freguesias que na síntese da dinâmica demográfica anteriormente apresentada demonstram *forte dinamismo demográfico com capacidade atractiva*. De facto, a unidade administrativa encerra, em si mesma, grandes contrastes principalmente nas que apresentam uma extensa superfície. A título exemplificativo, refira-se a freguesia de Campelo, onde se localiza a sede do concelho de Baião. A expansão urbanística da vila também resultou de um certo dinamismo demográfico. No entanto, também se encontram nesta freguesia núcleos populacionais que se esvaziaram por completo - como Vale Abrigoso (nos anos sessenta) ou Currais (nos anos oitenta) - ou que têm visto reduzir-se o número dos seus habitantes como acontece em Almofrela. Assim, pode dizer-se que os limites que estabelecidos com base na freguesia são ainda demasiado grosseiros, para delimitar as áreas com maiores problemas de despovoamento.

## 1.3- A fecundidade e a mortalidade na segunda metade do século XX

### 1.3.1- A fecundidade

A compreensão da influência da natalidade[53] no crescimento demográfico implica identificar a intensidade da fecundidade, independentemente do efeito da estrutura etária e biológica.

O número de nados-vivos, sendo influenciado pela quantitativo populacional de cada unidade territorial, não é um bom indicador do nível de natalidade. Por isso, recorre-se com frequência à taxa de natalidade que, embora elimine a influência do quantitativo de população e aproxime da medição da força do fenómeno, é muito influenciada pelos efeitos da estrutura etária e biológica. Uma forma de eliminar estes últimos é utilizar, em vez da população total de uma unidade geográfica o efectivo de mulheres em idade fecunda e, por conseguinte a taxa de fecundidade geral. Note-se, contudo, que, no interior do grupo das mulheres em idade fecunda, podem constatar-se diferenças, pelo que é preferível recorrer à taxa específica de fecundidade ou taxa de fecundidade por idades. Este indicador controla os efeitos da estrutura etária, mas a um nível mais "*fino*" que a taxa de fecundidade geral, já que o numerador e o denominador contêm elementos de estrutura que permitem maior pormenorização que os referidos anteriormente.

---

[53] Fala-se de natalidade se os nados-vivos se relacionam com a população total e de fecundidade se a relação é estabelecida com as mulheres em idade de procriar. A natalidade é o resultado da interacção entre a fecundidade e a estrutura.

O único "inconveniente" da sua utilização é a manipulação de um grande volume de informação. Os índices sintéticos acumulam as vantagens de todos os indicadores anteriormente mencionados, visto que resumem num só número a informação fornecida pelas taxas e, simultaneamente, controlam os efeitos da estrutura (C. VANDESCHRICK, 1995).

Neste espaço serrano, a análise das taxas brutas de natalidade, no período considerado, evidencia, aliás como seria de esperar, uma tendência decrescente, sendo em 1991 de 12,9‰ (Quadro XXIV). Os valores mais baixos surgem em Vila Real (10,5‰) e Sta. Marta de Penaguião (10,6‰). É em Baião que o indicador em análise assume o valor mais elevado (14,3‰). Se se confrontar, para 1991, esta informação com os resultados que podem ser extraídos a partir da taxa de fecundidade geral, pode concluir-se que não se evidenciam alterações significativas. Mas tudo se altera ao considerar-se as taxas de fecundidade por idades, que apresentam uma grande variabilidade verificando-se os valores mais elevados, em Mondim de Basto, Mesão Frio e Baião. Em Amarante, Mondim de Basto, Peso da Régua e Vila Real, o comportamento da taxa de fecundidade por idade foi idêntica em todos os agrupamentos, ocorrendo o valor mais elevado pelos 25-29 anos. Sta Marta de Penaguião apresentou um comportamento semelhante ao dos agrupamentos anteriores, apenas diferindo pelo facto da taxa de fecundidade dos 15-19 anos ser superior à dos 35-39 anos. Em Baião e Mesão Frio, a taxa de fecundidade mais elevada ocorre pelos 20-24 anos e é aí que se encontram as taxas de fecundidade dos 15-19 anos mais elevadas. Mais de 10% dos nados-vivos nascidos entre 1983 e 1995 são filhos de mães com menos de 19 anos o que representa um valor superior à média portuguesa que era de 8,5%. Este facto resulta de vários factores: menor duração do período de educação escolar e profissional e, por conseguinte, entrada mais precoce no mercado de trabalho; falta de informação sexual, pois muitos dos nascimentos de mães adolescentes ocorrem fora do casamento e em famílias de fracos recursos económicos.

**Quadro XXIV**
**Indicadores de fecundidade por agrupamento**

| Agrupamentos | Taxa bruta de natalidade | | | | | TFG | | Icf | Isf |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1950 | 1960 | 1970 | 1981 | 1991 | 1981 | 1991 | 1991 | 1991 |
| Amarante | 32,5 | 31,2 | 25,4 | 22,1 | 14,0 | 94,1 | 56,6 | 1,75 | 1,10 |
| Baião | 25,7 | 26,2 | 22,9 | 17,3 | 14,3 | 78,7 | 61,3 | 1,87 | 1,20 |
| Mesão Frio | 29,3 | 30,0 | 24,1 | 19,4 | 12,9 | 90,4 | 57,3 | 1,81 | 1,16 |
| Mondim de Basto | 36,8 | 34,8 | 30,0 | 21,5 | 13,3 | 101,9 | 58,5 | 1,94 | 1,23 |
| Peso da Régua | 28,3 | 30,3 | 27,6 | 18,0 | 12,4 | 78,1 | 49,9 | 1,58 | 1,00 |
| Sta Marta Penag. | 30,0 | 30,7 | 23,0 | 15,7 | 10,6 | 74,4 | 47,0 | 1,55 | 0,99 |
| Vila Real | 30,8 | 31,8 | 25,5 | 17,7 | 10,5 | 80,6 | 43,6 | 1,51 | 0,95 |
| **Serra do Marão** | **29,4** | **29,8** | **25,0** | **18,8** | **13,1** | **84,4** | **54,7** | **1,7** | **1,00** |

| Agrupamentos | Taxa de fecundidade por idades (1991) | | | | | | | IMF |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 15-19 | 20-24 | 25-29 | 30-34 | 35-39 | 40-44 | 45-49 | 1991 |
| Amarante | 24,5 | 99,6 | 120,1 | 68,6 | 30,3 | 5,6 | 0,5 | 27,5 |
| Baião | 32,3 | 131,9 | 113,8 | 61,1 | 25,6 | 8,0 | 0,8 | 26,8 |
| Mesão Frio | 37,5 | 119,7 | 106,1 | 54,4 | 37,5 | 7,3 | 0,0 | 26,9 |
| Mondim de Basto | 24,8 | 129,6 | 125,4 | 65,0 | 31,2 | 10,1 | 2,3 | 27,3 |
| Peso da Régua | 19,4 | 92,3 | 107,6 | 65,0 | 25,7 | 5,9 | 0,7 | 27,6 |
| Sta Marta Penag. | 28,8 | 94,8 | 100,7 | 57,2 | 22,2 | 6,1 | 0,4 | 27,6 |
| Vila Real | 12,4 | 94,2 | 109,3 | 56,1 | 23,7 | 5,0 | 1,3 | 27,6 |
| **Serra do Marão** | **25,7** | **108,1** | **113,3** | **63,1** | **27,5** | **6,5** | **0,8** | **27,4** |

Fonte: Cálculos próprios a partir dos assentos de nascimento - Conservatórias do Registo Civil

O índice conjuntural de fecundidade evidencia a não substituição das gerações em todos os agrupamentos. Os menores valores continuam a ser apresentados por Vila Real e Sta. Marta de Penaguião, seguindo-se-lhes Peso da Régua. Se Amarante apresenta uma taxa bruta de natalidade mais elevada que Mesão Frio, a taxa de fecundidade geral veio aproximar estes dois agrupamentos em termos de fecundidade e o último indicador

em análise evidencia uma fecundidade mais elevada em Mesão Frio do que em Amarante. Os índices conjunturais de fecundidade de Baião e Mondim de Basto são os mais elevados de toda a área em estudo.

Uma forma de manter-se o efeito das estruturas constante é utilizar-se o índice sintético de fecundidade, calculado pelo método da população-tipo. A análise dos seus resultados permite concluir que o panorama definido pelo índice conjuntural de fecundidade se mantém inalterável.

Em relação ao calendário[54], verifica-se que, em Baião e Mesão Frio, a idade média de fecundidade foi de 26,8 anos e 26,9 anos, respectivamente. Nos restantes agrupamentos, foi superior, registando-se o máximo em Peso da Régua, Sta Marta de Penaguião e Vila Real com 27,6 anos.

A evolução da taxa bruta de natalidade e da taxa de fecundidade geral caracterizou-se por um decréscimo que só não se verificou em onze freguesias, que se localizam principalmente na parte ocidental da Serra do Marão (Quadro XXV, anexo B). O aumento da fecundidade não é necessariamente sinónimo de alteração de tendências, pois está-se a analisar unidades territoriais com um número reduzido de mulheres em idade fecunda em cada geração.

As taxas de fecundidade geral mais elevadas ocorrem em Aboadela (103‰) e Canadelo (85‰); no entanto, noutras freguesias serranas - como Carvalho de Rei – encontram-se valores semelhantes aos existentes em áreas urbanas (Fig. 17).

A taxa de fecundidade por idade[55] evidencia que, embora existam diferenciações entre as freguesias, os valores mais elevados manifestaram-se entre os 20 a

---

54 O Calendário define-se como sendo a repartição por idade de um dado fenómeno.

55 Este indicador só pode ser calculado para 1991, na medida em que os registos de nascimento só passam a referir, novamente, a idade da mãe na altura do parto, a partir do último trimestre de 1982.

34 anos (Quadro XXVI, anexo B), havendo uma grande diversidade de situações que não evidenciam nenhuma repartição geográfica particular.

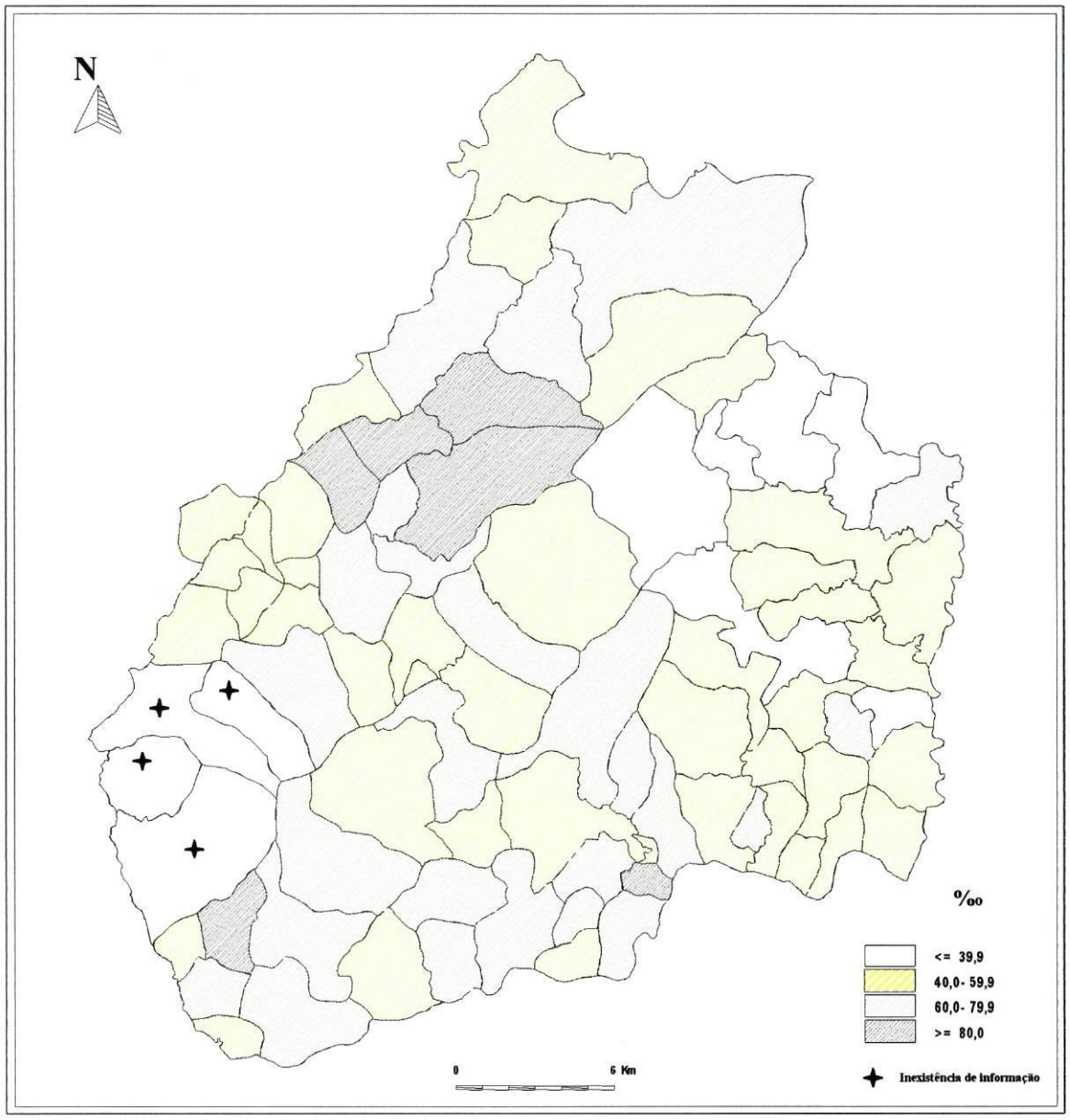



**Fig. 17 – Taxa de fecundidade geral, em 1991**

A análise do índice conjuntural de fecundidade permite concluir que, na maioria das freguesias mais serranas, este indicador apresentou-se elevado, mas também aí se evidenciam valores muito baixos, como acontece na Campeã e em Carvalho de Rei (Fig.18).

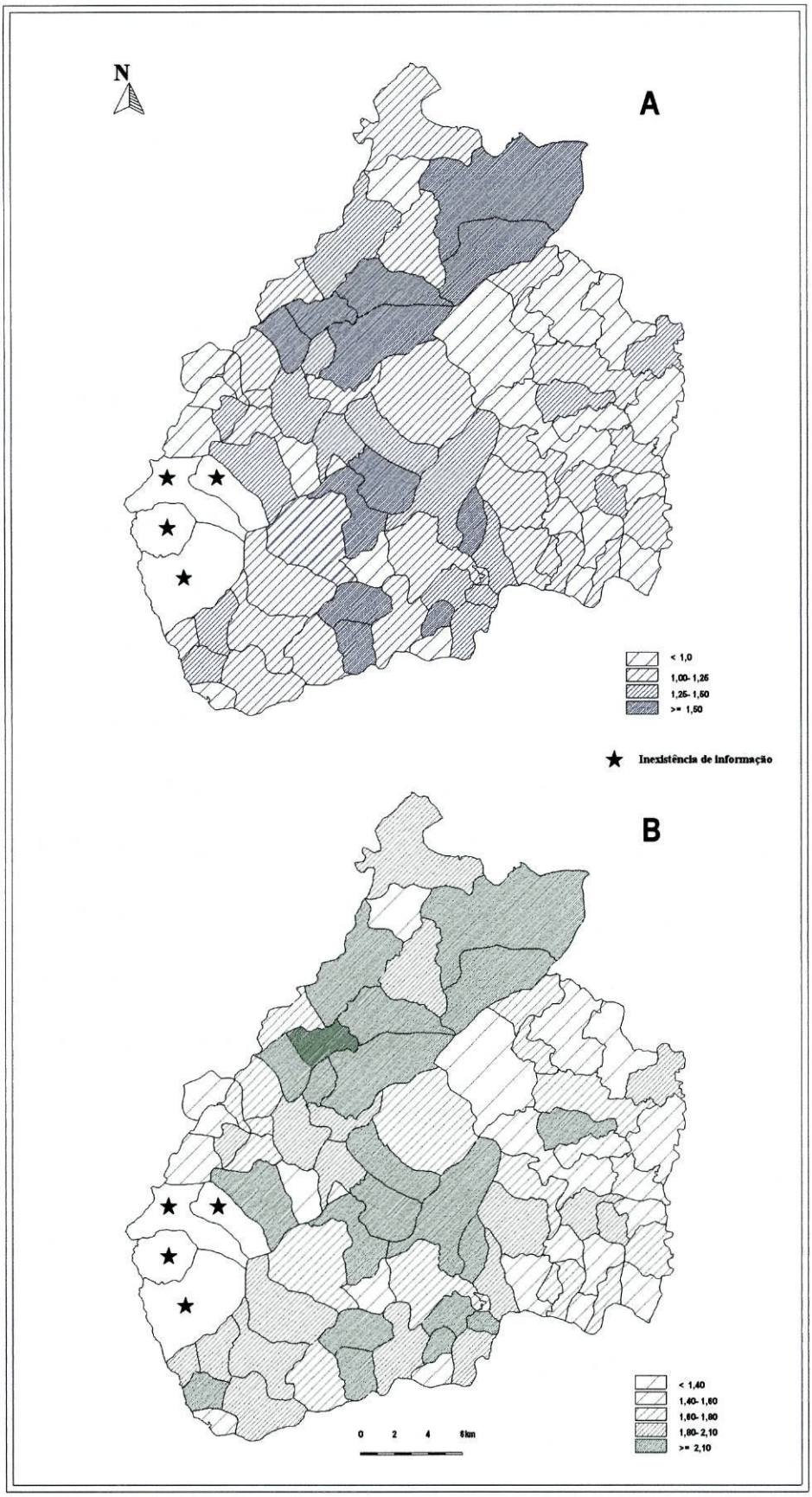



**Fig. 18 –Índice sintético de fecundidade (A) e Índice conjuntural de fecundidade (B)**

Nas freguesias mais próximas da área urbana de Amarante, predominam valores inferiores ao nível da substituição de gerações. Na Região Demarcada do Douro, encontram-se algumas diferenciações, pois se, por exemplo em Cumieira, Fontelas e Peso da Régua, os valores do indicador em análise são reduzidos, já em Vila Jusã é superior a 2,1 filhos por mulher. Valores inferiores a 1,4 filhos por mulher podem encontrar-se em freguesias serranas como Carvalho de Rei, Paradança e, mesmo, Campeã, assim como em freguesias urbanas ou peri-urbanas como Mondrões, Cepelos e S. Gonçalo.

O índice sintético de fecundidade (Fig.18)[56] - à semelhança dos outros indicadores - não permite estabelecer uma clara distinção de intensidade da fecundidade entre as áreas urbanas e as freguesias mais serranas. De facto, nestas últimas surgem os valores mais reduzidos (Carvalho de Rei-0,62) e mais elevados (Pardelhas- 2,86).

Se são muito significativos os contrastes em termos de intensidade da fecundidade na Serra do Marão, também o calendário mostra fortes diferenciações[57] (Quadros XXVII a XXXIII, anexo B). Em Canadelo e Carvalho de Rei, a idade média das mães, na altura do parto, era inferior a 25 anos. Na maior parte das freguesias, este indicador apresentou valores de 26 ou 27 anos. Em Fridão (29,2 anos), Rebordelo (30,0 anos), Moura Morta (30,0 anos) e Quintã (30,3 anos) a idade média das mães na altura do parto foi mais elevada. São cada vez menos as mulheres que têm filhos com mais de 45 anos. Detectou-se 23 casos, a maior parte dos quais ocorreu antes de 1990. Entre 1983 e 1995, apenas se registaram 10 nascimentos em que a mãe tinha menos de 15 anos, o que representa 0,006% no total de nascimentos.

Pode concluir-se que há grandes contrastes em termos de fecundidade e o posicionamento hierárquico das freguesias altera-se em função do indicador utilizado. No

---

[56] Foi calculado pelo método da população-tipo e utilizou como referência a estrutura etária da população feminina da Serra do Marão.

[57] Estes valores referem-se à idade da mulher na altura do parto, independentemente da ordem do filho nascido.

entanto, o índice sintético e o índice conjuntural de fecundidade, apresentam um panorama muito semelhante. Assim, os níveis de fecundidade mais elevada ocorrem em Teixeiró, Valadares, Olo, Aboadela, Canadelo e Pardelhas, todas elas localizadas na área mais montanhosa.

A substituição das gerações já não se faz em cinquenta e seis freguesias da Serra do Marão, mas é em Carvalho de Rei, Mondrões, Cepelos, S.Gonçalo, Campeã e Paradança, que os níveis de fecundidade atingiram os valores mais baixos. Se nas três primeiras freguesias referidas os saldos migratórios foram positivos, nas outras, eles apresentavam-se negativos, o que coloca problemas de sustentabilidade a curto prazo, caso não se verifiquem alterações no comportamento da componente natural e migratória.

### 1.3.2 - A mortalidade

À semelhança da análise realizada para a fecundidade, procura-se determinar a intensidade da mortalidade, independentemente de todo o efeito da estrutura etária e biológica.

Neste espaço serrano, a evolução da taxa bruta de mortalidade evidencia um decréscimo entre os anos de 1950 e 1981. O aumento verificado entre 1981 e 1991 poderá já ser consequência do envelhecimento da população (Quadro XXXIV). Este comportamento não ocorreu apenas nos agrupamentos de Mesão Frio e Peso da Régua. Convém, no entanto, salientar que, em Baião, Mondim de Basto e Vila Real, foi nítido um aumento dos valores apresentados por este indicador entre 1981 e 1991. O valor mais

baixo registou-se no agrupamento de Amarante (9,0‰) e o mais elevado em Baião (11,2‰).

**Quadro XXXIV**
**Evolução da Taxa Bruta de Mortalidade e Taxa de Mortalidade Infantil por agrupamento.**

| Agrupamentos | Taxa Bruta de Mortalidade | | | | | Taxa de mortalidade infantil | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1950 | 1960 | 1970 | 1981 | 1991 | 50-54 | 55-59 | 60-64 | 65/69 | 70-74 | 75-79 | 80-84 | 85-89 | 90-94 |
| **Amarante** | 14,3 | 12,7 | 10,1 | 8,9 | 9,0 | 109,4 | 89,3 | 83,5 | 70,0 | 55,6 | 29,5 | 27,0 | 12,2 | 11,7 |
| **Baião** | 11,1 | 10,2 | 10,4 | 9,5 | 11,2 | 83,5 | 68,8 | 60,6 | 59,2 | 45,6 | 38,1 | 13,4 | 7,7 | 3,9 |
| **Mesão Frio** | 12,3 | 14,1 | 11,7 | 11,1 | 10,8 | 89,0 | 110,4 | 102,8 | 50,9 | 64,7 | 40,6 | 11,9 | 9,5 | 11,9 |
| **Mondim Basto** | 13,8 | 11,9 | 12,0 | 8,3 | 10,4 | 69,3 | 86,3 | 73,7 | 62,1 | 50,7 | 55,7 | 18,5 | 15,3 | 12,1 |
| **Peso Régua** | 13,6 | 15,1 | 12,6 | 10,3 | 9,9 | 107,0 | 111,7 | 105,0 | 82,8 | 77,5 | 51,7 | 26,3 | 12,2 | 4,1 |
| **Sta.Marta Penag.** | 13,9 | 12,5 | 11,7 | 10,6 | 10,8 | 80,3 | 85,6 | 98,1 | 86,2 | 61,7 | 51,3 | 13,0 | 5,3 | 10,7 |
| **Vila Real** | 14,2 | 11,9 | 10,4 | 8,6 | 10,9 | 92,3 | 107,0 | 75,8 | 82,2 | 89,1 | 41,8 | 12,0 | 4,4 | 10,6 |
| **Serra Marão** | **13,1** | **12,4** | **11,0** | **9,5** | **10,3** | **93,5** | **90,8** | **83,0** | **70,7** | **60,4** | **39,9** | **19,4** | **9,9** | **8,2** |

Fonte: Assentos de nascimento e óbito, Conservatórias do Registo Civil
Recenseamentos da População, INE, Lisboa.

Como há grandes contrastes na estrutura etária da população e este indicador conjuga os efeitos da intensidade da mortalidade e da estrutura etária e biológica, optou-se, também, por calcular a taxa de mortalidade infantil. No quinquénio de 1950/1954, esta situava-se na ordem dos 93,5‰, mas, desde então, foi inequívoca a tendência decrescente, verificando-se que, no período de 1990/1994, é apenas de 8,2‰. O decréscimo foi particularmente acentuado a partir dos finais dos anos setenta, altura em que o indicador considerado passou a assumir valores inferiores a 20‰.

A tendência decrescente foi evidente em todos os agrupamentos. A mortalidade neonato precoce a partir de meados dos anos oitenta deixou de ter significado, o que comprova, entre outros factores, maior eficiência dos serviços de saúde. As fracas

condições de habitabilidade em muitas povoações, que persistem até hoje, a deficiente alimentação das crianças motivadas por falta de informação e de recursos económicos contribuíram para a intensidade da mortalidade pós-neonato.

A mortalidade varia segundo a idade pelo que se torna importante calcular taxas de mortalidade por classe etária, tendo como objectivo elaborar um estudo geográfico preciso e pormenorizado da mortalidade (D. NOIN, P-J. THUMERELLE, 1993).

Este indicador para o ano de 1991[58] confirma, para as idades inferiores a 1 ano, um valor de 8,1‰ (Quadro XXXV). As taxas de mortalidade por idade decrescem

**Quadro XXXV**
**Taxa de mortalidade por idade e índice sintético de mortalidade em 1991**

| Agrupamentos | Taxa de mortalidade por idades | | | | | | | | | | | ISM |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | <1 ano | 1-4 | 5-9 | 10-19 | 20-29 | 30-39 | 40-49 | 50-59 | 60-69 | 70-79 | >=80ªnos | |
| Amarante | 12,6 | 0,1 | 0,3 | 0,4 | 0,7 | 0,9 | 2,5 | 5,7 | 12,6 | 46,4 | 150,8 | 91,4 |
| Baião | 4,7 | 0,7 | 0,4 | 0,5 | 0,8 | 1,0 | 3,1 | 6,8 | 14,5 | 48,1 | 157,6 | 97,7 |
| Mesão Frio | 8,5 | 0,7 | 0,2 | 0,2 | 1,6 | 2,6 | 4,9 | 7,6 | 17,8 | 59,4 | 165,1 | 115,5 |
| Mondim Basto | 13,8 | 0,4 | 0,2 | 0,3 | 0,8 | 1,5 | 1,4 | 5,2 | 13,1 | 42,5 | 131,9 | 84,3 |
| Peso Régua | 3,5 | 0,3 | 0,4 | 0,5 | 1,2 | 1,7 | 2,4 | 7,4 | 17,2 | 48,7 | 161,5 | 102,8 |
| Sta M. Penag. | 8,7 | 2,5 | 0 | 0,5 | 0,8 | 0,7 | 4,4 | 8,8 | 16,5 | 43,4 | 152,5 | 99,5 |
| Vila Real | 9,0 | 1,3 | 0,4 | 1,1 | 0,5 | 1,4 | 2,8 | 5,9 | 16,9 | 44,3 | 137,1 | 93,4 |
| **Serra Marão** | **8,1** | **0,6** | **0,3** | **0,5** | **0,9** | **1,2** | **2,9** | **6,7** | **15,1** | **47,3** | **152,6** | **100** |

Fonte: Assentos de óbitos – Conservatória do Registo Civil
XIII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa

nos dois escalões etários seguintes, para depois voltarem a aumentar. No entanto, só a partir dos 60 a 69 anos, supera a intensidade verificada nas idades inferiores a 1 ano. A

58 As taxas de mortalidade por idade foram calculadas com base numa média de sete anos (1988-1994), porque estamos a estudar comportamentos de unidades territoriais com quantitativos populacionais muito reduzidos.

nível dos agrupamentos, verifica-se que a taxa de mortalidade mais elevada nas idades inferiores a 1 ano ocorre em Mondim de Basto, enquanto que os menores valores são apresentados por Peso da Régua (3,5‰) e Baião (4,7‰). No agrupamento de Amarante, só o grupo dos 0 a 1 ano possuiu uma taxa de mortalidade superior à da Serra do Marão, enquanto que, no de Mondim de Basto, para além deste escalão, também o dos 30 a 39 anos revela valores superiores aos da Serra do Marão. Os restantes agrupamentos têm taxas de mortalidade superiores na maior parte dos escalões etários.

Um outro indicador utilizado foi o índice sintético de mortalidade obtido por estandardização directa que permitiu concluir que, em 1991, foi em Peso da Régua e Mesão Frio que a mortalidade assumiu valores superiores enquanto que os menores ocorreram em Mondim de Basto e Amarante (Quadro XXXV).

Aplicando os indicadores referidos à escala da freguesia alguns contrastes se evidenciam. Entre 1950 e 1991 o comportamento da taxa bruta de mortalidade, por freguesia, mostrou-se muito irregular (Quadro XXXVI, anexo B). Se, em Barqueiros, Jazente, Loivos da Ribeira e Covelas, este indicador não sofreu alteração, já em S. Nicolau, Bustelo, Cepelos, Ancede, Campelo, Sta Leocádia, Valadares, Fornelos e Louredo registou-se um ligeiro aumento. Nas restantes freguesias, aconteceu um decréscimo mais ou menos acentuado. Em 1991, os valores mais reduzidos da taxa bruta de mortalidade verificam-se em Carvalho de Rei (5,9‰), Campanhó (5,8‰) e Lomba (5,2‰). Surgem, ainda, valores muito elevados nalgumas freguesias, merecendo destaque S. Nicolau (18,7‰) e Canadelo (19,7‰). Todavia os valores deste indicador poderão variar muito nos próximos anos devido à influência da estrutura etária.

A variação no período de 1950 e 1994 da taxa de mortalidade infantil evidencia uma melhoria significativa das condições sócio-económicas da população (Quadro XXXVI, anexo B). No entanto, é necessário realçar uma forte variabilidade interanual nos valores traduzidos por este indicador, o que se explica em face do reduzido

quantitativo populacional de muitas freguesias. Em 1950/1954 este indicador assumia quantitativos inferiores a 50‰ apenas, em seis freguesias (Cepelos, Jazente, Sta Cruz do Douro, Covelas, Fornelos e Quintã).

Se no quinquénio seguinte (1955-1959), o número de freguesias com taxa de mortalidade infantil superior a 100‰ era, ainda, de trinta e duas, a partir de então, começou a verificar-se uma redução, deixando de surgir valores dessa ordem de grandeza, em qualquer freguesia da Serra do Marão, no período de 1975-1979.

Em 1990/1994, em quarenta e sete freguesias, as taxas de mortalidade infantil apresentam-se nulas. Os valores mais elevados ocorrem em Sanche (57,1‰) e Canadelo (76,9‰), mas não pode esquecer-se que em ambas já tinham surgido períodos em que o indicador em análise fora nulo. Registaram-se, ainda, taxas de mortalidade infantil entre 25‰ e 50‰ em dez freguesias dos agrupamentos de Amarante, Baião, Mesão Frio e Sta. Marta de Penaguião.

A taxa de mortalidade para as idades inferiores a 1 ano regista os valores mais elevados em duas freguesias serranas - Teixeiró (60,0‰) e Aboadela (44,4‰)- (Quadro XXXVII, anexo B).

Em todas as freguesias a taxa de mortalidade, por idade nos escalões etários seguintes foi menor e só a partir dos 50 a 59 anos ou dos 60 a 69 anos é que se volta a atingir taxas de mortalidade superiores às que ocorrem com idades inferiores a um ano.

A análise da intensidade da mortalidade, segundo o método da população - tipo, permite concluir que são fortes os contrastes entre as freguesias (Fig. 19). Em Oliveira, Parada de Cunhos, Várzea, S. Nicolau e Loivos do Monte ocorreram valores superiores em mais de 30% quando comparados com o valor da população de referência[59]. Por conseguinte, é evidente uma grande heterogeneidade geográfica que não permite individualizar conjuntos

[59] O total da Serra do Marão.

territoriais com comportamentos distintos, para o que também contribui o facto de estarmos a analisar unidades territoriais com reduzido número de habitantes.

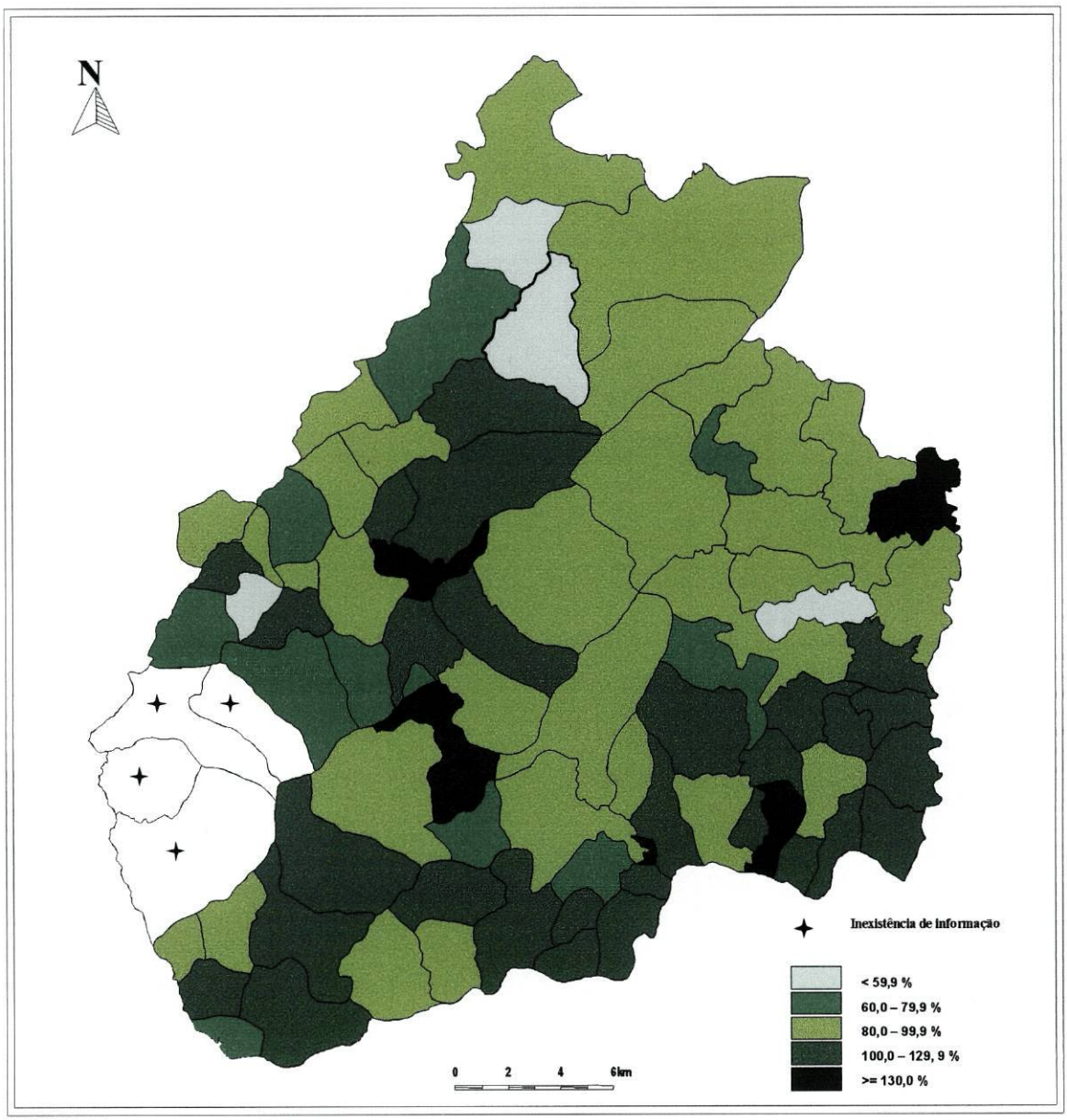



**Fig. 19 –Índice sintético de mortalidade, em 1991**

A análise dos quocientes de mortalidade por agrupamento (Quadro XXXVIII a LI, anexo B), permite comprovar a redução da intensidade da mortalidade, assim como a persistência de uma sobre-mortalidade masculina.

## 1.4 - O envelhecimento: um processo irreversível?

A idade, ao determinar o processo de reprodução e de envelhecimento do ser humano, intervém de uma forma marcada na dinâmica da população (R. PRESSAT, 1971). A repartição de uma população, num dado momento, segundo o sexo e a idade dos seus elementos, é fundamental pelas implicações sócio-económicas que induz. Com efeito, as características e as aptidões dos indivíduos modificam-se com a idade e suscitam por parte do Estado e dos organismos económicos, sociais e culturais equipamentos e funções diferentes. Todavia, para além da importância da idade, não se pode menosprezar o efeito da geração que revela a influência de toda uma série de factores demográficos, económicos, sociais e mesmo culturais com indiscutíveis repercussões na dinâmica das populações.

Na análise da estrutura etária, é frequente recorrer aos três grupos: *jovens, adultos* e *idosos*. Não existe, contudo, consenso no que se refere aos limites de idade de cada um deles. Recorde-se que, em 1988, as Nações Unidas definiram como idosa toda a população com 60 e mais anos, mas, para efeitos de dependência, consideraram a população com 65 e mais anos. No Conselho da Europa, o limite utilizado é de 65 anos, o mesmo acontecendo nas Estatísticas Demográficas da Eurostat. No entanto, no boletim *Statistiques Rapides* dedicado à população e condições sociais ***(EUROSTAT,*** 1993*)*, o limite inferior adoptado, na definição de população idosa, foi 60 anos. Num relatório da Comissão da Comunidade Europeia, intitulado "*Age and attitudes - Main results from a Eurobarometer Survey*", propõe-se a mudança de terminologia de *3ª idade* para a população com 50-74 anos e de *4ª idade* para a que tem 75 e mais anos. Há autores que

adoptam nas suas análises vários tipos de limites, no intuito de melhor compreenderem a dinâmica do envelhecimento (J. M. NAZARETH, 1993; M. J. CARRILHO, 1993). M. J. CARRILHO opta pelos limites de 0-14 anos (para os jovens), 15-64 anos (adultos) e 65 e mais anos para a população idosa, pelo facto de coincidirem com os limites de entrada e saída na vida activa, em vigor na lei portuguesa[60]. No entanto, para facilitar comparações com outros estudos, a referida autora recorreu a outras classificações (0-19, 20-59, 60 e mais anos; 0-14, 15-49, 50-74, 75 e mais anos). Para J. GÓMEZ FAYREN (1994), a classificação 0-14, 15-64 e 65 e mais anos, apresenta dois desfasamentos: por um lado, a realidade social alterou-se e, actualmente, o período de escolarização é diferente; por outro, o grupo de adultos (15-64 anos) apresenta uma amplitude excessiva face aos outros dois.

Não obstante a pertinência das justificativas apresentadas, na caracterização da estrutura etária da população residente na Serra do Marão e com o objectivo de relativizá-la no contexto nacional, optou-se por considerar como jovens os indivíduos com menos de 20 anos e os idosos todos os que têm 65 e mais anos. As razões explicativas desta opção resultam da necessidade de uma maior formação profissional da população para entrar no mercado de trabalho e, por conseguinte, a independência económica tem tendência a fazer-se mais tarde. Por outro lado, a maioridade é obtida aos 18 anos. Adoptou-se o limiar dos 65 anos por ser o que mais se aproxima da data maioritariamente aceite como saída da vida activa.

Apenas os recenseamentos de 1981 e 1991 contemplam a abordagem da estrutura etária a nível de freguesia, pelo que a análise se irá restringir a este período, o

---

60 O Decreto-lei nº 396/91 adoptou os 15 anos como idade mínima de entrada no mercado de trabalho, podendo descer aos 14 anos para trabalhos leves, se o menor tiver concluído o 9º ano de escolaridade (Portaria nº714/93 de 3 de Agosto). O decreto-lei nº329/93 de 25 de Setembro estipula que a idade de reforma são os 65 anos, em regime geral.

que, sem dúvida, inviabiliza um estudo mais pormenorizado do processo de envelhecimento. Este é definido por R. PRESSAT (1979) como uma modificação progressiva da estrutura etária de uma população que se traduz por um aumento da proporção de idosos em detrimento dos jovens e, por vezes, também da população adulta. Tem como causas principais o decréscimo da fecundidade e, posteriormente, o aumento da esperança de vida[61].

Face às implicações do envelhecimento sobre o futuro ordenamento da Serra do Marão, em termos de rentabilização dos equipamentos e das infra-estruturas, importa pormenorizar a estrutura etária da população, as assimetrias territoriais e as principais tendências evolutivas que se desenham. Para a sua concretização, optou-se por uma análise espacialmente integrada em que se procura avaliar a intensidade de envelhecimento da população serrana, definir a sua diversidade interna e posicioná-la no contexto nacional, de modo a relativizar a dimensão geográfica do fenómeno.

Em 1981, cerca de 40,7% da população residente na Serra do Marão tinha menos de 20 anos (Quadro LII). Os adultos representavam 47,8% da mesma e a percentagem de idosos situava-se na ordem dos 11,5%. Ao comparar-se esta situação com a existente em 1991, constata-se que o número absoluto de jovens sofreu um decréscimo representando, agora, apenas 33,0% da população residente. Este valor é, todavia, ainda superior à média nacional (28,2%).

A proporção de idosos, se bem que tenha aumentado na última década (13,3%-1991), é, também, inferior à média nacional. Pode desde já deduzir-se que a população residente na Serra do Marão se apresenta menos envelhecida que a do território nacional, tanto pelo topo como pela base. Para esta situação muito contribuiu uma

[61] Num contexto de reduzida fecundidade e de elevada esperança de vida os movimentos migratórios, pelo seu carácter selectivo, podem assumir um papel fundamental no processo de envelhecimento.

redução mais tardia da fecundidade, pois o fluxo migratório agiu preferencialmente, no sentido do envelhecimento.

**Quadro LII**
**Variação da população entre 1981 e 1991, segundo os grupos etários, por agrupamento**

| Agrupamentos | 0 a 19 | | 20-64 | | 65 e+ | | 75 e+ | | População |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | VA | % | VA | % | VA | % | VA | % | Total |
| **AMARANTE** | | | | | | | | | |
| **1981** | 10186 | 42,3 | 11396 | 47,4 | 2473 | 10,3 | 805 | 3,3 | 24055 |
| **1991** | 8259 | 33,7 | 13218 | 54,0 | 3004 | 12,3 | 1175 | 4,8 | 24481 |
| **BAIÃO** | | | | | | | | | |
| **1981** | 9511 | 38,9 | 11650 | 47,7 | 3277 | 13,4 | 1061 | 4,3 | 24438 |
| **1991** | 7379 | 32,7 | 11788 | 52,3 | 3289 | 14,6 | 1354 | 6,0 | 22456 |
| **MARCO DE CANAVESES** | | | | | | | | | |
| **1981** | 3596 | 44,4 | 3670 | 45,3 | 840 | 10,4 | 588 | 3,5 | 8106 |
| **1991** | 2912 | 36,5 | 4190 | 52,5 | 879 | 11,0 | 345 | 4,3 | 7981 |
| **MESÃO FRIO** | | | | | | | | | |
| **1981** | 2500 | 39,5 | 3078 | 48,6 | 757 | 11,9 | 228 | 3,6 | 6335 |
| **1991** | 1916 | 34,7 | 2897 | 52,5 | 706 | 12,8 | 267 | 4,8 | 5519 |
| **MONDIM BASTO** | | | | | | | | | |
| **1981** | 2619 | 46,9 | 2356 | 42,2 | 605 | 10,8 | 283 | 3,5 | 5580 |
| **1991** | 1976 | 36,8 | 2680 | 49,9 | 711 | 13,2 | 309 | 5,8 | 5367 |
| **PESO RÉGUA** | | | | | | | | | |
| **1981** | 6613 | 38,8 | 8615 | 50,6 | 1806 | 10,6 | 207 | 3,7 | 17034 |
| **1991** | 5177 | 31,7 | 9086 | 55,7 | 2045 | 12,5 | 759 | 4,7 | 16308 |
| **S.M. PENAGUIÃO** | | | | | | | | | |
| **1981** | 4041 | 31,0 | 5098 | 39,1 | 1211 | 9,3 | 374 | 3,6 | 10350 |
| **1991** | 2682 | 29,9 | 4910 | 54,8 | 1374 | 15,3 | 516 | 5,8 | 8966 |
| **VILA REAL** | | | | | | | | | |
| **1981** | 3295 | 40,9 | 3818 | 47,4 | 948 | 11,8 | 294 | 3,6 | 8061 |
| **1991** | 2159 | 29,6 | 4036 | 55,3 | 1101 | 15,1 | 436 | 6,0 | 7296 |
| **SERRA DO MARÃO** | | | | | | | | | |
| **1981** | 42361 | 40,7 | 49681 | 47,8 | 11917 | 11,5 | 3840 | 3,7 | 103959 |
| **1991** | 32460 | 33,0 | 52805 | 53,7 | 13109 | 13,3 | 5161 | 5,2 | 98374 |

Fonte: XII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1981
XIII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1991

O processo de envelhecimento na Serra do Marão fez-se sentir em todos os agrupamentos, que apresentaram um comportamento semelhante ao definido para a globalidade da área em estudo. Em todos eles se verificou um decréscimo dos jovens, tanto em termos absolutos como em termos relativos. Se, em 1991, em Mondim de Basto, os jovens ainda representam 36,8 % da população, já em Sta Marta de Penaguião e Vila Real, o seu valor é de cerca de 30%. Reforçou-se, portanto, a representatividade dos adultos em todos os agrupamentos, com excepção do de Mondim de Basto. Todavia se neste, 49,9% dos habitantes possuem idades entre 20 e 64 anos, em Peso da Régua, a percentagem dos adultos ascende a 55,7%.

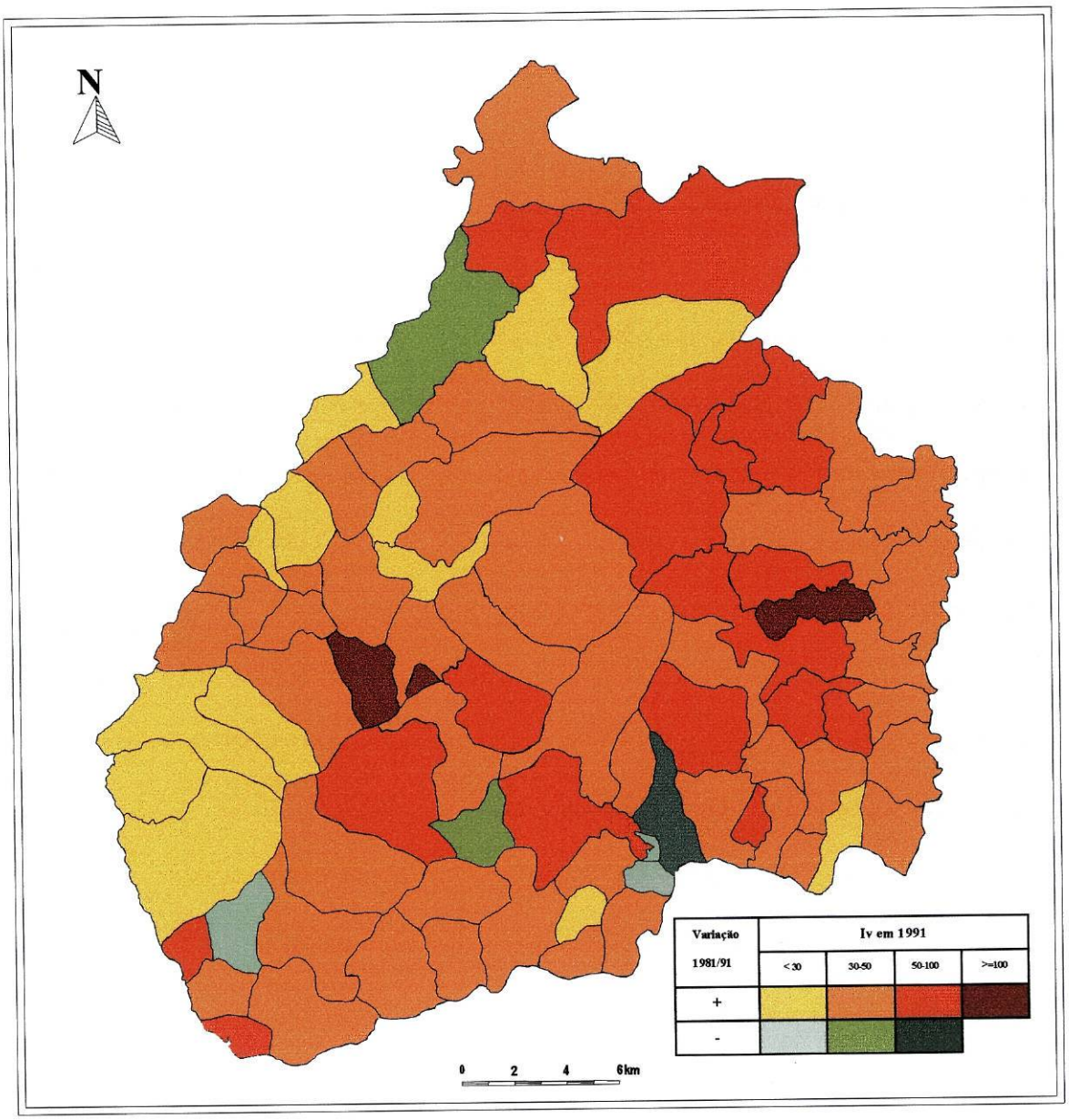
A população idosa aumentou em todos os agrupamentos. Contudo, se, em Baião, Sta Marta de Penaguião e Vila Real, a percentagem é superior à média nacional, em Marco de Canaveses, é de apenas 11,0%. Sublinhe-se que, em 1991, em todos os agrupamentos, os jovens eram, ainda, mais numerosos do que os idosos. Os valores mais elevados do índice de envelhecimento[62] registam-se nos agrupamentos de Sta Marta de Penaguião e Vila Real.

Se a nível global o envelhecimento é um processo em expansão, a nível local importa encará-lo na sua real dimensão pelas implicações de índole social e económica que lhe estão inerentes. Assim, a intensidade do envelhecimento assume variantes que é preciso conhecer para poder responder-se a duas questões fundamentais: Será o envelhecimento um fenómeno irreversível? Quais as suas consequências sobre a sustentabilidade na Serra do Marão?

Em 1991, apenas em Carvalho de Rei (121,7%) e Fornelos (107,2%) os idosos são mais numerosos do que os jovens (Quadro LIII, anexo B). Com esta estrutura etária e tendo em consideração a redução da natalidade, a população destas freguesias

[62] Índice de envelhecimento =[ Pop. Idosa (65 e mais anos)/Pop. Jovem (menos de 20 anos)]x100

dificilmente se manterá de forma endógena. Em Fontes e Ovil, o índice de envelhecimento assumia valores superiores a 75% que são igualmente preocupantes pois o crescimento natural já é negativo pelo que será difícil a população manter-se na ausência de saldo migratório positivo (Fig. 20).




Fonte: XII Recenseamento Geral da População, INE , Lisboa, 1981
XIII Recenseamento Geral da População, INE , Lisboa, 1991

**Fig. 20 – Índice de envelhecimento em 1991, segundo o tipo de evolução entre 1981/1991, por freguesia**

Nas restantes freguesias a sustentabilidade demográfica não será tão problemática. A população menos envelhecida encontra-se em Vila Jusã (18,6%), Sanche (21,6%) e Pardelhas (24,2%), podendo estas freguesias experimentar crescimento na ausência de migrações.

Na última década, a representatividade dos jovens sofreu uma redução em todas as freguesias com excepção de Grilo, apresentando em 1991 valores que variam entre os 22,9% de Vila Cova e os 45,9% de Pardelhas.

Na maior parte das freguesias os adultos constituíam mais de metade da população residente. O valor máximo ocorre em Quintã (62,1%) e o menor em Canadelo (40,6%). Em Carvalho de Rei, Oliveira e Canadelo, a representatividade dos adultos sofreu um decréscimo, mas, nas restantes freguesias, passou-se precisamente o contrário. Esta dualidade de comportamento não é sinónimo de diferentes intensidades do processo de envelhecimento. De facto, se em Carvalho de Rei há menos jovens do que idosos (índice de envelhecimento de 121,7%) e os adultos decresceram, já em Oliveira o índice de envelhecimento assume valores muito menores (36,5% com uma percentagem de idosos de 13,5%), embora tenha havido uma evolução semelhante. Outro exemplo pode ser dado pela freguesia de Fornelos com um índice de envelhecimento de 107,2% , mas onde a representatividade dos adultos aumentou.

A proporção de idosos é muito diversificada. Se em Vila Jusã (7,8%), Madalena (9,2%), Sanche (9,2%) e Godim (9,9%) representa, em 1991, menos de 10% dos habitantes de cada freguesia, em Carvalho de Rei atinge já 28,6% e, em Fontes (20,2%), Louredo (20,6%), Vila Cova (21,1%), S. João de Ovil (23,8%), Canadelo (24,4%) e Fornelos (25,2%), também é superior a 20% .

A comparação da estrutura etária em 1981 e 1991 permite concluir que, em Paradança, a percentagem de idosos não sofreu qualquer alteração. Noutras treze freguesias, registou-se um decréscimo, mas apenas se pode falar em rejuvenescimento

em Vila Jusã, Sta Cristina, Rebordelo, Viariz, S. Nicolau e Grilo pois também aí o índice de envelhecimento diminuiu. Se em Grilo se verificou um rejuvenescimento pela base e pelo topo, nas outras cinco freguesias referidas, o rejuvenescimento foi apenas pelo topo. Este ocorreu em freguesias com valores do índice de envelhecimento muito diferentes, oscilando entre os 57,9% de S. Nicolau e os 20,3% de Vila Jusã. Já em Sanche, Valadares, Várzea, Folhada, Medrões, Cidadelhe e Quintã, apesar de diminuir a representatividade dos idosos, o índice de envelhecimento aumentou, com particular incidência, nas duas últimas freguesias referidas. Nas restantes freguesias, o índice de envelhecimento aumentou de maneira mais ou menos intensa entre 1981 e 1991. A representatividade dos idosos aumentou e a dos jovens diminuiu.

Ao relacionar-se a variação do índice de envelhecimento com a evolução da população residente, verifica-se que, nas vinte e uma freguesias com taxas de crescimento positivas, entre 1981 e 1991, apenas em Viariz e Grilo o índice de envelhecimento não aumentou. Em Rebordelo (freguesia serrana do agrupamento de Amarante) e nas três freguesias onde se localiza a vila de Mesão Frio (Sta. Cristina, Vila Jusã e S. Nicolau) a população rejuvenesceu, apesar de terem diminuído os residentes. Nas restantes unidades territoriais, embora o decréscimo populacional tenha sido acompanhado por um aumento do envelhecimento, não é possível estabelecer qualquer relação quantitativa entre os fenómenos.

Do que foi dito, verifica-se que os movimentos migratórios e as variações dos níveis de fecundidade são importantes para justificar as diferentes facetas que assume e assumirá o processo de envelhecimento. Este modifica lenta, mas irreversivelmente, o suporte demográfico das sociedades, rompe os anteriores equilíbrios sócio-económicos e impõe uma nova maneira de os perspectivar num contexto de desenvolvimento futuro.

Como se demonstrou, o envelhecimento não pode ser encarado de um modo estável, nem se comporta de uma forma sempre uniforme e tendente a um aumento

(P-J THUMERELLE, J-F GHÉKIÈRE, 1992). Mas a partir de que limites quantitativos se poderá individualizar as freguesias envelhecidas daquelas em que esse processo não é tão forte? Para WEEKS (1984), uma população é jovem se os indivíduos com menos de 15 anos representam mais de 35% do total, e é designada por velha se pelo menos 10% dos seus habitantes têm 65 ou mais anos. Segundo esta classificação, nenhuma das freguesias da Serra do Marão apresenta população jovem. Apenas em Vila Jusã (7,8%), Madalena (9,2%), Sanche (9,2%) e Godim (9,9%), a população não é velha, o que acontece em todas as outras freguesias. Para PAILLAT e PARANT (1980), é jovem toda a unidade territorial em que a percentagem de velhos não ultrapassa 15%. Aplicando esta classificação à área em estudo, verifica-se que em cinquenta e quatro freguesias, algumas das quais se localizam na parte mais serrana, a população é jovem (Fig. 21). Mas é

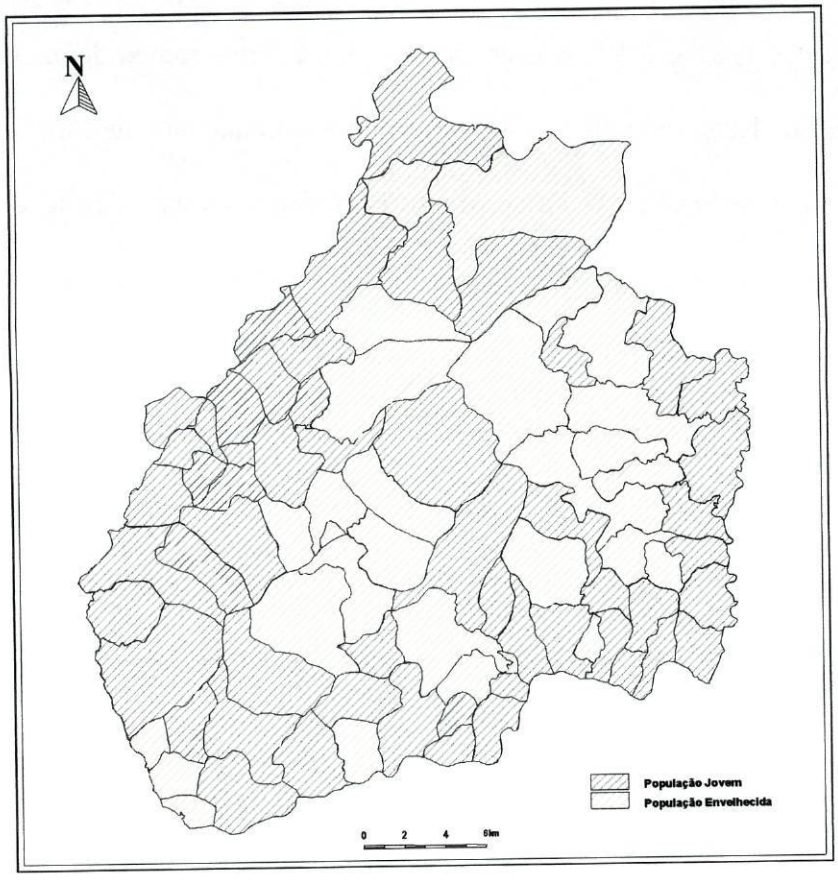



**Fig. 21 – O envelhecimento em 1991, segundo a classificação de PAILLAT e PARANT**

também aí que se encontram exemplos de forte envelhecimento como acontece, nomeadamente em Carvalho de Rei, Canadelo e Fornelos. Com base neste método, conclui-se que a Serra do Marão, apesar de ter áreas bastante envelhecidas, apresenta maioritariamente uma estrutura etária ainda jovem. As classificações apresentadas se bem que de fácil aplicação consideram o processo de envelhecimento de uma forma demasiado simplista.

Nesta perspectiva recorreu-se a uma outra metodologia ((P-J. THUMERELLE, J-F. GHÉKIÈRE, 1992) que estabelece uma tipologia das estruturas etárias baseada nos desvios à estrutura média de uma população de referência – neste caso a da Serra do Marão. A sua aplicação à área em estudo permite constatar que, em 1991, este espaço se apresenta heterogéneo (Fig. 22). Em vinte e uma freguesias, a estrutura etária é muito jovem, sendo a percentagem de idosos inferior a 13,3% e a de jovens superior a 33,0% . Em Lufrei, Loivos da Ribeira, Tabuado, Godim e S. Miguel de Lobrigos, a estrutura etária é ainda *jovem*, pois a proporção de jovens e adultos é superior ao valor médio obtido para a Serra do Marão.

Em quinze freguesias que se localizam nos agrupamentos de Amarante e Baião e, ainda, em Barqueiros, Oliveira e Ermelo, constata-se um *déficit de adultos.* Noutras onze, verifica-se um excesso de idades intermédias, notório nas freguesias urbanas de Amarante e Peso da Régua e, ainda, em Parada de Cunhos, Mondrões e Gove.

Nas restantes trinta freguesias, o envelhecimento é uma realidade. A estrutura etária considera-se *muito envelhecida* se, face ao termo médio, tiver menos jovens, mais adultos e mais idosos, o que se constata ocorrer em dez freguesias. Para além de Aboadela, Ancede, Vila Cova e Quintã, também várias freguesias da Região Demarcada do Douro apresentam estas características. A estrutura é *envelhecida* se houver apenas um excesso de idosos, o que se constata em vinte freguesias, sobretudo do agrupamento de Baião e da parte oriental da Serra.

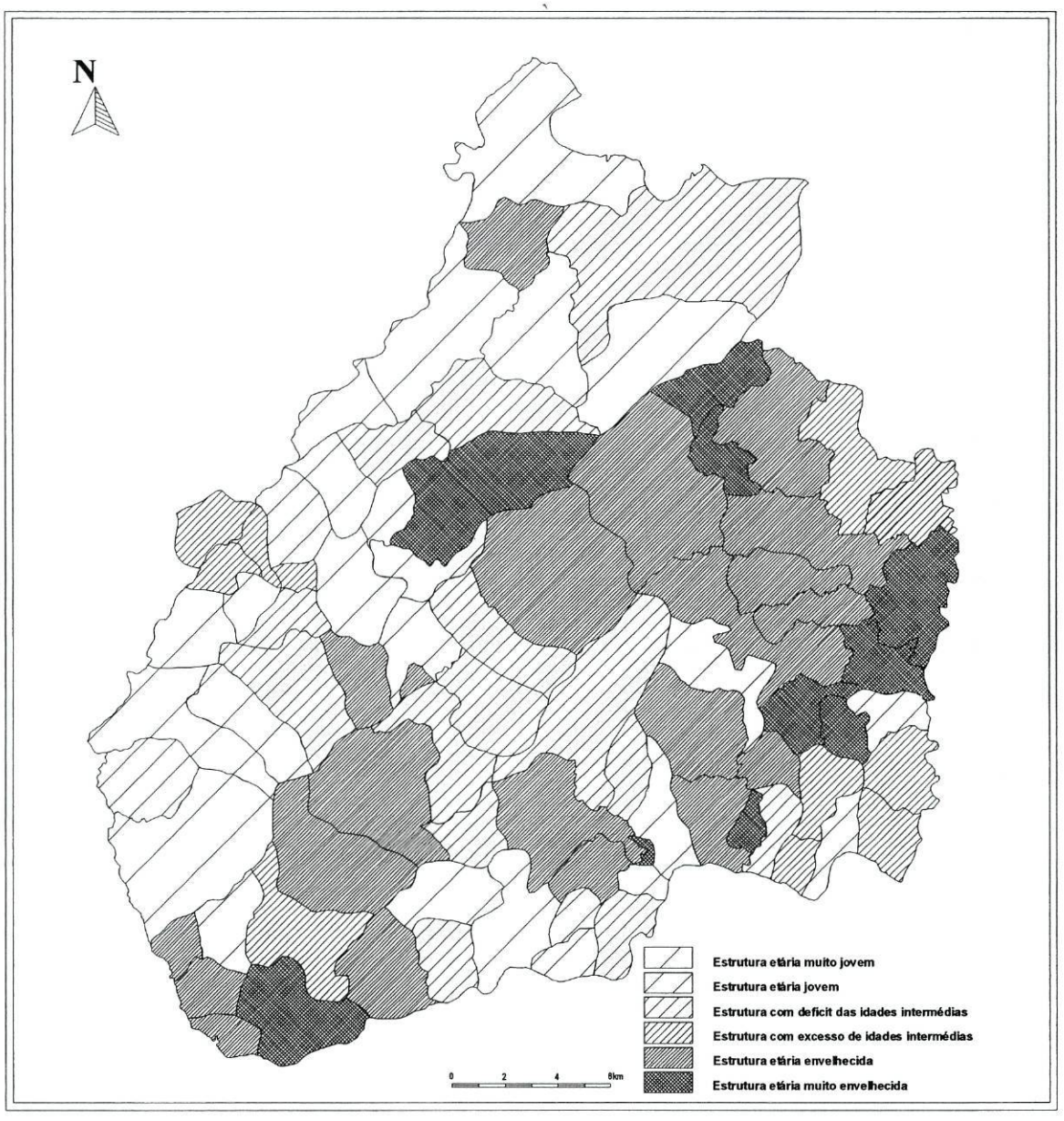



**Fig. 22 - Estrutura etária na Serra do Marão em 1991, segundo a metodologia de P-J THUMERELLE, J-F GHÉKIÈRE**

Esta metodologia restringe a área com população jovem da Serra do Marão a vinte e seis freguesias e amplia a que se apresenta envelhecida, a qual engloba trinta unidades administrativas. Os resultados obtidos obviamente que dependem da população considerada como referência. Ao comparar-se a aplicação territorial das duas últimas

metodologias, encontram-se freguesias em situações opostas: Cumieira, Medrões, Quintã e Ancede são consideradas por esta metodologia como *muito envelhecidas* enquanto que na de Paillat e Parant são jovens, passando-se o contrário em Bustelo.

Até agora, toda a análise realizada assentou nos três grupos etários, mas, se a abordagem recair em escalões quinquenais, verifica-se que há fortes diferenciações de representatividade de cada um deles. Seguindo a metodologia utilizada por J. PELATAN (1988), compara-se a estrutura etária da Serra do Marão, em termos de escalões quinquenais, com o valor médio do Continente. Assim, constata-se uma maior representatividade dos jovens e dos adultos até aos trinta anos e, ainda, um déficit de todos os outros escalões etários comparativamente com o território nacional. Em todos os agrupamentos, há mais jovens do que no país. Nos agrupamentos de Amarante, Marco de Canaveses e Peso da Régua, verifica-se um déficit de adultos e de idosos. Em Mesão Frio, apenas nos escalões 50-54, 60-64, 70-79 ocorrem valores mais elevados do que os seus congéneres à escala nacional. Nos restantes agrupamentos, os adultos[63] são menos numerosos do que no país, mas já o mesmo não se passa com os idosos. Ao aplicar-se esta mesma metodologia a nível de freguesia, encontram-se uma grande diversidade de perfis que se agruparam em sete tipos e cuja distribuição geográfica se pode observar na figura 23.

Nos três primeiros tipos, os jovens têm uma representatividade inferior à do país. No tipo **I**, apenas a partir dos 50-54 anos a proporção de cada escalão se torna superior à do país, sendo de salientar a importância das idades superiores a 75 anos (Fig. 24). Estas características estão patentes em Vila Cova, Fornelos, Carvalho de Rei, Ovil, Fontes e Louredo. Corresponde à área mais envelhecida da Serra do Marão.

[63] O que poderá relacionar-se com a forte emigração que atingiu esta área .

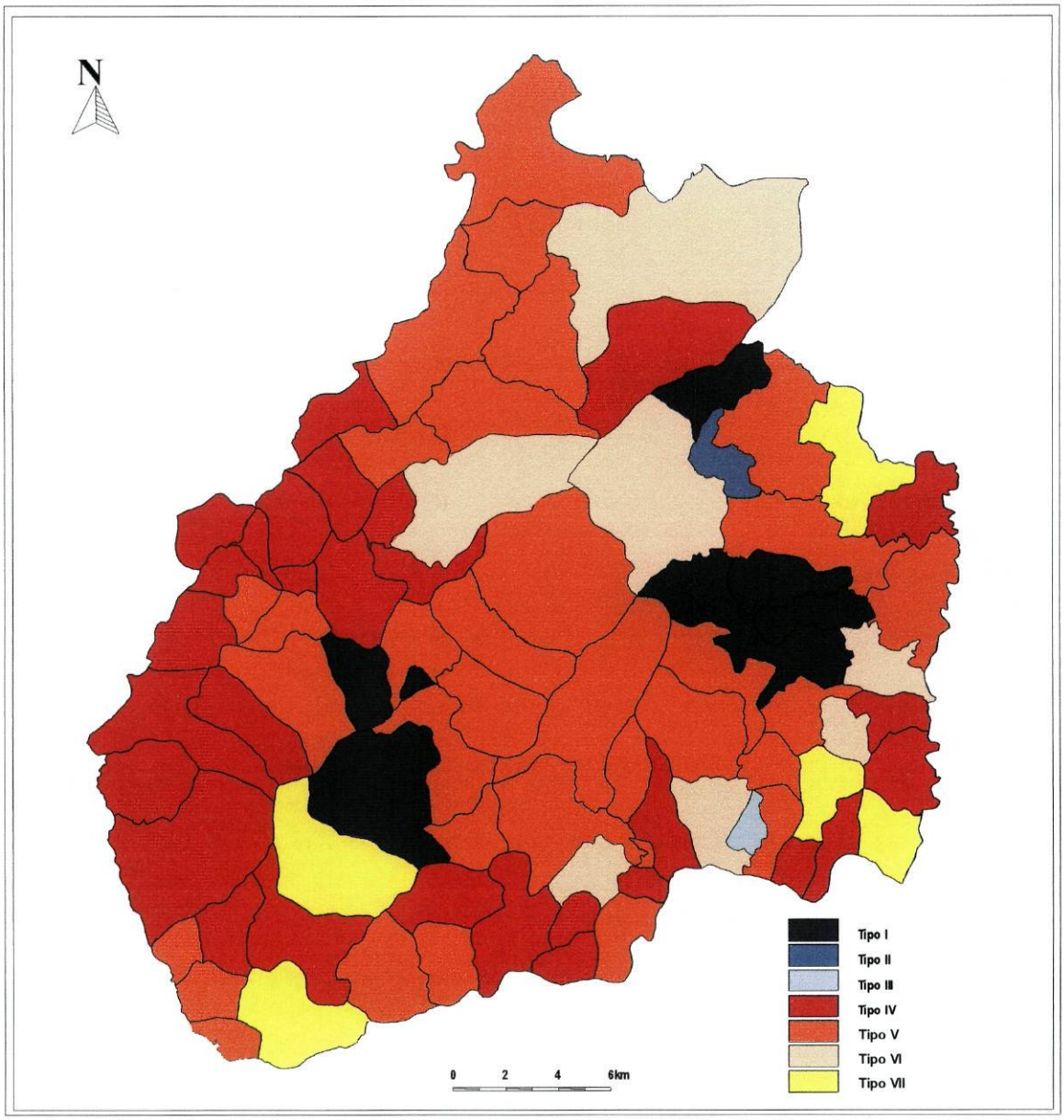



**Fig. 23 - Tipologia das estruturas etárias na Serra do Marão segundo o método de J. Pelatan**

O tipo **II** só se encontra representado na freguesia de Quintã e difere dos anteriores por apresentar um excesso relativo de adultos-jovens (20-34 anos) e uma forte proporção dos indivíduos com mais de 70 anos (Fig. 25). O tipo **III** surge em Cidadelhe e também se caracteriza por forte representatividade de adultos-jovens, mas menor que no

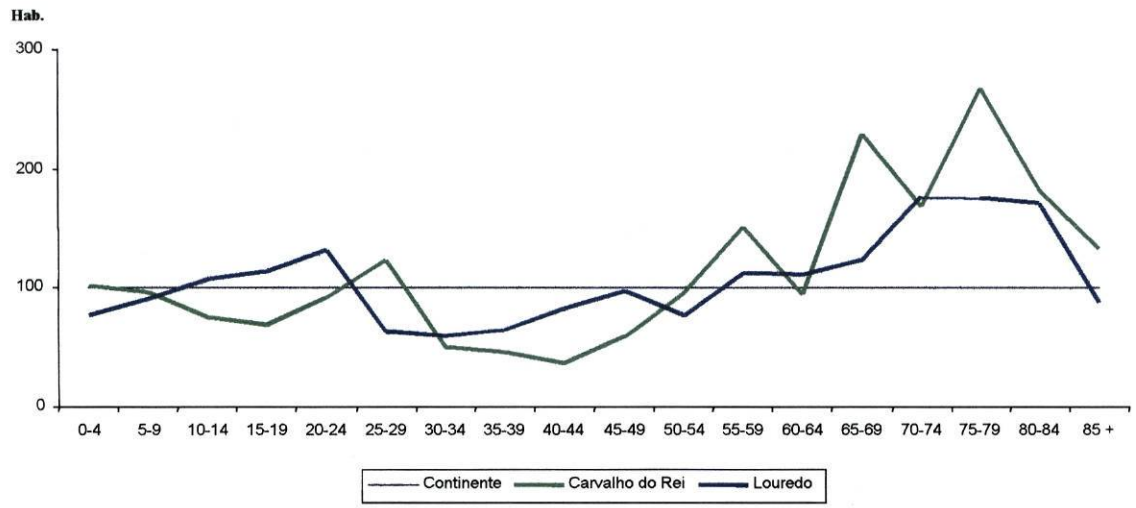



**Fig. 24- Tipologia das estruturas etárias: alguns exemplos incluídos no tipo I**

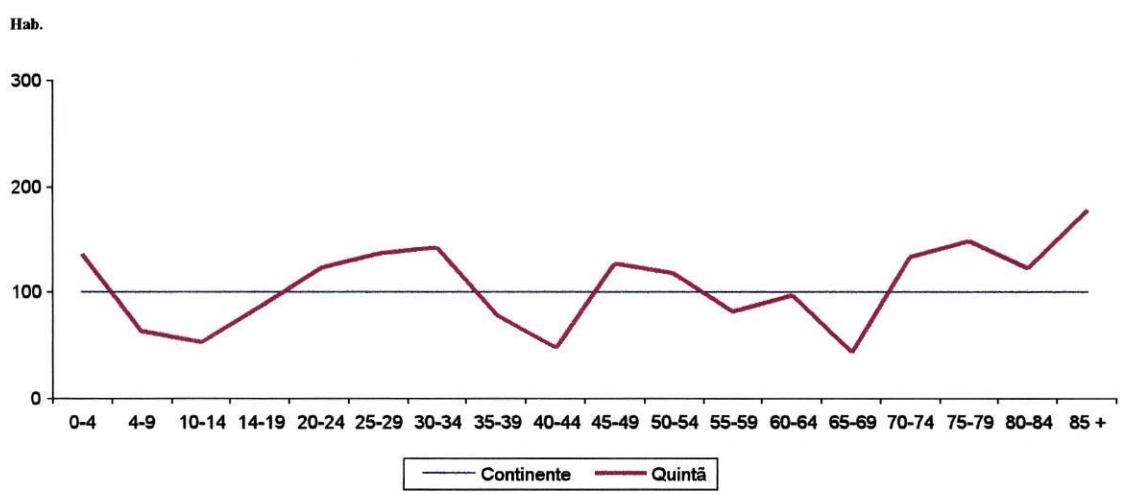



**Fig. 25- Tipologia das estruturas etárias: tipo II**

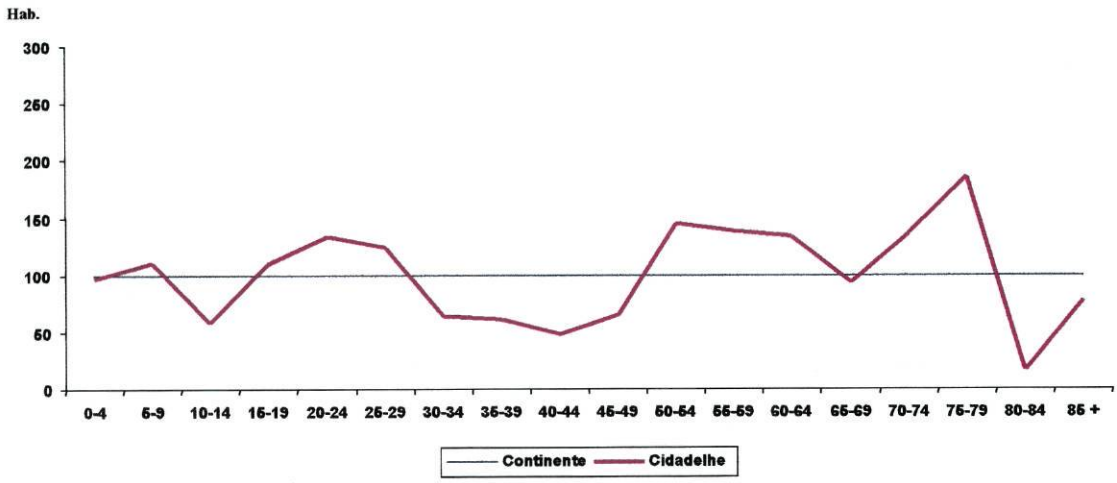



**Fig. 26- Tipologia das estruturas etárias: tipo III**

Nos restantes tipos definidos, os jovens são mais numerosos do que o valor médio do país; no entanto, há diferenciações que importa evidenciar. O tipo **IV** (Fig. 27) caracteriza-se, também, por um excedente de adultos-jovens e um déficit de todos os outros escalões etários e manifesta-se em vinte e nove freguesias que se localizam fundamentalmente na parte ocidental da Serra do Marão. Estamos perante as estruturas etárias mais jovens.

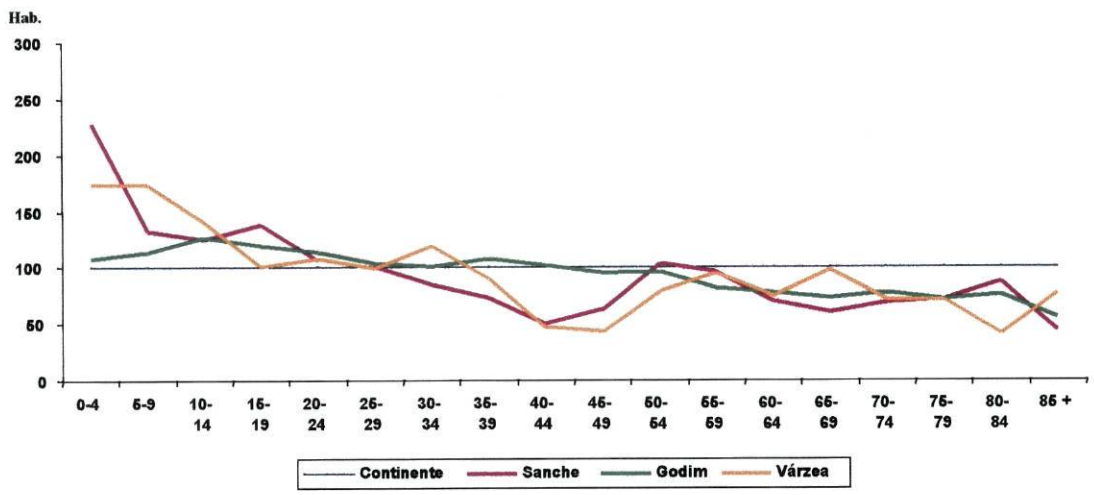



**Fig. 27- Tipologia das estruturas etárias: exemplificação do tipo IV**

O tipo **V** pode ser encontrado em trinta e três freguesias e apresenta um déficit de adultos, mas os mais idosos assumem uma significativa importância (Fig. 28).

A representatividade dos idosos é particularmente vincada em doze das freguesias referidas pertencentes aos agrupamentos de Amarante (Bustelo, Canadelo, Jazente), Baião (Gestaçô, Mesquinhata, Ribadouro, Sta Cruz do Douro, Sta Leocádia), Mondim de Basto (Paradança), Sta Marta. de Penaguião (Cumieira) e Vila Real (Pena e Torgueda).

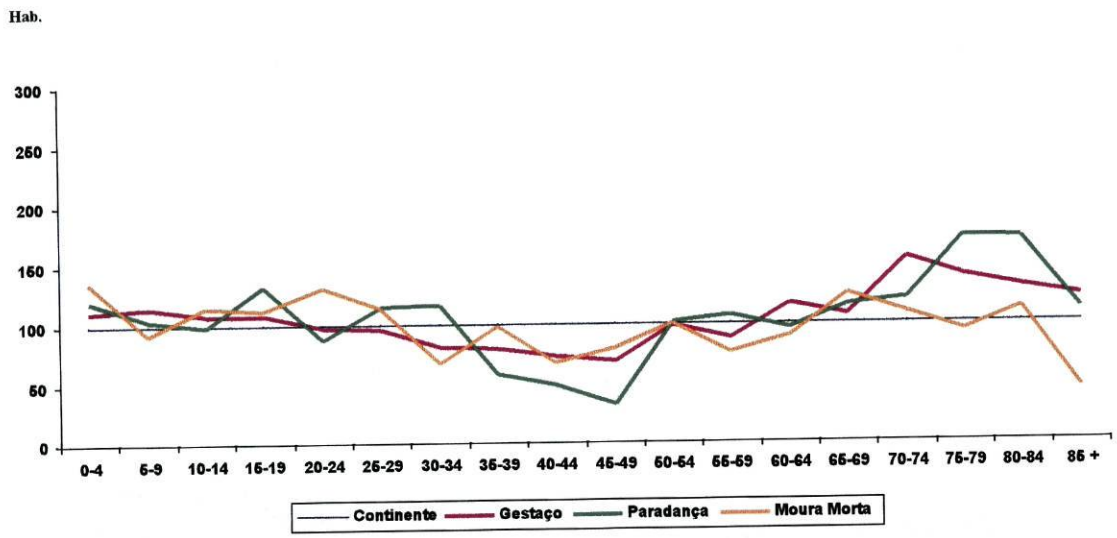



**Fig. 28 - Tipologia das estruturas etárias: exemplificação do tipo V**

O tipo **VI** apresenta um perfil muito semelhante ao do tipo I, do qual difere pelo facto de os jovens serem superiores à média nacional (Fig. 29). Encontra-se representado em Aboadela, Campeã, Ermelo, Tresouras e, também, em Sanhoane, Vila Marim e Sever, embora nestas três últimas freguesias a importância dos idosos com mais de 75 anos não seja tão elevada como nas restantes.

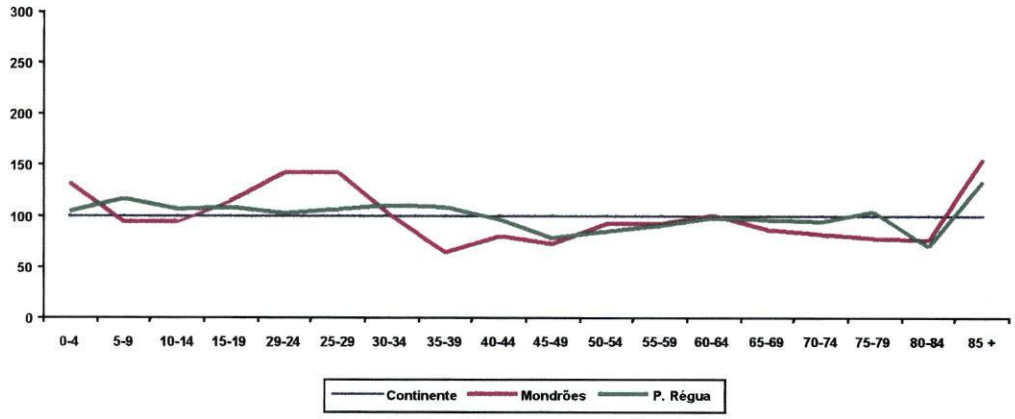



**Fig. 29 - Tipologia das estruturas etárias: exemplificação do tipo VI**

O tipo **VII** é muito semelhante ao tipo **IV e** traduz a situação de Mondrões, Peso da Régua, Ancede, Campelo e Loureiro, se bem que os idosos sejam aqui mais numerosos e, em particular, os que têm 75 ou mais anos, o que apenas não acontece em Loureiro.

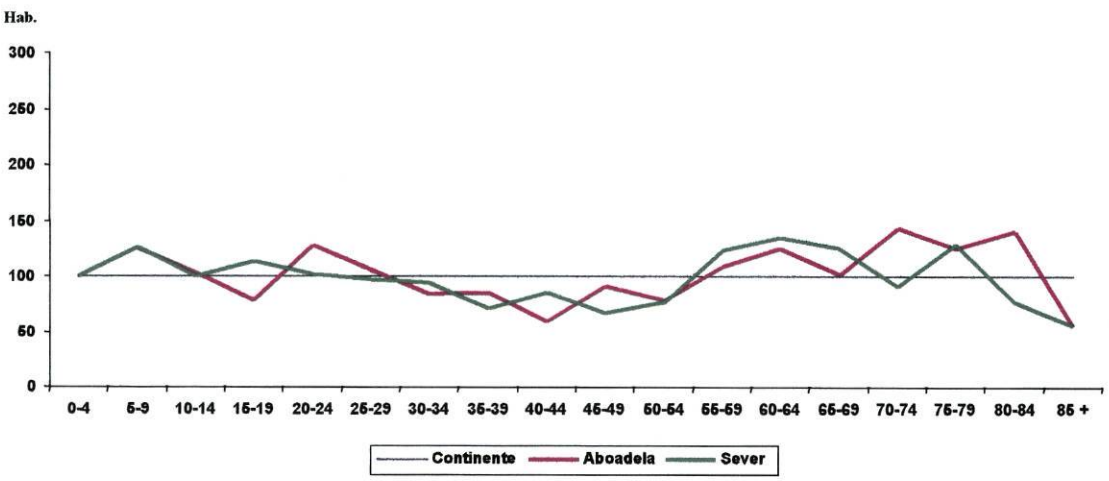



**Fig. 30- Tipologia das estruturas etárias: exemplos de freguesias integradas no tipo VII**

Os diferentes métodos utilizados para quantificar o envelhecimento na Serra do Marão não conduzem a realidades completamente sobreponíveis, mas indiscutivelmente apresentam as freguesias de Carvalho de Rei, Fornelos, Vila Cova, Ovil e Fontes como as mais envelhecidas. Não obstante, o processo de envelhecimento

estar presente, a maior parte da Serra do Marão revela, ainda, uma estrutura jovem, como acontece, nomeadamente, em Vila Jusã, Sanche, Várzea, Soalhães, Sta Cristina, Fridão, Grilo, Campanhó e Pardelhas. Se estas duas últimas se localizam em plena área serrana, as restantes situam-se próximo das áreas urbanas.

Verifica-se, assim, que o envelhecimento tem tendência a acentuar-se, pois a fecundidade tem vindo a decrescer. Este é o principal factor explicativo responsável. A redução da mortalidade actua sobretudo nos escalões etários inferiores. Como a mortalidade infantil diminuiu, os jovens passam a sobreviver cada vez em maior número, de modo que cada vez é maior o número de pessoas que atingem a idade adulta. O aumento da esperança de vida contribui para que existam cada vez mais idosos de idade mais avançada. Além disso, as migrações, ao serem selectivas, produzem necessariamente impactes estruturais importantes na estrutura etária (J. M. NAZARETH, 1993). Como se viu anteriormente, a maior parte das freguesias continuam a registar saldos migratórios negativos, pelo que este fenómeno, a manter-se poderá contribuir para acentuar o próprio envelhecimento. Num contexto de fecundidade baixa, e como se verifica, já surgem em muitas freguesias valores inferiores ao nível de substituição de gerações, o aumento da esperança de vida irá acentuar não apenas o envelhecimento do conjunto da população, mas também conduzirá cada vez mais a um envelhecimento da população idosa. (A. DITTGEN,1992).

Efectivamente, a comparação dos valores de 1981 e 1991 aponta neste sentido. Em 1981, apenas 3,7% dos residentes na Serra do Marão tinham 75 e mais anos, enquanto que, em 1991, essa percentagem ascende a 5,2% . Em termos absolutos, verificou-se um aumento de 1321 indivíduos, o que evidencia a importância do aumento da esperança de vida. Em todos os agrupamentos, este processo é evidente, mas já o mesmo não acontece a nível de freguesia. Em Várzea, Medrões, Covelas, Grilo, Sanhoane, Madalena e Sedielos a proporção de idosos com mais de 75 anos sofreu um

ligeiro decréscimo que resulta dos efectivos reduzidos da cada geração e, em Parada de Cunhos, não ocorreu qualquer alteração. Nas restantes freguesias, a percentagem de indivíduos com mais de 75 anos aumentou. Por exemplo, Fontes, Bustelo, Louredo e em Fornelos, entre 1981 e 1991, a percentagem duplicou e, em Carvalho de Rei e Vila Cova, chegou mesmo a triplicar.

Em 1991, em Ovil, Fornelos e Carvalho de Rei, mais de 10% da população têm uma idade superior a 75 anos, o que, sem dúvida, é um valor bastante elevado. Nas restantes freguesias, os valores são menores, registando-se a menor proporção de idosos da *4ª idade* em Madalena, Parada de Cunhos, Fridão e Várzea, com valores inferiores a 3,5%. Se ainda se considerar a população com mais de 85 anos, verifica-se que, em 1981, foram recenseadas 481 pessoas. Dez anos depois, o seu número é já de 795 pessoas e, nas freguesias de Quintã, Olo, Vila Cova, Ribadouro e Rebordelo, representam mais de 1,5% da população total.

As diferentes intensidades que o processo de envelhecimento assume na Serra do Marão estão patentes nas pirâmides etárias. Se, numa estrutura etária jovem, há uma diminuição da representatividade de cada escalão à medida que a idade aumenta, na ausência de acontecimentos particulares, quanto mais intenso for o envelhecimento maior se torna o equilíbrio entre os diferentes escalões, enquanto que os das idades superiores aumentam consideravelmente de representatividade. As nove pirâmides apresentadas revelam estruturas distintas e pretendem exemplificar as principais situações tipo existentes (Fig. 31). A de Soalhães e Grilo, embora apresentem indicadores estruturais com valores semelhantes, têm perfis distintos. A primeira é um bom exemplo de uma população jovem com evidente diminuição da natalidade a partir dos anos setenta. Aí o déficit no grupo dos adultos é pouco significativo o que já não acontece em Grilo, onde se encontra algumas gerações (por exemplo 35-39 anos; 50-54 anos) com um reduzido número de pessoas, o que reflecte a influência das migrações. Na pirâmide da freguesia de

Grilo, é também interessante salientar a permanência de uma fecundidade elevada sem grandes alterações nos últimos anos.

Na pirâmide de Covelas está patente uma redução da natalidade e uma maior representatividade dos idosos. A população de Pardelhas, embora seja jovem, a pirâmide não evidencia o perfil característico desta estrutura, devido ao reduzido número de pessoas por geração.

Na pirâmide de Vila Cova, não é nítido o déficit de adultos, mas o mesmo já não se passa em Fontes, onde se manifesta em ambos os sexos e em Paradança onde é particularmente nítido no sexo feminino.

As pirâmides das freguesias de Fornelos e Carvalho de Rei, para além de evidenciarem um decréscimo da fecundidade, reflectem uma estrutura mais envelhecida do que qualquer uma das pirâmides referidas anteriormente. Os jovens são já mais numerosos que os idosos. Mas o aspecto mais curioso é que, enquanto que em Carvalho de Rei as mulheres são mais numerosas do que os homens, em Fornelos, passa-se precisamente o contrário, o que comprova que a regra de variação da relação de masculinidade em função da idade pode sofrer distorções quando se analisa unidades territoriais com quantitativos reduzidos.

A estrutura etária da freguesia de Fontes é menos envelhecida do que a de Fornelos ou de Carvalho de Rei; no entanto, torna-se evidente a forte redução de natalidade a partir de finais dos anos sessenta.

A pirâmide de Paradança evidencia uma estrutura jovem mas com uma predominância do sexo feminino enquanto que a de Pardelhas, com um índice de envelhecimento ainda menor, revela um desequilíbrio biológico particularmente forte, pois a relação de masculinidade é de 122,6%.

Os contrastes observados apontam para a necessidade de particularizar os seguintes aspectos: a diferente extensão da base das pirâmides; a existência de classes

ocas nos adultos; a capacidade de renovação da população em idade activa; o maior ou menor desequilíbrio entre os sexos; a representatividade das mulheres em idade fecunda.

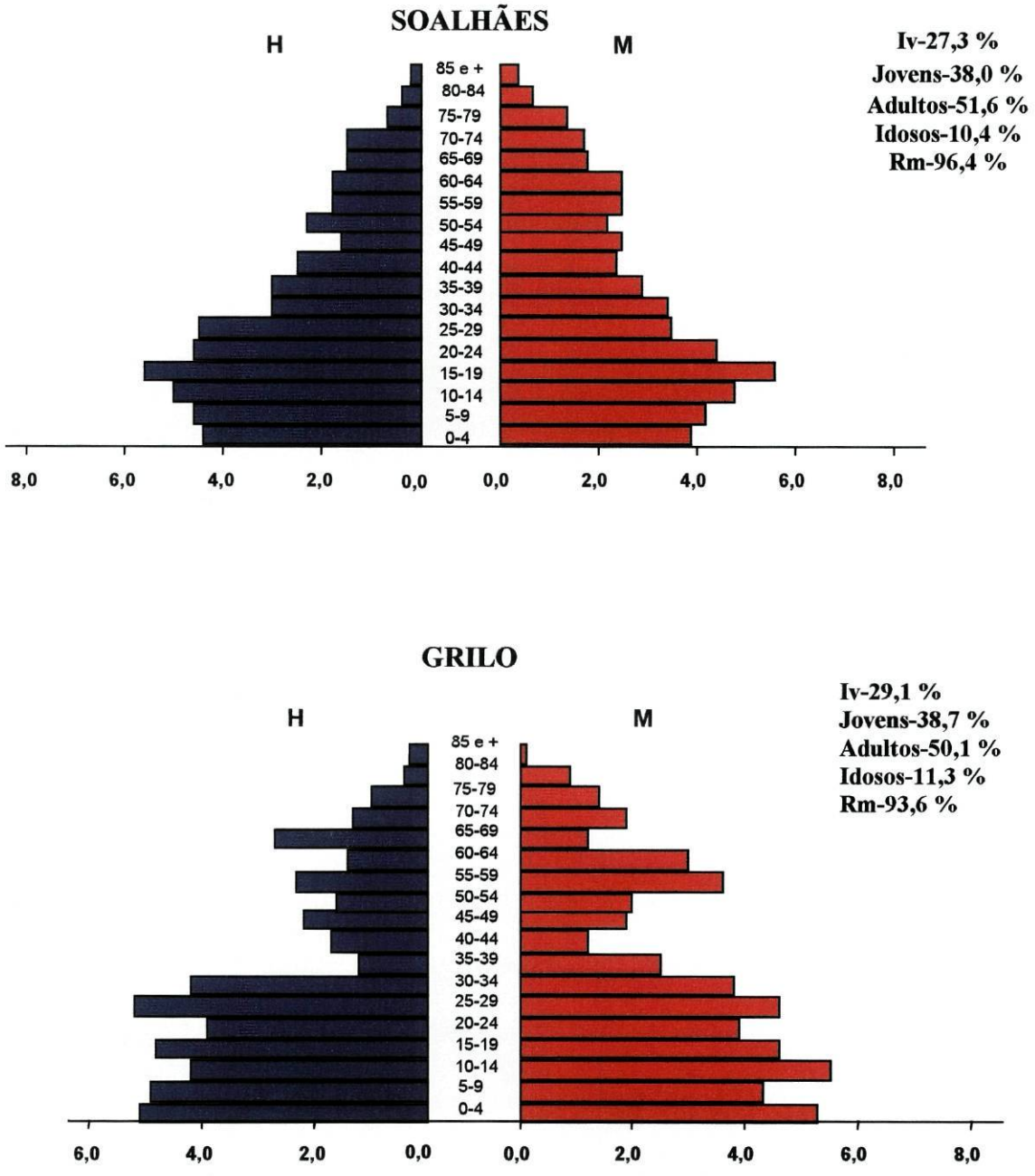



**Fig. 31 - Pirâmides etárias de algumas freguesias da Serra do Marão, em 1991**

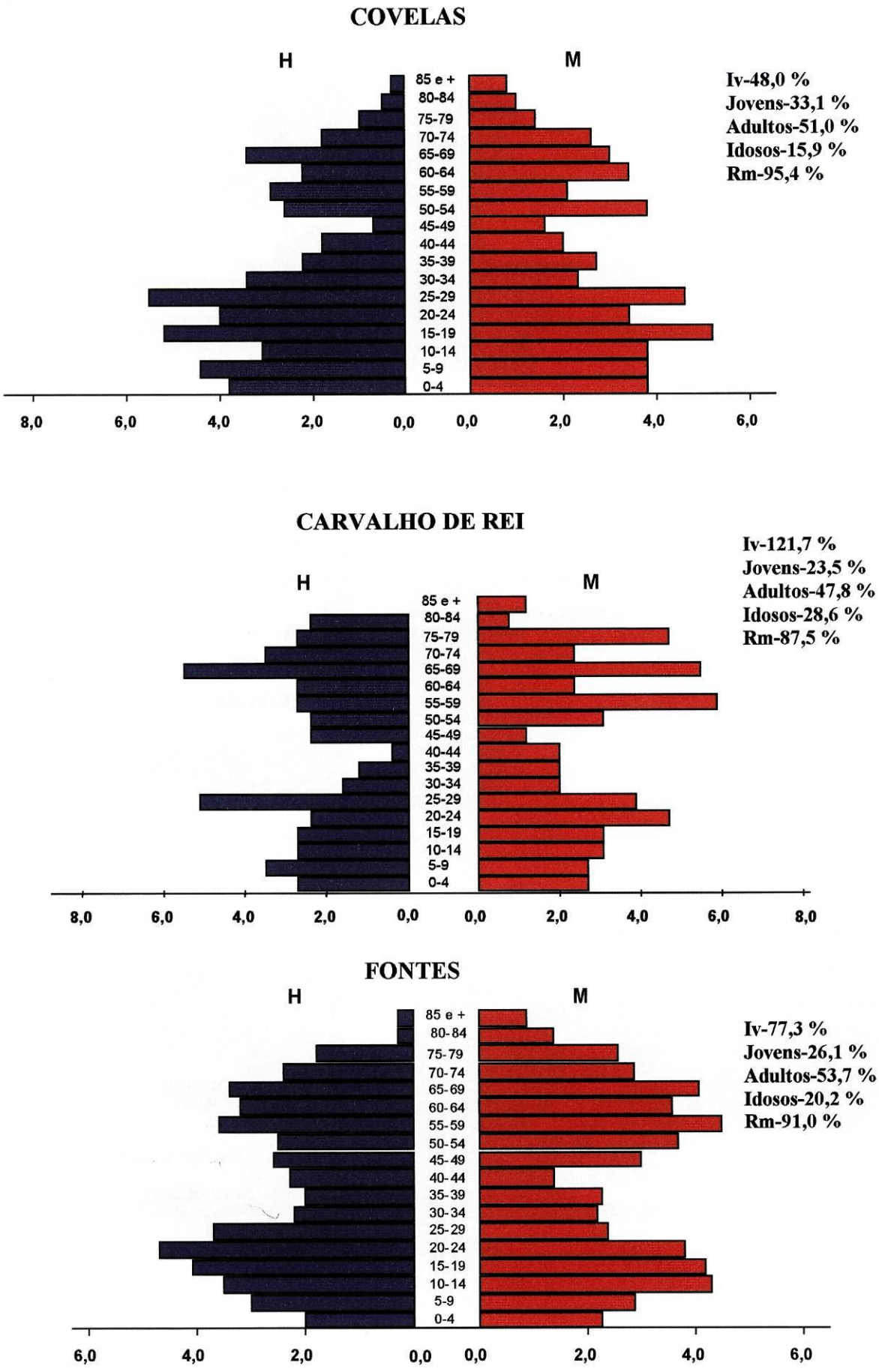



**Fig. 31 - Pirâmides etárias para algumas freguesias da Serra do Marão, em 1991 (cont.)**

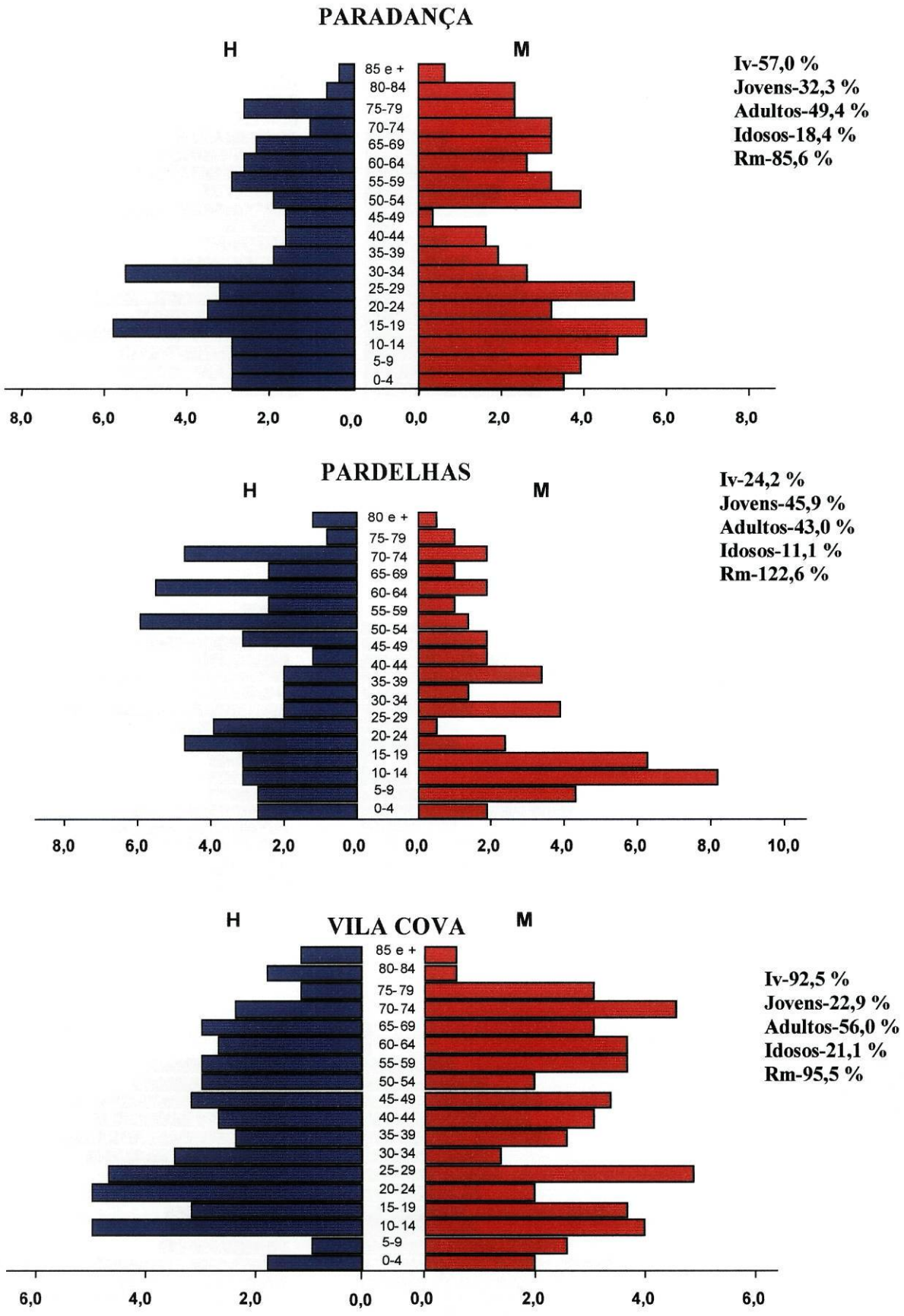



**Fig. 31 - Pirâmides etárias para algumas freguesias da Serra do Marão, em 1991 (cont.)**

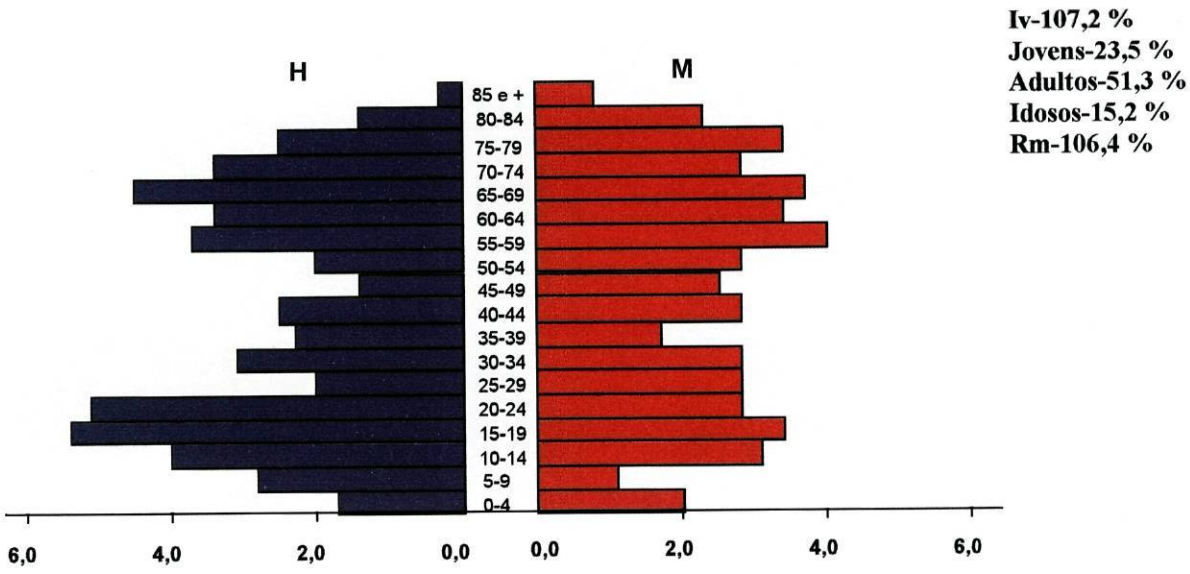



**Fig. 31 - Pirâmides etárias para algumas freguesias da Serra do Marão, em 1991 (cont.)**

Em relação ao primeiro aspecto, verificava-se que se, em Sedielos, Ovil, Torgueda, Pena, Fontes, Sanhoane, Vila Cova e Fornelos, menos de 5% da população residente têm menos de 5 anos, já em Grilo e Sanche esse escalão etário supera os 10%. Em 1991, existiam 6300 crianças neste escalão etário distribuídas por todas as freguesias, embora nalgumas delas o seu efectivo seja inferior a 15 como acontece em Carvalho de Rei (14 crianças), Quintã (14 crianças), Fornelos (13), Vila Cova (13) e Pardelhas (12). Em S. Gonçalo e Soalhães as crianças com menos de 5 anos são em número pouco superior a 300.

Comparando os escalões 0-9 e 10-19 anos, houve, na maior parte das freguesias, uma retracção da base que nalguns casos foi muito pronunciada. Em Candemil e Várzea, a população com 0-9 anos é mais numerosa do que a de 10-19 anos. Em Canadelo, Carvalho de Rei, Lufrei, Olo, Sanche, Vila Chão do Marão, Grilo, Quintã e Vila Jusã, há um certo equilíbrio entre os dois escalões. Nas restantes freguesias, a população com 10-19 anos é mais numerosa do que a de 0-9 anos e,

mesmo em Pardelhas, Fornelos e Vila Cova, a população com menos de 9 anos é inferior a metade da de 10-19 anos.

O escalão dos adultos é muito importante nas freguesias da Serra do Marão, pois, em sessenta e duas delas, representa mais de metade da população residente. Nalgumas freguesias, é bem visível a retracção de alguns escalões etários que se manifesta, fundamentalmente, entre os 35 e os 50 anos, o que sem dúvida reflectia a importância dos movimentos migratórios. Através da comparação da população de 55 a 64 anos com a de 20 a 29 anos, pode ter-se uma indicação sobre a capacidade de renovação da população em idade activa. Em 1991, verifica-se que, em Ermelo, Fontes e Fornelos, os valores superiores a 1 indicam a não renovação da população e, em Ansiães, Canadelo, Candemil, Ovil, Sanhoane, Sever e Campeã, os valores, sendo ligeiramente inferiores a 1, reflectem um certo equilíbrio. Nas restantes freguesias, os valores traduzem capacidade de renovação da população que é particularmente marcada em Pardelhas, Carneiro, Gove, Folhada, Tabuado e Mondrões.

O coeficiente de dependência total da Serra do Marão diminuiu entre 1981 e 1991, devido à redução da dependência dos jovens, pois o dos idosos aumentou ligeiramente.

Em Carvalho de Rei, Canadelo e Mesquinhata, o coeficiente de dependência total, no período em análise, aumentou. Contudo, se nas duas primeiras freguesias se registou um aumento da dependência dos idosos e dos jovens, em Carvalho de Rei, o coeficiente de dependência dos jovens diminuiu. Nas restantes freguesias, o coeficiente de dependência total decresceu, mas se, em vinte e seis delas, os três indicadores considerados diminuíram, nas outras cinquenta e sete freguesias, a dependência face aos idosos aumentou.

Na Serra do Marão, as mulheres são mais numerosas do que os homens, o que também acontece em todos os agrupamentos. Todavia, já o mesmo não se passa a nível

de freguesia. De facto, em várias freguesias dispersas por toda a Serra (Ansiães, Candemil, Carneiro, Olo, Loivos da Ribeira, Teixeira, Tabuado, Cidadelhe, Campanhó, Pardelhas, Fontelas, Vinhós, Fornelos, Louredo, Medrões, Mondrões e Pena), a relação de masculinidade é superior a 100%, merecendo destaque o caso de Pardelhas, onde os homens são 22,6% superiores às mulheres e a estrutura etária é muito jovem. Nas restantes freguesias, as mulheres são mais numerosas que os homens.

O perfil da relação de masculinidade por idade para a área em estudo é semelhante ao modelo geral, verificando-se que assume o valor de 107,4 % dos 0 aos 4 anos. Só a partir dos 30-34 anos é que as mulheres se tornam mais numerosas que os homens, acentuando-se a diferença à medida que a idade aumenta. Como a maior parte das freguesias tem efectivos populacionais reduzidos, verifica-se uma grande variabilidade deste indicador em função da idade e o perfil típico nem sempre ocorre.

Pode-se concluir que não há uma relação directa entre o índice de envelhecimento e a relação de masculinidade em cada freguesia. Em Fornelos, os idosos representam 25,2% da população, o índice de envelhecimento atinge 107,2%, mas a relação de masculinidade é superior a 100%; já em Carvalho de Rei, com níveis de envelhecimento pouco superiores aos de Fornelos, a população feminina é mais numerosa que a masculina (Rm-87,5%).

Em termos absolutos, entre 1981 e 1991, houve um aumento da população feminina em idade fecunda, embora, em termos relativos, tenha havido um decréscimo de 1,2%. Se, nos agrupamentos de Amarante, Marco de Canaveses, Mondim de Basto e Peso da Régua, se verificou um aumento absoluto e percentual das mulheres em idade fecunda, nos restantes agrupamentos, esse acréscimo só se fez sentir em termos percentuais.

Em Bustelo, Teixeira e Gestaçô, não se registou qualquer alteração na proporção de população feminina em idade fecunda, embora, nesta última freguesia

referida, em termos absolutos, se tenha registado um acréscimo. Em Olo, Rebordelo, Canadelo, Fontes e Carvalho de Rei, o decréscimo foi superior a -1,1%, enquanto que, em Candemil, Loivos da Ribeira, Ermelo, S. João de Ovil, Tresouras, Cidadelhe, Oliveira, Campanhó e Fontelas, a diminuição foi menor (variou entre -0,1% a -0,8%). Nas restantes freguesias, a proporção de mulheres em idade fecunda aumentou entre 1981 e 1991, mas só em algumas delas esse aumento também se verificou em termos absolutos.

Do que foi dito, pode concluir-se que existe um número crescente de idosos com uma idade cada vez mais avançada, com tendência a acentuar-se ao longo dos anos noventa. Importa é saber se este tipo de evolução tem sido acompanhado por uma melhoria da qualidade de vida. Os idosos de hoje vivem efectivamente mais tempo, mas é preciso que o vivam com qualidade e sem exclusão social. Os progressos no campo da medicina tornaram os idosos de hoje cada vez mais jovens e aptos (M. J. CARRILHO, 1993). A política de apoio aos idosos através de reformas e de assistência social (Lares, Centros de Dia e de Apoio Domiciliário) veio melhorar consideravelmente a vida dos idosos e, sobretudo, daqueles que vivem sem o acompanhamento da família. Este serviço, se bem que imprescindível e abarcando um número crescente de utentes, pode, ainda, sofrer uma melhoria considerável, nomeadamente no que se refere ao apoio prestado a nível dos cuidados de saúde. Aquando do trabalho de campo, um dos principais aspectos abordados pelos idosos é a falta de assistência e de cuidados médicos. Não obstante as críticas relativamente à falta de pessoal médico em algumas unidades de saúde assim como à qualidade do atendimento, verifica-se que os idosos os utilizam, pois, muitas vezes, os recursos de que dispõem são manifestamente insuficientes para recorrer a uma consulta privada. Para além de problemas de funcionamento do próprio sistema de saúde (incapacidade de resposta dos centros de saúde motivada pela falta de clínicos, pelo não cumprimento dos horários de

atendimento, pela falta de especialização nos problemas da terceira idade), acrescem as dificuldades de deslocação às unidades de saúde, devido às condições e custo do transporte. É frequente o recurso ao táxi para se poder deslocar ao centro de saúde , mas uma queixa que frequentemente se ouve é o preço pago, o qual constitui um peso excessivo sobre o parco orçamento de muitas famílias.

O que até agora foi dito comprova que, embora o envelhecimento seja um fenómeno que, indiscutivelmente, está presente na Serra do Marão, a sua intensidade assume variantes que, sem dúvida, o factor tempo poderá uniformizar, pois a tendência é para aumentar a proporção de população idosa. Assim, emerge, sem fim anunciado, uma nova área de intervenção, decorrente da necessidade de responder às necessidades económicas, sociais e médico-sanitárias de um número crescente de indivíduos que sai da vida activa.

Como lutar contra o envelhecimento?

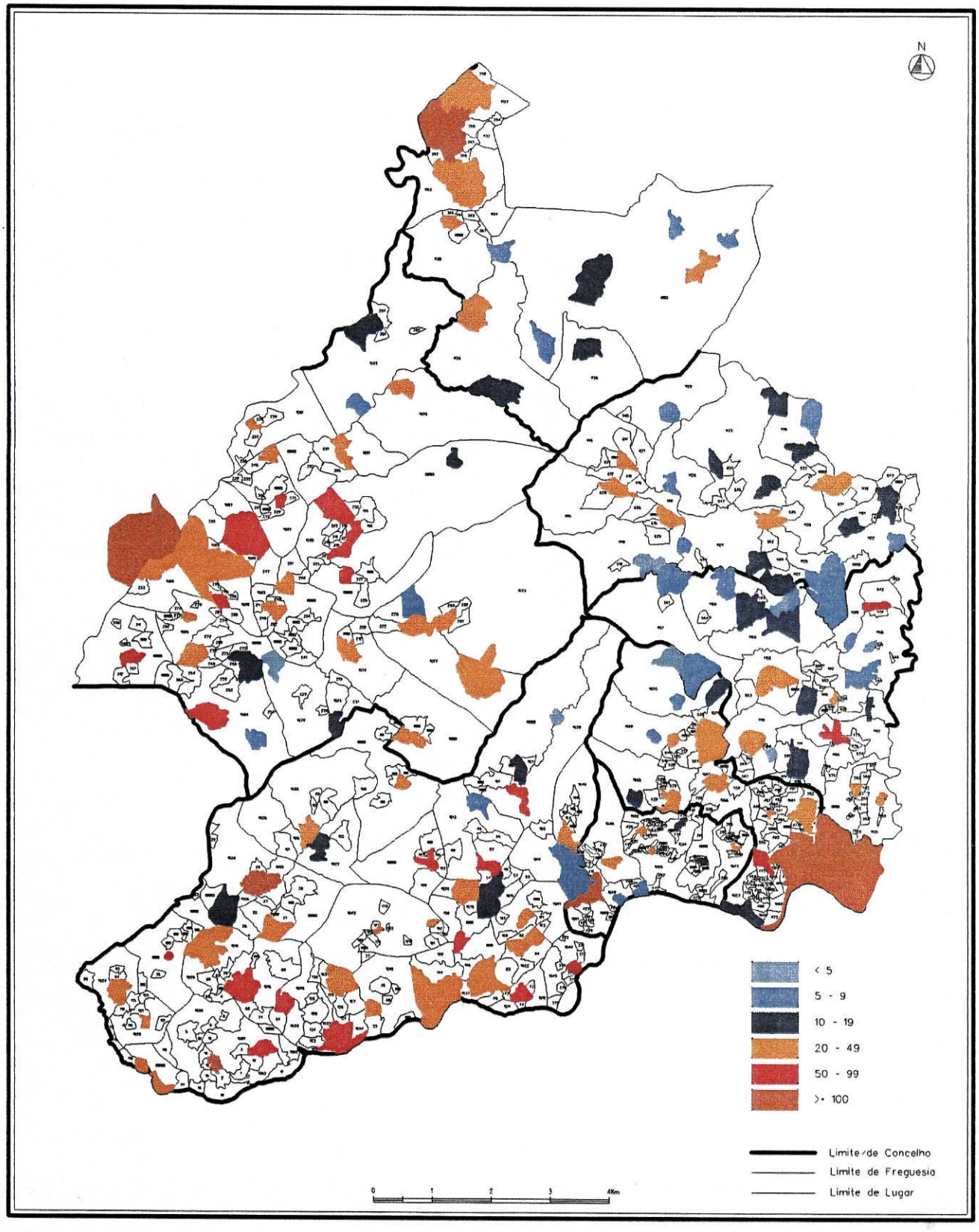
Uma das medidas é a elevação dos níveis de fecundidade que provocaria também uma renovação das gerações. Atendendo aos padrões económicos e sociais, o aumento de fecundidade nunca deixaria de ser fraco comparativamente com os efeitos contrários, devido ao aumento da esperança de vida e à estrutura etária da população, pelo que se deve procurar resolver antes os problemas económicos e sociais que o envelhecimento já coloca do que tentar inverter uma evolução largamente implantada. (A. DITTGEN, 1992)

O aumento da proporção de idosos e a diminuição do número de jovens apontam para a necessidade de se repensar a organização social, económica, financeira e, mesmo, a organização espacial de alguns serviços, nomeadamente de saúde e de educação. O Estado, até agora, viu-se perante a necessidade de proporcionar formação educativa a um número de jovens que, até aos anos oitenta, foi crescente, mas que se encontra já numa fase decrescente. Mesmo na área urbana do Porto, já se faz sentir o

decréscimo da fecundidade no 1° ciclo do Ensino Básico, o que se irá alastrar progressivamente aos outros níveis de ensino. Nas áreas rurais com níveis populacionais mais baixos, este processo leva a procurar novas soluções que compatibilizem o reduzido número de alunos, o processo de socialização e de formação inerente à escola, o direito dos cidadão a um serviço educativo de qualidade e de reduzidos custos sociais, os recursos financeiros por vezes muito limitados para o sector da educação por parte quer da Administração Central quer das Autarquias.

Na Serra do Marão, no ano lectivo de 1996/97, estiveram em funcionamento 176 escolas do primeiro ciclo do Ensino Básico (Fig. 30). Destas, 35 têm menos de 10 alunos e, em todos os agrupamentos, existiam escolas nestas circunstâncias (Quadro LIV, anexo B). No entanto, é de referir que, em Sta. Marta de Penaguião, das 21 escolas existentes, 10 têm menos de 10 alunos. Embora existisse, pelo menos, uma escola em cada freguesia[64] nalguns lugares, o espaço de socialização e de educação por onde passaram várias gerações encontra-se hoje à procura de novas funcionalidades, como acontece com os edifícios onde estiveram instaladas as escolas primárias de Mascoselo (Vila Cova) (Foto 5) e de Almofrela (Campelo). As escolas com menor frequência de alunos são as de Cotorinho (Campeã) e Bertelo (Cumieira) que tiveram, nesse ano lectivo, apenas um aluno cada. As escolas de Mafómedes (Teixeira), Ermida (Vinhós), Carvalho de Rei (Carvalho Rei), Barreiro (Louredo) e Fontelo (Medrões) funcionaram com menos de 5 alunos. A escola de Varzigueto (Ermelo), nos anos lectivos de 1990/91 a 1992/93, funcionou com apenas um aluno, mas, em 1996/97, já teve 5 crianças. Verifica-se que, ao longo dos anos noventa, o número de alunos, nas escolas do 1° ciclo do Ensino Básico, tem diminuído em todos os agrupamentos.

[64] Apenas em Vila Jusã não existe escola.




Fonte: DREN.

**Fig. 32– Localização das escolas do 1º ciclo do Ensino Básico, segundo o número de alunos que as frequentaram em 1996/97**

* Para a identificação dos lugares referidos no mapa, por números, consultar Quadro LXIV em anexo B.



**Foto 5 – Mascoselo (Freguesia de Vila Cova, concelho de Vila Real) - O último aluno e o professor partiram e hoje buscam-se novas funcionalidades para o edifício (Fevereiro, 1997).**

Um outro aspecto digno de referência é o facto da existência de cantina na escola ser uma situação rara na Serra do Marão. Por exemplo, na escola de Lardosa, na freguesia de Soalhães, os pais dão os géneros alimentícios e a Junta de Freguesia paga a uma funcionária que confecciona as refeições. A Adesco - *Associação para o Desenvolvimento Comunitário da Serra do Marão e Aboboreira* - que possui o Centro Comunitário de Carvalho de Rei, a funcionar no lugar com o mesmo nome, desenvolve diversas actividades, entre as quais, o serviço de refeições às crianças das escolas do 1º ciclo da área.

Noutros casos, as crianças que moram mais longe da escola e não têm tempo de efectuar o percurso escola-residência ou têm como refeição que trazem de manhã de casa ou, então, a mãe leva-lhes o almoço à escola. Noutros casos ainda, mãe e filho encontram-se a meio do caminho, para, assim, minimizar os custos da distância para

ambos. Esta situação também ocorre no caso dos jardins de infância. Muitos deles não oferecem serviço de refeições, o que faz com que muitas famílias optem por não colocar aí as crianças, pois perdem muito tempo nas deslocações. A deficiente motorização das mulheres e ausência de meios de transportes públicos regulares repercute-se, assim, na dinâmica territorial.

Estas situações exigem alterações de fundo que respondam de uma forma mais consonante com a maior participação da mulher no mercado de trabalho e ao facto de, por vezes, as populações terem de efectuar deslocações muito longas, para dar resposta à necessidade de formação das suas crianças na tentativa de lhes proporcionar um maior leque de opções, em ordem a fortalecer uma maior igualdade de oportunidades. Também existe na Serra do Marão um significativo número de crianças com deficiências intelectuais e que, poucas vezes, têm o acompanhamento necessário para aproveitar e desenvolver as suas potencialidades. O facto de os recursos serem reduzidos leva-nos a concluir pela necessidade urgente de se repensar o funcionamento do ensino obrigatório e se valorizar, de uma forma crescente, todo o processo de aprendizagem que muitas famílias ainda teimam em desvalorizar.

***

Em conclusão, ao longo do período censitário (1864 a 1991) a Serra do Marão evidenciou distintos padrões geodemográficos.

Até 1950 apresenta taxas de crescimento positivas, reflexo do forte crescimento natural e face à pressão demográfica, revelou-se um "território de partida". As taxas de crescimento mais elevadas não se manifestaram apenas em freguesias urbanas mas também em freguesias rurais, por vezes bastante afastadas dos principais núcleos urbanos. Assiste-se à emergência das sedes de concelho.

De 1950 à actualidade, assistiu-se à diminuição do crescimento natural, já não havendo substituição de gerações na maior parte das freguesias. O envelhecimento está em expansão em toda a Serra. Mas se é na área mais montanhosa que este processo atinge maior intensidade, também é aí que se encontram as populações mais jovens, resultado de taxas de fecundidade elevadas. Definiram-se desequilíbrios territoriais em função de duas tendências demográficas:

- o fenómeno urbano gerou mecanismos de " atracção" ou, pelo menos, de "retenção" populacional, intensificando-se a periurbanização. No entanto a população continua a ser maioritariamente rural. Nos centros urbanos concentram-se apenas cerca de 26% dos habitantes da Serra do Marão;
- a maior parte da Serra vive um processo de despovoamento mais ou menos intenso que continua a manifestar-se até ao presente e cresce a área em que o crescimento natural e saldo migratório se apresentam negativos. Esta situação age negativamente sobre a sustentabilidade da Serra do Marão, pelo que é preciso pensar a organização do território numa lógica de redução dos limiares populacionais mínimos de viabilização económica dos serviços, pois os rurais procurarão viver cada vez com melhor qualidade.

# Capítulo 2

# O povoamento na Serra do Marão

## 2.1- A Base Geográfica de Referenciação Espacial: implicações na análise do território

O termo povoamento é, geralmente, empregue em dois sentidos. Designa a ocupação do território mais ou menos livre, por novas construções (P. GEORGE, 1970), mas também é utilizado para caracterizar uma situação num dado momento e, nesse caso, refere-se à ocupação de um território pela população (D. PUMAIN, 1992). Os conceitos que estão associados a esta segunda forma de encarar o povoamento são: a densidade populacional que, sendo um indicador global, nos dá indicação sobre a intensidade de ocupação humana; a repartição do povoamento que será abordada ao nível do lugar e a dinâmica do povoamento que será encarada como resultante, não só da estrutura demográfica, mas também das relações que se estabelecem entre a população e a organização das suas actividades produtivas, sociais e de lazer nos territórios.

A estrutura do povoamento da Serra do Marão, que apresenta grandes contrastes, deve merecer uma abordagem à micro-escala. Esta é possível visto que o Instituto Nacional de Estatística tem vindo a ampliar os campos informativos disponibilizados ao nível de lugar. Mas uma questão prévia se coloca. Será que o conceito de lugar se tem mantido invariável?

Se, entre 1960 e 1991, a conceptualização de lugar não sofreu alterações significativas[65], já o mesmo não se poderá dizer da sua delimitação territorial.

[65] O Recenseamento de 1960 define *lugar* como *aglomerado populacional* que é todo o conjunto de prédios contíguos ou vizinhos, com 5 ou mais fogos, a que corresponde uma denominação. A área dos aglomerados populacionais era definida de uma forma empírica tendo como orientação os fundamentos que constituíam o conceito de aglomerado populacional. Assim, por conjunto de prédios entende-se todo o agrupamento de edifícios qualquer que fosse o destino ou natureza destes. Para que os prédios se considerassem contíguos ou vizinhos não se exigia continuidade de

Até 1981, os lugares eram definidos de uma forma empírica, auscultando a opinião dos fregueses e dos representantes do poder local. Para servir de apoio à produção estatística do censo de 1991, é criada a Base Geográfica de Referenciação Espacial. Esta é o conjunto de mapas com a delimitação e identificação da secções e subsecções estatísticas definidas para cada freguesia do país. A secção estatística corresponde a uma área contínua de uma única freguesia com cerca de 300 alojamentos destinados à habitação; a subsecção estatística[66] refere-se à mais pequena área homogénea de construção ou não, existente dentro da secção estatística, correspondendo ao quarteirão nas áreas urbanas e ao lugar, ou parte do lugar, nas áreas rurais.

Mas, num tipo de povoamento tão complexo como o do Noroeste de Portugal, em que a continuidade dos "núcleos" invalida soluções rápidas e isentas de discussão, será que um mesmo lugar considerado nos diferentes Censos com a mesma designação se referirá inequivocamente à mesma realidade espacial?

Ao comparar-se os efectivos populacionais de alguns lugares, em 1960, com os apresentados pelos dois últimos recenseamentos, vários problemas se levantam, assumindo como principal o que consideramos ser a excessiva variação populacional de alguns núcleos populacionais, em áreas de fraco dinamismo demográfico. Sem dúvida que este facto reflecte alterações na delimitação territorial dos mesmos. Um dos

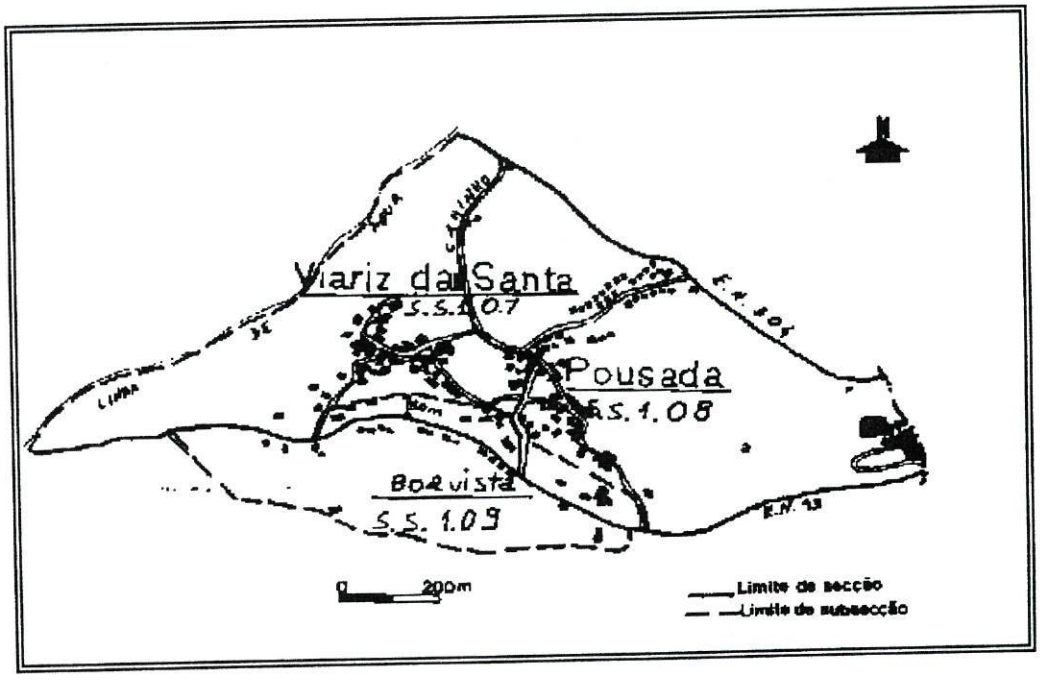
---

edificação mas apenas de logradouros, tais como quintais, hortas, eidos, que criassem relação de vizinhança e proximidade entre prédios, o que não desaparecia pelo facto de existirem vias de comunicação entre os prédios ou os seus logradouros (INE). Em 1981 *aglomerado populacional* é todo o conjunto de edifícios contíguos ou vizinhos com 10 ou mais fogos a que corresponde uma designação, pelo que a diferença com o censo de 1960 apenas se situa ao nível do limite mínimo de fogos necessários para que se proceda à individualização de um lugar que passou de 5 para 10 fogos.

Em 1991 não surge a designação de *aglomerado populacional* mas sim de lugar. Este é definido como o conjunto de edifícios contíguos ou próximos, com 10 ou mais alojamentos, a que corresponde uma designação. O conceito abrange, a nível espacial, a área envolvente onde se encontrem serviços de apoio (INE,1991).

[66] A realização da Base Geográfica de Referenciação Espacial (BGRE) iniciou-se por um trabalho preparatório de gabinete com a definição dos objectivos e dos meios técnicos e humanos necessários, à qual se seguiu a realização de trabalho de campo entre 1984 e 1990 e, por fim correcção da cartografia que decorreu entre 1985 e 1991. Dada a impossibilidade de execução simultânea do trabalho de campo em todo o país, os trabalhos iniciaram-se nos concelhos do interior, que apresentam uma menor dinâmica de construção, avançando-se posteriormente para o litoral. Pretendeu-se com esta calendarização chegar a 1991 com o maior índice de actualização possível, no seccionamento efectuado (INE- Serviço de Metodologia,1993).

inúmeros exemplos que poderia ser apresentado é o lugar da Boavista (Campeã). Se, entre 1960 e 1981, o aumento populacional foi de 45,8%, entre 1981 e 1991, ultrapassou os 178%. Esta situação não seria, de todo o modo, estranha se não fosse, por um lado, a percepção empírica da evolução do lugar que, indiscutivelmente, não encontra argumentos explicativos para esta situação e, por outro lado, o facto de Viariz da Santa e Pousada, dois outros lugares próximos de Boavista, sofrerem um decréscimo de, respectivamente, 45,7% e 55% no mesmo período (1981/1991) (Fig.33).




Fonte :Base Geográfica de Referenciação Espacial, INE, Lisboa, 1991

**Fig. 33 - Delimitação das subsecções de Boavista, Viariz da Santa e Pousada (freg. Campeã, Vila Real).**

A conjugação destes dois factos induz alterações no contexto territorial dos referidos lugares, o que influi negativamente na validade do estudo evolutivo da dinâmica demográfica e habitacional do povoamento de muitas áreas da Serra do Marão, pois o exemplo apresentado não é, infelizmente, caso único.

Embora se conheça a correspondência toponímica e estatística dos lugares entre 1981 e 1991 e assim se saiba se permaneceram, se passaram a isolados, se foram integrados num outro ou, ainda, se se trata de lugares novos (Quadros LV a LXII, anexo B), a análise evolutiva do povoamento não deve ser feita sem o prévio conhecimento da Base Geográfica de Referenciação Espacial, já que, em muitos casos, não há correspondência territorial entre a designação toponímica das subsecções e o próprio lugar.

A área da Serra do Marão está, segundo a Base Geográfica de Referenciação Espacial, dividida em 134 secções e 1099 subsecções (Quadro LXIII, anexo B). Foi esta a base de trabalho. Mas, para estas só foram disponibilizados pelo INE os seguintes parâmetros: população residente e presente segundo o sexo, número de famílias, alojamentos familiares, alojamentos colectivos e número de edifícios, pois o ficheiro de síntese, onde se encontra a maior diversidade de informação, apenas faz referência a 741 subsecções. Esta situação compreende-se por duas razões: em muitas freguesias, há mais do que uma subsecção residual que, no ficheiro de síntese, foram contabilizadas conjuntamente; a outra resulta do facto de, nos núcleos populacionais de maior dimensão, terem sido definidas várias subsecções, embora o ficheiro de síntese apresente um valor conjunto para todas elas. Por exemplo, em Madalena e S. Gonçalo, foram definidas respectivamente, 17 e 44 subsecções, mas em termos de ficheiro de síntese foram consideradas apenas uma em cada freguesia.

Convém, ainda, salientar que, apesar de ser feita referência estatística a 741 subsecções, apenas são considerados 735 "lugares"[67] (Fig. 34, anexo A); (Quadro LXIV, anexo B). Esta situação é explicável pelo facto de núcleos urbanos como Amarante,

[67] A designação *lugar* não será a mais correcta pois na análise realizada considerou-se as subsecções residuais. A designação *subsecção* também não será a mais correcta pois os lugares dispersos por várias subsecções foram contabilizados como um todo.

Mesão Frio, Peso da Régua e, ainda, o lugar de Mosteirô (freguesias de Ancede e Ribadouro) se estenderem por mais de uma freguesia. No entanto, no tratamento que se efectuou, a única solução viável foi considerar o lugar na sua completa expressão, independentemente do número de freguesias por onde se dispersa. Daí a diferença de valores entre o que se convencionou designar por subsecções agregadas estatisticamente e o número de lugares que vai ser considerado.

Das 735 unidades básicas em análise 621 são lugares com 10 ou mais alojamentos familiares clássicos e 54 são subsecções residuais com a mesma dimensão populacional (Quadro LXV). As restantes 60 subsecções correspondem ao que, vulgarmente, nos censos anteriores, se tem denominado de *lugares com menos de 10 fogos ou população isolada*. Mas entre elas encontram-se 37 "lugares" que, por razões inexplicáveis, embora tenham menos de 10 fogos, constam dessa base de dados, enquanto que outros aparecem contabilizados como *lugares com menos de 10 fogos ou população isolada*. Das 77 subsecções residuais, 8[68] não têm qualquer fogo.

**Quadro LXV**
**Subsecções segundo o número de fogos**

| Agrupamentos | Lugares c/ 10 ou mais fogos | Subsecções residuais | | | Lugares c/menos de 10 fogos | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | C/10 ou mais fogos | c/menos 10 fogos | c/ 0 fogos | | |
| AMARANTE | 121 | 17 | 3 | 1 | 3 | 145 |
| BAIÃO | 173 | 17 | 1 | 2 | 3 | 196 |
| MONDIM BASTO | 24 | 1 | 3 | 1 | 0 | 29 |
| MARCO CANAVESES | 53 | 3 | 0 | 0 | 9 | 65 |
| MESÃO FRIO | 65 | 6 | 0 | 0 | 16 | 87 |
| PESO RÉGUA | 73 | 2 | 3 | 1 | 3 | 82 |
| STA M. PENAGUIÃO | 64 | 5 | 2 | 2 | 2 | 75 |
| VILA REAL | 48 | 3 | 3 | 1 | 1 | 56 |
| SERRA MARÃO | **621** | **54** | **15** | **8** | **37** | **735** |

Fonte : Base Geográfica de Referenciação Espacial, INE, Lisboa, 1991

[68] No ficheiro de síntese fornecido pelo INE, apenas em nove freguesias na respectiva subsecção residual não habita ninguém e apenas em oito não existiam fogos. No entanto, numa outra base de dados existente no INE e à qual se teve acesso, estão referidas todas as subsecções residuais definidas na BGRE o que permite concluir que existem 37 subsecções residuais distribuídas por 28 freguesias onde não reside alguém.

Ao digitalizar-se as cartas da Base Geográfica de Referenciação Espacial fornecidas, em formato analógico, pelo Instituto Nacional de Estatística, surgiram algumas dificuldades, sendo, sem dúvida, a principal a que se relaciona com as diferenças entre as subsecções referidas na Base de Dados e as representadas cartograficamente[69] (F. PEDROSA, 1997).

Por exemplo, na freguesia de Bustelo, não está definido na BGRE o lugar de Mirago, pois a sua existência só foi detectada na fase de tratamento do Recenseamento de 1991. Conforme esclarecimentos obtidos junto do Núcleo de Cartografia do INE, a sua delimitação territorial só será feita aquando dos trabalhos de campo preparatórios do Recenseamento da População de 2001. O mesmo se passou relativamente aos lugares de Bouça e de Fial, na freguesia de S. João de Lobrigos (concelho de Sta Marta de Penaguião). Perante este facto, optou-se por representar cartograficamente estas subsecções com limites definidos com base em trabalho de campo.

Uma outra dificuldade encontrada refere-se ao facto de, sempre que a área residual é constituída por duas ou mais partes perfeitamente individualizadas, a cada uma delas corresponderem subsecções independentes. Se esse é o procedimento geral, verifica-se que, em Louredo, Sanhoane (Sta Marta de Penaguião), Torgueda (Vila Real) e Vila Jusã (Barqueiros), ele não foi adoptado. De facto, nas quatro freguesias referidas,

[69] Não foi feita a digitalização da BGRE para as quatro freguesias do município de Marco de Canaveses que estão integradas na área em estudo por duas ordens de razões: por um lado, os limites das freguesias na BGRE e na cartografia disponibilizada pela Câmara Municipal de Marco de Canaveses são muito diferentes o que leva a que, por exemplo, a aldeia de Aboboreira seja considerada em 1991 como pertencente a Soalhães, embora, na realidade, pertença a Folhada; por outro, a delimitação das subsecções propostas apresenta graves problemas. Quase todas as delimitações foram feitas com base em vias de comunicação o que, não é correcto pois muitas delas funcionam como elemento estruturante do povoamento e, por conseguinte, não devem ser utilizadas como linha divisória. Para além deste aspecto, há ainda que referir que, na cartografia que foi cedida pelo INE, não é feita referência às subsecções residuais, para as quais se dispõe apenas de informação estatística. Para além destes aspectos, há ainda a considerar que algumas das subsecções apresentam áreas muito grandes, com fraca ocupação humana e alguns núcleos de povoamento foram fragmentados. Por estas razões, optou-se por não fazer a representação cartográfica para as quatro freguesias do agrupamento em questão, reduzindo a análise estatística aos parâmetros que, não conduzam a uma visão errada da dinâmica territorial. O INE está consciente da necessidade de proceder a remodelações profundas na delimitação das subsecções e secções no município do Marco de Canaveses.

isto aconteceu porque, segundo o INE, a definição das secções e subsecções foi feita numa fase inicial, tendo sido, posteriormente, alterada a metodologia. No entanto, como ao digitalizar-se a BGRE, as áreas residuais ficaram definidas, optou-se por atribuir a cada uma delas um número de ordem.

Não obstante os problemas encontrados ao digitalizar-se a BGRE, esta constitui um suporte fundamental de análise das dinâmicas territoriais e de ordenamento. A delimitação cartográfica dos lugares levada a cabo pelo INE e apresentada no Recenseamento de 1991 é uma solução que revela virtudes e defeitos. Mas, antes propriamente de se apresentar as que, na perspectiva geográfica, se consideram como mais prementes, convém referir que a inexistência de uma delimitação "correcta" das freguesias faz com que surjam problemas interessantes, muitos dos quais sintoma de rivalidades locais, o que dificultou a tarefa do INE na definição da BGRE. Vários exemplos podem ser referidos.

Assim, um primeiro problema detectado a partir de conversas com a população local refere-se ao limite entre as freguesias de Aboadela e Sanche (ambas do concelho de Amarante). De facto, a Sudoeste do lugar de Rua, o limite entre as duas referidas freguesias não é sempre o Rio Ovelha, como foi considerado, mas sim a antiga estrada romana. Um outro exemplo pode ser dado por Ferraria (freg. Sedielos, Peso da Régua) que foi considerado pela BGRE como pertencente a Vinhós, mas que, desde 1976, pertence à freguesia de Sedielos[70]. A ocorrência deste facto demonstra a necessidade de se poder dispor de uma delimitação de pormenor dos limites administrativos, o que, sem dúvida, não será tarefa fácil, mas cujo adiamento não será solução.

Independentemente destes aspectos, a principal virtude da BGRE é, em nossa opinião, o estabelecimento de limites que, sem o problema de condicionar qualquer

[70] Decreto- lei nº734/76.

expansão urbanística, serve de estrutura de referência. Convinha que essa delimitação se mantivesse, de censo para censo[71], sem a qual não é possível realizar uma abordagem diacrónica consistente dos fenómenos de povoamento e de urbanização e dos processos que os estruturam. Daqui resulta a defesa da definição cartográfica dos núcleos populacionais que, como base de toda a recolha de informação estatística, desempenharão um papel fundamental na abordagem das dinâmicas espaciais e na definição de estratégias de ordenamento do território.

Contudo, em relação aos limites definidos, devem ser feitas algumas considerações, pois a delimitação realizada, embora válida do ponto de vista estatístico, encerra em si mesma uma grande diversidade de situações geográficas que importa conhecer.

Os limites das subsecções coincidem, preferencialmente, com caminhos, estradas, linhas de água e caminho de ferro. Nalguns casos, utilizam-se também muros, limite das vinhas[72], linhas de alta tensão e, na ausência de qualquer um destes tipos de referência, a delimitação é feita por "linhas imaginárias". Estas últimas se, por um lado, apresentam vantagens geográficas, por outro, poderão induzir em erros, pois se estas linhas imaginárias são facilmente cartografadas, visualizá-las no terreno não parece ser, em muitos casos, tarefa fácil, donde se depreende que possam surgir alguns problemas de integração dos edifícios inquiridos nas devidas subsecções.

O aspecto fundamental é, todavia, o modo como foi aplicado territorialmente o conceito de subsecção. Esta é definida como *a mais pequena área homogénea de construção ou não,* o que se em termos teóricos, permite abranger uma grande diversidade de realidades territoriais, em termos práticos, constitui um "molde"

[71] No próximo censo designar-se-á por Base Geográfica de Referenciação da Informação.
[72] O recurso a referenciais de natureza móvel pode provocar problemas na identificação no terreno dos limites estabelecidos cartograficamente.

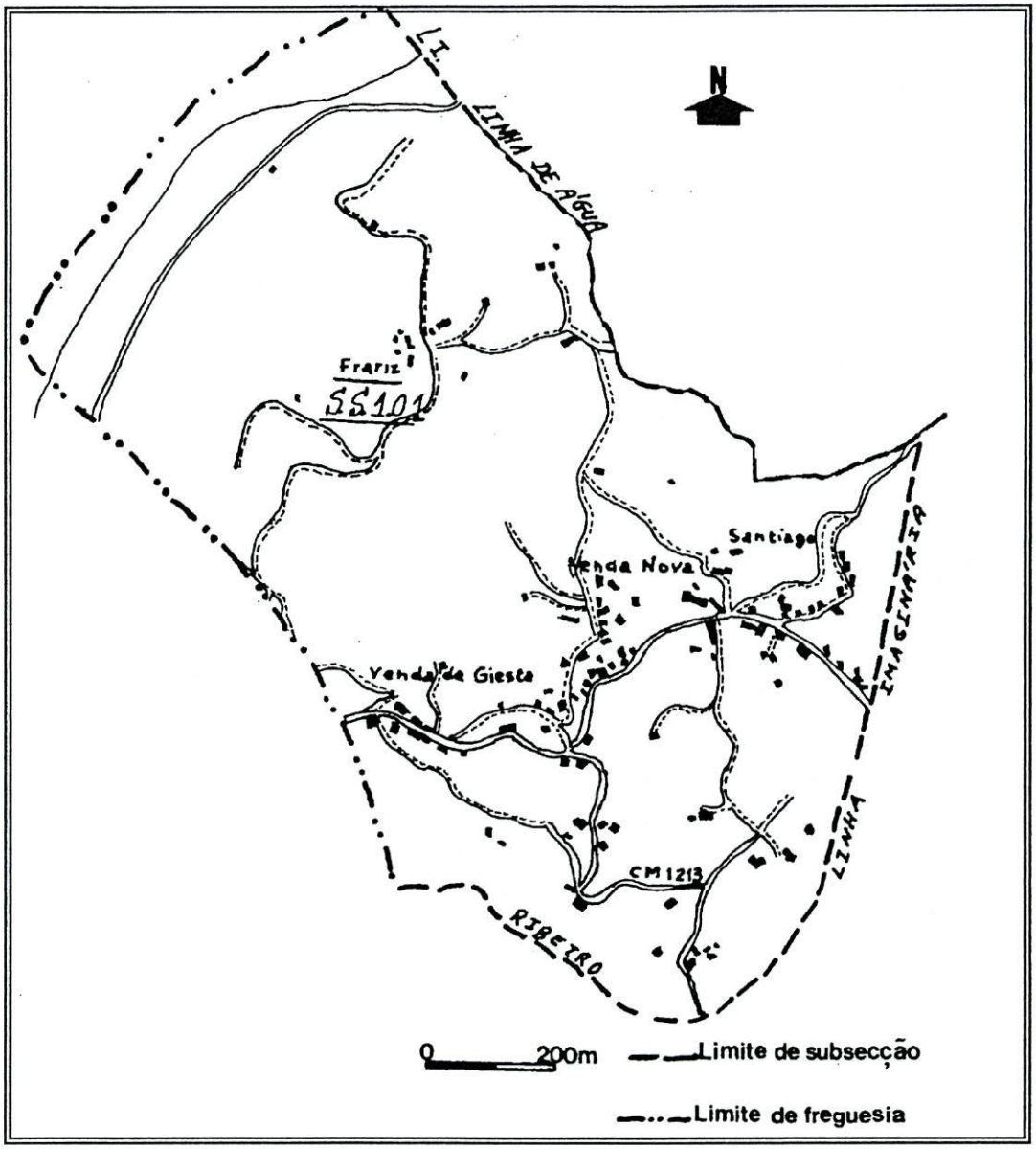
demasiado flexível. A existência de contiguidade preconizada pelos Recenseamentos anteriores encontra-se aqui bastante diluída, permitindo interpretações muito distintas da realidade do povoamento. De facto, no Recenseamento de 1991, ela foi considerada em sentido muito amplo.

Observe-se, a título exemplificativo, o que se passa na freguesia de Lufrei (Amarante). Se há continuidade entre o lugar de Frariz, propriamente dito, e o de Venda Nova ou Santiago (que foram integrados todos na mesma subsecção) (Fig. 35), não foi adoptado o mesmo procedimento entre os lugares de Rua Nova e Eira, na freguesia de Oliveira (Mesão Frio) (Fig.36).

Um outro caso exemplificativo pode ser dado pelo lugar de Rua (Foto 6) que, em termos toponímicos, compreende uma área muito precisa. No entanto, a subsecção denominada Rua também integra Vale de Macieiras, Igreja e alguns edifícios que devem ter sido considerados, anteriormente, como isolados (Fig. 37).

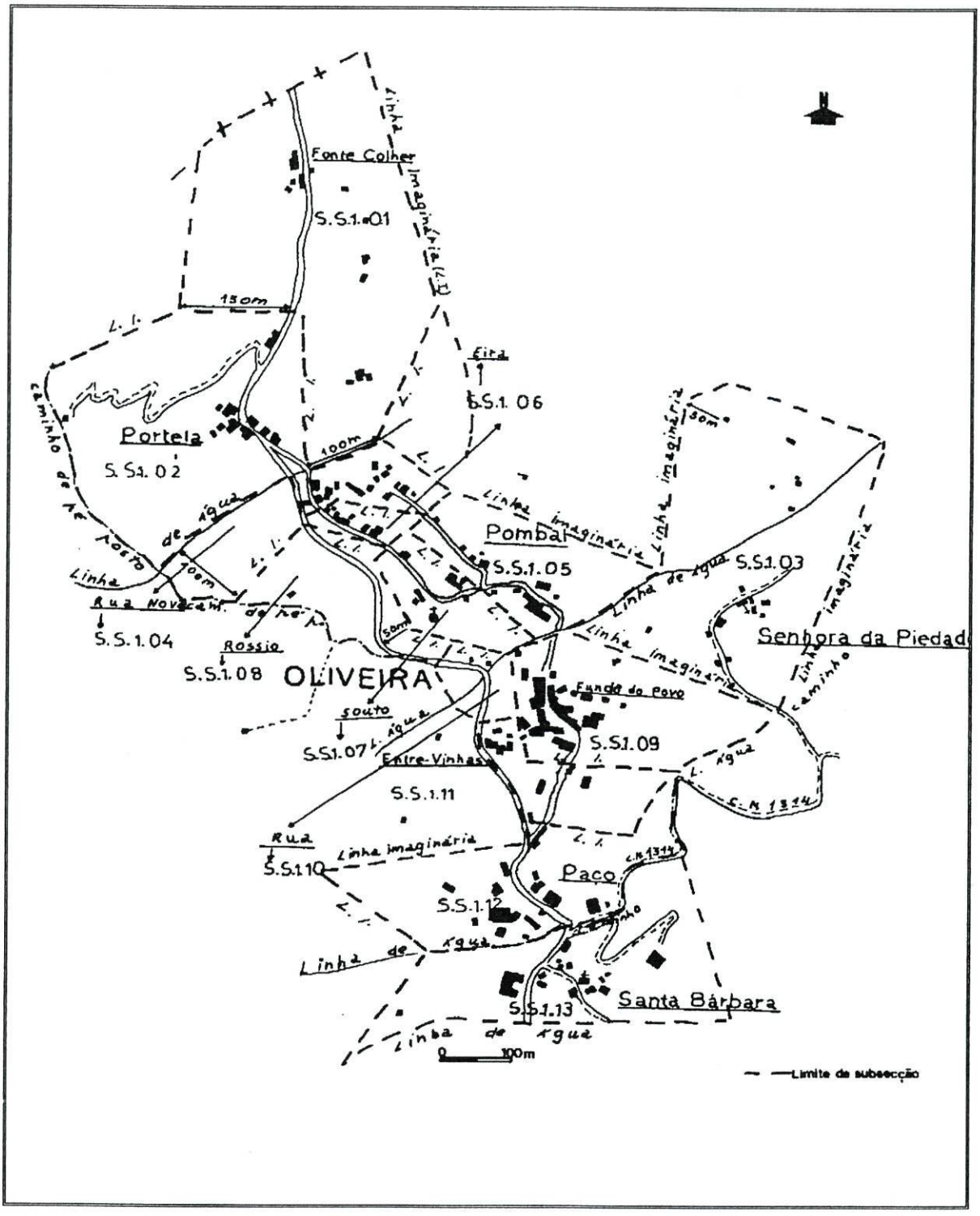
Um outro caso semelhante pode ser encontrado na freguesia de Carneiro (Fig. 38). Em 1960 e 1981, existiam seis lugares[73] com 10 ou mais fogos, enquanto que, em 1991, são apenas considerados três, estando os restantes neles integrados: Cabo foi integrado em Vendas e Estrada em Outeiro, o que se compreende, pois há continuidade do povoamento; Albergaria foi integrada em Cimo de Vila, embora estejam individualizados.

[73] O Recenseamento de 1981 faz referência aos lugares de Albergaria, Cabo, Estrada, Cimo de Vila, Outeiro e Vendas, enquanto que, em 1991, apenas os três últimos foram considerados.




Fonte : Base Geográfica de Referenciação Espacial, INE, Lisboa, 1991

**Fig. 35 - A subsecção de Frariz, na freguesia de Lufrei ( Amarante)**

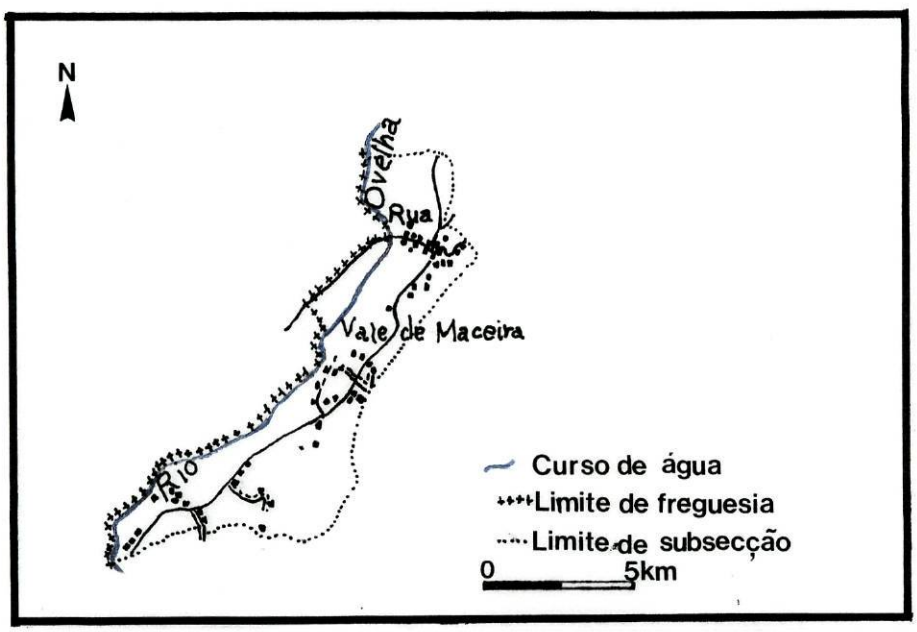



Fonte : Base Geográfica de Referenciação Espacial, INE, Lisboa, 1991

**Fig. 36 - A delimitação das subsecções, na freguesia de Oliveira (Mesão Frio)**

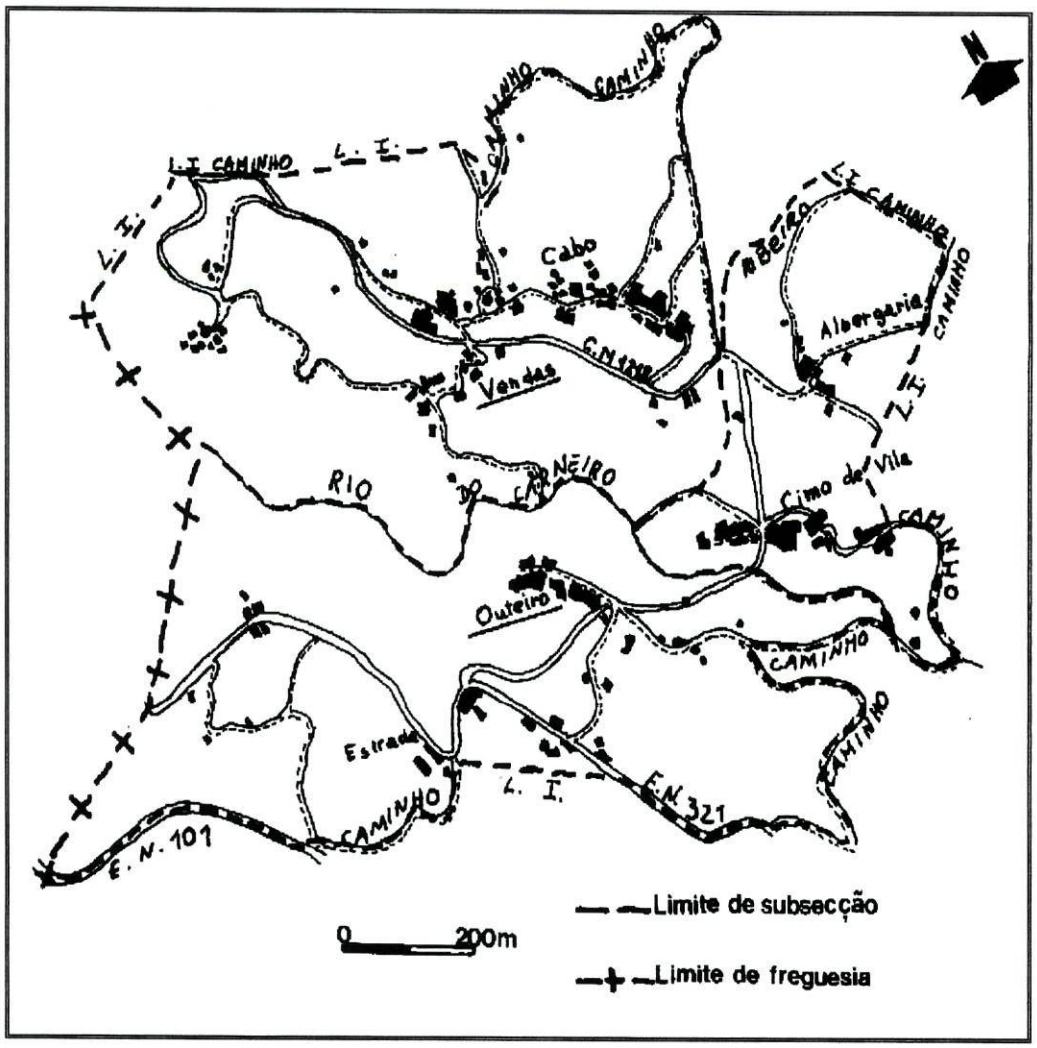



**Foto 6 – O lugar de Rua, freguesia de Aboadela - Amarante (1996).**




Fonte : Base Geográfica de Referenciação Espacial, INE, Lisboa, 1991

**Fig. 37 – A Subsecção de Rua.**




Fonte : Base Geográfica de Referenciação Espacial, INE, Lisboa, 1991

**Fig. 38 - As subsecções de Outeiro e Vendas na freguesia de Carneiro (Amarante)**

Pode-se, assim, concluir que a unidade estatística e cartográfica chamada subsecção encerra em si mesma grandes diferenciações em termos de povoamento. Embora cada subsecção seja identificada por uma designação toponímica localmente corrente, tem, em muitos casos, uma expressão territorial muito mais abrangente, pois integra outros lugares que, por várias razões, lhe foram anexados.

Apenas não é possível encontrar casos como os referidos em áreas muito específicas, onde as povoações se apresentam bastante compactas e estão inconfundivelmente isoladas umas das outras. Alguns dos melhores exemplos desta situação correspondem aos aglomerados de Campanhó, Pardelhas, Tijão, Cotorinho (Foto 7), Montes, Veiga (Foto 8), Bertelo, Covelo, Póvoa da Serra, Carvalho de Rei,



**Foto 7 - O lugar de Cotorinho, freguesia de Campeã, concelho de Vila Real (Dezembro,1995).**



**Foto 8 - O lugar de Veiga, freguesia da Cumieira, concelho de Sta. Marta de Penaguião (Junho, 1997).**

Ferraria e Paradela do Monte. Nestes lugares e noutros com um enquadramento semelhante, é possível fazer uma comparação directa dos dados estatísticos dos diferentes censos. Isto já não acontece nas áreas de maior densificação populacional de povoamento, pois aí uma mesma designação toponímica adoptada nos diferentes censos pode mascarar, como já foi comprovado, realidades territoriais distintas, que provêm de um procedimento estatístico, em vez de resultar da dinâmica territorial.

Efectivamente, o facto de haver lugares que foram integrados noutros nada diz sobre o processo de povoamento. Na maior parte dos casos, os lugares que tinham sido considerados separadamente em 1981 e que, no Censo de 1991, foram integrados numa mesma subsecção, continuam a estar perfeitamente individualizados na paisagem, pelo que a sua agregação resulta de um procedimento estatístico e cartográfico e não de um processo territorial.

No entanto, se o processo de integração pode ser justificado, em certos casos, pela reduzida dimensão de alguns lugares, individualizados em censos anteriores, ou até pelo seu completo abandono, como aconteceu em Currais - integrado na subsecção de Almofrela - freguesia de Campelo, mas completamente individualizado - (Foto 9), já o



**Foto 9- Currais (Campelo-Baião): o último dos habitantes partiu em 1989 (Fevereiro, 1997).**

mesmo não serve de explicação em Sta. Cruz do Douro. Aí dois lugares bem marcados na paisagem como são Calvário (com 101 habitantes em 1981) e Paredes de Cima (com 125 habitantes em 1981), embora bem individualizados na paisagem, ambos foram integrados na mesma subsecção (Fig. 39). O despovoamento não serve de explicação, já que, em 1991, os dois lugares acima referidos foram integrados na subsecção de Paredes de Cima, tendo sido recenseadas 336 pessoas.

Nas áreas urbanas ou nas freguesias envolventes, pode justificar-se, pois assiste-se a uma expansão do povoamento e, por conseguinte, à agregação de núcleos populacionais. Por exemplo, na freguesia de Madalena, foram considerados, em 1981, os lugares de Ataúdes e Sentinela que, em 1991, foram integrados na povoação de Amarante, o que é perfeitamente compreensível (Foto 10), pois constituíram uma das frentes da expansão deste núcleo urbano.

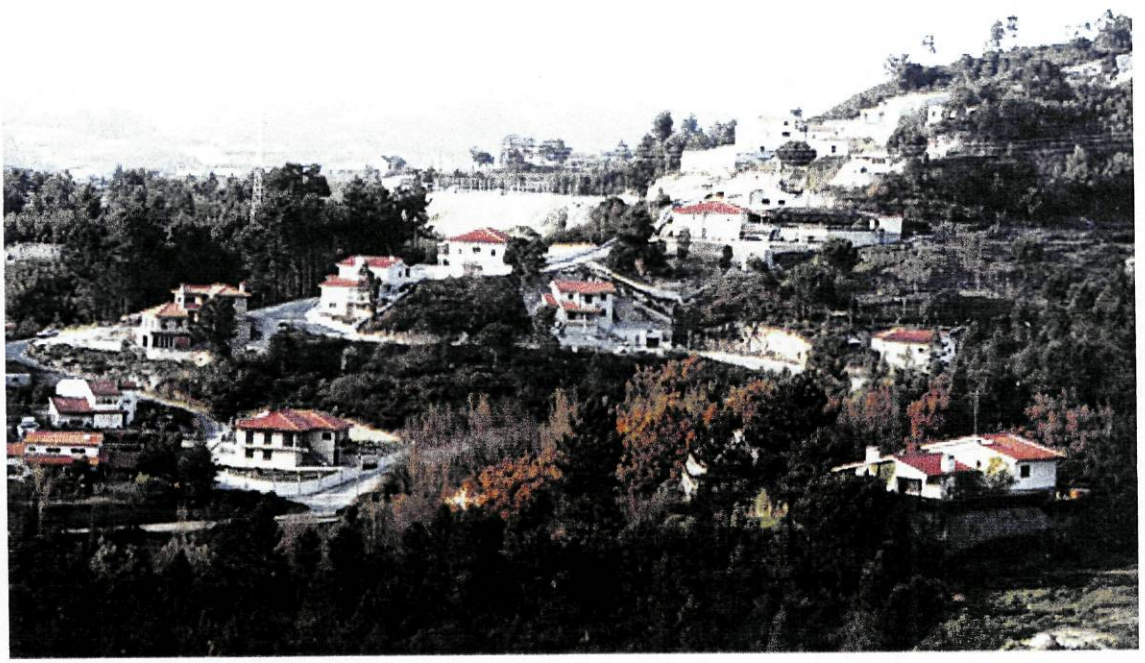
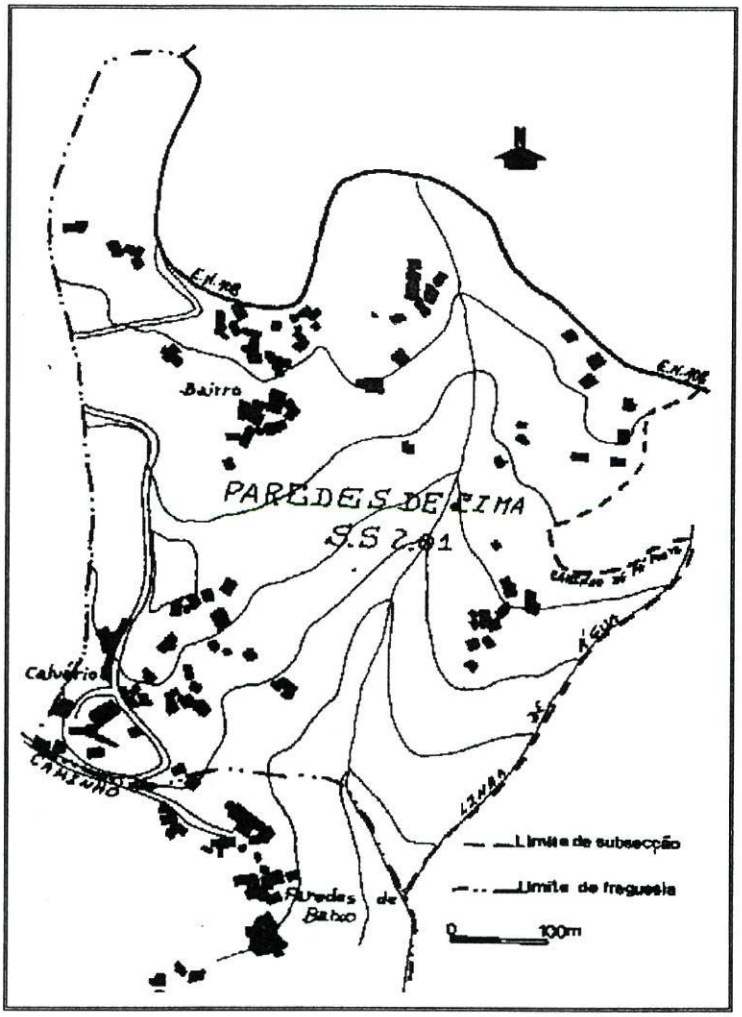


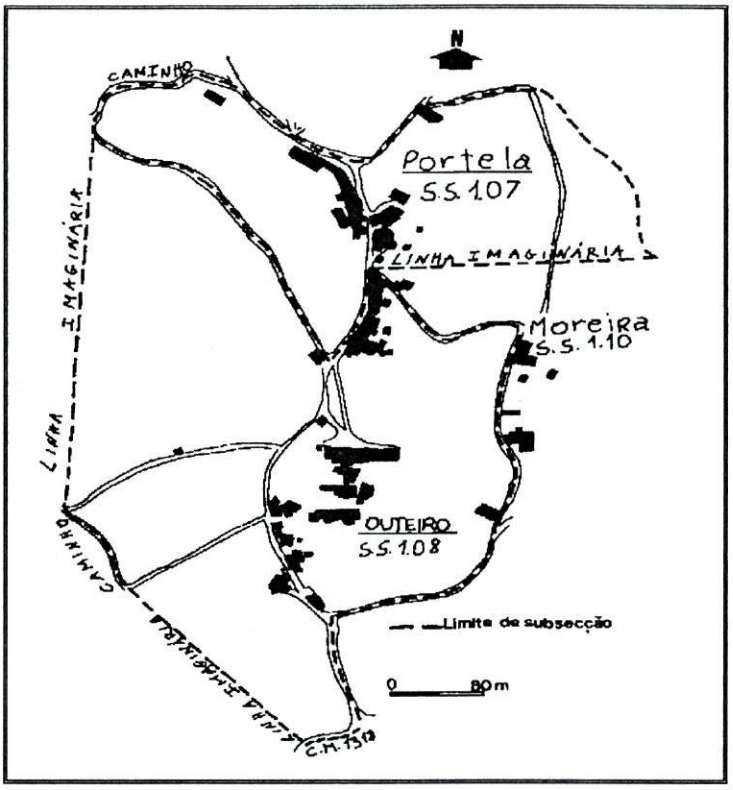
**Foto 10 - A urbanização conquista novos espaços: vista de uma das frentes de expansão da cidade de Amarante (Março, 1999).**




Fonte : Base Geográfica de Referenciação Espacial, INE, Lisboa, 1991

**Fig. 39 - Os lugares de Calvário e Paredes de Cima, na freguesia de Sta Cruz do Douro (Baião)**

Todavia, a não coincidência entre a povoação e a subsecção estatística pode assumir outros contornos. Na freguesia de Fontelas, a subsecção 1.08, denominada de Outeiro (Fig. 40), engloba o núcleo populacional que lhe dá o nome e parte de um outro que, pelas suas características geográficas, nunca deveria ter sido considerado como fazendo parte da subsecção 1.08, mas, sim, de Portela (subsecção 1.07).



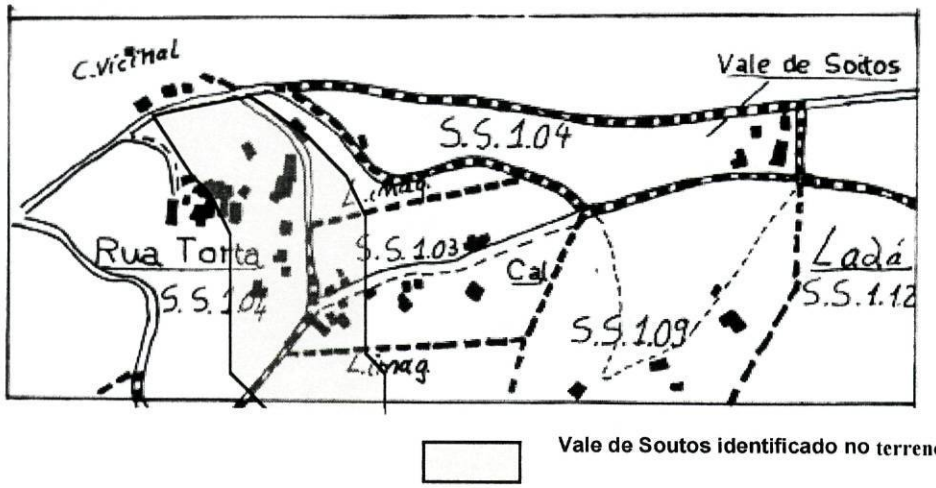

Fonte : Base Geográfica de Referenciação Espacial, INE, Lisboa, 1991

**Fig. 40 - A delimitação das subsecções de Outeiro e Portela, nas freguesia de Fontelas (Peso da Régua)**

Um outro exemplo pode ser apresentado por Vale de Soutos, na freguesia de Vila Marim (Mesão Frio). A delimitação desta subsecção não corresponde ao que, no local, as pessoas consideram como Vale de Soutos (Fig. 41).

Ao observar-se a delimitação das subsecções feita para a freguesia de Oliveira do município de Mesão Frio, há que referir dois aspectos distintos. Por um lado, a subsecção de Bamba (subsecção 1.14), para além da pequena povoação com o mesmo nome, contempla uma série de edifícios que estão perfeitamente individualizados na

paisagem e que deviam integrar uma unidade cartográfica e estatística residual (Fig. 42). Por outro lado, nesta mesma freguesia, foram considerados como isolados sete lugares[74],

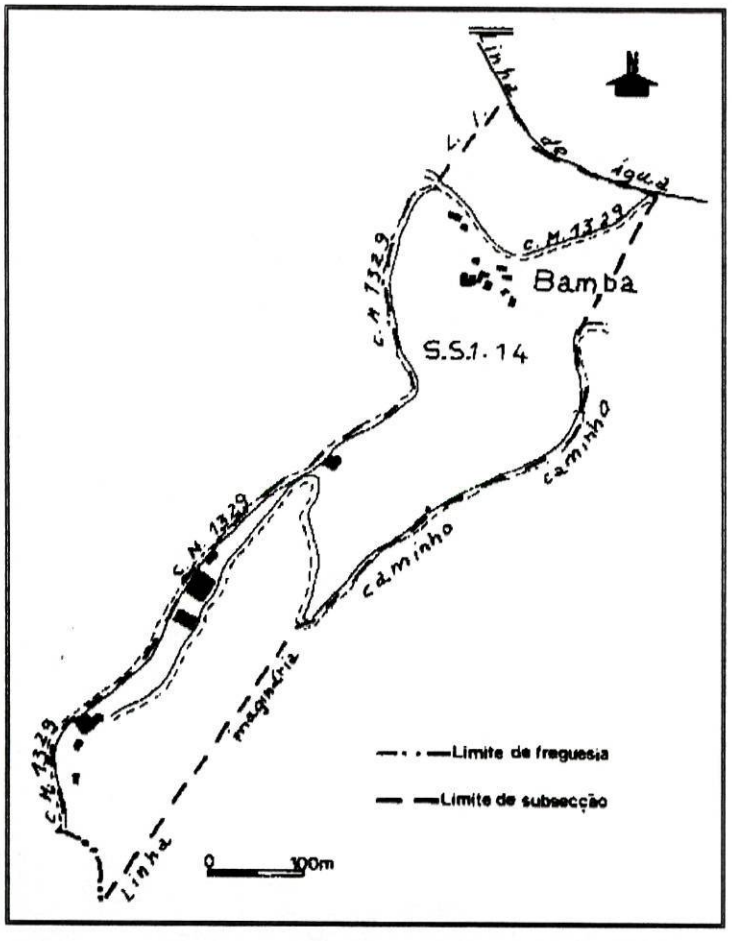



Fonte : Base Geográfica de Referenciação Espacial, INE, Lisboa, 1991

**Fig. 41 - O lugar de Vale de Soutos e a subsecção de Vale de Soutos não são coincidentes**

o que apenas deveria ter acontecido com Fonte Colher que se encontra perfeitamente individualizada na paisagem. Em relação às outras seis subsecções, depois de uma leitura atenta da paisagem, pode concluir-se que as mesmas deveriam ter sido agrupadas da seguinte forma: as subsecções de Entre-Vinhas (1.11), Fundo do Povo (1.09) e Rua (1.10) deveriam ter sido consideradas como uma só e as três teriam, em conjunto, 79 residentes e 26 alojamentos familiares clássicos. O mesmo se passa com Rua Nova (1. 04), Eira (1.06) e Rossio que, em conjunto, teriam 27 fogos e 76 habitantes (Foto 11).

[74] Lugares de Eira, Entrevinhas, Fonte Colher, Fundo do Povo, Rossio, Rua, Rua Nova. Segundo o Recenseamento de 1991 cerca de 41,7% da população de Mesão Frio foi considerada a viver em lugares com menos de 10 fogos ou isolados.




Fonte : Base Geográfica de Referenciação Espacial, INE, Lisboa, 1991

**Fig. 42 - O espaço edificado na subsecção de Bamba (freguesia de Oliveira, Mesão Frio)**



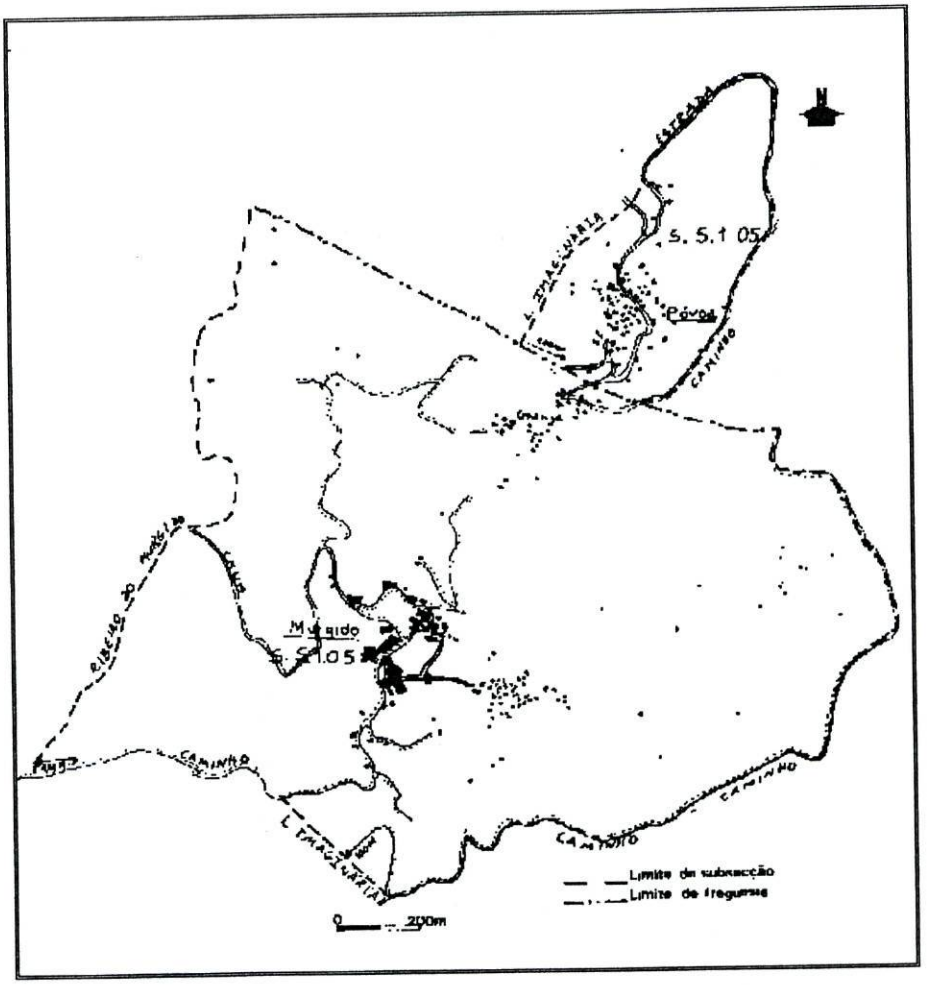

**Foto 11 – O povoamento na freguesia de Oliveira – Mesão Frio (Março, 1999).**

Note-se, ainda, o caso da subsecção de Murgido (freg. de Candemil, Amarante) que integra Murgido, Cimo de Vila e Granja (Fig. 43). Se os dois primeiros estão em perfeita continuidade, Granja surge muito próximo de Póvoa que constitui uma subsecção da freguesia de Ansiães (Foto 12). Por esta razão, não seria de considerar Granja como uma subsecção individualizada de Murgido?

Um outro problema detectado tem a ver com o facto de as vias de comunicação serem encaradas de modo diferenciado na definição das subsecções.



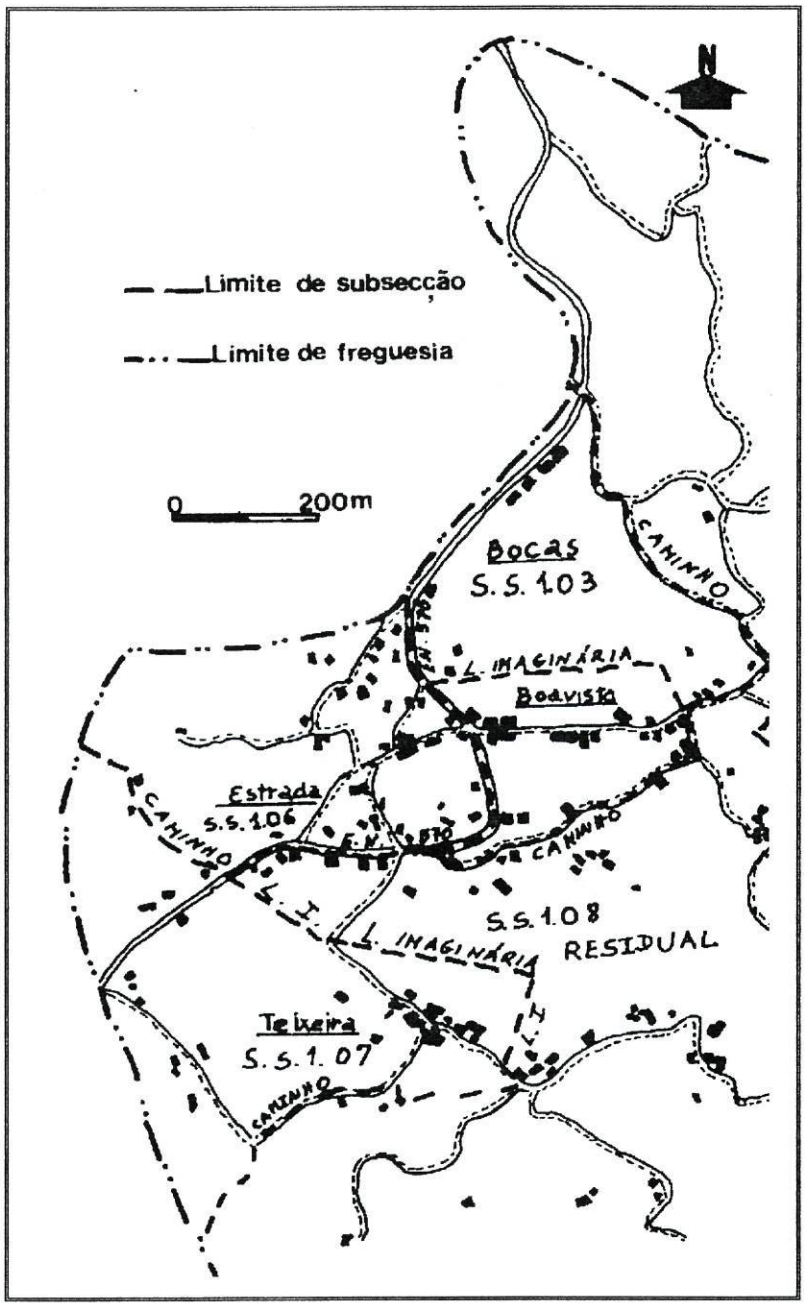
**Foto 12- O lugar de Póvoa, freguesia de Ansiães - Amarante (Dezembro, 1995).**




Fonte : Base Geográfica de Referenciação Espacial, INE, Lisboa, 1991

**Fig. 43 - As subsecções de Murgido (Candemil - Amarante) e de Póvoa (Ansiães – Amarante)**

Assim, a subsecção de Boavista, na freguesia de Lomba (Amarante), é limitada a Sul pela Estrada Municipal 570 (Fig. 44). Em contrapartida, os edifícios implantados na outra berma da estrada não foram considerados como fazendo parte dessa subsecção e foram integrados numa unidade residual. Na subsecção de Teixeira da mesma freguesia, constata-se que o "caminho" não foi encarado nesta mesma perspectiva, já que o seu limite envolve toda a área construída, seguindo uma "linha imaginária".



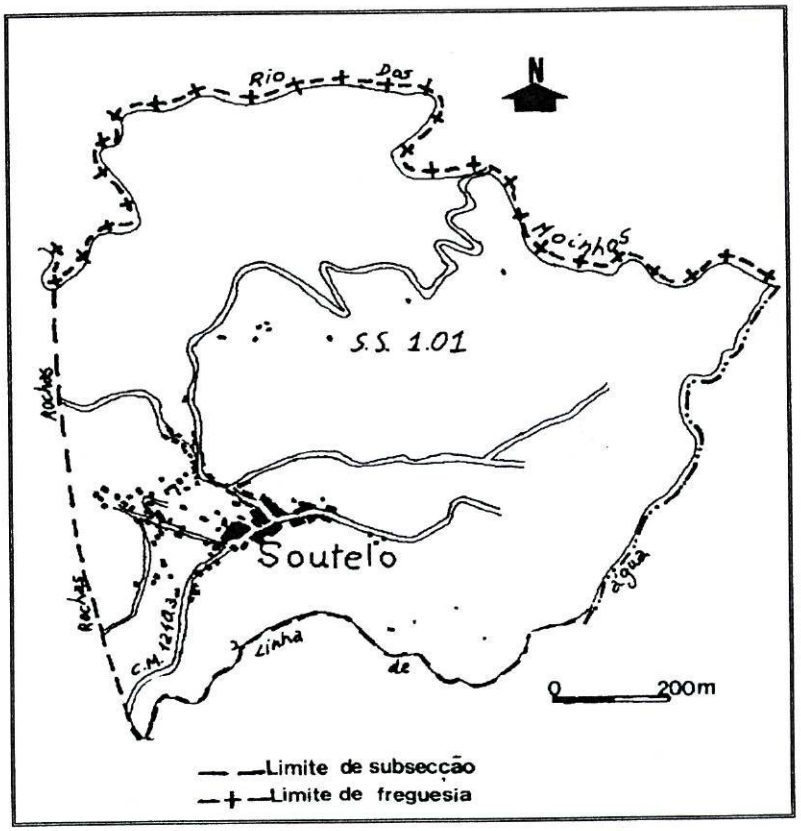

Fonte : Base Geográfica de Referenciação Espacial, INE, Lisboa, 1991

**Fig. 44- As subsecções de Boavista e Teixeira, na freguesia de Lomba (Amarante)**

Estando conscientes de que a expansão recente do povoamento tem apresentado particularidades próprias do tipo *dispersão ordenada*, na medida em que segue o traçado das vias de comunicação (NAZARETH, 1995), como é que se justifica que estas mesmas vias tenham sido consideradas frequente e indistintamente como limite das subsecções? Eis uma questão que em termos de BGRE é um aspecto sem

importância[75], assume um carácter fulcral quando se pretende fazer uma análise geográfica do povoamento.

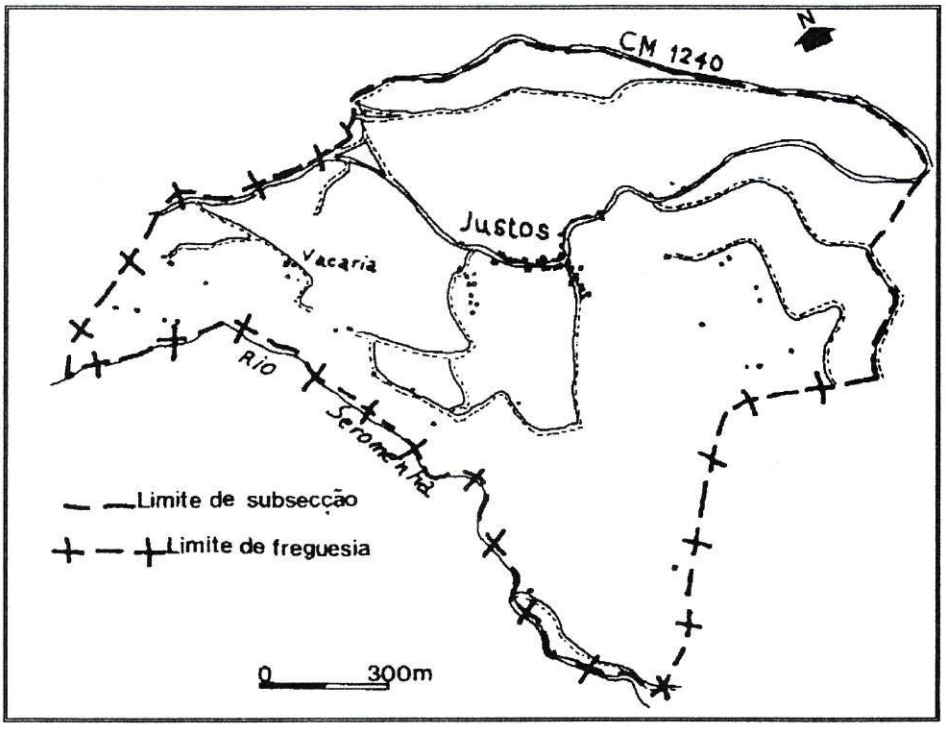
Não pode finalizar-se esta abordagem sobre a BRGE sem uma referência à extensão das unidades cartográficas aí definidas. A sua forte variabilidade não resulta apenas de diferenças a nível da dimensão populacional e da área construída. De facto, nalguns casos, abrange, para além do núcleo de povoamento, uma superfície muito vasta, como sucede nas subsecções de Soutelo (Fig. 45) e Justos (Fig. 46), na freguesia de Fontes (Sta. Marta de Penaguião). Noutros, também no concelho de Sta. Marta de Penaguião, o contorno divisório bordeja a povoação, podendo ser referido como exemplo Veiga, freguesia de Cumieira (Fig. 47) e S. Miguel, freguesia de S. Miguel de Lobrigos (Fig. 48).




Fonte : Base Geográfica de Referenciação Espacial, INE, Lisboa, 1991

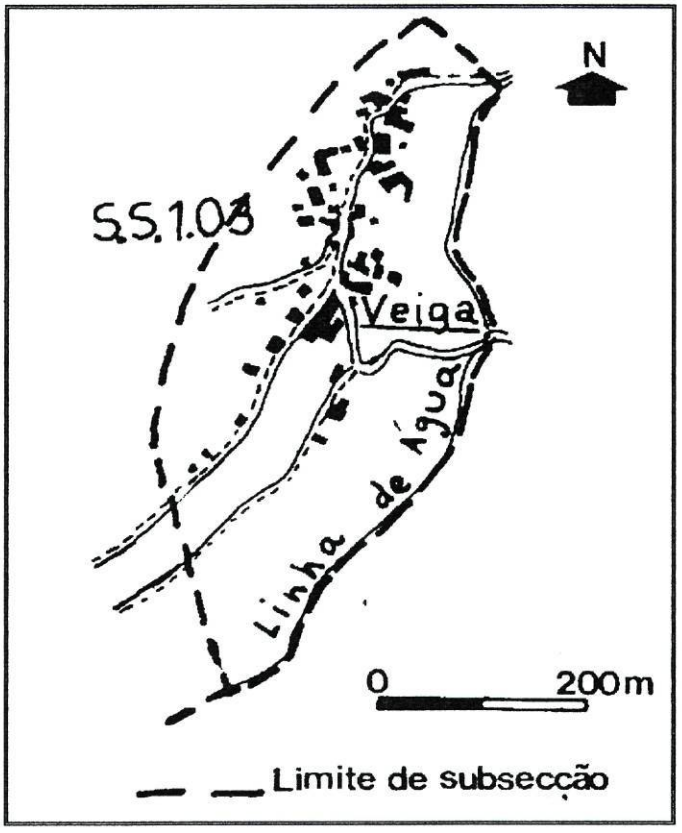
**Fig. 45 - A subsecção de Soutelo (freg. Fontes, - Sta. Marta de Penaguião)**

[75] Atendendo que o objectivo do INE é estruturar uma base para recolha da informação estatística.



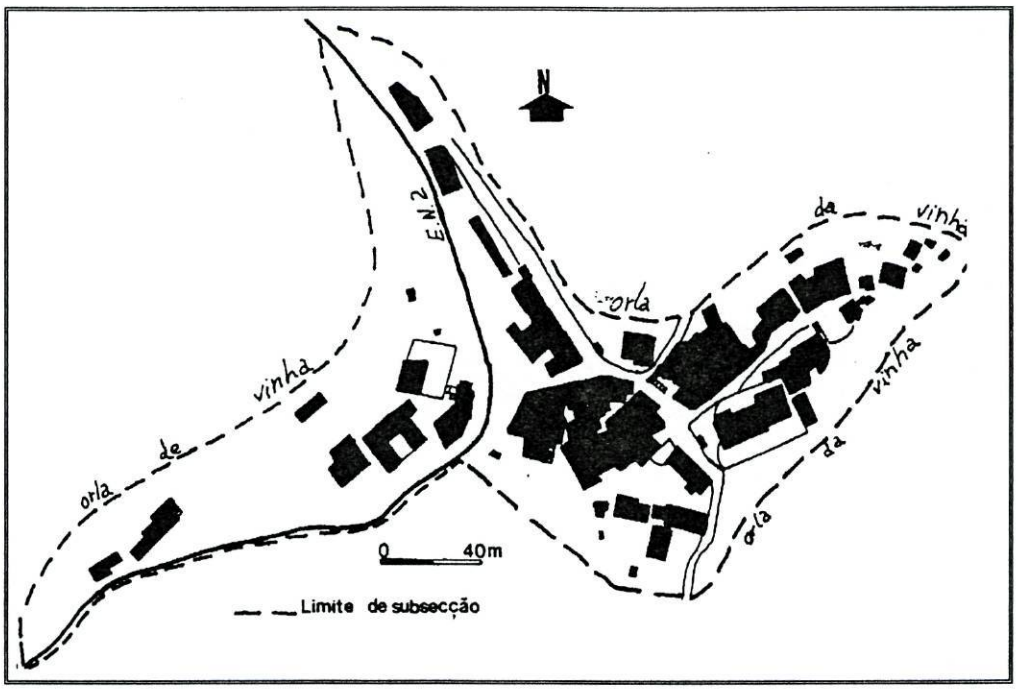

Fonte : Base Geográfica de Referenciação Espacial, INE, Lisboa, 1991

**Fig. 46 - A subsecção de Justos na freguesia de Fontes - Sta. Marta de Penaguião**




Fonte : Base Geográfica de Referenciação Espacial, INE, Lisboa, 1991

**Fig. 47 - A subsecção de Veiga (freg. Cumieira, Sta. Marta de Penaguião)**




Fonte : Base Geográfica de Referenciação Espacial, INE, Lisboa, 1991

**Fig. 48- A subsecção de S. Miguel (freg. S. Miguel de Lobrigos- Sta. Marta de Penaguião)**

É obvio que esta duplicidade de critérios tem implicações, pois núcleos com um número semelhante de habitantes podem traduzir-se em subsecções com densidades populacionais distintas.

Do que foi dito, parece possível concluir-se que as unidades estatísticas e cartográficas definidas pela BGRE apresentam características distintas a nível do povoamento, podendo ser agrupadas genericamente em cinco conjuntos:

- subsecções com núcleos populacionais bem definidos, nuns casos compreendendo uma superfície considerável de área não construída, enquanto que, noutros, o limite da subsecção passa muito próximo do espaço edificado;

- subsecções com mais de um núcleo bem individualizado;

- subsecções com um núcleo bem definido e muitos edifícios isolados;

- subsecções com uma série de edifícios que se apresentam dispersos;

- subsecções com limites que fragmentam povoações, chegando mesmo ao extremo de parte de cada uma delas ser considerada residual.

Em relação às subsecções residuais que, como o próprio nome indica, integram a parte restante de cada freguesia, note-se que elas apresentam superfícies distintas e englobam desde pequenas aldeias, com fraco quantitativo populacional, a edifícios perfeitamente isolados. Nalgumas freguesias, foi criada uma única subsecção residual, enquanto que, noutras, se encontram várias (Fig. 34, anexo A; Quadro LXIV, anexo B). Por exemplo, em Aboadela e Ansiães (Amarante)[76], existe apenas uma subsecção residual que abrange a parte restante de cada uma das freguesias não incluída nos lugares definidos, onde residem, respectivamente, 100 e 56 pessoas. Poder-se-ia justificar a situação, dizendo que se trata da área de serra com população muito escassa. No entanto, o mesmo se passa com a freguesia de Teixeira (Baião) e, aí, são criadas duas subsecções que estão em perfeita continuidade: numa, residem 10 pessoas, enquanto que, na outra, não existe qualquer alojamento familiar clássico. Um outro exemplo pode ser dado por Campeã (Vila Real), com quatro subsecções residuais. Numa delas, não reside qualquer indivíduo, em 1991, e nas restantes foram recenseadas 15, 12 e 9 pessoas. As diferenças no número de subsecções residuais existentes em cada freguesia contribuem para imagens diferentes de uma realidade territorial semelhante.

Na área em estudo, há oito subsecções residuais que não têm qualquer alojamento familiar clássico. Se, em quinze outras subsecções, a população residente é muito reduzida, noutros casos, ela é muito mais importante, podendo mesmo ascender a mais de 20 % do total de população. Nesta situação, encontram-se onze freguesias dos agrupamentos de Mesão Frio (Cidadelhe e Oliveira), Baião (Covelas, Grilo,

[76] Se tivessem sido criadas mais do que uma subsecção residual, poderíamos delimitar as áreas não povoadas destas duas freguesias.

Mesquinhata, Sta. Leocádia e Tresouras), Peso da Régua (Sedielos) e Amarante (Olo, Salvador do Monte e Várzea).

Convém mesmo referir que, em Oliveira (Mesão Frio) e Salvador do Monte (Amarante), a população a residir em subsecções residuais ou em *lugares com menos de 10 fogos* ascende a 41,7% e 38,7%, respectivamente. Este aspecto alerta para o facto de, actualmente, a validade do parâmetro *população isolada* ou em *lugares com 10 ou menos fogos*, como elemento caracterizador do povoamento, ser muito reduzida, pois só após a análise da divisão das freguesias em subsecções é que se poderá validar ou não as conclusões obtidas.

Se, até ao momento, foram apresentados exemplos demonstrativos que à divisão estatística do território criada pela Base Geográfica de Referenciação Espacial correspondem realidades distintas do povoamento, isso não significa um desacordo, mas, apenas, aponta no sentido da necessidade fundamental de se conhecer as suas vantagens e limitações.

A Base Geográfica de Referenciação Espacial constitui um instrumento fundamental na caracterização à micro-escala da estrutura demográfica e habitacional do território; no entanto, como a aplicação no terreno dos conceitos definidos pelo INE se fez de modo muito distinto, verifica-se que muitos dos lugares considerados em 1991, embora tenham a mesma designação toponímica utilizada em Censos anteriores apresentam um contexto territorial muitas vezes distinto.

Não obstante todos os "*defeitos*" ou "*lacunas*" já apontados, a BGRE constitui uma estrutura de referência que se revela fundamental para que, no futuro, se possa compreender melhor a evolução do povoamento e aumentar a eficácia em termos de ordenamento e gestão do território.

## 2.2 - Dos vazios às concentrações populacionais

Como área serrana, o Marão apresenta condicionalismos físicos que, sem determinarem a estrutura do povoamento, foram orientando, ao longo dos séculos, a sua ocupação, a qual é hoje espelho do complexo jogo de factores económicos, demográficos e mesmo, ambientais.

Em 1864, a densidade populacional média do Marão era 102,7 hab/km$^2$, localizando-se as maiores concentrações em S. Nicolau (1166,7 hab/km$^2$), Godim (496,9 hab/km$^2$), Peso da Régua (489,2 hab/km$^2$), Padronelo ( 455,0 hab/km$^2$) e S. Gonçalo (409,3 hab/km$^2$ ) (Quadro LXVI, anexo B); as menores ocorriam nas áreas com declives mais fortes e/ou altitudes mais elevadas da parte norte da Serra do Marão, com destaque para Pardelhas ( 9,8 hab/km$^2$), Rebordelo (19,7 hab/km$^2$), Campanhó (24,8 hab/km$^2$), Canadelo (26,3 hab/km$^2$), Ermelo (26,8 hab/km$^2$) e Ansiães (29,4 hab/km$^2$).

Em 1950, a Serra do Marão tinha uma densidade média de 153,4 hab/km$^2$. Cerca de 54,5% dos residentes na Serra do Marão habitavam em freguesias com menos de 200 hab/km$^2$ e apenas 14 010 indivíduos (12,2%), em freguesias com mais de 500 hab/km$^2$ .

Entre 1950 e 1991[77], assistiu-se à diminuição da densidade média na Serra do Marão (131,5 hab/km2). A população residente em freguesias com mais de 500 hab/km$^2$ registou um acréscimo de 32,5%. Também o número de freguesias com menos

[77] A digitalização da BGRE permitiu-nos calcular a área de cada freguesia, tendo encontrado para a Serra do Marão um total de 731,5 km$^2$, enquanto que, na Carta Administrativa do Território, encontramos um valor de 747,9km2. Foram estes os valores que serviram de base ao cálculo das densidades.

de 200 hab/km2 aumentou, de cinquenta e três para sessenta e três, o que se deve, sobretudo, ao facto de as que apresentam menos de 100 hab/km$^2$ terem passado de dezoito para vinte e cinco e aí residir 62,5% da população da Serra do Marão, o que evidencia uma forte dispersão do povoamento. As maiores densidades populacionais continuam a ocorrer em S. Gonçalo (1201 hab/km$^2$), Godim (1203hab/km$^2$), S. Nicolau (929 hab/km$^2$) e Peso da Régua (911 hab/km$^2$) (Fig. 49). Ainda surgem densidades superiores a 500 hab/km$^2$ em Madalena e Padronelo. Pelo contrário, as menores concentrações continuam a verificar-se em Pardelhas (11,3 hab/km$^2$), Canadelo (19,6 hab/km$^2$), Ermelo (23,5 hab/km$^2$) e Rebordelo (25 hab/km$^2$).

Ao adoptar-se como base de análise as unidades de povoamento, pode concluir-se que, em 13,8% da superfície total do Marão (Fig. 50, anexo A), não reside qualquer indivíduo e, na maior parte da Serra, a ocupação humana é muito fraca. De facto, a densidade é inferior a 25 hab/km$^2$, em 61 subsecções, que se localizavam nas áreas de maiores altitudes e de declives mais fortes, onde a actividade agrícola se restringia a pequenos espaços e que representa 48,2% da superfície total da Serra do Marão (Quadro LXVII anexo B). As densidades entre 25 e 49 hab/km$^2$, estendem-se por 6,5% da superfície da Serra. Deste modo, concluiu-se que cerca de 68,5% da superfície do Marão ou não é habitada ou apresenta densidades inferiores a 50 hab/km$^2$.

Na restante área, a ocupação intensifica-se, podendo referir-se que foram contabilizadas 90 subsecções (2,3% da superfície total do Marão) com densidades superiores a 1000 hab/km2. Estas surgem preferencialmente no vale do Douro.

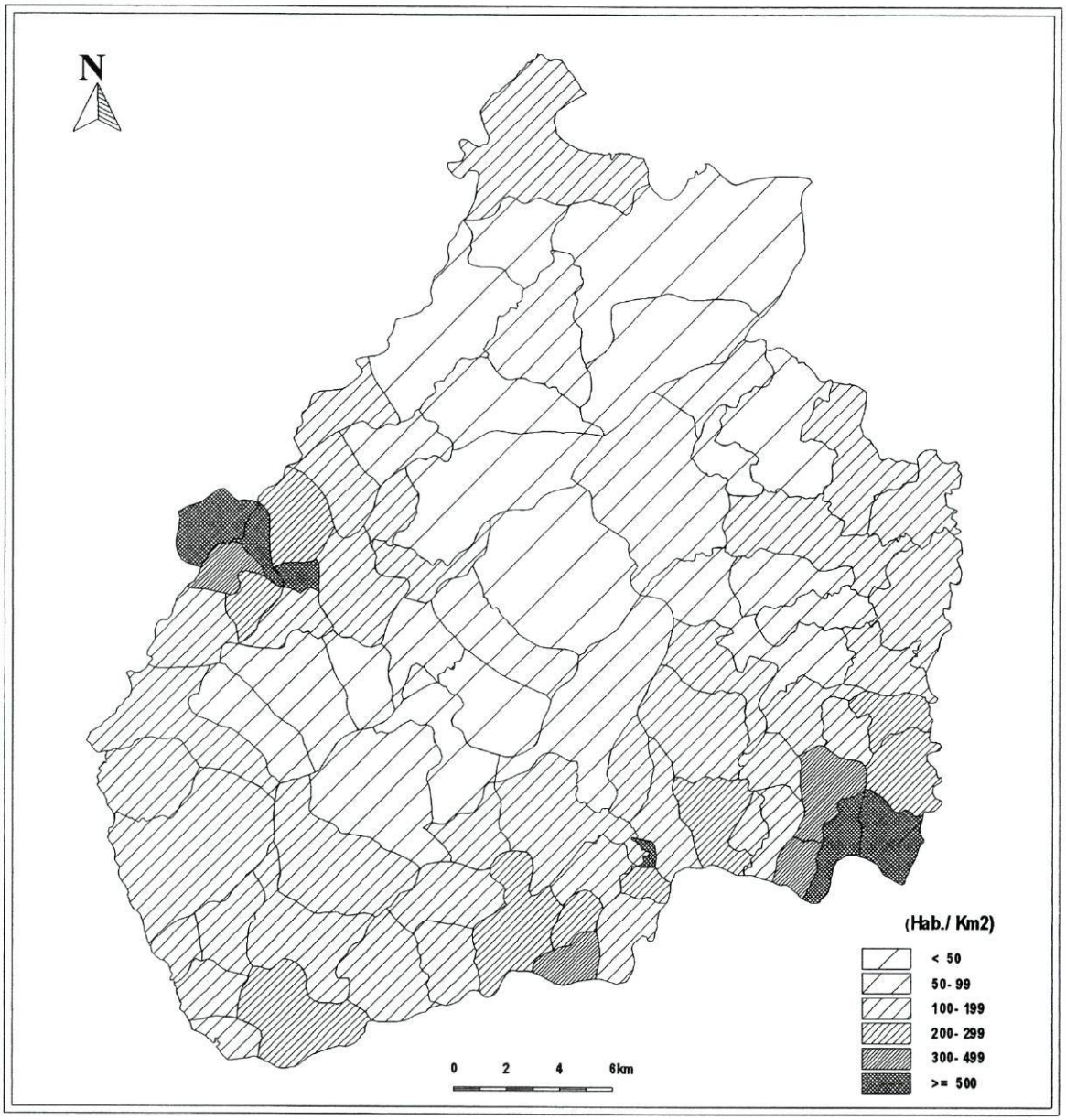



**Fig. 49 - Densidade populacional na Serra do Marão, por freguesia, em 1991**

## 2.2.1- Dimensão das unidades de povoamento

Das 735 unidades de povoamento que constituem o nosso universo de análise, as de maior dimensão populacional, superior a 1000 habitantes, são quatro e aí vive 20,3 % da população (Quadro LXVIII). Trata-se de Peso da Régua (9291 habitantes), Amarante (7720 pessoas), Vila de Baião (1185 pessoas) e Vila de Mondim de Basto (1780 habitantes), todas elas correspondendo a sedes de concelho. Sta Marta de Penaguião e Mesão Frio, que também são sede de concelho, apresentam, respectivamente, 593 e 798 habitantes (Quadro LXIX, anexo B).

**Quadro LXVIII**
**Nº de unidades de povoamento segundo a sua dimensão**

| Agrupamentos | Nº de unidades de povoamento segundo a sua dimensão populacional ( nº de habitantes) | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | <25 | 25 a 50 | 50 a 100 | 100 a 150 | 150 a 200 | 200 a 300 | 300 a 400 | 400 a 500 | 500 a 1000 | >=1000 | Total |
| Amarante | 5 | 25 | 48 | 29 | 21 | 9 | 4 | 1 | 2 | 1 | **145** |
| Baião | 10 | 40 | 63 | 35 | 21 | 15 | 7 | 2 | 0 | 1 | **194** |
| Marco de Canaveses | 9 | 8 | 13 | 15 | 9 | 7 | 3 | 0 | 1 | 0 | **65** |
| Mesão Frio | 20 | 36 | 18 | 7 | 3 | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 | **87** |
| Mondim de Basto | 5 | 5 | 6 | 2 | 2 | 2 | 4 | 1 | 0 | 1 | **28** |
| Peso da Régua | 12 | 19 | 25 | 10 | 4 | 9 | 2 | 1 | 0 | 1 | **80** |
| Sta Marta Penaguião | 6 | 16 | 24 | 9 | 5 | 5 | 5 | 1 | 2 | 0 | **73** |
| Vila Real | 2 | 10 | 12 | 10 | 10 | 4 | 6 | 0 | 0 | 0 | **55** |
| **Serra do Marão** | **69** | **159** | **209** | **117** | **75** | **50** | **31** | **6** | **6** | **4** | **726** |

Fonte : Base Geográfica de Referenciação Espacial, INE, Lisboa, 1991

No entanto, convém referir que, para além destes dois, há ainda outros quatro *lugares* que têm entre 500 e 1000 habitantes. Trata-se de Friariz, Moure (ambos

do agrupamento de Amarante), Fontes (em Sta Marta de Penaguião) e Ladário (freguesia de Soalhães - em Marco de Canaveses). Excluindo as nove unidades de povoamento onde não reside ninguém há, ainda, a considerar sessenta e nove com menos de 25 pessoas residentes a maior parte das quais corresponde à figura de isolado. São 20542 as que vivem nos trezentos e sessenta e oito "lugares" com 25 a 100 habitantes. Mais de metade da população da Serra do Marão tem a sua residência em povoações com 100 a 500 habitantes, algumas das quais se encontram muito afastadas umas das outras, nomeadamente, na parte norte da área mais serrana.

A observação do povoamento evidencia contrastes (Fig.51)[78]. Na parte Norte da área de estudo, com excepção das freguesias de Mondim de Basto e Paradança, o povoamento surge concentrado, geralmente associado ao aproveitamento de pequenas áreas com aptidão agrícola ou de recursos mineiros, como acontecia com Vieiros (freguesia de Rebordelo). Nas freguesias de Canadelo, Candemil, Rebordelo (todas elas do agrupamento de Amarante), Campanhó, Ermelo, Pardelhas (do agrupamento de Mondim de Basto), Vila Cova e, ainda, em parte nas freguesias de Aboadela e Ansiães, surgem núcleos populacionais bem individualizados, em geral, com mais de 50 habitantes e afastados entre si. Alguns deles destacam-se pela sua dimensão (superior a 300 habitantes), como sejam Campanhó, Tijão, Ermelo (todos do agrupamento de Mondim de Basto) e Murgido (freguesia de Candemil – Amarante) (Foto 13), em plena área serrana.

Na depressão da Campeã, a maior parte dos núcleos populacionais encontram-se bem definidos na paisagem, embora predominem os de média dimensão (100 a 300 hab.) (Foto 14).O lugar mais populoso é Pepe (348 habitantes).

[78] Na figura 51 não foram representados os quantitativos populacionais das subsecções residuais por não corresponderem a uma povoação, mas sim a população dispersa.

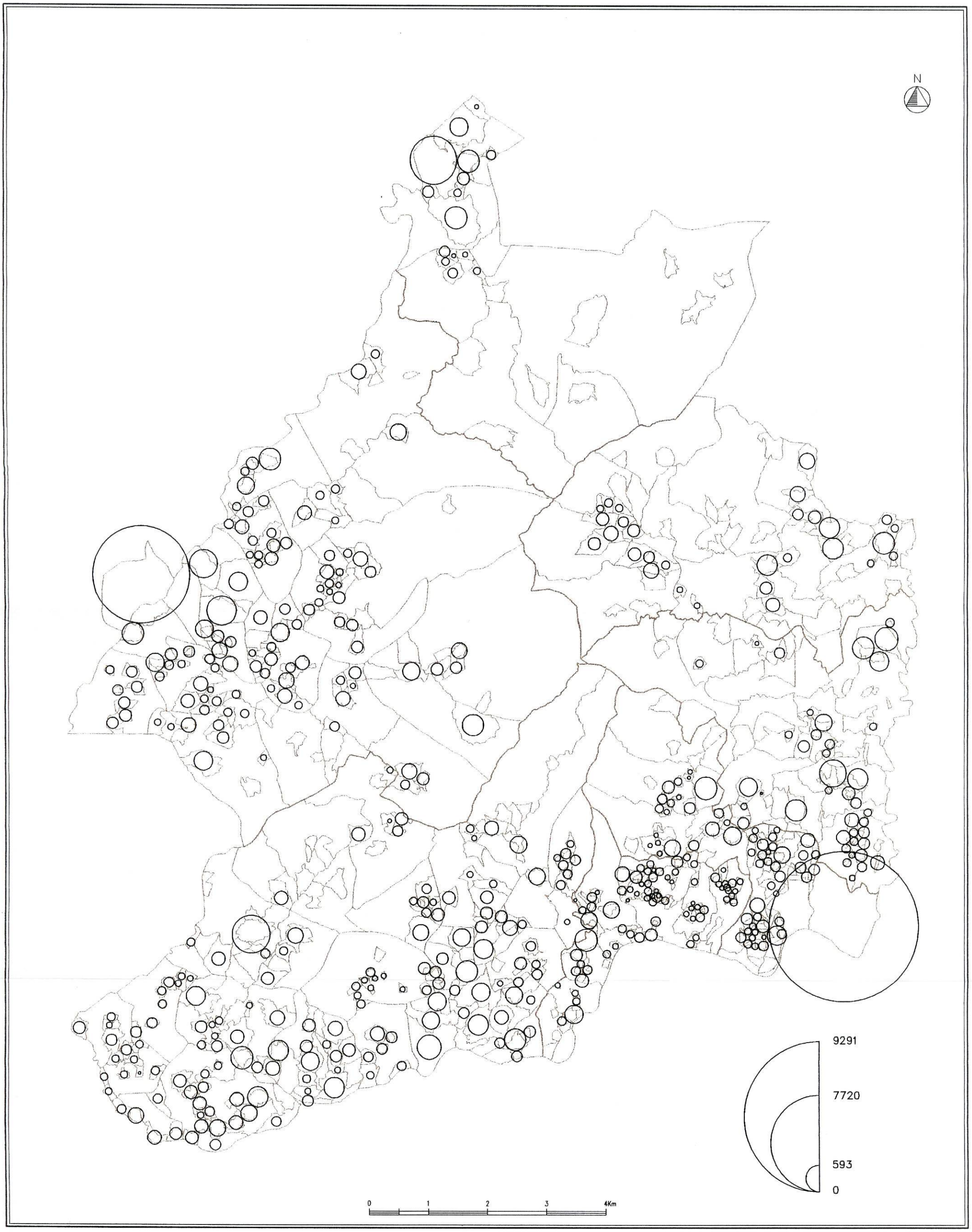



Fig.51 - UNIDADES DE POVOAMENTO SEGUNDO O NÚMERO DE HABITANTES, EM 1991

Na Região Demarcada do Douro, o povoamento não se apresenta uniforme. Na área de Sta. Marta de Penaguião e nas freguesias de Torgueda e Parada de Cunhos, encontram-se núcleos bem individualizados, geralmente de média ou grande dimensão (Foto 15), podendo, no entanto, surgir alguns com menos de 50 habitantes. A proximidade entre eles é muito maior do que acontece na parte mais a norte da Serra do Marão, a que não é alheia a existência de menores condicionalismos naturais à prática da viticultura que necessitou de muita mão-de-obra. As maiores povoações são Fontes (766 hab.), Cumieira (447 hab.), Parada de Cunhos (390 hab.) e Fornelos (355 hab.).

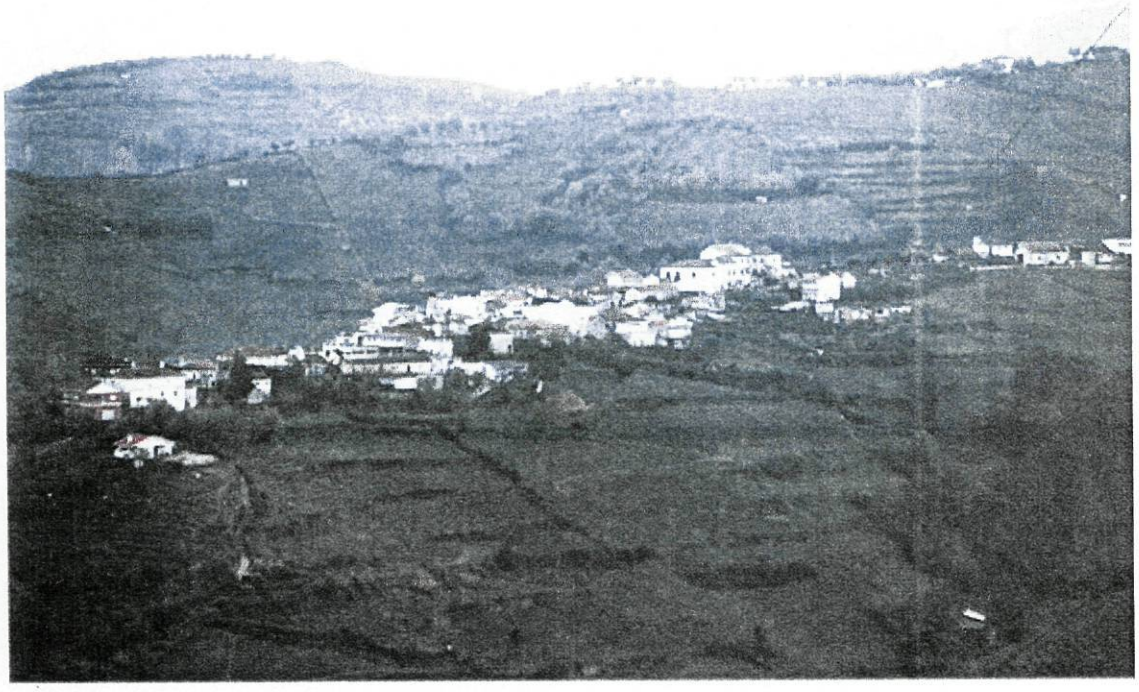


**Foto 15 – Lugar de Concieiro, freguesia de Sever (Dezembro, 1995).**

Em Peso da Régua, a densidade da população é mais elevada e o povoamento intensifica-se. Na área envolvente deste centro urbano, são muito numerosos os pequenos núcleos populacionais, muito próximos uns dos outros, o que evidencia uma certa continuidade do povoamento (Foto 16,17 e 18). Na área de Mesão



**Foto 16 – Povoamento na freguesia de Sedielos - Peso da Régua (Março, 1999).**



**Foto 17 - O povoamento na freguesia de Barqueiros - Mesão Frio (Março, 1999).**



**Foto 18 – Freguesia de Loureiro: a estrada vai orientando o crescimento dos núcleos de povoamento – Peso da Régua (Março, 1999).**

Frio, a maior parte das povoações possui menos de 100 habitantes. As de maior dimensão são Vila (277 hab. – Barqueiros), Brunhais (228 hab. – Sta. Cristina) e Donsumil (180 hab. – Vila Marim ).

Ao caminhar-se para juzante, junto ao rio Douro, os núcleos muito pequenos perdem representatividade, sendo mais numerosos os lugares com 100 ou mais habitantes, como acontece, por exemplo, nas freguesias de Frende, Sta. Marinha do Zêzere, Sta. Cruz do Douro e Ancede, todas elas com densidades populacionais superiores a 190 hab/Km$^2$. Mas quando se chega a Sta. Leocádia, Mesquinhata e Grilo, a dimensão média dos lugares volta a reduzir-se e diminui a densidade populacional.

Nas proximidades da cidade de Amarante, surgem alguns dos núcleos de maior dimensão da área de estudo. A envolvê-los, encontram-se numerosos e pequenos lugares

muito próximos uns dos outros. Muitos deles têm menos de 50 pessoas, mas, na maior parte, residem entre 50 e 99 pessoas. Em direcção à Serra da Aboboreira pelas freguesias de S. Simão de Gouveia, Carvalho de Rei e Loivos do Monte, as manchas de povoamento voltam a individualizar-se e é significativa a distância entre eles (Foto 19). Em geral, são de pequena dimensão, como acontece, por exemplo, com Aldeia Velha, Guarda, Pardinhas, envolvidos por uma pequena mancha agrícola de parcelas de reduzidas dimensões.




**Foto 19 - Serra da Aboboreira: núcleos de povoamento (1996).**

Analise-se agora, a dimensão dos lugares, não tendo por base o indivíduo residente, mas o número de famílias existentes (Quadro LXX; Quadro LXXI, anexo B).

Assim, como seria de esperar, atendendo à sua dimensão os núcleos de Amarante e Peso da Régua contam, respectivamente, com 2167 e 2653 famílias. As

outras sedes de concelho integradas na área em estudo apresentam valores muito menores, mas todos eles superiores a 100 famílias. Cifram-se em trinta e seis os lugares com mais de 100 famílias, enquanto que os que possuem entre 50 e 99 famílias ascendiam a noventa e cinco. Nas restantes subsecções, residem menos de 50 famílias, sendo mesmo de referir que, em cento e vinte sete, foram recenseadas menos de dez famílias. Em princípio, serão estas as aldeias com menor capacidade de sustentabilidade. Esta não pode ser abordada, todavia, apenas na perspectiva da dimensão populacional, pois a estrutura etária é um elemento fundamental de continuidade das povoações.

**Quadro LXX**

**Unidades de povoamento segundo o n.º de famílias residentes**

| Agrupamentos | Número de famílias | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | <5 | 5 a 9 | 10 a 24 | 25 a 49 | 50 a 99 | 100 a 499 | >=500 | Total |
| Amarante | 2 | 13 | 61 | 45 | 17 | 6 | 1 | 145 |
| Baião | 4 | 18 | 70 | 66 | 29 | 7 | | 194 |
| Marco de Canaveses | 5 | 8 | 15 | 25 | 10 | 2 | | 65 |
| Mesão Frio | 5 | 32 | 35 | 12 | 2 | 1 | | 87 |
| Mondim de Basto | 3 | 3 | 9 | 6 | 4 | 3 | | 28 |
| Peso da Régua | 4 | 17 | 31 | 14 | 11 | 2 | 1 | 80 |
| Sta Marta Penaguião | 2 | 6 | 31 | 18 | 9 | 7 | | 73 |
| Vila Real | 3 | 3 | 16 | 14 | 13 | 6 | | 55 |
| Serra do Marão | 27 | 100 | 268 | 200 | 95 | 34 | 2 | 726 |

Fonte: XIII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1991

## 2.2.2 - Estrutura etária das unidades de povoamento

A estrutura etária pela influência na capacidade reprodutiva da população é um elemento importante em termos de sustentabilidade dos núcleos de povoamento (Quadro LXXII, anexo B). Embora a Serra do Marão apresente uma estrutura jovem quando

comparada com as características nacionais, existem freguesias já francamente envelhecidas.

Em muitas das freguesias da Serra do Marão, encontram-se lugares em que o número de jovens é igual ao de idosos ou estes são mesmo mais numerosos. (Fig. 52). Ascendem a setenta e sete as unidades de povoamento com estas características e, em doze delas, os idosos são superiores a mais do dobro dos jovens.

Embora existam povoações com estrutura envelhecida em toda a Serra do Marão, é na área da Aboboreira e na Região Demarcada do Douro que se encontra o maior número de lugares na situação descrita. Este facto começa a tornar-se deveras preocupante já que, das setenta e sete subsecções referidas, apenas treze têm 100 ou mais habitantes e, em quarenta e quatro, o quantitativo populacional é inferior a 50 habitantes.

Nos lugares de S. Tiago (Soalhães), Barroncal (Sta. Cristina), Fonte Condessa (Vila Marim), Torre (Sedielos) e Louredo (Louredo), não reside qualquer indivíduo com menos de 20 anos[79] (Fig. 53). Se neste último, assim como em Barroncal, a maior parte da população (respectivamente 81,2% e 71,4%) é adulta, nos restantes, a importância dos idosos é muito superior. Convém mesmo referir que, em Montes (Campeã), Marcão (Vila Marim), Guarda (Carvalho de Rei), S. Tiago (Soalhães), Cabo de Vila (Loivos do Monte), o grupo de idades mais representativo é o dos idosos, que, nos três últimos lugares referidos, ascende a mais de metade da população.

Em todos estes lugares e, ainda, em Vale de Ferreiros (Vila Marim), Cimo de Vila (Paradança) e Pousadela (Jazente), mais de 75% das famílias têm pelo menos uma pessoa com mais de 65 anos.

[79] Também encontramos subsecções residuais em que não surgem jovens

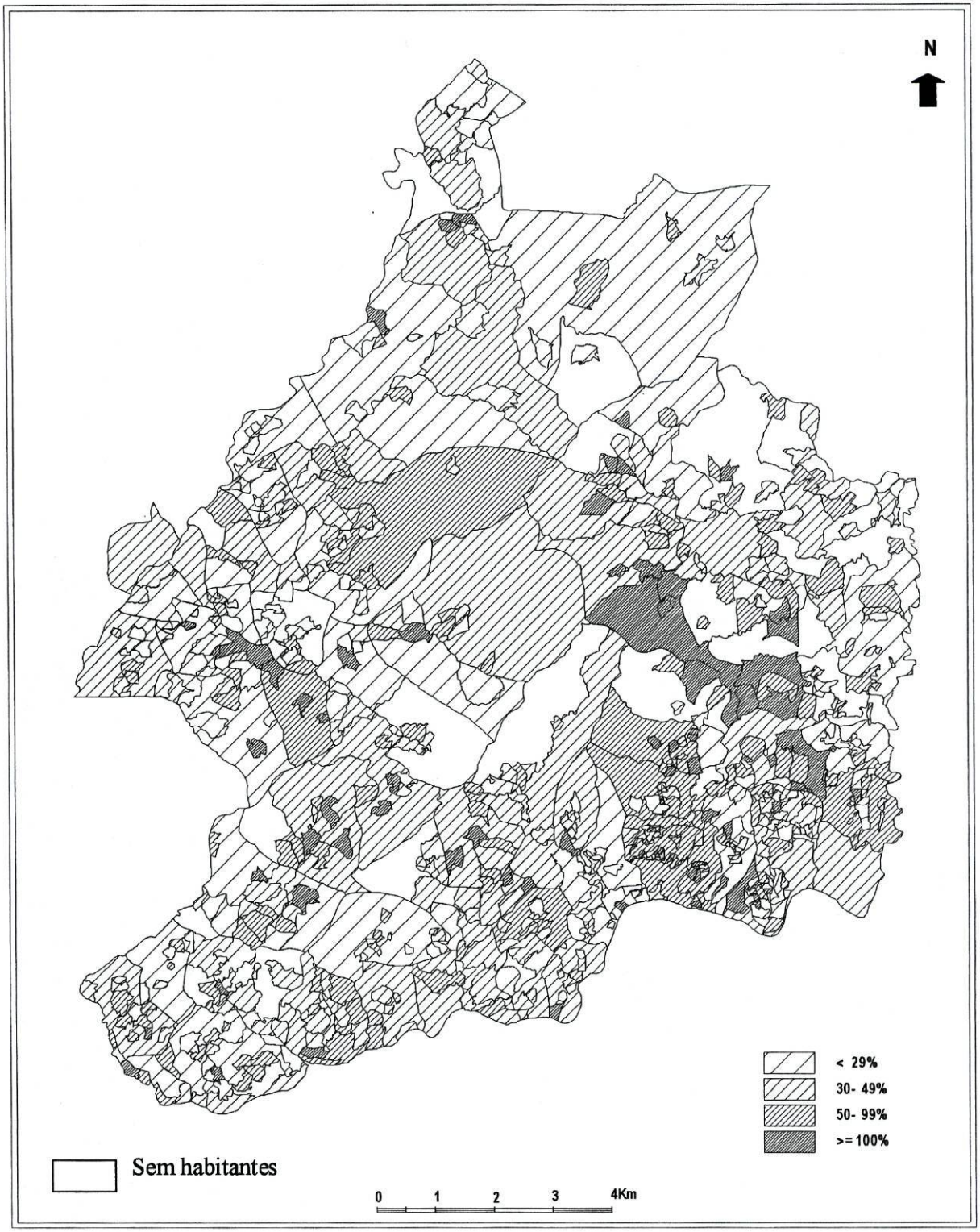



**Fig. 52 – Índice de envelhecimento em 1991, por unidade de povoamento**

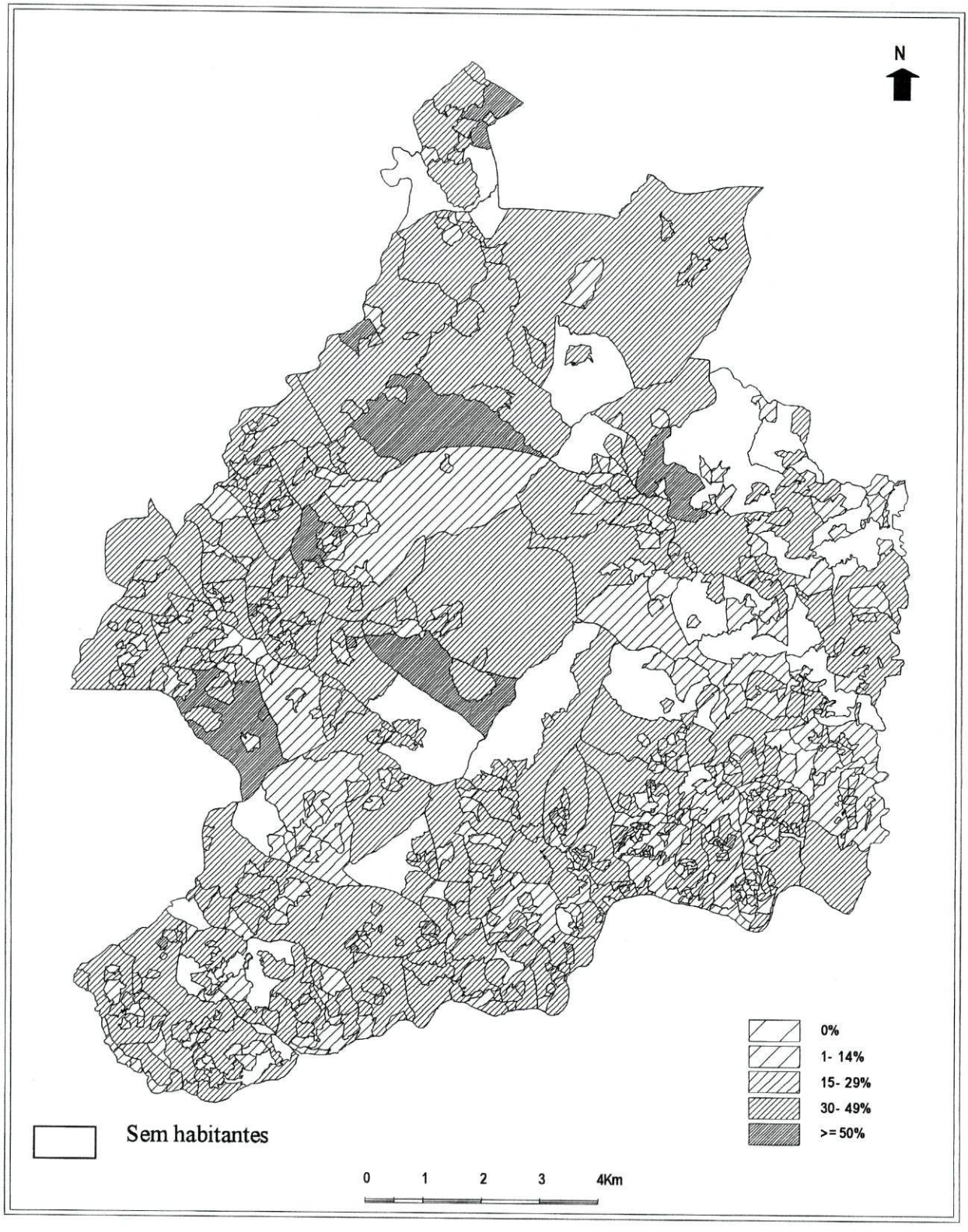



**Fig. 53 – Percentagem de jovens em 1991, por unidade de povoamento**

Noutras subsecções, embora a importância dos idosos não seja tão elevada, não surgem famílias com indivíduos de idade inferior a 15 anos. Estão nesta situação, para além de S. Tiago (Soalhães), Louredo (Louredo), Carqueja (Paradança), Devesa (Sedielos), Barroncal (Sta Cristina), Viso (Fontelas), Torre (Sedielos) e Fonte Condessa (Vila Marim). O índice de envelhecimento assume um valor inferior a 50% em 456 subsecções.

Confirma-se, assim, que, em termos de estrutura etária, não é possível opor as áreas urbanas e peri-urbanas com uma população jovem às áreas mais serranas com população envelhecida. A realidade territorial é efectivamente mais complexa pois reflecte lógicas familiares de vida e de posicionamento no mercado de emprego.

Em freguesias em despovoamento, encontram-se lugares com uma estrutura etária ainda jovem, como por exemplo, Pardelhas, onde os níveis de fecundidade se mantêm elevados.

Atendendo às implicações sobre a rede escolar, optou-se por considerar o número de crianças com menos de cinco anos existente em 1991. Este escalão etário não se encontra representado em sessenta e três unidades de povoamento e, noutras sessenta e oito, existe apenas uma criança. Peso da Régua e Amarante concentram o maior quantitativo (respectivamente 537 e 418 crianças), embora noutros vinte e quatro lugares também existam mais de vinte e cinco crianças. Para além das sedes de concelhos, encontram-se alguns lugares na periferia dos núcleos urbanos. Mas é de salientar que alguns deles se localizam em plena área montanhosa. Estão neste caso Murgido (Candemil), com 41 crianças, Covo (Vinhós), com 37 crianças, Tijão (Campanhó), com 33 crianças, e Pepe (Campeã), com 29 crianças.

O número de lugares em que os idosos são a parte mais significativa da população tende a aumentar. Em muitos deles o índice de envelhecimento assume valores muito baixos, mas o grupo dos adultos é muito numeroso (superior a 70%) e

certamente que o Censo de 2001, se os fenómenos demográficos mantiverem a tendência actual, evidenciará um envelhecimento mais forte que abarcará uma área muito mais vasta. No entanto, não se pode esquecer que, perante freguesias com quantitativos populacionais muito reduzidos e, por conseguinte, com um número muito variável de indivíduos em cada geração, o índice de envelhecimento não terá necessariamente de ser cada vez maior. Se bem que se tenha acentuado, algumas povoações evidenciaram sinais de rejuvenescimento entre 1981 e 1991. Como exemplo, refira-se Ferraria (Sedielos) e Travanca do Monte (Bustelo), ambas localizadas na área mais serrana. Na primeira, entre 1981 e 1991 assistiu-se a um rejuvenescimento pelo topo, enquanto que, em Travanca do Monte, o rejuvenescimento tanto se processou pelo topo como pela base.

No caso em que o envelhecimento é crescente e contínuo, a situação dessas povoações será tanto mais problemática num cenário de sustentabilidade quanto se encontrarem mais isoladas e apresentarem reduzida dimensão populacional.

Em muitas das povoações percorridas os jovens continuam a não encontrar razões para ficar. Por exemplo, em Montes (Foto 20), os dois casais mais jovens que aí se encontravam em Maio de 1997 já construíram casas noutros locais da Serra do Marão mais próximas dos seus locais de trabalho.

Em oposição ao panorama traçado, encontram-se povoações com uma população muito jovem. Só em 194 subsecções a proporção de jovens existente é inferior à média nacional. Nas restantes a sua representatividade é superior, sendo mesmo de referir que, em 126 subsecções, mais de 40% dos residentes têm menos de 19 anos. De facto, em quarenta e sete lugares, o grupo etário inferior a 20 anos é o mais representado e, em 22 deles, os jovens constituem mesmo mais de metade da população residente. Em Valbom (Sedielos), Mó (Medrões), Vila Pouca (Vila Marim) e ainda em

quatro lugares da freguesia de Gondar - Larim, Palmazões, Vinhateiro e Real - mais de 75% das famílias têm crianças com menos de 15 anos.

A intensidade dos movimentos migratórios acentuou, em muitos lugares, a evolução natural do próprio processo de envelhecimento. Assim, pode dizer-se que a própria estrutura etária está relacionada com as expectativas de vida dos jovens e com as condições de realização que encontram nas áreas onde residem ou na proximidade delas (Foto 21).



**Foto 20 - Lugar de Montes – freguesia da Campeã, Vila Real, (Março, 1996).**



**Foto 21 – O lugar de Penouços - freguesia da Aboadela, concelho de Amarante- surgiu nos anos setenta desprovido de qualquer ordenamento urbanístico (Dezembro, 1995).**

## 2.3 - Povoamento *versus* despovoamento: que (des)equilíbrio?

### 2.3.1- Das limitações da abordagem global

A sustentabilidade de um lugar está relacionada nomeadamente com a sua dimensão populacional, com a sua estrutura etária, com a sua situação geográfica que influencia o acesso ao mercado de trabalho e à aquisição de bens e serviços. Como se constataram, de censo para censo, alterações na delimitação dos lugares, não se realizou um estudo evolutivo do povoamento para toda a Serra do Marão, tendo-se optado por seleccionar um conjunto de parâmetros que, de uma forma indirecta, permitisse dimensionar o seu despovoamento. Considerou-se que os mais importantes seriam a data de construção dos edifícios e o tipo de ocupação dos alojamentos.

O número de edifícios que foram construídos entre 1981 e 1991 é um indicador indirecto da vitalidade dos lugares que não se pode descurar, embora não implique uma ocupação permanente desses edifícios, pois estes poderão estar associados à ocupação sazonal, nomeadamente de emigrantes. Nos anos noventa, aumentou a construção de edifícios de uso sazonal de indivíduos vivendo em áreas urbanas, passando a construção de habitação para emigrantes a não possuir grande significado.

Dos 8461 edifícios construídos no período considerado, 7,3% implantaram-se no núcleo urbano de Amarante e 4,7% no de Peso da Régua. Segue-se a Vila de Baião (1,9%) e os núcleos populacionais de Mondim de Basto, Moure e Frariz , todos eles com mais de 1%, o que significa que foram construídos entre 90 e 100 edifícios (Quadro

LXXIII, anexo B). No entanto, o mais importante é a delimitação da área com menor dinamismo.

Assim, entre 1981 e 1991, não foi construído qualquer edifício em cinquenta e três subsecções. Trata-se de unidades territoriais com menos de 100 habitantes. Convém mesmo referir que, em Aboboreira (Folhada), Ruival (Várzea de Ovelha e Aliviada), S. Tiago e Juncal (Soalhães), Igreja, Soval e Venda Nova (Sta Leocádia), Sobradelo (Teixeira) e ainda, nas subsecções residuais de Paradança, Gôve e S. Simão de Gouveia, todos os edifícios existentes foram construídos até 1945 e muitos deles nunca sofreram obras de reabilitação pelo que continuam a manter fracas condições de habitabilidade. Noutras 130 subsecções, foi apenas construído um ou dois edifícios entre 1981 e 1991. Se se encontram nesta situação lugares com menos de 50 habitantes, convém referir os casos de Penalva de Baixo (Ancede), Cedofeita (Sta. Cruz do Douro), Pinheiro e Urgueira (Valadares), Massa (S. João de Lobrigos) e a área residual de Sta Cruz do Douro, onde residem mais de 100 pessoas, mas onde apenas foram construídos dois edifícios entre 1981 e 1991, o que representa menos de 10% dos edifícios então existentes. Nas restantes subsecções, a intensidade de construção foi maior, verificando-se mesmo que, em quarenta e três subsecções, pelo menos metade dos edifícios foram construídos entre 1981 e 1991. Merece particular destaque Mirago (Bustelo) onde 18 dos 20 edifícios existentes em 1991 foram construídos nos anos oitenta. Na subsecção residual de Quintã e no lugar de Contador (Medrões), todos os edifícios foram construídos nos anos oitenta, o que evidencia o surgimento de novos núcleos e a dispersão do povoamento, influenciada pelas orientações dos PDM's. Este processo acentuou-se ao longo dos anos noventa, como exemplifica Olivais, um pequeno lugar que surgiu como consequência da acessibilidade ao IP4 (Foto 22).



**Foto 22- Núcleo criado nos anos noventa (Olivais, freguesia de Ansiães, concelho de Amarante) devido à acessibilidade ao IP4 (Março, 1999).**

Um outro elemento importante na análise da dinâmica do povoamento é o número de alojamentos familiares vagos e os de uso sazonal. Em 1991, dos 38 935 alojamentos familiares clássicos, 11,3% foram considerados vagos.

Esta situação presente tanto nas freguesias urbanas como nas mais isoladas áreas rurais, embora seja muito frequente, não se generaliza a toda a serra, pois não existiam alojamentos vagos em 176 subsecções. Nas restantes, há um número maior ou menor de alojamentos vagos, verificando-se que em onze delas mais de metade dos alojamentos estão vagos (Fig. 54), como acontece em Fonte Condessa (Vila Marim), Rojão de Cima (Sta. Cristina), Cabo de Vila (Loivos do Monte) Casal e Pedregal

(Mesquinhata), Vieiros[80] (Rebordelo) e, ainda, nas áreas residuais de Pena, Gôve, Loivos do Monte e Campanhó. Esta é a área em que existe uma maior intensidade de edifícios que já albergaram famílias, mas que, em 1991, se encontram vagos. A marca do tempo vai-se acentuando e crescem os alojamentos em ruínas. Muitos deles possuem fracas condições de habitabilidade, não tendo ainda electricidade e encontrando-se em mau estado de conservação. Por exemplo, em Carvalho de Rei contactou-se uma família que vivia numa casa arrendada sem electricidade, sendo obrigada a ter a arca frigorífica em casa de um familiar. Noutros casos os proprietários são emigrantes que abandonaram as suas propriedades. No lugar de Castelo (Carvalho de Rei), encontram-se, bem no centro da aldeia, dois pequenos edifícios que vão ficando em ruínas e cujo proprietário está no Brasil. Assiste-se, ainda, nalgumas situações a uma sobrevalorização do edificado que não corresponde às exigências de qualidade de vida dos tempos de hoje e que impede a sua aquisição por parte de jovens casais.

Os alojamentos familiares clássicos de uso sazonal têm vindo a aumentar na Serra do Marão (Fig.55). Uns são reconstruções de antigas casas de arquitectura popular, algumas das quais destinadas ao turismo (Foto 23), outras são feitas de raiz (Foto 24). Umas são ocupadas por pessoas que têm vínculos familiares às povoações e resultaram de heranças (Foto 25). Outras são compradas por indivíduos residentes em áreas urbanas que encontram no espaço rural um conjunto de condições vantajosas (Foto 26). Deste fenómeno encontram-se exemplos dispersos por toda a Serra, não se evidenciando áreas de particular concentração.

[80] Como as habitações são pertença da empresa que explorou as minas as pessoas não fazem obras de melhoramentos das casas e optam por se deslocar para outras povoações.

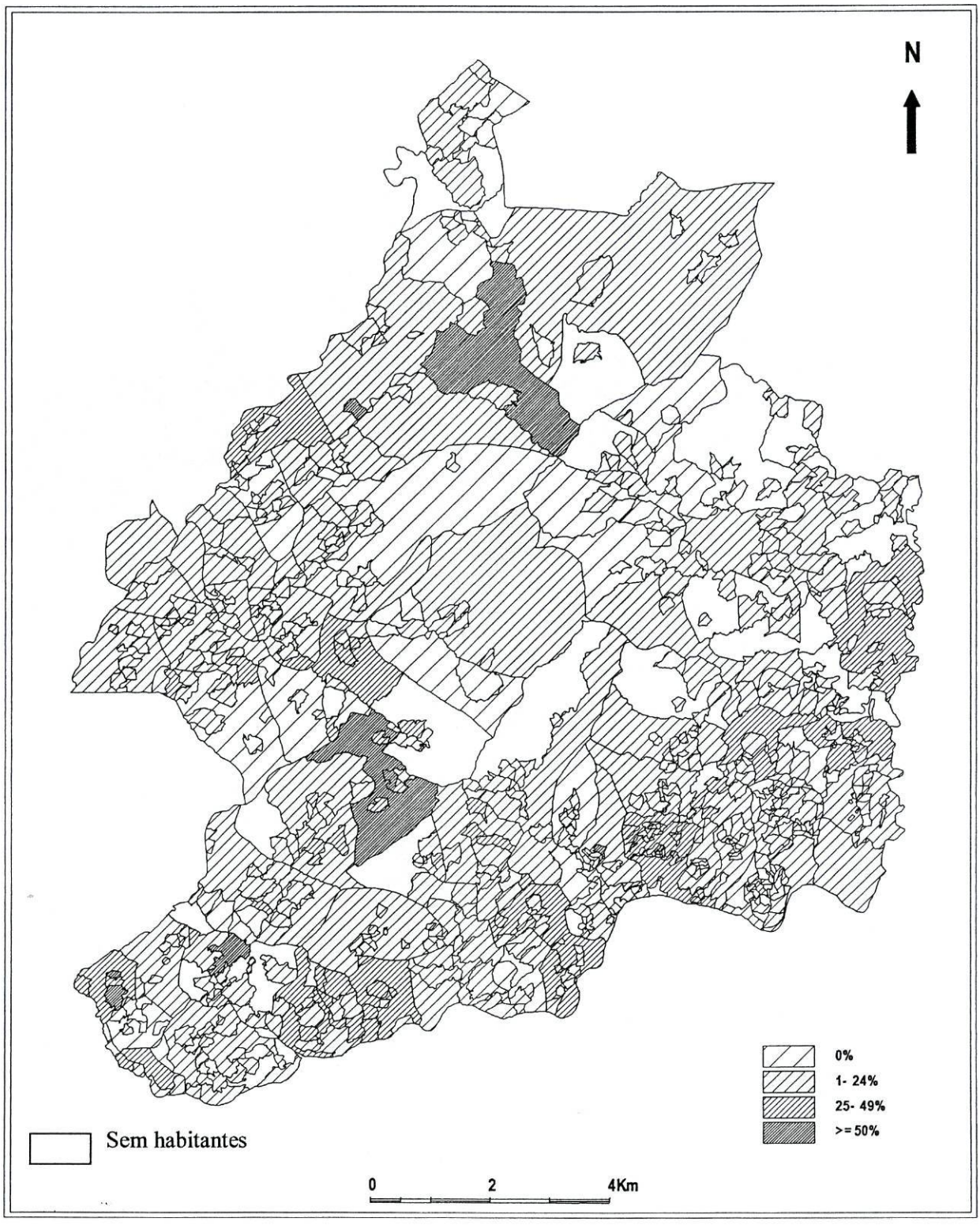



**Fig. 54 – Representatividade dos alojamentos vagos em 1991, por unidade de povoamento**



**Foto 23 - A casa do Mineiro é uma unidade de turismo rural, que resultou da remodelação de um edifício do bairro dos mineiros, na depressão da Campeã -Vila Real (Março, 1997).**



**Foto 24 - No lugar de Vila Nova (freguesia da Campeã, concelho de Vila Real), ao lado da casa de família também ela de uso sazonal, foi construída nos anos oitenta esta habitação utilizada de uma forma muito esporádica pelos proprietários que possuem em Aboadela (Amarante) uma unidade de turismo em espaço rural.**

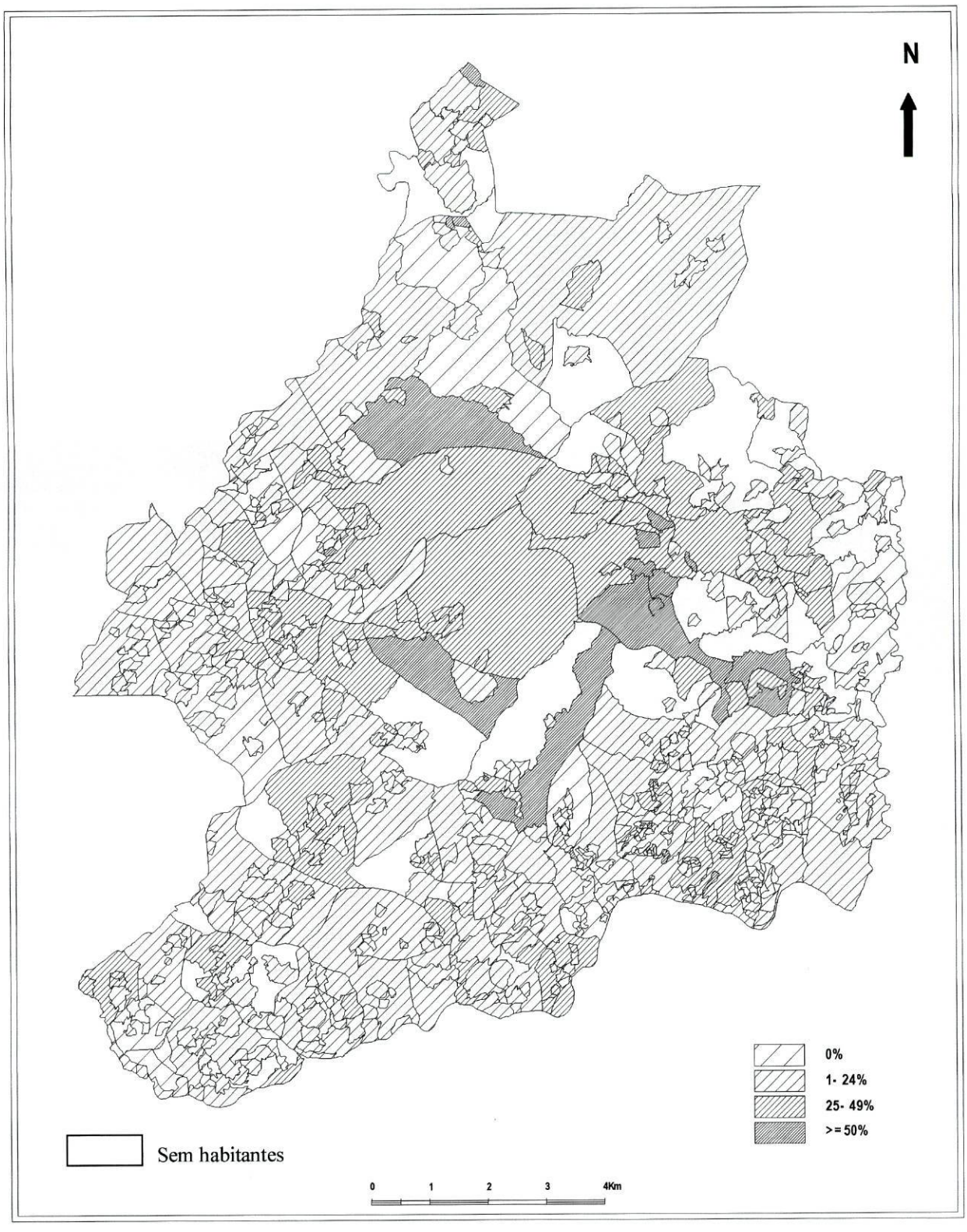



**Fig. 55 – Representatividade dos alojamentos de uso sazonal, em 1991, por unidade de povoamento**



**Foto 25 - No lugar de Ervins (S. João de Ovil) de um antigo casebre recebido por herança os actuais proprietários construíram uma habitação de uso sazonal que ocupam com frequência pois já saíram da vida activa.**



**Foto 26 - Casa de Crespelos (Gondar - Amarante). Os proprietários (ela professora do ensino secundário e ele trabalhador especializado numa indústria de calçado alemã) residem na área metropolitana do Porto.**

Cerca de 17,5% dos alojamentos familiares clássicos são de uso sazonal. A maior parte das subsecções possui alojamentos de uso sazonal. Em vinte subsecções, mais de 50% dos alojamentos são de uso sazonal. Em Póvoa da Serra, dos 40 alojamentos, 28 são ocupados apenas sazonalmente. Seguem-se-lhe, em termos de representatividade, Barroncal (Sta. Cristina), Antas (Paradança), Pousada (Campeã), Soutelo (Fontes), Sobreira (Mondim de Basto) e, ainda, as subsecções residuais de Candemil e Teixeira. Este fenómeno disperso por toda a serra reflecte o "apego" aos locais de origem ou de "adopção" e a vontade de conservar o património familiar. No entanto, se isto se verifica relativamente à população mais idosa, a geração dos filhos e, sobretudo, a dos netos que só esporadicamente visitam esses locais de origem da família, como reagirão quando receberem por herança o património familiar? As reacções são certamente diferentes e territorialmente diversificadas pelo que importará, num próximo trabalho, verificar em que medida os factores geográficos influem nas estratégias patrimoniais familiares.

A sustentabilidade dos lugares é gradualmente influenciada pela permanência das pessoas, pelo que os alojamentos vagos reflectem o despovoamento que se faz sentir. Os alojamentos de uso sazonal traduzem uma permanência que, sem ser constante, pode oscilar entre a ocupação sistemática de fim-de-semana e a utilização esporádica de duração inferior a um mês por ano. Esta permanência mais ou menos efémera, se bem que mesmo assim importante, traduz frequentemente um alheamento completo da vida das comunidades e os seus impactos de carácter económico e social são muito diversos.

Contribuem para a manutenção e mesmo recuperação do "património" arquitectónico rural, podem influenciar a utilização agrícola e florestal e constituir um exemplo de inovação importante para os membros das comunidades locais. Contribuem para a criação de alguns postos de trabalho mais ou menos temporários, mas a sua

participação na vivência das comunidades é frequentemente reduzida. Este facto acontece por duas razões. Por um lado, porque preferem o isolamento como forma de recuperar do *stress* da vida urbana e, por outro, porque as próprias comunidades os olham com algum descrédito pela ousadia de penetrar num espaço que consideram seu. No caso de serem pessoas bem relacionadas no meio social e político, as populações utilizam esses neo-rurais para pressionar as entidades autárquicas a introduzir melhoramentos na aldeia (por ex. melhoria de caminhos). Só o tempo alicerçará a sua integração na aldeia.

Os lugares de Fonte Condessa (Vila Marim) e Cabo de Vila (Loivos do Monte) são duas das povoações com menor capacidade de sustentabilidade já que entre outras características apresentam um reduzido número de habitantes (inferior a 20), o que todavia não significa que irão desaparecer num futuro próximo. A estrutura etária indicia a incapacidade desta população se perpetuar sem um saldo migratório positivo. No primeiro, não existe qualquer jovem e os idosos representam já 40% da população. A dinâmica do espaço construído tem sido reduzida e mais de 70% dos alojamentos familiares estão vagos. Em Cabo de Vila, das 13 pessoas que aí residem 3 são jovens e mais de metade da população possui mais de 65 anos. Não foi construído nenhum edifício entre 1981 e 1991 e ascendem a 68,8% os alojamentos familiares vagos e os alojamentos sazonais possuem fraca representatividade. Em S. Tiago (Soalhães), não há jovens, e das sete pessoas residentes, 4 são idosos, embora, segundo o INE, não há alojamentos vagos ou de uso sazonal e também não foi construído nenhum edifício entre 1981 e 1991.

Em Barroncal (Sta. Cristina) residem 7 pessoas (5 adultos e 2 idosos). Foi apenas construído um edifício e, embora não existam alojamentos vagos, 60% são de uso sazonal.

O lugar da Devesa (Sedielos) tem apenas 8 habitantes e os alojamentos vagos e de uso sazonal ascendem a 50%.

Os restantes lugares têm quantitativos populacionais superiores, o que pode à partida garantir uma maior sustentabilidade pois, também, têm, em geral, maior quantitativo de jovens. No entanto, este último facto só pode ser encarado como sinónimo de vitalidade se conseguirem criar condições de fixação desta população.

A realidade do povoamento da Serra do Marão evidencia um grande número de lugares de pequena dimensão, alguns dos quais já apresentam características demográficas que poderão indicar a sua fraca sustentabilidade. No entanto, a curto prazo, não se verificarão alterações na estrutura do povoamento. pois não se prevê a "desertificação humana" de qualquer povoação. A evolução pós 1991 evidencia uma certa estabilidade, mas, simultaneamente, a incapacidade de muitos núcleos populacionais mais pequenos atraírem novos residentes. Todavia, como alguns deles têm um número muito reduzido de famílias, a situação pode inverter-se rapidamente. A título exemplificativo, recorde-se que Currais e Vale Abrigoso, dois núcleos populacionais da freguesia de Campelo (Baião), estão actualmente completamente abandonados.

O primeiro é referido no Censo de 1911 como tendo 44 pessoas presentes. A população foi aumentando e, em 1960, atingiu o seu valor máximo - 66 habitantes nos seus 24 fogos. O censo de 1970 revelou que a população desse lugar estava a diminuir, apesar do número de fogos se manter. No Recenseamento de 1981 já não é feita qualquer referência a Currais, lugar que devia ter então menos de 10 fogos. O último dos seus habitantes abandonou Currais em finais dos anos oitenta. Sem dúvida que os movimentos migratórios foram muito importantes para explicar a rapidez com que este núcleo populacional em pouco mais de 20 anos perdeu 66 pessoas. É também interessante referir a localização geográfica, pois Currais é a primeira povoação que surge na estrada para a Serra da Aboboreira em direcção a Almofrela e Aboboreira que

ficam, ainda, mais isoladas. Em Almofrela, no ano 1911, foram recenseadas 86 pessoas e 19 fogos e Aboboreira tinha uma dimensão populacional semelhante à de Currais. De facto, o primeiro recenseamento por lugares diz-nos que existiam aí 11 fogos e estavam presentes 45 pessoas. O máximo populacional nesta aldeia foi atingido em 1940 (16 fogos e 72 pessoas presentes). Em 1960 foram contabilizadas apenas 48 pessoas, mas o número de fogos era de 18. Em 1970 e 1981 não é feita qualquer referência a Aboboreira, que volta a ser mencionada em 1991 com 18 habitantes distribuídas por sete famílias. Em Setembro de 1997 existiam aí apenas cinco famílias com 9 pessoas. Trata-se de quatro casais, todos já com mais de cinquenta anos e um idoso. Neste período, esta pequena aldeia registou um saldo migratório negativo.

A análise efectuada não conseguiu, senão indirectamente, dimensionar o processo de despovoamento, pelo que se utilizou uma outra metodologia para avaliar as conclusões obtidas e perspectivar a expressão futura do despovoamento na Serra do Marão.

### 2.3.2- Conclusões de uma abordagem restritiva

A resposta às questões colocadas no ponto anterior, enquadrada no espaço temporal de pelo menos 31 anos, podendo sempre que necessário remontar ao início do século, dá à partida a garantia de evidenciar processos estruturantes e permitir apresentar cenários sobre a possível evolução do povoamento na Serra do Marão.

Por conseguinte, analisados um a um todos os lugares considerados em 1960 e 1981; comparada a sua expressão territorial, com base na toponímia, com a sua delimitação no censo de 1991, chegou-se a várias conclusões:

- Há lugares referenciados nos censos de 1960, 1981 e 1991, que pela sua situação topográfica não sofreram alterações territoriais significativas. Para eles, é possível fazer uma análise da variação da população ao longo deste século. Considerou-se nesta categoria 119 lugares, distribuídos por todos os agrupamentos;

- Há lugares que já existiam em 1960 e que são referidos pelo recenseamentos posteriores, mas que, em 1991, podem ter sido considerados com uma expressão territorial que não é a mesma. É nesta categoria que se colocou a maior parte dos lugares da Serra do Marão. Embora esta opção restrinja a área em que se contextualiza o processo de despovoamento, por outro lado, dá a garantia fundamental que não haverá confusões entre a dimensão territorial e a demográfica na abordagem do referido fenómeno;

- Há lugares referenciados em 1960 e 1981, mas que, em 1991, passaram a isolados por terem menos de 10 fogos. Nesta situação, contabilizaram-se trinta e três lugares. Contudo, também é possível encontrar trinta e sete unidades de povoamento com menos de 10 alojamentos familiares clássicos e que, apesar de tudo, foram individualizadas. Só em Mesão Frio encontraram-se 16 subsecções nesta situação.

- Há lugares que, embora individualizados em 1960 e/ou 1981, foram anexados a outros em 1991. Eram cento e quarenta e quatro povoações, a maior parte das quais pertencentes aos agrupamentos de Amarante e Baião. Em Peso da Régua e Sta. Marta de Penaguião, existiam 13 e 7 lugares nesta situação. Em Mondim de Basto, eram 5 e, em Mesão Frio, apenas 2. Vários exemplos anteriormente apresentados evidenciam esta situação, pois o crescimento do espaço construído tem sido significativo e traduz, por conseguinte, um processo territorial. No entanto, noutros, esta anexação

correspondeu meramente a um procedimento estatístico. A integração de uns lugares noutros pode fazer com que lugares muito pequenos em 1981 tenham uma população significativamente superior em 1991. Por exemplo, Cerca (Frende) tinha 42 habitantes, em 1981, enquanto que, dez anos, depois a sua população ascendia a 388 indivíduos. Foram integrados em Cerca os seguintes lugares anteriormente individualizados: Carvalho (43 habitantes em 1981), Costeira (55 hab.), Cruz (35 hab.), Igreja (43 hab.), Ladoeiro (18 hab.), Paço (26 hab.), Palhais (38 hab.), Penedo (31 hab.) e Portela (74 hab.).

- Há lugares que, em 1991, foram considerados como novos. Este aspecto seria à partida muito importante, mas surgem divergências na sua abordagem. Se Antas (Paradança – Mondim de Basto) pode ser considerado um lugar novo em toda a acepção da palavra (Foto 27), pois é um núcleo populacional de criação recente, noutros lugares já não se poderá dizer o mesmo. Por exemplo, Paradela da Ribeira (Louredo – Sta. Marta de Penaguião) surge considerada em 1991 como lugar novo. Efectivamente, esta situação só se compreende ao relativizá-la a 1981, em cujo recenseamento este lugar não foi individualizado, devendo a sua população ter sido considerada como pertencente a Barreiro, pois em 1960 e 1970 Paradela da Ribeira é individualizada de Barreiro. Muitos outros exemplos poderiam ser apresentados, que apontam sempre no mesmo sentido. O estudo do povoamento, sobretudo em áreas onde não é concentrado, tem de ser feito de uma forma cuidadosa, pois verificam-se alterações significativas de um Censo para outro que nada têm a ver com alterações do povoamento mas sim com diferentes interpretações e sensibilidades na observação da paisagem. Por isso, a Base Geográfica de Referenciação Espacial é um instrumento fundamental para podermos melhor compreender a evolução do povoamento.

Contabilizaram-se 347 lugares com 5 a 9 fogos em 1960. Destes apenas é feita referência a quarenta e nove em 1991, o que é um sinal de continuidade e mesmo

do reforçar da sua importância. Dos lugares referidos apenas dois viram decrescer a sua população. Trata-se de Costa (Fontelas) e Paço (Oliveira). Nos restantes quarenta e sete, a população aumentou, mas nada nos garante que estejamos a considerar a mesma base territorial, como já foi explicitado anteriormente. O que apresenta maior quantitativo populacional é o lugar de Cerca (Frende) que, como já foi referido, é um bom exemplo desse facto. Seguem-se-lhe com um número de residentes oscilando entre 100 e 199 pessoas os lugares de Cruzeiro (Várzea de Ovelha e Aliviada), Gestaçô (Gestaçô), Estrada (Ansiães), Bocas (Lomba), Paço (Vila Chã do Marão), Palmazões (Gondar) e Souto (Várzea). Os restantes trinta e nove lugares apresentam um número inferior a 100 habitantes, sendo de realçar que lugares como Lama do Monte (Barqueiros), Geguintes (Mesquinhata) e Prados (Tresouras) continuam a apresentar um quantitativo populacional muito reduzido, embora com mais de 10 alojamentos. Dos lugares que, em 1960, tinham entre 5 e 9 fogos, verifica-se que 297 não surgiam em 1991 porque ou foram integrados noutros ou, então, passaram a fazer parte de subsecções residuais.

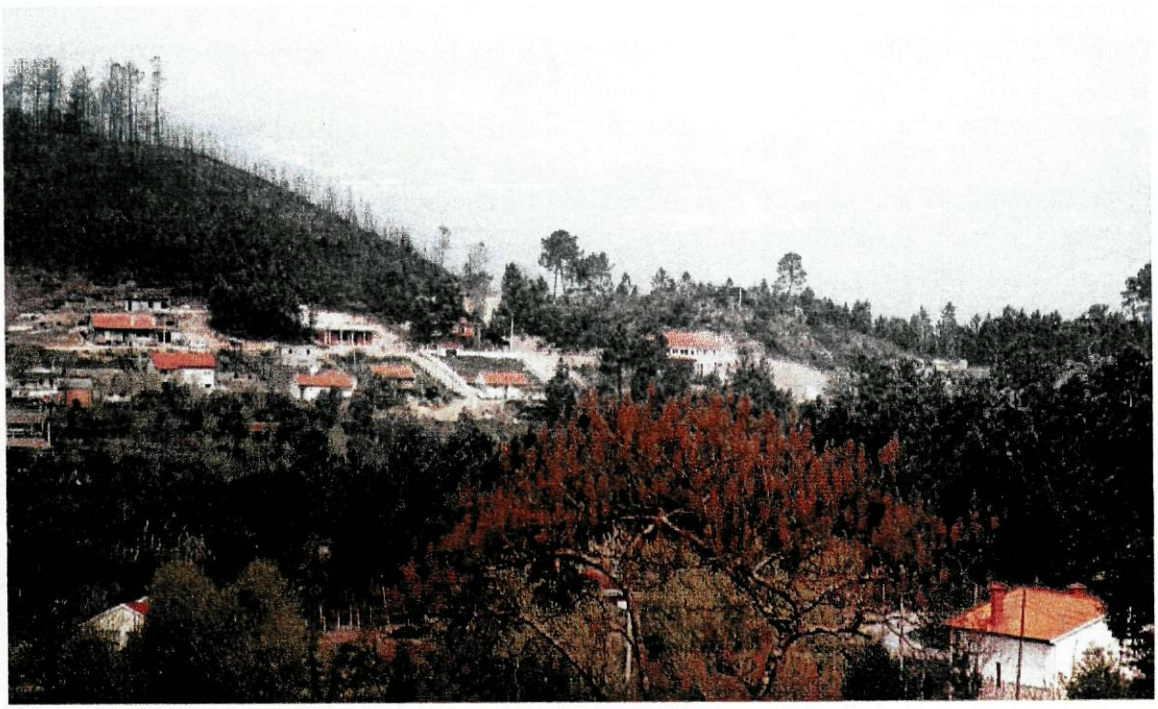


**Foto 27 – Lugar de Antas , freguesia de Paradança – Mondim de Basto (Março, 1999).**

Das situações apresentadas, aquela que melhor poderá servir para definir e compreender as alterações do povoamento e, sobretudo, analisar a dimensão do processo de despovoamento será, sem dúvida, protagonizada pelos 119 lugares que, em nossa opinião, não sofreram alterações territoriais significativas no modo como foram considerados nos diferentes recenseamentos. Só para estes lugares que pela sua situação geográfica se encontram relativamente afastados de outros, e se apresentam bastante compactos, é possível fazer-se um estudo evolutivo do povoamento. Obviamente que este procedimento limita a amplitude e validade das conclusões obtidas, mas é o único procedimento possível.

Os 119 lugares que constituem o universo de análise distribuem-se por freguesias com diferentes intensidades de despovoamento e por algumas que revelam dinâmicas demográficas mais favoráveis ao crescimento populacional. Estes lugares apresentam quantitativos populacionais distintos que constituem, também, um aspecto importante para verificar até que ponto a dimensão do lugar influiu na sua própria dinâmica. Assim, considerou-se sete povoações com mais de 300 habitantes, sendo a mais populosa Fontes com 766 pessoas. Os aglomerados com 100 a 300 habitantes ascendiam a quarenta e sete e os restantes tinham menos de 100 habitantes. Esta *amostra* inclui, também, seis lugares com menos de 25 indivíduos residentes .

Em 1911, nestes 119 lugares residiam 17617 pessoas (Quadro LXXIV, anexo B). O panorama posterior é de *expansão* e, em 1960, atingiu-se 20888 habitantes. Desde então, tem-se assistido a um decréscimo populacional e o valor atingido em 1991 (13 973 habitantes) é mesmo inferior ao registado no início do século. Mas esta situação não é comum a todos os lugares. De facto, em Covelo (Cumieira), Quintã (Quintã), Carvalhais (Louredo) e Tijão (Campanhó), o máximo de população verificou-se em 1991, apesar de apresentarem dimensões populacionais diferentes. Se Quintã se localiza numa freguesia com saldos migratórios positivos, todos os restantes situam-se em áreas

com indícios de despovoamento ou de despovoamento muito intenso e mesmo em plena Serra o que permite concluir que a "proximidade" aos centros de emprego é um factor fundamental, mesmo que as condições de acessibilidade não sejam as melhores. O papel desempenhado por empresários agrícolas ou ligados a outras actividades, como a construção civil, é também importante para a fixação da população. Nos dois últimos lugares mencionados, desde 1911, a população aumentou sempre o que não aconteceu nos restantes. Noutros dez lugares, o máximo de população ocorreu em 1911. Referimo-nos a Pinheiro (Campelo), Tabuadelo (Fontes), Prieira (Teixeira), Quintãs e Vale Moreira (Barqueiros), Fiolhais e Paradela do Monte (Louredo), Meneses (Torgueda), Revilhais (Candemil) e Quartas (Fontelas). É de salientar o caso de Urval (Sever) que, ao longo dos anos, tem apresentado uma notável estabilidade.

Na maior parte dos lugares, foi nos anos de 1940 e 1960 que se atingiu o máximo da população. Naqueles mais dependentes da actividade agrícola como acontece, por exemplo, com as povoações das freguesias de Carvalho de Rei, Ovil e Fontes, a pressão demográfica motivou forte migração antes dos anos sessenta. Já, por exemplo, nos lugares de Vieiros (Rebordelo) e da "região da Campeã", uma actividade extractiva intensa, importante até ao fim dos anos sessenta, levou a que o máximo da população coincidisse com o ano censitário de 1960.

A variação populacional entre o ano de máximo de população e 1991 permite concluir que, em quarenta e oito lugares, a população residente em 1991 é inferior em mais de 50% ao máximo populacional atingido (Fig. 56). Em Portela (Sanhoane), Sarnadelo (Sever), Póvoa da Serra (Fontes), Vieiros (Rebordelo), Porto de Rei (Barqueiros), Aldarete (Sedielos) e Tolões (Loivos do Monte), o decréscimo

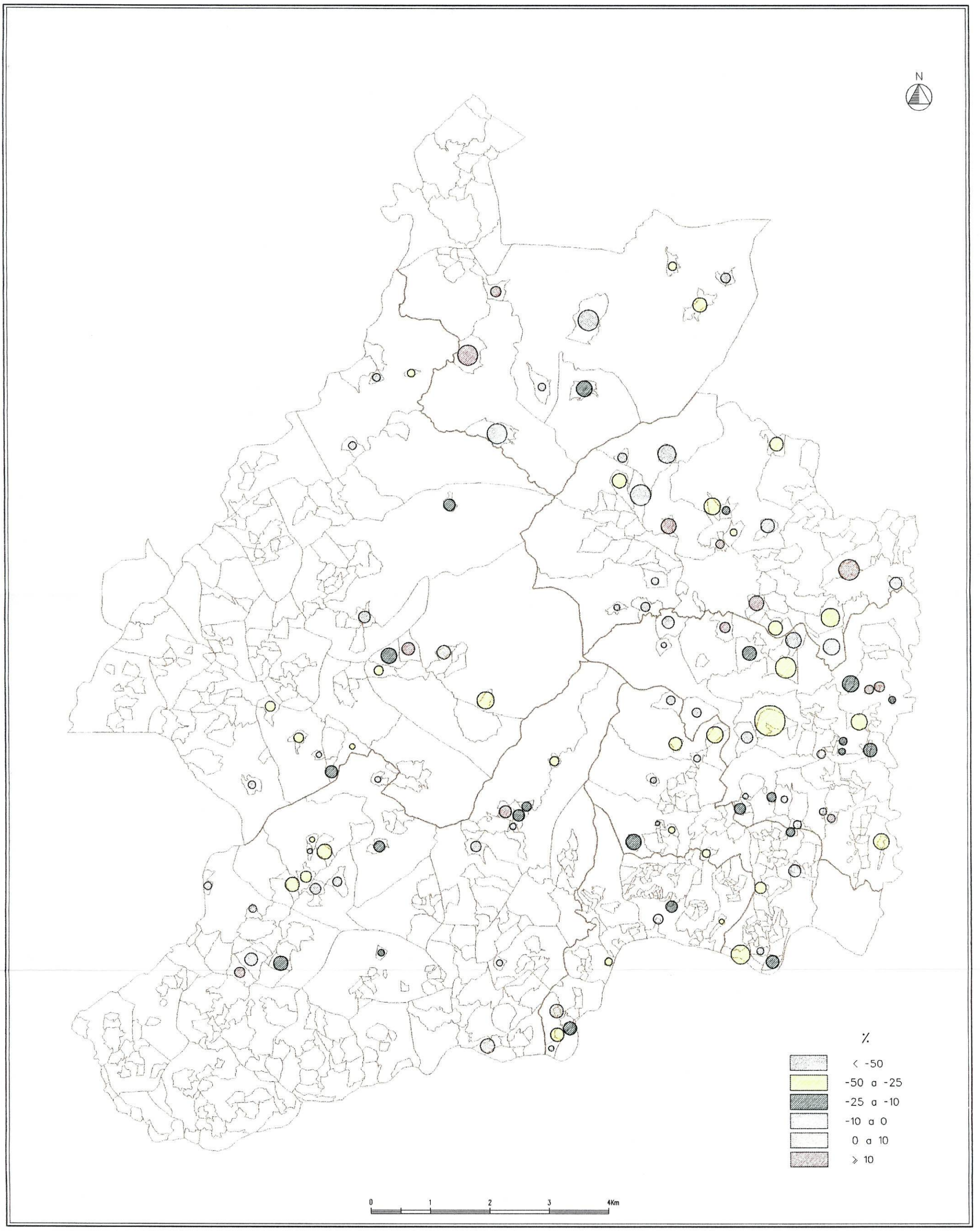



Fig.56 - VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO ENTRE O ANO EM QUE FOI ATINGIDO O MAXIMO DE HABITANTES E 1991

populacional foi, mesmo, superior a 75%. O isolamento, a não disponibilidade de habitações com o mínimo de condições de habitabilidade, a redução da mão-de-obra na agricultura e a inexistência de postos de trabalho noutras actividades são factores explicativos do saldo migratório negativo. Ao comparar-se a evolução do número de alojamentos clássicos entre 1981 e 1991, com a variação da população e das famílias, em igual período, verifica-se que, em quarenta e dois lugares, embora o número de habitantes tenha diminuído, os fogos aumentaram. Esta situação pode ser explicada por três ordens de factores: em primeiro lugar, pelo efeito directo das remessas dos emigrantes que mais tarde ou mais cedo alimentam a ilusão de voltar pelo que a construção de uma nova casa era, para além da possibilidade de dispor de um abrigo confortável, um investimento no lugar de origem e a prova de que todo o sacrifício e luta quotidiana de uma vida longe dos seus valera a pena; em segundo lugar, por um sentimento de pertença, que através de uma relação de renúncia e saudade permite aos naturais destes lugares manter raízes, voltar de quando em vez, melhorar as casas que se possuem ou construir outras. Casas que vão permanecendo fechadas, onde se passam apenas algumas semanas por ano e onde talvez se volte no fim da vida (C. CAVACO, 1994); em terceiro lugar, um pouco por toda a Serra, cresce o número de alojamentos relacionado com a procura crescente dos espaços rurais por parte de uma população urbana sem qualquer vínculo a estas povoações, em busca do "natural" ou motivada por uma mera "moda", que conduziu a uma inflacção dos preços da propriedade.

As situações mais problemáticas em termos de sustentabilidade verificavam-se nas povoações em que, para além da população, também diminuíram as famílias e os alojamentos clássicos. Se algumas delas se localizam em plena Serra, como acontece com Covelo do Monte (Aboadela), Aldarete (Sedielos) e Carvalho de Rei, (Carvalho de Rei) outros situam-se próximo dos centros urbanos, como acontece com Penaventosa (Campelo), Cederma e Costa Vale (Godim).

O despovoamento processou-se independentemente das condições da rede de comunicações pois nos anos cinquenta e sessenta o automóvel privado não tinha a expressão que hoje assume. Não foi o facto de terem construído as estradas que facilitou a fuga. Como prova, basta dizer que, em muitas aldeias que foram sujeitas a uma forte perda de população nos anos sessenta, a população partiu, apesar da ausência de estradas. A rede de estradas e caminhos aumentou consideravelmente a acessibilidade de muitas povoações aos principais centros urbanos e permitiu a muitas pessoas permanecer no local de naturalidade. O que afasta as pessoas é não disporem de uma profissão que lhes possibilite aceder a um bom nível de vida e lhes permita realização pessoal e profissional. Nas povoações com estrutura etária ainda jovem se não se criarem a nível local e/ou regional alternativas de emprego, as "partidas" continuarão, pondo em causa a sobrevivência de muitas aldeias.

O despovoamento na Serra do Marão apresenta contornos visíveis e, ao longo dos anos noventa, a situação delineada não sofreu alterações significativas pelo que continua a marcar a dinâmica territorial deste espaço serrano. Não se pode falar em desertificação. De facto, este termo é frequentemente utilizado de uma forma abusiva e, na maior parte das vezes, como sinónimo de desertificação humana. Importa distinguir despovoamento e desertificação de modo a que possamos compreender os fenómenos em causa pois se, para haver desertificação, tem de haver uma rarefacção do povoamento, pode haver despovoamento sem haver desertificação e, na área em estudo, se a segunda situação é válida, a primeira não assume ainda contornos visíveis. Isto é tanto mais verdade quanto encontramos áreas agrícolas abandonadas onde a vegetação bravia vai avançando, junto a povoações, e, por outro lado, encontramos núcleos populacionais abandonados, mas onde a presença humana ainda se sente pela utilização agrícola que persiste (Foto 28).



**Foto 28 – Em Currais (Campelo) já não vive ninguém, mas os campos continuam a ser agricultados (Fevereiro, 1997).**

O abandono dos edifícios leva à sua degradação; com o decorrer das estações, das intempéries e da desocupação, transformam-se em casebres e, depois, em ruínas, no meio de silvas e outra flora espontânea. Perde-se um património, que sintetizava condições naturais e sociais, modos de vida e formas de convívio e solidariedade (palheiras e espigueiros; eiras e fornos do povo, etc.), rotinas e rusticidades, formas de ocupação e ordenamento de espaços, ao longo dos séculos. Espelho da história dos lugares, nas suas bases económicas e nas estruturas sociais, o património edificado é um recurso a considerar num qualquer projecto de desenvolvimento, pela possível reutilização por outras populações e com outras funções, ou apenas como testemunho de uma época e duma sociedade (C.CAVACO,1994).

***

Em síntese, a estrutura do povoamento da Serra do Marão sofreu dois tipos de alterações:

- completo abandono de uma pequena aldeia nas proximidades de Montes, na encosta do Senhor da Serra (o local de maior altitude da Serra do Marão), de Vale Abrigoso e Currais na vertente ocidental do Marão, na proximidade da vila de Campelo, em duas épocas distintas. Os dois primeiros nos anos sessenta e o segundo no fim da década de oitenta. Apesar do despovoamento e do envelhecimento da população que se tem feito sentir, não se prevê o abandono de mais nenhuma aldeia , pelo menos até 2005;

- o atravessamento pelo IP4, que aumentou a acessibilidade da parte central deste maciço montanhoso tanto a Vila Real como a Amarante. Reflexo desta dinâmica é o surgimento do lugar de Olivais (Ansiães) e o crescimento de outros como Eido e Estrada (Ansiães), em plena área serrana.

Nos próximos anos, a estrutura do povoamento da Serra do Marão não irá sofrer alterações significativas. Reforçar-se-á a periurbanização na área de Amarante e de Vila Real. Apesar do decréscimo do crescimento natural e como a população apresenta ainda uma estrutura etária relativamente jovem, a sustentabilidade demográfica deste maciço montanhoso não está em causa, podendo apenas colocar-se nalgumas pequenas povoações de população muito envelhecida. Poder-se-á assistir a um abrandamento do ritmo de despovoamento mesmo em freguesias serranas. Mas a expansão urbanística nestas áreas apresenta-se condicionada pelo regulamento dos PDM's. Tomando como exemplo a Carta de Ordenamento do PDM de Amarante verifica-se que as freguesias serranas de Ansiães, Bustelo, Canadelo, Candemil,

Carvalho de Rei, Olo e Rebordelo não têm espaço urbanizável[81]. Este facto não permite a fixação de novas famílias senão no caso de utilizarem edifícios já construídos, o que nem sempre é possível por várias razões: reduzidas condições de habitabilidade, elevado preço e insuficiente oferta. Para além desta situação convêm referir que vinte e cinco lugares[82] com 10 ou mais fogos foram integrados noutras classes de espaço (espaço agrícola, espaço florestal, espaço natural) o que condiciona fortemente a expansão desses núcleos de povoamento e, por conseguinte a sua sustentabilidade.

Estes aspectos são muito importantes pois hoje os espaços rurais não são mais considerados como espaços unicamente vocacionados para produção (agrícola, industrial ou artesanal), mas espaços multifuncionais incluindo as funções residenciais e de lazer (J-F., HERVIEU, 1995).

[81] O *espaço urbanizável* é constituído pelas "áreas em que se admite a edificação de novas áreas urbanas e se destinam à expansão dos espaços urbanos" (PDM).
[82] Os de maiores dimensão populacional são Cabana, Mosteiro, Friande, Paço e Porte com mais de 100 habitantes.

# II Parte

# Das realidades da ocupação do solo

# aos processos estruturantes

# Capítulo 1

# Agricultura e ruralidade: que equilíbrio?

## 1.1 - Estrutura da população activa e mobilidade espacial

### 1.1.1 – A especialização económica: contrastes territoriais

A população activa residente na Serra do Marão ascende, em 1991, a 35789 pessoas[83]. Entre 1981 e 1991, a população activa sofreu um decréscimo de 4,5% (Quadro LXXV). No entanto, a nível de agrupamento distinguem-se três comportamentos distintos:

- nos agrupamentos de Baião, Mesão Frio, Sta Marta de Penaguião e Vila Real a população activa diminuiu;
- nos agrupamentos de Mondim de Basto e Peso da Régua, verificou-se uma estabilidade, com variação positiva;
- nos agrupamentos de Amarante e Marco de Canaveses, registou-se um aumento de respectivamente 2% e 15,6 %.

Em 1991 a taxa de actividade na Serra do Marão é de 34%, mas assume valores bem distintos nos diferentes agrupamentos. Se, no de Marco de Canaveses, cerca de 39% da população exerce uma actividade, já em Mondim de Basto a taxa de actividade é de apenas 29,3%. Os fracos valores deste indicador relacionam-se com o

[83] Destas 33 490 exerciam uma actividade e as restantes (6,4%) procuravam ou o primeiro emprego ou um novo posto de trabalho. Em Canadelo, Loivos do Monte, Teixeira e Teixeiró não foi registada, nessa altura, qualquer situação de desemprego. Nas restantes freguesias, já o mesmo não se passava e, em Peso da Régua, Godim, S. Gonçalo, Campelo, Soalhães, Cumieira e Sta. Marinha do Zêzere, residiam 39,9% dos desempregados da Serra do Marão.

envelhecimento da população e, sobretudo, com a fraca participação da mulher na população activa, embora seja muito frequente a sua dupla ocupação como trabalhadora doméstica e agricultora. Esta situação resulta de um déficit local de empregos, o que torna difícil às mulheres conjugar o desempenho de uma actividade com a vida familiar, a que se acrescentam maiores dificuldades em termos de mobilidade desta subpopulação. A reduzida formação escolar e profissional da população feminina não favorece o espírito empresarial e a criação da própria empresa apostando em actividades inovadoras. Nos agrupamentos de Mesão Frio e Sta. Marta de Penaguião, a taxa de actividade feminina é de cerca de 16%. O valor mais elevado deste indicador ocorre em Marco de Canaveses (25%), o que se relaciona com a implantação de grandes unidades da indústria têxtil e do trabalho domiciliário que esta mesma actividade envolve.

**Quadro LXXV**
**Evolução da estrutura da população activa**

| AGRUPAMENTOS | | Taxa de Actividade | Total | População activa | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Primário | | Secundário | | Terciário Total | | Terciário Social | | Terciário Económico | |
| | | | | VA | % | VA | % | VA | % | VA | % | VA | % |
| AMARANTE | 1981 | 34,6 | 8325 | 2982 | 35,8 | 2874 | 34,5 | 2469 | 29,7 | 1245 | 15 | 1224 | 14,7 |
| | 1991 | 34,7 | 8494 | 1398 | 16,5 | 3526 | 41,5 | 3570 | 42,0 | 1383 | 16,3 | 2187 | 25,7 |
| BAIÃO | 1981 | 35,5 | 8664 | 3893 | 44,9 | 2747 | 31,7 | 2024 | 23,4 | 741 | 8,6 | 1283 | 14,8 |
| | 1991 | 33,4 | 7505 | 1708 | 22,8 | 3472 | 46,3 | 2325 | 31,0 | 696 | 9,3 | 1629 | 21,7 |
| MARCO CANVESES | 1981 | 32,9 | 2665 | 1057 | 39,7 | 961 | 36,1 | 647 | 24,3 | 253 | 9,5 | 394 | 14,8 |
| | 1991 | 38,6 | 3082 | 530 | 17,2 | 1516 | 49,2 | 1036 | 33,6 | 272 | 8,8 | 764 | 24,8 |
| MESÃO FRIO | 1981 | 32,8 | 2079 | 924 | 44,4 | 491 | 23,6 | 664 | 31,9 | 302 | 14,5 | 362 | 17,4 |
| | 1991 | 31,3 | 1726 | 588 | 34,1 | 480 | 27,8 | 658 | 38,1 | 234 | 13,6 | 424 | 24,6 |
| MONDIM BASTO | 1981 | 27,7 | 1543 | 745 | 48,3 | 338 | 21,9 | 460 | 29,8 | 274 | 17,8 | 186 | 12,1 |
| | 1991 | 29,3 | 1573 | 481 | 30,6 | 379 | 24,1 | 713 | 45,3 | 289 | 18,4 | 424 | 27 |
| PESO RÉGUA | 1981 | 34,1 | 5816 | 1485 | 25,5 | 1531 | 26,3 | 2800 | 48,1 | 1199 | 20,6 | 1601 | 27,5 |
| | 1991 | 35,8 | 5843 | 1075 | 18,4 | 1433 | 24,5 | 3335 | 57,1 | 1129 | 19,3 | 2206 | 37,8 |
| S.M. PENAGUIÃO | 1981 | 33,4 | 3457 | 1987 | 57,5 | 753 | 21,8 | 717 | 20,7 | 377 | 10,9 | 340 | 9,8 |
| | 1991 | 31,3 | 2803 | 1322 | 47,2 | 593 | 21,2 | 888 | 31,7 | 380 | 13,6 | 508 | 18,1 |
| VILA REAL | 1981 | 31,1 | 2504 | 1228 | 49,0 | 635 | 25,4 | 641 | 25,6 | 357 | 14,3 | 284 | 11,3 |
| | 1991 | 33,8 | 2464 | 561 | 22,8 | 770 | 31,3 | 1133 | 46,0 | 343 | 13,9 | 790 | 32,1 |
| SERRA DO MARÃO | 1981 | 33,7 | 35053 | 14301 | 40,8 | 10330 | 29,5 | 10422 | 29,7 | 4748 | 13,5 | 5674 | 16,2 |
| | 1991 | 34,0 | 33490 | 7663 | 22,9 | 12169 | 36,3 | 13658 | 40,8 | 4726 | 14,1 | 8932 | 26,7 |

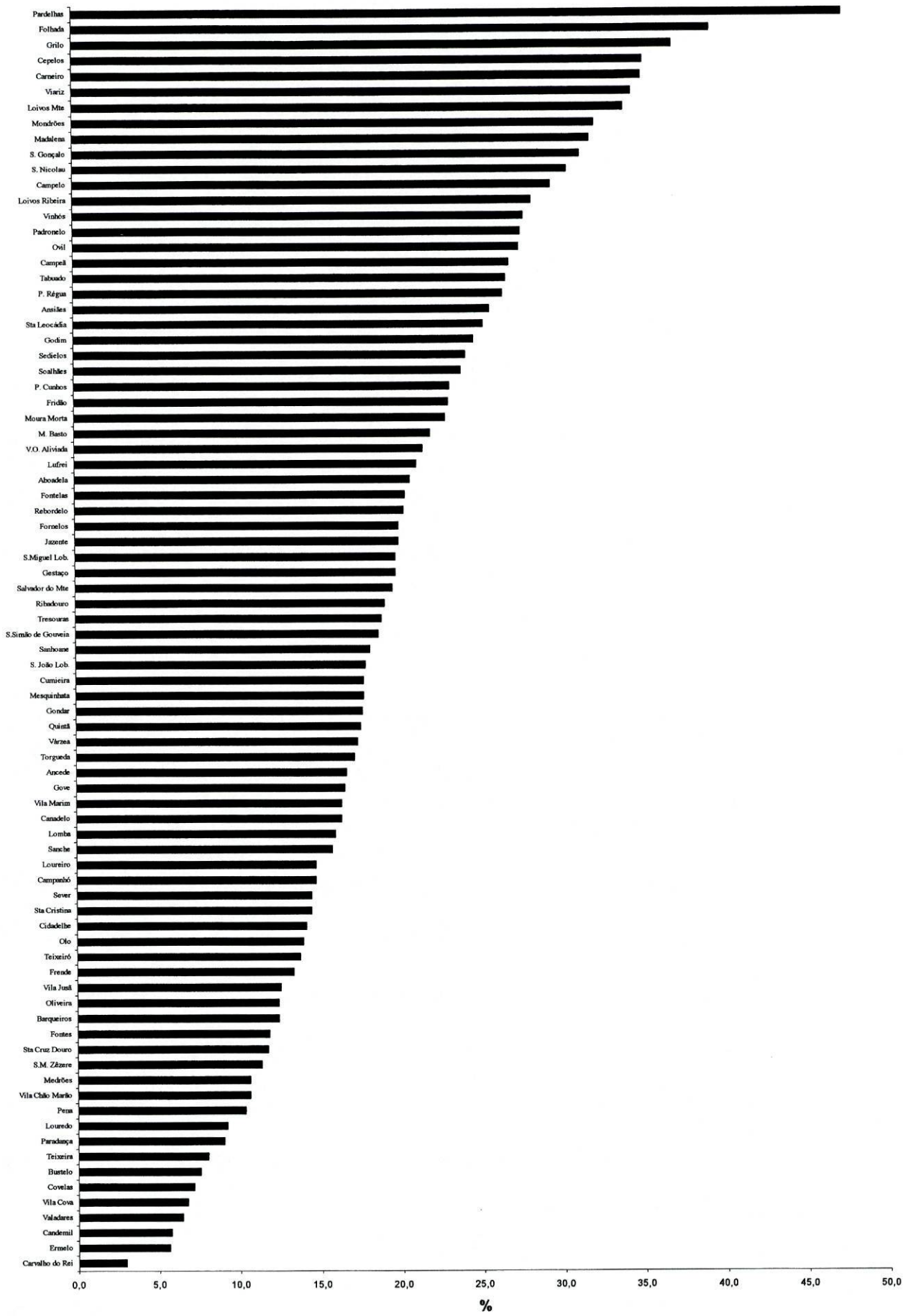
Fonte: XII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1981
XIII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1991

Em todas as freguesias as taxas de actividade da população feminina[84] (Fig. 57) são muito inferiores à masculina embora a participação da mulher no mercado de trabalho esteja muito subvalorizada sobretudo quando se dedica às tarefas agrícolas. Em Carvalho de Rei, Ermelo e Candemil menos de 6% da população feminina é considerada activa, mas a maior parte delas participam nas tarefas agrícolas. A mais elevada taxa de actividade feminina surge em Pardelhas (47,3%) mas também aqui a actividade principal é a agricultura.

A estrutura da população activa registou alterações significativas entre os dois momentos censitários: decréscimo generalizado da população agrícola e aumento da representatividade do sector secundário e sobretudo terciário. Este emprega, em 1991, 40,8% dos habitantes da Serra do Marão. Esta evolução deve-se, sobretudo, a um acréscimo do número de postos de trabalho no terciário económico, relacionado com o aumento do poder de compra da população.

A representatividade do secundário diminuiu, exclusivamente, em Peso da Régua e Sta. Marta de Penaguião, e somente neste último agrupamento o primário continua a ser, em 1991, o sector que mais pessoas emprega (47,2% da população activa residente), revelando-se fundamentalmente ligado à cultura da vinha. Em Baião e Marco de Canaveses, o sector com maior expressão é o secundário com, respectivamente, 46,3% e 49,2%. Em Amarante, há um certo equilíbrio entre o secundário (onde a construção civil e a indústria transformadora surgem com uma representatividade semelhante) e o terciário (muito relacionado com a actividade comercial e com a administração pública). Nos restantes agrupamentos, é evidente a maior representatividade do terciário, registando-se a percentagem mais elevada em Peso da Régua

[84] A taxa de actividade feminina é a percentagem de mulheres activas em relação ao total de população feminina.




Fonte: XIII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1991

**Fig. 57 - Taxa de actividade da população feminina, em 1991, por freguesia**

(57,1%)[85].

Em todas as freguesias, com excepção de S. Nicolau e de Fornelos, a população residente empregue no sector primário decresceu entre 1981 e1991. (Quadro LXXVI, anexo B). Pelo contrário, a representatividade do sector secundário e terciário aumentou na quase totalidade das freguesias.

Sublinhe-se, no entanto, que em trinta freguesias dispersas por toda a serra (Fig. 58) continua a registar-se uma forte dependência do mercado de trabalho em relação ao sector primário que ascende a 78,5% em Pardelhas, o qual também é igual ou superior a 50% noutras dezasseis freguesias[86] que se localizam não só na região Demarcada do Douro, mas também na área de maiores altitudes, domínio das culturas temporárias e/ou dos prados permanentes.

Noutras dezanove freguesias, sobretudo da parte central e sul da Serra, houve uma secundarização da estrutura da população activa. Esta evolução deveu-se, fundamentalmente, à crescente importância do emprego na construção civil captado, nomeadamente, por grandes empresas regionais.

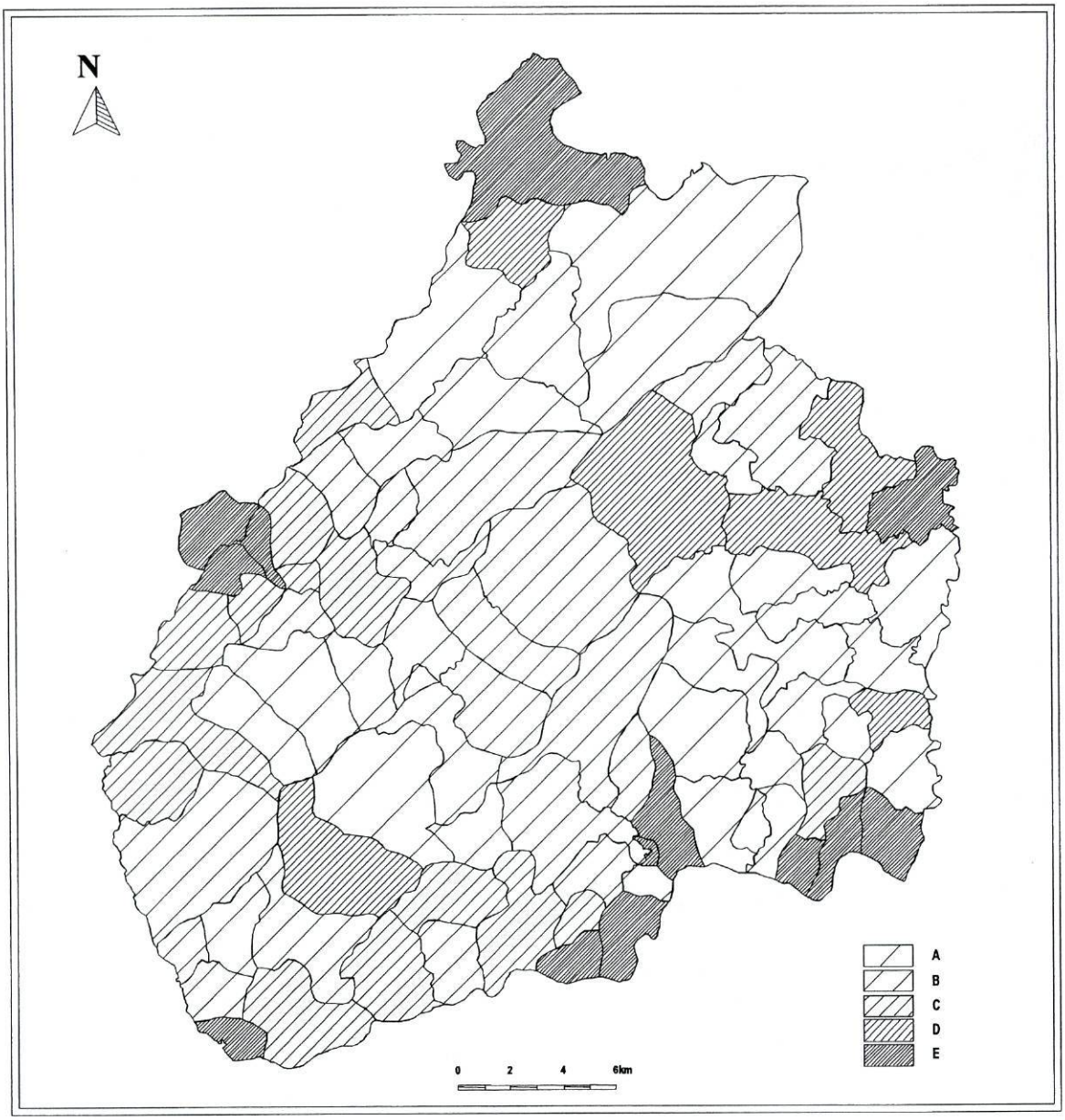
Persiste a predominância do sector secundário em catorze freguesias, localizadas na periferia da cidade de Amarante e no Vale do Douro. Nas primeiras, relaciona-se principalmente com a indústria transformadora, enquanto que, no segundo caso, é a construção civil que assume uma maior importância na criação de emprego.

Já nas sedes dos concelhos de Sta. Marta de Penaguião e Baião, assim como em freguesias da periferia de Vila Real e Mondim de Basto, assiste-se a uma tercearização da sua população activa residente.

---

[85] Muito relacionado com a actividade comercial, turística e com a administração pública. É neste agrupamento que surge maior número de residentes empregues nas Actividades financeiras o que demonstra o forte interesse da banca nos fluxos de capitais mobilizados nesta região.

[86] Loivos do Monte, S. Simão de Gouveia, Sanhoane, Rebordelo, Viariz, Oliveira, Fontes, Carvalho de Rei, Medrões, Sedielos, Canadelo, Campanhó, Fornelos, Louredo, Ermelo e Vinhós.




A - Persistência da dominância do sector Primário
B – Secundarização da estrutura da população activa
C - Persistência da dominância do sector Secundário
D – Tercearização da estrutura da população activa
E - Persistência da dominância do sector Terceário

**Fig. 58 – Tipos de evolução da estrutura da população activa entre 1981 e 1991, por sectores de actividade e por freguesia**

Nas restantes treze freguesias onde se inclui as das cidades de Amarante, Régua, as vilas de Mesão Frio e Mondim de Basto e, ainda, algumas freguesias da

periferia de Vila Real e do vale do Douro (onde as actividades ligadas aos transportes têm particular importância), - o processo de tercearização já era evidente em 1981. Se em Parada de Cunhos, Cepelos, S. Gonçalo, Madalena, Godim, Peso da Régua, Ribadouro e S. Nicolau, a representatividade do primário é inferior a 10%, em Sta. Cristina, por exemplo, ascende a 27,2%.

Registe-se, contudo, que esta abordagem é demasiado abrangente e que não permite, efectivamente, verificar se a representatividade de um sector de actividade nas freguesias em análise está relacionada com os mesmos grupos económicos. Por conseguinte, importa caracterizar mais pormenorizadamente a população activa residente na Serra do Marão.

Em relação ao sector primário (Quadro LXXVII), verifica-se que a *pesca* não tem qualquer significado já que só surgem três pessoas[87] a ela associadas.

**Quadro LXXVII**
**População activa ligada à agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca, em 1991**

| Agrupamentos | SECÇÃO A | | SECÇÃO B |
|---|---|---|---|
| | DIVISÃO 01 | DIVISÃO 02 | DIVISÃO 05 |
| **Amarante** | 1261 | 135 | 2 |
| **Baião** | 1695 | 12 | 1 |
| **Marco de Canaveses** | 526 | 4 | 0 |
| **Mesão Frio** | 588 | 0 | 0 |
| **Mondim de Basto** | 421 | 60 | 0 |
| **Peso da Régua** | 1071 | 4 | 0 |
| **Sta Marta Penaguião** | 1307 | 15 | 0 |
| **Vila Real** | 556 | 5 | 0 |
| **Serra do Marão** | **7425** | **235** | **3** |

Fonte: XIII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1991

Secção A divisão 01 - Agricultura, produção animal, caça e actividades dos serviços relacionados;
Secção A divisão 02 - Silvicultura, exploração florestal e actividades dos serviços relacionados;
Secção B divisão 05 - Pesca, aquacultura e actividades dos serviços relacionados.

[87] As que residem em Ansiães e Bustelo trabalham nos viveiros de trutas e a outra está ligada à pesca fluvial.

Apesar da extensão da área ocupada com floresta - 50866,2 ha[88] (62% da superfície total da Serra do Marão - apenas 0,7% da população activa residente na Serra do Marão trabalha na silvicultura, exploração florestal e actividades dos serviços relacionados, alguns dos quais fora desta área ou mesmo em Espanha, como acontece com alguns dos residentes em Vieiros (freg. Rebordelo - Amarante). Os 235 efectivos referidos distribuem-se por quarenta e duas freguesias embora seja na parte Norte e Noroeste da Serra que residem mais trabalhadores (Campanhó - 31 trabalhadores, Cepelos - 22 trabalhadores, Ansiães - 19, Rebordelo – 18, Mondim de Basto - 17 (Quadro LXXVIII, anexo B). É em Campanhó, Rebordelo e Canadelo, onde a floresta ocupa mais de 60% da superfície de cada uma destas freguesias, que esta actividade assume maior representatividade na estrutura da população activa (respectivamente 16,0%, 12,8% e 13,8%).

A *caça, repovoamento cinegético e actividades dos serviços relacionados*, não obstante as potencialidades da área, não têm constituído alternativa de emprego para os habitantes da Serra do Marão.

De facto, a *agricultura e produção animal* é a principal actividade do sector primário[89] em todas as freguesias, embora a sua representatividade seja muito diversa. Em quinze freguesias ainda ascende a mais de 50%, sendo de realçar Pardelhas e Vinhós onde atinge mesmo 77,6% e 71,5%, respectivamente. Nas áreas urbanas - Madalena, Cepelos e Peso da Régua - menos de 5% da população activa residente trabalha neste ramo de actividade.

Mas a contribuição da agricultura na actividade económica geral e no emprego deve medir-se através de um conceito mais amplo do que aquele de população

[88] Esta área foi estimada a partir do tratamento de Imagem de Satélite, referente a 1994.
[89] Das 7 825 pessoas referidas, apenas 7 trabalham em actividades dos serviços relacionados com a agricultura e a produção animal.

activa agrícola. De facto, o equipamento e modernização das explorações, a industrialização da agricultura, a sua inserção na economia de mercado, as mudanças na forma de distribuição e da procura de consumidores, têm por consequência a criação de numerosos empregos ligados à agricultura noutros sectores de actividade.

Várias noções e vocábulos têm sido utilizados para designar conjuntos alargados de actividades associadas à agricultura: *para-agrícola, agribusiness, complexo* ou *sistema agro-alimentar, cadeias* e *fileiras de produção* são as principais. A fim de avaliar a importância deste conjunto em termos de emprego e de medir os efeitos territoriais, mais do que reter o conceito de fileira que se aplica principalmente a produtos ou grupos de produtos, utilizou-se o de "esfera agrícola" (J. C. BONTRON, 1995).

A "esfera agrícola" [90] é definida como o conjunto das explorações agrícolas, das actividades de produção ou de serviços necessários ao seu funcionamento e das que transformam e comercializam os produtos. Trata-se de designar em redor da exploração agrícola, tomada como uma estrutura sócio-económica de produção, utilizando uma

[90] É a seguinte a composição da esfera agrícola:
- CENTRO - explorações agrícolas
- ACTIVIDADES EM PERIFERIA DIRECTA - Trabalhos agrícolas, veterinário, tosquia dos animais, comércio por grosso das sementes, plantas das forragens.
- INDÚSTRIAS A MONTANTE - Fabricação de adubos, insecticidas, produtos veterinários, máquinas agrícolas
- INTERMEDIÁRIOS – Actividades, assegurando o laço entre a produção e as indústrias de transformação ou de distribuição,
- INDÚSTRIAS A JUZANTE - Actividades de primeira e segunda transformação.
- COMÉRCIO por grosso de produtos pouco elaborados ou de primeira transformação, comércio a retalho de produtos brutos ou pouco transformados
- SERVIÇOS - transporte especializado, organismos de crédito, seguros, investigação agronómica
-ADMINISTRAÇÃO - Serviços do Ministério da Agricultura.
O instrumento estatístico não permite por vezes individualizar as actividades integradas nesta esfera agrícola. Seria importante ter incluído outras actividades como sejam preparação e fiação de linho e lã, aluguer de máquinas e equipamentos agrícolas, actividades financeiras e de seguros ligadas à agricultura, investigação agrária, mas não é possível considerá-las independentemente, por inexistência de informação desagregada. Há serviços que são relativamente novos para a agricultura, como a formação continua, a gestão, os estudos e conselhos, a informática, a publicidade. A evolução do emprego nos últimos 30 anos dentro da esfera agrícola mostra que a parte da produção diminui, a da indústria, depois de ter aumentado, enceta uma fase de recuo sensível e o terciário diversifica-se, assumindo cada vez maior importância.

fracção do território nacional, as actividades que mantêm com ela laços de interdependência.

Inseridas na "esfera agrícola", encontram-se mais 1263 pessoas em actividades de transformação de produções agrícolas, fabricação de máquinas e produtos químicos para a agricultura, comercialização de produtos agrícolas e serviços veterinários.

Na transformação de produtos agrícolas, trabalham 559 pessoas (Quadro LXXIX). Destaca-se a *indústria de bebidas*, o que, sem dúvida, está relacionado com a

**Quadro LXXIX**
**População activa empregue noutras actividades da esfera agrícola**

| Agrupamentos | SECÇÃO D Grupos | | | | | | | | | | | | SECÇÃO G Grupos | | | | SECÇÃO N | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 151 | 153 | 154 | 155 | 156 | 157 | 159 | 191 | 241 | 242 | 293 | Total | 512 | 513 | 522 | Total | | |
| Amarante | 12 | 0 | 8 | 1 | 12 | 1 | 55 | 0 | 0 | 0 | 3 | 92 | 4 | 55 | 180 | 239 | 0 | 331 |
| Baião | 16 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 62 | 2 | 0 | 0 | 0 | 82 | 4 | 35 | 98 | 137 | 1 | 220 |
| Marco de Canaveses | 25 | 0 | 0 | 1 | 21 | 4 | 6 | | 0 | 0 | 0 | 64 | 6 | 6 | 32 | 44 | 1 | 109 |
| Mesão Frio | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 17 | 0 | 0 | 0 | 0 | 18 | 0 | 0 | 15 | 15 | 0 | 33 |
| Mondim de Basto | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 1 | 1 | 16 | 18 | 0 | 21 |
| Peso da Régua | 11 | 2 | 0 | 2 | 0 | 1 | 189 | 0 | 7 | 1 | 2 | 215 | 3 | 60 | 85 | 148 | 0 | 363 |
| Sta Marta Penaguião | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 89 | 0 | 0 | 0 | 0 | 90 | 1 | 5 | 30 | 36 | 0 | 126 |
| Vila Real | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8 | 0 | 6 | 46 | 52 | 0 | 60 |
| **Serra do Marão** | **67** | **2** | **8** | **6** | **36** | **9** | **422** | **9** | **7** | **1** | **5** | **572** | **19** | **168** | **502** | **689** | **2** | **1263** |

Fonte: XIII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1991

Secção D, Grupo 151- Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne;
Secção D, Grupo 153- Indústria de conservação de frutos e de produtos hortícolas;
Secção D, Grupo 154- Produção de óleos e gorduras animais e vegetais;
Secção D, Grupo 155- Indústria de lacticínios
Secção D, Grupo 156- Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, féculas e produtos afins;
Secção D, Grupo 157- Fabricação de alimentos compostos para animais,
Secção D, Grupo 159- Indústria de bebidas;
Secção D, Grupo 191- Curtimento e acabamento de peles sem pelo;
Secção D, Grupo 241- Fabricação de produtos químicos de base;
Secção D, Grupo 242- Fabricação de pesticidas e de outros produtos agro-químicos;
Secção D, Grupo 293- Fabricação de máquinas e de tractores para a agricultura, pecuária e silvicultura;
Secção G, Grupo 512- Comércio por grosso de produtos agrícolas brutos e animais vivos
Secção G, Grupo 513- Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco;
Secção G, Grupo 522- Comércio a retalho de produtos alimentares, bebidas e tabaco em estabelecimentos especializados.
Secção N, Grupo 852- Actividades veterinárias.

importância da vinha nesta área. A ela estão ligadas 422 pessoas que residem principalmente em freguesias de Peso da Régua (97), Godim (55), Loivos da Ribeira (38), S. Miguel de Lobrigos (29), Fontelas (17), Cepelos (15) e Sever (15) (Quadro LXXX, anexo B).

*O abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne* mobiliza 67 pessoas residentes em dezoito freguesias dispersas fundamentalmente pelos agrupamentos de Marco de Canaveses (25 pessoas), Baião (16) e Amarante (12).

Apenas 36 indivíduos que habitam, sobretudo na parte ocidental da Serra, destacando-se Soalhães - Marco de Canaveses (12 pessoas), estão empregues na *indústria de transformação de cereais e leguminosas.* As restantes indústrias relacionadas com a agricultura têm pouco significado.

Na *comercialização de produtos agrícolas,* trabalham 689 pessoas que se dedicam, principalmente, ao comércio a retalho. Apenas em catorze freguesias localizadas no vale do Douro e na proximidade de Vila Real não surge qualquer pessoa ligada a esta actividade.

Nas *actividades veterinárias,* estão empregues 2 pessoas residentes em Campelo e Várzea de Ovelha e Aliviada.

Assim, conclui-se que 8688 habitantes (25,6%) da Serra do Marão trabalham na agro-pecuária e em actividades directamente relacionadas, quer se situem a montante ou a juzante da produção.

A indústria extractiva já foi muito importante na Serra do Marão e atraiu significativos fluxos populacionais até aos anos sessenta. Desta intensa actividade relacionada com a exploração de minerais metálicos existem, ainda, vestígios: edifícios,

minas, depósitos de escórias, cascalheiras (Fotos 29, 30). Mas hoje têm pouco significado na estrutura da população activa de todas as freguesias (<4%). Em 1991 só 101 indivíduos trabalham nesta indústria (0,3% da população activa da Serra do Marão). Ocupam-se fundamentalmente na extracção de granito (principalmente na Área de Mondim de Basto) e de xisto para a construção (76 trabalhadores). Um número muito reduzido de pessoas residentes em várias freguesias da Amarante e Vila Real, trabalha na extracção e preparação de minérios metálicos (8 pessoas), de minerais para a indústria química (3 pessoas), extracção de areias e argilas (9 indivíduos) e de outros minerais não metálicos (5 pessoas).



**Foto 29- *Coorcop* – dedicou-se à extracção de calcário da era primária para correcção de solos. Foi desactivada no fim dos anos oitenta – freguesia de Campanhó, concelho de Mondim de Basto-(Fevereiro, 1996).**



**Foto 30 - *Vicominas* – símbolo da intensa actividade extractiva que explorou a Serra - Depressão da Campeã, concelho de Vila Real - (Março, 1997).**

De entre as actividades integradas no sector secundário[91] é a construção civil que emprega mais pessoas (Quadro LXXXI), o que apenas não ocorre no agrupamento de Amarante, onde é superada pela indústria transformadora. De facto, é na parte Ocidental da Serra que a indústria transformadora tem maior representatividade, embora também mereça destaque a área da Régua relacionada com a indústria do vinho. (Quadro LXXXII, anexo B).

Em muitas freguesias, nomeadamente em Valadares, Teixeira, Tresouras, Sta Marinha do Zêzere e Covelas, localizadas na parte Sul da Serra, a construção civil emprega mais de 45% da população activa aí residente. Mas se em Valadares tem havido, nos anos noventa, um forte dinamismo da construção de edifícios, já nas restantes

[91] Indústria extractiva, indústria transformadora, produção e distribuição de electricidade, gás e água e construção civil

freguesias a maior parte dos indivíduos trabalha noutras freguesias e mesmo no exterior da Serra do Marão.

**Quadro LXXXI**
**População que trabalha no sector secundário por agrupamentos de residência**

| Agrupamentos | Secção C | Secção D | Secção E | Secção F | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| **Amarante** | 29 | 1723 | 72 | 1702 | **3526** |
| **Baião** | 8 | 717 | 46 | 2701 | **3472** |
| **Marco de Canaveses** | 9 | 618 | 23 | 866 | **1516** |
| **Mesão Frio** | 2 | 98 | 4 | 376 | **480** |
| **Mondim de Basto** | 17 | 119 | 12 | 231 | **379** |
| **Peso da Régua** | 3 | 522 | 69 | 839 | **1433** |
| **Sta Marta Penaguião** | 0 | 192 | 24 | 377 | **593** |
| **Vila Real** | 33 | 241 | 10 | 486 | **770** |
| **Serra do Marão** | **101** | **4230** | **260** | **7578** | **12169** |

Fonte: XIII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1991

Secção C- Indústrias extractivas;
Secção D- Indústrias transformadoras;
Secção E- Produção e distribuição de electricidade, gás e água
Secção F- Construção civil

Dos 4230 indivíduos activos empregues na indústria transformadora, 40,7% residem nos agrupamentos de Amarante, Baião (17,0%) e Peso da Régua (12,3%). Entre as actividades transformadoras a indústria têxtil é a mais representada - 1189 habitantes trabalham neste tipo de indústria (Quadro LXXXIII, anexo B). Na maior parte das freguesias residem trabalhadores têxteis, embora a maior concentração ocorra na parte ocidental da Serra do Marão, o que se relaciona, fundamentalmente, com as grandes indústrias de malhas e bordados existentes na margem direita do Tâmega.

A *indústria alimentar e bebidas* emprega 842 pessoas (2,5% da população activa residente na Serra do Marão) e a sua maior representatividade é em Peso da

Régua (13,9%), Godim (8,1%), relacionada com a produção de vinhos, e, ainda, em Soalhães (7,8%), onde tem particular importância a *panificação e pastelaria de conservação.*

As *indústrias da madeira e da cortiça* (carpintaria e marcenaria para a construção, assim como serralharia) empregam 674 pessoas, 17,5% das quais residentes em S. Gonçalo. São 540 os indivíduos que estão ligados às *indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos* e que residem principalmente em S.Gonçalo e Gondar.

Os restantes tipos de indústria transformadora possuem uma representatividade muito reduzida.

A proximidade aos centros de emprego surge como um factor importante na diversificação da estrutura da população activa de que são exemplos S. Gonçalo, Godim e Parada de Cunhos. Nas restantes freguesias essa diversidade é menor e em Vila Jusã, Canadelo, Pardelhas, Ermelo e Loivos do Monte o emprego gerado pela indústria transformadora tem reduzido significado (residem menos de 5 pessoas distribuídas apenas por um ou dois ramos da indústria transformadora).

A *produção e distribuição de electricidade, gás e água* apresenta reduzida expressão nesta área em termos de criação de postos de trabalho. Apenas emprega 260 pessoas distribuídas por 53 freguesias.

O sector terciário ocupa 13 658 pessoas residentes na Serra do Marão, que se relacionam, fundamentalmente, com o terciário económico (Quadro LXXXIV). A sua maior representatividade ocorre nos centros urbanos e suas periferias. Destacam-se Mondim de Basto, Parada de Cunhos, Godim, Peso da Régua, Frende, Cepelos, Madalena, S. Gonçalo, S. Miguel de Lobrigos e S. Nicolau, que emprega mais de 50% dos residentes.

Noutras sedes de concelho como Campelo ou, ainda, em freguesias dispersas pela Serra (Ribadouro, Fontelas, Campelo, Mondrões, Torgueda, Barqueiros, Covelas, Campeã e Paradança) também são as actividades terciárias que mobilizam mais população activa, embora com valores compreendidos entre 38,7% e 49,3%.

**Quadro LXXXIV**
**População activa empregue no sector terciário por ramo de actividade, segundo o agrupamento de residência**

| | G | H | I | J | K | L | M | N | O | P | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Amarante** | 1059 | 348 | 152 | 65 | 19 | 641 | 6 | 228 | 144 | 275 | 3570 |
| **Baião** | 597 | 177 | 513 | 37 | 2 | 449 | 179 | 116 | 56 | 199 | 2325 |
| **Marco de Canaveses** | 252 | 96 | 218 | 12 | 1 | 180 | 77 | 31 | 31 | 138 | 1036 |
| **Mesão Frio** | 176 | 33 | 129 | 13 | 0 | 154 | 67 | 23 | 10 | 53 | 658 |
| **Mondim de Basto** | 125 | 80 | 66 | 18 | 0 | 145 | 108 | 51 | 34 | 86 | 713 |
| **Peso da Régua** | 1042 | 217 | 278 | 108 | 6 | 630 | 407 | 207 | 99 | 341 | 3335 |
| **Sta Marta Penaguião** | 236 | 58 | 68 | 18 | 2 | 206 | 124 | 64 | 41 | 71 | 888 |
| **Vila Real** | 313 | 88 | 72 | 9 | 1 | 199 | 115 | 62 | 15 | 259 | 1133 |
| **Serra do Marão** | **3800** | **1097** | **1496** | **280** | **31** | **2604** | **1716** | **782** | **430** | **1422** | **13658** |

Fonte: XIII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1991

Secção G- Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, de motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico;
Secção H- Alojamento e restauração;
Secção I- Transportes, armazenagem e comunicações
Secção J- Actividades financeiras;
Secção K- Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas;
Secção L- Administração pública, defesa e segurança social "obrigatória";
Secção M- Educação;
Secção N- Saúde e acção social;
Secção O- Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais;
Secção P- Famílias com empregados domésticos.

Dentre elas é o *comércio por grosso e a retalho; bem como a reparação de veículos automóveis, de motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico* as actividades que mais pessoas empregam (3800 pessoas) (Quadro LXXXV, anexo B). Em Pardelhas, não reside qualquer indivíduo ligado a este ramo económico e noutras freguesias mais

serranas como Campanhó, Carvalho de Rei, Mesquinhata, Teixeiró e Tresouras a sua representatividade é muito reduzida (inferior a 2%). Os valores mais elevados ocorrem nos centros urbanos e nas freguesias envolventes, nomeadamente Fontelas (20,7%), Peso da Régua (22,4%), Godim (22,5%) e S. Nicolau (23,6).

Idêntico comportamento se regista em relação à *educação* e à *administração pública, defesa e segurança social*. Das 1716 pessoas (12,6% da população activa) empregues na *educação,* mais de metade habita nos agrupamentos de Peso da Régua (principalmente em Peso da Régua - 272 indivíduos e Godim - 231 pessoas) e Amarante (S. Gonçalo - 219 pessoas). A *administração pública, defesa e segurança social* mobilizam 2592 indivíduos e os postos de trabalho que criam são, sobretudo, nas sedes de concelho. Apenas em Carneiro e Carvalho de Rei não reside qualquer pessoas ligada a esta actividade.

*Também o alojamento e restauração* (3,3%) assume particular importância nas áreas urbanas de Amarante (S.Gonçalo - 219 indivíduos), e de Peso da Régua (Peso da Régua - 272 indivíduos e Godim - 231 indivíduos) o que se relaciona não só com a dimensão populacional e funcional, mas, sobretudo, com a sua vocação turística inerente à riqueza patrimonial e à imagem do Vinho do Douro.

A *saúde e acção social* emprega apenas 782 indivíduos, a maior parte dos quais residem nos principais centros urbanos (S. Gonçalo - 151 pessoas -, Peso da Régua - 105 pessoas -, Godim - 80 pessoas -, Campelo - 54 pessoas - e Mondim de Basto -50 pessoas -. Nos Centros de Saúde da Serra do Marão, há pessoal médico e de enfermagem que residem fora da área de estudo, mas que não chegam para suprir a deficiente cobertura existente.

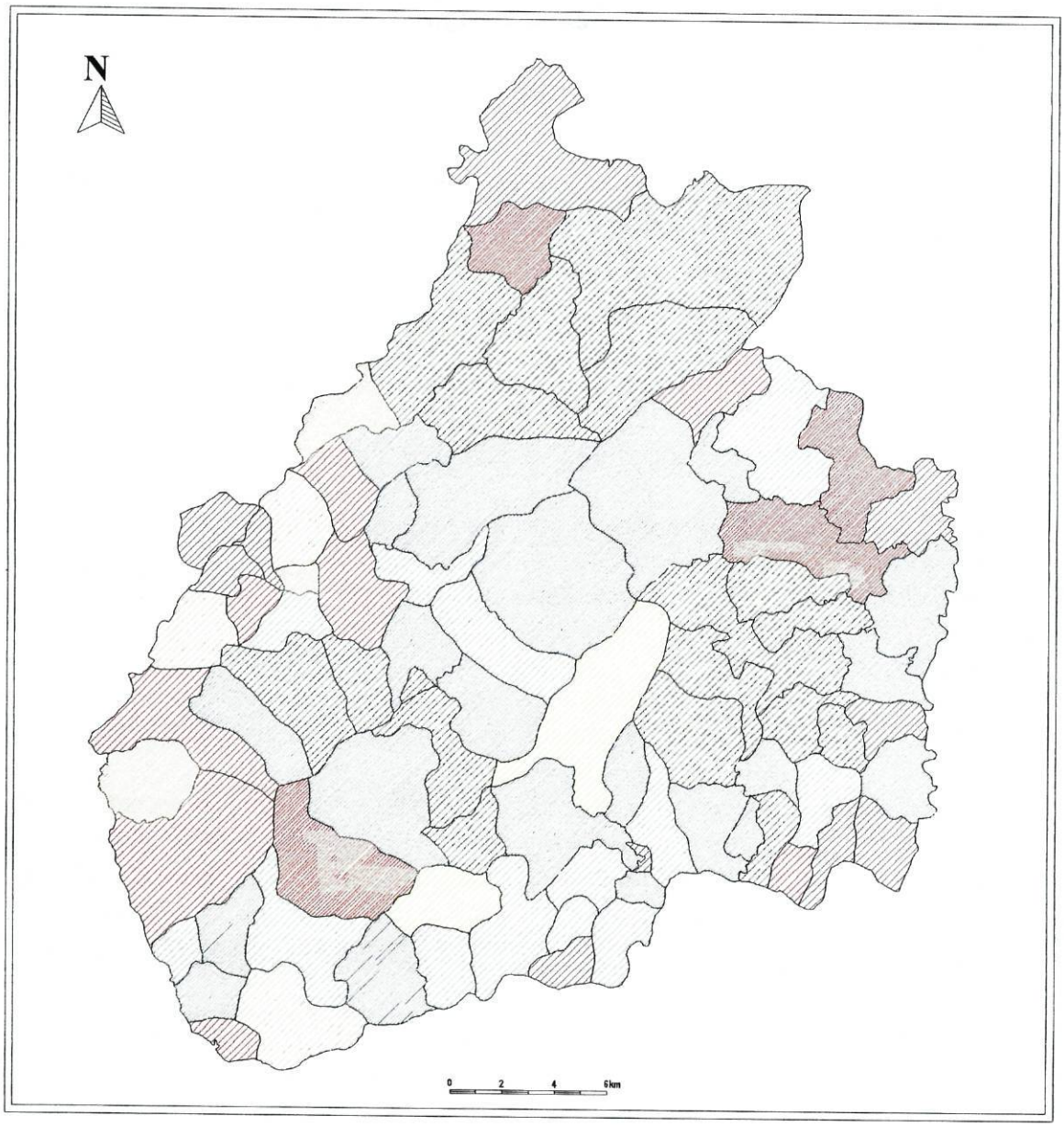
Já em relação aos *transportes, armazenagem e comunicação* a lógica territorial é diferente dos outros ramos apresentados. Empregam 1496 pessoas, a maior

parte das quais nos caminhos-de–ferro (42,5%) e noutros transportes terrestres (34,1%). É nas freguesias localizadas nas proximidades da linha do Douro que habitam mais pessoas ligadas a esta actividade.

Às *outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais* estão ligadas 430 pessoas, 56,7% das quais em serviços como *limpeza a seco, actividades de cabeleireiro e de estética, actividades funerárias e conexas, manutenção física.* Seguem-se, com 57 pessoas as actividades associativas relacionadas com organizações políticas e religiosas, com a cultura e recreio entre outras. A este ramo do terciário não está ligado qualquer habitante de muitas das freguesias mais serranas, o que demonstra um déficit de intervenção da população residente em termos de cultura, recreio e de defesa do ambiente.

As actividades menos representadas na área são *as imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas* e as *actividades financeiras* que se concentram nas áreas urbanas (Peso da Régua - 67 pessoas -, Godim - 34 pessoas -, S. Gonçalo -34 pessoas -, Mondim de Basto -16 pessoas -, Madalena -15 pessoas -, Barqueiros -13 pessoas e Campelo -12 pessoas). É evidente o fraco dinamismo do mercado de compra e venda de propriedades assim como a aposta em sectores pouco tradicionais da economia.

Conclui-se, assim, que a população activa residente em 1991 está muito dependente da actividade agrícola e da construção civil, principalmente nas freguesias da parte central deste maciço montanhoso (Fig. 59). A indústria transformadora apenas assume significado na parte ocidental da Serra do Marão. Nas freguesias periféricas, é patente uma maior diversificação, sendo nítida a dominância do terciário nos núcleos urbanos de Amarante, Régua, Mondim de Basto, Sta. Marta de Penaguião e na periferia da cidade de Vila Real.




Forte dependência da agricultura

Dependência da agricultura e da construção civil

Agricultura > Construção civil

Construção civil > Agricultura

Forte dependência da construção civil

Importância da construção civil e da indústria transformadora

Indústria transformadora > Construção civil

Construção civil > Indústria transformadora

Diversificação da estrutura da população activa

Agricultura > 20%

Agricultura < 20%

Predominância do terciário

**Fig. 59 – Estrutura da população activa em 1991, por ramo de actividade**

### 1.1.2- Mobilidade da população activa e dependência do espaço exterior

Os movimentos efectuados pela população activa por razões de trabalho são um elemento de indiscutível importância na compreensão das dinâmicas territoriais, pelo seu carácter recorrente. Reflectem a inter-relação entre habilitações profissionais, mercado de emprego, acessibilidades e transportes.

A população activa residente nos oito concelhos em análise[83] registou, entre 1981 e 1991, um aumento de 5,8%, enquanto que o emprego teve um decréscimo de cerca de 1%. Se o número de empregos em 1981 já não satisfazia as necessidades da população activa desses municípios, os valores de 1991 revelam que o desequilíbrio população activa/emprego se acentuou.

Em 1981, apenas Peso da Régua, Mondim de Basto e Vila Real denotavam capacidade potencial para empregar toda a população activa residente, situação essa que se manteve em 1991 (Quadro LXXXVI). No entanto, os três municípios referidos evidenciaram comportamentos distintos. Se em Vila Real o número de indivíduos activos sofreu um acréscimo de 2,8%, o aumento dos postos de trabalhos foi, ainda, superior, situando-se em 6,2%. Em Peso da Régua o mercado de trabalho sofreu uma redução de 5,6% enquanto que a população activa aumentou cerca de 1,4%. No entanto, à semelhança do que acontecia em 1981, este município ainda apresenta capacidade para empregar toda a sua população residente activa. Em Mondim de Basto, os indivíduos activos e os postos de trabalho registaram decréscimos, existindo um equilíbrio muito precário entre estas duas componentes com uma insignificante vantagem para a segunda.

---

[83] Os dados estatísticos que se analisam são à escala de concelho. Embora apenas os concelhos de Baião e de Mesão Frio estivessem totalmente integrados na área de estudo, optou-se por utilizar esta informação por não se dispor de outra à escala da freguesia.

## Quadro LXXXVI
## Volume de emprego segundo o local de residência da mão-de-obra, por agrupamento em 1981 e 1991

| CONCELHO DE RESIDÊNCIA | | População Activa (A) | Pop. activa residente que trabalha no município VA | % | Pop. activa residente que trabalha noutro município VA | % | Pop. activa que vem trabalhar no município de referência VA | % | Número de Empregos (B) | B/A*100 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AMARANTE | 1981 | 17615 | 15725 | 89,3 | 1890 | 10,7 | 802 | 4,9 | 16527 | 93,8 |
| | 1991 | 19633 | 14128 | 72,0 | 5505 | 28,0 | 1191 | 7,8 | 15319 | 78,0 |
| BAIÃO | 1981 | 7148 | 6067 | 84,9 | 1081 | 15,1 | 202 | 3,2 | 6269 | 87,7 |
| | 1991 | 6358 | 4104 | 64,5 | 2254 | 35,5 | 268 | 6,1 | 4372 | 68,8 |
| MARCO CANAVESES | 1981 | 14234 | 11446 | 80,4 | 2788 | 19,6 | 530 | 4,4 | 11976 | 84,1 |
| | 1991 | 17790 | 13824 | 77,7 | 3966 | 22,3 | 1461 | 9,6 | 15285 | 85,9 |
| MESÃO FRIO | 1981 | 1761 | 1443 | 81,9 | 318 | 18,1 | 107 | 6,9 | 1550 | 88,0 |
| | 1991 | 1391 | 1081 | 77,7 | 310 | 22,3 | 187 | 14,7 | 1268 | 91,2 |
| MONDIM BASTO | 1981 | 2485 | 2411 | 97,0 | 74 | 3,0 | 123 | 4,9 | 2534 | 102,0 |
| | 1991 | 2242 | 2025 | 90,3 | 217 | 9,7 | 229 | 10,2 | 2254 | 100,5 |
| PESO RÉGUA | 1981 | 7176 | 6838 | 95,3 | 338 | 4,7 | 1188 | 14,8 | 8026 | 111,8 |
| | 1991 | 7276 | 6357 | 87,4 | 919 | 12,6 | 1246 | 16,4 | 7603 | 104,5 |
| STA MARTA PENAGUIÃO | 1981 | 3552 | 3139 | 88,4 | 413 | 11,6 | 130 | 4,0 | 3269 | 92,0 |
| | 1991 | 2842 | 2276 | 80,1 | 566 | 19,9 | 183 | 7,4 | 2459 | 86,5 |
| VILA REAL | 1981 | 14986 | 14395 | 96,1 | 591 | 3,9 | 681 | 4,5 | 15076 | 100,6 |
| | 1991 | 15404 | 14516 | 94,2 | 888 | 5,8 | 1493 | 9,3 | 16009 | 103,9 |
| **TOTAL** | **1981** | **68957** | **61464** | **89,1** | **7493** | **10,9** | **3763** | **5,8** | **65227** | **94,6** |
| | **1991** | **72936** | **58311** | **79,9** | **14625** | **20,1** | **6258** | **9,7** | **64569** | **88,5** |

Fonte: XII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1981
XIII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1991

Nos restantes concelhos, o mercado de trabalho não possui um dimensionamento capaz de empregar a população activa residente e notou-se mesmo um acentuar desta incapacidade entre 1981 e 1991 que apenas não se manifestou em Marco de Canaveses e Mesão Frio.

Apesar do decréscimo dos postos de trabalho criados pelo sector agrícola, a sua representatividade é, ainda, muito elevada (Quadro LXXXVII). Continua a ser o ramo mais representado em Mondim de Basto, Mesão Frio e Sta. Marta de Penaguião.

A indústria extractiva demonstrou uma forte estabilidade em termos de postos de trabalho; no entanto, a nível da repartição espacial registam-se algumas

alterações sendo as mais significativas o reforço desta actividade no concelho de Marco de Canaveses, onde se concentra 87,1% dos postos de trabalho nesta indústria, o mesmo também acontecendo em Mondim de Basto. O potencial de empregos de Vila Real, nesta actividade, diminuiu[84].

**Quadro LXXXVII**
**Estrutura do emprego em 1981, por concelho**

| CONCELHOS | Total | Ramos de actividade (C.A.E.-Rev1) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 1 | | 2 | | 3 | | 4 | | 5 | | 6 | | 7 | | 8 | | 9 | | 0 | |
| | | VA | % | VA | % | VA | % | VA | % | VA | % | VA | % | VA | % | VA | % | VA | % | VA | % |
| AMARANTE | 16527 | 5701 | 34,5 | 52 | 0,3 | 4027 | 24,4 | 58 | 0,4 | 2764 | 16,7 | 1396 | 8,4 | 320 | 1,9 | 130 | 0,8 | 2079 | 12,6 | 0 | 0 |
| BAIÃO | 6269 | 3827 | 61,0 | 6 | 0,1 | 402 | 6,4 | 10 | 0,2 | 835 | 13,3 | 352 | 5,6 | 197 | 3,1 | 18 | 0,3 | 622 | 9,9 | 0 | 0 |
| MARCO | 11976 | 4208 | 35,1 | 857 | 7,2 | 1706 | 14,2 | 128 | 1,1 | 2276 | 19,0 | 970 | 8,1 | 340 | 2,8 | 79 | 0,7 | 1410 | 11,8 | 2 | 0,02 |
| CANAVESES | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| MESÃO FRIO | 1550 | 885 | 57,1 | 0 | 0,0 | 72 | 4,6 | 9 | 0,6 | 155 | 10,0 | 109 | 7,0 | 72 | 4,6 | 13 | 0,8 | 234 | 15,1 | 1 | 0,06 |
| MONDIM | 2534 | 1458 | 57,5 | 11 | 0,4 | 195 | 7,7 | 14 | 0,6 | 311 | 12,3 | 89 | 3,5 | 71 | 2,8 | 19 | 0,7 | 366 | 14,4 | 0 | 0 |
| BASTO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PESO RÉGUA | 8026 | 2747 | 34,2 | 3 | 0,0 | 662 | 8,2 | 191 | 2,4 | 1162 | 14,5 | 1022 | 12,7 | 592 | 7,4 | 132 | 1,6 | 1513 | 18,9 | 2 | 0,02 |
| STA MARTA | 3269 | 2145 | 65,6 | 0 | 0,0 | 134 | 4,1 | 29 | 0,9 | 429 | 13,1 | 141 | 4,3 | 60 | 1,8 | 13 | 0,4 | 318 | 9,7 | 0 | 0 |
| PENAGUIÃO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| VILA REAL | 15076 | 5085 | 33,8 | 171 | 1,1 | 1392 | 9,2 | 135 | 0,9 | 2087 | 13,8 | 1368 | 9,1 | 643 | 4,3 | 247 | 1,6 | 3945 | 26,2 | 3 | 0,02 |
| **SERRA DO MARÃO** | **65227** | **26056** | **40,0** | **1100** | **1,7** | **8590** | **13,2** | **574** | **0,9** | **10019** | **15,4** | **5447** | **8,4** | **2295** | **3,5** | **651** | **1,0** | **10487** | **16,1** | **8** | **0,01** |

Fonte: XII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1981

1- Agricultura, silvicultura, caça e pesca
2- Indústria extractiva
3- Indústria transformadora
4- Electricidade, gás e água
5- Construção civil e obras públicas
6- Comércio por grosso e a retalho, restaurantes e hotéis
7- Transportes, armazenagens e comunicações
8- Bancos e outras instituições financeiras, seguros
9- Serviços prestados à colectividade, serviços sociais e serviços pessoais
0- Não especificadas

Entre 1981 e 1991 a capacidade de emprego da indústria transformadora aumenta, o que se sente particularmente em Marco de Canaveses, onde se torna a actividade com maior número de trabalhadores - 34,1% do total de empregos do concelho e cerca de 41% do total da indústria transformadora - (Quadro LXXXVIII). Se

[84] Este comportamento poderá ser explicado pela desactivação da Vicominas, implantada na depressão da Campeã.

## Quadro LXXXVIII
## Estrutura do emprego em 1991, por concelho

| CONCELHOS | TOTAL | SECÇÃO A | | SECÇÃO B | | SECÇÃO C | | SECÇÃO D | | SECÇÃO E | | SECÇÃO F | | SECÇÃO G | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | VA | % | VA | % | VA | % | VA | % | VA | % | VA | % | VA | % |
| AMARANTE | 15319 | 2729 | 17,8 | 3 | 0,02 | 56 | 0,4 | 3931 | 25,7 | 105 | 0,7 | 2849 | 18,6 | 2162 | 14,1 |
| BAIÃO | 4372 | 1599 | 36,6 | 1 | 0,02 | 4 | 0,1 | 558 | 12,8 | 35 | 0,8 | 731 | 16,7 | 492 | 11,3 |
| MONDIM DE BASTO | 2254 | 910 | 40,4 | 0 | 0,00 | 36 | 1,6 | 193 | 8,6 | 11 | 0,5 | 335 | 14,9 | 150 | 6,7 |
| MARCO DE CANAVESES | 15285 | 2363 | 15,5 | 0 | 0,00 | 968 | 6,3 | 4793 | 31,4 | 140 | 0,9 | 2548 | 16,7 | 1632 | 10,7 |
| MESÃO FRIO | 1268 | 533 | 42,0 | 0 | 0,00 | 1 | 0,1 | 79 | 6,2 | 2 | 0,2 | 182 | 14,4 | 126 | 9,9 |
| PESO DA RÉGUA | 7603 | 2194 | 28,9 | 0 | 0,00 | 4 | 0,1 | 577 | 7,6 | 113 | 1,5 | 830 | 10,9 | 1214 | 16,0 |
| STA MARTA PENAGUIÃO | 2459 | 1408 | 57,3 | 0 | 0,00 | 0 | 0,0 | 137 | 5,6 | 9 | 0,4 | 256 | 10,4 | 171 | 7,0 |
| VILA REAL | 16009 | 2232 | 13,9 | 6 | 0,04 | 42 | 0,3 | 1511 | 9,4 | 110 | 0,7 | 2317 | 14,5 | 2342 | 14,6 |
| **SERRA MARÃO** | **64569** | **13968** | **21,6** | **10** | **0,02** | **1111** | **1,7** | **11779** | **18,2** | **525** | **0,8** | **10048** | **15,6** | **8289** | **12,8** |

| CONCELHOS | SECÇÃO H | | SECÇÃO I | | SECÇÃO J | | SECÇÃO K | | SECÇÃO L | | SECÇÃO M | | SECÇÃO N | | SECÇÃO OPQ | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | VA | % | VA | % | VA | % | VA | % | VA | % | VA | % | VA | % | VA | % |
| AMARANTE | 449 | 2,9 | 263 | 1,7 | 85 | 0,6 | 219 | 1,4 | 602 | 3,9 | 840 | 5,5 | 374 | 2,4 | 652 | 4,3 |
| BAIÃO | 54 | 1,2 | 151 | 3,5 | 26 | 0,6 | 38 | 0,9 | 241 | 5,5 | 216 | 4,9 | 95 | 2,2 | 131 | 3,0 |
| MONDIM DE BASTO | 66 | 2,9 | 78 | 3,5 | 17 | 0,8 | 17 | 0,8 | 137 | 6,1 | 159 | 7,1 | 55 | 2,4 | 90 | 4,0 |
| MARCO DE CANAVESES | 285 | 1,9 | 400 | 2,6 | 63 | 0,4 | 138 | 0,9 | 436 | 2,9 | 644 | 4,2 | 192 | 1,3 | 683 | 4,5 |
| MESÃO FRIO | 19 | 1,5 | 44 | 3,5 | 16 | 1,3 | 5 | 0,4 | 105 | 8,3 | 99 | 7,8 | 22 | 1,7 | 35 | 2,8 |
| PESO DA RÉGUA | 232 | 3,1 | 479 | 6,3 | 103 | 1,4 | 146 | 1,9 | 490 | 6,4 | 481 | 6,3 | 229 | 3,0 | 511 | 6,7 |
| STA MARTA PENAGUIÃO | 32 | 1,3 | 30 | 1,2 | 22 | 0,9 | 9 | 0,4 | 123 | 5,0 | 128 | 5,2 | 52 | 2,1 | 82 | 3,3 |
| VILA REAL | 536 | 3,3 | 617 | 3,9 | 275 | 1,7 | 279 | 1,7 | 1897 | 11,9 | 1650 | 10,3 | 738 | 4,6 | 1457 | 9,1 |
| **SERRA MARÃO** | **1673** | **2,6** | **2062** | **3,2** | **607** | **0,9** | **851** | **1,3** | **4031** | **6,2** | **4217** | **6,5** | **1757** | **2,7** | **3641** | **5,6** |

Fonte: XIII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1991

Secção A –Agricultura, produção animal, caça e silvicultura
Secção B – Pesca
Secção C – Indústrias extractivas
Secção D – Indústrias transformadoras
Secção E – Produção e distribuição de electricidade, gás e água
Secção F – Construção civil
Secção G- Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico;
Secção H - Alojamento e restauração;
Secção I - Transportes, armazenagem e comunicações
Secção J - Actividades financeiras;
Secção K - Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas;
Secção L - Administração pública, defesa e segurança social "obrigatória";
Secção M - Educação;
Secção N - Saúde e acção social;
Secção O - Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais;
Secção P- Famílias com empregados domésticos
Secção Q – Organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais

em Marco de Canaveses, Baião e Vila Real a principal indústria transformadora é a *têxtil*, já em Amarante e Mondim de Basto, para além desta, a *indústria de madeiras e cortiça* tem uma importância inquestionável (Quadro LXXXIX). Nas partes sul e sudeste da Serra do Marão, a indústria transformadora continua a ter reduzido significado, sendo, no entanto, as *indústrias alimentares e das bebidas* as que mais pessoas empregam (30 e 69 pessoas, respectivamente). A sua maior incidência acontece na parte ocidental da Serra do Marão, merecendo particular destaque o concelho de Marco de Canaveses. Os empregos criados pela indústria transformadora são, na sua maior parte, pouco especializados e, consequentemente, de remunerações baixas, o que tem reflexo sobre o rendimento familiar e o poder de compra.

O quantitativo de empregos na construção civil permaneceu estável, com uma ligeira tendência para o aumento que é evidente em todos os concelhos, com excepção de Baião, onde se verificou precisamente o contrário, embora, em termos absolutos, a importância desta actividade no total de empregos do concelho se tenha reforçado.

Entre 1981 e 1991, os postos de trabalho no sector terciário aumentaram sobretudo, nos concelhos onde se localizam os principais centros urbanos regionais (Vila Real, Amarante e Peso da Régua). De entre as actividades terciárias que mais pessoas empregam, destacam-se o *comércio por grosso e a retalho* (8289-12,8%), a *educação* (4217-6,5%), a *administração pública* (4031-6,2%) e as *outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais e famílias com empregados domésticos* (3641-5,6%).

São também estas as mais representadas em todos os concelhos, apesar de se salientar a importância dos *transportes, armazenagem e comunicações* no concelho de Peso da Régua.

Em síntese no período em análise constatou-se um decréscimo da capacidade empregadora da Serra do Marão e, consequentemente, uma maior dependência do

## Quadro LXXXIX
## Estrutura do emprego na industria transformadora, em 1991, por concelho.

| CONCELHOS | TOTAL | DA | | DB | | DC | | DD | | DE | | DFG | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | VA | % | VA | % | VA | % | VA | % | VA | % | VA | % |
| AMARANTE | 3931 | 274 | 1,8 | 1225 | 8,0 | 256 | 1,7 | 1082 | 7,1 | 45 | 0,3 | 20 | 0,1 |
| BAIÃO | 558 | 103 | 2,4 | 307 | 7,0 | 4 | 0,1 | 55 | 1,3 | 1 | 0,0 | 18 | 0,4 |
| MONDIM DE BASTO | 193 | 10 | 0,4 | 82 | 3,6 | 0 | 0,0 | 80 | 3,5 | 2 | 0,1 | 1 | 0,0 |
| MARCO DE CANAVESES | 4793 | 342 | 2,2 | 3317 | 21,7 | 13 | 0,1 | 224 | 1,5 | 100 | 0,7 | 8 | 0,1 |
| MESÃO FRIO | 79 | 30 | 2,4 | 18 | 1,4 | 1 | 0,1 | 20 | 1,6 | 2 | 0,2 | 2 | 0,2 |
| PESO DA RÉGUA | 577 | 299 | 3,9 | 50 | 0,7 | 2 | 0,0 | 49 | 0,6 | 17 | 0,2 | 20 | 0,3 |
| STA MARTA PENAGUIÃO | 137 | 69 | 2,8 | 14 | 0,6 | 1 | 0,0 | 28 | 1,1 | 2 | 0,1 | 0 | 0,0 |
| VILA REAL | 1511 | 219 | 1,4 | 345 | 2,2 | 4 | 0,0 | 165 | 1,0 | 44 | 0,3 | 50 | 0,3 |
| **SERRA MARÃO** | **11779** | **1346** | **2,1** | **5358** | **8,3** | **281** | **0,4** | **1703** | **2,6** | **213** | **0,3** | **119** | **0,2** |

| CONCELHOS | DH | | DI | | DJ | | DK | | DL | | DM | | DN | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | VA | % | VA | % | VA | % | VA | % | VA | % | VA | % | VA | % |
| AMARANTE | 20 | 0,1 | 75 | 0,5 | 581 | 3,8 | 21 | 0,1 | 24 | 0,2 | 40 | 0,3 | 268 | 1,7 |
| BAIÃO | 0 | 0 | 5 | 0,1 | 26 | 0,6 | 2 | 0 | 9 | 0,2 | 1 | 0 | 27 | 0,6 |
| MONDIM DE BASTO | 0 | 0 | 3 | 0,1 | 10 | 0,4 | 0 | 0 | 1 | 0 | 3 | 0,1 | 1 | 0 |
| MARCO DE CANAVESES | 7 | 0 | 298 | 1,9 | 358 | 2,3 | 15 | 0,1 | 14 | 0,1 | 35 | 0,2 | 62 | 0,4 |
| MESÃO FRIO | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0,3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0,2 |
| PESO DA RÉGUA | 6 | 0,1 | 32 | 0,4 | 34 | 0,4 | 12 | 0,2 | 7 | 0,1 | 21 | 0,3 | 28 | 0,4 |
| STA MARTA PENAGUIÃO | 3 | 0,1 | 2 | 0,1 | 12 | 0,5 | 1 | 0 | 4 | 0,2 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| VILA REAL | 33 | 0,2 | 156 | 1 | 166 | 1 | 31 | 0,2 | 165 | 1 | 24 | 0,1 | 104 | 0,6 |
| **SERRA MARÃO** | **69** | **0,1** | **571** | **0,9** | **1191** | **1,8** | **82** | **0,1** | **224** | **0,3** | **125** | **0,2** | **492** | **0,8** |

Fonte: XIII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1991

Subsecção DA - Indústrias alimentares das bebidas e tabacos
Subsecção DB - Indústria têxtil
Subsecção DC - Indústria do couro e dos produtos do couro
Subsecção DD - Indústrias da madeira
Subsecção DE - Indústrias de pasta, de papel e cartão e seus artigos; edição e impressão
Subsecção DFG - Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados; fabricação de produtos químicas e de fibras sintéticas ou artificiais
Subsecção DH - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas
Subsecção DI - Fabricação de outros produtos minerais não metálicos
Subsecção DJ - Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos
Subsecção DK - Fabricação de máquinas e de equipamentos, N.E.
Subsecção DL - Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica
Subsecção DM - Fabricação de material de transporte
Subsecção DN - Indústrias transformadoras não especificadas

exterior. O emprego agrícola embora continue a ser muito importante diminuiu. Assistiu-se a uma crescente terciarização em toda a Serra e, também a um reforço da indústria na sua parte ocidental.

Intensificou-se a mobilidade da população activa se bem que a sua expressão geográfica não tenha sofrido alterações significativas.

Entre 1981 e 1991, verificou-se um ligeiro decréscimo da intensidade dos fluxos estabelecidos entre os concelhos integrados na Serra do Marão, quer entre estes e a Área Metropolitana do Porto, reforçando-se as relações com outros concelhos quer da Região Norte quer de outras regiões do país (Quadros XC e XCI, anexo B).

Em relação às entradas, a mobilidade intra-Serra do Marão, que representava 39,6% do movimento, em 1981, no momento censitário seguinte, passa para 42%. É também de assinalar uma perda de importância dos fluxos de trabalhadores residentes na Área Metropolitana do Porto. As entradas de indivíduos activos residentes noutros concelhos da Região Norte mantêm-se pelos 46,3%. A capacidade endógena de emprego da área em estudo é reduzida e o seu poder atractivo é limitado, o que resulta da predominância dos sectores económicos tradicionais com uma reduzida capacidade de inovação.

A disponibilização, pelo INE desta informação a nível de freguesia não permite individualizar a população activa dos estudantes. Se este facto tem implicações na definição dos campos de mobilidade resultantes das deslocações casa - trabalho, a sua conjugação com a mobilidade dos estudantes permitiu, de qualquer modo, dimensionar as inter-relações entre as unidades territoriais em função de movimentos regulares.

A caracterização da mobilidade da população activa e dos estudantes, nas 82 freguesias da Serra do Marão, teve por base a distinção *entre trabalha/estuda na*

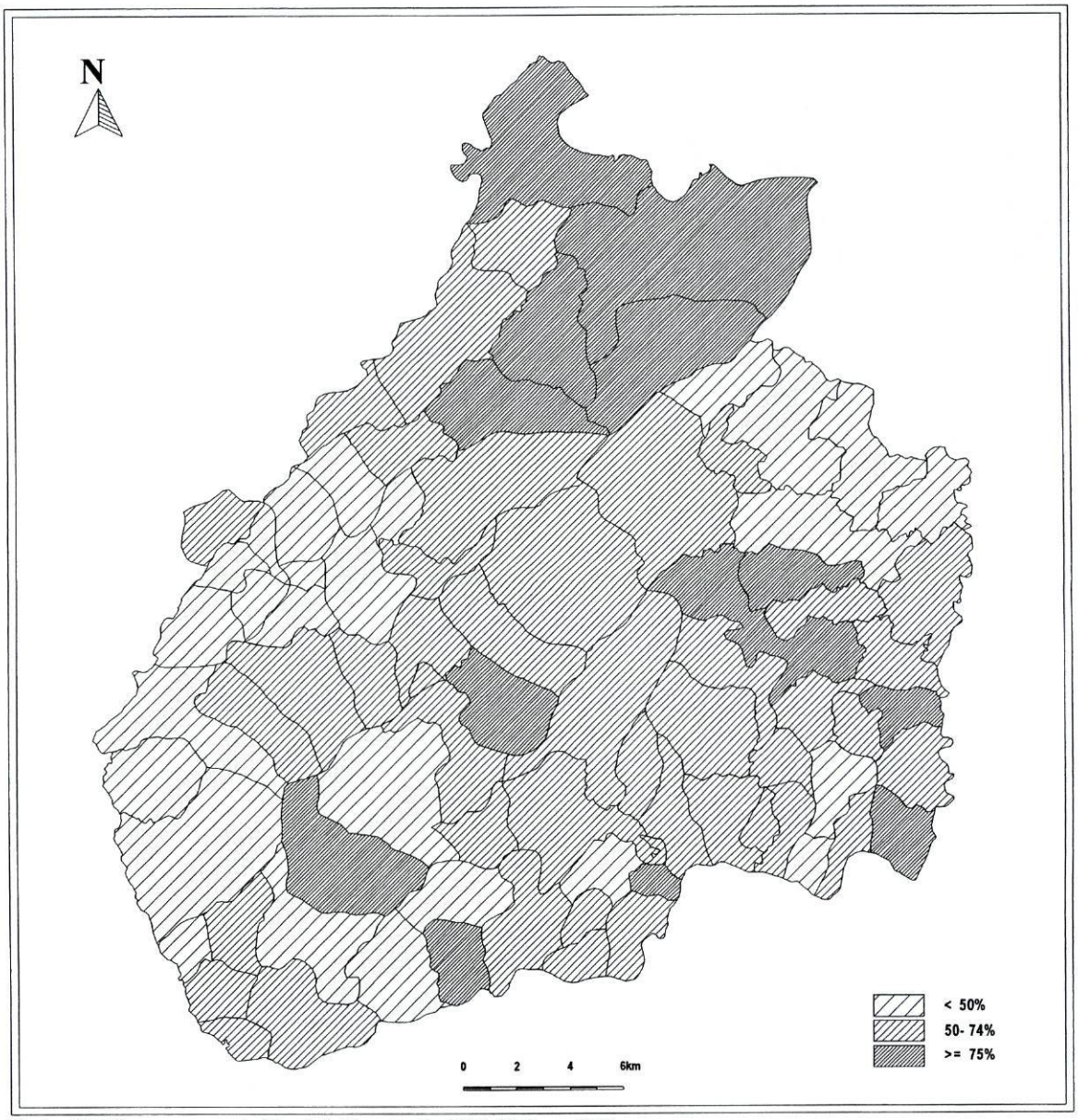
*freguesia de residência, trabalha/estuda noutra freguesia do concelho de residência, trabalha/estuda noutro concelho*, permitiu definir áreas com intensidades distintas deste tipo de movimentos habituais (Quadro XCII, anexo B).

A maior parte da população activa e estudantes que residem nas freguesias das vilas de Mondim de Basto, Baião, Mesão Frio e na cidade da Régua exerce a sua actividade na freguesia de residência. Já, pelo contrário, na cidade de Amarante, é evidente uma maior mobilidade. Também nas freguesias mais serranas e na Região Demarcada do Douro este tipo de movimento habitual tem pouco significado, verificando-se, por exemplo, que, em Pardelhas e Vila Jusã, mais de 90% da população activa e estudantil exerce a sua actividade na freguesia de residência (Fig. 60). Na parte ocidental da Serra do Marão e nas freguesias da periferia de Vila Real, a mobilidade é mais intensa e faz-se sobretudo dentro do próprio concelho. Em relação às freguesias de Baião, há uma forte dependência do mercado de emprego existente fora do concelho. No caso de Mesquinhata, Sta. Cruz do Douro, Tresouras e Valadares, os fluxos extra - Serra do Marão são, mesmo, mais importantes do que os estabelecidos com outros concelhos desta área serrana. Os centros urbanos atraem população activa e estudantes das freguesias envolventes[85].

No âmbito dos movimentos para o exterior do concelho de residência[86], a estatística aponta para uma mobilização de 7289 pessoas (das quais 19 declararam trabalhar em Espanha) que se dirigem fundamentalmente para os concelhos do Porto (2287 pessoas), Peso da Régua (703 pessoas), Vila Real (594 pessoas), Mesão Frio

[85] Devido à presença das escolas secundárias e de empregos da administração pública.
[86] Os estudantes destinavam-se preferencialmente aos concelhos vizinhos e aos que dispunham de ensino politécnico e universitário.

(357), Felgueiras (335 pessoas), Amarante (292 pessoas) e Marco de Canaveses (290 pessoas).

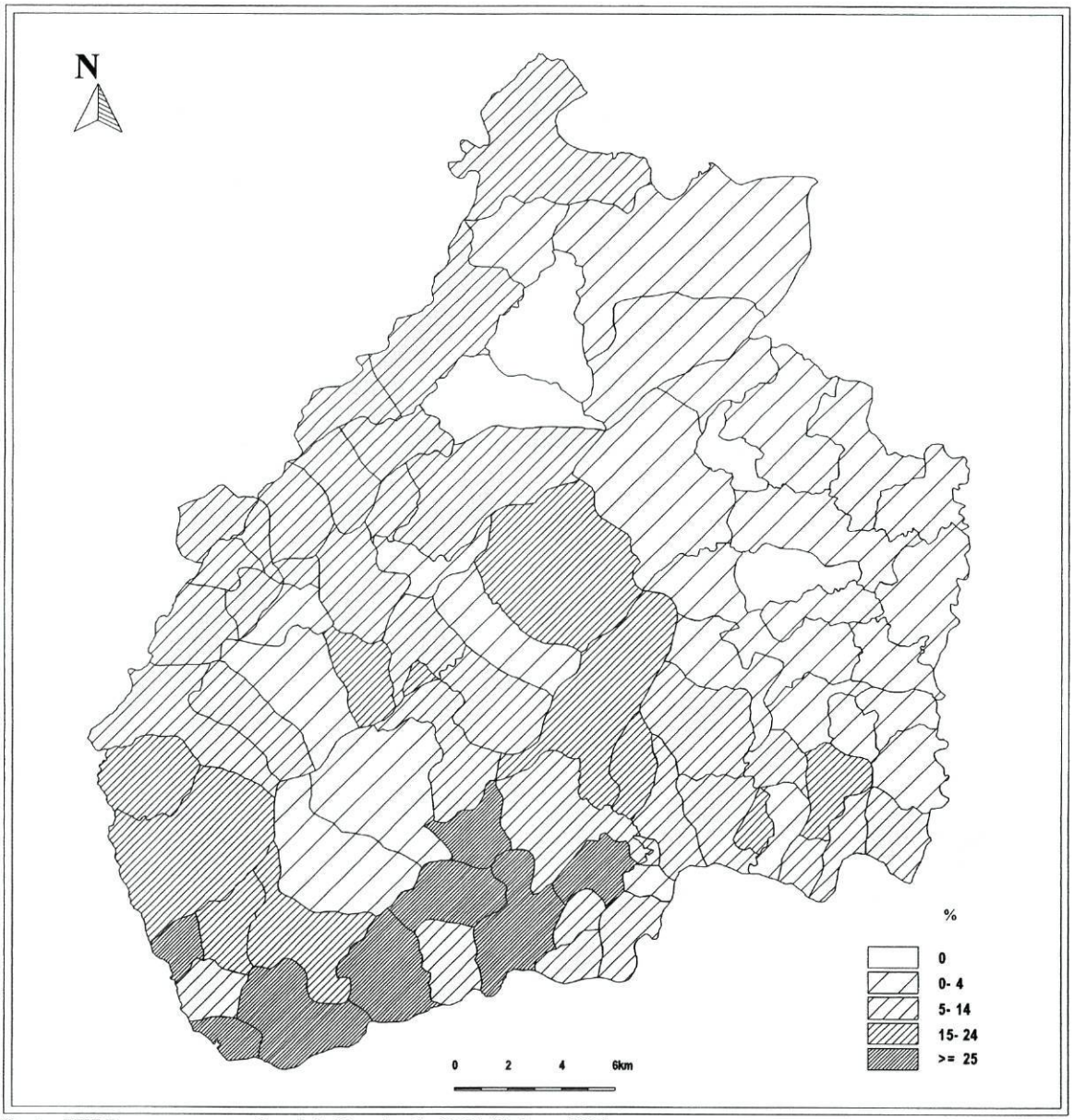



Fonte: XIII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1991

**Fig. 60 - Percentagem de população activa e estudantes que exercem a sua actividade na freguesia de residência, em 1991**

A observação da Fig. 61 permite concluir que são de freguesias de Baião que se deslocam mais pessoas para trabalhar ou estudar em concelhos não pertencentes à Serra do Marão. Têm como destino preferencial o concelho do Porto. É, particularmente, evidente a influência da Linha do Douro. De facto, provêm de

freguesias servidas com o caminho-de-ferro mais de metade dos indivíduos que se deslocam para o Porto (Quadro XCIII anexo B), já que em termos de vias rodoviárias, como os grandes eixos estruturantes são-lhe periféricos, a acessibilidade de Baião apresenta, ainda, fortes estrangulamentos. A parte oriental da Serra apresenta movimentos pouco significativos com os concelhos envolventes. Se entre as freguesias

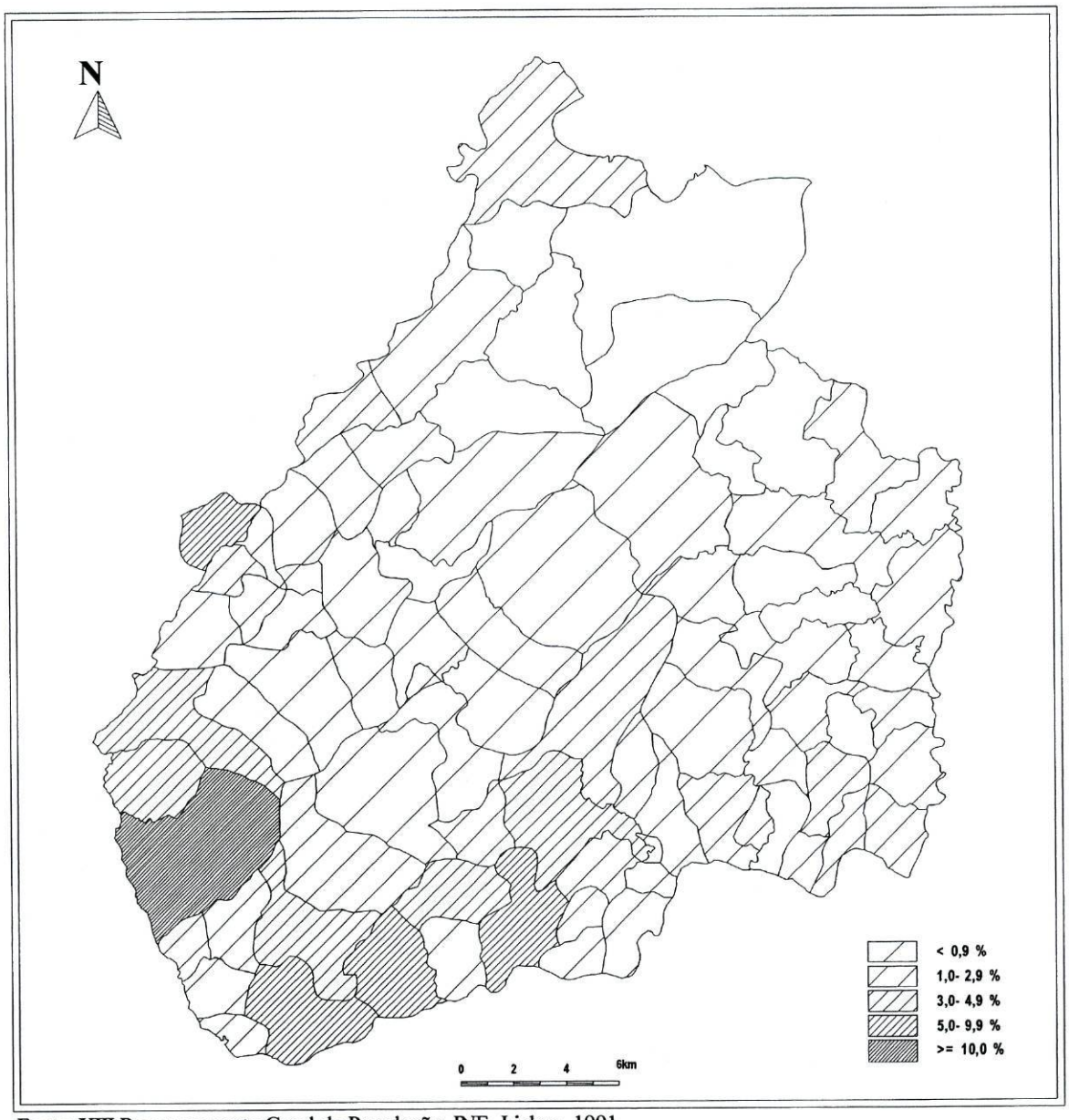



Fonte: XIII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1991

**Fig. 61 - Percentagem de população activa e estudantes que exercem a sua actividade em concelhos não pertencentes à Serra do Marão, em 1991**

de Vila Real e de Peso da Régua existem fluxos intensos, já nas freguesias do agrupamento de Mondim de Basto são muito reduzidos os movimentos que se estabelecem com outros concelhos do país não pertencentes à Serra do Marão.

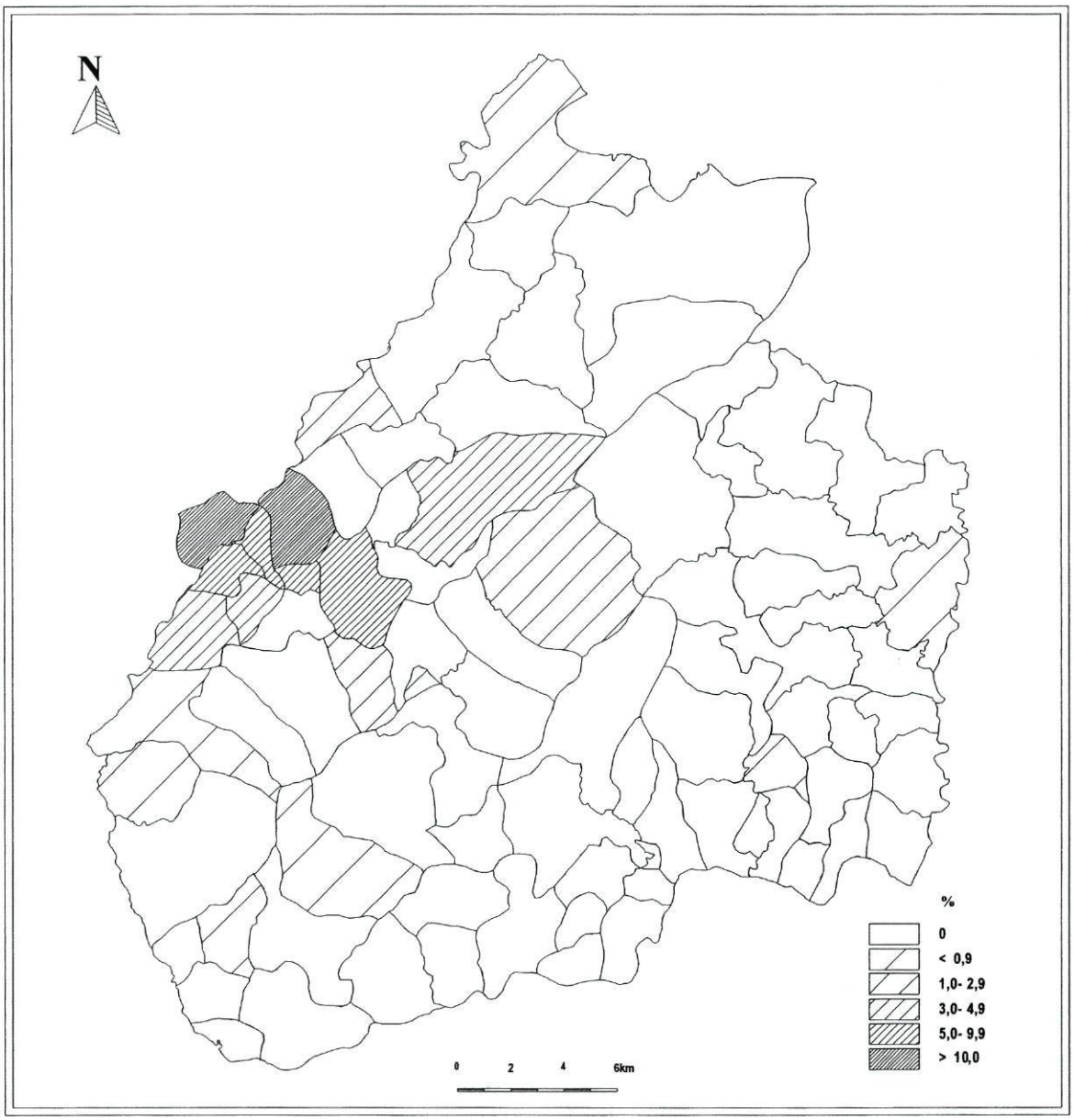
O Porto é o concelho que exerce uma atracção mais intensa e generalizada (Fig. 62). Apenas de treze freguesias da vertente Oriental da Serra do Marão não se dirige qualquer pessoa a este concelho.




Fonte: XIII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1991

**Fig. 62 – Influência exercida pelo concelho do Porto segundo a freguesia de residência da população activa e dos estudantes, em 1991**

O concelho de Felgueiras (Fig.63) mostra-se atractivo sobretudo para as freguesias do agrupamento de Amarante, o que demonstra a influência da proximidade geográfica.

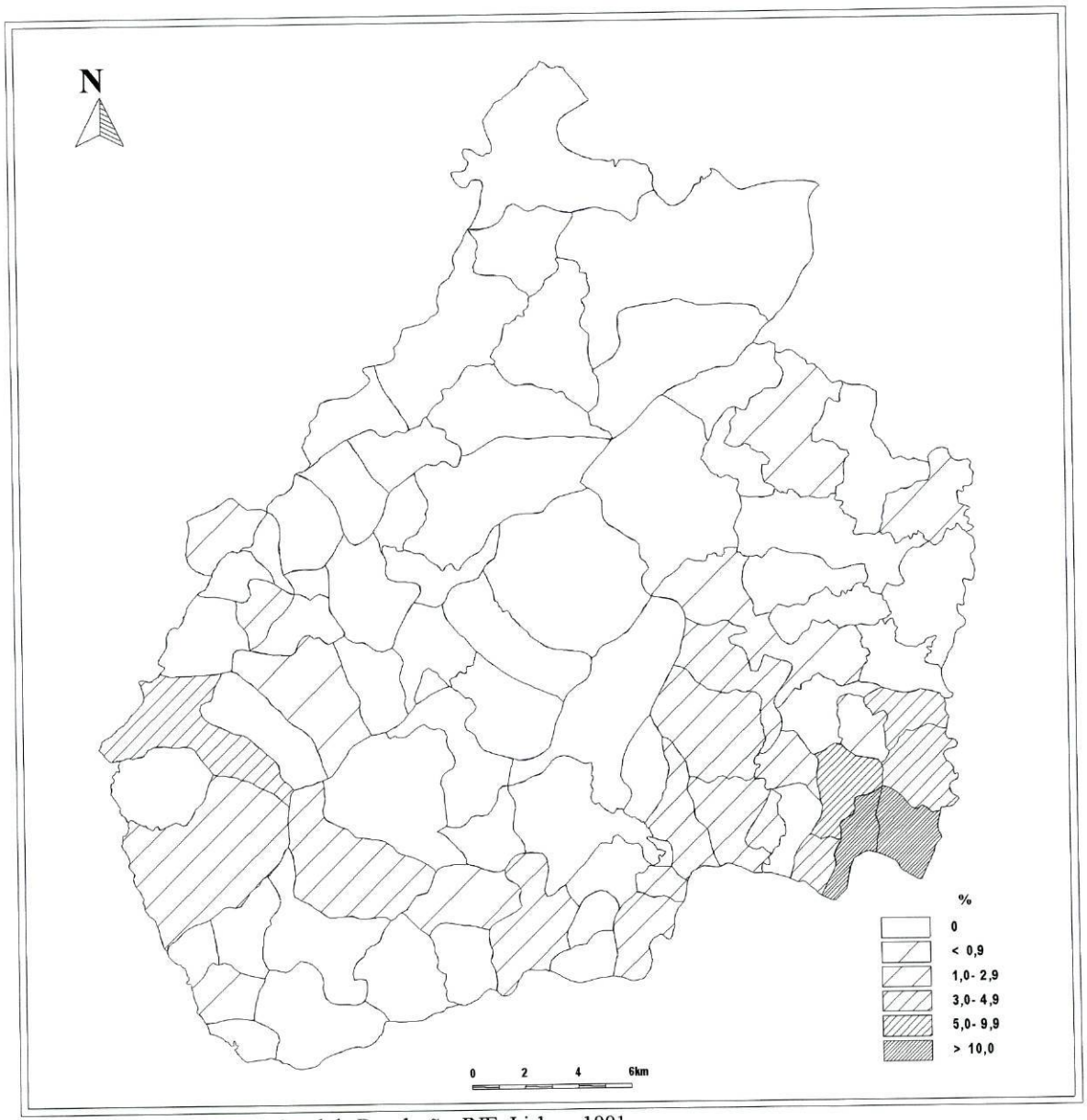



Fonte: XIII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1991

**Fig. 63 – Influência exercida pelo concelho de Felgueiras segundo a freguesia de residência da população activa e dos estudantes, em 1991**

Para o concelho de Lamego dirigem-se 187 indivíduos, principalmente dos agrupamentos de Peso da Régua, Mesão Frio e Sta. Marta de Penaguião, isto é, da área mais próxima (Fig. 64). É, no entanto, de realçar que a sua área de influência sobre a Serra do Marão é maior do que a de Felgueiras.

Em relação aos movimentos intra-agrupamentos da Serra do Marão, verifica-se que o de Peso da Régua recebe 9,6% dos indivíduos residentes em 44 freguesias da

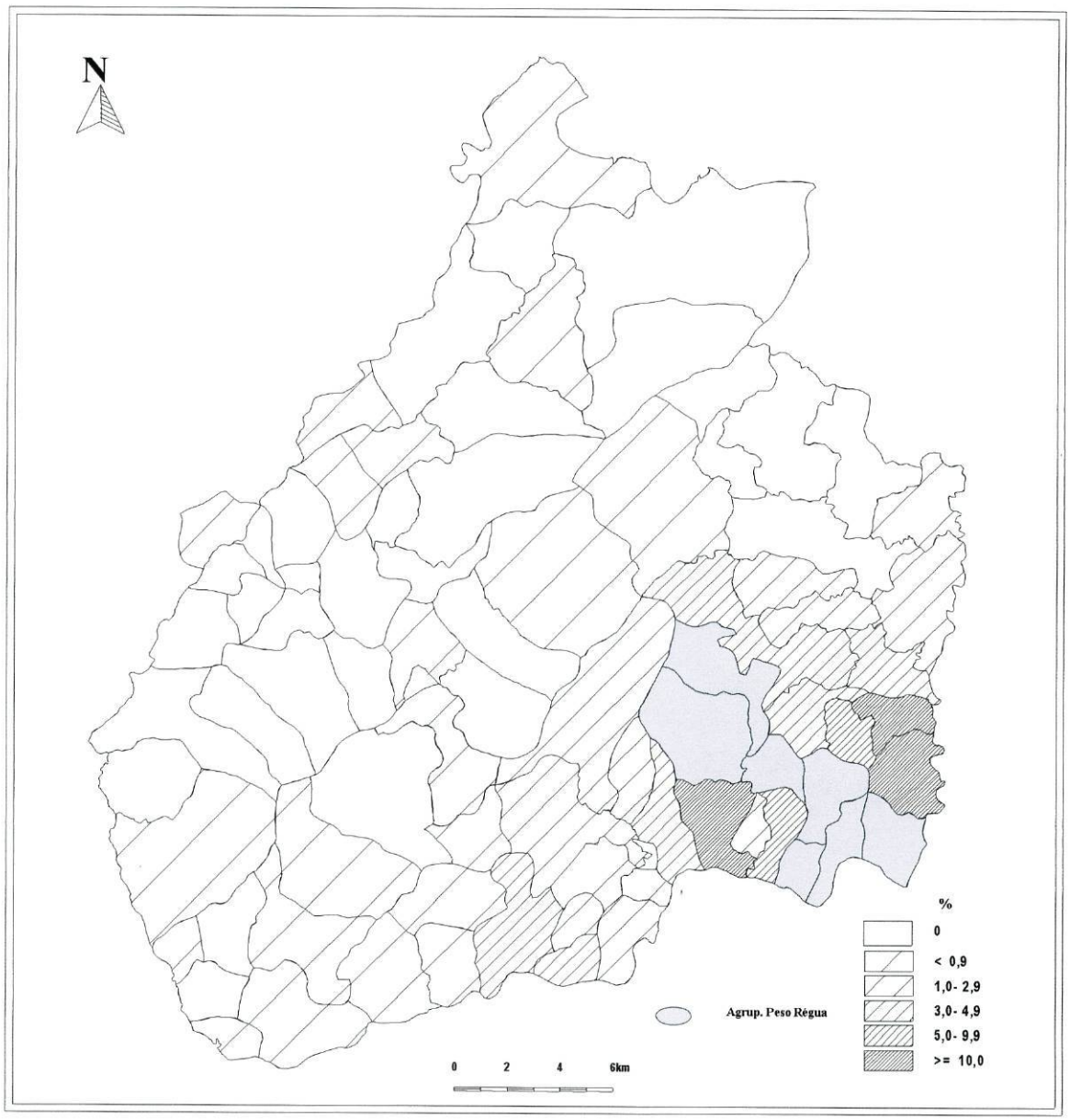



Fonte: XIII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1991

**Fig. 64 – Influência exercida pelo concelho de Lamego segundo a freguesia de residência da população activa e dos estudantes**

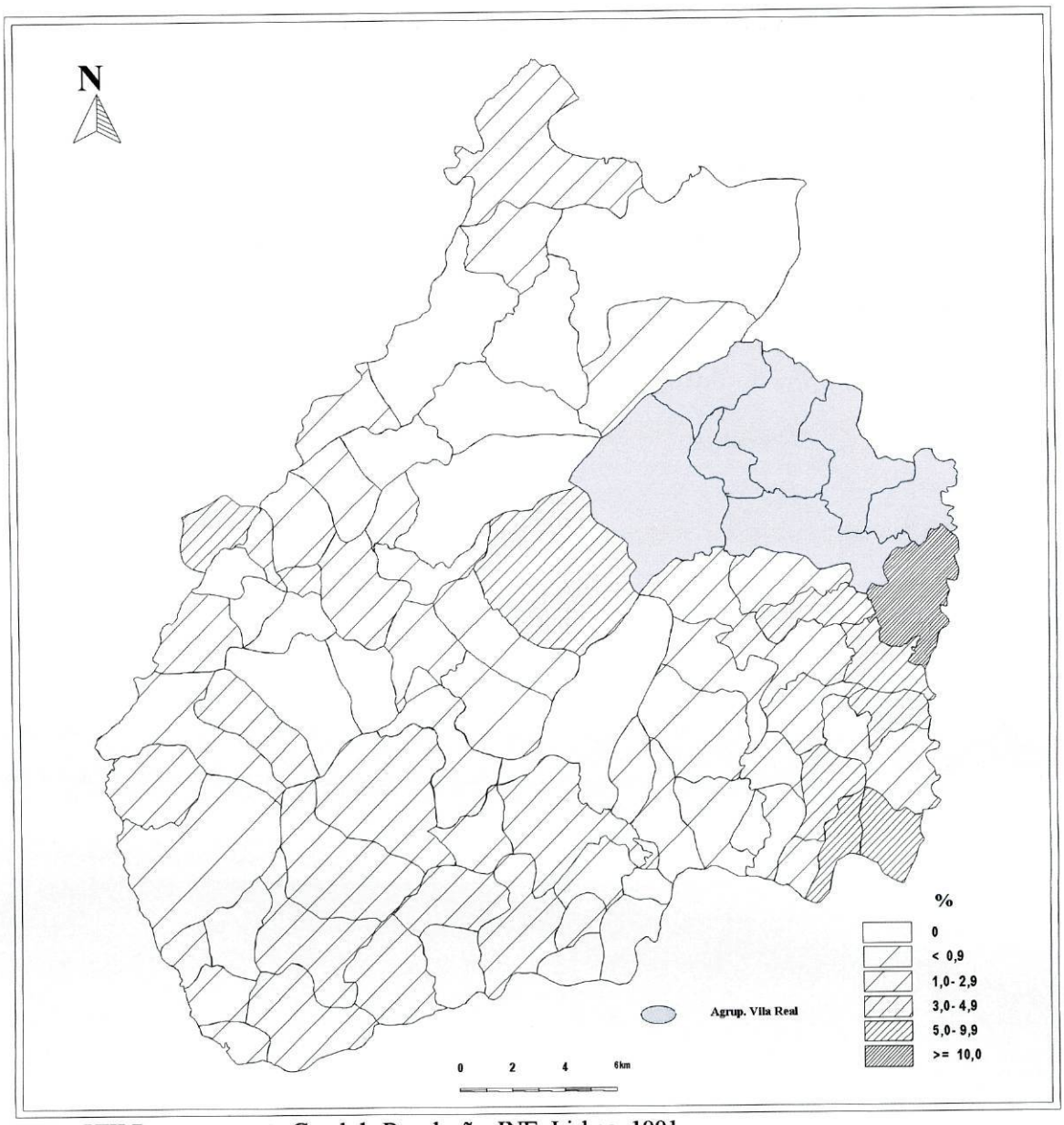
nossa área de estudo (Fig. 65). É das freguesias mais próximas que provêm fluxos mais intensos, destacando-se S. João de Lobrigos (139 pessoas - 20%), Vila Marim (75 - 10,7%), S. Miguel de Lobrigos (74 - 10,5%) e Sanhoane (42 - 6%).

A EN2 que liga Vila Real à Peso da Régua é uma importante via estruturante dos movimentos que se dirigem ao concelho de Peso da Régua. Esta mesma via também influencia as deslocações para Vila Real (Fig. 66).




Fonte: XIII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1991

**Fig. 65 – Área de atracção do agrupamento de Peso da Régua**




Fonte: XIII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1991.

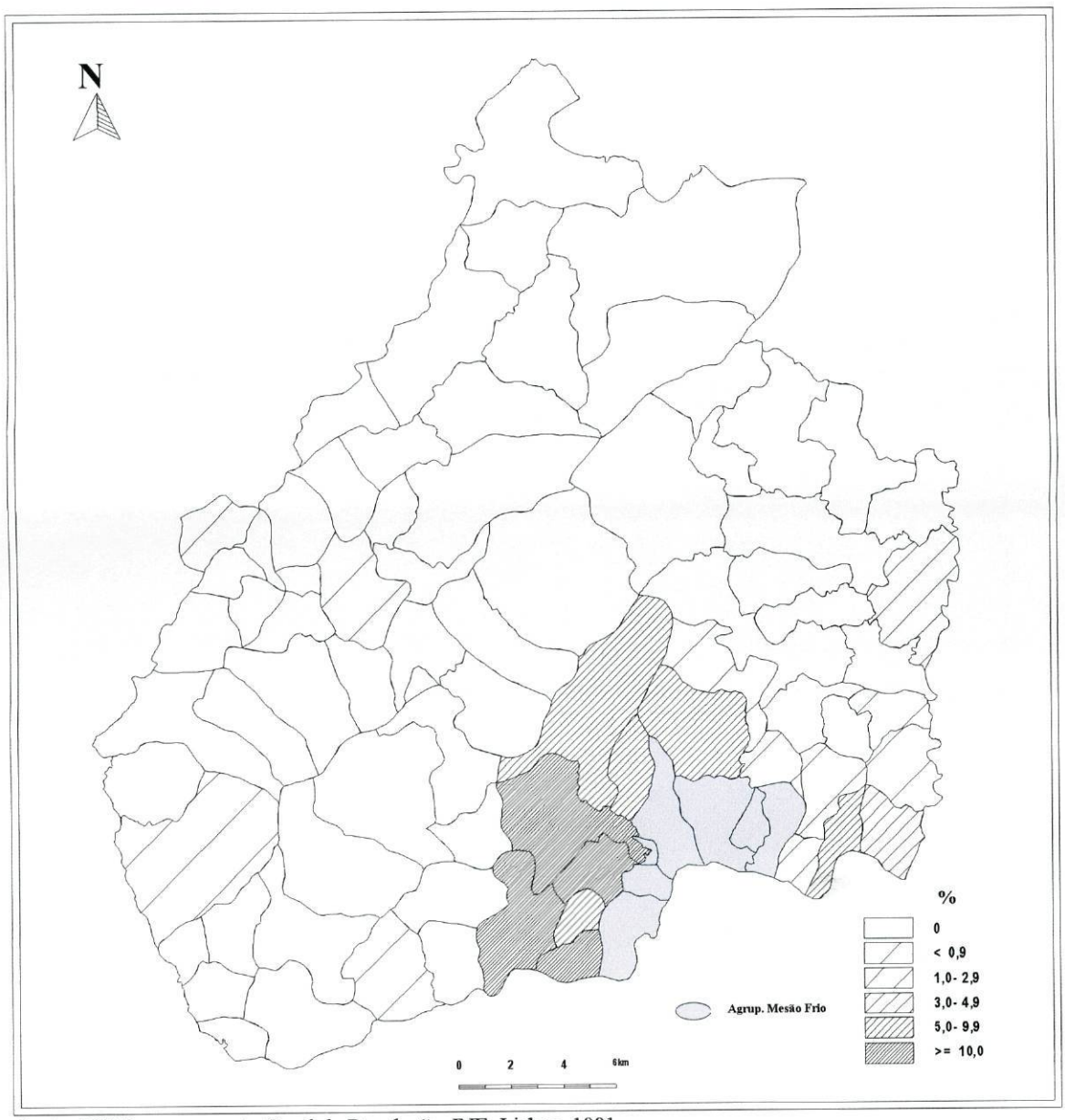
**Fig. 66 – Área de atracção do agrupamento de Vila Real**

Este concelho atrai trabalhadores e estudantes residentes em cinquenta e oito freguesias da Serra do Marão, mas os fluxos mais intensos provêm da Cumieira (124 - 20,9%), Peso da Régua (45 - 7,6%), Godim (41-6,9%), S. Miguel de Lobrigos (27 - 4,6%), Loureiro (23 - 3,9%), Sever (21 - 3,5%). Vila Real exerce fraca atracção sobre a parte ocidental da Serra do Marão.

De freguesias dos agrupamentos de Amarante e Mondim de Basto, destinaram-se ao concelho de Vila Real apenas 100 e 18 pessoas respectivamente, sendo

as freguesias directamente servidas pelas principais vias de ligação a Vila Real que originavam maiores fluxos. A construção do IP4 não provocou grandes alterações no campo geográfico dos fluxos, apenas contribuiu para a sua intensificação.

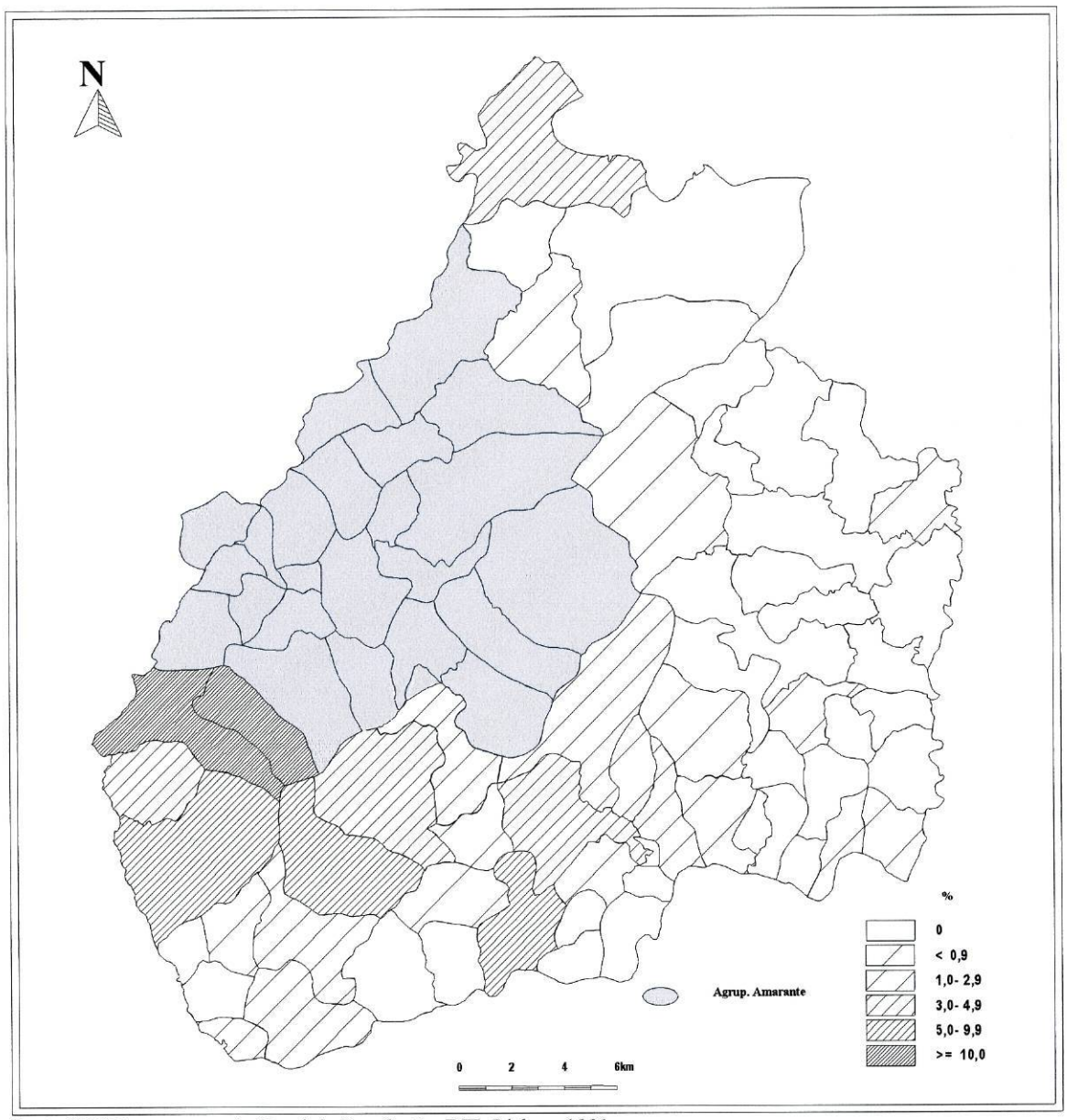
A maior parte dos 357 indivíduos que se dirigem a Mesão Frio para trabalhar ou estudar habitam em freguesias vizinhas dos concelhos de Baião e Peso da Régua (Fig. 67). Cerca de 50,7% do fluxo provêm de Gestaçô, Frende, Tresouras e Sta. Marinha do Zêzere.




Fonte: XIII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1991

**Fig. 67 – Área de atracção do agrupamento de Mesão Frio**

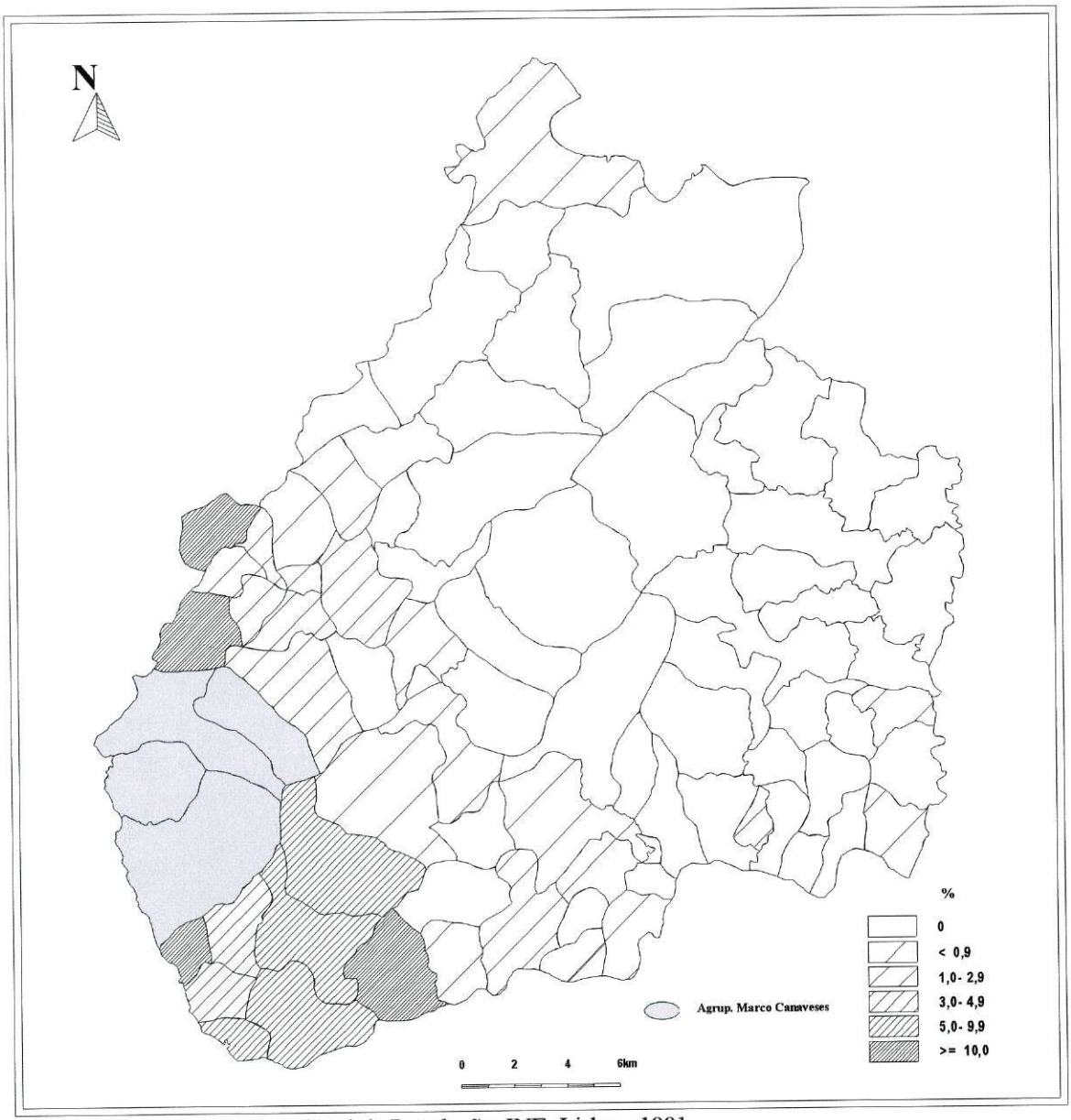
Os 292 indivíduos que se dirigem a Amarante (Fig. 68) residem, fundamentalmente, em Várzea de Ovelha e Aliviada (126 - 43,2%), Folhada (30 - 10,3%), Sta. Marinha do Zêzere (21 - 7,2%), Campelo (16 - 5,5%) e Soalhães (14 - 4,8%). A atracção que este município exerce sobre a parte oriental é insignificante. Com a abertura do IP4, melhorou a acessibilidade entre Amarante e Vila Real, o que contribui para a intensificação da mobilidade da população entre estes dois concelhos.




Fonte: XIII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1991

**Fig. 68 – Área de atracção do agrupamento de Amarante**

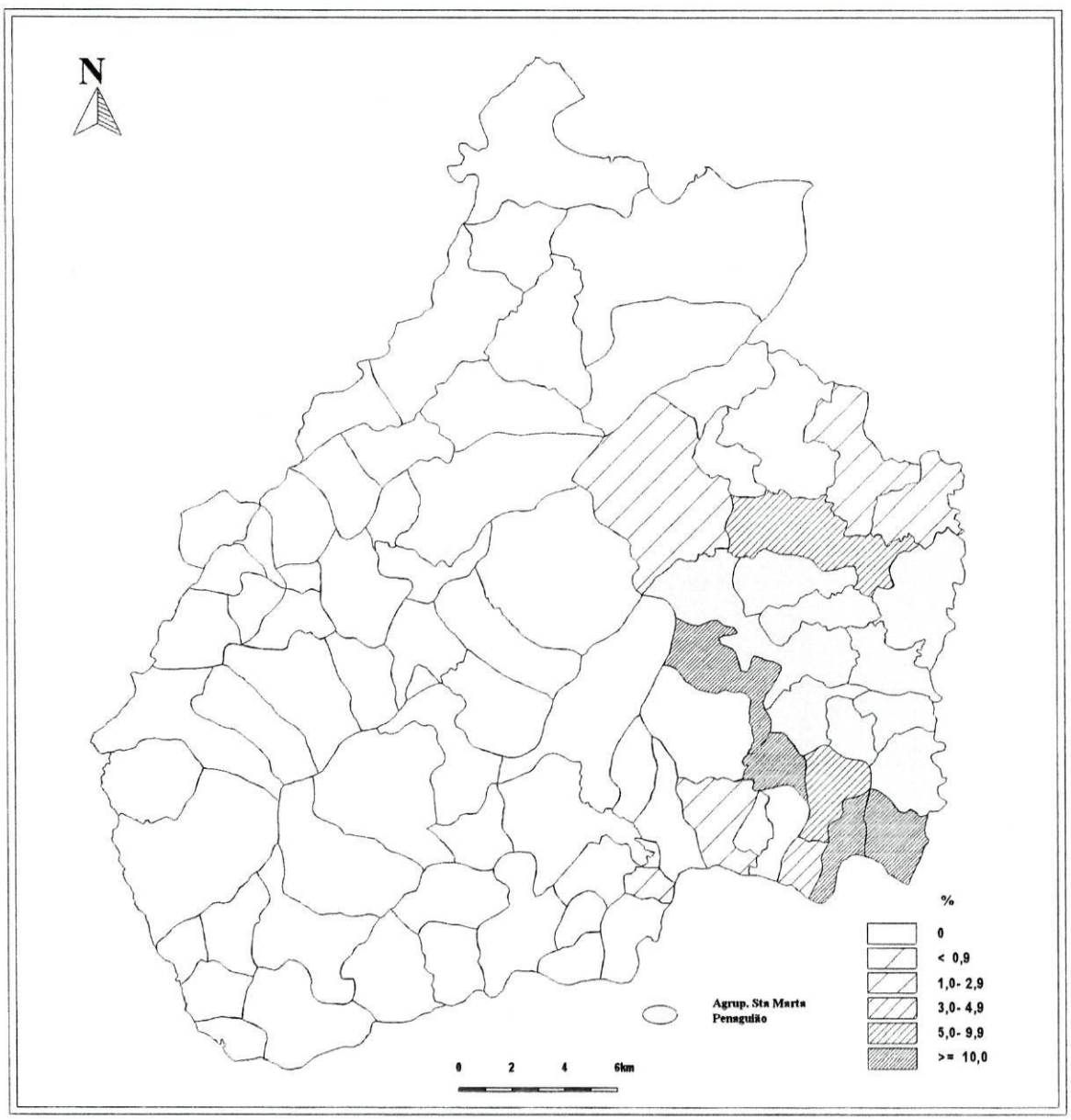
A capacidade atractiva do concelho de Marco de Canaveses é semelhante à de Amarante, exercendo primordial influência sobre as freguesias mais próximas (Fig.69). De facto, as 290 pessoas que para aí se dirigem residem, sobretudo, em Salvador do Monte (14,1%), S. Gonçalo (10,3%), Mesquinhata (10,0%) e Sta. Cruz do Douro (10,0%).




Fonte: XIII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1991

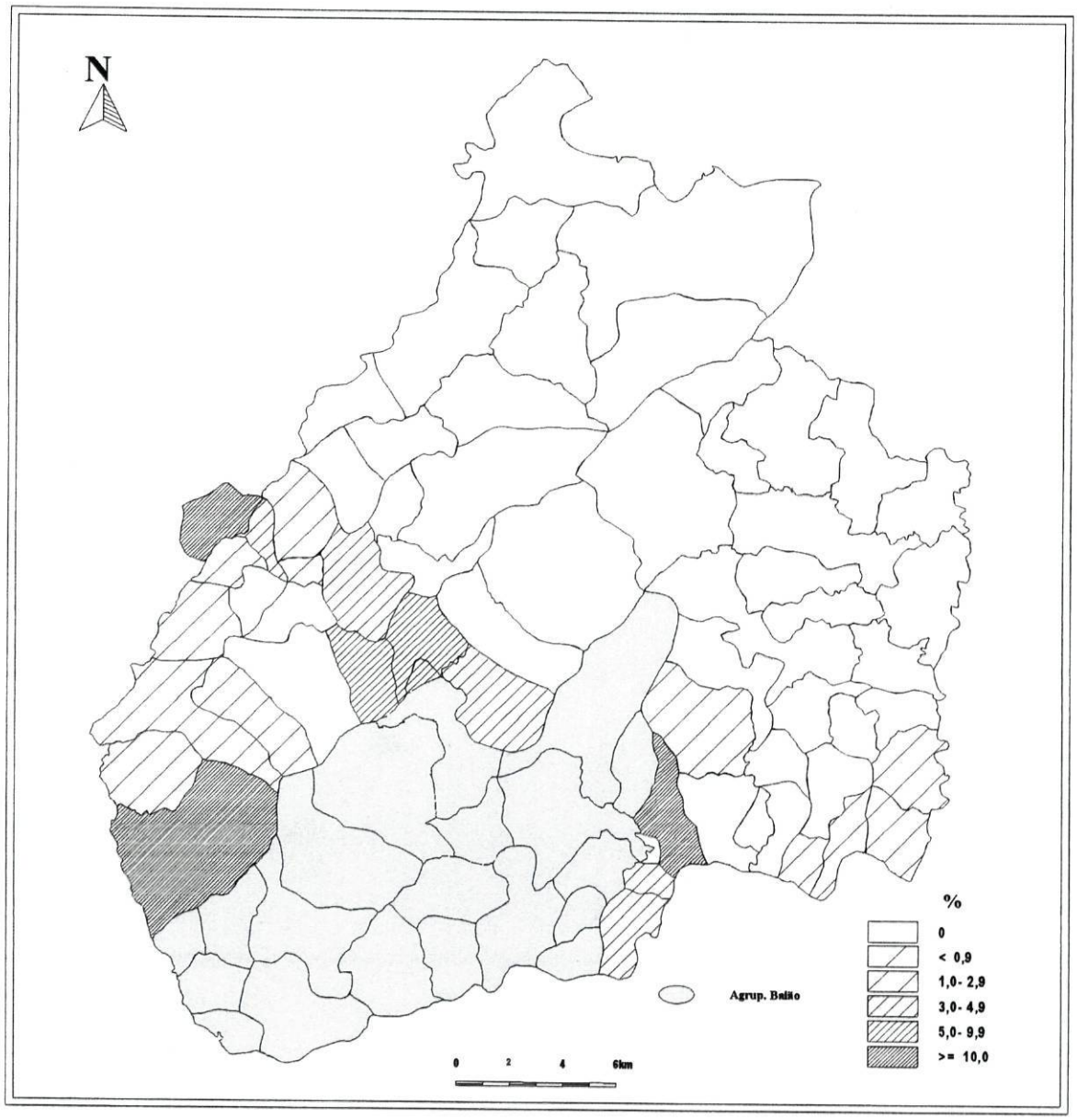
**Fig. 69 – Área de atracção do agrupamento de Marco de Canaveses**

A capacidade atractiva de Sta. Marta de Penaguião (Fig. 70), Baião (Fig. 71) e Mondim de Basto (Fig. 72) faz-se, fundamentalmente, sobre as freguesias mais próximas ou com melhor acessibilidade.




Fonte: XIII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1991

**Fig. 70 – Área de atracção do agrupamento de Sta. Marta de Penaguião**

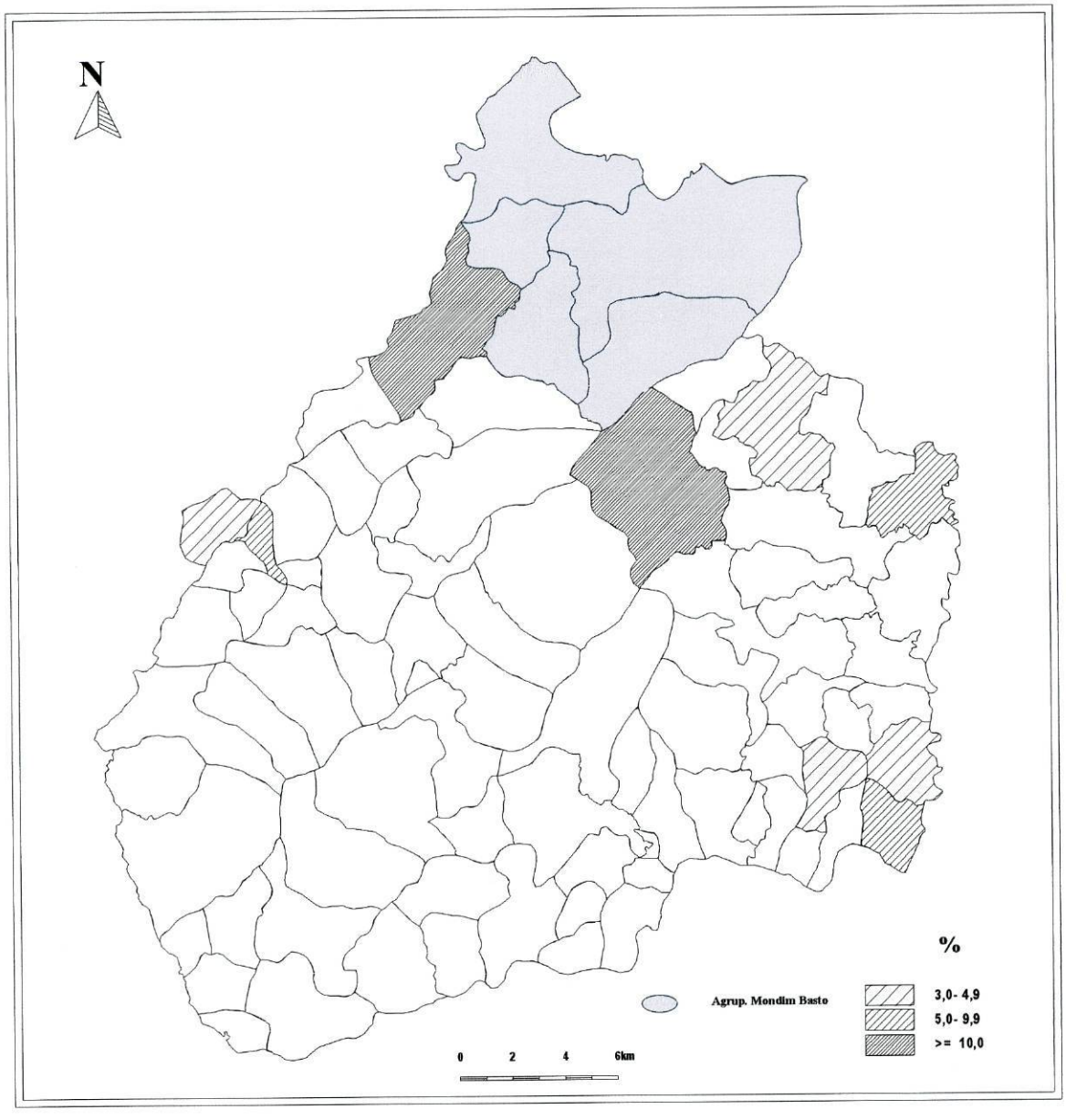



Fonte: XIII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1991

**Fig. 71 – Área de atracção do agrupamento de Baião**

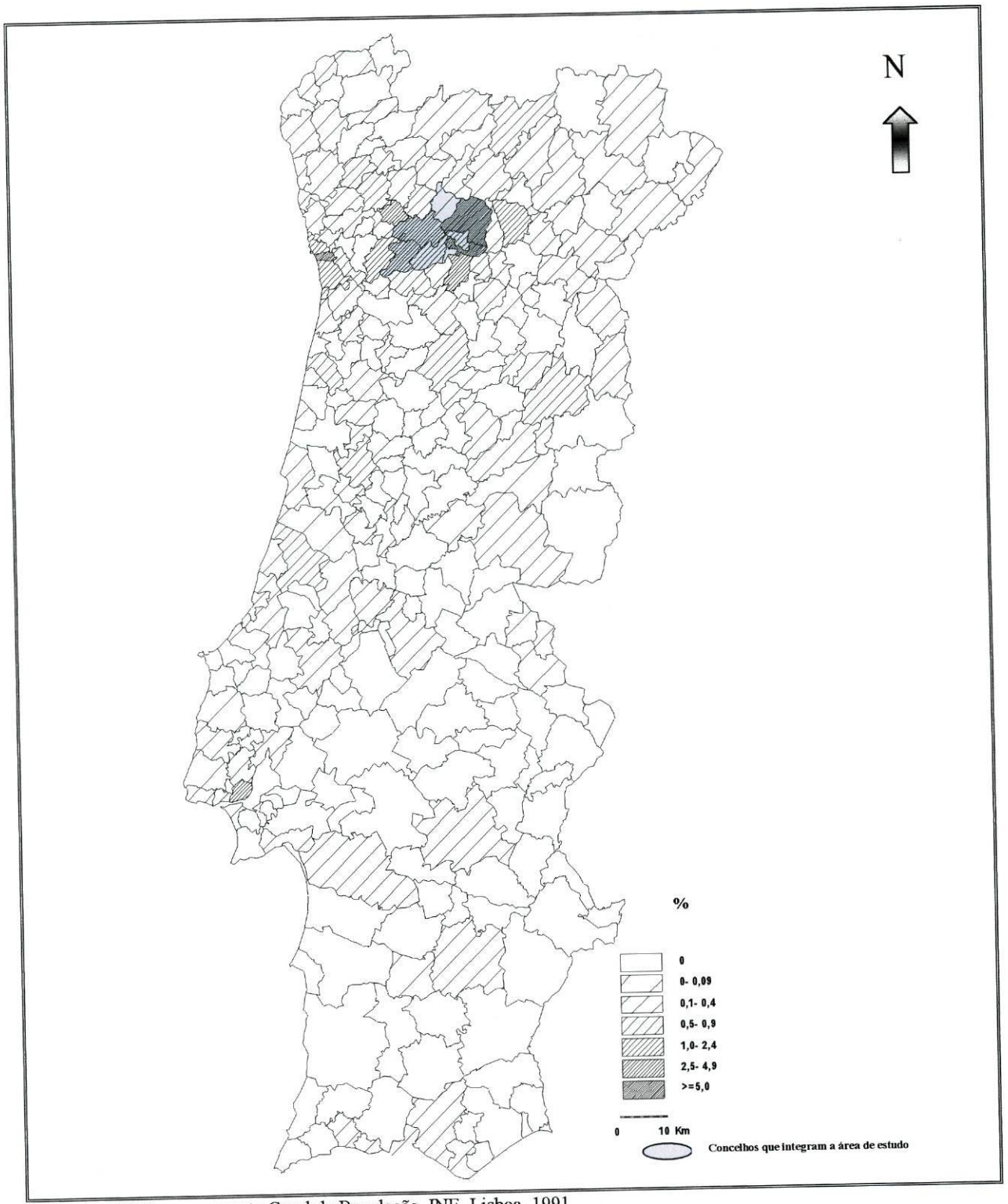
Pode concluir-se que, a população activa e estudantil, residente na Serra do Marão desloca-se para os concelhos envolventes e, preferencialmente, para o Porto (Fig.73). Mas se a influência do Porto é generalizada a toda a Serra, já os concelhos envolventes têm uma capacidade atractiva mais restrita. Os residentes na parte ocidental da Serra do Marão dirigem- se principalmente para Felgueiras e Marco de Canaveses,

embora o concelho de Vila Real também revele alguma influencia que só em parte se relaciona com os estudantes. As freguesias da parte oriental da Serra estabelecem movimentos sobretudo com Vila Real e Lamego, sendo, ainda, de referir Alijó e Armamar.




Fonte: XIII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1991

**Fig. 72 – Área de atracção do agrupamento de Mondim de Basto**




Fonte: XIII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1991

**Fig. 73 – Locais de destino da população activa e dos estudantes residentes na Serra do Marão, em 1991**

O IP4 veio aumentar a acessibilidade de toda a Serra quer à Área Metropolitana do Porto quer à fronteira. Com a conclusão do IP3, serão reforçadas as interconexões entre Lamego, Régua e Vila Real. Será construído um troço que reforçará a ligação da A4, na área do Marco de Canaveses, à margem esquerda do rio Douro (Foto 31), que diminuirá o isolamento de Baião e poderá assim contribuir para que se inverta a tendência para a desvitalização económica e para o despovoamento.



**Foto 31 - Ponte da Ermida (Março, 1999).**

Note-se, porém, que, em termos de mobilidade interna, os eixos estruturantes da mobilidade intra-serra do Marão não irão sofrer alterações significativas apesar de haver haja tendência para o reforço dos campos de mobilidade existentes e não o

surgimento de novos. É de referir que, ao longo dos anos noventa, as acessibilidades internas têm sido reforçadas, não através de percursos alternativos, mas pelo alargamento e pavimentação de muitas estradas. Há muitos movimentos ligados ao trabalho que não são diários, mas sim semanais, devido à distância entre os locais de residência e de trabalho.

## 1.2 - A população agrícola entre a exclusividade e a dependência exterior

A importância da agricultura no contexto nacional diminuiu, passando de 6% (1985) para 2,9% (1992) (INE, 1993). No entanto, para unidades territoriais como a freguesia ou mesmo o município a representatividade do sector não pode ser avaliada através do valor acrescentado bruto, em face da inexistência de informação estatística, nem mesmo de quantitativos de produção, não sistematizados para unidades territoriais tão pequenas. Neste contexto analisou-se:

- a importância da população agrícola e a sua dependência face actividades económicas exteriores à exploração;
- a composição do sistema produtivo e a relação autoconsumo/ comercialização.

### 1.2.1 - O peso da população agrícola: realidades e consequências

Segundo os dados estatísticos de 1989, as 37 290 pessoas que constituem a população agrícola[96] (Quadro XCIV) representam 37,9% da população total[97].

[96] O Recenseamento Geral Agrícola considera como população agrícola o conjunto das pessoas que fazem parte do agregado doméstico do produtor (singular) independentemente de trabalharem ou não na exploração, bem como de outros membros da família que, não pertencendo ao agregado doméstico, participam regularmente nos trabalhos agrícolas da exploração (INE,1989).

[97] Não obstante a discrepância temporal entre o RGA (1989) e o Recenseamento da População (1991) optou-se por fazer a sua comparação directa em vez de fazer uma estimativa da população para as freguesias com os inconvenientes de possíveis erros que daí adviriam.

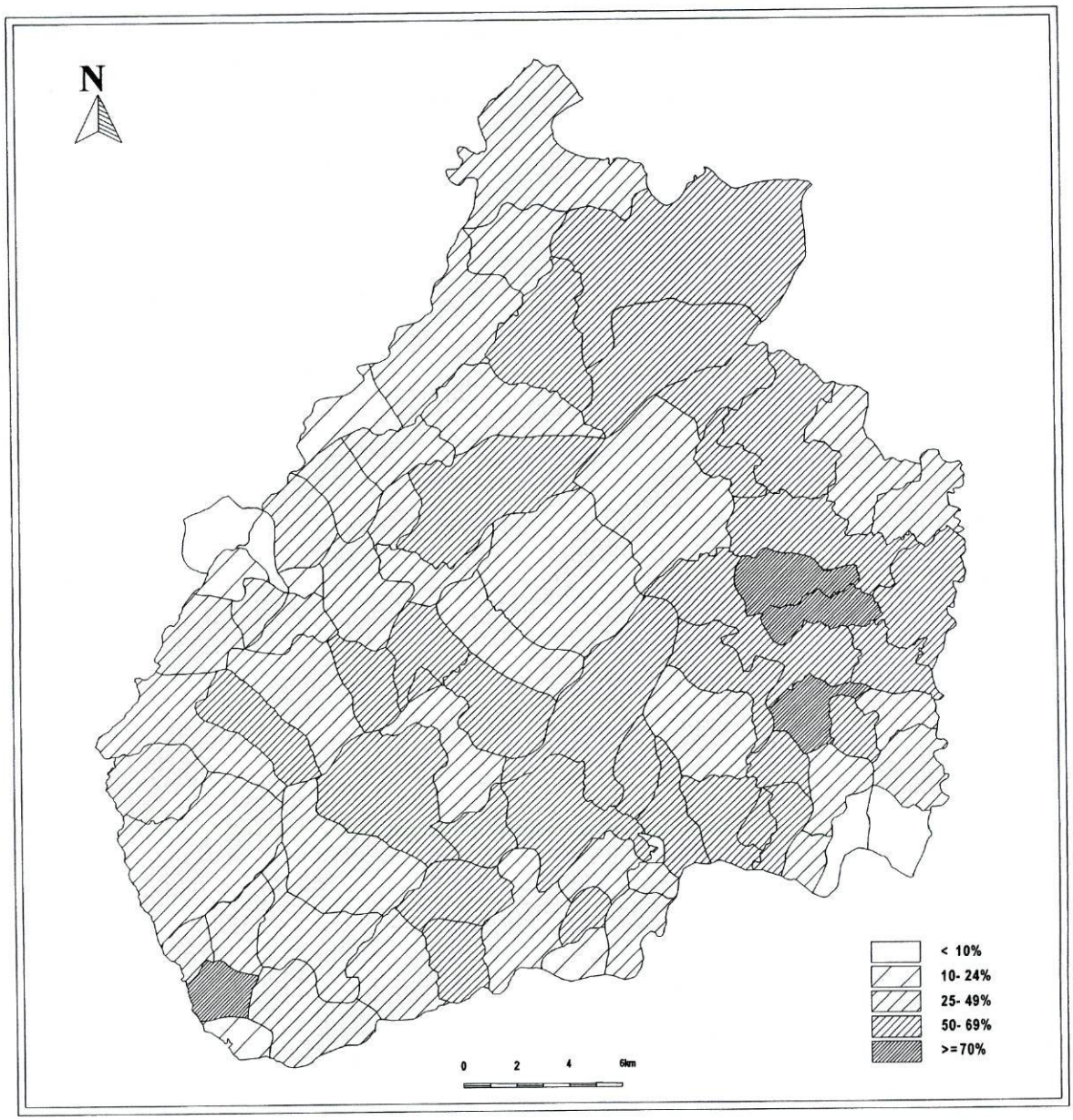
**Quadro XCIV**
**Relação entre a população residente em 1991 e a população agrícola de 1989 na Serra do Marão**

| Agrupamentos | Pop. Residente em 1991 A | Pop. Agrícola Em 1989 B | B/A*100 |
|---|---|---|---|
| AMARANTE | 24481 | 6686 | 27,3 |
| BAIÃO | 22456 | 10899 | 48,5 |
| MARCO DE CANAV. | 7981 | 3080 | 38,6 |
| MESÃO FRIO | 5519 | 2638 | 47,8 |
| MONDIM BASTO | 5367 | 2235 | 41,6 |
| PESO RÉGUA | 16308 | 3318 | 20,3 |
| STA M.PENAGUIÃO | 8966 | 4930 | 55,0 |
| VILA REAL | 7296 | 3504 | 48,0 |
| **SERRA DO MARÃO** | **98374** | **37290** | **37,9** |

Fontes: Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1991
Recenseamento Geral Agrícola, INE, Lisboa, 1989

Enquanto que em Sta. Marta de Penaguião a população agrícola representa 55% da população total, já em Peso da Régua essa percentagem é de apenas 20,4%, o que pode ser explicado por diferentes características do mercado de trabalho.

Se em freguesias urbanas como Madalena, S. Gonçalo, Peso da Régua e Godim a população agrícola representa menos de 10% do total (Fig. 74), nas restantes os valores são superiores, não se evidenciando qualquer zonamento particular (Quadro XCV, anexo B). A população agrícola representa mais de metade da população total em muitas freguesias serranas e da Região Demarcada do Douro. Os valores mais elevados (superiores a 70%) ocorrem em Medrões, Louredo, Fornelos e Sta. Leocádia. Nas três primeiras, a vinha é a cultura predominante, mas em Sta Leocádia esta só está presente em menos de 25% da superfície da freguesia.




Fonte: Recenseamento Geral Agrícola, INE, Lisboa, 1989
XIII Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1991

**Fig. 74 – Relação entre a população agrícola e a população residente**

O processo de envelhecimento a que já foi feito referência, é também evidente no caso da população agrícola residente na Serra do Marão. Integra-se num contexto de fim de transição demográfica embora reflicta também razões endógenas (reduzida dimensão e excessiva fragmentação das explorações agrícolas, fraca

produtividade e poder competitivo do sector, limitações do mercado de emprego, baixo rendimento agrícola), que provocam o afastamento das populações mais jovens.

Em 1989 apenas 8,7% dos produtores têm menos de 35 anos, o que resulta da falta de interesse dos jovens pela agricultura devido aos baixos rendimentos e às dificuldades de comprar ou arrendar terras[98] (Quadro XCVI, anexo B). É nos agrupamentos da Região Demarcada do Douro que se encontra menos população agrícola e produtores jovens (menos de 35 anos)[99]. Em Peso da Régua, S. Nicolau, Madalena e Ribadouro, não foi recenseado qualquer produtor com menos de 35 anos[100]. Em Quintã e em Jazente, mais de 20% dos produtores são jovens.

Na Serra do Marão, cerca de 25% dos produtores agrícolas têm, pelo menos, 65 anos. A maior representatividade de produtores deste escalão etário ocorre na Região Demarcada do Douro (em S. Nicolau atinge mesmo 88,9%), nalgumas freguesias serranas (Carneiro e Carvalho de Rei) e em Ribadouro[101], freguesia ribeirinha do Douro (Fig. 75). Em Pardelhas e Campanhó, duas freguesias em plena Serra, os produtores nesse grupo etário representam menos de 10%, o que permite concluir o interesse que a agricultura tem nesta área apesar da superfície agrícola ser reduzida (respectivamente 107,2 ha e 170 ha[102]).

---

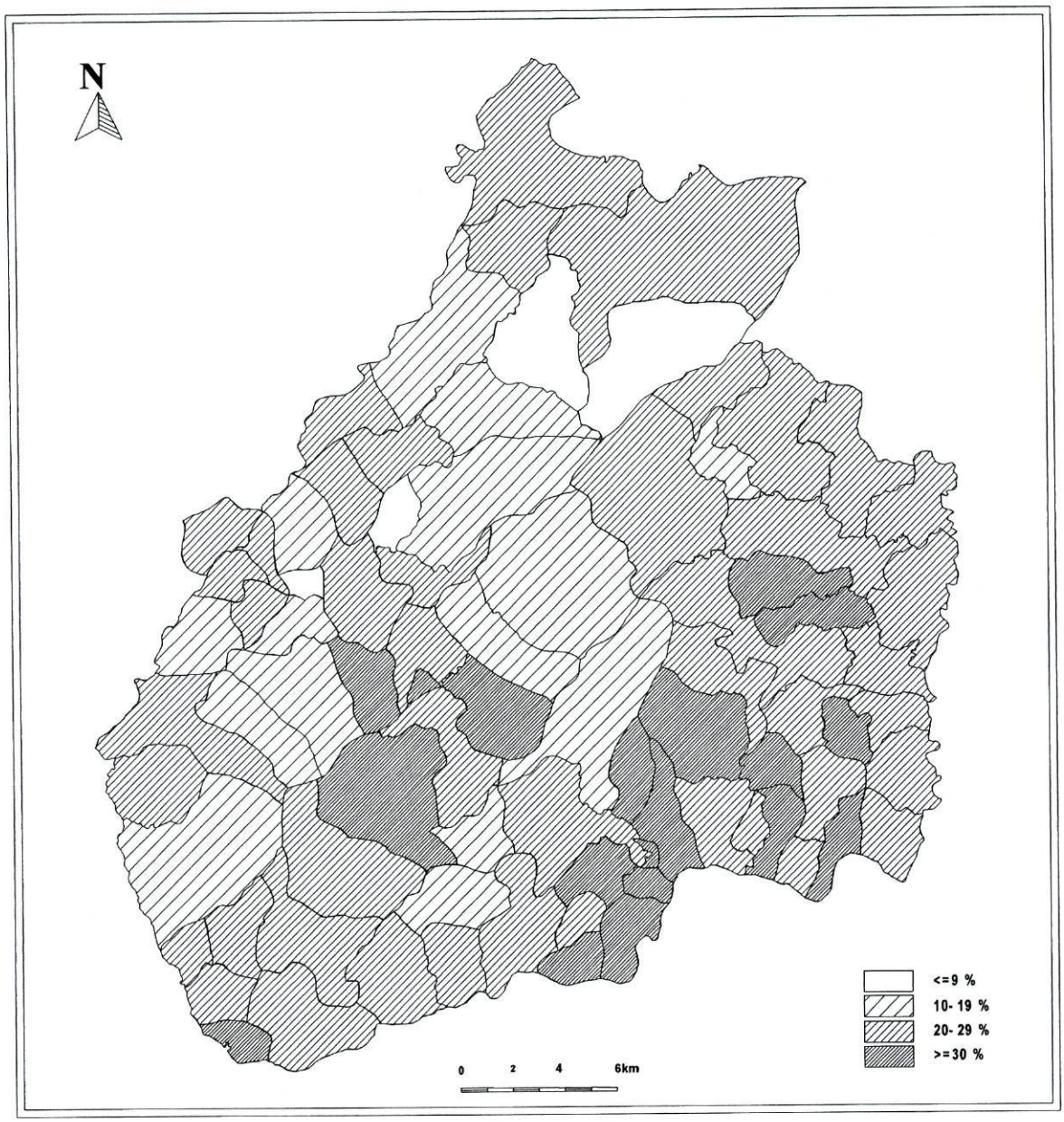
[98] Na freguesia de Grilo (concelho de Baião) vive um jovem casal que arrendou várias dezenas de hectares de terra de um grande proprietário do concelho e possui uma exploração agro-pecuária ligada à criação de ovinos (mais de 100 cabeças em 1997) e bovinos. Fornecedora do principal restaurante da Vila de Baião que assegura um escoamento regular de uma parte da produção, esta família depara com alguns problemas de colocação no mercado da sua produção.

[99] A medida 2 do PAMAF *Ajudas ao investimento nas explorações agrícolas* tem como destinatários os jovens agricultores. Estes deverão ter entre 18 e 40 anos de idade.

[100] Esta situação é, sobretudo, reflexo da não existência de terras disponíveis para serem adquiridas por jovens agricultores, pois as principais explorações empresariais procuram ampliar a sua área principalmente através da compra e dispondo-se a pagar preços mais elevados.

[101] Nesta freguesia surgem declives muito fortes e muitas das parcelas agrícolas são em socalcos, muitas das quais não permitem a utilização de máquinas, o que diminui o interesse da sua utilização. Por outro lado, o PDM cria fortes restrições à construção, o que afasta a população mais jovem para outras áreas menos restritivas.

[102] Avaliação feita a partir do tratamento de Imagem de satélite SPOT de 1994.




Fonte: Recenseamento Geral Agrícola, INE, Lisboa, 1989

**Fig. 75 - Taxa de produtores com 65 e mais anos de idade em 1989**

A predominância de produtores de idade mais avançada pode resultar, por um lado, de um apego à terra, quer seja ou não motivado pela necessidade económica, que gera um certo imobilismo fundiário e, por outro lado, do desinteresse pela actividade agrícola por parte da população mais jovem que ainda aí permanece. Este desinteresse é, em grande parte, justificado por níveis de rendimento superiores em

trabalhos não agrícolas e pelos elevados custos de produção e dificuldades de escoamento dos produtos com os inerentes reflexos no rendimento familiar. No caso da Região Demarcada do Douro pode, ainda, acrescentar-se a indisponibilidade de terrenos e o elevado preço dos mesmos. Para muitos dos produtores agrícolas na Serra do Marão, a agricultura ainda continua a ser um modo de vida e não uma profissão.

No sentido de aproveitar as reais potencialidades agrícolas da área e as possibilidades de aumento das mais valias dos produtos agrícolas, importa conhecer as limitações a nível de formação escolar e profissional dos agricultores, para estruturar as redes de informação e de formação no intuito de melhorar os rendimentos.

Os valores globais disponíveis para a área indicam que cerca de 18,1% deste segmento da população agrícola é analfabeta[103] e 19,2% sabe ler, mas não tem qualquer grau de instrução. Somente 1,2% dessa mesma população tem um curso superior e 7,4% um curso secundário, médio ou profissional. A percentagem de população analfabeta é inferior à média da Serra do Marão nos agrupamentos de Vila Real (18,1%), Mesão Frio (12,5%), Peso da Régua (10,9%) e Sta. Marta de Penaguião (9,2%) (Quadro XCVII, anexo B).

É igualmente nestes agrupamentos, com exclusão do de Vila Real, que existem mais pessoas com um curso secundário ou superior. Neles residem 55,9% dos que têm ou frequentam um curso superior de toda a Serra do Marão.

Em todas as freguesias existem analfabetos, ocorrendo os menores valores na Região Demarcada do Douro - por exemplo, S. Nicolau (1,3%), Sanhoane (1,3%), Cumieira (2%). Eles são ainda muito significativos em muitas freguesias serranas – por exemplo, Ovil (30,8%), Ermelo (31,8%), Loivos do Monte (34,1%), Carvalho de Rei

[103] Em 1989 a população agrícola com mais de 12 anos ascendia a 32 398 pessoas. Era então considerado como ensino básico até ao sexto ano de escolaridade pelo que se a escolarização se tivesse processado normalmente os alunos acabariam a frequência obrigatória da escola com 12 anos. Por esta razão, optamos por considerar o grau de instrução só referido à população com mais de 12 anos, em vez da sua globalidade, para reduzir a importância de "falsos analfabetos"

(43,4%) -, mas também em Madalena (34,1%) e Barqueiros (31,3%). Uma estrutura etária mais envelhecida não explica por si só estas diferenciações. Por exemplo, em S. Nicolau, com uma estrutura etária semelhante à de Barqueiros, a população analfabeta é bastante reduzida. De facto, em S. Nicolau, Cidadelhe, Fontelas, Godim, Peso da Régua, S. João de Lobrigos e S. Miguel de Lobrigos pelo menos 20 % da sua população tem um curso secundário, médio ou profissional, emboera em Carneiro e Madalena não haja qualquer pessoa nestas condições. Apenas em Ribadouro e S. Nicolau – localizadas na Região Demarcada do Douro - mais de 9% da população agrícola é licenciada ou frequenta um curso superior, enquanto que, em dezanove freguesias distribuídas por todos os agrupamentos com excepção do de Sta. Marta de Penaguião e Mesão Frio, não surge ninguém com essas habilitações, o que indica que o nível de vida das famílias é um elemento fundamental para explicar esta diferenciação.

Não se pode esquecer que, até aos anos oitenta, as dificuldades de comunicação e o reduzido investimento na educação em geral, e nas áreas do interior do país em particular, contribuíram para um baixo nível de escolarização. As habilitações académicas da população agrícola reflectem a história educativa ao longo deste século e o posicionamento da escola na cultura camponesa. Os fracos rendimentos das famílias aliados a uma menor acessibilidade às escolas secundárias e superiores, concentradas até aos anos setenta nos grandes centros urbanos, foram, durante muito tempo, razões fundamentais para limitar o acesso à formação. Com efeito, nas áreas rurais periféricas só os indivíduos pertencentes a famílias de maiores posses ou então que se revelavam muito inteligentes e eram protegidos pela figura mística do pároco da aldeia podiam alcançar uma maior formação escolar. Este retrato da sociedade rural que parece retirado de um romance de Júlio Dinis ou de Eça de Queirós imperou ainda neste século e continua a influenciar, ainda hoje, a formação escolar da população

agrícola. A densificação da rede escolar e a maior duração da escolaridade obrigatória tendem a aumentar cada vez mais o nível escolar da população em geral e, consequentemente, da população agrícola[104]. Todavia, ainda hoje é possível encontrar pais que desvalorizam a importância da formação escolar dos seus filhos[105]. A título exemplificativo, recorde-se que, na freguesia de Ermelo, crianças que deveriam estar a frequentar o 2° e 3° ciclos da escolaridade obrigatória não estão a fazê-lo, pois pretendem é trabalhar. Um deles, com apenas doze anos, espera ir trabalhar com o pai para a Alemanha e, enquanto espera, auxilia a mãe em casa.

Estes comportamentos não se coadunam com um mercado de trabalho cada vez mais exigente em termos de formação profissional. Esta evolução também se verifica no sector agrícola onde o agricultor tem de dominar um número crescente de conhecimentos técnicos no intuito de diminuir os custos de produção. De facto, o agricultor tem de saber interpretar as informações sobre as condições micro-climáticas, edáficas, precisa de conhecer as necessidades biológicas das plantas, a utilização racional da maquinaria e dos produtos fito-sanitários. Cada vez é mais importante que o agricultor conheça o comportamento fisiológico das plantas para que possa obter melhores níveis de produção com menores custos. O aumento da produção, como afirma J. KLATZMAN (1996), não está na razão directa da utilização de adubos. Também se exige ao agricultor que tenha conhecimentos de informática e das novas tecnologias de informação, assim como compreenda o funcionamento dos mercados. Assim sendo, a necessidade de ter uma formação específica a nível de curso médio ou mesmo superior exige, no mínimo, o cumprimento da escolaridade obrigatória.

---

[104] Por conseguinte, para anular o efeito da estrutura etária poderíamos analisar o grau de escolaridade por escalão etário, no entanto não achamos que seja necessário fazê-lo pois apenas serviria para comprovar o que acaba de ser dito.

[105] Em muitas das escolas do 1° ciclo do ensino básico há uma grande escassez de material escolar e também falta de acompanhamento de alunos que revelam dificuldades de aprendizagem, algumas das quais motivadas por deficientes regimes alimentares.

Apenas 5,2 % dos produtores têm um curso secundário, profissional ou superior e, nos agrupamentos de Mesão Frio, Peso da Régua e Sta Marta de Penaguião, esse valor varia entre 8,8% e 10,5%, respectivamente para o primeiro e para o último (Quadro XCVIII; anexo B). De facto, é na Região Demarcada do Douro que se encontra maior número de produtores com formação superior o que resulta da existência de famílias importantes com elevado nível cultural e da necessidade de valorizar todo o processo de produção vitícola através da aplicação de técnicas inovadoras desde a fase de selecção de cepas, tipos de armação, tratamentos fito-sanitários até à fase de vinificação. O valor comercial do produto final dependerá da especificidade que cada produtor engarrafador conseguir transmitir ao seu produto, o que exige um acompanhamento técnico. Na parte restante da Serra do Marão a formação escolar dos produtores é reduzida. Em Carvalho de Rei – uma freguesia serrana - e Madalena - uma freguesia urbana - mais de metade dos produtores são analfabetos. Na primeira, poder-se-á explicar pelo elevado envelhecimento da população e, na Segunda, pelo facto de a agricultura ser aí uma actividade residual.

O produtor agrícola, como responsável jurídico e económico da exploração, retira os benefícios e suporta as perdas eventuais, tomando as decisões de fundo, nomeadamente as relativas ao sistema de produção, de investimentos e de empréstimos (INE, 1989). No RGA de 1989, surgiu, no entanto, uma nova figura - a de dirigente: - a pessoa responsável pela gestão corrente e quotidiana da exploração e que aí tem obrigatoriamente uma ocupação regular (INE, 1989).

Na Serra do Marão, a maior parte dos dirigentes agrícolas é o próprio produtor ou um membro da sua família (Quadro XCIX, anexo B). É na Região Demarcada do Douro em unidades produtivas especializadas na cultura da vinha que se

encontra o maior número de dirigentes agrícolas não pertencentes ao agregado familiar do produtor.

Muitos dos dirigentes têm uma formação exclusivamente prática. Apenas 0,6% deles possuem uma formação elementar e 0,5% adquiriu uma formação completa. Estão, na sua maior parte, integrados em explorações especializadas em vinha ou em produções agro-pecuárias. No entanto, apenas 14 dos 288 dirigentes agrícolas, não pertencentes aos agregados domésticos dos produtores, apresentam formação completa, o que ,de certo modo, também pode estar relacionado com a incapacidade da maior parte das explorações agrícolas pagarem vencimentos adequados às habilitações profissionais de técnicos ou, então, pelo facto de continuarem a assegurar uma agricultura "tradicional".

É, contudo, já positivo as pessoas sentirem que, actualmente, a agricultura exige um conhecimento das técnicas de utilização e rentabilização da maquinaria, das espécies vegetais mais adaptadas às condições ambientais e das suas exigências fisiológicas, assim como do comportamento do mercado, para diminuir os custos de produção e para viabilizar e aumentar a rentabilidade das explorações. Já surgem ao nível do ensino secundário, cursos profissionais voltados para a formação agrícola. A UTAD tem obviamente um papel importante com os seus cursos de produção animal e vegetal. Para além disso não se pode esquecer as acções, da iniciativa do Ministério da Agricultura e das Cooperativas, de informação e formação dos próprios agricultores. Para beneficiarem de ajudas ao investimento nas explorações agrícola, os jovens agricultores devem possuir qualificação profissional suficiente[106]. No âmbito das medidas agro-ambientais também é considerada como condição de acesso frequenta,r

[106] Possuir qualificação profissional significa estar habilitado com curso superior, médio, técnico-profissional ou equivalente nos domínios da agricultura, silvicultura ou pecuária, ou ter frequentado um curso de formação profissional para empresários agrícolas ou outros cursos equivalentes reconhecidos pelo Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas.

durante o primeiro ano de concessão da ajuda, um curso de formação apropriado. Estes exemplos comprovam a importância da formação técnica dos agricultores.

### 1.2.2 - A pluriactividade na agricultura e a dependência económica exterior

A agricultura a tempo parcial encarada, numa primeira fase, como travão à progressão do modelo produtivista e empresarial acabou, numa segunda fase, por ser apreciada como meio de suporte do desenvolvimento e da crise dos outros sectores de actividade e, depois, como meio de manutenção de mínimos de população residente nos campos que assegurem a conservação das paisagens e protejam e vigiem a floresta e o ambiente em geral (C. CAVACO, 1996). Numa altura em que, a nível europeu, se procura reduzir os níveis de produção agrícola, a problemática da pluriactividade surge também como uma solução aos problemas da extensificação.

Na Serra do Marão, apenas 12,4% da população agrícola com 12 ou mais anos trabalha, em 1989, a tempo completo na agricultura. Cerca de metade da população destina menos de 50% do seu tempo à exploração e perto de 15% não possui qualquer participação nos trabalhos agrícolas. No agrupamento de Mondim de Basto 40,3% da população agrícola trabalha a tempo completo, mas, em todos os outros essa percentagem é menor e, em Mesão Frio, Sta. Marta de Penaguião e Peso da Régua, é mesmo inferior a 1%. É também nestes três últimos agrupamentos que se verifica um número mais elevado de pessoas sem actividade na exploração (em todos eles superior

a 20%) e onde mais de 65% da população dedica menos de 50% do seu tempo à actividade agrícola.

À escala de freguesia, encontram-se grandes diferenciações[107]. Em dezoito freguesias, com sistemas de cultura diferentes, nenhum membro da população activa trabalha a tempo completo na exploração. Trata-se não só de freguesias urbanas ou peri-urbanas (como Peso da Régua, Godim e Fontelas), onde a diversificação do mercado de trabalho favorece a pluriactividade, como também de freguesias serranas, como por exemplo Carvalho de Rei (onde a estrutura fundiária e a intensidade do envelhecimento favorece a subocupação), e Quintã (onde apesar da criação de gado ser fundamental na economia das explorações, a sua reduzida dimensão contribui para a forte representatividade da agricultura de complemento). Apenas em Sta Leocádia, Tresouras, Viariz, Ermelo, Paradança e Pardelhas mais de 50% da população agrícola dedica-se exclusivamente à exploração. É nesta área que existe maior número de pessoas para quem a agricultura continua a ser a actividade principal.

Em Mesquinhata e Ribadouro, apenas 0,7% e 1,4% da população agrícola não participa nas tarefas agrícolas, mas, nas restantes freguesias, a proporção é bem mais elevada, ocorrendo os valores mais significativos em freguesias da Região Demarcada do Douro (Peso da Régua - 41,7%, Sta Cristina - 39,0%, Godim - 38,7%). É também aí que mais se recorre a trabalhadores não familiares permanentes, o que é indicativo da importância da agricultura empresarial.

Embora todos os produtores trabalhem na sua exploração, o tempo que lhe dedicam é muito variado. Apenas 20,8% o fazem a tempo completo, o que evidencia que a agricultura a tempo parcial é muito importante na Serra do Marão.

[107] O facto de todos os produtores dedicarem algum tempo à sua unidade de produção resulta de serem responsáveis pela exploração, embora não signifique que aí exerçam, concretamente, qualquer tarefa agrícola, podendo limitar-se à gestão económica.

Em Vila Real, apenas 3,0% dos produtores exercem a agricultura a tempo completo, enquanto que, em Mondim de Basto, essa percentagem é de 61,8%. Esta disparidade não se explica tanto por diferenciações no sistema de cultura, mas sobretudo, porque continuam a ser reduzidas as alternativas de emprego.

Em dezanove freguesias nenhum produtor trabalha a tempo completo na sua exploração. Esta situação ocorre não só na Região Demarcada do Douro, mas também em freguesias localizadas em plena serra como sejam Aboadela, Carvalho de Rei, Quintã e Vila Cova. No entanto, noutras quinze, dispersas por toda a Serra, excluindo a Região Demarcada do Douro, mais de metade dos produtores trabalha a tempo completo na sua exploração e em Pardelhas atinge-se mesmo os 86,4%. Nas restantes, o tempo de trabalho do produtor na exploração é menor, podendo dizer-se mesmo que, em S. Nicolau e Vila Jusã, todos os produtores dedicam à exploração menos de 50% do seu tempo.

A participação dos cônjuges nas tarefas agrícolas continua a ser um elemento importante quer inserida quer não num contexto de pluriactividade do produtor agrícola; por isso só, 11,1% não trabalham na exploração. De evidenciar dois casos de características opostas: por um lado, nas freguesias de Ermelo e Campanhó (agrupamento de Mondim de Basto), verifica-se que todos os conjugues trabalham na exploração agrícola, embora menos de 25% deles sejam pluriactivos; por outro lado, nalgumas freguesias dos agrupamentos de Mesão Frio (28,4%), Peso da Régua (23,5%) e Sta. Marta de Penaguião (20,5%), os cônjuges sem actividade na exploração agrícola são muito mais numerosos e a maior parte deles não tem actividade exterior.

Em síntese, pode afirmar-se que a agricultura na Serra do Marão é sobretudo uma actividade exercida a tempo parcial. As causas explicativas relacionam-se com

as incapacidades financeira e técnica de alterar o sistema de cultura, a reduzida dimensão das explorações, a orientação para produções menos intensivas, a falta de escoamento dos produtos e os baixos rendimentos agrícolas. Os dados do último recenseamento agrícola comprovam a existência de sub-ocupação nas estruturas familiares agrícolas, o que favorece o exercício de outras actividades, na exploração ou fora dela, sem arriscar a reprodução do aparelho de produção e o volume médio da sua produção. Revelam, por outro lado, a facilidade de diversificação de actividades nos quadros familiares, condição de desenvolvimento sócio-económico do mundo agrícola e rural (C. CAVACO, 1996).

Na Serra do Marão, 33,3% da população agrícola com 12 ou mais anos tem uma actividade lucrativa exterior à exploração (Quadro C, anexo B) que se orienta sobretudo para actividades do sector terciário (50,6%), seguindo-se o secundário (31,5%), numa situação comum a todos os agrupamentos.

Recorde-se que, em Carvalho de Rei, Canadelo, Teixeiró, Ermelo, Paradança e Pardelhas, menos de 15 % da população agrícola tem uma actividade exterior à exploração agrícola, enquanto que, em S. Nicolau, Ribadouro, Sta Cristina e Barqueiros, ascende a mais de 40%. Nalgumas freguesias, a proporção de população agrícola com uma actividade lucrativa exterior à exploração ligada ao sector primário é, ainda, muito significativa, mas apenas em Louredo, Sedielos e Vinhós ascendiam a mais de 50%, o que se relaciona com a necessidade de trabalhadores permanentes nas empresas da Região Demarcada do Douro. As pequenas explorações que recorrem apenas sazonalmente ao trabalho assalariado têm grande dificuldade em arranjar jornaleiros. São já numerosos os "*empresários agrícolas*" que levam homens para trabalharem, nomeadamente, nas vinhas da área do Pinhão ou mais para montante. Se os locais de destino forem relativamente próximos do local de residência os

trabalhadores efectuam deslocações diárias; se forem mais longínquos, os homens passam a efectuar movimentos semanais.

Na parte ocidental da Serra do Marão, grande parte da população agrícola tem a indústria transformadora e a construção civil como actividade exterior à exploração. Nas restantes freguesias, sobretudo das áreas urbanas e peri-urbanas o sector terciário tem forte incidência.

A diversidade das características da população agrícola da Serra do Marão constitui uma evidência que importa sistematizar, recorrendo à criação de subconjuntos que sejam significativos. Entre as tipologias já existentes, optou-se por duas: a diferenciação entre agricultura a tempo completo e a tempo parcial que se baseia no tempo dedicado à actividade na exploração agrícola e a tipologia proposta por J-L BRANGEON e G. JÉGOUZO (1993). Esta última assenta na classificação dos chefes das explorações e, por conseguinte, das suas explorações agrícolas e das suas famílias com base na sua categoria sócio - profissional, conforme definição do Institut National de Statistiques et d'Etudes Economiques (INSEE). Os autores, no intuito de fundamentar o seu raciocínio, começam por analisar a tipologia das explorações correntemente utilizada na União Europeia e a classificação dos indivíduos e da população agrícola do INSEE, para, em seguida, propor três tipos: "*agricultura principal*", em que a actividade agrícola é a única ou a principal profissão do produtor; "*agricultura de complemento*" em que o produtor é agricultor a título secundário e activo não agrícola (ou ainda assalariado agrícola) a título principal; e, ainda, "*agricultura de reforma*", em que o chefe da exploração é inactivo ou reformado, mas tem a título secundário uma actividade agrícola. Esta classificação apresenta algumas dificuldades de aplicação do critério de profissão principal, bem referidas pelos autores, que, todavia, não invalidam a sua importância. Neste trabalho, considerou-se que a

agricultura era a actividade principal para toda a população agrícola que trabalha a tempo completo na exploração ou a ela dedica mais de 50% do seu tempo e toda a população agrícola que, embora com uma actividade exterior, declarou que a agricultura era a actividade principal. A agricultura de complemento é praticada por todas as pessoas que dedicam à sua exploração menos de 50% do seu tempo ou têm uma actividade exterior mais importante que a agrícola.

Esta tipologia difere da distinção entre *agricultura a tempo completo* e a *tempo parcial*, pois, embora a grande maioria das explorações de carácter principal sejam a tempo completo, também há agricultores a tempo parcial para quem a agricultura é a actividade principal e, conquanto mais raro, sejam as explorações de complemento ou de reforma a tempo completo.

A aplicação da primeira tipologia à Serra do Marão (Fig. 76) permite concluir que a agricultura a tempo completo tem, em 1989, reduzido significado (Quadro CI, anexo B). No entanto, na parte Norte da Serra (freguesias de Ermelo, Paradança e Pardelhas) e em três freguesias do concelho de Baião (Sta. Leocádia, Viariz e Tresouras), a agricultura a tempo completo tem forte representatividade, apesar se fazer numa área reduzida. Nas restantes freguesias, para mais de 50% da população, a agricultura é uma actividade a tempo parcial. Convém mesmo referir que a agricultura a tempo completo não tem qualquer expressão na maior parte da Região Demarcada do Douro (como acontece por exemplo em Fontelas, Godim, Loureiro e Barqueiros) assim como nalgumas freguesias serranas (Quintã, Carneiro, Carvalho de Rei, Aboadela e Várzea), com sistemas de cultura diferentes. Note-se, porém, que se em Aboadela e Várzea a agricultura principal é muito importante, ela tem muito menos significado nas outras três freguesias referidas.

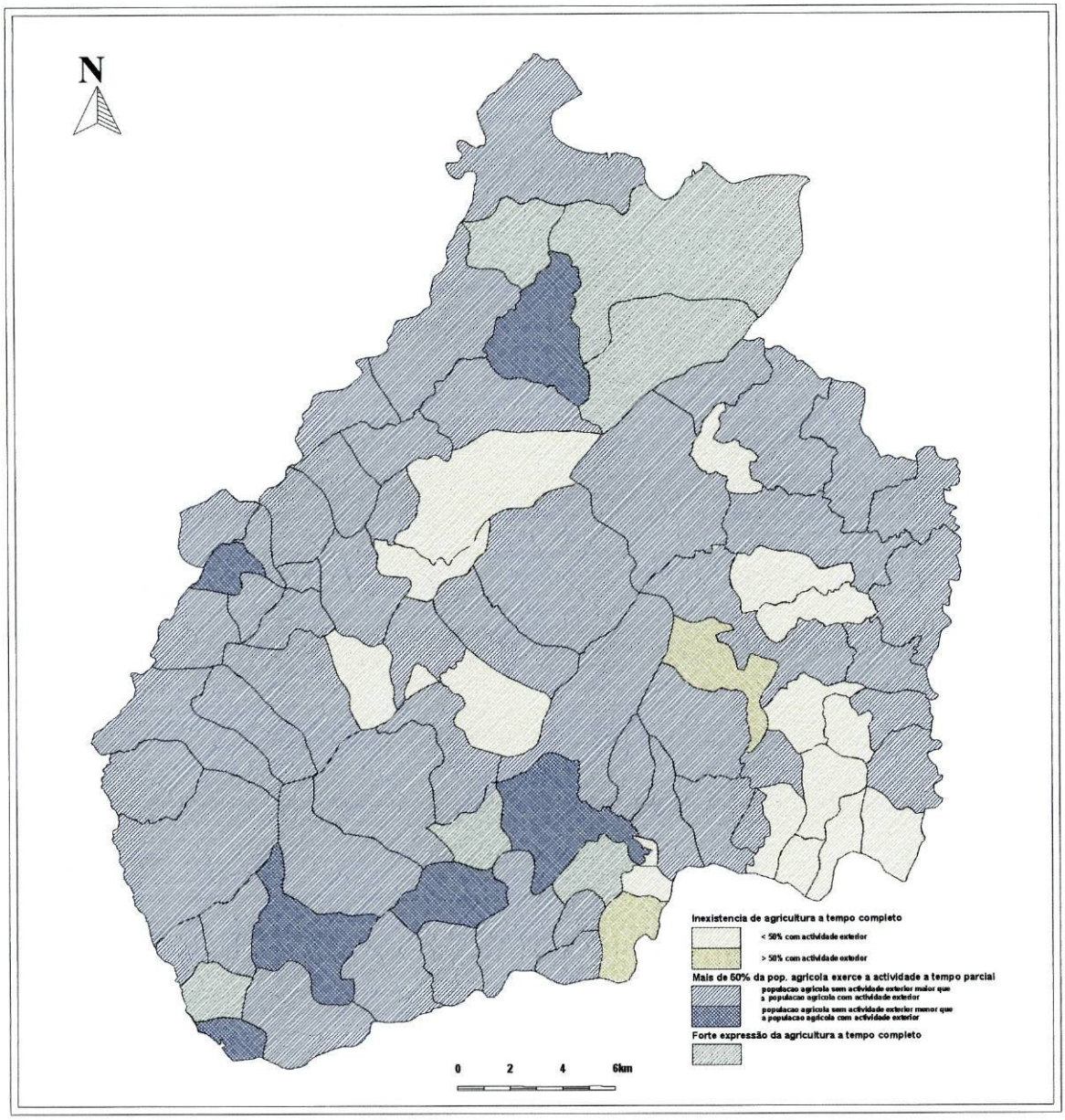



**Fig. 76 – Importância da agricultura a tempo parcial**

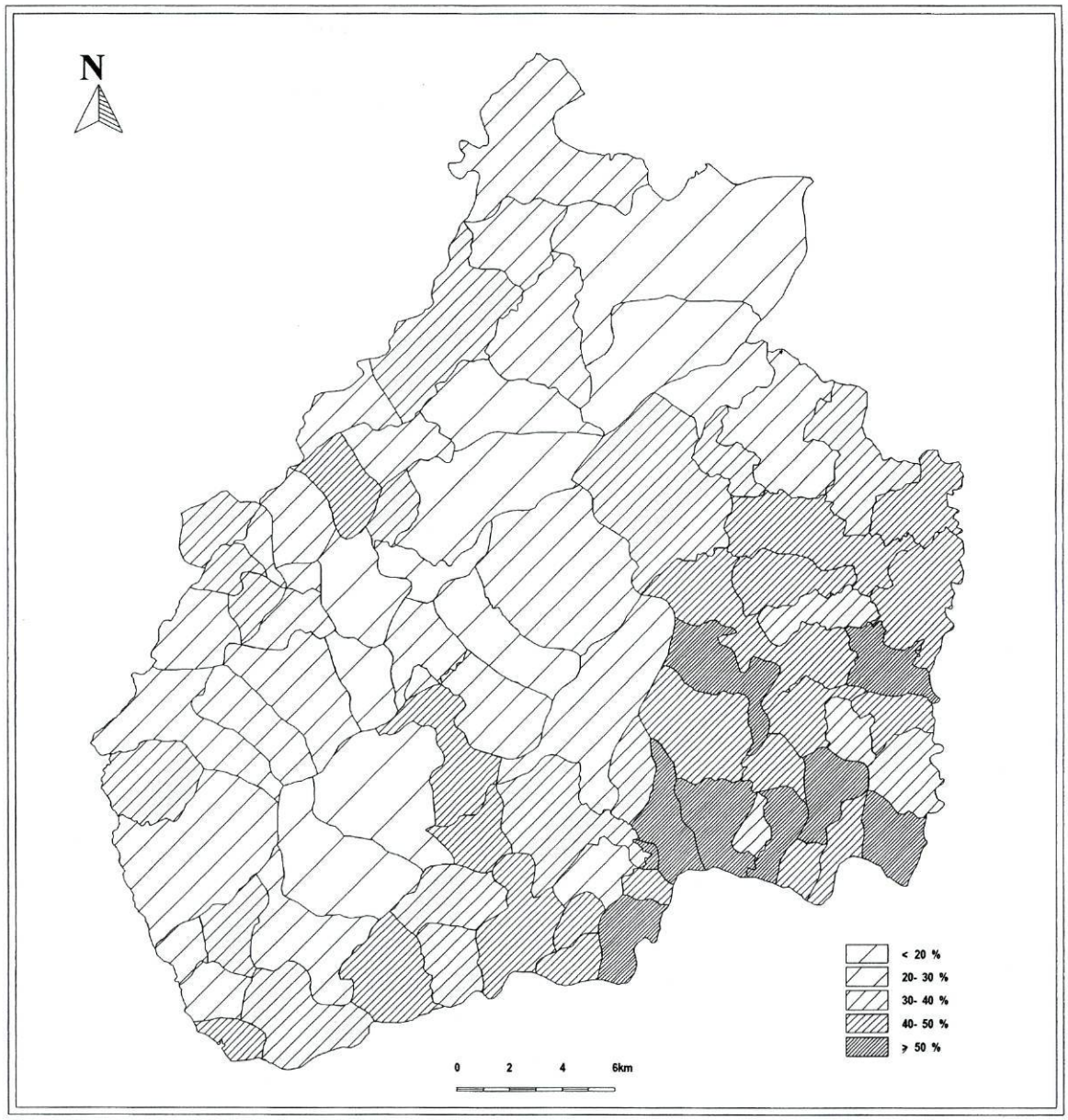
A expressão da agricultura a tempo parcial é influenciada pela dimensão económica da exploração e a orientação principal da produção. A sua forte representatividade resulta fundamentalmente da inviabilidade económica de muitas explorações, devido ao binómio factores de produção/sistema de cultura não favorecer um nível de vida aceitável aos agricultores, num contexto de falta de especialização e de competitividade dos nossos produtos agrícolas e de graves deficiências nos circuitos

de comercialização. Uma das queixas mais frequentes dos agricultores deste espaço serrano (excluindo os da Região Demarcada do Douro) continua a ser a dificuldade de escoamento dos produtos e o reduzido preço que lhes é oferecido pelos intermediários.

Aplicando a mesma classificação não à população agrícola na sua globalidade mas apenas aos produtores, verifica-se que, para a maior parte deles, a agricultura é uma actividade a tempo parcial, apesar de apenas 36,3% deles serem pluriactivos, o que evidencia a forte subocupação. É sobretudo na Região Demarcada do Douro se que encontra um maior número de produtores com actividade exterior à exploração, o que resulta da reduzida dimensão de muitas explorações agrícolas que não permitem obter o rendimento desejado (Fig. 77).

Confirma-se que, na Serra do Marão, a agricultura é, ainda, a actividade principal para cerca de 43% da população agrícola. (Quadro CII, anexo B; Fig. 78). A ocidente do eixo de maiores altitudes, para mais de metade da população, a agricultura é a actividade principal praticada, na maior parte dos casos a tempo parcial, para o que contribui a reduzida dimensão de muitas das explorações agrícolas. Realce-se, como já foi referido, a bolsa de forte representatividade da agricultura a tempo completo em freguesias dos concelhos de Mondim de Basto e de Baião. Na parte oriental e sul da Serra da área especializada na produção vitícola (Região Demarcada do Douro e algumas freguesias da parte sul do concelho de Baião) e na criação de gado bovino leiteiro, a agricultura é, para a maior parte da população, uma actividade de complemento efectuada a tempo parcial e aí se encontra o maior número de produtores com actividade exterior à exploração[108].

[108] Um elemento importante é a inserção das actividades *para-agrícolas* (transformação e comercialização de produtos agrícolas, o agro-turismo entre outras) no contexto da pluriactividade. Até agora, esta questão não está suficientemente clarificadas no RGA e não sabemos se foram consideradas como actividades exteriores à exploração e se os rendimentos com elas obtidos foram ou não inseridos nos rendimentos agrícolas.



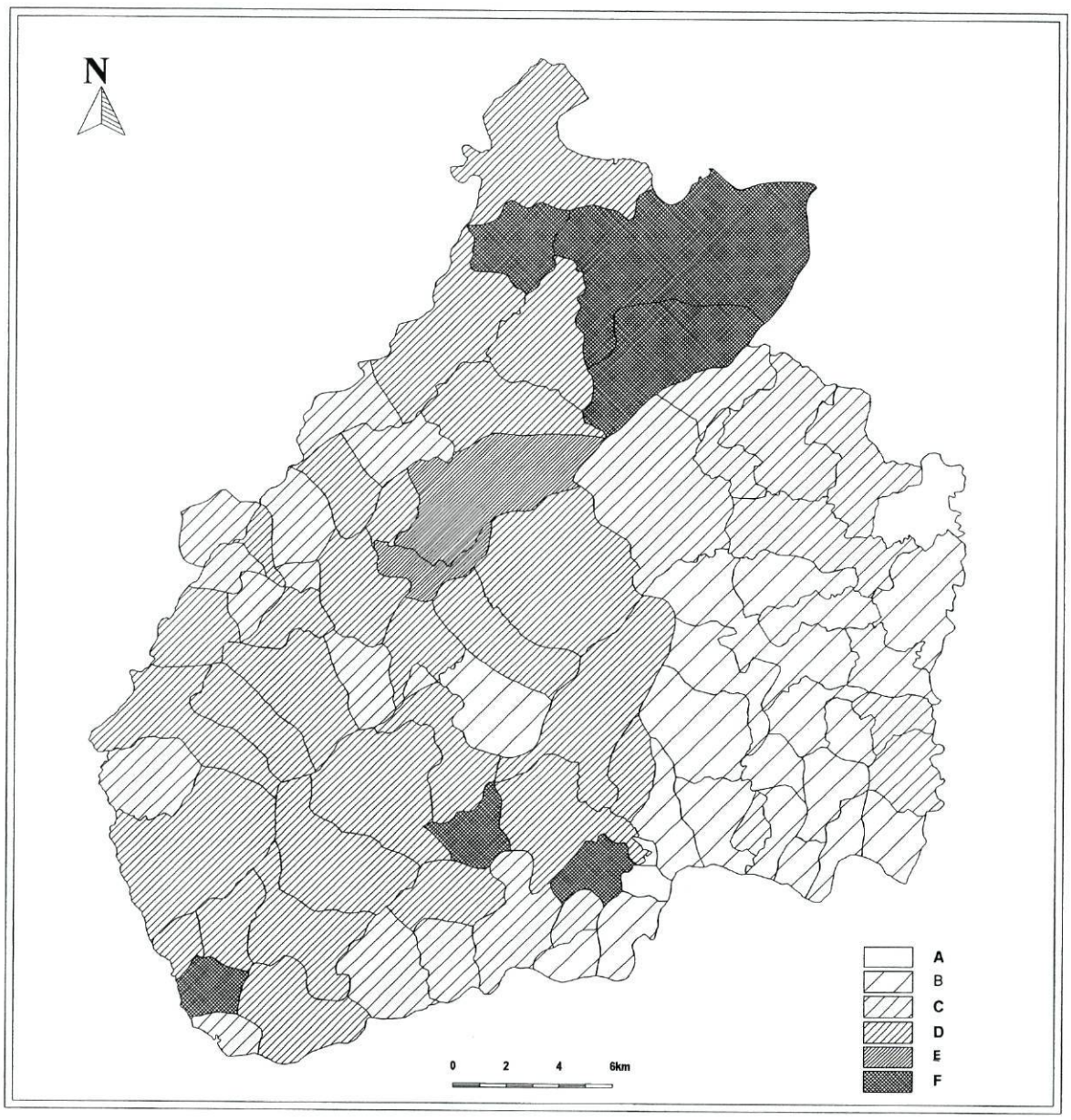

Fonte: Recenseamento Agrícola, INE, Lisboa, 1989

**Fig. 77 – Percentagem de produtores com actividade exterior à exploração**

Pode dizer-se que a pluriactividade existe em todos os tipos de agricultura e em toda a parte. As actividades exteriores apontam no sentido da tercearização, que, embora seja característica das economias modernas, se introduz mais tardiamente nas famílias agrícolas

Conclui-se que a Serra do Marão é incapaz de empregar toda a população activa, tendo-se verificado, ao longo dos anos oitenta, um acentuar da dependência do

exterior em termos de emprego. Assistiu-se à concentração do emprego nas áreas urbanas. Intensificou-se a mobilidade da população activa; no entanto, não se verificaram alterações significativas na sua expressão geográfica.




A – Sem agricultura como actividade principal
B – Menos de 25% da população exerce a agricultura como actividade principal
C – 25% a 50% da população exerce a agricultura como actividade principal
D – Mais de 50% da população exerce a agricultura como actividade principal apesar de ninguém a exercer a tempo completo
E – Mais de 50% da população exerce a agricultura como actividade principal, exercendo a tempo completo menos de 50% da população agrícola
F – Mais de 50% da população exerce a agricultura como actividade principal, exercendo a tempo completo mais de 50% da população agrícola

**Fig. 78 – Representatividade da agricultura principal e de complemento em 1989**

Em toda a Serra verificou-se uma tercearização da população activa, mas em muitas das freguesias mais montanhosas e nalgumas da Região Demarcada do Douro persiste a predominância do emprego agrícola. A agricultura na Serra do Marão é, sobretudo, uma actividade exercida a tempo parcial; porém, em muitas das freguesias serranas, mais de metade da população agrícola exerce a agricultura como actividade principal.

Na Serra do Marão, é evidente a falta de trabalho sobretudo para os mais jovens que ainda permanecem e, por outro lado, falta de mão-de-obra para trabalhar na agricultura.

É, também, notório em muitas freguesias uma fraca participação da mulher no mercado de trabalho em consequência da falta de empregos, da sua fraca mobilidade e reduzida formação profissional.

# Capítulo 2

# O sector agrícola: da paisagem às dinâmicas

## 2.1 - A Paisagem: fragmentação dos usos

### 2.1.1 - A heterogeneidade física da Serra do Marão.

As paisagens rurais de montanha são o reflexo da actuação das sociedades que as foram construindo até ao presente. No entanto, o meio físico, com a sua própria história e a sua dinâmica, existe como antecedente de toda a ocupação humana e, face à actuação antrópica, ele reage de forma complexa e multifacetada.

A diversidade das paisagens na Serra do Marão é um dado que se impõe ao observador menos atento. Dois elementos são fundamentais: a descontinuidade dos usos - resultantes de factores físicos e dos condicionalismos fundiários - (Foto 32) e os contrastes na ocupação do solo.



**Foto 32 - Lugar de Relvas (freguesia de Parada de Cunhos - Vila Real): diversificação de usos do solo (Junho, 1996).**

Um maciço montanhoso dificilmente se apresenta com características homogéneas em toda a sua extensão. Essa diversidade física contribui para o conhecimento e explicação da organização territorial.

As oitenta e duas freguesias integradas na Serra do Marão mostram-se muito diferenciadas em termos de formas de relevo, de altitude, declives, exposição solar, condições climáticas. Mais importante do que as características de cada um destes elementos é o modo como eles se combinam e que se traduz em paisagens distintas.

As características litológicas da Serra do Marão têm nítidas implicações morfológicas. Assim, nas rochas granitóides desenvolvem-se alvéolos que, independentemente da sua forma, da sua dimensão e da altitude a que se encontram, são utilizados fundamentalmente pela actividade agrícola. Pode citar-se como exemplo as depressões da Várzea, de Aboadela (Foto 33), de Gôve, de Ovil (Foto 34), de Rio de Galinhas e de Padronelo (A. PEDROSA, 1993).

Nos xistos também existem depressões, sendo de salientar as da Régua, da Veiga e da Campeã. Esta última é a de maior dimensão e a que se localiza a altitudes mais elevadas (acima dos 700 m). Aí predominam as culturas temporárias associadas à criação de gado bovino leiteiro, enquanto que as vertentes apresentam uma cobertura florestal diversificada. Nas outras duas, é o domínio da vinha que ocupa não apenas o fundo das depressões mas também as próprias vertentes. Na depressão da Veiga, no início dos anos noventa, algumas manchas de bravio existentes nas vertentes foram substituídas por parcelas de vinha.

Toda a área de estudo se insere na bacia hidrográfica do rio Douro. No entanto, nem toda a drenagem se faz de uma forma directa para este curso de água, já que os seus afluentes Tâmega e Corgo chamam a si essa função. A Serra do Marão fun-



**Foto 33 - Depressão de Aboadela (concelho de Amarante): as características morfológicas são favoráveis à prática da agricultura. A vinha em enforcado limita as parcelas agrícolas (Dezembro, 1995).**



**Foto 34 - A depressão de Ovil – concelho de baião (Março, 1999).**

ciona como um grande centro distribuidor das águas quer pela sua altitude quer pela sua exposição aos ventos húmidos de oeste. Os vales apresentam características morfológicas distintas. Nas áreas de xisto, os rios meandrizam e encaixam em vales profundos, de vertentes abruptas e convexas, como acontece, por exemplo, com segmentos dos vales da ribeira de Seromenha, do rio Sôrdo ou, ainda, do rio Marão. Nestes vales surgem algumas pequenas rechãs que o homem aproveitou para instalar povoações e praticar agricultura. Refira-se como exemplo as povoações de Montes, Cotorinho, Soutelo, Póvoa da Serra e Paradela do Monte, mesmo nas fraldas do Marão. Nas áreas graníticas, apesar de se verificar uma forte adaptação dos cursos de água à rede de fracturação, cujo melhor exemplo é o vale do rio Fornelo, as vertentes apresentam-se menos declivosas, convexas e surgem frequentemente rechãs de maior ou menor dimensão, onde também se instalaram povoações e se faz agricultura. Como exemplo, pode referir-se duas povoações de dimensão populacional muito diferente: a vila de Baião (Foto 35) e Penaventosa, ambas na freguesia de Campelo.



**Foto 35 - A vila de Baião – freguesia de Campelo, concelho de Baião- (Novembro, 1998).**

As formas descritas podem surgir a altitudes muito diferentes e, por conseguinte, apresentarem-se distintas em termos de ocupação do solo. O gradiente altitudinal é fundamental: a duração do período vegetativo, a ocorrência de geadas, a queda de neve influencia a ocupação agrícola e florestal da montanha.

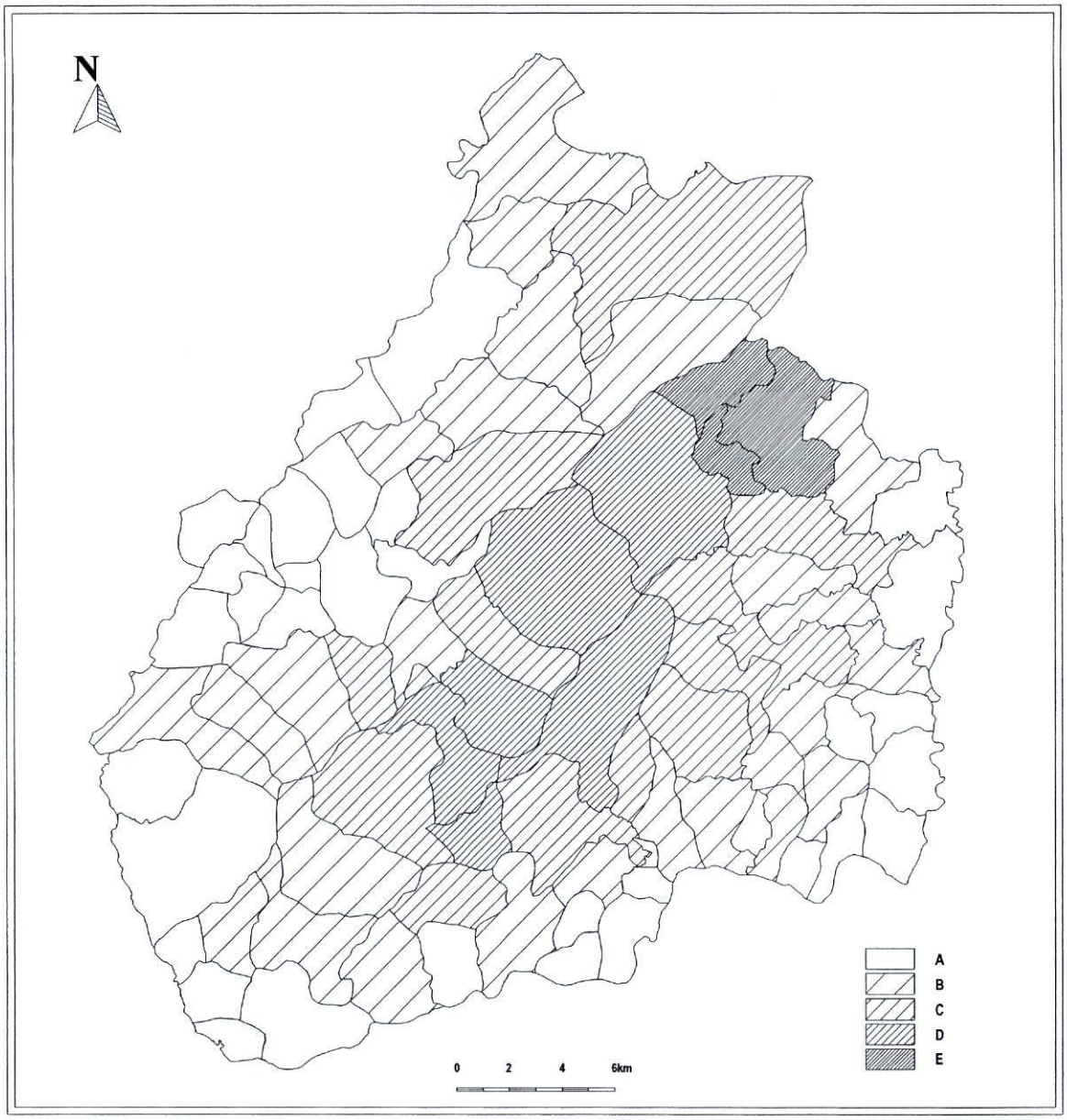
A própria organização do relevo também é fundamental e pode provocar a ocorrência de condições micro-climáticas que nem sempre são conhecidas devido à fraca densidade de estações meteorológicas.

Se a altitude é um elemento importante pelas implicações no comportamento da temperatura e pluviosidade, os declives são fundamentais pelas consequências sobre a utilização das próprias vertentes, pela intensificação dos processos erosivos e pelo desenvolvimento do próprio solo. Estes dois factores contribuem para a diversidade interna da Serra do Marão.

Cerca de 37,2% da Serra do Marão tem altitudes superiores a 600 metros (Quadro CIII, anexo B). As altitudes superiores a 1000 metros localizam-se na parte central do maciço montanhoso e ocupam apenas 5% da superfície total (Fig. 79 anexo A). As altitudes inferiores a 200 metros estendem-se por 81,9 $km^2$ (11,1% da área de estudo) e assumem uma posição periférica localizando-se nas margens dos rios Tâmega e Douro.

É no agrupamento de Vila Real que predominam as altitudes superiores a 600 metros (73,4% da superfície) e as freguesias de Pena, Quintã e Vila Cova têm toda a sua superfície acima dos 600 m de altitude (Fig. 80). Em Ansiães, Campeã, Carneiro, Loivos do Monte, Teixeira e Viariz, mais de 75% do território está acima do limite altitudinal referido. A estas acrescente-se as freguesias de Aboadela, Candemil, Carvalho de Rei, Ermelo, Fontes, Gestaçô, Ovil, Sedielos, Teixeiró, Torgueda, Valadares e Vinhós, porque pelo menos metade da sua superfície está a mais de 600 m de altitude. Embora em dezoito freguesias se possam encontrar altitudes superiores a 1000 metros (Quadro CIV),

apenas em Vila Cova, Pena, Teixeira e Ansiães representam mais de 25% da superfície de cada uma das freguesias.




A – Toda a freguesia está a menos de 600 metros
B – Menos de 50% da superfície da freguesia tem altitude superior a 600 metros
C – Entre 50 a 74% da superfície da freguesia tem altitude superior a 600 metros
D – Entre 75 a 99% da superfície da freguesia tem altitude superior a 600 metros
E – Toda a superfície da freguesia está a mais de 600 metros

**Fig. 80 – Representatividade das altitudes superiores a 600 metros, por freguesia**

Em trinta e quatro freguesias, a altitude máxima é inferior a 600 m, mas é em Peso da Régua, Godim, Ribadouro, S. Gonçalo e Madalena que mais de 80% da sua superfície se encontra a menos de 200m de altitude.

**Quadro CIV**
**Importância das altitudes superiores a 1000 metros, por freguesia**

| Superfície superior a 1000 metros em cada freguesia | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| <1% | ]1-5%] | ]5-10] | ]10-15] | ]15-20] | ]20-25] | >25% |
| STA CRISTINA | PARDELHAS | TEIXEIRO | ERMELO | CAMPANHÓ | CANDEMIL | VILA COVA |
| MONDRÕES | | CANADELO | CAMPEA | FONTES | | PENA |
| CARNEIRO | | | SEDIELOS | VINHOS | | TEIXEIRA |
| | | | ABOADELA | | | ANSIAES |

Se há fortes diferenciações entre as freguesias em termos de altitude, o mesmo se passa com a exposição das vertentes (Fig. 81, anexo A). Este parâmetro tem repercussões importantes nas variações dos elementos climáticos e, consequentemente, na ocupação agro-florestal da Serra do Marão, pois influencia directamente a insolação recebida[109].

Na Serra do Marão, há um certo equilíbrio na representatividade dos oito quadrantes da rosa dos ventos. Cerca de 34,1% da Serra do Marão está exposta ao quadrante Norte (N, NE, NW), apresentando, por isso, um "déficit" de insolação maior (Quadro CV, anexo B). Nos agrupamentos de Amarante, Mondim de Basto e Marco de Canaveses mais de 40% das vertentes estão voltadas para o quadrante Norte. Em Sta Marta de Penaguião existe um equilíbrio entre os diferentes quadrantes. Em Vila Real, o quadrante Sul (S, SE, SW) tem maior expressão que nos agrupamentos anteriores, mas,

[109] A exposição das vertentes aos raios solares em conjugação com a altitude e o declive das vertentes tem implicações na quantidade de insolação recebida. Esta é proporcional ao coseno do ângulo de incidência, pelo que a vertente pode ter um papel favorável, reduzindo-o sobre a superfície receptora ou, ao contrário, um papel desfavorável, aumentando-o. Regra geral, as fortes alturas do sol favorecem os declives fracos. Quando o sol se apresenta com uma altura mais baixa, somente as vertentes de fortes declives, bem orientadas face ao sol, são favorecidas (O. CANGICH, 1981) Para além do declive, também a orientação das vertentes relativamente ao "trajecto solar" é fundamental, porque o seu papel é duplo. Para O. CANGICH (1981), ele regula o ângulo de incidência. Para uma dada altura do sol ao meio dia e um determinado valor de declive, o ângulo de incidência é evidentemente diferente de acordo com o ponto cardeal para que a vertente se encontre orientada. Por outro lado, a orientação influi sobre o tempo de insolação. Se uma vertente orientada a sul é continuamente ensoalhada, salvo de 21 de Março a 21 de Setembro, durante um pequeno período de tempo, que precede ou que se segue ao nascer e ao pôr do sol, o mesmo não acontece para uma vertente voltada a Norte que só recebe radiação directa durante o tempo que a altura do sol é superior ao valor do declive da vertente.

em Mesão Frio, Baião e Peso da Régua, pelo menos metade do território está voltado para o quadrante Sul. Os quadrantes Este e Oeste possuem menor representatividade, tendo sido considerados como áreas de transição entre os quadrantes Sul e Norte.

Como se pode observar na Fig. 82 a nível de freguesia, os contrastes são ainda mais fortes. Das dez freguesias em que mais de 50% das suas vertentes estão voltadas ao quadrante Norte, apenas em Carvalho de Rei e Olo as exposições ao quadrante Sul representam menos de 10% da superfície.

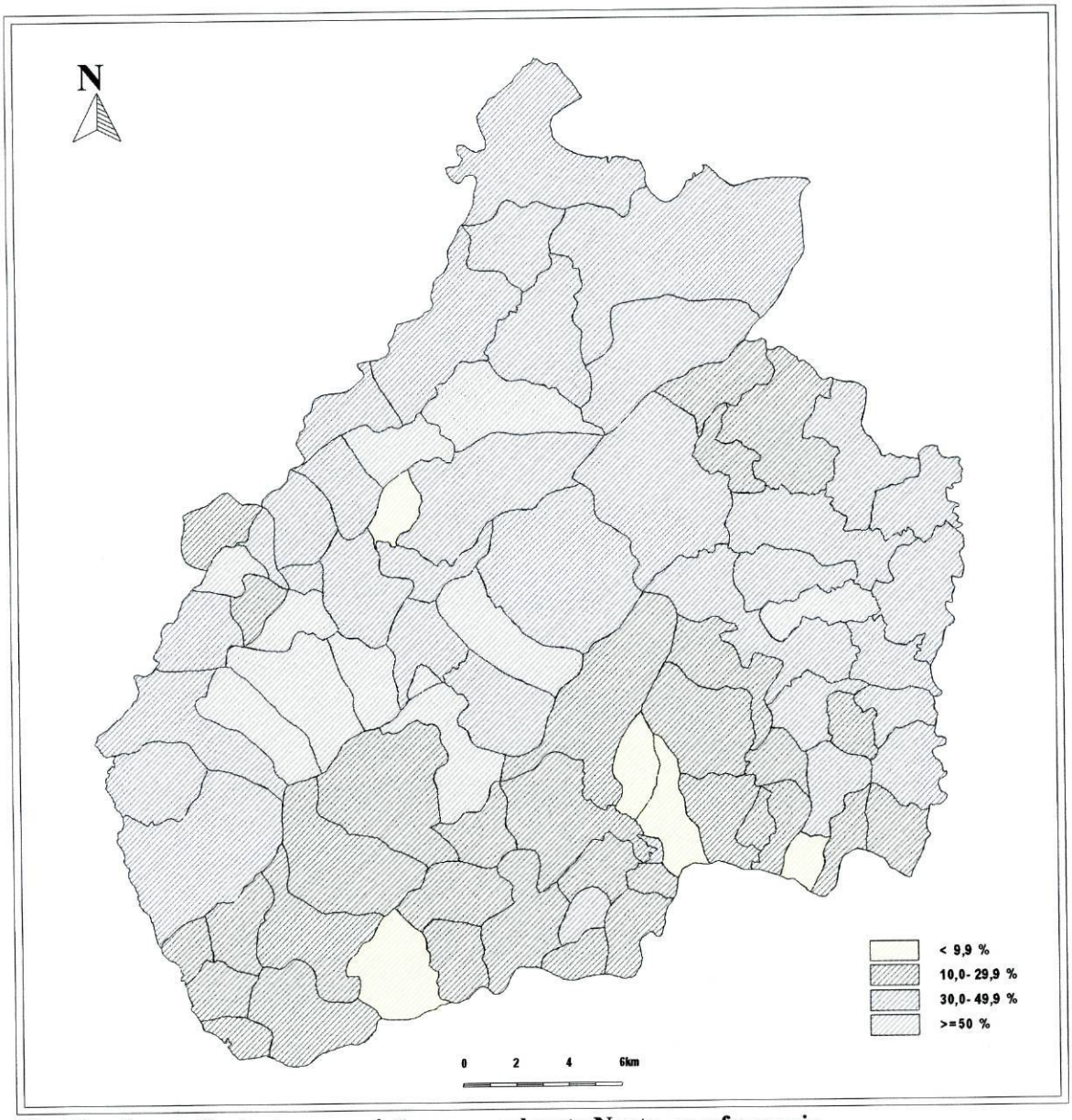



**Fig. 82 – Importância das exposições ao quadrante Norte, por freguesia**

Noutras trinta e cinco freguesias, entre 30% a 50% das vertentes estão expostas ao quadrante Norte, mas a importância do quadrante Sul é superior a 20%. A representatividade das vertentes expostas a Sul supera a do quadrante Norte em Tabuado, S. Miguel de Lobrigos, Paradança, Padronelo, Campeã e Sever.

As restantes freguesias, localizadas na *Região da Campeã* e no vale do Douro, evidenciam já uma situação mais favorável do que as anteriormente descritas, sendo o quadrante Sul o mais significativo em todas elas.

As freguesias que apresentam condições mais favoráveis em termos de exposição são Sta. Cristina, Fontelas, Sta. Cruz do Douro, Teixeiró e Sanche.

O grande desnível que existe entre a altitude máxima (1415 metros no vértice geodésico do Marão) e mínima (aproximadamente 50 metros no vale do rio Douro), num espaço muito curto (7,5 Km em linha recta), tem diferentes tipos de implicações, nomeadamente nos declives, assim como no comportamento dos elementos climáticos, com particular realce para a precipitação e temperatura.

Os declives condicionam a implantação das actividades humanas, sendo geralmente factores limitativos para a prática da actividade agro-florestal. Em cerca de 73% da Serra do Marão, os declives são superiores a 11° (Fig. 83, anexo A) e estendem-se por 537,9 $Km^2$(Quadro CVI, anexo B).

As vertentes com declives superiores a 18° que apresentam maior susceptibilidade de ocorrência de riscos naturais ocupam 42,6% da Serra do Marão, o que permite concluir que esta área serrana apresenta fortes limitações à actividade agrícola. Este aspecto ainda adquire maior importância, quando se sabe que os declives superiores a 30° se estendem por 8% da área em análise.

Muitos destes declives são explicados por factores de ordem tectónica, nomeadamente escarpas de falha (A. PEDROSA, 1993), assim como pela litologia, mais

concretamente pelo distribuição geográfica dos quartzitos. Os quartzitos são rochas que pelas suas características de dureza têm normalmente reflexos importantes na morfologia (F. REBELO, 1975). Apesar de quase todo o afloramento quartzítico, na Serra do Marão, se situar a meia encosta e, por tal, se encontrar mais sujeito à dinâmica dos processos erosivos, o certo é que contribui de forma indubitável para que os valores do declive dessas vertentes sejam sempre elevados e para que o seu processo de evolução seja mais lento.

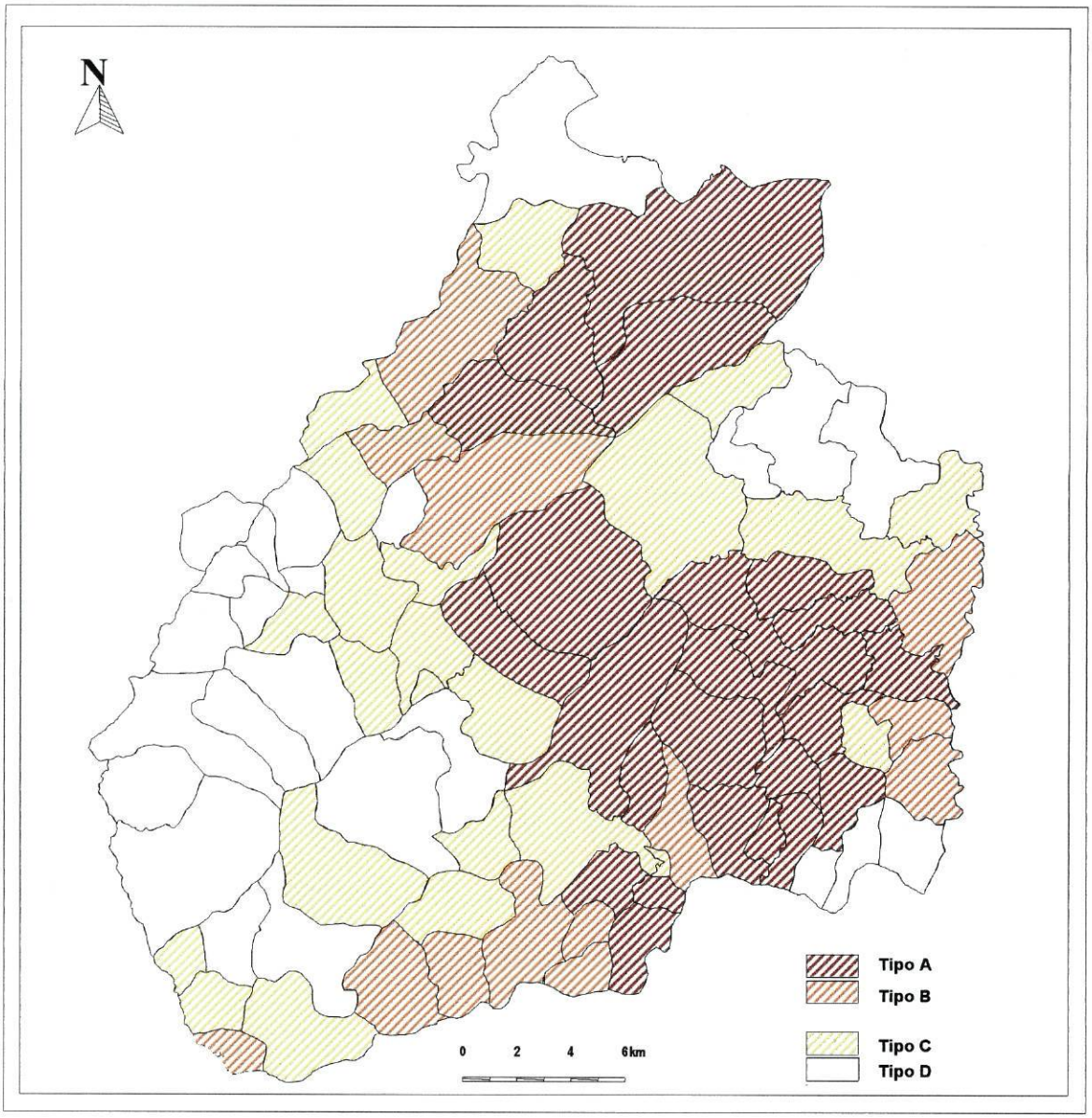
Os declives inferiores a 2° (3,5% da superfície da Serra) correspondem, quer a fundos de depressões e de vales, quer a pequenos retalhos aplanados. Pode-se dar como exemplo, para o primeiro caso, a depressão da Campeã e de Aboadela e, para o segundo, o nível correspondente ao cimo da serra da Aboboreira. No entanto, a ocupação agro-florestal é distinta devido à interferência da altitude e dos factores climáticos.

Em Peso da Régua (50,9%), em Mesão Frio (54,9%), Mondim de Basto (57,9%) e Sta. Marta de Penaguião (65,1%), as vertentes com declives muito fortes (superiores a 18°) correspondem a mais de metade da superfície destes agrupamentos.

Em face deste parâmetro morfológico, poder-se-ia pensar que a ocupação florestal seria dominante. No entanto, se a afirmação anterior é verdadeira no caso de Mondim de Basto, já em Peso da Régua, Mesão Frio e Sta. Marta de Penaguião a superfície agrícola é muito superior à florestal.

Apenas em S. Gonçalo, Lomba e Lufrei os declives superiores a 11° ocupam menos de 50% de cada uma delas, sendo insignificantes as áreas com mais de 30° de declive (Fig. 84). Nas restantes, pelo menos metade da freguesia tem declives superiores a 11° e verifica-se que, em muitas freguesias, este valor ascende a mais de 75%,

ocorrendo os valores mais fortes em Canadelo (91,4%), Fontes (91,6%), Fornelos (93,0%), Louredo (94,8%), Pardelhas (94,2%), Teixeiró (94,4%), Vinhós (93,0%).




Pelo menos 75% da superfície da freguesia tem declives > 11°

Tipo A - declives > 18° >= 40%
declives< 8°<15%

Tipo B - declives >18° < 40%
declives < 8° >= 15%

Menos de 75% da superfície da freguesia tem declives > 11°

Tipo C - declives > 18° >= 30%
declives < 8°<10%

Tipo D - declives > 18° < 40%
declives < 8°>=15%

**Fig. 84 – Classificação das freguesias em função da representatividade dos declives superiores a 11°**

Esta é a área da Serra do Marão com maiores limitações morfológicas para a prática agrícola e com consequências evidentes na acessibilidade Atendendo aos fortes declives que existem na Serra do Marão, a utilização agrícola de muitas vertentes é feita através de socalcos, o que frequentemente dificulta a introdução de mecanização, não só devido à reduzida dimensão dos socalcos, mas, sobretudo, por não existirem caminhos de acesso, os quais se numa altura em que o trabalho era fundamentalmente manual não eram importantes, agora com a mecanização crescente das tarefas agrícolas revelam-se um factor inibidor de alterações técnicas nas explorações (Foto 36 e 37), levando, mesmo, ao abandono de vastas áreas. Para este, também contribui o baixo rendimento que se obtém dessa exploração e a forte emigração que se verificou nestes locais, de que resultou a permanência somente da população mais idosa.

A fraca cobertura desta área com postos udométricos e estações meteorológicas não possibilita caracterizar com pormenor as condições climáticas da Serra do Marão e muito menos demonstrar a grande diversidade micro-climática[110].

Pelas implicações na actividade agrícola, a ocorrência de geadas é um aspecto fundamental. Da análise dos dados das duas estações meteorológicas inseridas na área (Peso da Régua e Vila Real) ressalta, desde logo, o número elevado de meses em que este parâmetro se manifesta. Para a estação meteorológica de Vila Real, esse período estende-se de Outubro a Maio. Isto significa que, apenas em Junho, Julho, Agosto e Setembro se encontra afastada a hipótese de ocorrência de geada. É nos meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro que se verifica o máximo de dias com geada. A sua variabilidade interanual é forte. Para o período de 1961 a 1991, os valores situam-se entre os 11 dias (1974) e os 69 dias (1986).

[110] Para conhecer as limitações das estações meteorológicas e dos postos udométricos no conhecimento climático do Marão, conferir A. Pedrosa, 1993.



**Foto 36 - Socalcos de reduzidas dimensões na freguesia de Carneiro – concelho de Amarante (Junho, 1996).**



**Foto 37 - Ocupação das vertentes na ribeira de Murgido, nas proximidades do lugar de Granja- freguesia de Candemil, concelho de Amarante (Dezembro, 1995).**

Em todos os anos estudados, o número de dias de ocorrência de geada é superior a 10, mas em 2,6% dos anos esse valor não ultrapassa os 30 dias. De salientar, no entanto, que em 16,4% dos anos os valores ultrapassaram os 50 dias anuais.

Para a estação meteorológica de Peso da Régua, o período em que ocorre este fenómeno é, naturalmente, menor - Outubro a Abril, notando-se, todavia, uma maior variabilidade interanual já que o número de dias com geada varia entre 5 (1966) e 84 (1970). Ao contrário do que se passa em Vila Real, alguns anos apresentam menos de 10 dias com geada (9,7%), porém, os valores mais significativos situam-se entre os 20 e os 40 dias, pois ocorrem em 54,8% dos anos em análise. Poucas vezes se ultrapassa 50 dias de geada por ano (9,7%). No entanto, é, também, nos meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro que se regista maior incidência deste fenómeno.

Com o aumento da altitude o número de dias em que ocorre geada será superior àquele que se verifica na estação meteorológica de Vila Real. Este facto agravar-se-á ainda mais por influência da exposição das vertentes. Assim, aquelas que estão voltadas para Noroeste, Norte e Nordeste terão, sem dúvida, um maior número de dias com geada não só porque as temperaturas são baixas, mas também porque a humidade ao nível do solo poderá ser maior. Surgem também em distâncias muito curtas contrastes térmicos (A. PEDROSA, 1993)[111].

A queda de neve nas altitudes mais elevadas acontece quase todos os anos e pode manter-se no solo ao longo de vários dias. Este facto ocorre, fundamentalmente, nas altitudes superiores a 1000 metros. Somente nas vertentes voltadas a Norte e Noroeste surge abaixo deste limite (A. PEDROSA, 1993). A sua maior expansão, como aconteceu em Dezembro de 1996, é um fenómeno esporádico.

[111] A. Pedrosa (1993) apresenta vários exemplos que comprovam a situação descrita.

Note-se, contudo, que nem só a altitude tem repercussões na distribuição da precipitação. A disposição do relevo é também um factor muito importante à escala local e regional (S. DAVEAU, 1978). No caso específico do alinhamento montanhoso Marão - Alvão, S. DAVEAU (1978) demonstrou que este conjunto constitui uma importante barreira aos ventos que sopram de Oeste e de Noroeste, mas que, ao alongar-se segundo o eixo dos ventos do quadrante Sul, também os canaliza ao longo dos vales do Tâmega e do Corgo. Este facto, aliado à diversidade de tipos de tempo pluviosos que atingem Portugal, reflecte-se na distribuição da precipitação neste maciço montanhoso (S. DAVEAU, 1977; L. CUNHA, 1983). Esta apresenta uma grande variabilidade interanual quer em termos de quantidade quer em termos de frequência e podem ocorrer, num único mês, valores verdadeiramente excepcionais, ultrapassando os 500 mm e mesmo os 1000 mm (A. PEDROSA, 1993). A. PEDROSA (1993) demonstra haver diferenças significativas na distribuição da precipitação na Serra do Marão, que se relacionam com a exposição das vertentes e com as massas de ar que afectam a região.

Assim, na parte ocidental da Serra do Marão, a quantidade de precipitação é mais elevada do que no lado oriental, mesmo quando as altitudes a que se encontram os postos udométricos é inferior (A. PEDROSA, 1993, 1994). O facto de esta Serra apresentar uma direcção geral NNE-SSW faz com que as massas de ar marítimo vindas dos quadrantes oeste e sudoeste tenham uma subida rápida, originando precipitações elevadas nas partes mais elevadas. A análise deste elemento climático demonstrou que o posto udométrico da Campeã, que se encontra a 800 metros de altitude, é o que apresenta a precipitação média mais elevada. Mas talvez mais importante que a distribuição anual é o facto de a maior parte da precipitação anual que se verifica ocorrer em dias com mais de 10 mm de precipitação.

Com base no comportamento dos três parâmetros físicos analisados, classificou-se as freguesias em função da intensidade dos condicionalismos físicos (Quadro CVII, anexo B). A área com maiores limitações (altitudes mais elevadas, declives mais fortes e maior incidência das exposições ao quadrante norte) é constituída por dezanove freguesias localizadas na parte central da Serra do Marão (Fig.85). A envolvê-

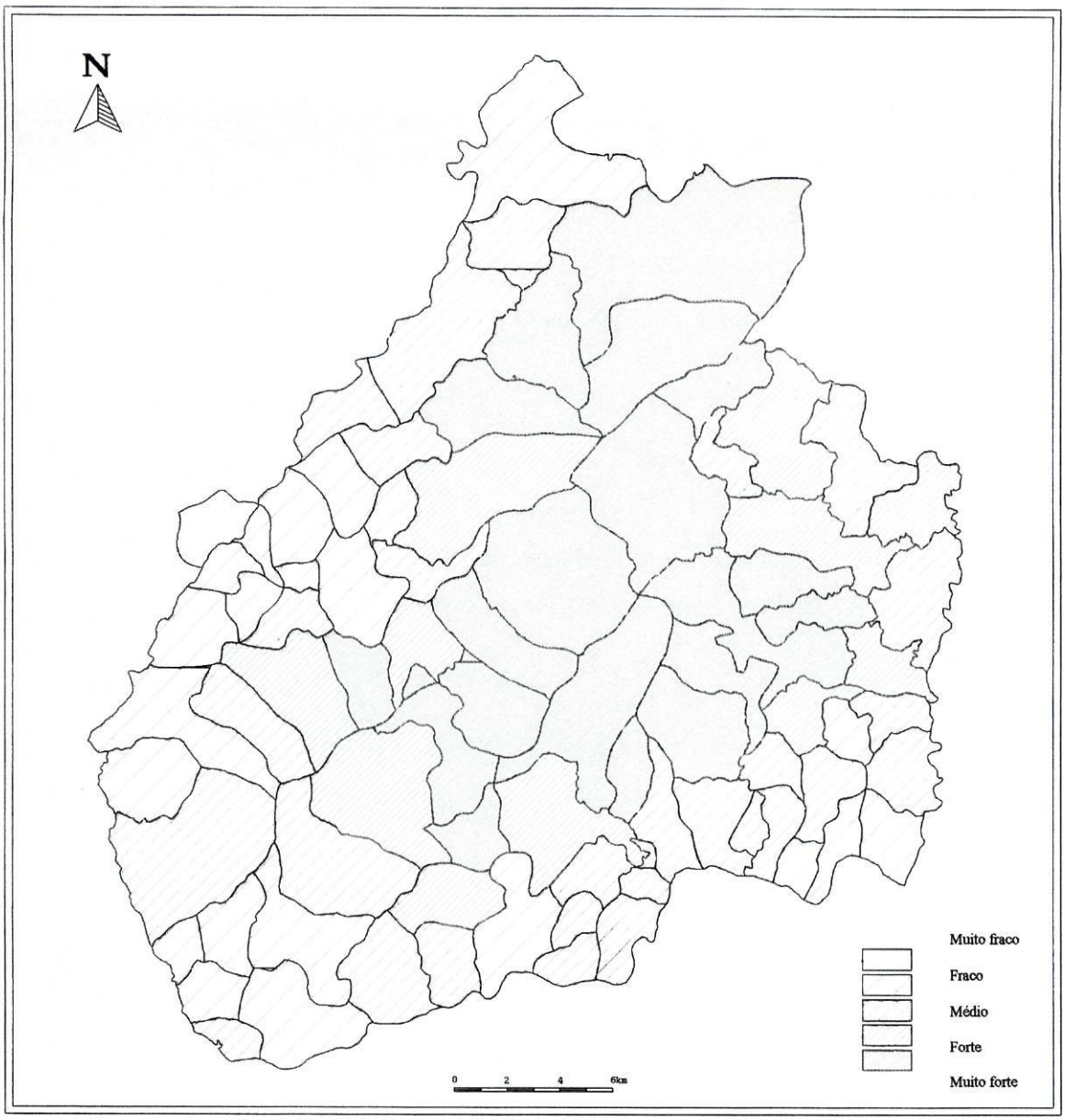



**Fig. 85 – Classificação das freguesias em função da intensidade dos condicionalismos físicos.**

la existem onze freguesias onde as características físicas criam ainda fortes restrições aos usos do solo. Apenas em S. Gonçalo, a conjugação das três variáveis analisadas não constitui um factor restritivo à ocupação do solo, pois os valores obtidos foram os mais baixos da área.

A definição destes contrastes é fundamental para alicerçar estratégias de ordenamento territorial para a Serra do Marão.

### 2.1.2 - A ocupação do solo

Os contrastes físicos apresentados contribuem para a compreensão da heterogeneidade na ocupação do solo[112]. O tratamento da imagem de satélite, apoiado por intenso trabalho de campo, levou a definir três classes de uso do solo: área urbana, área agrícola e área de bravio[113].

As áreas urbanas ou em urbanização são pouco significativas em todos os agrupamentos, ocupando em cada um deles menos de 3% da superfície. Os valores mais elevados são apresentados pelos agrupamentos de Peso da Régua e Marco de Canaveses (Quadro CVIII).

A importância do espaço edificado é particularmente elevada, como seria de esperar, em Godim, S. Nicolau, S. Gonçalo e Madalena (Fig.86). Embora com valores significativamente menores, destacam-se, ainda, Campelo, Tabuado, Cepelos, Lomba,

[112] As características da ocupação do solo apresentadas referem-se a 1994.
[113] As subclasses definidas podem, ainda ser mais pormenorizadas, mas, atendendo à escala de análise, considerou-se a opção tomada como a mais conveniente.

## Quadro CVIII
## Ocupação do solo, por agrupamento

| Classes de uso do solo | Amarante Área | | Baião Área | | Mondim de Basto Área | | Marco de Canaveses Área | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | $m^2$ | % | $m^2$ | % | $m^2$ | % | $m^2$ | % |
| Área urbana | 998434,94 | 0,03 | 891963,21 | 0,69 | 35479,5 | 0,76 | 253007,1 | 0,28 |
| Agricultura com predomínio de culturas temporárias | 7405283,28 | 4,06 | 1069576,92 | 5,45 | 0071132 | 0,83 | 8675930 | 2,09 |
| Vinha contínua (não pertencente à RDD) | 054900,48 | 0,04 | 581718,99 | 0,98 | 222172,5 | 0,27 | 88300,45 | 0,61 |
| Vinha da RDD com processo de armação tradicional | | | | | | | | |
| Vinha da RDD com processo de armação moderno | | | | | | | | |
| Área de vinha em reestruturação | | | | | | | | |
| Agricultura sem culturas permanentes | 32194,59 | 0,42 | 179037,99 | 0,27 | 6190 | 0,1 | 7659,9 | 0,14 |
| **Total de Lavradio** | **0292378,4** | **5,52** | **1830334** | **1,7** | **1389494,5** | **2,2** | **9641890** | **3,8** |
| Vegetação arbustiva | 9633945,25 | 5,04 | 4929050,41 | 4,47 | 4747194,9 | 5,67 | 156419,53 | 3,0 |
| Povoamento puro de eucalipto | 606454,78 | 0,88 | 662408,06 | 0,03 | 109546,9 | 0,34 | 562248,41 | 0,47 |
| Povoamento puro de pinheiro | 3358199,55 | 7,08 | 6757896,85 | 0,73 | 3497994,7 | 4,76 | 324112,65 | 3,31 |
| Floresta mista com predomínio de espécies de folha persistente | 8555981,05 | 0,42 | 661166,24 | 0,87 | | | 118185,76 | 1,11 |
| Floresta mista com predomínio de espécies de folha caduca | 8388495,28 | 0,33 | 3829542,73 | 9,64 | 895710 | 0,27 | | |
| Floresta de espécies de folha caduca | 3188904,4 | 0,69 | 782042,95 | 0,36 | | | | |
| **Total de Bravio** | **42731980** | **2,44** | **6622107** | **6,1** | **4250446,5** | **7,04** | **4160966** | **3,9** |

| Classes de uso do solo | Mesão Frio Área | | Peso da Régua Área | | Sta Marta de Penaguião Área | | Vila Real Área | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | $m^2$ | % | $m^2$ | % | $m^2$ | % | $m^2$ | % |
| Área urbana | 22578,01 | 0,25 | 141595,81 | 0,66 | 55254,50 | 0,05 | 31515,95 | 0,15 |
| Agricultura com predomínio de culturas temporárias | 571346,19 | 0,11 | 194170,16 | 0,12 | 253905,59 | 0,98 | 9887929,6 | 4,61 |
| Vinha contínua (não pertencente à RDD) | | | | | | | 008530,4 | 0,25 |
| Vinha da RDD com processo de armação tradicional | 999297,12 | 5,54 | 150922,67 | 2,01 | 521313,86 | 0,71 | | |
| Vinha da RDD com processo de armação moderno | 819378,46 | 4,27 | 1789239,59 | 7,49 | 0666292,30 | 9,05 | | |
| Área de vinha em reestruturação | 891226,2 | 1,23 | 711459,41 | 0,32 | 513840,19 | 0,68 | | |
| Agricultura sem culturas permanentes | 77168,35 | 0,08 | 47108,46 | 0,04 | 173882,98 | 0,63 | 311752,48 | 0,1 |
| **Total de Lavradio** | **7558416,3** | **8,23** | **2292900** | **1,98** | **802934,50** | **4,05** | **4208212** | **0** |
| Vegetação arbustiva | 812343,35 | ,04 | 037744,18 | 8,74 | 429995,74 | 0,74 | 2639213,5 | 5,64 |
| Povoamento puro de eucalipto | 8886,96 | 0,35 | 42885,53 | 0,8 | | | 361539,6 | 0,4 |
| Povoamento puro de pinheiro | 323942,01 | 0,14 | 726958,7 | 0,03 | 802974,11 | 0,17 | 1898444,2 | 4,73 |
| Floresta mista com predomínio de espécies de folha persistente | 92359,02 | 0,69 | 359237,72 | 0,17 | 757021,69 | 0,33 | 142604,29 | 0,36 |
| Floresta mista com predomínio de espécies de folha caduca | 030168,27 | 1,77 | 921132,67 | 3,8 | 030796,17 | 3,39 | 4605414,6 | 8,07 |
| Floresta de espécies de folha caduca | 08685,06 | 0,53 | 069783,82 | 0,83 | 253425,37 | 0,27 | 019083,73 | 0,69 |
| **Total de Bravio** | **856384,67** | **0,52** | **9457743** | **5,37** | **8354212,80** | **4,9** | **5666300** | **8,9** |

Fonte: Tratamento de Imagem de satélite SPOT, 1994

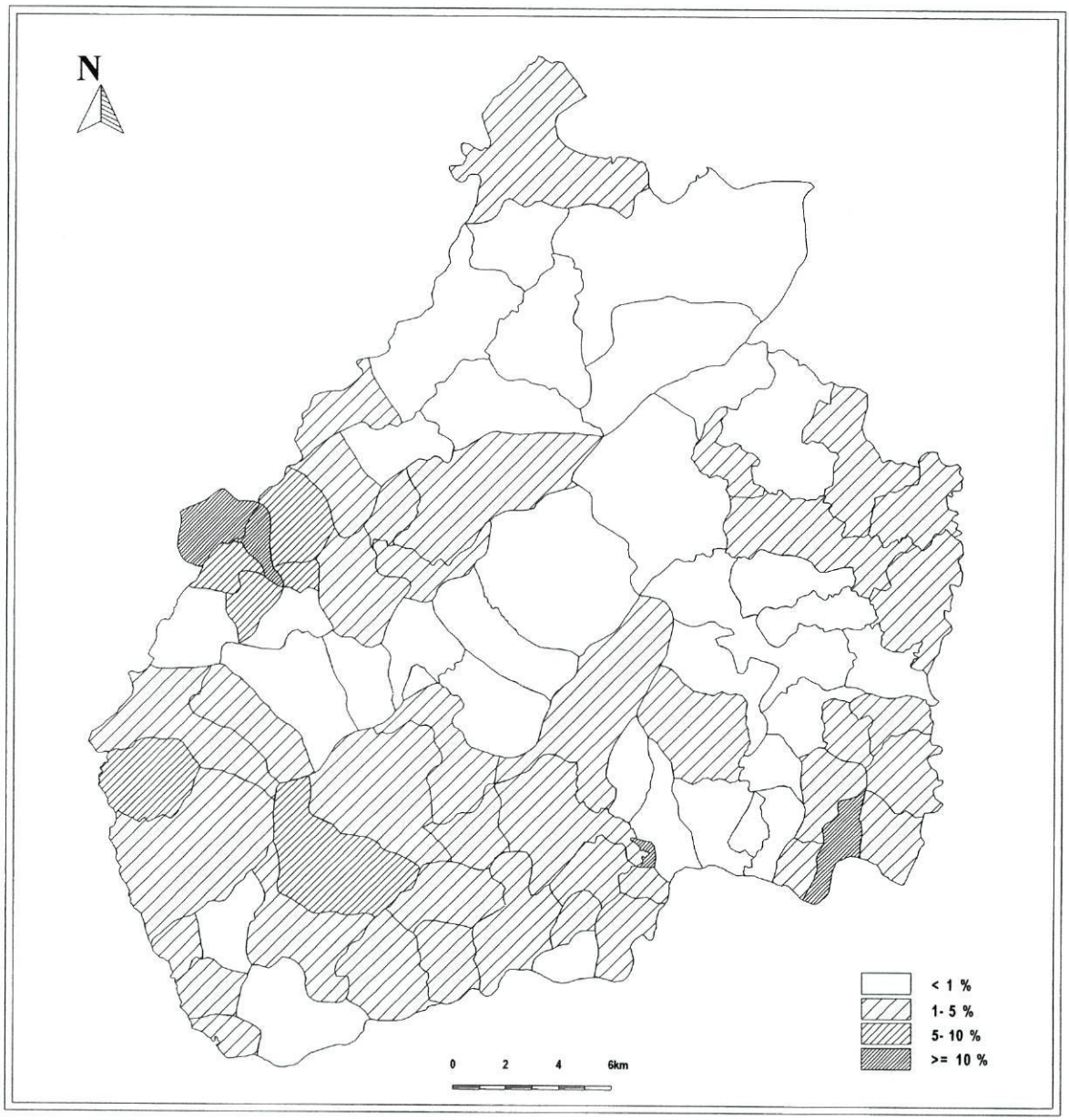



**Fig. 86 – Taxa de ocupação urbana em 1994**

Lufrei e Padronelo, onde a área urbana ocupa entre 5 e 10% da superfície total da freguesia (Quadro CIX, anexo B).

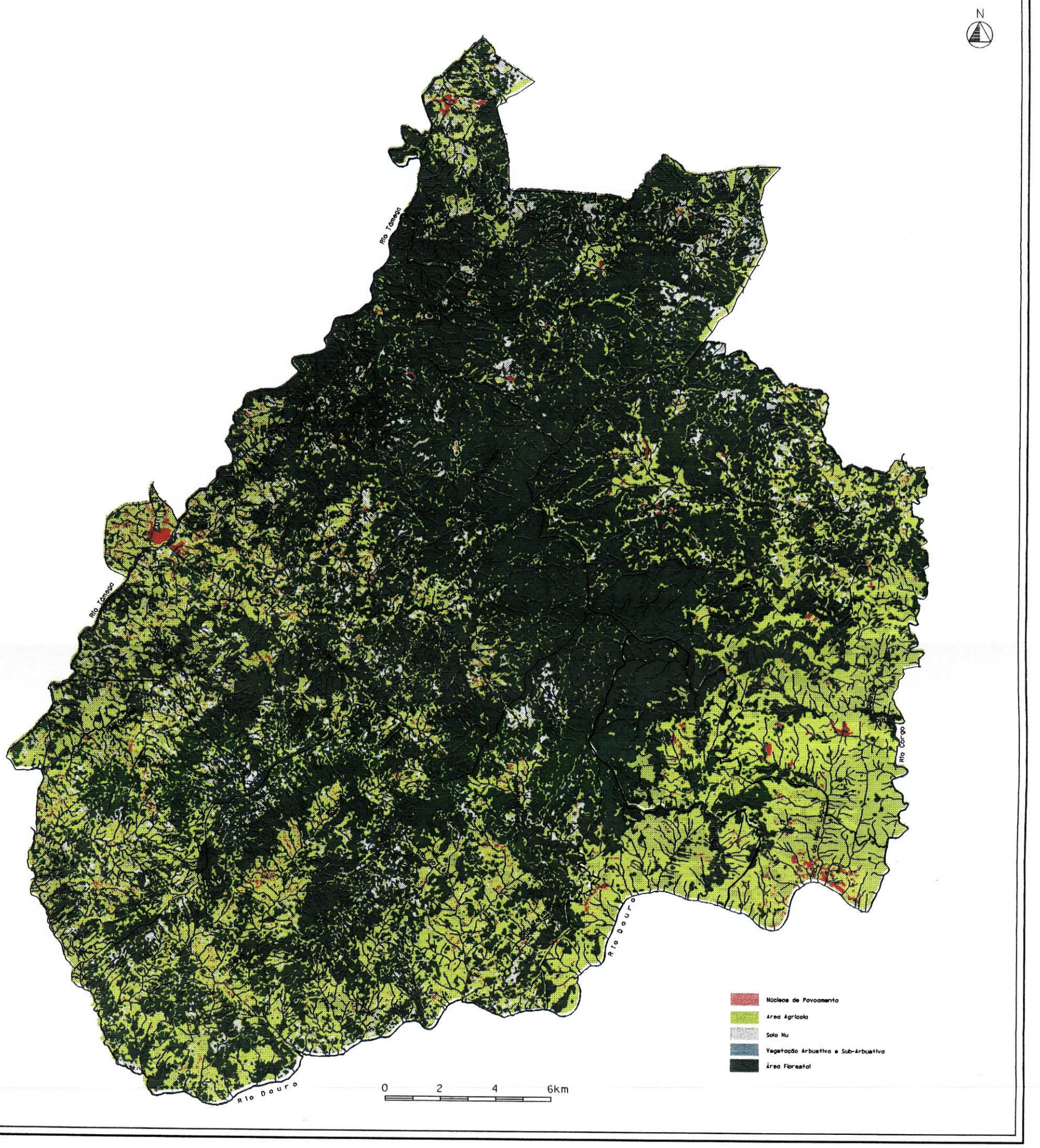
As menores taxas de ocupação ocorrem em Rebordelo (0,03%), Ansiães (0,1%), Vinhós (0,1%), Teixeiró (0,1%), Grilo (0,2%), Carneiro (0,2%) e Canadelo (0,2%), embora em muitas outras os valores também sejam muito reduzidos.

Nos agrupamentos de Mesão Frio, Peso da Régua, Sta. Marta de Penaguião e Marco de Canaveses, predomina a área agrícola comparativamente à de bravio, o que já não acontece nos restantes agrupamentos (Fig. 87). O bravio ocupa mais de 70% da superfície de Mondim de Basto (77,0%) e de Amarante (72,4%).

Os contrastes apresentados são, ainda, mais acentuados quando encarados à escala de freguesia. Na Região Demarcada do Douro, a área agrícola ocupa mais de 50% da superfície de cada freguesia, atingindo mesmo cerca de 5% em S. João de Lobrigos (Fig. 88). A extensão do lavradio não é tão intensa em Vinhós, Fontes e Sedielos, porque estas freguesias da Região Demarcada do Douro estendem-se até à parte mais elevada da Serra do Marão, onde as condições climáticas já não são propícias à cultura da vinha.

Na parte norte e nordeste, as áreas agrícolas são descontínuas e pouco extensas, aproveitando fundos de vales e pequenas rechãs. Aí a extensão do lavradio é inferior a 15%. Por exemplo, em Canadelo, apenas 8,5% da sua superfície é ocupada pela agricultura. Estas freguesias com reduzida importância da área agrícola localizam-se a altitudes mais elevadas, apresentam declives fortes, sendo os xistos e os quartzitos as formações litológicas dominantes. No entanto, também na Região Demarcada do Douro as características litológicas e morfológicas são idênticas, se bem que a extensão do lavradio seja muito elevada, como se constatou. As condições climáticas desempenham um papel fundamental na explicação desta diferenciação.

A distribuição do bravio mostra-se oposta à área de lavradio, já que, como foi afirmado as áreas urbanas não possuem relevância. As freguesias em que a área de bravio é superior a 75% da área total são aquelas que apresentam maiores condicionalismos de ordem física.




Fonte: Imagem de satélite SPOT,1994

**Fig. 87 – A Serra do Marão: grandes contrastes no uso do solo**

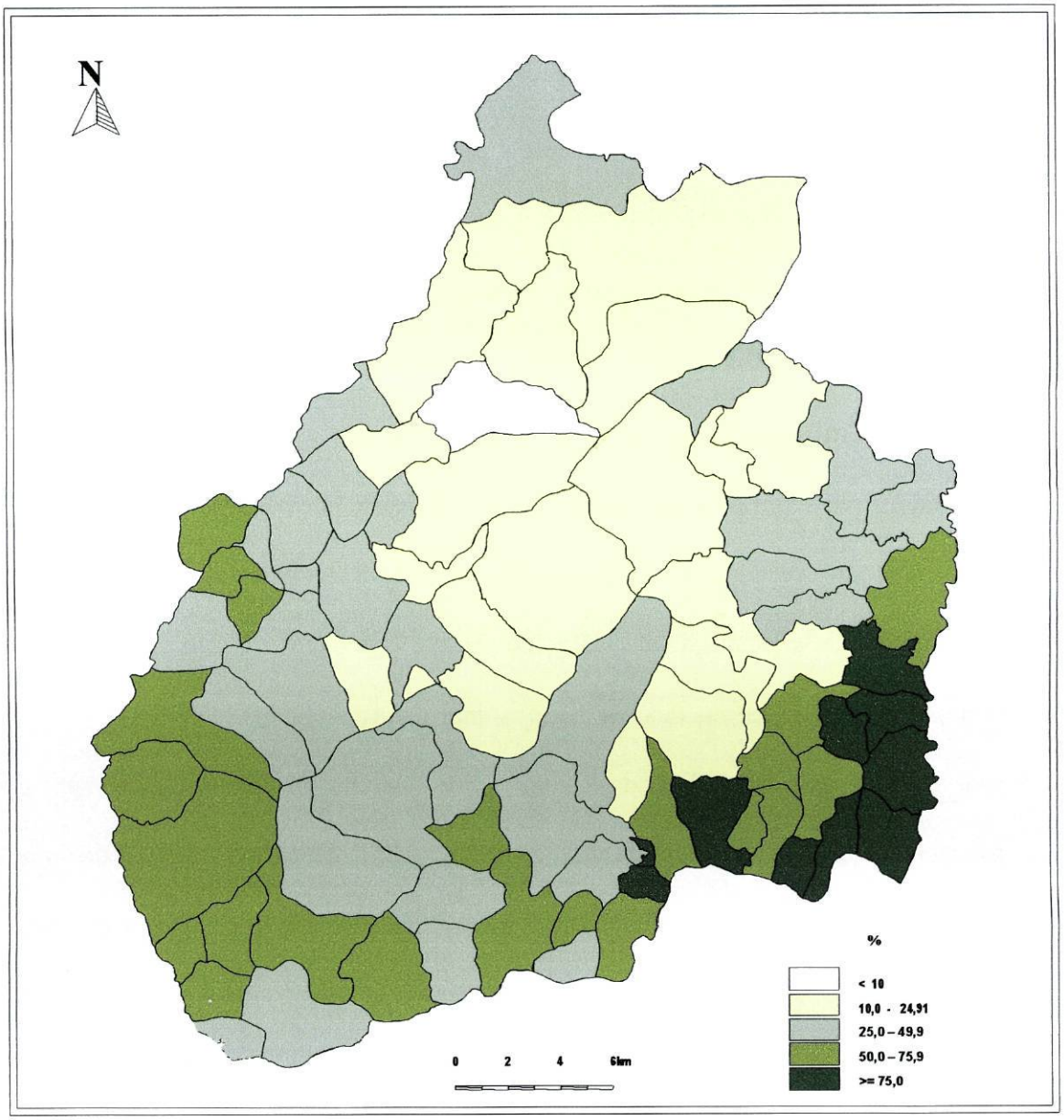



**Fig. 88 – Percentagem de área agrícola em 1994, por freguesia**

Na área de lavradio distinguiram-se as seguintes subclasses: agricultura com predomínio de culturas temporárias; agricultura exclusivamente de culturas temporárias; área de vinha contínua não pertencente à Região Demarcada do Douro; área de vinha

contínua pertencente à Região Demarcada do Douro, onde se diferenciaram as vinhas com processo de armação tradicional, as vinhas com processo de armação moderno e área de vinha em reestruturação (Quadro CX, anexo B).

Nos agrupamentos de Amarante (Fig. 89, anexo A), Baião (Fig. 90, anexo A) e Mondim de Basto (Fig. 91 anexo A), surge uma agricultura mista com predomínio das espécies temporárias. A dimensão das parcelas é, frequentemente, muito reduzida, devido às características morfológicas desta área.

A maior parte das parcelas agrícolas estão delimitadas por vinha, que surge em latada (Foto 38), ramada ou, mesmo, em enforcado, como acontece, nomeadamente, na depressão de Aboadela e no vale alveolar do rio Ovil. As parcelas com vinha contínua que têm vindo a aumentar de ano para ano (Foto 39) atingem 1275 ha (o que representa menos de 5% da superfície de cada um dos quatro agrupamentos referidos). No entanto, pode dizer-se que, em Loivos da Ribeira e Sta Marinha do Zêzere, apresentam maior representatividade – respectivamente, 13,1% e 11,2% da superfície de cada uma das referidas freguesias - (Foto 40). As outras espécies permanentes, como a oliveira e as árvores de fruto, surgem em pequenos conjuntos ou de uma forma dispersa nos campos. Por exemplo, no lugar de Ermelo, nas vertentes expostas a Oeste, a oliveira dá uma feição particular à paisagem.

As características agrícolas delineadas também se verificam no agrupamento do Marco de Canaveses (Fig. 92, anexo A), mas neste a agricultura pratica-se em 53,8% da superfície. Em Tabuado, Soalhães e Várzea de Ovelha e Aliviada, mais de metade de cada uma destas freguesias é ocupada por este tipo de agricultura. A vinha contínua existe, mas com fraca expressão. As culturas temporárias não associadas a culturas permanentes não têm significado.



**Foto 38 - Vale do rio Fornelo: vinha em latada, ocupação do solo numa vertente (Junho, 1996).**

No agrupamento de Vila Real (Fig. 93, anexo A), a maior parte da área agrícola também é ocupada por uma agricultura mista com predomínio das culturas temporárias. No entanto, a superfície ocupada com parcelas agrícolas sem quaisquer culturas permanentes ascende a 4,1% é muito superior à existente nos outros agrupamentos. A sua maior expressão ocorre em Quintã (12,9% da superfície da freguesia), Campeã (8,1%) e Vila Cova (5,1%) (Foto da Campeã).



**Foto 39 - A área de vinha contínua na freguesia de Gondar - Amarante (Outubro, 1995).**



**Foto 40 - Socalcos com vinha em Sta Marinha do Zêzere - Baião ( (Março,1999).**

Na Região Demarcada do Douro, é nítida a predominância da vinha (Foto 41) (Fig. 94, anexo A; Fig. 95, anexo A; Fig. 96, anexo A). Contabilizaram-se 1327,7 ha de vinha em reestruturação e a extensão das formas de armação moderna aumenta constantemente (Foto 42). Nas freguesias de S. João de Lobrigos, S. Miguel de Lobrigos, Sanhoane, Fontelas e Peso da Régua, mais de 75% da sua superfície está ocupada por vinha. Aqui as áreas agrícolas com o predomínio de culturas temporárias ou exclusivamente temporárias são muito pouco significativas (Foto 43).



**Foto 41 - A cultura da vinha, nas proximidades de Fontes - Sta. Marta de Penaguião (Junho, 1995).**



**Foto 42 - Coexistem vários tipos de armação da vinha - freguesia de Oliveira - Mesão Frio (Março de 1999).**



**Foto 43 - Culturas temporárias no vale do rio Aguilhão – Sever, Sta. Marta de Penaguião (Julho, 1996).**

Na área de bravio foram consideradas oito subclasses: vegetação arbustiva; vegetação subarbustiva; solo a nu; povoamento puro de eucalipto; povoamento puro de pinheiro; floresta mista com predomínio de espécies de folha persistente; floresta mista com predomínio de espécies de folha caduca; floresta de espécies de folha caduca.

As florestas em que as espécies de folha caduca predominam ou são dominantes ocupam 14799,4 ha (Foto 44) e, ainda, têm particular importância nas vertentes que envolvem a depressão da Campeã (2162,5 ha em Torgueda; 743,8 ha na Campeã). Pelo contrário, não surgem na área de Marco de Canaveses (Quadro CXI, anexo B).



**Foto 44 - Soutos nas vertentes do Marão que rodeiam a depressão da Campeã (Março, 1999).**

É de notar que o eucalipto, embora se apresente em franca expansão, ainda ocupa áreas pouco significativas em quase todos os agrupamentos da Serra do Marão e

nalguns (sobretudo em Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio) é praticamente uma espécie inexistente. É em Baião e Amarante que os povoamentos puros de eucalipto ocupam maior área (respectivamente 866 ha e 960 ha) (Foto 45). Sendo uma espécie em expansão, importa controlar o seu avanço em busca de uma floresta multifuncional e adaptada às características edáficas e climáticas da Serra do Marão.

No que se refere à distribuição das espécies arbustivas e subarbustivas é evidente a forte concentração nos agrupamentos de Amarante, Baião e Mondim de Basto. Deste modo, parece que a explicação se encontra directamente relacionada com a presença de altitude, declives fortes e, ainda, com a incidência dos incêndios. É em Canadelo, Fontes, Sedielos, Vinhós e Pardelhas que este tipo de formação vegetal assume maior importância, pois afecta mais de 30% de cada uma das freguesias.



**Foto 45- Os eucaliptos também estão presentes nas proximidades de Tijão- Campanhó, Mondim de Basto (Março 1999).**

De facto, no espectro vegetal desta Serra, é notório o desaparecimento das espécies arbóreas acima dos 900-1000 metros de altitude (Foto 46). A sua existência acima deste limite altitudinal deriva da tentativa de reflorestação, que só é bem sucedida se as espécies escolhidas se adaptarem às condições climáticas de frio, de elevada precipitação, de ventos fortes e, ainda, às deficientes condições edáficas.

Os povoamentos puros de resinosas estendem-se por 13 246,6 ha e concentram-se, fundamentalmente, em Amarante e Mondim de Basto. Não se destinam apenas à produção de lenha, mas também de resina (Foto 47). Em Ansiães, Olo, Rebordelo, Paradança e Campanhó mais de 40% da sua superfície é ocupada por povoamentos puros de pinheiros, o que demonstra bem a importância que aí possuem.



**Foto 46- A vegetação rasteira que ocupa muitas das vertentes da Serra do Marão serve de alimento ao gado caprino (Março 1997).**



**Foto 47 - Exploração de resina na área de Mondim de Basto (Março, 1998).**

A floresta mista com predomínio de espécies de folha persistente, embora esteja presente em toda a Serra, tem particular significado na parte ocidental (agrupamento de Amarante - 1855,6 ha). É de realçar, mais uma vez, a sua forte concentração na área do agrupamento de Amarante. De facto, em todos os outros agrupamentos, esta floresta possui menor importância e é em Mondim de Basto, Mesão Frio e Peso da Régua que se atingem os valores percentuais mais baixos. As espécies predominantes são o pinheiro bravo e o eucalipto, o que não significa, no entanto, que não surjam outras espécies como carvalhos e sobreiros. (Foto 48). É, fundamentalmente, floresta de regeneração natural, por vezes, de fraca densidade. Em Sanche e Salvador do Monte, cerca de 15% da superfície é ocupada por este tipo de floresta, enquanto que nas restantes freguesias tem menor expressão.



**Foto 48 - Sobreiros e pinheiros mansos no vale do Douro - freguesia de Frende, Baião (Setembro, 1996).**

A importância da componente florestal em cada freguesia avaliada em função da extensão permite concluir que em Olo, Quintã e Rebordelo possui um significado muito elevado pois ocupa mais de 70% da área da freguesia. Noutras vinte e três freguesias, a componente florestal tem, ainda, um significado elevado; no entanto, as características florísticas dos povoamentos são distintas. Assim, se, em Campanhó e Rebordelo, predominam povoamentos puros de resinosas, em Quintã e Ovil, são os povoamentos mistos com predomínio de espécies de folha caduca que possuem maior expressão. Desta forma, questionar a importância da componente florestal no desenvolvimento rural destas áreas implica, obviamente, equacionar as características fundiárias, florísticas, as condições do meio e a funcionalidade da floresta. Não se pode também deixar de referir que as manchas florestais apresentam, por vezes, dimensões reduzidas e muito dispersas (Foto 49).



**Foto 49 - No vale da ribeira de Raimonde, em Mesão Frio, surgem pequenas manchas florestais inseridas nas áreas de vinha (Março, 1999)**

Nas restantes freguesias a floresta não ocupa superfícies tão extensas e em S. João de Lobrigos, Godim, S. Gonçalo e Sanhoane não tem qualquer significado em termos de ocupação do solo.

Sublinhe-se, contudo, que a análise dos contrastes territoriais na ocupação do solo pode também ser encarada tendo como unidade de referência a bacia hidrográfica (Fig. 87).

No vale do rio Olo, que nasce na Serra do Alvão, a agricultura faz-se em fundos de vale pouco extensos ou em pequenas rechãs. As manchas agrícolas mais extensas são nas proximidades de Ermelo (em área de xisto), de Fridão e Vila Chão do Marão (em área granítica). A floresta é fundamentalmente de resinosas e o eucalipto já surge tanto integrado em povoamentos mistos como puros.

A ocupação do solo no vale do rio Ovelha[114] evidencia duas secções distintas:

- junto às cabeceiras, os solos são esqueléticos e o xisto aflora frequentemente. Predomina a vegetação herbácea e arbustiva. Surgem pequenas manchas florestais de resinosas e nos fundos de vale a floresta mista;

- na área granítica, as manchas agrícolas são mais extensas, salientando-se as depressões de Aboadela, Padronelo e toda a área do Marco de Canaveses. A floresta é mista nos vales de alguns afluentes do rio Ovelha (nomeadamente nos vales do rio Fornelo e da Ribeira da Goiva) e predominam os carvalhos. Na vertente NW da Aboboreira e na freguesia de Sanche (vertente NW da depressão de Aboadela), o eucalipto já surge com algum significado.

Os limites da bacia hidrográfica do rio Ovil coincidem com as serras da Aboboreira e do Castelo, onde predomina a vegetação herbácea e arbustiva. A meia encosta surge a floresta mista, sendo expressivos os carvalhos. Os eucaliptos são particularmente densos na vertente NW da serra do Castelo. As depressões de Ovil e Gove são ocupadas por uma agricultura com predomínio das espécies temporárias, onde a vinha surge predominantemente em latada e ramada.

A ribeira de Sta. Marinha do Zêzere (pequeno afluente da margem direita do rio Douro) corre num vale aberto sobre granito. A principal cultura é a vinha, pois toda esta área pertence à Região Demarcada dos Vinhos Verdes.

O rio Teixeira com a bacia de recepção na parte mais alta da Serra do Marão apresenta ao longo do seu vale ocupações distintas:

- junto às cabeceiras e enquanto corre sobre xistos, as manchas agrícolas são insignificantes e em socalcos, como se pode observar junto a Mafómedes;

[114] Nasce na vertente ocidental do Marão, na área de Pena Suar, a cerca de 1200 metros de altitude.

- na secção intermédia, a ocupação é diversificada. Os valeiros de pequenos afluentes em Teixeira/Alto de Quintela e Teixeiró são utilizados para a agricultura. A floresta apresenta uma composição florística variada. A juzante da povoação de Barroncal, na margem esquerda junto às freguesias de Sta. Cristina e S. Nicolau, que fazem parte da Região Demarcada do Douro, a vinha torna-se a cultura dominante;

- na secção terminal, a ocupação do solo é semelhante à do vale da Ribeira de Sta. Marinha do Zêzere.

O vale do rio Aguilhão nasce no ponto mais alto da Serra do Marão, desenvolvendo a sua bacia hidrográfica na parte oriental desta mesma Serra, reflecte a transição entre a área de culturas temporárias e a área do Douro, de culturas permanentes. Neste vale podem ser definidas três áreas:

- As cabeceiras que correspondem a áreas de declives violentos e onde predomina a vegetação arbustiva e sub-arbustiva, desenvolvendo-se algumas manchas florestais.

- A secção média da bacia hidrográfica, na qual se verifica a existência de manchas de floresta mista, imiscuindo-se vinha de fundo de vale e de meia encosta.

- A parte terminal, a juzante de Fornelos, onde domina a cultura da vinha, embora nos fundos de vale surjam frequentemente parcelas com culturas temporárias. Um bom exemplo deste tipo de ocupação é a depressão da Veiga drenada por um pequeno afluente do rio Aguilhão.

A ribeira da Meia Légua, afluente do rio Corgo, apresenta o fundo do seu vale e as suas vertentes praticamente todas ocupadas por vinha, já que as outras culturas ou a ocupação florestal não possuem qualquer tipo de expressão. Todo o seu trajecto faz-se na Região Demarcada do Douro.

Já na bacia hidrográfica da ribeira de Seromenha, verifica-se uma ocupação do solo mais diversificada, do que na ribeira de Meia Légua. Nas proximidades das fragas da Ermida (a cerca de 1300 m de altitude), predomina a ocupação do solo por espécies sub-arbustivas e arbustivas e a rocha a nú aflora. Conforme a altitude vai baixando vão surgindo com maior frequência florestas mistas com predomínio de espécies de folha caduca ou, mesmo, algumas áreas com eucaliptos. Quando as altitudes passam a ser inferiores a 400 metros, a vinha torna-se a cultura dominante.

****

Em síntese, individualizam-se na Serra do Marão três áreas distintas em função da ocupação do solo:

- a Região Demarcada do Douro, fundamentalmente agrícola. Apenas as freguesias que se estendem até à parte serrana evidenciam maior importância das formações herbáceas e florestais;

- a parte norte e noroeste onde a agricultura, se bem que importante em termos de economia de muitas das explorações, ocupa áreas pouco extensas e descontínuas. É o domínio das formações florestais;

- a região da Campeã e a parte ocidental e Sudoeste onde a actividade agrícola ocupa grande parte do solo. Os sistemas de cultura são diversificados em função das características climáticas e morfológicas. A floresta apresenta-se muito diversificada.

Assim, conclui-se que a definição de uma estratégia de desenvolvimento rural para esta área serrana não pode menosprezar a forte heterogeneidade paisagística, pois as componentes floresta e agricultura têm importâncias e funcionalidades bem distintas.

## 2. 2 - O sector agro-pecuário entre o tradicionalismo e a modernidade

A agricultura é muito importante na Serra do Marão não só em termos de ocupação do solo ou como fonte de rendimento, mas também pelas implicações sobre os recursos naturais e a qualidade ambiental. A agricultura de hoje tem necessariamente um carácter multifuncional, pois, além da produção de alimentos e matérias primas não alimentares também garante, de certo modo, a preservação do ambiente (C. CAVACO,1996).

O Recenseamento Geral da Agricultura de 1989 apurou 9 992 explorações agrícolas, com uma área total de 33 847 ha, dos quais 59,5% são SAU[115]. Em 1989, em toda a área de estudo, com excepção de Baião, a SAU ocupa mais de 50% da superfície total das explorações. Todavia, à escala da freguesia, os contrastes são muito significativos (Quadro CXII, anexo B). É nas freguesias da Região Demarcada do Douro, na parte Norte da Serra do Marão e, ainda, em Carvalho de Rei, Carneiro e Loivos da Ribeira, que a SAU representa mais de 75% da superfície total das explorações. Encontram-se valores superiores a 90% em Canadelo e em muitas freguesias da Região Demarcada do Douro. Nas restantes freguesias, a área agrícola é menos extensa.

A extensão das "*terras de velho*" tem vindo a aumentar. De facto, em 1989, cerca de 959 ha de terras agrícolas já não estão a ser utilizadas e encontram-se exemplos desta situação[116] em toda a área de estudo. No entanto, se em Gestaçô e Ovil mais de 50 ha de terras agrícolas não estão a ser agricultadas, já nas freguesias dos agrupamentos de Mesão Frio, Peso da Régua e Sta Marta de Penaguião as parcelas nesta situação não têm

[115] Com base na imagem de satélite a área agrícola estendia-se por 30 025 ha e o bravio por 50 866 ha

significado. O abandono de terras agrícolas continuou a acentuar-se ao longo dos anos noventa e manifesta-se em todos os agrupamentos. Esta situação tem vários factores explicativos.

Se numa época de forte pressão demográfica se justificou o máximo aproveitamento das áreas possíveis de serem agricultadas, com a diminuição da mão-de-obra consequência dos fortes fluxos migratórios, as terras menos produtivas acabaram por serem abandonadas. Em muitas aldeias, a população que ainda permanece vai envelhecendo e torna-se incapaz de continuar a cultivar todas as terras de que dispõem, optando por deixá-las à mercê da invasão de espécies bravias ou transformando-as em pastagens (Foto 50).



**Foto 50 - S. Gonçalo (freguesia de Loureiro - Peso da Régua): também na área do Douro se encontram antigas parcelas de vinha que foram abandonadas (Março, 1997).**

É patente em muitos agricultores um certo desinteresse pela actividade agrícola resultante das dificuldades em produzir a preços competitivos, o que dificulta o escoamento da produção. Também se encontram proprietários que não gostam de alienar o seu património fundiário e procuram mesmo ampliá-lo, mas que não se preocupam em rentabilizá-lo, pois a sua actividade fundamental não é a agricultura (Foto 51). Alguns deles são emigrantes que retornaram ao país e procuram ampliar o seu património fundiário.

Para além de todos os factores apontados, não se pode deixar de referir que a própria morfologia da área tem implicações no abandono de parcelas agrícolas. De facto, nas áreas de forte declive, a mecanização é difícil e, frequentemente, nem sequer existem acessos para o tractor (Foto 52).



**Foto 51 - Freguesia de S. João de Ovil ( concelho de Baião): o novo proprietário deixa os terrenos sem qualquer utilização, nem permite que os rebanhos da aldeia aí pastem (Fevereiro, 1999).**

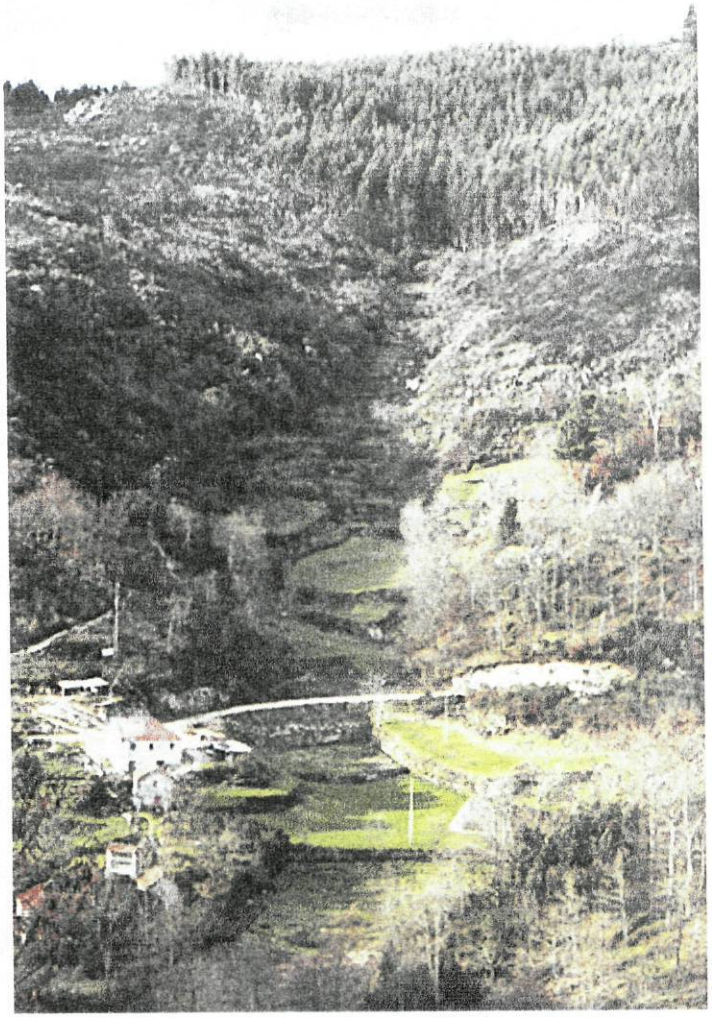


**Foto 52 - Freguesia de Carneiro (concelho de Amarante): abandono dos campos de acesso mais difícil (Março, 1999).**

### 2.2.1 - A diversificação espacial da produção agrícola

A noção de especialização/diversificação na agricultura pode ser aplicada a diversos elementos (à exploração, ao "*terroir*", à região) e ser analisada de uma forma mais ou menos complexa consoante se refere à utilização do solo, à natureza das

produções, ao conjunto do sistema de produção, aos meios técnicos, à interligação com o sector industrial (N. MATHIEU, 1985).

A análise da especialização de cada exploração apresenta vantagens, pois permite definir diferentes tipos de unidades agrícolas com base na diversificação dos produtos e também das estruturas de produção. Esta abordagem poderá permitir um diagnóstico mais preciso da viabilidade económica e das vantagens competitivas de cada exploração e, por conseguinte, potencializar os investimentos do sector público e apoiar, de uma forma mais consistente, a definição dos princípios programáticos das políticas agrícolas.

Todavia, em face das limitações das estatísticas oficiais, as noções de diversidade e de especialização aplicadas à globalidade da Serra do Marão, serão analisadas apenas à escala de freguesia. Conscientes que as ambiguidades entre a especialização dos agentes e do território pode ser, de certo modo superada na medida em que a proporção de explorações ou de SAU especializada pode permitir a definição de espaços agrícolas especializados[116].

Como se verificou no capítulo anterior, pela análise da paisagem, a área agrícola da Serra do Marão apresenta-se muito contrastada em termos de composição do sistema produtivo, a que as condições edafo-climáticas e morfológicas não são, de modo algum, estranhas. No entanto, importa mencionar factores históricos (por exemplo, a delimitação da Região Demarcada do Douro no século XVIII, a reflorestação dos baldios e as suas consequências económicas e sociais), demográficos (o êxodo rural), económicos (a criação de estruturas organizativas de recolha de leite, as cooperativas vitivinícolas) e geográficos (a implantação periférica de áreas urbanas importantes).

[116] Seria importante que o próximo Recenseamento Agrícola reformulasse o inquérito e o tratamento da informação de modo a permitir classificar as explorações pelo menos ao nível da diversificação dos produtos e dos sistemas de produção

O recenseamento de 1989 evidencia a forte diferenciação existente entre a ocupação temporária e permanente. Segundo esta fonte, existem 8 795 ha de terra arável limpa, 9 925 ha de terras com culturas permanentes, 1 126 ha de pastagens permanentes e cerca de 1% da superfície total é ocupada por hortas familiares e terras limpas.

Este panorama global assume-se territorialmente diferenciado (Quadro CXIII; Quadro CXIV, anexo B). Nos agrupamentos da Região Demarcada do Douro, situa-se 63,7% da superfície com culturas permanentes de toda a Serra do Marão[117]. Já no de Baião, a elas está consagrada 35,8% da SAU, enquanto que, nos outros agrupamentos, ocupava menos de 25%. Na maior parte das freguesias dos agrupamentos de Sta. Marta de Penaguião, Peso da Régua e Mesão Frio e, ainda, em Loivos da Ribeira (concelho de Baião), mais de 90% da SAU é ocupada por culturas permanentes, com especial destaque para a vinha.

**Quadro CXIII**
**Número de explorações e superfície segundo a utilização por agrupamento**

| Freguesias | Total de Explorações | | | | Terra arável | | Culturas permanentes | | Pastagens permanentes | | Horta familiar e terra limpa | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nº explor. | Área total (ha) | Área florest. (ha) | S. A U. (ha) | Nº explor. | Sup (ha) | Nº explor. | Sup (ha) | Nº explor. | Sup (ha) | Nº explor. | Sup (ha) |
| AMARANTE | 1537 | 6361 | 2763 | 3331 | 1490 | 2312 | 1330 | 779 | 143 | 208 | 1228 | 34 |
| BAIÃO | 2875 | 11112 | 4911 | 5256 | 2810 | 3086 | 2806 | 1879 | 466 | 242 | 1990 | 71 |
| MARCO CANAVESES | 628 | 2697 | 1227 | 1349 | 612 | 975 | 597 | 320 | 93 | 43 | 288 | 15 |
| MESÃO FRIO | 842 | 1880 | 333 | 1507 | 44 | 19 | 842 | 1428 | 8 | 8 | 748 | 52 |
| MONDIM BASTO | 517 | 1698 | 143 | 1485 | 464 | 900 | 468 | 258 | 259 | 217 | 56 | 10 |
| PESO RÉGUA | 1020 | 3047 | 716 | 2284 | 119 | 62 | 1015 | 2179 | 3 | 6 | 765 | 38 |
| S M PENAGUIÃO | 1648 | 3816 | 902 | 2868 | 105 | 75 | 1630 | 2716 | 5 | 2 | 1023 | 74 |
| VILA REAL | 925 | 3236 | 855 | 2074 | 849 | 1366 | 427 | 366 | 278 | 300 | 602 | 43 |
| **SERRA DO MARÃO** | **9992** | **33847** | **11850** | **20154** | **6493** | **8795** | **9115** | **9925** | **1255** | **1126** | **6700** | **337** |

Fonte: Recenseamento Agrícola, INE, Lisboa, 1989.

[117] Não se incluem aqui os prados permanentes.

Em freguesias da margem do Douro - Frende, Ribadouro, Sta Marinha do Zêzere – e nas envolventes da área anteriormente referida - Teixeiró, Tresouras, Sedielos, Fontes, Louredo e Parada de Cunhos - as culturas permanentes, ainda, ocupam mais de metade da SAU.

Em Paradança e em Covelas, há um certo equilíbrio entre a superfície ocupada por culturas permanentes e temporárias, enquanto que, nas restantes freguesias, as culturas temporárias ocupam uma superfície superior à das culturas permanentes.

As pastagens permanentes estendem-se por 1126 ha (5,6% da SAU do Marão, existindo em 1255 explorações - 12,6%), mais de metade dos quais se distribuem pelos agrupamentos de Mondim de Basto (317 ha) e de Vila Real (300 ha). Nos de Mesão Frio, Sta Marta de Penaguião e Peso da Régua, os prados permanentes não existem na maior parte das freguesias ou, então, ocupam uma superfície muito pequena. É nas freguesias mais serranas que os prados permanentes têm maior extensão: Mondim de Basto ( 124 ha), Ermelo (113 ha) e Canadelo (112 ha). Nesta última, eles ocupam 85,5% da SAU (Foto 53). Os prados permanentes, muito importantes para o gado miúdo e para o gado autóctone, continuam a estar sujeitos a queimadas, na execução das quais os Serviços Florestais colaboram, frequentemente.

As hortas familiares[118] surgem em todas as freguesias, com a única excepção de Paradança, apesar de ocuparem uma área muito pequena da SAU pois a sua percentagem nunca ultrapassa os 4,5% (Gôve). De facto, em sessenta e duas freguesias, mais de 50 % das explorações têm hortas familiares e essa percentagem ascende a mais de 90% em vinte e três delas que se concentram fundamentalmente nos agrupamentos de Amarante e Baião e nas freguesias periféricas da Região Demarcada do Douro, onde a

[118] O RGA de 1989 define-as como tendo superfície, normalmente inferior a 20 ares, reservada à cultura de produtos hortícolas, frutos e flores destinados fundamentalmente ao auto-consumo (INE, 1989).

importância das altitudes elevadas já se faz sentir. Mesmo na Região Demarcada do Douro, as hortas familiares têm importância já que, exceptuando Fontelas, Peso da Régua, Godim, Loureiro, Cumieira, Sanhoane, S. João de Lobrigos, S. Miguel de Lobrigos e Sever, em todas as outras freguesias, elas surgem em mais de 75% das explorações.



**Foto 53 - Parque Natural do Alvão (área agrícola de Barreiro - freguesia de Ermelo, Mondim de Basto): estas parcelas deixaram de ser agricultadas e transformaram-se em pastagens (Março, 1997).**

Comparando as conclusões extraídas com as obtidas através da imagem de satélite, pode concluir-se que, embora o Recenseamento Geral Agrícola se refira a 1989 e a imagem de satélite seja de 1994, as alterações no uso do solo que se processaram entre as datas referidas não explicam as diferentes conclusões que se extraem da análise das duas fontes referidas. A principal razão explicativa das diferenças reside no facto de o RGA analisar a extensão da área agrícola e florestal pertencente a explorações

agrícolas que preenchiam os requisitos impostos pelo INE, enquanto que a imagem de satélite se refere ao uso do solo de toda a área de estudo. Se esta última fonte referida permite efectivamente, obter a representatividade dos diferentes usos e, por conseguinte, obter uma imagem da realidade, as informações do RGA referem-se a espaços cujos contornos territoriais não são conhecidos. Para exemplificar, pode referir-se alguns dos casos mais contrastantes que evidenciam a validade das conclusões apresentadas.

Por exemplo, na freguesia de Peso da Régua com uma superfície de 576 ha[119], o RGA apresenta uma SAU de 770 ha, enquanto que através da imagem de satélite se obteve 491 ha. Já em relação à superfície das áreas florestais, os valores provenientes das duas fontes são muito aproximados. Uma situação semelhante também se regista em Sta. Leocádia, Loivos da Ribeira e S. Nicolau.

A observação da paisagem de Canadelo permite concluir que se trata de uma freguesia com uma reduzida área agrícola em redor da povoação, envolta por extensa área de bravio. Se a imagem de satélite traduz esta realidade (8,5% de lavradio e 91,3% de bravio), ela é completamente *"distorcida"* pelo RGA. De facto, este leva a concluir que 91% da superfície das explorações é agrícola, com uma extensão de 144 ha, enquanto que a superfície da freguesia, segundo a Carta Administrativa do Território, é de 1295 ha e a obtida pela imagem de satélite é de 1367 ha. Outras freguesias serranas, como, por exemplo, Campanhó, Ermelo, Pardelhas e Campeã, com baldios ou terras pertença do Estado, também evidenciam numa situação semelhante.

Pode assim concluir-se que a análise da ocupação agro-florestal das freguesias através da imagem de satélite é a forma mais precisa de fazer essa abordagem. Obviamente que numa paisagem com a morfologia agrária da Serra do Marão, com uma

[119] Segundo a imagem de satélite, obteve-se uma área de 557 ha, mas segundo o RGA o total da área das explorações é de 1128 ha, valor muito superior à superfície da própria freguesia considerada pela Carta Administrativa do Território.

forte fragmentação dos usos do solo, a resolução de 15 metros da imagem de satélite utilizada não é ainda a ideal. A próxima geração de satélites, cujo lançamento está previsto para 1999 e para o início do próximo milénio, permitirá, porém, a muito curto prazo trabalhar com resolução de 5 metros e mesmo de 1 metro. Note-se, por último, que imagem de satélite apresenta ainda uma outra vantagem: permite um acompanhamento da evolução dos usos do solo[120].

#### 2.2.1.1 - Culturas permanentes

A vinha é, sem dúvida, a cultura permanente com maior expressão em termos de superfície ocupada e de maior importância económica na Serra do Marão. De facto, apenas as freguesias de Campeã, Pena, Mondrões, Torgueda, Quintã e Vila Cova, localizadas na vertente oriental da Serra, estão fora de qualquer região demarcada, pois não existem condições climáticas propícias à cultura da vinha. Aqui a influência da altitude sobre o clima é determinante. Com efeito, a existência de um longo período frio com frequentes geadas tardias que podem ocorrer entre Outubro e Maio (A. PEDROSA, 1993) e um período estival não suficientemente quente restringem a implantação da vinha.

Esta faz parte do sistema de cultura de 8 983 (92,0%) explorações e, em todos os agrupamentos, mais de 88% das unidades de produção têm vinha (Quadro CXV, anexo B). Apenas no de Vila Real tem pouco significado, pois só existe em cerca de 37,2% das explorações.

[120] O único inconveniente é, ainda, o preço elevado das imagens.

Sta. Marta de Penaguião, Mesão Frio, Peso da Régua e, ainda, Parada de Cunhos do agrupamento de Vila Real estão integrados na Região Demarcada do Douro (Fig. 97). Aqui domina largamente a monocultura da vinha, aproveitando as condições

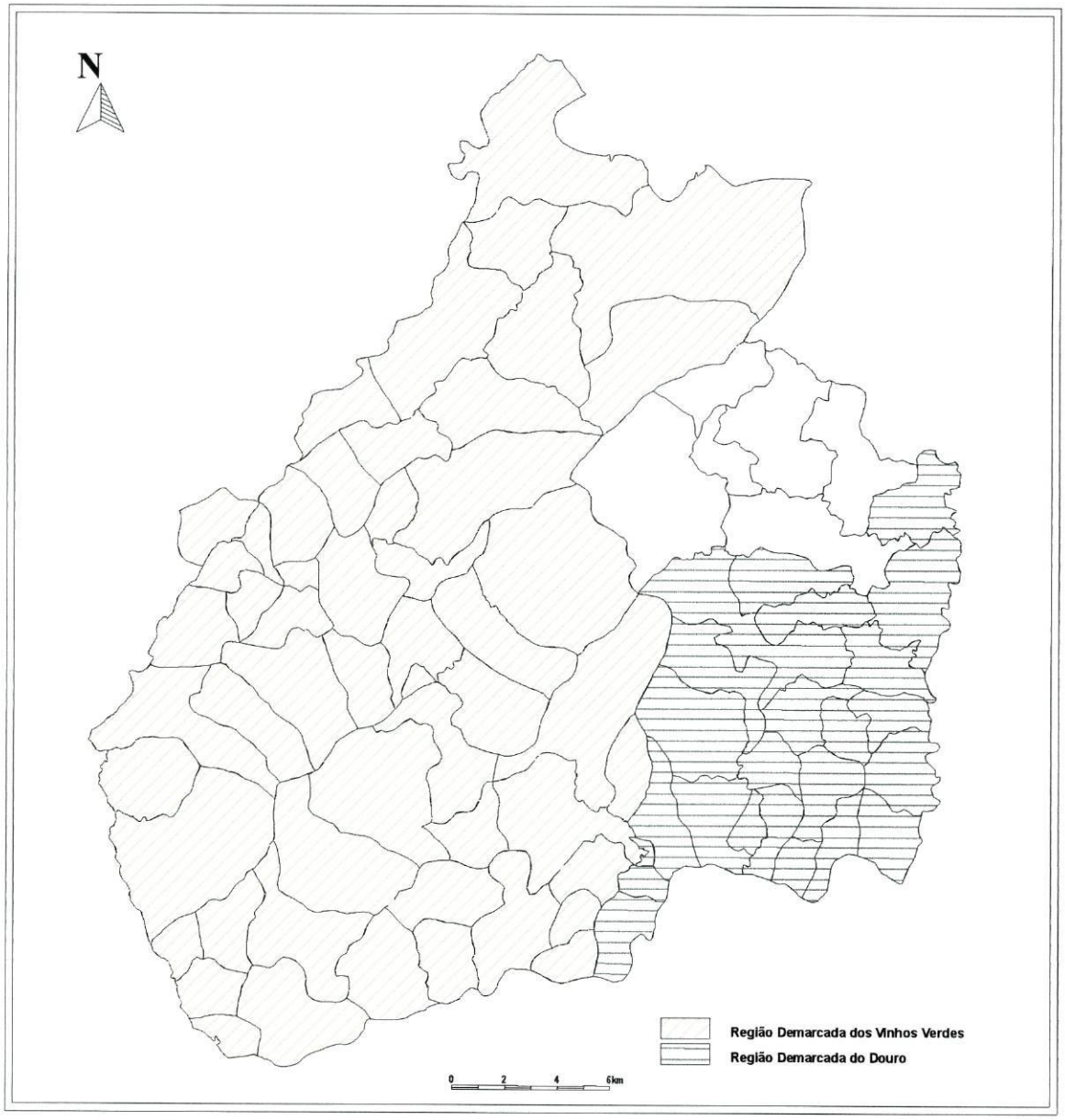


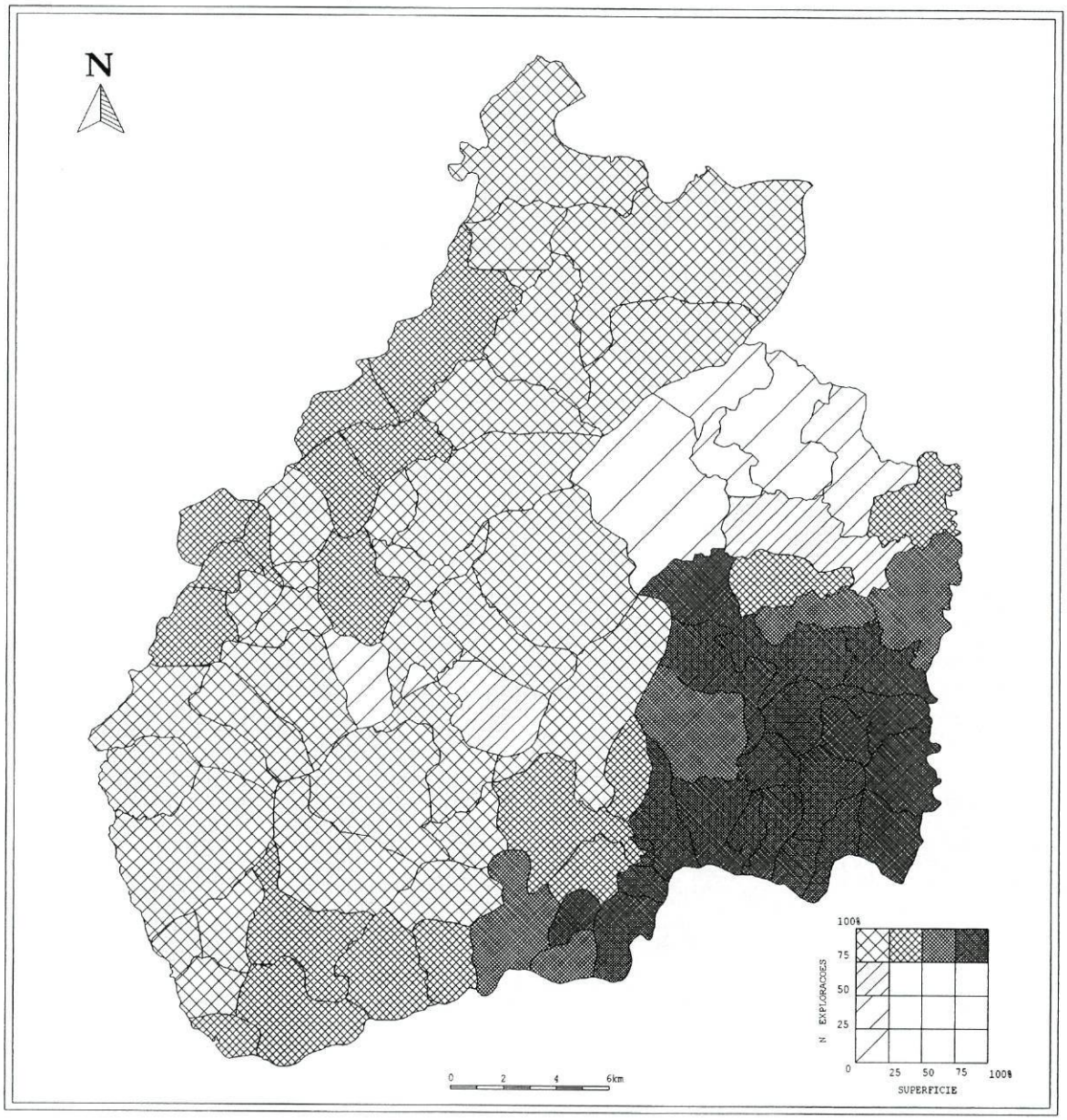

**Fig. 97 – A Serra do Marão entre duas regiões demarcadas: a Região Demarcada dos Vinhos Verdes e a Região Demarcada do Douro**

micro-climáticas e geomorfológicas. Aí, mais de 85% da SAU é ocupado por vinha e, em freguesias como Fontelas, Godim, Peso da Régua, Sanhoane, S. João de Lobrigos, S. Miguel de Lobrigos e Sever, esta cultura ocupa praticamente toda a SAU - mais de 95%- (Foto 54).A parte ocidental da Serra, constituída pelos agrupamentos de Amarante, Baião, Marco de Canaveses e Mondim de Basto pertence à Região Demarcada dos Vinhos Verdes. Nos últimos anos tem aumentado a superfície de vinha contínua, mas na maior parte das explorações esta cultura integra-se num sistema de policultura. A maior parte da vinha está armada em ramadas, latadas ou, ainda, em enforcado, a contornar as parcelas agrícolas que, por vezes, não passam de pequenos *quintais*. Já em Mondim de Basto, Marco de Canaveses, Amarante, Baião e Vila Real, a mesma é inferior a 30% da SAU, não obstante o elevado número de explorações. Esta situação resulta, por um lado, da importância da pequena produção familiar para autoconsumo e, por outro, da reduzida extensão de vinha contínua nos campos.

Relacionando o número de unidades agrícolas com vinha, com a área a ela destinada, foi possível confirmar os contrastes na sua distribuição assim como a sua integração no sistema produtivo das explorações da Serra do Marão (Fig. 98).

Na Campeã, Pena, Quintã e Vila Cova, não há condições climáticas para a existência de vinha. Esta apenas está presente em locais com melhor exposição e mais abrigados dos ventos de oeste, ocupando menos de 5 ha.

Em Mondrões e Carvalho de Rei, embora as explorações com vinha fossem mais numerosas (cerca de 30%) que no caso anterior, representam apenas 5% da SAU.




Fonte: Recenseamento Geral Agrícola, INE,. Lisboa, 1989

**Fig. 98 – Superfície ocupada por vinha em cada freguesia segundo o número de explorações**

Em Torgueda e Carneiro, mais de metade das explorações têm vinha que ocupa, todavia, uma extensão reduzida (inferior ou igual a 25%). Destina-se, fundamentalmente, ao consumo do agregado familiar.



**Foto 54 - Parcela de vinha na freguesia de Cidadelhe (Mesão Frio) em que se adoptou a técnica de plantio de vinha segundo os declives e onde foi necessário diminuir o impacto da erosão do solo (Fevereiro, 1999).**

Nos agrupamentos de Mondim de Basto, Marco de Canaveses e em grande número das freguesias de Amarante e Baião, mais de 75% das explorações possuem vinha, embora ocupem, apenas, uma área inferior a 25% da SAU.

Nalgumas freguesias dos dois últimos agrupamentos referidos, a superfície com esta cultura oscila entre os 25 e 50%. Neste sistema de policultura, a vinha é uma das componentes, mas a sua importância na economia das explorações varia entre dois limites - num extremo, o autoconsumo familiar e, no outro, a maior parte de produção para venda quer sob a forma de uva quer sob a forma de vinho.

Em Frende e Sta. Marinha do Zêzere - nas margens do rio Douro - e em Sedielos, Cumieira e Fornelos - freguesias da Região Demarcada do Douro -, mais de 90% das unidades de produção têm vinha, ocupando áreas que se situam entre 50 e 75%

da SAU. Desta forma pode concluir-se que se está numa área de grande importância desta cultura, facto que, apesar de a vinha normalmente surgir associada a outras culturas, não significa que não existiam explorações exclusivamente dedicadas à monocultura da vinha.

As restantes freguesias, localizadas na parte SE da Serra do Marão, são o pleno domínio da monocultura da vinha e do contraste entre pequenas explorações de menos de 1 ha e das grandes "quintas" pertença das empresas de produção, nomeadamente de Vinho do Porto.

Nas áreas de vinha com processos modernos de armação, a vinha é exclusiva, mas, nas de armação tradicional, a oliveira surge a ladear as parcelas de vinha (Foto 55). De facto, esta é uma outra cultura permanente que tem uma certa importância na área em estudo pois existe em 2604 explorações, embora a superfície ocupada seja reduzida (Quadro CXVI, anexo B). É na freguesia da Cumieira (integrada na Região Demarcada do Douro) -144 ha, 20,1% do total de oliveira da área do Marão - e nas vertentes soalheiras de Ancede e Sta. Cruz do Douro (ambas nas margens do Douro), que esta espécie vegetal ocupa maior extensão. No entanto, noutras freguesias dispersas por toda a Serra- Aboadela, Frende, Sta. Cruz do Douro, Teixeiró, Campanhó, Cumieira e Fornelos - mais de 70% das unidades agrícolas possuem oliveira que ocupa entre 7 a 23% da SAU de cada uma das freguesias. Esta cultura surge até à altitude de 600 metros, sobretudo nas vertentes voltadas a Sul, na maior parte dos casos em pequenos olivais (Foto 56), embora sejam muito frequentes as oliveiras mais ou menos dispersas ou mesmo a ladear os campos de vinha.

Encontram-se na Serra do Marão outras árvores de fruto que adquirem fundamentalmente um carácter disperso, sendo pouco significativos e extensos os pomares contínuos (Foto 57) cuja implantação tem vindo a ser apoiada.



**Foto 55 - A oliveira a delimitar propriedades na depressão de Peso da Régua (Março, 1999).**



**Foto 56 - Na freguesia de Cumieira - Sta. Marta de Penaguião - surgem pequenos olivais (Junho, 1995).**



**Foto 57 - Um pequeno pomar na freguesia de Sedielos – concelho de Peso da Régua - (Março, 1999).**

Os frutos frescos presentes em cerca de 113 ha surgem em 6,3% das explorações (Quadro CXVII, anexo B), sendo as macieiras e as pereiras as espécies mais divulgadas, com 30 e 17 ha, respectivamente. A maior importância destas espécies surge em Baião, principalmente em Sta Cruz do Douro (11 ha), Covelas (7 ha) e Sta. Marinha do Zêzere (6 ha), e, ainda, em Parada de Cunhos (10 ha). Na maior parte das freguesias, estas espécies frutícolas ou não existem ou têm muito pouca expressão. As cerejeiras surgem de uma forma muito dispersa na área em estudo.

Os citrinos existentes em 521 explorações ocupam 105 ha, 72,4% dos quais se localizam em Baião e 15,2% em Mesão Frio. É em freguesias junto ao rio Douro - Sta. Cruz do Douro (12 ha), Covelas (16 ha) e Ribadouro (23 ha) - que os citrinos e,

principalmente, as laranjeiras apresentam maior expressão[121] e têm beneficiado de apoios do Programa de Apoio à Modernização da Agricultura e Florestas (PAMAF).

Os frutos secos ocupam uma superfície ligeiramente superior - 156 ha (Quadro CXVIII, anexo B). A amendoeira tem pouco significado, o mesmo acontecendo com a nogueira e a aveleira. Por observação empírica, o castanheiro está em expansão. É na vertente oriental da Serra do Marão – Fontes, Sedielos, Louredo, Torgueda e Vinhós - que o castanheiro tem maior expressão, surgindo alguns soutos de plantação recente como, por exemplo, em Aldarete – Sedielos - (Foto 58) ou nas proximidades de Póvoa da Serra - Fontes.



**Foto 58 - Um souto recente em Aldarete - freguesia de Sedielos, concelho de Peso da Régua- (Fevereiro, 1999).**

[121] Trata-se da conceituada laranja da Pala - Ribadouro (Baião).

Se as culturas permanentes são muito importantes na Serra do Marão, não se pode esquecer que há freguesias em que a maior parte da SAU é ocupada por culturas temporárias.

### 2.2.1.2 - Culturas Temporárias

De entre as culturas temporárias (Quadro CXIX), as forragens são cultivadas em 7 642 ha, o que evidencia a importância da criação de gado bovino, os cereais ocupam 5 083 ha, seguindo-se-lhe as leguminosas para grão com destaque para o feijão (2 346 ha) e a batata (1 403 ha). Os cereais para grão são cultivados em 92,4% (6 034) das explorações, a batata em 91%, as forragens em 83,2%, as leguminosas para grão em 83%, enquanto que as restantes culturas integram o sistema de cultura de um número menor de explorações.

Nos cinco agrupamentos em que as culturas temporárias são mais importantes, as forragens e os cereais para grão são as espécies que ocupam maior superfície. Já a nível do número de explorações, há diferenças a assinalar. Em Amarante, Vila Real e Mondim de Basto, as forragens surgem em maior número de explorações, seguindo-se os cereais. Em Baião e Marco de Canaveses, é a cultura da batata a representada em maior número de explorações, seguindo-se, em Baião, os cereais e as leguminosas para grão e, em Marco de Canaveses, as forragens. Estas ocupam nos cinco agrupamentos referidos mais de 34% da superfície com culturas temporárias, ascendendo mesmo a cerca de 50% em Vila Real e Mondim de Basto.

## Quadro CXIX
## Representatividade das culturas temporárias em 1989, por agrupamento

| Agrupamentos | Culturas temporárias | | | Cereais para grão | | | Batata | | | Culturas forrageiras | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nº | Sup. (ha) | | Nº | Sup. (ha) | | Nº | Sup. (ha) | | Nº | Sup. (ha) | |
| | Exp. | Total | Princ. | Exp. | Total | Princ. | Exp. | Total | Princ. | Exp. | Total | Princ. |
| AMARANTE | 1506 | 5284 | 2312 | 1402 | 1355 | 1088 | 1369 | 328 | 255 | 1449 | 2545 | 275 |
| BAIÃO | 2825 | 5949 | 3078 | 2580 | 1776 | 1505 | 2795 | 579 | 491 | 2163 | 2025 | 75 |
| M. CANAVESES | 618 | 2127 | 974 | 591 | 641 | 513 | 609 | 92 | 66 | 599 | 881 | 58 |
| MESÃO FRIO | 44 | 19 | 19 | 21 | 8 | 8 | 33 | 6 | 6 | 3 | 1 | 1 |
| MONDIM BASTO | 471 | 2088 | 899 | 438 | 710 | 584 | 248 | 30 | 28 | 450 | 1042 | 66 |
| PESO RÉGUA | 117 | 84 | 62 | 104 | 24 | 16 | 104 | 33 | 33 | 14 | 12 | 1 |
| S.M. PENAGUIÃO | 105 | 152 | 132 | 154 | 76 | 72 | 150 | 52 | 52 | 46 | 20 | 4 |
| VILA REAL | 846 | 2153 | 1316 | 744 | 493 | 490 | 637 | 283 | 279 | 713 | 1116 | 282 |
| SERRA MARÃO | **6532** | **17856** | **8792** | **6034** | **5083** | **4276** | **5945** | **1403** | **1210** | **5437** | **7642** | **762** |

| Agrupamentos | Prados temporários | | | Leguminosas para grão | | | Culturas hortícolas | | | Sementes de cult. temp. | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nº | Sup. (ha) | | Nº | Sup. (ha) | | Nº | Sup. (ha) | | Nº | Sup. (ha) | |
| | Exp. | Total | Princ. | Exp. | Total | Princ. | Exp. | Total | Princ. | Exp. | Total | Princ. |
| AMARANTE | 226 | 119 | 104 | 1374 | 703 | 574 | 358 | 40 | 20 | 1234 | 192 | 0 |
| BAIÃO | 596 | 225 | 180 | 2581 | 922 | 778 | 1960 | 97 | 50 | 1696 | 317 | 0 |
| M. CANAVESES | 210 | 73 | 58 | 590 | 313 | 252 | 445 | 51 | 27 | 214 | 78 | 0 |
| MESÃO FRIO | 6 | 2 | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| MONDIM BASTO | 2 | 1 | 1 | 406 | 265 | 217 | 6 | 1 | 1 | 341 | 41 | 3 |
| PESO RÉGUA | 1 | 0 | 0 | 65 | 12 | 7 | 8 | 5 | 5 | 0 | 0 | 0 |
| S.M. PENAGUIÃO | 2 | 2 | 2 | 6 | 0 | 0 | 16 | 2 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| VILA REAL | 126 | 75 | 85 | 396 | 130 | 129 | 15 | 3 | 2 | 6 | 3 | 3 |
| SERRA MARÃO | **1169** | **497** | **432** | **5420** | **2346** | **1958** | **2809** | **200** | **108** | **3491** | **631** | **6** |

Fonte: Recenseamento Geral Agrícola, INE, Lisboa, 1989.

Estas diferenciações de certo modo relacionam-se com a importância da criação de gado que será analisada seguidamente.

Em relação aos outros três agrupamentos, a superfície ocupada por culturas temporárias destina-se, sobretudo, aos cereais para grão e à batata, embora se possa

referir que, da área ocupada por batata na Serra do Marão, apenas 6,5% se localiza nos três agrupamentos referidos e, em relação aos cereais para grão, o valor é de apenas 2,1%. A especialização na cultura da vinha de maior rendimento aliada à inexistência de grandes áreas com solos profundos e capazes de ser irrigados justifica a fraca expressão das culturas temporárias nestes agrupamentos.

Nas freguesias dos agrupamentos de Mesão Frio, Peso da Régua e Sta. Marta de Penaguião, as culturas temporárias têm fraca expressão e, nas parcelas, cultiva-se, essencialmente cereais para grão e batata integrados num sistema de auto-consumo (Quadro CXX, anexo B). Em Sanhoane, o domínio das culturas permanentes é quase absoluto, existindo apenas 3 ha ocupados com hortas familiares e terras limpas. Em Covelas, Loivos da Ribeira, Sta. Cruz do Douro, Sta. Marinha do Zêzere, Tresouras e Parada de Cunhos, os cereais são a cultura temporária que ocupa maior superfície, enquanto que nas restantes freguesias são as culturas forrageiras.

De entre os cereais, o milho e o centeio são os mais importantes na Serra do Marão (Quadro CXXI). O primeiro é cultivado em 5 901 explorações e numa superfície de 4 147 ha , 60,5% da qual localizada no agrupamento de Amarante e Baião. A cultura do milho não tem significado nos agrupamentos de Mesão Frio, Peso da Régua e Sta Marta de Penaguião, de tal modo que em nove freguesias não se produz este cereal. As freguesias onde ele ocupa maior superfície, em relação à área total de milho existente na Serra do Marão, são Mondim de Basto (7,1%), Ermelo (4,8%) e Soalhães (4,4%). Se, durante muito tempo, o milho regional resistiu às vantagens da utilização do milho híbrido, os bons resultados obtidos por alguns agricultores inovadores rapidamente levaram à sua difusão por toda a área. Convém, ainda, referir que, em 85,3% da superfície ocupada pelo cultura do milho, esta é a principal ou a única a ser cultivada ou, então, a mais concorrencial.

## Quadro CXXI
## Principais cereais cultivados na Serra do Marão, por agrupamento

| Agrupamentos | Cereais para grão | | | Trigo mole | | | Trigo duro | | | Centeio | | | Cevada | | | Aveia | | | Milho | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nº Exp. | Sup. (ha) Total | Princ. | Nº Exp. | Sup. (ha) Total | Princ. | Nº Exp. | Sup. (ha) Total | Princ. | Nº Exp. | Sup. (ha) Total | Princ. | Nº Exp. | Sup. (ha) Total | Princ. | Nº Exp. | Sup. (ha) Total | Princ. | Nº Exp. | Sup. (ha) Total | Princ. |
| AMARANTE | 1402 | 1355 | 1088 | 29 | 5 | 3 | 0 | 0 | 0 | 612 | 214 | 159 | 1 | 0 | 0 | 13 | 9 | 4 | 1391 | 1108 | 919 |
| BAIÃO | 2580 | 1786 | 1505 | 11 | 4 | 4 | 28 | 1 | 0 | 1408 | 376 | 314 | 43 | 3 | 2 | 8 | 1 | 1 | 2549 | 1401 | 1181 |
| MARCO CANAV. | 591 | 641 | 513 | 3 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 409 | 182 | 137 | 1 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 586 | 456 | 376 |
| MESÃO FRIO | 21 | 8 | 8 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 1 | 1 | 8 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 21 | 7 | 7 |
| MONDIM BASTO | 438 | 710 | 584 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 72 | 29 | 14 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 437 | 680 | 571 |
| PESO RÉGUA | 104 | 24 | 16 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 104 | 24 | 16 |
| S.M.PENAGUIÃO | 86 | 41 | 38 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9 | 3 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 80 | 38 | 35 |
| VILA REAL | 744 | 493 | 491 | 7 | 4 | 4 | 0 | 0 | 0 | 161 | 56 | 56 | 4 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 733 | 433 | 431 |
| **SERRA MARÃO** | **5966** | **5058** | **4243** | **50** | **14** | **12** | **28** | **1** | **0** | **2676** | **861** | **684** | **57** | **4** | **3** | **27** | **10** | **5** | **5901** | **4147** | **3536** |

Fonte: Recenseamento Agrícola, INE, Lisboa, 1989.

O centeio tem uma importância menor que o milho, sendo, preferencialmente utilizado nos terrenos de sequeiro. É cultivado em 2676 explorações, numa superfície de 861 ha, aparecendo como cultura principal em 79,4% das mesmas. Na área da Serra do Marão, apenas não se produz nalgumas freguesias dos agrupamentos de Sta. Marta de Penaguião, Mesão Frio e Peso da Régua.

As freguesias onde este cereal apresenta maior representatividade são Soalhães (90 ha), Várzea de Ovelha e Aliviada (45 ha), Sta Leocádia (43 ha) e Sta Cruz do Douro (42 ha). Os restantes cereais apresentam reduzida expressão económica e territorial.[122]

[122] O trigo mole e o trigo duro têm pouco significado. O primeiro apenas é semeado em 50 explorações, ocupando 14 ha, enquanto o segundo faz parte do sistema de cultura de 28 explorações e ocupa uma área reduzida. Este só é cultivado em 9 freguesias de Baião. O trigo mole surge em Ansiães, Candemil, Lufrei, Soalhães e em seis freguesias de Baião.

A cevada tem também pouco significado, sendo produzida em 57 explorações com uma área muito reduzida(estes totais são por defeito, pois o INE não refere áreas inferiores a 0,5 ha). A sua maior representatividade é sem dúvida em Baião.

A aveia estende-se por 10 ha, em 5 dos quais a aveia é cultura principal. São 27 as explorações que semeiam este cereal, distribuídas por 19 freguesias, com destaque para Soalhães, Gondar, Lomba e Olo.

Da análise realizada, conclui-se que o milho é o cereal com mais expressão em todas as freguesias, relegando o centeio para os terrenos menos férteis e mais secos. Este tem, neste momento, reduzido significado.

A produção de alimento para o gado é muito importante na Serra do Marão. Os 7642 ha cultivados como forragens distribuem-se por 5437 explorações. É no agrupamento de Amarante que esta cultura ocupa maior superfície. Segue-se Baião, Vila Real e Mondim de Basto. Em Peso da Régua, Sta. Marta de Penaguião e, sobretudo, em Mesão Frio, possui fraca representatividade, e não surge nalgumas freguesias desses agrupamentos. As freguesias em que as culturas forrageiras têm maior extensão são Salvador do Monte (308 ha), Soalhães (365 ha), Campeã (460 ha) e Mondim de Basto (511 ha).

Ainda relacionados com a criação de gado existem 497 ha de prados temporários distribuídos por 1169 explorações. Se em Baião se estendem por 225 ha e em Amarante por 119 ha, nos outros agrupamentos, apresentam menores extensões. Não existem prados temporários em Loivos da Ribeira, Teixeiró, Tresouras e, ainda, na maior parte das freguesias dos agrupamentos de Mesão Frio, Peso da Régua e Sta. Marta de Penaguião. A superfície que ocupam é reduzida, ocorrendo os valores mais elevados em Campelo (54 ha) e Várzea de Ovelha e Aliviada (32 ha).

Como já foi referido, a batata é cultivada na maior parte das explorações com culturas temporárias, o que confirma a sua importância na economia de muitas delas. Esta cultura apenas não existe em freguesias pertencentes à Região Demarcada do Douro. A sua maior expressão, em termos de superfície, ocorre em Torgueda (143 ha), Sta. Cruz do Douro (85 ha), Ancede (65 ha), Campeã (57 ha) e Campelo (56 ha), sendo de salientar a importância que assume como cultura principal.

As leguminosas para grão são cultivadas em grande número de explorações (5 420), numa superfície de 2 346 ha. Fica, deste modo, demonstrada a sua importância na economia doméstica dos agregados familiares. É em Mondim de Basto (140 ha), Soalhães (127 ha), Campeã (92 ha) e Campelo (91 ha), que as leguminosas para grão assumem maior expressão, sendo o feijão a mais cultivada em toda a Serra do Marão.

A superfície destinada a culturas hortícolas é de 200 ha, distribuída por 2809 explorações, podendo distinguir-se as de produção extensiva e intensiva. No primeiro caso, entram em rotação com outras culturas não hortícolas, não se sucedendo, em geral, várias culturas hortícolas na mesma parcela durante o ano agrícola. São intensivas se forem cultivadas durante vários anos em parcelas destinadas exclusivamente a culturas hortícolas que se sucedem durante o ano agrícola.. As freguesias em que ocupam maior extensão são Várzea de Ovelha e Aliviada (23 ha), Gove (13 ha), Campelo (12 ha), Folhada e Soalhães (11 ha).

O Recenseamento Geral Agrícola faz, ainda, referência ao cultivo de sementes de culturas temporárias. Existem 3491 explorações que o fazem numa área de 631 ha, dos quais, apenas em 6 ha, é considerada como cultura principal. Assim, fica demonstrado que se trata, sobretudo, de sementes para serem utilizadas no ano agrícola seguinte, na mesma exploração e não preferencialmente para venda. Importaria conhecer a aptidão de certas áreas da Serra do Marão comparativamente com outras regiões do país para a produção de sementes de culturas temporárias, nomeadamente a batata, o que implicaria um estudo aprofundado e integrado das condições ambientais e estruturas agrárias, definindo assim as potencialidades agrícolas das diferentes regiões numa perspectiva de revitalização agrícola do espaço rural.

Existem estufas em vários locais da Serra do Marão, nomeadamente em Aboadela, Pena, Soalhães, Sedielos, Vinhós que estão sobretudo vocacionadas para os

produtos hortícolas (feijão, tomate, alface), melão de casca de carvalho e floricultura (Foto 59 e 60).



**Foto 59 - Estufas em Soalhães (concelho de Marco de Canaveses): as culturas sob-coberto têm uma importância crescente (Março, 1999).**



**Foto 60 - Estufas em Sedielos – concelho de Peso da Régua (Maio, 1997).**

Muitas delas pertencem a agricultores que foram emigrantes e que verificaram o sucesso deste tipo de explorações, nos países de imigração.

Ao analisar-se as principais culturas que compõem o sistema produtivo, na área da Serra do Marão, constatou-se que os prados são importantes e que as forragens ocupam uma parte muito significativa da SAU. Por conseguinte, a pecuária é uma componente fundamental para muitas das explorações, mas a importância relativa das diferentes espécies de gado varia de freguesia para freguesia.

### 2.2.1.3 - A componente pecuária

A vastidão de áreas de vegetação herbácea e arbustiva percorridas por rebanhos de ovinos, mas fundamentalmente de caprinos, conduzidos por um jovem pastor ou por um idoso que conhece a serrania como as palmas da sua mão, é apenas uma das faces da criação de gado na Serra do Marão. Mas outras imagens se impõem. Indiferentes ao viajante, o gado autóctone, sem nunca perder o rumo, vagueia em busca do alimento que escasseia nas secas vertentes xistosas. Escondidas por entre as vertentes abruptas, povoadas por uma vegetação bravia escassa, subsistem áreas agrícolas, muitas das quais de pequenas dimensões com sinais mais ou menos marcados da presença do gado bovino, onde o esforço do homem teima em remar contra as marés adversas da competitividade, da especialização, não se sabe bem por quanto tempo mais (Foto 61).

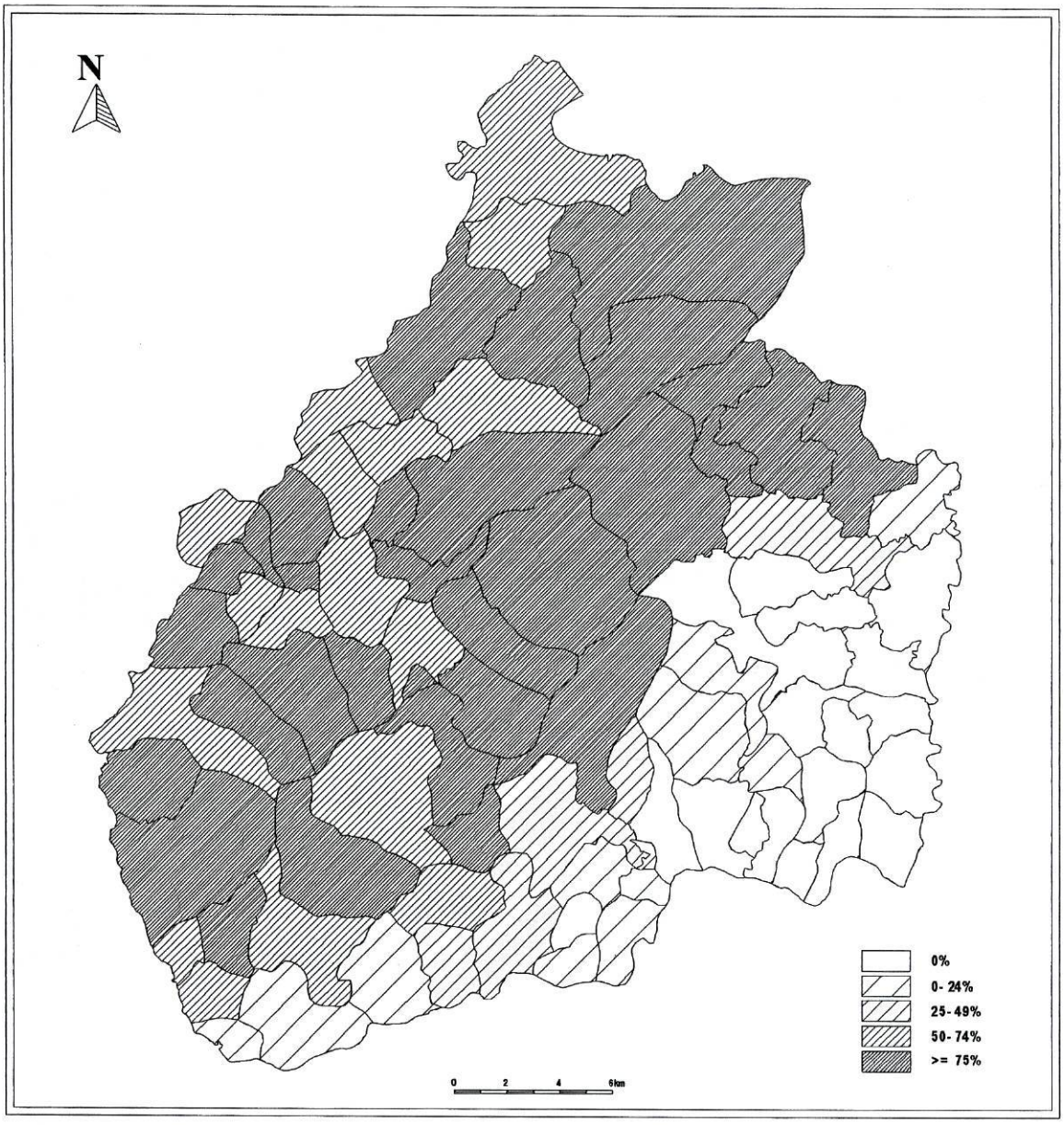


**Foto 61- Em Almofrela, Serra da Aboboreira: gado regressa ao curral (Janeiro, 1997).**

Há criação de gado bovino em toda a Serra do Marão, com exclusão de Loivos da Ribeira[1] e da maior parte das freguesias pertencentes aos agrupamentos de Mesão Frio, Peso da Régua e Sta Marta de Penaguião, ou seja, à Região Demarcada do Douro, domínio por excelência da especialização na cultura da vinha (Fig. 99).

Se, durante muito tempo, o gado bovino teve uma função de auxiliar nas tarefas agrícolas e no transporte, a introdução do tractor nos anos sessenta e a sua consequente vulgarização contribuiu, inevitavelmente, para um decréscimo de importância desta função tradicional, sendo cada vez mais raro observar-se esse símbolo romântico de um passado agrícola - *a junta de bois* (Foto 62).

[1] A vinha, nesta freguesia, tem assumido cada vez maior extensão.




Fonte: Recenseamento Agrícola, INE, Lisboa, 1989.

**Fig. 99 – Percentagem de explorações com gado bovino em 1989**

Em 1989, foram recenseadas 12 006 cabeças de gado bovino, das quais apenas 1 029 (8,6%) se destinam à produção de leite. No entanto, os bovinos já foram bem mais numerosos. Em 1955, havia, na Serra do Marão, 16 508 cabeças (número esse superior em 37,5% ao existente em 1989) (Quadro CXXII).



**Foto 62 - Freguesia de Carneiro: Marca de uma paisagem "tradicional" nos tempos de hoje (Março,1999).**

No entanto, é possível encontrar algumas freguesias da Serra do Marão em que o número de bovinos, em 1989, é superior ao existente em 1955 (Quadro CXXIII, anexo B). Estão nesta situação algumas freguesias da área envolvente de Amarante[2], da parte Nordeste da Serra do Marão (Campanhó, Campeã, Quintã e Mondrões) e, ainda, as freguesias de Teixeira, Loivos do Monte e Viariz

Nas restantes freguesias, o número de bovinos decresceu, tendo os decréscimos mais acentuados ocorrido na Região Demarcada do Douro e, em 1989 não existindo gado bovino em dezasseis freguesias aí localizadas. O mesmo aconteceu em Loivos da Ribeira.

[2] Estão na situação descrita Lomba, Lufrei, Padronelo, Salvador do Monte, S. Gonçalo e, ainda, Folhada.

**Quadro CXXII**

**Evolução da criação de gado na Serra do Marão, entre 1955 e 1989, por tipo de gado**

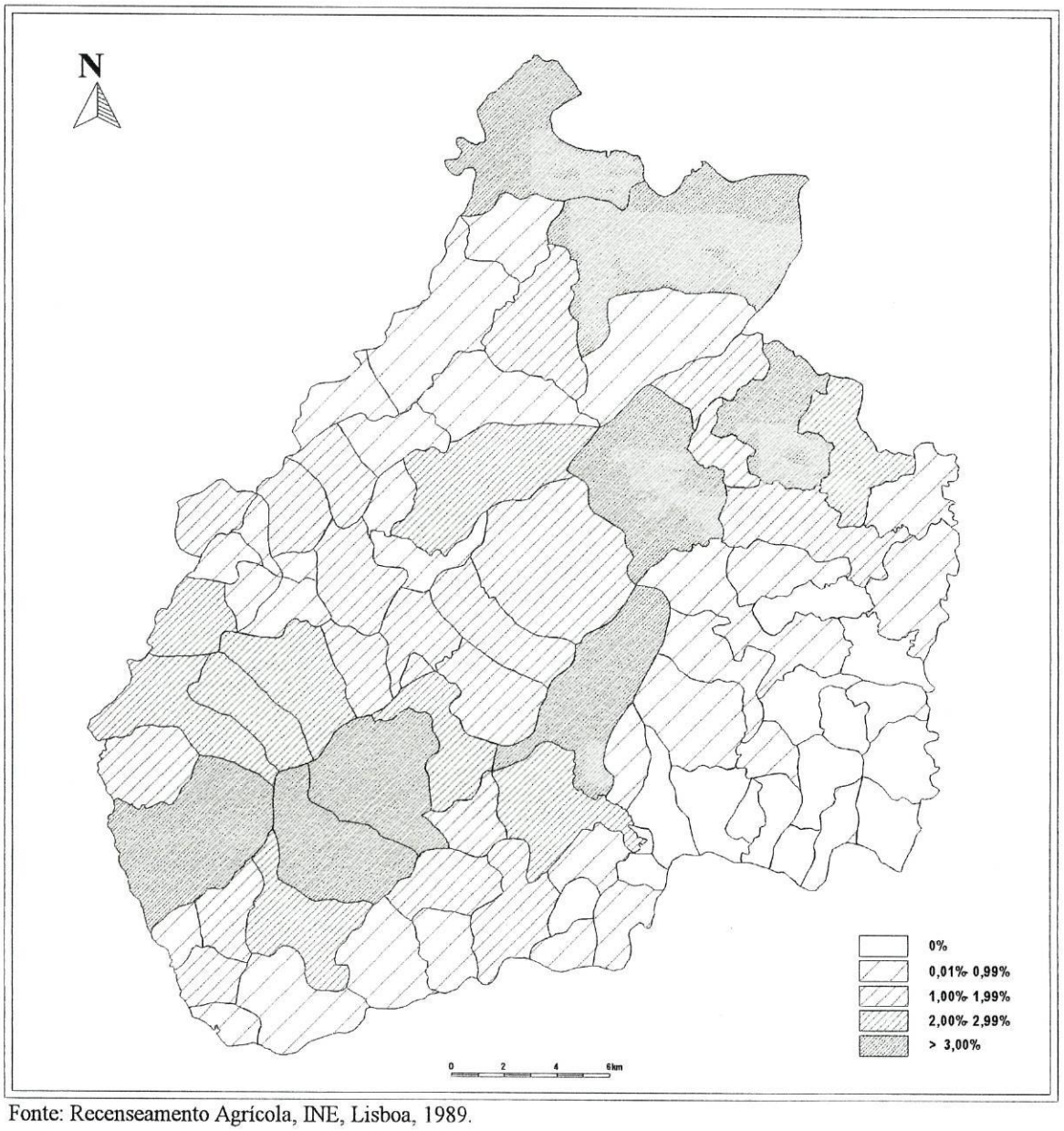
| Serra do Marão | Nº cabeças | Nº Exp | Nº médio Cab./exp |
|---|---|---|---|
| **Exp. c/ gado bovino** | | | |
| **1955** | **16508** | **6799** | **2,43** |
| **1972** | **15150** | **6275** | **2,41** |
| **1979** | **13005** | **5147** | **2,53** |
| **1989** | **12006** | **4068** | **2,95** |
| **Gado bovino leiteiro** | | | |
| **1955** | * | * | * |
| **1972** | * | * | * |
| **1979** | **2923** | * | * |
| **1989** | **1029** | **472** | **2,2** |
| **Gado ovino** | | | |
| **1955** | 27019 | 7085 | 3,81 |
| **1972** | 14848 | 4143 | 3,58 |
| **1979** | 12026 | 3079 | 3,91 |
| **1989** | 11653 | 2179 | 5,35 |
| **Gado caprino** | | | |
| **1955** | 11679 | 3096 | 3,77 |
| **1972** | 6814 | 1312 | 5,19 |
| **1979** | 8836 | 1031 | 8,57 |
| **1989** | 11829 | 944 | 12,53 |
| **Gado suíno** | | | |
| **1955** | 15472 | 9907 | 1,56 |
| **1972** | 17205 | 8816 | 1,95 |
| **1979** | 11305 | 6063 | 1,86 |
| **1989** | 11303 | 3772 | 3,00 |

***Ausência de dados**

Fonte: Recenseamento Geral Agrícola, INE, Lisboa, 1989
Recenseamento Agrícola do Continente, INE, Lisboa, 1979
Arrolamento Geral do Gado, INE, Lisboa, 1972

Em 1955, nas freguesias serranas de S. Simão de Gouveia, Várzea de Ovelha e Aliviada, Mondim de Basto, Campelo, Ovil, Soalhães, Campeã e Ermelo haviam, em cada uma delas, mais de 500 cabeças de gado e concentravam-se 32,9 % dos efectivos bovinos da Serra do Marão. Comparando esta situação com a de 1989, pode concluir-se que todas as freguesias referidas, com excepção da Campeã, registaram uma diminuição do número de bovinos. O caso de Campeã poderá compreender-se pela viragem para a vertente leiteira, pelo facto de se conjugarem condições favoráveis à produção de forragens e de haver um sistema organizado de recolha de leite.

Todavia, na Campeã, Soalhães e Campelo, continuam a criar-se mais de 500 cabeças de gado bovino (Fig. 100). Estas freguesias e, ainda, as de Ovil, Teixeira, Pena, Ermelo (Foto 63) e Mondim de Basto concentram, em 1989, 33,1% dos efectivos bovinos existentes na Serra do Marão. As medidas de apoio à criação de raças autóctones tem contribuído para aumentar o efectivo deste tipo de gado.




Fonte: Recenseamento Agrícola, INE, Lisboa, 1989.

**Fig. 100 - Implantação territorial da criação de gado bovino, em 1989**

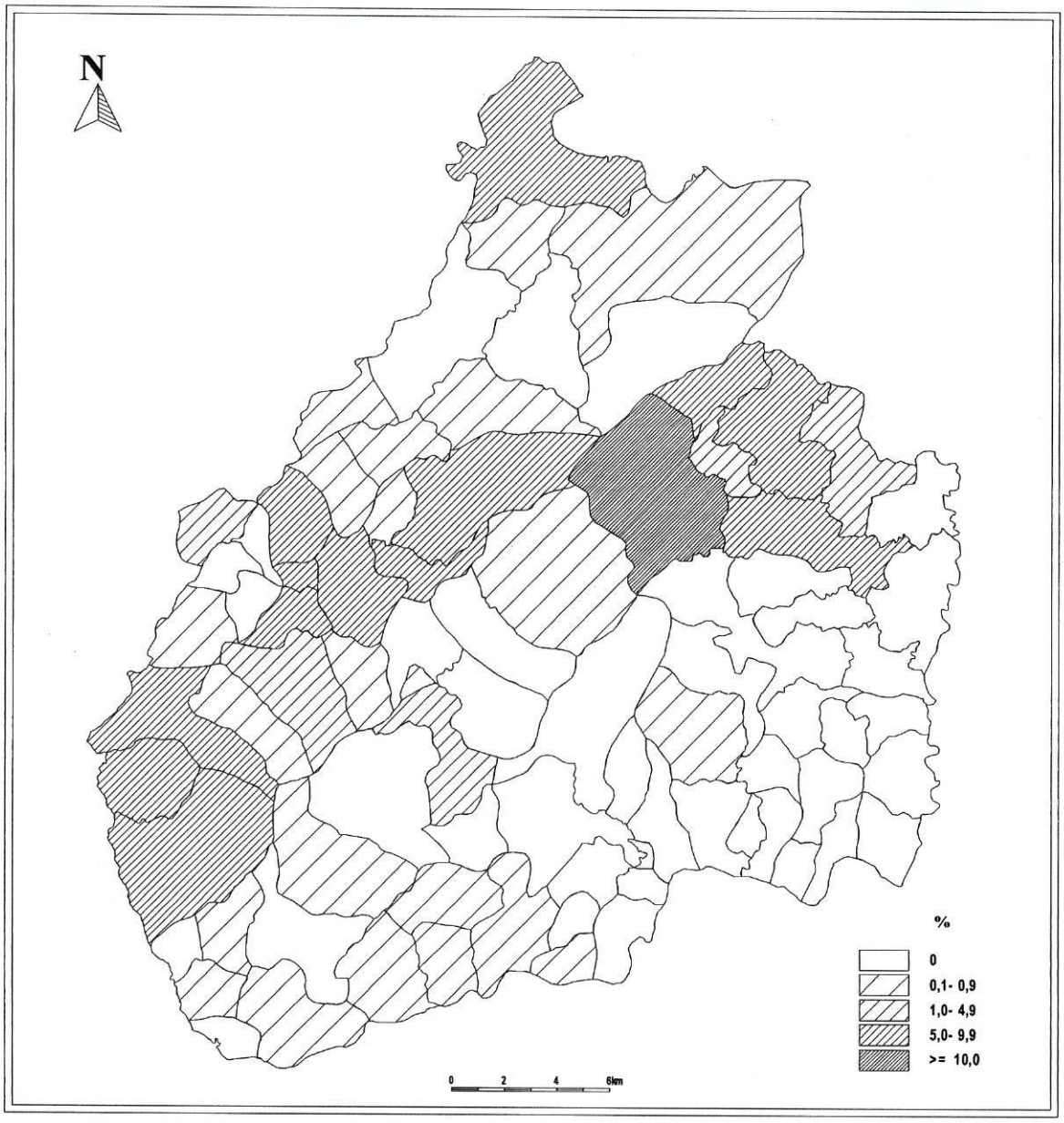


**Foto 63 – Parque Natural do Alvão: na freguesia de Ermelo o gado maronês pasta numa várzea do vale do rio Olo (Março, 1997).**

O número médio de cabeças de gado bovino por exploração é muito variado. Os valores mais elevados ocorrem em Quintã (7 cabeças por exploração), Loivos do Monte (4,9 cab./exp), Várzea (4,6 cab./exp), Pena (4,2 cab./exp), Folhada (4,2 cab./exp), Campeã (4,0 cab./exp), Carvalho de Rei (4,0 cab./exp) e em Cumieira (5,0 cab./exp), embora nesta freguesia existam apenas duas explorações com 10 cabeças de gado bovino.

A produção de leite tem, em geral, pouco significado em termos globais da área pois só 8,6% das explorações com gado bovino declararam dedicar-se à produção de leite[3]. Destas, cerca de metade localizam-se no agrupamento de Vila Real e 31%, no

[3] Os Arrolamentos de gado de 1955 e de 1972 não dão indicações sobre os efectivos leiteiros à escala da freguesia, mas pode dizer-se que, no município de Baião, existiam 67 vacas leiteiras, enquanto que, em 1979, eram 754 cabeças que decresceram para 99, em 1989. Um exemplo ainda de maior significado é o do município de Vila Real, onde em 1972 existiam 566 vacas leiteiras e, em 1989, só nas sete freguesias integradas na Serra do Marão, existem 524 efectivos.




Fonte: Recenseamento Agrícola, INE, Lisboa, 1989.

**Fig. 101 – Implantação territorial da criação de gado bovino leiteiro em 1989.**

A produção de leite é uma actividade relativamente recente. Surge nos anos 70 com a introdução da vaca turina, produtora de leite por excelência, já que o gado autóctone não atinge níveis de produção comparáveis. Claro que a proliferação deste tipo de gado está relacionada com a aptidão para a existência de pastagens e de culturas

forrageiras. Mas, por si só, estas condições não eram suficientes. Com efeito, o estabelecimento de uma rede de recolha de leite e de um preço de compra do leite que compensa os custos da produção, foi, sem dúvida, fundamental.

A criação de gado leiteiro tem fraca expressão na Serra do Marão, embora tenha muita importância na economia das explorações que a ela se dedicam. Esta situação compreende-se facilmente devido à reduzida superfície agrícola disponível para produzir forragens. Um exemplo que comprova o que acaba de ser dito é o da povoação de Vila Cova que tem uma várzea com reduzida superfície factor que leva a, preferir continuar a criar gado autóctone, menos exigente em termos de prado e que utiliza o baldio da freguesia.

A criação de gado bovino leiteiro não se faz em toda a Serra, concentrando-se fundamentalmente na região da Campeã (cerca de 45% dos efectivos de toda a Serra), que evidencia condições favoráveis ao cultivo de forragens.

A criação de gado leiteiro ainda é rentável para as explorações, no entanto, urge assegurar melhores padrões de qualidade. Com efeito, o controle de qualidade que actualmente é efectuado não é de modo algum satisfatório. Cada produtor deve ver asseguradas melhores condições para que seja compensado por produzir leite de boa qualidade (quer em função da riqueza em vitaminas, proteínas e gordura, quer pela ausência de sinais de doenças e inexistência de vestígios de produtos de tratamentos das mesmas). Conscientes dos custos inerentes à implantação de um controle apertado de qualidade – mas com nítidas vantagens económicas a nível de saúde pública - não pode deixar de manifestar-se a necessidade, sobretudo nas ordenhas colectivas, de avaliar a qualidade do leite produzido por cada animal. Os aspectos positivos são elevar o padrão de qualidade e contribuir para uma selecção dos animais e remunerar melhor os

produtores mais exigentes e respeitadores da saúde pública, bem como penalizar os piores produtores.

As condições naturais da Serra do Marão são favoráveis à criação de gado miúdo, no entanto, entre 1955 e 1989, também se registou um decréscimo do número de cabeças de gado miúdo, que se explica pela falta de pastores, devido ao êxodo rural. As vezeiras outrora muito frequentes na Serra do Marão só se encontram hoje na aldeia de Aldarete, freguesia de Sedielos, pois nas restantes cada pastor apascenta o seu próprio rebanho.

Contudo a evolução de ovinos e caprinos foi diferenciada. Em 1955, foram contabilizados 27 019 ovinos, valor esse nunca mais alcançado pois verificou-se um decréscimo e, em 1989, só existem 11 653 cabeças. Este comportamento registou-se em todos os agrupamentos, com excepção de Mesão Frio (o número de ovinos em 1955 e 1989 era igual), mas aqui tem um significado muito reduzido.

Já em relação ao gado caprino, ao contrário do que sucedeu com o ovino, depois de atingir o seu nível mais baixo em 1972 com apenas 6 814 cabeças, tem vindo a contar com um número crescente de efectivos. Este comportamento resulta da extensa área de monte com prados naturais e dos apoios à criação deste tipo de gado através dos instrumentos de política agrícola. Apenas nos agrupamentos de Amarante e Mondim de Basto o número de efectivos caprinos não diminuiu. Neste último, em 1989, foram recenseadas 4688 cabeças, isto é, 39,6% dos efectivos existentes em toda a Serra do Marão. Convém, no entanto, referir que o número de explorações que se dedica à criação deste tipo de gado tem vindo a diminuir desde 1955, o que reflecte uma especialização de algumas delas na vertente pecuária. As explicações para esta situação poderão resultar de um envelhecimento da população agrícola que, como usufruiu da

reforma, opta só por agricultar o que pode ser necessário para auto - abastecimento em produtos agrícolas.

Na Serra do Marão, o gado miúdo destina-se fundamentalmente à produção de carne. Não tem grande significado a produção de lã, pois os agricultores consideram que o seu preço é demasiado reduzido. Produzem-se queijos frescos de cabra e de ovelha na aldeia da Aboboreira, sendo a maior parte da produção comercializada na cidade do Marco.

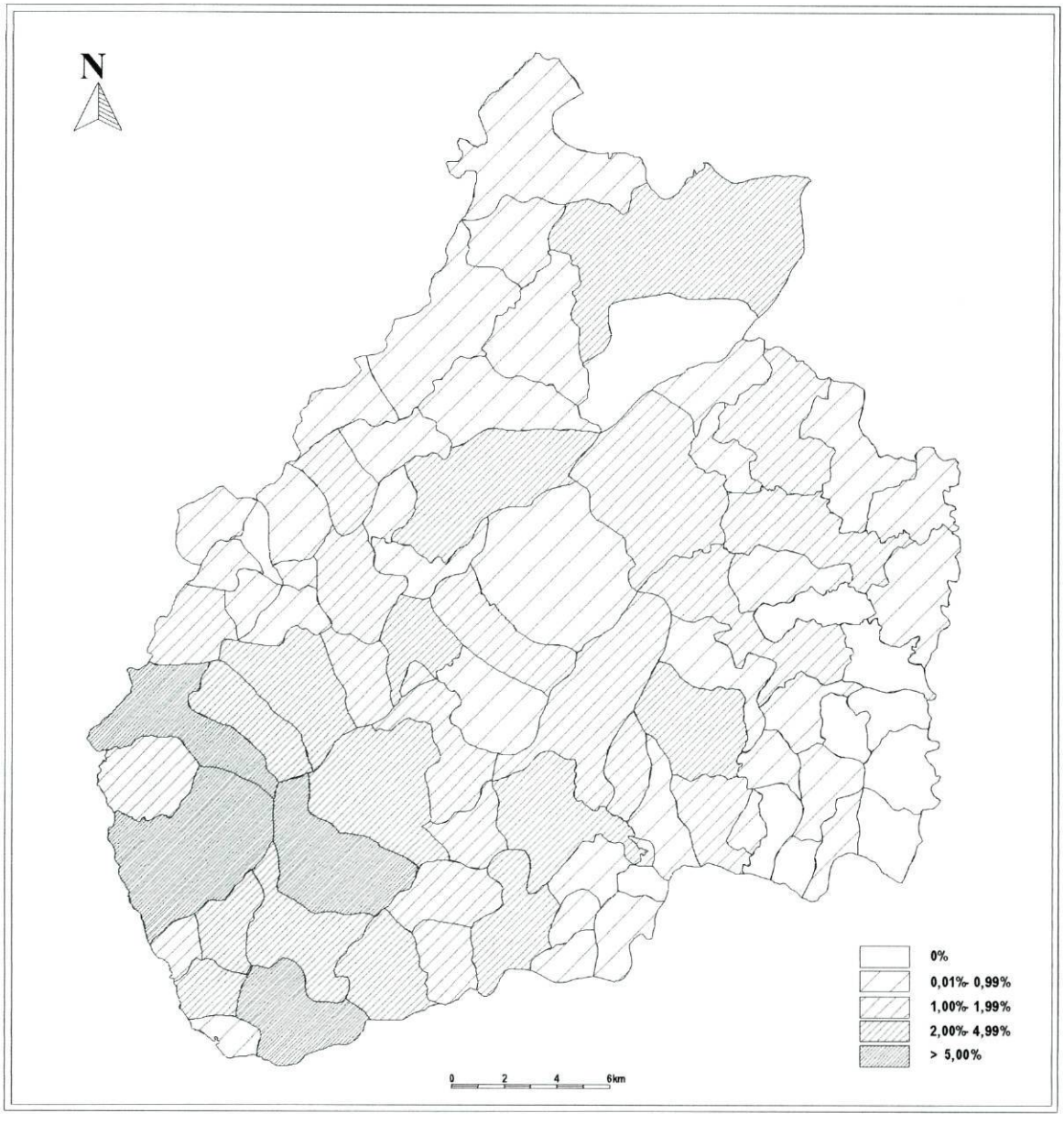
Entre 1955 e 1989, o número de ovinos apenas aumentou em Canadelo e em freguesias da parte Sudeste da Serra do Marão (Tresouras, Cidadelhe, Vila Marim e Sedielos). Com excepção de Canadelo, em todas as outras o ano de 1989 representou o máximo de ovinos do período considerado. Todavia, em Medrões e Cidadelhe, o efectivo existente é reduzido, pois a maior parte da SAU é ocupada com vinha (Quadro CXXIV, anexo B). O número de ovinos por freguesia é muito variável e não surge em Madalena e Pardelhas, nem em dez freguesias da Região Demarcada do Douro (Fig. 102).

As freguesias que em 1989 concentram maior número de cabeças de ovinos são: Soalhães (1130 cabeças), Várzea de Ovelha e Aliviada (736 cabeças), Ancede (588 cabeças), Campelo (643 cabeças) e Sta. Cruz do Douro (516 cabeças).

Em termos gerais, pode dizer-se que em todas as freguesias o número de explorações com criação de ovinos diminuiu. O número de efectivos por exploração aumentou, o que aponta para uma maior especialização das unidades de produção.

Entre 1955 e 1989, restringiu-se a área onde se faz criação de gado caprino. Em 1989, não são criados caprinos nalgumas freguesias da Região Demarcada do

Douro[126] e em Madalena, Quintã e Vila Cova (Fig. 103). São as freguesias que abrangem as áreas de maiores altitudes e declives da Serra do Marão que apresentam maior número



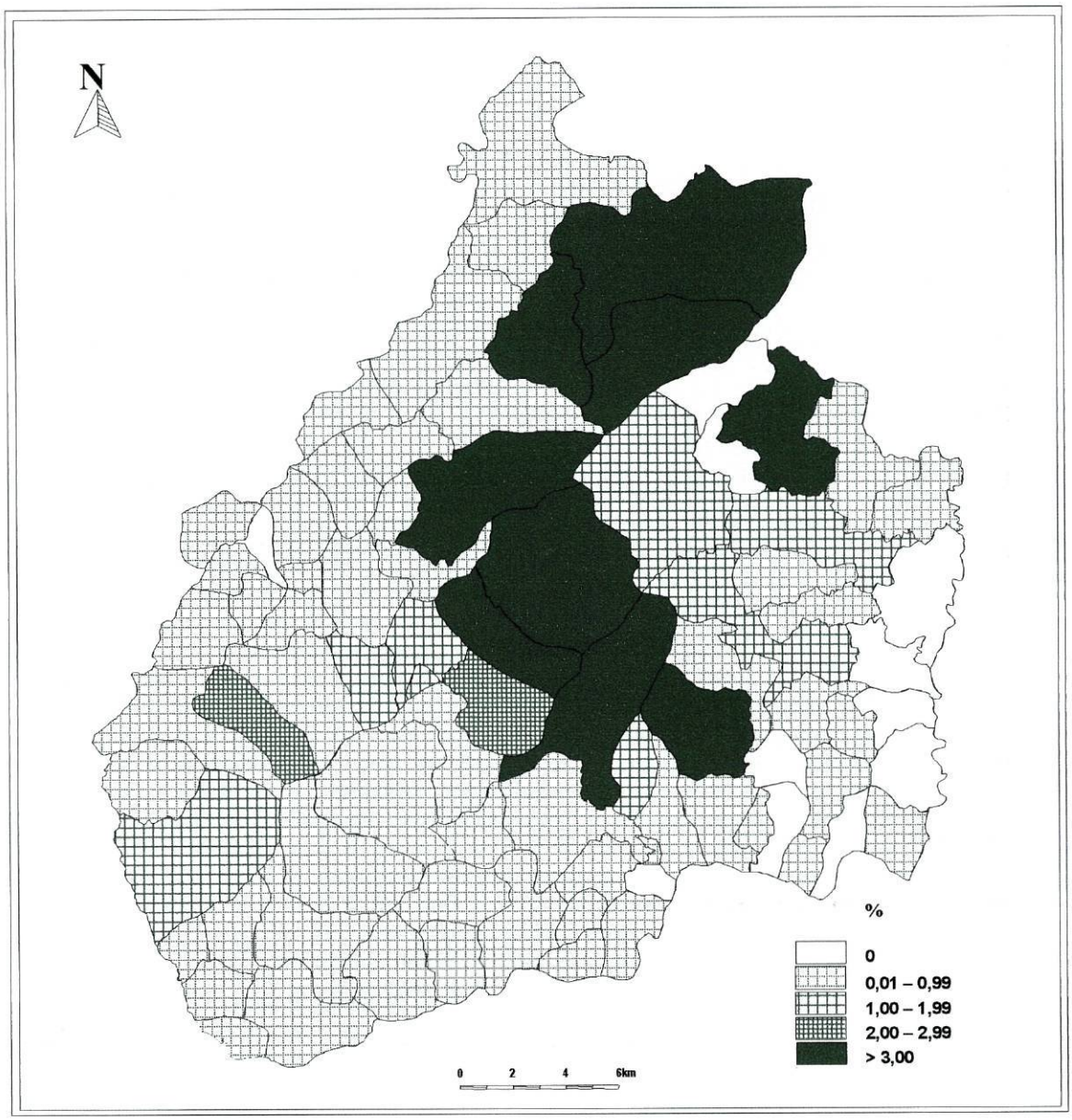

Fonte: Recenseamento Agrícola, INE, Lisboa, 1989.

**Fig. 102 – Importância da criação de ovinos em cada freguesia, em 1989**

de cabeças desta espécie de gado. Destacam-se Ermelo (3234 cabeças), Pardelhas (861 cabeças), Pena (842 cabeças) e Teixeira, (801 cabeças).

[126] Trata-se de Oliveira, Vila Jusã, Godim, Moura Morta, Cumieira, S. João de Lobrigos e S. Miguel de Lobrigos.

Comparando os quantitativos de gado caprino em 1955 e 1989, verifica-se que foi nas freguesias da parte mais serrana da área em estudo que o número de caprinos aumentou e, que para muitas delas, 1989 representou o ano em que se registou o máximo de cabeças deste tipo de gado.




Fonte: Recenseamento Agrícola, INE, Lisboa, 1989.

**Fig. 103 – Importância da criação de caprinos em cada freguesia, em 1989**

Na maior parte das freguesias, registou-se um decréscimo do número de explorações com caprinos. Este facto poderá relacionar-se com vários aspectos. Após o êxodo rural da década de sessenta, começou a verificar-se maior dificuldade em arranjar pastores pelo que muitas explorações deixaram de ter rebanhos. Por outro lado, algumas unidades de produção com melhores condições para a criação de bovinos leiteiros substituíram o gado miúdo pelo bovino.

A produção dos ovinos e caprinos é praticada em sistema de exploração extensiva (Foto 64), em regra, ligada à exploração de zonas baldias, campos cerealíferos e outras terras (não cultivadas, nem muradas) de vizinhos. O crescimento dos efectivos dos pequenos ruminantes poderá ser explicado, por um lado, pela atribuição das indemnizações compensatórias e do prémio aos produtores de carne de ovinos e caprinos (Reg. (CEE) 3013/89) e, por outro lado, pela ausência de alternativas, de leite de vaca, designadamente nas aldeias onde não existe recolha organizada deste produto (J.M. SIMÕES, *et al.*, 1996). Também não se pode esquecer que as áreas agrícolas de muitas aldeias são reduzidas, não havendo grande capacidade para utilizar gado bovino leiteiro mais exigente em termos de prado. A indisponibilidade de parcelas agrícolas para a produção de forragens em muitas aldeias, as características e extensão das pastagens permanentes e temporárias contribuem para explicar a distinta evolução dos ovinos e caprinos entre 1955 e 1989. Estes são menos exigentes em termos de pastagens, enquanto que os ovinos necessitam de prados mais ricos, com a agravante de o preço da lã se situar a níveis muito baixos.

A importância da criação do suíno num sistema de auto-abastecimento e de dificuldade de acesso aos bens de consumo sofreu alterações significativas e hoje são cada vez menos as explorações que se dedicam à criação deste tipo de gado cujo efectivo

cada vez menos as explorações que se dedicam à criação deste tipo de gado cujo efectivo é de 11 303 elementos. Em todos os agrupamentos constatou-se uma redução das explorações que se dedicam à criação deste tipo de gado



**Foto 64 - Rebanho na aldeia da Aboboreira (freguesia de Folhada - Marco de Canaveses): produzem-se queijos frescos que são vendidos no mercado municipal de Marco de Canaveses (Março, 1997).**

Este aspecto poderá resultar da diminuição do recurso ao suíno na alimentação, resultado da maior acessibilidade a outros tipos de carne e do surgimento de explorações especializadas na criação de suínos. Se bem que tenha diminuído o número de famílias que fazem a tradicional *matança do porco,* muitas delas optam por comprar o suíno na altura de ser abatido, em vez de o criarem na exploração. Na área em estudo, existem algumas empresas especializadas na criação de suínos. As de maiores dimensões localizam-se em Várzea (com 683 fêmeas reprodutoras), Sever (com 100) e Torgueda (com 75) (Foto 65).



**Foto 65 - A pocilga da Várzea (Amarante): a criação intensiva de gado suíno tem impactes negativos sobre o ambiente ( Março, 1999 ).**

Em 1989, na freguesia de Várzea, concentram-se mais de 61,2% dos suínos existentes no agrupamento de Amarante (Quadro CXXV, anexo B). É nesta freguesia que se criam mais suínos (2161 cabeças), seguindo-se Torgueda (882), Sever (809) e Cumieira (701), estas duas últimas integradas na Região Demarcada do Douro.

Em todas as freguesias da Serra do Marão, com excepção de Quintã, existem explorações com suínos. A evolução do número de suínos por freguesia entre 1955 e 1989 aponta para o facto de apenas em Várzea, Torgueda, Sever, Fridão, Grilo, Teixeira e Viariz os suínos terem aumentado no período em análise. Nas restantes freguesias, o número de suínos diminuiu.

Em função da caracterização apresentada, pode concluir-se que a componente pecuária tem fraca expressão na Região Demarcada do Douro e nalgumas freguesias do vale do Douro (Ancede, Frende, Ribadouro, Sta. Cruz do Douro e Tresouras).

Nas restantes freguesias, a componente pecuária é, sem dúvida, forte (mais de 75% das explorações tinham bovinos), verificando-se mesmo que, em Folhada, Quintã, S. Simão de Gouveia, Campeã, Campanhó, Padronelo, Vila Cova, Carvalho de Rei, Madalena e Pardelhas, o gado bovino surge em mais de 90% das explorações, o que aponta para uma especialização na criação deste tipo de gado. No entanto, noutras freguesias são os suínos que surgem na maior parte das explorações (Loivos do Monte, Candemil, Rebordelo e S. Simão de Gouveia) ou, ainda, o gado miúdo, como sucedia em Carneiro, Rebordelo e Carvalho de Rei.

Com base no que foi dito até ao momento, conclui-se que, na Serra do Marão, é possível estabelecer um zonamento espacial em função do perfil produtivo animal que evidencia a diversidade e especialização existentes (Fig. 104).

Nas freguesias de Oliveira, Vila Marim, Fontelas, Godim, Loureiro, Moura Morta, Peso da Régua, Medrões, Sanhoane, S. João de Lobrigos, S. Miguel de Lobrigos e Sever está-se em plena área da monocultura da vinha altamente especializada na produção de vinho do Douro, de que o *vinho do Porto* é apenas a variante mais importante. Esta cultura ocupa mais de 90% da SAU. As outras culturas permanentes possuem reduzida expressão.

Envolvendo a área definida surge uma faixa de transição que engloba as restantes freguesias do agrupamento de Mesão Frio, e ainda, Cumieira, Fontes, Fornelos, Vinhós, Sedielos e Loivos da Ribeira. A vinha é indiscutivelmente a cultura mais importante, pois apenas em Cumieira, Fornelos, Sedielos e Vinhós não ocupa mais de 80% da SAU. Nestas freguesias, a oliveira (Cumieira e Fornelos) e o castanheiro (Vinhós e Sedielos) ocupam uma superfície nunca superior a 30% da SAU. A criação de gado tem fraca expressão, embora nas freguesias de Sedielos e Fontes que

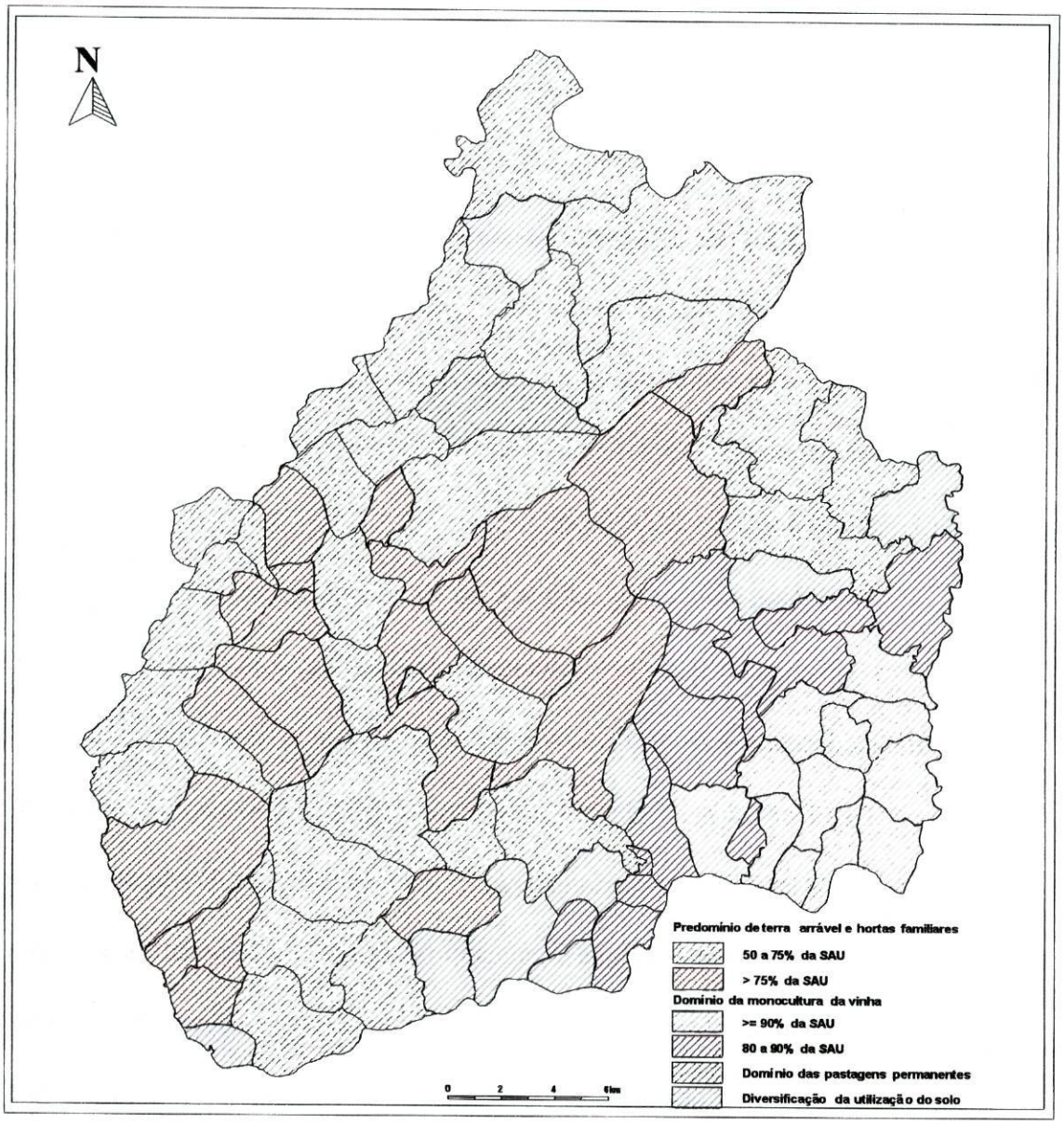



**Fig. 104 – Especialização agrícola existente em 1989, por freguesia**

se estendem pela vertente SE da Serra do Marão adquira maior importância, devido à diminuição brusca das temperaturas em altitude. De facto, existem nessas duas freguesias, respectivamente, 858 e 309 cabeças de gado miúdo, mas menos de 50 bovinos.

Em Canadelo, predominam as pastagens permanentes. No entanto, a vertente pecuária, sendo importante na economia das explorações desta freguesia, não tem grande

significado no contexto global da Serra do Marão. Com efeito, foram recenseados em 1989, apenas 55 ovinos, 104 caprinos (em 35% das explorações) e somente 42 bovinos (em 62,5% das explorações). As características morfológicas desta área contribuem para este perfil onde, como já foi referido, apenas existem 102 ha de área agrícola (que representam apenas 8,5% da superfície da freguesia).

Em Ribadouro, Louredo, Parada de Cunhos, Frende, Teixeiró, Tresouras, Sta. Marinha do Zêzere, Covelas e Paradança, as culturas e as pastagens permanentes representam mais de 50% da SAU, se bem que as culturas temporárias ocupem uma extensão maior do que nos casos anteriores. Se em Sta. Marinha do Zêzere e Frende a vinha ocupa cerca de 50% da SAU, nas outras freguesias, a importância é menor e, em Paradança, reduz-se apenas a 18,4%. A criação de gado tem um significado muito reduzido. O gado miúdo é criado em todas as freguesias, registando-se o maior número de cabeças em Sta. Marinha do Zêzere (374 cabeças) e Teixeiró (314). A oliveira surge em pequenas extensões em todas as freguesias, destacando-se Parada de Cunhos (25 ha) e Louredo (19 ha). Os citrinos assumem particular importância em Ribadouro (23 ha), Covelas (16 ha) e Sta. Marinha do Zêzere (6 ha).

Nas restantes freguesias, as culturas temporárias representam mais de 50% da SAU. Em vinte e nove freguesias dos agrupamentos de Amarante, Baião, Marco de Canaveses, Mondim de Basto e Vila Real, as culturas temporárias e, em especial, os cereais para grão e as leguminosas para grão possuem forte representatividade. As pastagens permanentes são importantes em muitas destas freguesias, com particular realce para Pena (34%), Carvalho de Rei (29,6%), Quintã (29,4%), Mondrões (28,1%) e Ermelo (27,2%). A vinha, fundamentalmente a envolver as parcelas agrícolas, ocupa mais de 35% da SAU, em Cepelos, Gondar e S.Gonçalo, mas, nas restantes freguesias, a sua extensão é menor. Os olivais surgem em toda a área, com particular realce para Pena

(34%), Carvalho de Rei (29,6%), Quintã (29,4%) Mondrões (28,1%) e Ermelo (27,2%). Se, em Madalena, não há gado miúdo, nas restantes freguesias, já o mesmo não se passa, destacando-se Ermelo (3474 cabeças de ovinos e caprinos), Aboadela (768), Campelo (748), Pardelhas (861), Várzea de Ovelha e Aliviada (794) e Pena (1005). A criação de bovinos é importante neste conjunto de freguesias. Aqui encontra-se uma grande diversidade de culturas (vinha, oliveira, cereais para grão, culturas forrageiras, batata.)

Nas restantes freguesias, as culturas permanentes têm ainda menor representatividade. Na área correspondente às altitudes mais elevadas da Serra do Marão (Campeã, Vila Cova, Loivos do Monte, Bustelo, Candemil e Ansiães), as culturas permanentes perdem por completo a sua importância e só surgem em pequenos retalhos, nas vertentes mais abrigadas e expostas aos quadrantes Sul. Nas áreas agrícolas de fundo de vale, em rechãs a diferente altitude e em socalcos estreitos na meia encosta, as culturas temporárias dominam, com realce particular para as culturas forrageiras, o que denota o peso da componente pecuária. Esta é particularmente evidente em Campeã, Soalhães, Mesquinhata e Candemil.

Estas diversidade dos sistemas produtivos demonstra que a actividade agrícola não pode ser encarada da mesma forma em toda a Serra, pois os problemas existentes são obviamente distintos e, por conseguinte, as estratégias de desenvolvimento não deverão ser, necessariamente, as mesmas.

## 2.2.2 - A estrutura agrária: dos condicionalismos fundiários aos estrangulamentos da comercialização

Para além das características morfológicas, também os condicionalismos fundiários influenciam a rentabilidade das actividades agrícolas e as próprias produções produtivas.

Na Serra do Marão, dominam as pequenas explorações. Em 1989, 37,2% das unidades de produção têm menos de 1 ha e 56,2% entre 1 a 5 ha (Quadro CXXVI). Assim, cerca de 68% da SAU é ocupada por explorações com menos de 5 ha. Apenas 17,4% da SAU (3 506 ha) pertence a 170 explorações com mais de 10 ha, das quais apenas seis com mais de 50 ha. São 35 as explorações agrícolas sem terra.

**Quadro CXXVI**
**Número de explorações segundo a sua dimensão em 1989, por agrupamento**

| Agrupamentos | S/SAU | | <1 ha | | 1a5 ha | | 5a10 ha | | 10a50 ha | | >50 há | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | VA | % | VA | % | VA | % | VA | % | VA | % | VA | % | EXP. |
| AMARANTE | 2 | 0,1 | 369 | 24,0 | 1069 | 69,6 | 80 | 5,2 | 16 | 1,0 | 1 | 0,1 | 1537 |
| BAIÃO | 1 | 0,03 | 927 | 32,2 | 1836 | 63,9 | 86 | 3,0 | 25 | 0,9 | 0 | 0,0 | 2875 |
| M. CANAV. | 3 | 0,5 | 132 | 21,0 | 461 | 73,4 | 24 | 3,8 | 8 | 1,3 | 0 | 0,0 | 628 |
| MESÃO FRIO | 0 | 0,0 | 466 | 55,3 | 326 | 38,7 | 20 | 2,4 | 29 | 3,4 | 1 | 0,1 | 842 |
| MONDIM BASTO | 23 | 4,4 | 70 | 13,5 | 348 | 67,3 | 64 | 12,4 | 12 | 2,3 | 0 | 0,0 | 517 |
| PESO RÉGUA | 2 | 0,2 | 660 | 64,7 | 269 | 26,4 | 52 | 5,1 | 33 | 3,2 | 4 | 0,4 | 1020 |
| STA M. PENAGUIÃO | 4 | 0,2 | 882 | 53,5 | 667 | 40,5 | 64 | 3,9 | 31 | 1,9 | 0 | 0,0 | 1648 |
| VILA REAL | 0 | 0,0 | 200 | 21,6 | 650 | 70,3 | 65 | 7,0 | 10 | 1,1 | 0 | 0,0 | 925 |
| **SERRA MARÃO** | **35** | **0,4** | **3706** | **37,2** | **5626** | **56,3** | **455** | **4,6** | **164** | **1,6** | **6** | **0,1** | **9992** |

Fonte: Recenseamento Geral Agrícola, INE, Lisboa, 1989.

Ao nível dos agrupamentos verifica-se que em Mesão Frio, Peso da Régua e Sta. Marta de Penaguião mais de 50% das unidades de produção têm menos de 1 ha e a elas está consagrada menos de 17% da SAU[127]. Em Sta Marta de Penaguião, 35,6% da SAU é ocupada por explorações com mais de 5ha, mas, em Mesão Frio e Peso da Régua, é, ainda, superior, respectivamente, 44% e 61,9%. Comprova-se, assim, que aí surgem lado a lado pequenas (<1 ha) e grandes (>50 ha) explorações especializadas na monocultura da vinha.

Nos últimos anos, tem-se verificado que as explorações com viabilidade económica tentam ampliar a sua superfície quer através da compra quer do arrendamento de pequenas explorações. Isto passa-se fundamentalmente na Região Demarcada do Douro, sendo as empresas ligadas a produção e comercialização as principais interessadas.

Em todos os outros agrupamentos, as unidades de produção com menos de 5 ha representam mais de 90% do total e mais de 60% da SAU. As explorações com mais de 10 ha são em número reduzido e afectam menos de 15% da SAU.

À escala de freguesia pode dizer-se que em todas elas mais de 70% das explorações têm menos de 5 ha e, em Canadelo, Frende, Teixeiró e na maior parte das freguesias dos agrupamentos de Mesão Frio, Peso da Régua e Sta Marta de Penaguião, mais de 50% das explorações possuem menos de 1 ha (Quadro CXXVII, anexo B). Na maior parte das freguesias, existe pelo menos uma exploração com mais de 10 ha de SAU, embora as de dimensão superior a 50 ha surjam apenas em Canadelo, Cidadelhe, Fontelas, Peso da Régua e Vinhós.

[127] Convém voltar a referir que bastava terem 2 000 $m^2$ de vinha para serem inquiridas, enquanto que, nos restantes agrupamentos, as explorações com menos de 1 ha também poderiam ser muito numerosas; todavia, como não alcançavam os limites mínimos de uma cultura especializada não foram consideradas.

Em Pardelhas, Jazente e Salvador do Monte, menos de 1% da SAU é ocupada com explorações com menos de 1 ha, enquanto que em Fontes, Teixeiró, Vila Jusã e Frende essa percentagem é superior a 30%. Na última freguesia referida e, ainda, em Carneiro, Sanche, não surgem explorações com mais de 5 ha. Já em Candemil, Carvalho de Rei, Gove, Ovil, Viariz, Barqueiros e Fornelos, menos de 10% da SAU é ocupada por explorações com mais de 5 ha. Nas restantes freguesias, a representatividade das empresas agrícolas superiores a 5 ha é superior. Em Canadelo, Várzea, Loivos da Ribeira, Ribadouro, Cidadelhe, Oliveira e Peso da Régua, embora apresentem sistemas de cultura diferentes, mais de 50% da SAU é ocupada por explorações com mais de 10 ha.

Conclui-se que na Serra do Marão dominam as pequenas explorações em toda a área, mesmo na parte integrante da Região Demarcada do Douro, embora a maior parte das explorações com maior dimensão (>10 ha) também aí se localize.

A elevada representatividade das pequenas explorações parece apontar para uma forte importância da conta-própria (cerca de 80,8% das explorações e em 73,6% da superfície) (Quadro CXXVIII). Em apenas 35,6% das explorações existe arrendamento, sendo o de renda variável mais importante que o de renda fixa. A nível de agrupamentos, verifica-se que, na Região Demarcada do Douro e nos agrupamentos de Vila Real e Mondim de Basto, mais de 90% das explorações são exploradas por conta-própria, tendo o arrendamento fraca expressão. Este, pelo contrário, é bastante importante em Baião e, sobretudo, em Amarante e Marco de Canaveses. Neste último, 64,4% da SAU é ocupada por arrendamento, enquanto que, nos outros dois agrupamentos, a percentagem é menor (38,1% e 45,4%, respectivamente).

A nível de freguesia, estes contrastes mantêm-se, quer em termos de número de explorações agrícolas quer em termos de SAU. Confirma-se que o arrendamento é

inexistente ou muito pouco significativo nas freguesias integradas na Região Demarcada do Douro (o arrendamento refere-se a menos de 5% da SAU) (Quadro CXXIX, anexo B). Trata-se de uma área especializada na cultura da vinha com elevada rentabilidade e que se insere com facilidade num contexto de pluriactividade. Mas o mesmo também ocorre em freguesias dos agrupamentos de Vila Real e Mondim de Basto, onde as superfícies agrícolas são reduzidas, em consequência das condições geomorfológicas, da evolução fundiária, embora a actividade agrícola ainda seja muito importante para os rendimentos dos agregados familiares.

**Quadro CXXVIII**

**Forma de exploração segundo a SAU e o número de empresas agrícolas**

| Agrupamentos | Conta-própria | | | | Arrendamento de renda fixa | | | | Arrendamento de renda variável | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nº exp. | | Sup. (ha) | | Nº exp. | | Sup. (ha) | | Nº exp. | | Sup. (ha) | |
| | VA | % | VA | % | VA | % | VA | % | VA | % | VA | % |
| AMARANTE | 934 | 60,8 | 169 | 50,7 | 614 | 40,0 | 104,0 | 31,2 | 558 | 36,4 | 47 | 14,1 |
| BAIÃO | 2026 | 70,5 | 314 | 59,8 | 488 | 17,0 | 74,0 | 14,2 | 1043 | 36,3 | 125 | 23,8 |
| MARCO CANAV. | 296 | 47,4 | 46 | 34,1 | 61 | 9,8 | 12,0 | 9,0 | 389 | 62,2 | 74 | 55,3 |
| MESÃO FRIO | 826 | 98,1 | 146 | 96,8 | 27 | 3,2 | 4,0 | 2,9 | 0 | 0,0 | | |
| MONDIM BASTO | 463 | 93,7 | 126 | 85,1 | 4 | 0,8 | 2,0 | 1,3 | 5 | 1,0 | 1 | 0,8 |
| PESO RÉGUA | 1001 | 98,3 | 223 | 98,0 | 59 | 5,8 | 3,0 | 1,6 | 4 | 0,4 | | 0,1 |
| S.M. PENAGUIÃO | 1633 | 99,3 | 282 | 98,4 | 34 | 2,1 | 2,0 | 0,8 | 17 | 1,0 | 1 | 0,5 |
| VILA REAL | 865 | 93,5 | 175 | 84,3 | 233 | 25,2 | 28,0 | 13,7 | 9 | 1,0 | | 0,1 |
| **SERRA DO MARÃO** | **8044** | **80,8** | **1483** | **73,5** | **1520** | **15,3** | **232,0** | **11,5** | **2025** | **20,3** | **250** | **12,4** |

Fonte: Recenseamento Geral Agrícola, INE, Lisboa, 1989.

Nos agrupamentos de Amarante, Baião e Marco de Canaveses, o arrendamento tem uma forte incidência, afectando mesmo mais de 70% da SAU em Soalhães e Padronelo. Esta situação relaciona-se por um lado com o desmembramento de grandes explorações agrícolas, fragmentadas pelos processos sucessórios, assentes

num sistema de policultura tradicional; por outro lado, encontram-se nesta área vastas propriedades cujos proprietários, pelo facto de estarem ligados a outras actividades e residirem fora da área, mas não querendo desfazer-se do seu património fundiário, arrendam as suas terras. A forma de exploração das terras também reflecte o grau de envelhecimento da população e o interesse de agricultores jovens em estarem ligados à actividade agrícola. Encontram-se explorações com mais de 5 ha de área agrícola, em que o produtor é jovem, a terra que trabalha é arrendada e em que procura diversificar a produção no intuito de estar menos dependente das oscilações do mercado.

A agricultura na Serra do Marão apresenta, fundamentalmente, um cariz familiar (Quadro CXXX, anexo B). Pode dizer-se que esta situação é comum a todos os agrupamentos e a todas as freguesias, o que se compreende facilmente, atendendo a que proliferam explorações de pequena dimensão, com fracos rendimentos agrícolas e reduzida capacidade de investimento e, ainda, porque o valor dos salários agrícolas são incompatíveis com o rendimento de muitas unidades de produção. Uma outra causa relaciona-se com os problemas de viabilidade económica decorrente da relação sistema de cultura/factores de produção, num contexto de falta de competitividade e de organização dos circuitos comerciais.

Mas em termos de SAU conclui-se que, se na maior parte das freguesias dos agrupamentos de Mesão Frio, Peso da Régua e Sta. Marta de Penaguião a agricultura empresarial ocupa maior extensão do que os outros tipos de exploração, nas restantes freguesias, passa-se precisamente o contrário.

Embora, em termos gerais, seja reduzido o recurso a mão-de-obra não familiar, é na Região Demarcada do Douro que se recorre mais intensamente ao assalariado agrícola, o que se relaciona directamente com a rentabilidade da produção.

Do total de assalariados permanentes não integrados no agregado doméstico do produtor - 2 232 trabalhadores, dos quais 1346 eram do sexo masculino -, 77,2% trabalham na Região Demarcada do Douro em explorações vitícolas de maior dimensão. Destacam-se as freguesias de Cumieira (133 trab.), S. Miguel de Lobrigos (138), Vila Marim (142), S. João de Lobrigos (144), Godim (208) e Peso da Régua (320). Das 604 explorações com mão-de-obra não familiar, cerca de 67,7% estão implantadas na Região Demarcada do Douro, onde também se localizam 132 das 150 explorações que empregam 5 ou mais trabalhadores permanentes. Os trabalhadores permanentes não surgem nas freguesias mais serranas, como, por exemplo, Ansiães, Canadelo, Carvalho de Rei, Campanhó e Pardelhas.

A tempo completo só foram recenseados 464 assalariados rurais (Quadro CXXXI, anexo B). Cerca de 40% dos trabalhadores permanentes trabalham menos de 50% do seu tempo, o que resulta da reduzida dimensão das explorações agrícolas.

Entre os trabalhadores permanentes encontra-se grande número de jovens (cerca de 41,1% têm menos de 35 anos), o que resulta da falta de alternativas de emprego noutros sectores de actividade e do baixo nível de qualificação profissional. Estes só não são maioritários nos agrupamentos de Marco de Canaveses e Mondim de Basto. A nível de freguesia, encontram-se grandes contrastes; no entanto, o mais significativo foi constatar que, em muitas delas, havia grande número de assalariados muito jovens.

Em face das características da estrutura agrária, muitas explorações só recorrem a trabalhadores eventuais em certas alturas do ano. Como a população está a envelhecer e se torna incapaz de trabalhar muitas terras, ou se as deixa "de velho" ou, no caso de se dispor de capacidade financeira, admite-se assalariados nos períodos de maior intensidade de trabalho; registe-se, contudo, que, frequentemente, há dificuldade em

encontrar pessoas para efectuar esses trabalhos[128]. Em toda a Serra do Marão existe, aliás, muita dificuldade em encontrar trabalhadores rurais para efectuarem esporadicamente tarefas nas explorações agrícolas.

Muitos dedicam-se agora a outras actividades, outros preferem estar ligados a explorações que lhes ofereçam um trabalho regular. Na área de Peso da Régua, por exemplo, há um grande número de "empresários agrícolas" que contratam trabalhadores rurais e os levam para as grandes empresas agrícolas a montante do Pinhão. Em muitas povoações de toda a Serra, nomeadamente em Ermida (Vinhós), Outeiro (Sedielos), Paço (Ermelo), encontra-se grande número de pessoas que, sazonalmente, por períodos que vão desde um mês a mais de meio ano, se deslocam para Espanha, Itália e, sobretudo, para França, para efectuarem trabalhos agrícolas. Se bem que com frequência trabalhem mais de oito horas diárias e também o façam ao fim-de-semana, as diferenças cambiais tornam atractivo esse movimento.

Segundo o RGA de 1989, na Serra do Marão, recorreu-se a 578 912 dias de actividade de trabalhadores eventuais, cerca de 68% dos quais nas freguesias da Região Demarcada do Douro, que são as que mais recurso fazem deste tipo de mão-de-obra, sobretudo, na altura das podas e vindimas. As vindimas do Douro requerem uma concentração de trabalho que a população local não basta para assegurar; recorrem então às rogas das terras altas da margem do rio (O. RIBEIRO, 1989). Este tipo de movimento sazonal ainda hoje permanece bem vivo, nomeadamente entre as povoações mais serranas. Noutros casos, adquire um perfil de mobilidade diária, inclusive em relação a jovens estudantes residentes nas áreas vizinhas.

[128] Em 1997, o preço médio da jorna era de 3 000$00 para as mulheres e 4 000$00 a 5 000$00/dia para os homens.

Do que até ao momento foi referido conclui-se, que, na Serra do Marão, predominam as explorações de carácter familiar, um número elevado das quais se organizam a tempo parcial, com um recurso crescente à dupla actividade e com fraca utilização de mão-de-obra não familiar.

A importância numérica das explorações agrícolas de carácter familiar e a tempo parcial levou os economistas a interrogarem-se sobre a forma de as integrar num circuito de produção de qualidade e a baixos custos. Durante muito tempo consideradas como um entrave ao desenvolvimento e à reestruturação das estruturas fundiárias, surgem hoje como uma forma de viabilização da actividade em áreas que não possuem condições naturais e estruturais que lhes permitam adoptar o modelo produtivista. G.SCHMITT (1993) considera que a agricultura familiar é economicamente vantajosa sempre que as economias de produção sejam tão pequenas que não compensem os custos de transacção do regime familiar para o sistema empresarial.

A debilidade das estruturas de comercialização constitui um dos grandes problemas frequentemente referido pelos agricultores. A importância da venda apresenta características bem diversas, consoante os produtos, e há contrastes espaciais que importa frisar. São vários os agentes que controlam os circuitos comerciais. O sector cooperativo tem um papel fundamental na comercialização de uma parte muito significativa da produção agro-pecuária da Serra do Marão.

Por exemplo, a uva produzida na Serra do Marão destina-se fundamentalmente à vinificação e as Adegas Cooperativas são o principal depositário, embora muitos agricultores prefiram vender a uva a empresas, nomeadamente de vinho do Porto, pois o pagamento é, em geral, mais rápido. São cada vez em menor número as explorações que fazem o seu próprio vinho e que não o comercializam sob uma denominação própria.

O sector cooperativo dos lacticínios, embora de implantação recente, desempenhou um papel fundamental na alteração dos sistemas de produção de muitas explorações. Na área em estudo, existem várias salas colectivas de ordenha que permitem aos produtores disporem de equipamentos de ordenha e armazenamento refrigerado, obtendo um produto de qualidade, melhor remunerado. Por outro lado, também funcionam como centro de concentração da produção de leite, ao nível da aldeia, o que facilita a operação de recolha (J. SIMÕES, *et al.*, 1996).

A azeitona que se produz na Serra do Marão destina-se, fundamentalmente, à fabricação de azeite[129] para auto-consumo, sendo vendida apenas uma pequena parte e por um número reduzido de explorações. O fraco número de explorações que vendem mais de 50% da sua produção pode ter como leitura imediata que, para a maior parte dos produtores, a venda é um complemento do rendimento, o que pode estar relacionado com desequilíbrios ao nível da relação sistema de produção/dimensão do agregado familiar agrícola. A reduzida dimensão das explorações explica os fracos quantitativos que muitas delas obtêm.

As dificuldades de escoamento de muitos produtos, nomeadamente a batata, é uma realidade para muitos agricultores, pois os intermediários oferecem, geralmente, valores inferiores ao de custo de produção[130].

A importância da cobertura florestal na Serra do Marão contribui para que o mel seja uma produção que pode ser incentivada. Em 1989, existem 4108 cortiços distribuídos por 863 explorações (8,6% do total de explorações). A forma de escoamento e o local de venda apontam para a maior representatividade da venda directa, sendo a

[129] Segundo o INE, a azeitona de mesa não tem expressão nesta área. No entanto, por exemplo, em Barqueiros, existe uma vasta área de olival cuja produção se destina à indústria de conserva.

[130] Quando, em 1997, terminou o trabalho de campo, muitos agricultores lamentavam-se pelo prejuízo que estavam a sofrer, pelo facto da BSE ter provocado uma baixa acentuada do preço da carne de bovino no produtor.

exploração o local fundamental de transacção e o preço firmado no acto de venda. O principal problema que daí advém é a falta de um certificado de qualidade.

Depreende-se a importância de apoiar a criação de micro-empresas integradas em circuitos de comercialização capazes de receber a reduzida produção de um número muito elevado de agricultores.

Todas estas acções procuram tornar o agricultor capaz de definir estratégias para que o sector agrícola possa adaptar-se de uma forma mais rápida e eficaz à internacionalização da economia e às exigências do mercado. O agricultor tem de, efectivamente, beneficiar cada vez mais de uma formação e de um serviço contínuo de informação que o alerte constantemente para as alterações que se vão verificando quer ao nível das técnicas de produção como ao das condições e perspectivas dos mercados. A agricultura na Serra do Marão, à semelhança do que acontece na maior parte do mundo rural português, deverá ser cada vez menos um modo de vida para se tornar numa verdadeira profissão quer como actividade principal quer num contexto de pluriactividade.

***

Em síntese, verifica-se que a agricultura é uma actividade fundamental na Serra do Marão pela extensão que ocupa e, sobretudo, pelo emprego que, ainda, cria. Apresenta contrastes territoriais nítidos:

- na região da Campeã, predomina uma agricultura onde as culturas permanentes não têm significado. Apresenta uma vertente pecuária muito importante;

- na Região Demarcada do Douro e em Loivos da Ribeira (já na Região Demarcada dos Vinhos Verdes), é o domínio da especialização na vinha. A

agricultura a tempo parcial é predominante e, para a maior parte dos agregados familiares, não é a actividade principal. É aqui que se encontra o maior número de produtores que possuem uma actividade exterior à exploração;

- nas freguesias situadas na parte mais nordeste da área de estudo, que apresentam fortes condicionalismos físicos e onde a SAU ocupa menos de 25% da superfície de cada uma delas, verifica-se que mais de 50% da população residente trabalha na agricultura, e uma grande parte, a tempo completo, sendo muito forte a representatividade da agricultura como actividade principal;

- na restante área, integrada na Região Demarcada dos Vinhos Verdes, verifica-se o domínio da agricultura temporária em que a vinha e a criação de gado são importantes. A agricultura é feita principalmente a tempo parcial.

Assim, a agricultura, embora seja importante em toda a área, assume funções distintas. Se, na Região Demarcada do Douro a forte especialização existente assenta num produto mundialmente conhecido, importa adoptar uma estratégia de conservação de uma imagem já consagrada, através de um controle de qualidade muito rigoroso.

Nas áreas mais de montanha, onde as manchas agrícolas são pouco extensas e dispersas, a agricultura, para além da sua função de produção, possui, sobretudo, uma vertente ecológica importante.

Em toda a Serra, a reduzida dimensão das explorações e a sua fragmentação e dispersão não favorecem o pleno emprego dos produtores e das suas famílias que se inserem em redes mais ou menos complexas de pluriactividade e de pluri-rendimento.

A emergência de sedes concelhias tem sido acompanhada por uma tercearização da estrutura da população activa que também se regista na maior parte da Serra do Marão.

# III Parte

# As políticas de desenvolvimento nos espaços rurais

# Capítulo 1

# O desenvolvimento rural na União Europeia

## 1.1 - Da política de estruturas ao desenvolvimento rural durável

Os espaços rurais representam, nos anos noventa, cerca de 80% da superfície da União Europeia e, aproximadamente um quarto da sua população. As mutações económicas e sociais profundas que atingiram o mundo rural tornaram estas áreas mais vulneráveis aos impactos da mundialização da economia. Embora de forma lenta, a União Europeia foi lançando medidas no sentido de encontrar respostas para os problemas que vêm afectando o mundo rural. Estas preocupações têm vindo a assumir um protagonismo crescente na política da União Europeia; no entanto, até hoje, a "política" de desenvolvimento rural reduz-se, unicamente, a um conjunto de medidas e revela algumas indefinições de enquadramento. Este facto reflecte-se nos meios que lhe têm sido afectos, na conflitualidade e confusão institucional em que assentam a sua definição e aplicação e, em última instância, na sua pequena expressão e reduzida eficácia (A.CUNHA, 1996).

As directivas estruturais de 1972 introduziram um programa comunitário relativo às estruturas agrícolas, cujo principal objectivo consistia na limitação dos incentivos aos investimentos em explorações agrícolas viáveis.

Para completar o efeito das acções horizontais preconizadas, a comunidade começou a introduzir a dimensão territorial não só na política das estruturas agrícolas, como no quadro das outras políticas estruturais. Em 1975 e para permitir a manutenção da agricultura em áreas com condições de produção difíceis, foi criada a Directiva

75/268[131] sobre a *agricultura de montanha* e de outras *zonas desfavorecidas*. Esta Directiva marca uma etapa importante porque introduz na política agrícola comum os objectivos de desenvolvimento rural e de conservação da paisagem.

As *zonas de montanha* são aquelas em que a actividade agrícola é necessária a fim de salvaguardar o espaço natural, nomeadamente por razões de protecção contra a erosão ou para corresponder a necessidades em matéria de ocupação dos tempos livres. Caracterizam-se por uma limitação considerável de possibilidades de utilização das terras e custos mais elevados de trabalho devido quer à existência (resultante da altitude) de condições climáticas muito difíceis que se traduzem por um período vegetativo sensivelmente menor, quer à presença, em altitudes menores, de fortes declives, de tal forma que a mecanização não seja possível ou, então, seja muito onerosa.

*As zonas desfavorecidas* são aquelas que estão ameaçadas de despovoamento e nas quais a manutenção do espaço natural é necessária. Correspondem a terras pouco produtivas, pouco aptas para determinadas culturas e impróprias para a intensificação, assim como àquelas onde a dinâmica populacional pode pôr em causa o seu povoamento. Podem ser assimiladas às *zonas desfavorecidas* agrícolas, zonas de fraca superfície, afectadas por desvantagens específicas e nas quais a manutenção da actividade agrícola é necessária com o objectivo de assegurar a conservação do espaço natural e a sua vocação turística ou por motivos de protecção costeira. A área de conjunto destas *zonas* não pode ultrapassar, em qualquer Estado-membro, 4% da sua superfície.

---

131 JO nº L 128 de 13-05-1975 - esta directiva com a última redacção que lhe foi dada pelo Acto de adesão de 1994 foi integrada no REG (CE) n.º 950/97, título IX.

Com vista à prossecução da actividade agrícola, os Estados-membros são autorizados a instaurar nestas áreas um regime particular de ajudas, indemnizações compensatórias ou medidas especiais a favor das explorações agrícolas em condições de desenvolvimento e, ainda, ajudas aos investimentos colectivos.

Com a pressão dos países do Mediterrâneo, esta perspectiva de política estrutural é seguida de várias medidas cada vez mais globais que visam não só a agricultura, mas o conjunto das actividades num dado território[132].

Todas estas medidas foram retomadas, em 1985, no Reg. (CEE) nº 797/85[133] relativo à melhoria de eficácia das estruturas agrícolas que também procurava assegurar a conservação duradoura dos recursos naturais da agricultura. Este regulamento contemplava vários tipos de medidas, entre as quais:

- medidas específicas em benefício da agricultura de montanha e de zonas sensíveis do ponto de vista do ambiente. Nas regiões com desvantagens naturais permanentes, podia ser concedida (art.º 2º e 3º da Directiva 75/268/CEE) aos agricultores que explorassem pelo menos 3 ha de SAU uma indemnização compensatória anual;

- medidas florestais em benefício das áreas de montanha e de certas zonas desfavorecidas. O art.º 20º referia que os Estados-membros podiam conceder uma ajuda à florestação das superfícies agrícolas bem como aos investimentos de valorização das superfícies florestais, tais como introdução de cortinas de abrigo, de corta-fogos, de pontos de água e de caminhos florestais. O art.º 19 do regulamento 797/85 também

---

132 Reg. (CEE) n.º 1760/78-JO n.º L204 de 28-07-78, sobre melhoramentos nas infra-estruturas em certas zonas rurais desfavorecidas da Itália e do Sul da França. Reg. (CEE) n.º 269/79-JO n.º L 38 de 14-02-79 lança uma acção florestal comum em certas zonas mediterrâneas da comunidade. Estas medidas foram reforçadas, em 1985, para fazer face à entrada de Portugal e Espanha na CEE, através dos Programas Integrados Mediterrânicos (PIM) cuja especificidade residia no facto de não serem projectos sectoriais, mas cobrirem o conjunto de factores de desenvolvimento rural numa região.

133 JO n.º L93 de 30-03-85.

denota preocupações ambientais, pois visa contribuir para a introdução ou para a manutenção de práticas de produção agrícola compatíveis com as exigências da protecção do meio ambiente. Este regulamento e o n.º 1760/87[134] que o veio alterar autorizam os Estados-Membros a criar um sistema de ajudas em zonas especialmente sensíveis do ponto de vista da protecção do ambiente e dos recursos naturais, bem como do ponto de vista da manutenção do espaço natural e da paisagem. As medidas tomadas pelos agricultores podiam ter a ver com a protecção de zonas bem determinadas, correspondendo a um biótipo, medidas relacionadas com um determinado problema sem área específica. Os agricultores também são encorajados a adoptar certas práticas: reconverter e extensificar a produção, não trabalhar as terras por um determinado período de tempo, diminuir a presença de produtos químicos no solo, nas águas subterrâneas e superficiais, manter uma agricultura tradicional[135].

O "Livro Verde" (COM(85)333) foi um documento de reflexão sobre as opções fundamentais da evolução da Política Agrícola Comum (PAC) e constitui a base do programa de reforma dos anos seguintes. Sublinha o interesse de que se reveste a integração do desenvolvimento agrícola num contexto multissectorial de diversificação económica das zonas rurais, propondo o incentivo da extensão da pluriactividade ao nível de exploração agrícola (turismo rural, artesanato) e o desenvolvimento das pequenas e médias empresas rurais (desenvolvimento do potencial endógeno). Para além das suas funções estratégicas, económicas e sociais, nele é dado especial realce ao papel fundamental da agricultura na protecção do ambiente e na preservação do património natural.

---

[134] JO n.º L 167 de 26/06/87.

[135] Regime adoptado em seguida pelo Reg. (CEE) n.º 1094/88 de 25 de Abril de 1988.

O alargamento da Comunidade e a adopção do Acto Único, em 1986[136], vieram reforçar a política estrutural, pois estão na origem da reforma dos fundos estruturais, que constituíram um impulso significativo na tentativa de solucionar os problemas do mundo rural. No âmbito dessa reforma, a estratégia concebida assentou designadamente numa zonagem do espaço comunitário, na definição dos objectivos a perseguir e na correspondente definição dos instrumentos de intervenção, incluindo as respectivas condições e modalidades de funcionamento. Foram fixados cinco *objectivos* prioritários[137]:

Embora o desenvolvimento das zonas rurais seja apenas referido no âmbito do *objectivo* 5b, as áreas elegíveis pelo *objectivo 1* apresentam igualmente forte ruralidade, pelo que o desenvolvimento rural também aí constitui uma prioridade. Assim, a Comunidade interviria directamente a favor do desenvolvimento rural ao abrigo dos *objectivos 1 e 5b*, mas poderia também intervir de uma forma indirecta e menos sistemática ao abrigo dos objectivos "horizontais", isto é os *objectivos 3, 4 e 5a.*

A totalidade do território de Portugal ficou, como se sabe, incluída nas regiões cobertas pelo *objectivo 1*. Para além disto, e no que respeita à agricultura, ficou a beneficiar também dos meios e das medidas consideradas quer no âmbito do *objectivo 5a* (referente às estruturas de produção agrícola), quer no âmbito do *objectivo 5b* (respeitante ao desenvolvimento rural).

A importância da ruralidade na maior parte das regiões menos desenvolvidas visadas pelo *objectivo 1* fez com que o desenvolvimento rural não fosse dissociado da política global de ajustamento estrutural e de desenvolvimento regional.

---

[136] O Acto Único define e institucionaliza duas orientações importantes: a coesão económica e social (art.° 130 A) e o ambiente.

[137] Reg. (CEE) n.° 2052/88 de 24 de Junho de 1988, publicado em JO n.° L185 de 15/07/88. As disposições de aplicação do referido regulamento foram estabelecidas pelo Reg.(CEE) n.° 4256/88 , alterado pelo Reg. (CEE) n.° 2085/93 do Conselho de 20 de Julho de 1993.

Por isso, os *Planos de Desenvolvimento Regional* deveriam ter em conta as necessidades próprias do desenvolvimento rural. O novo regulamento do FEOGA estabeleceu que, no interior dessas regiões, fossem consideradas prioritárias para uma intervenção dos fundos as zonas rurais cuja estrutura agrícola fosse caracterizada por um grave atraso, nomeadamente se se situassem em zonas desfavorecidas ou de montanha.

As regiões *objectivo 5b* que podiam beneficiar dos programas de desenvolvimento rural deveriam ser definidas a um nível mais pormenorizado (NUT III). Esta redução do campo geográfico operacional para a intervenção estrutural comunitária permite igualmente uma maior flexibilidade na identificação e tratamento dos problemas.

Se no Reg. (CEE) n.º 797/85 a preocupação com o desenvolvimento rural já estava presente, é, em 1988, numa Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho[138] que é reconhecida a falta de uma verdadeira estratégia de desenvolvimento das zonas rurais e, pela primeira vez, é tentada, ao nível comunitário, uma definição da política de desenvolvimento rural. Nesse documento, reconhece-se que as noções de mundo rural implicam mais do que uma simples delimitação geográfica, referindo-se a todo um tecido económico e social que abrange um conjunto das mais diversas actividades. Para além da sua função de quadro de vida e de actividade económica, o espaço rural apresenta funções vitais para toda a sociedade. Enquanto zona tampão e espaço de regeneração, é indispensável para o equilíbrio ecológico e torna-se cada vez mais um local de acolhimento privilegiado para o repouso e o recreio.

A Comissão revelou três preocupações fundamentais: a coesão económica e social numa Comunidade com fortes contrastes regionais; as consequências na economia rural provocadas pelo inevitável ajustamento da agricultura europeia às

[138] O futuro do Mundo Rural, Comunicação da Comissão transmitida ao Conselho e ao Parlamento Europeu em 29 de Julho de 1988 [COM (88) 591 final].

realidades do mercado; a conservação do património natural e a protecção do ambiente. Em função da diversidade natural e sócio-económica dos espaços rurais, no referido documento, são propostas três estratégias comunitárias de abordagem dos diferentes problemas-tipo existentes:

- nas áreas rurais com forte pressão de urbanização, o objectivo a prosseguir seria, antes de tudo, de protecção do ambiente rural e de ordenamento integrado a fim de valorizar ao máximo os espaços verdes. O papel da Comunidade relacionar-se-ia com acções normativas e de incentivo à protecção do ambiente;

- nas áreas agrícolas em despovoamento, onde a agricultura tinha, ainda, um peso importante, era imprescindível fomentar empregos duráveis alternativos e economicamente viáveis noutros ramos de actividade;

- nas áreas rurais marginalizadas, de difícil acessibilidade, já muito despovoadas e dispondo de um potencial de diversificação económica aparentemente limitado, o processo de desenvolvimento seria certamente lento e exigiria um esforço contínuo.

A Comissão identifica os principais domínios da acção comunitária: a política agrícola comum, a acção florestal, a protecção do ambiente, a utilização racional da energia, a política regional, o desenvolvimento acções a favor das PME, a difusão de novas tecnologias de informação e de telecomunicações.

No domínio da PAC, na sua vertente socio-estrutural, foram propostas medidas a favor da *agricultura de montanha* e das *zonas desfavorecidas*: acções específicas a favor de certas regiões com características agrícolas muito particulares, apoios à cessação da actividade agrícola; práticas agrícolas favoráveis ao ambiente (extensificação), reconversão da produção agrícola para produtos não excedentários,

retirada de terras aráveis da produção, reforço das políticas de qualidade e de especificidade dos produtos, ajudas directas aos rendimentos dos agricultores.

Verifica-se que "o ponto de aplicação" da legislação socio-estrutural comunitária se foi deslocando sensivelmente das explorações (modernização das explorações – nomeadamente apoiadas nas directivas de 1972) e das estruturas agrícolas (melhoria da eficácia das estruturas agrícolas – nota dominante do Reg. nº 797/85) para o quadro do desenvolvimento rural e regional (S. VARELA, 1995)

Em sequência do Tratado de Maastricht e da Cimeira de Edimbourg, assiste-se a uma nova reforma dos fundos estruturais em vigor até 1999 e que, em função da experiência adquirida, procura introduzir melhoramentos que contribuam para uma maior eficácia, simplificação e transparência das políticas estruturais. No plano dos princípios, a ideia de partenariado foi reforçada para assegurar uma maior eficácia às medidas propostas e adoptadas.

Se o Tratado de Maastricht não modifica nada no título consagrado à agricultura, ele consagra a noção de desenvolvimento rural, alterando o artigo 130A alínea 2 que define os objectivos da coesão económica e social. A política socio-estrutural compreende duas categorias de acções: as que respondem directamente aos objectivos dos fundos estruturais e as iniciativas comunitárias.

Antes da reforma, a grande maioria das medidas ditas estruturais tinha o seu fundamento no Reg. (CEE) nº 2328/91[139]. Mas a reforma da PAC prevê as medidas de acompanhamento (medidas agro-ambientais, pré-reforma, medidas florestais), que já existiam sob outras formas no referido regulamento.

---

139 JO n.º L 218 de 06/08/91 e o Reg. (CEE) n.º 3669/93 que se segue à reforma dos mercados e dos fundos, introduzem as correcções necessárias ao Reg. (CEE) n.º 2328/91, que continua a ser o regulamento de referência. As últimas modificações introduzidas pelo Reg. (CEE) n.º 2843/94 do Conselho referem-se aos montantes das ajudas.

A execução da política comunitária de desenvolvimento rural prosseguiu em 1992 com a aplicação dos programas operacionais financiados pelos fundos estruturais tanto nas Regiões de *objectivo 1* como *5b*. Também houve prossecução das medidas horizontais do *objectivo 5a*, para acelerar a adaptação das estruturas agrícolas, no conjunto do território comunitário, com, todavia, uma prioridade concedida às zonas desfavorecidas onde os agricultores beneficiam de indemnizações compensatórias.

Assim, verifica-se que a política de desenvolvimento rural resume-se, no essencial e até ao início dos anos noventa, à aplicação da política agrícola (A. PIRES, 1991).

O pressuposto segundo o qual um sector agrícola evoluído, dotado de elevada produtividade, sofisticação técnica e eficiência económica (P.CLOKE, 1988), seria sinónimo de um mundo rural próspero e equilibrado esteve longe de confirmar a sua validade. O alheamento em relação aos impactes sócio-demográficos e culturais nas comunidades rurais traduziu-se numa atitude de passividade política face ao acentuar das fragilidades do tecido social rural e aos crescentes custos económicos da prestação de serviços sobretudo em áreas rurais mais periféricas.

Em Novembro de 1996, teve lugar em Cork, na Irlanda, a primeira conferência europeia sobre desenvolvimento rural, o que comprova a crescente importância do mundo rural no contexto da coesão económica e social. Aí se defendeu que o desenvolvimento rural durável deve receber o estatuto de prioridade da União Europeia e deve tornar-se o princípio fundamental em que se baseia toda a política rural. Esta tem como objectivos inverter o êxodo rural, combater a pobreza, estimular o emprego e a igualdade de oportunidades; responder às exigências crescentes em matéria de qualidade, saúde, segurança, desenvolvimento pessoal e lazer da população rural que exige maior e melhor qualidade de vida. A política rural deve ser multidisciplinar na sua

concepção e multisectorial na sua aplicação, privilegiando a abordagem territorial. Esta deve ser integrada, reunindo num único quadro jurídico e instrumental a adaptação e o desenvolvimento da agricultura, a diversificação das actividades económicas e sociais, a gestão dos recursos naturais, a melhoria das prestações ligadas ao ambiente, assim como a valorização do património cultural, do turismo e das actividades de lazer. O desenvolvimento rural deve ser local e conduzido pelas comunidades rurais, no contexto de um quadro europeu coerente.

No entanto, nos finais dos anos noventa, a política rural da União Europeia surge, ainda, como a justaposição de uma política agrícola de mercados, da política estrutural e de uma política ambiental, dotadas de instrumentos bastante complexos e desprovida de coerência global.

Para A. COVAS (1997), a PAC tem pruridos em assumir frontalmente uma política de diversificação de actividades em meio rural em paridade com a política de ajustamento, por acreditar, talvez, que a ideologia agro-comercial ainda trará, apesar de tudo, o bem-estar às populações rurais. A lógica e a timidez das medidas de acompanhamento da reforma da PAC de 1992 são disso demonstração eloquente. A existência do programa LEADER, por seu turno, só confirma esta convicção, não obstante ter criado alguma ilusão que foi benéfica para lançar várias iniciativas meritórias que não teriam surgido noutro contexto. Neste aspecto, de resto, não podem os Estados-Membros aligeirar as suas responsabilidades. Existe margem de manobra mais do que suficiente para fundar uma política autónoma de desenvolvimento rural. Para este mesmo autor, a reestruturação futura da PAC mais do que traduzir-se em novas políticas restringir-se-á apenas a novos compromissos.

A *Agenda 2000* nas suas orientações prospectivas aponta a segurança e a qualidade como uma prioridade máxima da PAC. Esta continuará a apoiar, tanto quanto

possível, uma política de qualidade dos produtos, frequentemente ligada a origens geográficas ou a métodos de produção específicos que os consumidores podem identificar e que podem ser fundamentais para muitas áreas montanhosas. Nos próximos anos, será conferida uma importância acrescida aos instrumentos agro-ambientais pois todas as medidas destinadas a aumentar a qualidade do ambiente devem ser reforçadas e incentivadas. A preservação de uma agricultura sustentável torna-se cada vez mais importante, mas a integração dos objectivos ambientais na PAC não se manifesta apenas nesta perspectiva. De facto, os agricultores podem e devem desempenhar, no plano da gestão dos recursos naturais e da salvaguarda da paisagem, um protagonismo crescente. As zonas rurais assumem funções de ordem ecológica e recreativa, o que poderá implicar novas adaptações da agricultura e deverá oferecer novas possibilidades de desenvolvimento, de que os agricultores e suas famílias poderão beneficiar. Na perspectiva da coesão social, a criação de fontes de rendimento e oportunidades de emprego complementares ou alternativas para este grupo populacional, quer na exploração quer fora dela, permanece um objectivo de futuro essencial, atendendo a que as possibilidades de emprego no sector agrícola propriamente dito diminuem. As zonas rurais são multifuncionais e os agricultores deverão ser incentivados a tirar partido de todas as possibilidades que se oferecem aos empresários do mundo rural[140]. Assim, devido à nova estruturação da política de desenvolvimento rural, tal como foi proposto pela *Agenda 2000*, nenhum território rural deve, no futuro, ser excluído da política de desenvolvimento. Todos devem ter a possibilidade de estabelecer a sua própria estratégia

[140] A Comissão considera ser necessária uma reorganização dos instrumentos actualmente disponíveis em matéria de política rural. As medidas de acompanhamento , financiadas pelo FEOGA-Garantia serão completadas pelo regime das regiões desfavorecidas, nomeadamente pela sua aplicação nas regiões com atraso de desenvolvimento (regiões *Objectivo 1*). Todas estas medidas serão aplicadas horizontalmente e de forma descentralizada. No que respeita às zonas rurais situadas nas regiões elegíveis a título do *objectivo 1* dos fundos estruturais, será mantida a actual abordagem dos programas de desenvolvimento integrado. (Comissão Europeia, Boletim da União Europeia, Suplemento 5/97, p.34).

de desenvolvimento. O programa LEADER, com a sua metodologia, é uma das vias para promover simultaneamente a adaptação das estruturas agrícolas e o desenvolvimento rural sustentável, porque uma agricultura competitiva precisa de um ambiente competitivo, precisa de espaços rurais vivos (LEADER, Magazine n.º 16 - Inverno, 1997/98).

A análise do significado das propostas *Agenda 2000* da Comissão permite antecipar já alguma direcção provável das decisões finais e seus impactes sobre o desenvolvimento rural. Segundo um relatório da Direcção Geral do Desenvolvimento Rural[141], uma primeira ilação que pode ser estabelecida com certa segurança é a de que as áreas rurais dos actuais Estados-membros da EU não deverão alimentar grandes expectativas de reforço dos apoios a receber do Orçamento Comunitário no próximo período de programação (2000-2006).

De facto, nem os princípios *da coesão económica e social* nem o da *preferência rural* parecem receber grande acolhimento e prioridade no conjunto das propostas apresentadas pela Comissão, nem nas declarações mais recentes dos representantes dos Estados-membros mais fortes. Em segundo lugar, o dualismo das políticas comunitárias de desenvolvimento rural parece manter-se: de um lado, o rural/agrícola onde se concebem e institucionalizam as "medidas de acompanhamento rural", geridas como subsidiárias das reformas das OCM e onde a compensação das perdas de rendimentos e a salvaguarda de interesses adquiridos pelos agricultores prevalecem e se misturam, por vezes contraditoriamente, com outro tipo de objectivos (conservação do ambiente, reconversão produtiva, equidade territorial ou social); de outro lado, o rural/regional, onde o rural é encarado como espaço subalterno ou

[141] Direcção Geral do Desenvolvimento Rural, Desenvolvimento Rural, novas realidades e perspectivas, Lisboa, 1997.

intersticial de intervenção das políticas e acções de desenvolvimento regional. Segundo o mesmo relatório, a *Agenda 2000* não parece anunciar para breve uma mudança substancial da política agrícola e de desenvolvimento rural comunitária, mas promete o acentuar dos traços já tão vivos da actual fase de transição; alargamento das possibilidades de experimentação de novas soluções, embora num quadro carregado de ambiguidades estratégicas e, portanto, de difícil condução política e institucional. Para esta situação, muito contribui o facto de não existir, realmente, um grupo de pressão rural europeu (J. MENGIN,1996).

Pode, assim concluir-se que até ao momento, a União Europeia não tem uma política de desenvolvimento específica para as áreas de montanha.

Dado que a agricultura é, ainda, a principal actividade empregadora de grande parte da população que vive em áreas montanhosas, a política agrícola pode desempenhar um papel importante no seu desenvolvimento sustentável. Dispõe de diversos instrumentos de política para a promoção do desenvolvimento sustentável das zonas de montanha para ajudar os agricultores a fazer face às desvantagens naturais e socio-económicas que essas áreas apresentam. Estes instrumentos[142] incluem: medidas específicas para as regiões desfavorecidas, onde se incluem as zonas de montanha; outra medidas, que indirectamente, podem ser usadas para promover o desenvolvimento sustentável das zonas de montanha. As medidas que procuram melhorar os rendimentos agrícolas, as condições de vida, de trabalho e de produção nas explorações agrícolas,

---

[142] As necessidades das regiões de montanha, enquanto regiões desfavorecidas, estão consignadas na política de mercados o que tem implicações positivas sobre a manutenção da agricultura nestas áreas : prémios complementares específicos no caso dos ovinos e caprinos produzidos em zonas desfavorecidas. Os rebanhos transumantes são igualmente tomados em consideração para a concessão desta ajuda; possibilidade de quotas ou reservas adicionais. Nalguns casos é permitido aos Estados-Membros estabelecer condições especiais para os agricultores dessas regiões; por exemplo, podem considerar esses agricultores como produtores prioritários para efeitos de regime de quotas leiteiras; além disso, o suplemento facutativo nacional relativo ao prémio por vaca aleitante é financiado pela UE nas regiões de *objectivo 1*.

assim como as que visam melhorar a qualidade dos produtos, apoiar os produtos territoralizados e, ainda, as que procuram apoiar práticas respeitadoras do ambiente contribuem para o desenvolvimento das áreas de montanha. Existem disposições específicas que se destinam a incentivar o investimento em zonas desfavorecidas, nomeadamente nas regiões de montanha: apoio ao investimento com uma majoração de 10% (12,5% no caso de jovens agricultores) para projectos individuais de modernização; apoios a investimentos colectivos, incluindo o melhoramento das pastagens; apoios a investimentos individuais e colectivos, apenas em zonas de montanha, para pontos de água, caminhos rurais, abrigos para rebanhos.

As *zonas de montanha* situam-se frequentemente nas regiões cobertas pelos objectivos estruturais de carácter rural: regiões menos desenvolvidas onde é necessário promover o desenvolvimento e ajustamentos estruturais. Nestas últimas, têm sido cofinanciadas diferentes medidas, nomeadamente nas áreas de infra-estruturas agrícolas, agro-turismo, promoção dos produtos de qualidade, conservação do ambiente, da paisagem e da biodiversidade, infra-estruturas florestais, investigação agrária e formação profissional, apoios aos investimentos em pequenas e médias empresas, renovação de aldeias.

## 1.2 - A política socio - estrutural em vigor e o meio rural

A política estrutural assenta em três regulamentos que referem o campo de actuação dos três fundos[143]. A participação do FEDER no financiamento do desenvolvimento do potencial endógeno traduz-se nas regiões de *objectivo 1 e 6*, por apoios às iniciativas de desenvolvimento local, às actividades das pequenas e médias empresas e ao financiamento de infra-estruturas que contribuam para a reconversão dessas regiões. Nas regiões de *objectivo 5b,* contribui para o financiamento de investimentos produtivos, investimentos em infra-estruturas ligadas às actividades económicas geradoras de empregos não agrícolas, medidas de apoio às pequenas e médias empresas.

O FEOGA-Orientação financia um conjunto de medidas de aplicação horizontal dependentes do *objectivo 5a* que são completadas nas regiões de *objectivo 1 e 5b* por uma série de acções que visam contribuir para o desenvolvimento do tecido social das áreas rurais, a reorganização das estruturas agrícolas onde estão incluídos, nomeadamente, melhoramentos fundiários, renovação dos sistemas de drenagem, apoios aos investimentos turísticos artesanais e a protecção do ambiente.

---

[143] FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) - Reg. (CEE) n.º 2083/93 de 20 de Julho de 1993 que altera o Reg. (CEE) n.º 4254/88, que estabelece as regras de execução do Reg. (CEE) n.º 2052/88 ;
FSE (Fundo Social Europeu) - Reg. (CEE) n.º 2084/93 de 20 de Julho de 1993 que altera o Reg. (CEE) n.º 4255/88, que estabelece disposições de aplicação do Reg. (CEE) n.º 2052/88;
FEOGA (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola) - Reg. (CEE) n.º 2085/93 de 20 de Julho de 1993 que modificou o Reg. (CEE) n.º 4256/88, que estabelece disposições de aplicação do Reg. (CEE) n.º 2052/88.

O FSE[144] encarrega-se de apoiar a formação profissional, incentivar a criação de empregos, facilitar o acesso ao mercado de trabalho, promover a igualdade das oportunidades no mercado de trabalho. Nas regiões de *objectivo 1,* se o FSE não pode cofinanciar os projectos relativos à formação é o FEOGA-Orientação que o faz. Nas regiões de *objectivo 5b*, o FSE acompanha os programas do FEDER destinados a desenvolver o emprego nas PME e a facilitar a formação profissional.

Os regimes destinados a incentivar a reconversão e a extensificação, as medidas que visam a protecção do ambiente e a preservação do espaço natural mediante práticas de produção agrícola adequada e, ainda, as medidas florestais a favor das explorações agrícolas, previstas no Reg. (CEE) n.º 2328/91, foram revogados pelo Reg. n.º 3669/93, pois estas acções passaram a ser regulamentadas pelas medidas de acompanhamento da reforma da PAC de 1992. Este regulamento foi substituído pelo Reg. (CE) n.º 950/97 de 20 de Maio que, numa lógica de simplificação e coerência, passou a integrar a Directiva 75/268/CEE sobre a agricultura de montanha e de certas áreas desfavorecidas.

As medidas que, no âmbito da PAC, correspondem aos objectivos dos fundos estruturais podem ser repartidas em três grupos: as que dizem respeito à produção, aos produtores e ao meio natural.

De entre as medidas destinadas aos produtores, podem distinguir-se as seguintes: ajudas aos investimentos, ajudas aos jovens agricultores, pré-reforma, apoios técnicos.

---

[144] No âmbito do artigo 123º do Tratado, o FSE tem por missão contribuir prioritariamente para a realização dos *objectivos n.º 3* e *n.º 4*.

As ajudas aos investimentos[145] (Reg. (CE) nº 950/97) visam contribuir para a melhoria dos rendimentos agrícolas e das condições de vida, de trabalho e de produção nas explorações agrícolas.

A concessão de uma ajuda aos investimentos pode ser excluída ou limitada, quando os investimentos em causa tenham como resultado o aumento da produção de produtos que não encontrem escoamento normal nos mercados. O valor total da ajuda, expresso em percentagem do volume do investimento, é limitado a 35% no caso de bens imóveis e a 20% para os outros tipos de investimentos. Se se tratar de zonas desfavorecidas as percentagens sobem para, respectivamente, 45% e 30%.

O regime de ajudas limita-se às explorações cujo agricultor exerça a actividade agrícola a título principal, ou que obtenham, pelo menos, 50% do seu rendimento global de actividades agrícolas ou para-agrícolas, não podendo, contudo, a parte do rendimento directamente proveniente da actividade agrícola na exploração ser inferior a 25% do rendimento global do empresário, nem o tempo de trabalho consagrado a actividades exteriores à exploração ultrapassar metade do trabalho total do empresário agrícola.

No artigo 12º do Reg. (CE) n.º 950/97, está prevista a concessão de outro tipo de ajudas aos investimentos nas explorações agrícolas que tenham por objecto: compra de terra, créditos de gestão bonificados cuja duração não ultrapasse uma campanha agrícola, compra de reprodutores machos, garantias para os empréstimos contraídos, protecção e melhoria do ambiente desde que esses investimentos não impliquem um aumento de capacidade de produção animal, nas explorações agrícolas.

---

[145] As ajudas aos investimentos já estavam previstas pelo REG (CEE) n.º 2328/91.

Para desenvolver e modernizar o sector agrícola, o mesmo regulamento prevê apoios para a instalação de jovens agricultores (com idades compreendidas entre os 18 e 40 anos). Visa, assim, contribuir para o rejuvenescimento do tecido empresarial e para a modernização das explorações agrícolas com vista a melhorar a sua viabilidade no contexto de um desenvolvimento racional do mundo rural.

O regime de pré-reforma na actividade agrícola é fixado pelo Reg (CEE) nº 2079/92[146], que constituí uma das medidas de acompanhamento da PAC. É uma medida facultativa que visa contribuir para o rendimento dos agricultores idosos que desejem cessar antecipadamente a sua actividade agrícola e, simultaneamente, contribuir para o rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola, aumentar a dimensão das explorações agrícolas e assegurar uma utilização racional do espaço rural, através da afectação de terras agrícolas a utilizações não agrícolas, quando a sua utilização agrícola não seja possível em condições de viabilidade satisfatória. Para beneficiar desta ajuda, o agricultor cessante deverá ter pelo menos 55 anos e ter exercido a actividade agrícola a título principal durante os 10 anos anteriores à cessação. Os trabalhadores agrícolas (assalariados e familiares) têm também direito às ajudas por cessação de actividade no caso de terem mais de 55 anos, abandonarem definitivamente a actividade agrícola após terem a ela consagrado, pelo menos, metade do seu tempo de trabalho durante o período de 5 anos anteriores à cessação, terem trabalhado na exploração durante, pelo menos, dois anos a tempo completo nos últimos quatro anos que precederam a cessação de actividade, estarem inscritos num Regime de Segurança Social.

As condições relativas às terras libertadas devem ser aplicadas, no mínimo durante todo o período ao longo do qual o cedente beneficiar de uma ajuda à reforma

---

[146] De 30 de Junho de 1992, publicado no JO n.º L 215 de 30/07/92. O REG. (CE) n.º 2773/95, publicado em JO n.º L288 de 01/12/95 substitui os valores em ECUS do Reg. (CEE) n.º 2079/92.

antecipada. Os cedentes podem continuar a agricultura em 10%, no máximo, da área da exploração, até ao limite de um hectare, desde que abandonem toda a produção com objectivos comerciais.

As terras libertadas transmitidas a cessionários agrícolas devem ser exploradas no mínimo durante cinco anos, respeitando as exigências de protecção do ambiente. As transmitidas a cessionários não agrícolas devem ser utilizadas em condições compatíveis com a manutenção ou com o melhoramento da qualidade do ambiente e do espaço natural.

Os Estados-membros podem prever que as terras libertadas sejam incluídas em operações de emparcelamento ou sejam tomadas a cargo por um organismo que se comprometa a entregá-las, posteriormente, a cessionários.

Também estão previstas no Reg. (CE) nº950/97 ajudas financeiras - *Indemnizações compensatórias* - atribuídas aos agricultores que exercem a sua actividade em determinadas regiões - *regiões de montanha, regiões ameaçadas de despovoamento nas quais se torna necessário assegurar a conservação do espaço rural, os territórios de pequena dimensão, com desvantagens específicas onde a manutenção das actividades agrícolas é essencial para a preservação do espaço natural e a protecção do ambiente* - por forma a compensá-los de desvantagens naturais ou específicas com carácter permanente e têm por objectivo fundamental evitar o despovoamento e assegurar a conservação do espaço rural. Para beneficiarem desta medida os agricultores têm de explorar pelo, menos, três hectares de S.A.U.[147] e comprometerem-se a manter a actividade agrícola durante 5 anos.

[147] Todavia, nalgumas regiões da Comunidade Europeia e em Portugal, a S.A.U. mínima por exploração foi fixada em dois hectares.

Cada Estado–membro pode prever condições complementares ou restritivas para a concessão da indemnização compensatória, incluindo a utilização de práticas compatíveis com as exigências da protecção do ambiente e da preservação do espaço natural. Os Estados-membros fixam os montantes da indemnização compensatória em função da gravidade das desvantagens naturais permanentes que afectam a actividade agrícola. Têm a sua área de aplicação limitada às *zonas desfavorecidas* definidas e classificadas, por cada Estado–membro. O regime de indemnizações compensatórias pode ter efeitos benéficos no ambiente, pois, ao assegurar a continuação da actividade agrícola, contribuí para a manutenção da paisagem cultivada e evita a erosão. De facto, as *zonas desfavorecidas* são frequentemente interessantes de um ponto de vista ambiental e como, nestas *zonas*, a intensificação da produção agrícola foi bastante limitada, elas possibilitam a existência de importantes *habitats* semi-naturais. Nesta perspectiva, as medidas de política a desenvolver devem evitar uma intensificação insustentável da produção e o despovoamento dessas regiões. Caso não se respeitem estas premissas, iremos defrontar-nos com percas irreparáveis quer ao nível da paisagem quer ao nível dos *habitats* semi-naturais.

De entre as medidas que dizem respeito à produção, pode começar-se por distinguir as que visam a comercialização e a qualidade dos produtos.

O Reg. (CE) n.º 866/90[148] relativo à melhoria das condições de transformação e comercialização dos produtos agrícolas, substituído pelo Reg. (CE) n.º 951/97 e o Reg. (CE) n.º 867/90, tem como objectivo favorecer a melhoria e a racionalização do tratamento, da transformação e da comercialização dos produtos

[148] Publicado em JO n.º L91 de 06/04/90 foi modificado pelo Reg.(CEE) n.º 3669/93 e posteriormente, substituído pelo Reg. (CE) n.º 951/97 de 20 de Maio de 1997, publicado em JO n.º L142 de 02/06/97.

agrícolas e silvícolas[149]. É um regulamento integrado no *objectivo 5a*, logo, de aplicação horizontal, cujo financiamento provem do FEOGA - Orientação.

Tem como objectivo contribuir para a orientação da produção em função da evolução previsível dos mercados ou favorecer a criação de novas saídas comerciais para a produção agrícola e silvícola, facilitando, nomeadamente, a produção e a comercialização de novos produtos de qualidade, incluindo os provenientes da dita agricultura biológica. Visa, também, a melhoria ou a racionalização dos circuitos de comercialização ou do processo de transformação dos produtos agrícolas e silvícolas, assim como contribuir para a melhoria da qualidade da apresentação e do acondicionamento dos produtos ou para uma melhor utilização dos sub-produtos, designadamente pela reciclagem dos resíduos.

Em relação às medidas que têm em vista melhorar a qualidade dos produtos, temos o Reg. (CEE) n.º 2081/92[150] que se refere à protecção das indicações geográficas e denominações de origem protegida[151]. Estabelece um quadro de regras comunitárias que permitem uma abordagem uniforme e assegura, por conseguinte, uma sã

---

[149] Por desenvolvimento e racionalização da comercialização e transformação da madeira deve entender-se os investimentos relativos às operações de abate, carga e descarga, descasque, corte, armazenamento, secagem de madeiras indígenas, bem como o conjunto das operações de exploração que precedem a serragem industrial da madeira na fábrica (ponto dois do artigo 1º do Reg. (CEE) nº 867/90).

[150] Foi alterado pelo Reg. (CE) 535/97 do Conselho de 17 de Março de 1997, publicado por JO nº L 83 de 17/03/97.

[151] No referido regulamento considera-se como *Denominação de Origem*, o nome de uma região, de um local determinado, que serve para designar um produto agrícola ou um género alimentício originário dessa região e cuja qualidade ou características se devem essencial ou exclusivamente ao meio geográfico, incluindo os factores naturais e humanos, e cuja produção, transformação e elaboração ocorrem na área geográfica delimitada. A *Indicação Geográfica* designa o nome de uma região que serve para designar um produto agrícola ou um género alimentício, originário dessa região e cuja reputação, determinada qualidade ou outra característica podem ser atribuídas a essa origem geográfica e cuja produção e/ou transformação e/ou elaboração ocorrem na área geográfica delimitada. Apenas um agrupamento poderá apresentar um pedido de registo e, logo, beneficiar da protecção de uma denominação de origem ou das indicações geográficas protegidas, devendo, no entanto, respeitar as condições descritas no art.º 4º do referido regulamento. Se a Comissão aprovar o pedido de registo e se não for notificada qualquer oposição, a denominação será inscrita no Registo das Denominações de Origem e das Indicações Geográficas Protegidas, onde estão os nomes dos agrupamentos e dos organismos de controlo em causa.

concorrência entre produtores. A promoção de produtos com estas características pode acarretar benefícios consideráveis à economia rural, nomeadamente nas *zonas desfavorecidas*, tais como *zonas de montanha*.

Como já foi referido, em sequência do Acto Único, a política agrícola passou a considerar as exigências em matéria de protecção do Ambiente[152]. O art.º 19 do Reg. (CEE) n.º 797/85 procurou contribuir para a introdução ou para a manutenção de práticas de produção agrícola compatíveis com as exigências da protecção do ambiente e assegurar um rendimento adequado dos agricultores, pelo que os Estados-membros eram autorizados a introduzir regimes especiais nas zonas sensíveis do ponto de vista do meio ambiente. Estas disposições foram retomadas no Reg. (CEE) n.º 2328/91 do Conselho e autonomizadas no quadro das medidas de acompanhamento da PAC (medidas agro-ambientais e florestação de terras agrícolas). De facto, na Reforma da PAC de 1992, o programa agro-ambiental constitui uma novidade quanto à aceitação pela primeira vez no seio da UE de um articulado de medidas de carácter obrigatório para os Estados-membros, visando a adopção de métodos de agricultura durável. As medidas agro-

---

152 Um instrumento que também pode ter repercussões sobre o ambiente das áreas rurais é o *Life*, criado pelo Reg. (CEE) n.º 1973/92 do Conselho de 21 de Maio de 1992 (Alterado pelo Reg., (CE) 1404/96 do Conselho de 15 de Julho de 1996, publicado em JO nº L 181 de 20/07/96). O objectivo do *Life* é contribuir para o desenvolvimento e a execução da política e legislação comunitárias no domínio do ambiente. O *Life*, que também financia acções fora do Território Comunitário, destina-se a cobrir quatro domínios de actuação na comunidade: promoção do desenvolvimento sustentável e da qualidade do ambiente; protecção dos *habitats* e da natureza; as estruturas administrativas e serviços para o ambiente, educação, formação e informação. O apoio financeiro da Comunidade pode ser atribuído às acções que apresentem interesse comunitário, contribuam de forma significativa para a execução da política comunitária no domínio do ambiente e respeitem as condições de aplicação do princípio do poluidor/pagador. Paralelamente este instrumento financeiro também contribui para o co-financiamento das medidas necessárias à manutenção ou restabelecimento num estado de conservação favorável dos tipos de *habitats* naturais prioritários constantes na Directiva 92/43/CEE do Conselho de 21 de Maio de 1992 relativa à preservação dos *habitats* naturais e da fauna e da flora selvagens. A Directiva 91/676 diz respeito à protecção das águas contra a poluição de nitratos, que recomenda aos Estados-Membros adoptar os programas de vigilância e o código de boas práticas agrícolas para lutar contra a poluição das águas que tenham um teor ou venham a atingir em nitratos de pelo menos 50 mg por litro.

ambientais (Reg. (CEE) n.º 2078/92) têm como objectivos acompanhar as mudanças previstas no contexto das organizações comuns de mercado, contribuir para a realização dos objectivos das políticas comunitárias em matéria agrícola e de ambiente e contribuir para o rendimento dos agricultores. O programa agro-ambiental não apresenta qualquer limitação temporal quanto à sua aplicação.

Para muitos países, em que também se inclui Portugal, a verdadeira política agro-ambiental começa com a aplicação do Reg. (CEE) nº 2078/92. No entanto, noutros países ela é anterior[153].

O regulamento comunitário, que permite uma grande flexibilidade de modo a poder ser adaptado às diferentes condições l ocais, põe à disposição dos Estados-

[153] Na Grã-Bretanha podemos identificar uma série de medidas que visavam proteger a natureza e a paisagem rural nas explorações agrícolas das regiões particularmente sensíveis. Os contratos de gestão para a protecção da paisagem foram iniciados nos 10 parques nacionais, a partir do fim dos anos sessenta. A lei para a protecção da natureza e da paisagem de 1981 introduziu um sistema complexo de contratos ou de acordos de gestão para a protecção da flora e da fauna nas 5700 zonas ecologicamente sensíveis definidas por essa lei. Mas a política agro-ambiental britânica nasceu em 1985 numa região pantanosa (halvergate Marshes – Norfolk Broads, em Est Anglia), a cerca de 150 km de Londres. A criação nesta área de uma operação local para manter a criação extensiva do gado, compreende um sistema de pagamentos anuais directos aos agricultores para a manutenção dos sistemas tradicionais de pastoreio. Esta acção testemunha o início de um processo de transformação da politica agrícola inicialmente ao nível local, depois, nacional e, em seguida, comunitário. Esta operação foi precursora das medidas agro-ambienetais. Com fundamento no artigo 19º do Reg. (CEE) n.º 797/85, a Grã-Bretanha criou , a partir do modelo de Halvergate, uma rede de zonas artigo 19º, denominadas Environmentally Sensitive Area (ESA). Estas não se limitavam à protecção e preservação da flora e fauna, mas procuravam manter práticas agrícolas produtivas respeitadoras do ambiente num sentido mais amplo. Assim, as ESA reuniam num mesmo espaço três domínios políticos até então institucionalmente e territorialmente distintos: produção agrícola, protecção da natureza e a manutenção das paisagens rurais (D. BALDOCK *et al.*, 1990; H. BULLER, 1997). Convém referir que, como sucedeu noutros países europeus, as medidas agro-ambientais não conseguiram impor-se nas regiões de culturas e pastagens intensivas (H. BULLER, 1997). Em França ,as primeiras iniciativas de contratos de gestão com agricultores para a conservação de determinadas superficies datam de 1970. Mas a aplicação do artigo 19º do Reg. (CEE) nº 797/75 só se iniciou no início dos anos noventa, pois sofreu forte oposição por parte quer do governo quer das organizações profissionais de agricultores (J-C. JAUNEAU *et al.*, 1997).

Membros nove sistemas de ajudas[154].

O Reg. (CEE) n.º 2078/92 estabelece dois tipos de procedimentos a desenvolver pelos Estados-Membros:

- o primeiro é de carácter obrigatório e corresponde aos *programas de zona*, que são programas verticais destinados a domínios específicos de cada território nacional, homogéneos do ponto de vista ambiental e com características tais que justificam a aplicação dos diversos sistemas de ajuda acima citados;

- o segundo é de carácter facultativo, mas deve ser aplicado a todo o território e recebe o nome de programa horizontal, podendo ser escolhidos entre os nove sistemas de ajuda anteriormente citados os que forem considerados mais pertinentes.

Estas medidas que podem ser pagas simultaneamente com as indemnizações compensatórias referem-se aos métodos de produção agrícola compatíveis com as exigências da protecção do ambiente e com a conservação do espaço natural. Este regulamento tem um duplo objectivo: combinar efeitos benéficos no ambiente com uma redução de produção agrícola, e contribuir para a diversificação do rendimento agrícola e

---

[154] Os nove sistemas de ajuda servem para:

- reduzir a utilização de práticas agrícolas e de pastagem prejudiciais ao ambiente tais como a utilização de produtos químicos (fertilizantes e/ou produtos fitosanitários);
- reduzir a quantidade de gado bovino ou ovino por unidade de superfície;
- apoiar a extensificação das produções vegetais, forragens incluídas, para manter ou recuperar sistemas tradicionais de produção extensiva ou para transformar as terras ervenses em pastagens extensivas;
- promover uma conservação ambiental adequada das terras agrícolas ou florestais abandonadas;
- promover a retirada voluntária de terras de produção por um período de 20 anos, com o compromisso de realizar práticas de conservação ambiental (constituição de biótipos ou parques naturais) ou de protecção das águas;
- gerir terras destinadas ao acesso ao público e às actividades ao ar livre;
- realizar de cursos de formação agro-ambiental destinados aos agricultores, implicando as organizações socio-profissionais, as suas cooperativas e a própria administração pública;
- desenvolver a agricultura ecológica, destinadas não somente aos agricultores que desejam reconverter as suas explorações a este tipo de agricultura alternativa, mas também aos jovens que se instalem pela primeira vez e optem por este modelo de exploração,
- utilizar métodos agrícolas ou de pastagens compatíveis com a exigência de protecção do ambiente e dos recursos naturais, e com a conservação do espaço natural e da paisagem, ou para introduzir raças tradicionais em vias de extinção.

do desenvolvimento rural. Os programas exigem que os agricultores aceitem respeitar os compromissos durante um mínimo de 5 anos (ou 20 anos, para a retirada de terras agrícolas com fins ambientais). Os montantes de ajuda pagos aos agricultores são baseados nos rendimentos perdidos e nos custos incorridos pelos agricultores como consequência da sua aceitação dos compromissos. As medidas agro-ambientais têm um carácter horizontal. Devem, por isso, ser aplicadas eficazmente em todas as regiões do território da UE a fim de ajudar a fazer face a problemas ambientais diferentes, mas, igualmente, importantes.

A política agro-ambiental não responde, ainda, a uma lógica autónoma quanto à sua formulação pois ela pode ser considerada como um subproduto da PAC e, como tal, é preciso ter em conta que o objectivo de completar o rendimento dos agricultores combina-se com o de introdução de métodos de agricultura durável. Estes objectivos nem sempre apresentam um equilíbrio adequado no momento de definir os programas[155] (E. MOYANO, 1997). Um outro aspecto ainda, é que as medidas do programa agro-ambiental, embora sejam obrigatórias para os Estados-Membros, são voluntárias para os agricultores. Isto significa que o sucesso da sua aplicação depende do interesse e da motivação dos agricultores para aproveitar as vantagens do programa. A aplicabilidade deste instrumento depende, assim, da atitude do Estado face às medidas agro-ambientais por um lado e, por outro, a aderência dos agricultores e dos actores sociais intermédios. Se se comparar os montantes destinados a este programa pelos

[155] O facto de ser financiado pela secção Garantia do FEOGA é um indicador desta dependência. Por vezes, recorre-se a este programa não por haver consciência de reais consequências ambientais das práticas agrícolas, mas sim porque é mais uma forma complementar de elevar os rendimentos dos agricultores. Também em certos países por causa da pressão de grupos de agricultores que têm dficuldades em tornar rentáveis as suas produções, procura-se aproveitar os programas agro-ambientais para resolver problemas que não têm fundamento ambiental muito claro e que, por vezes, são rejeitados pela Comissão Europeia. Visto que os ecossistemas dos países do sul da Europa são de carácter extensivo, os seus problemas ambientais são de natureza diferente do resto dos países da EU (E.MOYANO, 1997). As suas preocupações são, sobretudo, as questões hídricas, a erosão dos solos e os incêndios florestais.

diferentes países e que influenciam a atractividade do programa agro-ambiental, verifica-se que, para Portugal, foi estimado um custo de 85 milhões de contos para o período de 1994-1999, de que 75% é financiado pela CE.

No período de 1993-1997, as medidas agro-ambientais (MAA) representaram apenas cerca de 8% do orçamento das acções estruturais. Portugal[156], à semelhança da Espanha e da França, utiliza as MAA sobretudo para subsidiar sistemas de produção tradicionais. A política agro-ambiental encontra-se aqui muito próxima do seu princípio de indemnização compensatória dos condicionalismos naturais com uma justificação ambiental acrescida.

A outra medida de acompanhamento da PAC, com implicações no ambiente-florestação de terras agrícolas, tem o seu fundamento no Reg. (CEE) n.º 2080/92. Tem por objectivo a promoção da florestação como utilização alternativa das terras agrícolas e o desenvolvimento de actividades florestais nas explorações agrícolas. Um auxílio financeiro é concedido, numa base contratual, de modo a cobrir os custos de florestação, da manutenção dos povoamentos instalados e a compensar as percas de rendimento da exploração agrícola, originados pelo facto do agricultor ter optado por esta medida. Os investimentos relativos ao melhoramento das superfícies arborizadas, tais como a instalação de infra-estruturas de prevenção de incêndios, são também elegíveis.

A arborização pode ser útil na redução da erosão nas áreas de montanha; no entanto, também pode ter consequências negativas para a paisagem/ambiente. Existem exemplos de regiões de montanha onde precisam de ser mantidos espaços

---

156 Segundo o relatório do FEOGA, referente ao ano período de 16/10/1995 a 15/10/1996, a contribuição deste fundo estrutural aos programa agro-ambiental português foi de 40,0 MECU, correspondendo a 10,5 ECU/hectare de S.A.U. Este último valor referido posiciona o nosso país em 5º lugar no ranking dos países-membros da EU.

abertos e onde a florestação pode acarretar reduções ao nível da biodiversidade[157]. Os Estados-membros podem conceber planos zonais de arborização que reflictam a diversidade das situações ambientais, das condições naturais e das estruturas agrícolas. Os planos zonais de florestação devem conter: a determinação de um objectivo de arborização, as condições relativas à localização e ao agrupamento das superfícies que podem ser arborizadas, as práticas silvícolas a respeitar e a selecção das espécies de árvores adaptadas às condições locais.

Em síntese pode concluir-se que embora não esteja definida uma política específica para as áreas rurais, existe um conjunto de medidas que pode ter reflexos positivos no desenvolvimento do mundo rural. Saliente-se a importância de acções que visam a conservação do espaço natural e o apoio a práticas agrícolas respeitadoras do ambiente em locais onde, por razões diversas, o modelo produtivista não se adapta.

[157] Para obstar a estes riscos, os Estados-Membros devem promover avaliações de impacte ambiental.

## 1.3 - Os programas de iniciativas comunitárias

A política comunitária em termos de desenvolvimento rural foi reforçada com a iniciativa comunitária LEADER[158] financiada pela Comunidade e pelos Estados-membros. É um programa inovador pois as iniciativas concretas devem partir de grupos de acção local ou outros agentes colectivos do meio rural. A Entidade Local coordenadora das acções LEADER assume-se como um espaço de debate e diálogo com vista à definição de uma estratégia de desenvolvimento para a região, não podendo haver sobreposição de Zonas de Intervenção.

A iniciativa LEADER I [159] (1991-1993) aplicou-se às zonas *dos objectivos 1 e 5b* e, de entre as medidas de desenvolvimento rural propriamente dito, pode considerar-se apoio técnico ao desenvolvimento rural, formação profissional e ajudas à contratação, turismo rural, apoio à criação pequenas empresas, artesanato e serviços de apoio bem como de valorização no local e comercialização da produção agrícola, silvícola e da pesca local.

Através destas duas últimas acções, abriram-se perspectivas à pluriactividade agrícola a tempo parcial e, consequentemente, possibilidade de aumentar o rendimento, através da diversificação de actividades.

---

158 Esta foi aprovada em 15 de Março de 1991 pela Comissão das Comunidades Europeias e pretendia pôr em vigor soluções inovadoras, com valor exemplar para o conjunto das zonas rurais, assegurando a melhor integração possível entre acções sectoriais.

159 Elegia três categorias de medidas: as de apoio à criação, equipamento e gestão dos Grupos de Acção Local (GAL), as relativas ao estabelecimento de uma rede transnacional de contactos entre os grupos e o apoio ao desenvolvimento rural.

Após a experiência positiva do primeiro programa (1991-1993), em 15 de Junho de 1994, a Comissão das Comunidades Europeias aprovou o aprofundamento dessa iniciativa através do LEADER II, para o período de 1994-1999.[160] Esta iniciativa comunitária tem como objectivos permitir às comunidades rurais valorizarem as suas próprias potencialidades, contribuir para o desenvolvimento económico, social e cultural do meio rural, suscitar um espírito de cooperação entre municípios, freguesias e lugares, de modo a despertar solidariedades que reforcem o desenvolvimento das regiões, sensibilizar e responsabilizar a população pela preservação e valorização do seu património arquitectónico, natural e cultural. O Leader II compreende quatro eixos de intervenção, um dos quais se relaciona com programas de inovação rural (eixo B). Estes devem apresentar uma forte componente de inovação, tanto de método como de conteúdo e, ainda, articular-se com as políticas em curso, nomeadamente, no âmbito dos programas operacionais. Os programas de inovação rural possuem um carácter plurianual e comportam medidas repartidas em função de seis eixos de intervenção apoio técnico ao desenvolvimento rural (apoio à elaboração e execução de projectos, informação e sensibilização da população para a identidade do seu território e a necessidade de inovar); formação profissional ( formação de gestores e animadores de projectos, formações específicas necessárias à concretização do projecto entre outras acções de valorização profissional); apoio ao turismo rural (trata-se de acções de qualificação da oferta turística e de valorização do património arquitectónico e cultural), apoio às pequenas empresas, ao artesanato e aos serviços de proximidade (apoio a criação de empresas, assistência técnica às Pequenas e Médias Empresas - PME) - e às outras actividades já em funcionamento, o teletrabalho, a formação profissional, o acesso

[160] JO n.° C 180 de 1/07/1994

a estudos de mercado), valorização no local e comercialização das produções agrícolas, silvícolas e da pesca locais (diversificação das produções agrícolas e das actividades dos agricultores, valorização e promoção dos produtos locais de qualidade, criação de espaços para a venda de produtos regionais e implementação de circuitos de comercialização desses produtos), preservação e melhoria do ambiente e quadro de vida (renovação e desenvolvimento de aldeias e do património arquitectónico existente, valorização dos recursos naturais e das paisagens, eliminação e reciclagem dos resíduos, nomeadamente, a sua valorização energética).

O método LEADER é, efectivamente, pioneiro, pois, ao adoptar uma abordagem descentralizada, integrada e ascendente, permite:

- desenvolver a participação dos cidadãos e enriquecer a democracia participativa;

- encontrar frequentemente o equilíbrio entre a autonomia da acção e o necessário rigor de gestão, sem que este constitua um obstáculo às iniciativas locais;

- adaptar melhor as funções das diferentes escalas (local, regional, nacional, europeia);

- congregar diversidade (de iniciativas, de culturas) e coesão de conjunto;

- questionar os esquemas tradicionais no domínio do desenvolvimento, demonstrando, por exemplo, o papel essencial do investimento imaterial;

- lutar contra o desemprego numa perspectiva a longo prazo graças a uma abordagem baseada na parceria e no território, [161].

No Colóquio LEADER, realizado em Bruxelas em 10 e 11 de Novembro de 1997, ficou expressa a necessidade de uma iniciativa comunitária ligada ao

---

[161] **LEADER magazine**, Revista Trimestral do Programa Europeu LEADER II, Inverno 97/98 nº16, p.11.

desenvolvimento rural para depois de 1999, pois não parece possível esperar um desenvolvimento sustentável dos espaços rurais sem a mobilização e o envolvimento da população local. Como não existe uma solução universal para organizar a abordagem ascendente, cada região tem as suas próprias experiências e os projectos deverão continuar a responder à diversidade e especificidade das áreas rurais. Mas como aí foi defendido, o desenvolvimento rural não é apenas um problema dos rurais, pelo que importa que os urbanos tomem consciência da contribuição do mundo rural para a sociedade.

O INTERREG é uma outra iniciativa comunitária directamente ligada ao meio rural, mas que não será aqui abordada pois a Serra do Marão não beneficia deste programa. Para além destas, existem outras iniciativas que não estão exclusivamente centradas no meio rural, mas das quais este também pode beneficiar. Trata-se das iniciativas PME e Emprego e Desenvolvimento de Recursos Humanos. A primeira tem por objectivo incentivar as pequenas e médias empresas , em especial nas regiões menos desenvolvidas, a adaptarem-se ao mercado único, bem como assegurar a sua competitividade internacional. Esta iniciativa estabeleceu sete domínios prioritários que se podem agrupar em duas categorias: a primeira corresponde à melhoria do sistema de produção e de organização das PME[162]; a segunda corresponde a objectivos de reforço da cooperação entre centros de investigação e PME, de desenvolvimento de cooperação e de redes entre fornecedores de serviços às PME, entre grandes empresas e PME subcontratantes e entre produtores, fornecedores e clientes. Para responder a estes objectivos a Comissão propôs duas séries de medidas: as destinadas a melhorar o *know-*

[162] Através de promoção e inovação tecnológica, gestão e organização, utilização dos sistemas modernos de comunicação e informação, adopção de uma estratégia de qualidade global, facilitar o acesso a novos mercados.

*how* empresarial das PME[163] e as que pretendem melhorar o enquadramento empresarial as PME[164].

A iniciativa comunitária Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, destina-se a promover o crescimento do emprego, principalmente através do desenvolvimento dos recursos humanos. Comporta três objectivos interligados, que correspondem a três eixos distintos mas associados:

- a promoção da igualdade de oportunidades para as mulheres em matéria de emprego, em especial através de formação e de acesso a empregos com futuro e a postos de responsabilidade (*Emprego-NOW*). Visa reduzir o desemprego das mulheres e melhorar a situação das mulheres que já trabalham. Neste âmbito, poderão beneficiar de ajuda as seguintes medidas: desenvolvimento, em especial através da cooperação transnacional, de sistemas apropriados de formação, orientação, aconselhamento e emprego; acções de formação; criação de empregos e apoio à criação por parte das mulheres de pequenas empresas e de cooperativas; acções de difusão de informação e de sensibilização;

---

163 Estão previstas, nomeadamente, ajudas destinadas:
- a identificar as implicações das mudanças registadas no contexto industrial das PME ;
- a realizar planos de estratégia empresarial, incluindo o arranque e o lançamento de novos produtos e contratação temporária de peritos;
- a acções de demonstração relacionadas com a adopção de sistemas de qualidade global, desenvolvimento de tecnologias limpas e de produção limpa e utilização de serviços ligados aos sistemas avançados de telecomunicações;
-aà adopção de programas de formação contínua;
- a bonificações de juros relacionados com empréstimos do BEI.

164 Este tipo de medidas inclui:
- promoção da cooperação entre PME, centros de investigação e as administrações públicas;
- estabelecimento de redes de equipas locais destinadas a tornar as PME mais conscientes das mudanças registadas no seu contexto industrial, ajudas para a realização de auditorias destinadas a identificar os seus problemas;
- promoção da cooperação regional, inter-regional e transnacional entre PME; incremento da cooperação entre PME e centros de investigação;
- desenvolvimento e criação de redes de fornecedores de serviços no domínio dos contratos públicos, que proporcionem, a nível regional, informação especializada adaptada às necessidades e capacidades das PME regionais, a fim de facilitar a sua entrada nos mercados do sector público nas respectivas regiões, Estado-Membro ou qualquer outro país.

- a melhoria das perspectivas de emprego das pessoas deficientes e de outros grupos desfavorecidos (*Emprego-Horizon*). Destina-se a melhorar o acesso ao mercado de trabalho dos que dele estão excluídos ou dos que correm esse risco. Beneficia não apenas pessoas que estão desempregadas, mas também aquelas que se confrontam com graves obstáculos à integração devido ao seu grau de marginalização. Integra as seguintes medidas: desenvolvimento de sistemas apropriados de formação, orientação, aconselhamento e emprego; acções de formação não só para as pessoas deficientes e desfavorecidas, mas também para agentes de desenvolvimento local, assistentes sociais, entre outros; criação de empregos e apoio à constituição de empresas, cooperativas e associações entre os sectores público e privado - aqui se incluem as iniciativas locais de emprego; acções de informação, difusão e sensibilização relativamente às possibilidades de emprego e de formação acessível às pessoas deficientes e aos grupos desfavorecidos;

- a promoção da integração dos jovens no mercado de trabalho, em especial dos que não possuem habilitações de base ou formação (*Emprego - Youthstart*). O objectivo deste programa é incentivar o desenvolvimento de acções pelos Estados-Membros que conduzam progressivamente, a longo prazo, à instituição de uma "garantia" para todos os jovens da UE. Entre as acções contempladas contam-se a aplicação de abordagens inovadoras relativas à integração dos jovens no mercado de trabalho, acções destinadas a promover uma maior interacção entre educação, formação profissional e mercado de trabalho, apoios aos jovens que desejam exercer uma actividade independente, aplicação de modelos inovadores susceptíveis de apoiar e valorizar a actividade local.

***

Em síntese, pode concluir-se que a UE ainda não dispõe de uma política de desenvolvimento rural autónoma e não se esperam, nos próximos anos, alterações significativas desta realidade.

Face à heterogeneidade de espaços rurais, importa que cada um defina a sua própria estratégia de desenvolvimento para uma maior eficácia dos instrumentos de política agrícola e regional.

Duas das vertentes que têm vindo a ser apoiadas e que poderão ser intensificadas no próximo quadro comunitário com repercussões necessariamente importantes, se não forem apenas encaradas como uma forma de manter os rendimentos dos agricultores, são: melhoria da qualidade dos produtos e das paisagens; concessão aos agricultores das áreas de reduzidos volumes de produção de um papel mais importante na preservação dos recursos naturais.

A estas vertentes aliam-se os instrumentos de diversificação dos empregos, condição importante em termos de sustentabilidade de muitas áreas rurais.

A metodologia desenvolvida pela iniciativa comunitária LEADER pelo seu carácter inovador tem-se traduzido em iniciativas positivas na perspectiva do desenvolvimento rural.

Em relação às áreas de montanha, verifica-se que a União Europeia não tem até ao momento uma política de desenvolvimento específica. De facto, ela é uma resultante da interacção da política agrícola, da política ambiental e da de coesão sócio-económica.

# Capítulo 2

# A Serra do Marão e a política de desenvolvimento rural

## 2.1- Da florestação dos baldios ao Acto de Adesão

Nos inícios deste século, a ideia e a necessidade de encaixar um crescimento demográfico que se vinha avolumando e não encontrava escoamento pela via emigratória, associadas a convicções que já vinham de trás - as deficiências da estrutura fundiária e a existência de vastas áreas incultas - encararam a organização do espaço rural através do povoamento (mediante a instalação de casais agrícolas) e da melhoria da estrutura agrária.

A Lei n.º 1914 de 1935, conhecida como Lei da Reconstituição Económica e geralmente apontada como o primeiro embrião do planeamento em Portugal, previa realizações no domínio da hidráulica agrícola, do povoamento interior (colonização interna) e, no seu âmbito, foi lançado, em 1938, o Plano de Povoamento Florestal.

A Lei de Povoamento Florestal[164] visava a florestação de dunas e, principalmente, de terrenos baldios. A florestação dos terrenos comunitários abalou decisivamente a economia e o modo de vida dos agricultores, tendo acentuado a emigração, pois não contemplava os interesses das populações rurais. A actuação do Estado nos terrenos comunais perpetua até hoje as suas repercussões[165]. Assim, os objectivos desta lei que

---

[164] Lei n.º 1971 de 15 de Junho de 1938.

[165] Como exemplo desta situação pode apresentar-se o caso de Albergaria da Serra e de Cabreiros no concelho de Arouca. Na estrutura das receitas por habitante, que cresceram significativamente, as Indemnizações Compensatórias têm um papel muito importante, mas uma das freguesias encontra-se mais favorecida do que a outra. A aplicação das directivas comunitárias permitiu em Albergaria da Serra um aumento dos rendimentos na ordem dos 61% e, em Cabreiros, apenas de 15% em igual período. A causa encontra-se no diferença entre os efectivos de gado. Em Albergaria da Serra, conta-se com um número médio de 16 UCA/família, enquanto que em Cabreiros esse valor é muito inferior. Esta diferença resulta da desigual importância das pastagens em terrenos comunitários. Enquanto que em Albergaria da Serra as superfícies de uso colectivo permanecem importantes (o que permite um efectivo elevado de gado caprino), em Cabreiros os baldios desde há muito são arborizados pelo Estado. Em consequência os rebanhos de gado miúdo diminuíram.

foram muito contestados pelas comunidades locais eram fundamentalmente económicos, mas também visavam obter benefícios de natureza ambiental através da modificação do regime das chuvas, fixação das terras e areias móveis.

A submissão da Serra do Marão ao regime florestal é anterior à referida lei de 1938. De facto, por decreto publicado em 18 de Novembro de 1916 foram integrados no regime florestal parcial[166], dois perímetros de arborização (com 14 000 ha) designados por serras do Marão e Meia Via, constituídos pelos terrenos baldios pertencentes à Câmara Municipal do concelho de Amarante. Por decretos publicados em 18 de Novembro de 1927 e em 20 de Abril de 1934 foram restituídos à Câmara Municipal de Amarante alguns baldios que tinham sido então submetidos ao regime florestal. O decreto de 9 de Agosto de 1939 reafirma a submissão ao regime florestal parcial de cerca de 6167 ha dos perímetros das serras do Marão e Meia Via.

Foram incluídos no regime florestal por decreto de 14 de Fevereiro de 1933[167] os terrenos baldios que constituem o perímetro florestal denominado de Mondim de Basto, pertencentes à Câmara Municipal e Juntas de freguesias de Atei, Campanhó, Pardelhas, Ermelo, Paradança, Vilar de Ferreiros, Bilhó e Mondim de Basto

A arborização defendida como forma de contribuir para o bom regime dos rios, para o benefício climatérico da região e para o aumento da riqueza silvícola nacional, foi encarada de uma forma muito negativa pelas comunidades locais, pelo que foram permitidas nesses perímetros as seguintes actividades devidamente regulamentadas pelos serviços florestais: pastagem de gados e a roça de matos, aproveitamento de lenhas secas e de águas e a manutenção de serventias.

---

166 Foram sujeitos ao regime florestal parcial do artigo 219º do decreto de 24 de Dezembro de 1903, que aprovou o regulamento para a execução do regime florestal.

167 Confirmado por decretos publicados nos Diários do Governo nº 284, IIª Série de 7 de Dezembro de 1940 e nº 240, IISérie de 14 de Outubro de 1944.

Quando, em 1937, é criada a Junta de Colonização Interna, definiram-se três funções para esse organismo: instalar casais agrícolas nos terrenos que lhe fossem entregues pela Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola; efectuar o reconhecimento dos baldios e realizar a colonização dos que dela fossem susceptíveis; efectuar, quando superiormente autorizada, a aquisição de terrenos à venda para serem aproveitados para colonização. Atendendo ao facto de o investimento público ser nessa altura, muito limitado, a Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola não teve quaisquer direitos de aquisição dos terrenos beneficiados pelas referidas obras. Assim, não havendo disponíveis para venda terras de particulares com a amplitude bastante para constituirem um contributo significativo para a "colonização", o caminho que restava à Junta de Colonização Interna era efectuar o reconhecimento dos baldios e realizar a colonização dos que dela fossem susceptíveis (S.VARELA, 1992). Em apenas dois anos foi feito o cadastro de toda a área baldia[168] e, em 1941, é publicado o "Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados" que definiu de entre a área baldia[169] uma extensão de 37153 hectares para serem destinados à colonização. Na Serra do Marão, foram identificados 140 baldios, ocupando cerca de 3227 ha. Cerca de 43,7% da área baldia, localizada na parte oriental da Serra na "região da Campeã", foi considerada como colonizável (Quadro CXXXII). Pelo decreto nº 40 524, publicado em 4 de Fevereiro de 1956, foram também reconhecidos como próprios para a execução da Lei

[168] O Cadastro das áreas de baldio então efectuado concluíu que estes apresentavam uma extensão de 407544 ha (4,6% da superfície do país).

[169] A área total dos baldios ascendia a 407 544 ha, tendo sido propostos os seguintes aproveitamentos para além do agrícola colonizável: agrícola não colonizável (37 383 ha), florestal (332 370 ha) e social (638 ha). Deste conjunto foi feita uma "reserva provisória" de 79 452 ha que englobava áreas agrícolas colonizáveis e não colonizáveis e pouco mais de 4000 ha de áreas já de aptidão florestal.

## Quadro CXXXII
## Baldios existentes na 1ªmetade do século XX

| Concelhos | Freguesias | Nº de Baldios | Área dos baldios (hectares) | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | C/ aproveitamento agrícola | | | |
| | | | Colonizável | Não colonizável | Florestal | Total |
| Amarante | Bustelo | 1 | | | 0,3000 | 0,3000 |
| | Canadelo | 2 | | 0,1000 | 0,2000 | 0,3000 |
| | Carneiro | 7 | | 5,5000 | 17,0000 | 22,5000 |
| | Várzea | 28 | | | 9,5050 | 9,5050 |
| Baião | Gestaçô | 1 | | | 25,0000 | 25,0000 |
| | Loivos do Monte | 1 | | | 0,6000 | 0,6000 |
| | Sta Cruz do Douro | 1 | | | 1,4730 | 1,4730 |
| | Teixeira | 1 | | | 700,0000 | 700,0000 |
| | Teixeiró | 1 | | | 100,0000 | 100,0000 |
| M. Canav. | Soalhães | 2 | | | 2,6500 | 2,6500 |
| Mesão Frio | Barqueiros | 4 | | | 17,0000 | 17,0000 |
| | Cidadelhe | 3 | | | | 0,0048* |
| M. Basto | Mondim de Basto | 18 | | | 100,0400 | 100,0400 |
| P Régua | Fontelas | 1 | | | 0,0400 | 0,0400 |
| Sta. Marta Penaguião | Cumieira | 6 | | | 37,0000 | 37,0000 |
| | Fontes | 1 | | | 4,0000 | 4,0000 |
| | Fornelos | 4 | | | 4,5000 | 4,5000 |
| | Louredo | 2 | | | 4,0000 | 4,0000 |
| Vila Real | Campeã | 13 | 1010,0000 | 17,0000 | 295,0000 | 1322,0000 |
| | Mondrões | 6 | | | 25,5500 | 25,5500 |
| | Parada de Cunhos | 3 | | | 1,5000 | 1,5000 |
| | Pena | 21 | 191,0000 | 4,0000 | 71,0000 | 266,0000 |
| | Quintã | 2 | 10,0000 | | 100,0000 | 110,0000 |
| | Torgueda | 8 | 200,0000 | | 58,0000 | 258,0000 |
| | Vila Cova | 3 | | | 215,0000 | 215,0000 |
| | Total | 140 | 1411,0000 | 26,6000 | 1789,3580 | 3226,9580 |

Fonte: Junta de Colonização Interna, 1941 * Área Social

nº 1971 de 1938 o conjunto de baldios[170] que passa a designar-se por perímetro florestal da Serra do Marão (Vila Real) e Ordem.

A Junta de Colonização Interna, tendo em atenção os problemas sociais e económicos que se levantariam pela transformação de "terra de todos" na "terra de alguns", optou por formas diversificadas de valorização dos baldios e de atribuição de terrenos nas áreas de "vocação agrícola". Deste modo, a área agrícola colonizável foi destinada à divisão em glebas para complemento de explorações existentes nas imediações de cada baldio, ou para simples auxílio aos trabalhadores rurais das povoações situadas na orla dos baldios. Mesmo com este sentido de objectividade, a colonização dos baldios foi contestada pelas populações serranas que se viram privadas de terras que , por vezes, eram essenciais à sua sobrevivência (S. VARELA, 1992).

O projecto de colonização interna lançado nos anos trinta veio a ter magra concretização e no princípio da década de cinquenta, a Junta de Colonização Interna tinha instalada, nos baldios, uma meia dúzia de colónias agrícolas, fixado pouco mais de duas centenas de famílias nas quatro colónias agrícolas criadas (Sabugal, Barroso, Alvão e Boalhosa) e tinha dividido em glebas uma superfície baldia de 12 790 hectares. Os resultados foram, efectivamente, muito limitados e, para isso, contribuíram a falta de compreensão das razões da permanência dos baldios ao longo dos tempos, a não compreensão dos limites que a própria natureza impõe à radicação humana, a falta de entendimento das restrições que o isolamento e o distanciamento dos mercados impõem

[170] Integra os terrenos baldios de Adoufe, Borbela, Vila Marim, Pena, Vila Cova, Quintã, Torgueda, Campeã, Mondrões e Vilarinho da Samardã, do concelho de Vila Real; sedielos e Vinhós do concelho de Peso da Régua; Fontes do concelho de Sta Marta de Penaguião, Vila Marim do concelho de Mesão Frio; Teixeira e Teixeiró do concelho de Baião.

tanto ao agricultor como à agricultura, a não existência de uma política para a produção agrícola (S. VARELA, 1992)[171].

Entre 1953 e 1964, período em que vigorou o primeiro e segundo Plano de Fomento, a agricultura e os rurais aparecem sempre contemplado na "mesma" trilogia de investimentos - hidráulica agrícola, colonização interna e povoamento florestal. Não havia uma política para a agricultura para além do que se poderá chamar uma política de valorização dos recursos naturais pela água e pela floresta. Esta foi ganhando gradualmente importância como medida valorizadora dos grandes "vazios"- baldios, terrenos incultos, areias do litoral, etc.

Os I e II Planos de Fomento limitaram-se a fazer a florestação e a construir barragens para irrigação, deixando depois os regadios, na falta de uma política para a produção agrícola, sem saberem verdadeiramente o que produzir. A política de hidráulica agrícola foi sucessivamente associada a projectos de reestruturação fundiária com base na chamada colonização interna, mas, efectivamente, não houve qualquer articulação com a intervenção estatal na propriedade fundiária. A possibilidade de expropriação prevista na lei n.º 1949 nunca teve qualquer concretização. As obras de hidráulica agrícola que foram sendo realizadas não deram lugar a qualquer colonização interna de iniciativa estatal (S. VARELA, 1992). A razão de não se ter então optado por um plano integral de fomento agrícola advém do pelo facto de a indústria ter rentabilidade superior à agricultura e de só pela industrialização ser possível elevar o nível de vida (I Plano de

---

[171] Os propósitos da colonização interna visaram também, nas então designadas zonas de "sequeiro do Sul", promover e orientar a melhor distribuição da população rural. Por isso, tinham de estudar e propor as providências necessárias ao melhor arranjo da propriedade rústica, tendo em conta ao mesmo tempo os aspectos económico e social (Decreto - Lei n.º 32439 de 24 de Novembro de 1942). Continuava, assim, o grande objectivo de organização do espaço rural, através do povoamento, e, também, o de melhorar a estrutura agrária. A colonização do "sequeiro do Sul" ficou-se pelo caso, bem sucedido, da Herdade de Pegões. Com uma área de 3800 hectares, aí foram instalados 229 colonos, tantos quantos os colocados nos baldios. As razões explicativas do sucesso são várias: razoável aptidão para as culturas da vinha e pomares, recursos hídricos adequados, existência de uma Adega Cooperativa, acessibilidade aos mercados consumidores.

Fomento). O II Plano de Fomento prosseguiu a mesma política de valorização dos recursos naturais, água e solo, mediante a concentração dos investimentos na hidráulica agrícola, na florestação e, já em menor grau, na colonização interna. É compreensível que os aproveitamentos hidroagrícolas possam ser julgados dentro do contexto da colonização interna e, portanto, de um certo tipo de aproveitamento económico-social e de "arranjo da estrutura agrária". Mas, conforme salienta S. VARELA (1992), eles foram um fracasso em termos de espaço rural, nos locais onde se inseriram como forma de combater o êxodo rural. No Plano Intercalar de Fomento, para o triénio de 1965 a 1967, houve um "tácito " abandono da agricultura "à sua sorte", ao pretender-se que o desenvolvimento desta far-se-ia por "arrastamento", induzido pelo desenvolvimento dos sectores motores em que na altura se apostou - o turismo e a indústria.

No III Plano de Fomento (1968-1973) foi definido um conjunto de objectivos e de orientações para a política de desenvolvimento regional: equilíbrio da rede urbana com a finalidade de dotar as populações de equipamentos sócio-económicos mínimos; expansão descentralizada da indústria e dos serviços, concretizada pela utilização de pólos de crescimento; progressiva especialização da agricultura regional de acordo com as aptidões dos solos e as influências climáticas, numa óptica de concentração do investimento.

O IV Plano de Fomento (1974-1979), que nunca chegou a ser aplicado, tinha como um dos domínios da actuação prioritária a definição de áreas agrícolas de desenvolvimento integrado e centros rurais.

Após 1979, a agricultura e o espaço rural passaram a ser preferencialmente encarados sob o prisma da Reforma Agrária e no seu âmbito os terrenos baldios foram

entregues às comunidades[172]. Só com a integração de Portugal na CEE a abordagem do sector agrícola e do mundo rural adquiriu novas feições, pois passou-se a dispor da política agrícola europeia.

Em meados deste século, pensou-se que o êxodo rural actuaria como um mecanismo regulador de equilíbrios, na medida em que diminuição da pressão demográfica sobre a terra, viria ajustar as forças do trabalho disponível às exigências da produção agrícola e, alcançando este ponto, a oferta de trabalho chegaria para os que ficavam e o êxodo perderia a sua razão de ser. Mas a observação dos factos mostra que o êxodo rural, uma vez desencadeado, se transformou num fenómeno dificilmente controlável, como consequência da falta de uma política agrícola e de diversificação do mercado de trabalho. Nestas circunstâncias, o que de princípio poderia ser uma sangria benéfica, permitindo a racionalização das tarefas agrícolas e o surto da mecanização, acabou por se transformar numa debandada que conduziu ao abandono de terras (S. VARELA, 1995)[173] e de aldeias, enquanto que outras vão *envelhecendo* e *morrerão* quando os seus últimos e persistentes habitantes acabarem por partir.

[172] Alguns terrenos baldios foram apropriados por particulares.
[173] Artigo publicado pela primeira vez em 1960.

## 2.2 – A PAC: reflexos no ordenamento rural

A observação da paisagem da Serra do Marão permite considerar que, desde os anos oitenta, as maiores transformações ocorreram na Região Demarcada do Douro. Tratou-se sobretudo de acções de reestruturação da área de vinha. Também na parte pertencente à Região Demarcada dos Vinhos Verdes aumentou a extensão das vinhas contínuas. A estas alterações pode acrescentar-se a construção de estufas de produtos hortícolas e florícolas, assim como o aumento da área de pomares[174].

A maior parte destes investimentos foi subsidiada pelos instrumentos da Política Agrícola Comum. A partir da data de ratificação do Tratado de Adesão, Portugal passou a ter acesso aos instrumentos da política sócio-estrutural da CEE, beneficiando, assim, das medidas preconizadas pelos Regulamentos e Directivas.[175] Para além destes instrumentos, em 1985, o Conselho adoptou uma acção específica para o desenvolvimento da agricultura em Portugal - Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP). Cobria um período de 10 anos[176] e tinha como objectivo a correcção das deficiências estruturais da agricultura portuguesa e a melhoria das condições envolventes da produção, transformação e comercialização dos produtos agrícolas. Foram várias as medidas apoiadas que visavam o desenvolvimento dos

---

[174] A análise da aplicação dos instrumentos de política agrícola que se utiliza referem-se ao concelho. No IFADAP não dispõem de apuramentos a escalas de maior pormenor senão para as indemnizações compensatórias.

[175] Dentre estes assumem especial relevância o Reg. (CEE) nº 355/77 de 15 de Fevereiro, alargado no seu âmbito pelo Reg. (CEE) 1932/84; Reg. (CEE) 797/85, de 12 de Março; Reg. (CEE) n.º 2239/86 de 14 de Julho específico para Portugal e que respeitava ao melhoramento das estruturas vitivinícolas, Reg. (CEE) n.º 1360/78 sobre o agrupamento de produtores e, ainda, os Reg. (CEE) n.º 3528/86 e Reg. (CEE) n.º 3529/86, sobre protecção das florestas contra a poluição atmosférica e contra incêndios.

[176] Reg.(CEE) n.º 3828/85 de 20 de Dezembro de 1985, regulamentado em Portugal pelo Decreto-lei nº96/87 de 4 de Março.

serviços de divulgação e de formação e as estruturas de produção, a defesa sanitária, o incentivo à cessação de actividade dos agricultores mais velhos de modo a estimular a mobilidade do solo, as redes colectivas de irrigação e de drenagem, a beneficiação fundiária, o desenvolvimento das capacidades de transformação e de comercialização e o melhoramento florestal. O desenvolvimento rural é aqui encarado como consequência da modernização do sector agrícola.

Com a reforma dos fundos estruturais, os apoios passaram a ser negociados no âmbito de um Quadro Comunitário de Apoio, que estabeleceu as prioridades de desenvolvimento que serviram de base à intervenção comunitária, fornecendo por essa via um apoio sólido, financeiramente, para equacionamento dos objectivos e o planeamento das acções.

Em função dos objectivos do I Quadro Comunitário de Apoio, foram definidos seis eixos prioritários de desenvolvimento, dois dos quais relacionados directamente com a agricultura e o desenvolvimento rural, que visavam facilitar a integração da agricultura portuguesa na PAC, aumentar os rendimentos agrícolas e travar o êxodo rural: Eixo 4 - *Promoção da competitividade da agricultura e do desenvolvimento rural; Eixo 6 - Desenvolvimento das potencialidades de crescimento das regiões e desenvolvimento local.*

O primeiro propunha-se: melhorar física e estruturalmente as condições de produção, desenvolver os recursos humanos no meio rural, preparar a população agrícola para actividades alternativas, melhorar a eficácia das explorações agrícolas e valorizar os produtos, reorientar e melhorar qualitativamente a produção, favorecer o desenvolvimento rural. O objectivo desta última acção seria a valorização do potencial endógeno das zonas rurais, privilegiando uma aproximação multisectorial e um esforço de concentração em pólos de desenvolvimento dentro das zonas rurais. Agrupou acções

plurianuais já em vigor (PEDAP, Programa Operacional de melhoria das estruturas vitivinícolas) ou inteiramente novas, a que se convencionou chamar de "desenvolvimento rural".

Contudo, não foi definida a concretização para cada região da verba atribuída ao abrigo do desenvolvimento rural, nem das acções e objectivos desse desenvolvimento. Na opinião se S. VARELA (s/data), criou-se apenas uma espécie de "saco azul" onde se iriam fazer algumas "punções". Face à grande diversidade de programas incluídos nesta medida, pode-se agrupá-los em três grupos:

- os que resultaram de situações ocasionais - Programa Operacional *relativo às intempéries* (Outono/Inverno 89), Programa Operacional relativo à seca de 1992;

- os que resultaram da concepção de alguns problemas do mundo rural: Programa operacional relativo ao *perímetro de Regadio do Mira*; Programa Operacional relativo ao *emparcelamento rural e à cessação de actividade agrícola*; Programa Operacional para *reforço da competitividade e comercialização dos produtos agrícolas*; Programa Operacional *relativo à protecção ambiental e bem estar animal*;

- os que resultaram do reforço de acções de índole agrícola mais geral - Programa Operacional de *apoio ao investimento nas explorações agrícolas.*

A impressão que se tem ao percorrer estes programas operacionais é a de que faltaram os indispensáveis enquadramentos e prioridades que deveriam ter sido dados por políticas efectivas de organização e de desenvolvimento do espaço rural que não existiram ou primaram pela sua falta de eficácia (S. VARELA, s/data).

O Programa Operacional *Emparcelamento e cessação da actividade* agrícola foi dividido em três subprogramas:

- *emparcelamento rural integrado* - visava o redimensionamento físico e económico através da reorganização da propriedade, da criação de infraestruturas viárias

e hidráulicas e de outros melhoramentos que contribuíssem para a valorização económica da zona e para a promoção social das populações. Abrangeu 41 858 ha e 31 442 agricultores (S. VARELA, s/data)[177];

- *cessação da actividade agrícola* - visava melhorar a produtividade das explorações agrícolas através da substituição dos agricultores mais idosos por outros mais jovens. Esta medida foi aplicada não só nas zonas de emparcelamento, como em quatro zonas piloto que coincidiram com zonas cobertas pelo Programa de Desenvolvimento Agrário Regional (PDAR)[178];

- *execução e acompanhamento* - visava garantir o suporte necessário ao programa e acções de divulgação.

O Programa Operacional *protecção ambiental e "bem-estar" animal* teve como objectivo a resolução dos problemas de poluição provocados pelas explorações suinícolas e avícolas, bem como a adaptação dos sistemas produtivos às novas imposições normativas.

O Programa Operacional *Reforço da Competitividade dos sectores de transformação e comercialização dos produtos agrícolas* visava melhorar a tecnologia da indústria alimentar e diminuir os problemas ao nível da comercialização dos produtos agrícolas. O âmbito territorial da aplicação foi o continente e os sectores abrangidos pelos seus efeitos foram, *grosso modo*, os sectores de transformação e comercialização

---

177 A integral conclusão dos 46 perímetros estava prevista para 1998.

178 A institucionalização do PDAR ocorreu em Maio de 1987. A sua dimensão inovadora era, na opinião de Arlindo Cunha (1988), a concepção descentralizada, fazendo-se depender a sua elaboração das dinâmicas institucionais do meio rural, como que obrigando a Administração a envolver-se e a assumir a sua quota parte de responsabilidade. Os PDAR's assentavam na zona agrária que constituí o nível mais desagregado da estrutura operacional do então Ministério da Agricultura. Os objectivos dos PDAR's eram definir uma estratégia para o sector agrícola local dentro do quadro de objectivos a desenvolver para a região, fazendo-o descentralizadamente, procurando organizar as entidades regionais e locais ligadas ao sector agrícola e ao desenvolvimento do território em torno deste processo. Este tipo de instrumento só foi aplicado nas Zonas Agrárias onde se concretizaram dinâmicas dos agentes regionais e locais em torno da iniciativa. O da Região de Basto foi o primeiro a ser aprovado.

dos produtos agrícolas abrangidos pelo Reg. (CEE) n.º 866/90 e que teve uma duração de doze meses.

O Programa Operacional *Apoio ao Investimento nas explorações agrícolas* foi criado para minorar os efeitos negativos sobre a agricultura em resultado da supressão de duas derrogações existentes em 31 de Dezembro de 1991.

Na opinião de S. VARELA (s/data), a agricultura no I Quadro Comunitário de Apoio (IQCA) beneficiou apenas de um programa de investimentos desconectado de uma política agrícola nacional[179].

A grande quantidade de programas e a multiplicação dos objectivos reflecte a falta de uma estratégia de desenvolvimento rural.

O eixo 6 - *Desenvolvimento das potencialidades de crescimento das regiões e desenvolvimento local* visava o aumento da produtividade, a valorização dos recursos humanos, a melhoria da qualidade e do nível de vida das regiões, fundamentais para travar a litoralização do povoamento [180].

Para além destes dois eixos, o sector agrícola e rural no IQCA foi também apoiado por acções a título de objectivo 5a[181], agrupando os regulamentos estruturais agrícolas horizontais da responsabilidade da PAC, cuja aplicação a Portugal já se vinha a fazer desde a adesão.

---

[179] Os programas operacionais para o "desenvolvimento rural" ficaram aquém das expectativas, pois acabaram por dar "erros de pontaria" (o caso do Programa Operacional do Mira) ou, então, servir de "paliativos" (o caso dos programas Operacionais de Outono/Inverno de 1989 e da seca de 1992) ou, ainda, servir os interesses económicos dos Estados-membros mais avançados "acobertados" sob designações pseudo-altruístas - o caso do Programa Operacional para *protecção ambiental e bem estar animal*.

[180] Sobre a avaliação da aplicação do I Quadro Comunitário de Apoio ver I Quadro Comunitário de Apoio (1989-1993) para a agricultura portuguesa, S. Varela, IDARN, s/data; Direcção Geral do Desenvolvimento Regional - Observatório do Quadro Comunitário de Apoio (1994), Avaliação Ex-post do 1º Quadro Comunitário de Apoio 1989-1993.

[181] Estes apoios são essencialmente relativos a investimentos para: a modernização agrícola das explorações agrícolas, instalação de jovens agricultores; indemnizações compensatórias nas regiões desfavorecidas, investimentos no domínio da comercialização e transformação de produtos agrícolas e florestais, agrupamento de produtores.

Do ponto de vista estratégico, os objectivos agrícolas contidos no IQCA inscreveram-se numa linha de continuidade relativamente às orientações definidas desde o Acto de Adesão.

No âmbito do II QCA (1994-1999), a actuação do Estado no âmbito do desenvolvimento rural e local introduz parâmetros novos ao nível da coordenação institucional e da priorização progressiva de apoios a projectos integrados com elevação da escala de intervenção em relação ao nível meramente local. Sendo um dos objectivos do II Quadro Comunitário de Apoio reduzir as assimetrias internas de desenvolvimento, o apoio ao mundo rural é consagrado como uma forma de complementar as intervenções de ajustamento estrutural da agricultura, a implementar no âmbito da PAC. Esta vertente está contemplada em dois dos eixos consignados no II QCA.

O Eixo 2 - *Reforçar os factores de competividade da economia* - visa reforçar os factores de competitividade do tecido empresarial na agricultura, pescas, indústria, comércio, serviços, turismo e património cultural. É aqui que se integra o Programa de Apoio à Modernização da Agricultura e Florestas (PAMAF)[182]. Este visa manter os indispensáveis suportes das estruturas produtivas do sector agrícola e o reforço da sua capacidade produtiva e competitiva, criando condições para uma agro-industrialização/comercialização competente, competitiva e moderna, respeitadora dos recursos naturais e do ambiente.

O Eixo 4 - *Fortalecer a base económica regional* - procura fortalecer a base económica regional e integra dois programas operacionais: O P*rograma Operacional*

[182] Contempla cinco medidas: *Infra-estruturas Agrícolas* (medida 1), *Apoio às explorações agrícolas* (medida 2), *Florestas* (medida 3), *IED, formação, organização, divulgação* (medida 4), *Transformação e Comercialização de produtos agrícolas e silvícolas* (medida 5) e *Formação e Educação* (medida 6).

*para a Promoção do Potencial de Desenvolvimento* Reg*ional* (PPDR[183]) e os programas regionais, sendo o PRONORTE a Intervenção Operacional Regional dirigida à Região Norte.

Desde o Acto de Adesão e durante o I QCA, o investimento feito entre 1986 a 1993 na agricultura portuguesa foi financiado em cerca de 438589,2 milhares de contos, dos quais 294188,1 atribuídos pelo FEOGA. Os montantes mais elevados de subsídios foram concedidos ao abrigo do Reg. (CEE) n.º 2328/91 e do PEDAP, o mesmo sucedendo na Serra do Marão.

Dos vinte e quatro programas integrados no PEDAP, só quinze foram objecto de investimento na Serra do Marão (Quadro CXXXIII)[184]. No período de Dezembro de 1986 a Dezembro de 1994, foram aprovados 410 projectos com um investimento de 3046, 2 milhares de contos, que foi financiado em 90,9%. Foi em Vila Real e Amarante que se aprovaram mais projectos (42,9% do total), os quais concentraram cerca de 54,9% do total de investimentos do PEDAP. O concelho com menor investimento foi Mesão Frio.

O Programa ligado à *olivicultura* justificou o maior número de projectos, embora tenha representado um investimento muito reduzido. Tratou-se, fundamentalmente, de apoios ao arranque de olivais que apenas não teve expressão no concelho de Mesão Frio.

---

[183] Este programa foi criado por decisão da Comissão C(94)382/2, de 25 de Fevereiro de 1994, relativa à concessão de uma contribuição do FEDER, do FSE e do FEOGA-Orientação para um programa operacional "Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional" inserido no QCAII para as intervenções do Objectivo 1 em Portugal e a Decisão da Comissão C(95)2459, de 13 de Novembro de 1995, relativa à modificação da Decisão C(94)382/2, de 25 de Fevereiro de 1994.

[184] Os dados estatísticos referem-se ao concelho.

# Quadro CXXXIII
## Investimentos no Âmbito do PEDAP segundo o programa

| | | Amarante | Baião | Marco de Canaveses | Mondim de Basto | Mesão Frio | Peso da Régua | Sta. Marta de Penaguião | Vila Real | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Programa 1 | N.º de Proj. | 14 | 2 | 3 | 11 | | 1 | .3 | 14 | 48 |
| | Investimento | 3363,8 | 14,1 | 8,0 | 243,9 | | 1,3 | 123,5 | 275,1 | 1029,7 |
| | Subsídio | 352,8 | 7,9 | 6,4 | 242,0 | | 1,2 | 123,1 | 273,5 | 1006,9 |
| Programa 2 | N.º de Proj. | 1 | | 2 | | 2 | 7 | 1 | 8 | 21 |
| | Investimento | 0,5 | | 9,8 | | 6,0 | 40,9 | 1,6 | 5,8 | 64,6 |
| | Subsídio | 0,4 | | 6,9 | | 5,3 | 35,7 | 1,4 | 5,3 | 55 |
| Programa 3 | N.º de Proj. | 9 | 6 | 7 | 14 | 5 | 6 | 5 | 7 | 59 |
| | Investimento | 79,0 | 56,2 | 42,5 | 112,2 | 42,1 | 94,6 | 63,6 | 75,2 | 565,4 |
| | Subsídio | 79,0 | 56,2 | 42,5 | 112,2 | 22,9 | 94,6 | 50,0 | 75,2 | 532,6 |
| Programa 4 | N.º de Proj. | 23 | 31 | 21 | 5 | | 1 | 1 | 5 | 87 |
| | Investimento | 105,4 | 111,3 | 64,1 | 28,4 | | 7,7 | 6,8 | 52,1 | 375,8 |
| | Subsídio | 100,5 | 107,8 | 62,9 | 26,3 | | 6,9 | 6,1 | 49,1 | 359,6 |
| Programa 5 | N.º de Proj. | 19 | 9 | 13 | 8 | | 22 | 13 | 11 | 95 |
| | Investimento | 3,9 | 2,0 | 1,3 | 0,8 | | 5,6 | 2,4 | 4,0 | 20 |
| | Subsídio | 3,9 | 2,0 | 1,3 | 0,8 | | 5,6 | 2,4 | 3,8 | 19,8 |
| Programa 6 | N.º de Proj. | 1 | | 1 | | | | 1 | 3 | 6 |
| | Investimento | 0,8 | | 0,8 | | | | 0,4 | 2,1 | 4,1 |
| | Subsídio | 0,4 | | 0,4 | | | | 0,2 | 1,4 | 2,4 |
| Programa 8 | N.º de Proj. | 3 | 1 | 1 | | | | | 20 | 25 |
| | Investimento | 4,4 | 1,3 | 0,5 | | | | | 19,9 | 26,1 |
| | Subsídio | 2,9 | 0,9 | 0,3 | | | | | 9,8 | 13,9 |
| Programa 11 | N.º de Proj. | 6 | | 4 | | | 1 | | 1 | 12 |
| | Investimento | 56,6 | | 32,3 | | | 30,1 | | 13,8 | 132,8 |
| | Subsídio | 52,2 | | 31,7 | | | 28,6 | | 12,4 | 124,9 |
| Programa 12 | N.º de Proj. | | | | | | | | 1 | 1 |
| | Investimento | | | | | | | | 3,3 | 3,3 |
| | Subsídio | | | | | | | | 3,3 | 3,3 |
| Programa 14 | N.º de Proj. | 1 | | | | | | | | 1 |
| | Investimento | 26,3 | | | | | | | | 26,3 |
| | Subsídio | 26,3 | | | | | | | | 26,3 |
| Programa 16 | N.º de Proj. | | | 7 | | | | | | 7 |
| | Investimento | | | 161,3 | | | | | | 161,3 |
| | Subsídio | | | 161,3 | | | | | | 161,3 |
| Programa 17 | N.º de Proj. | | | | | | | | 5 | 5 |
| | Investimento | | | | | | | | 274,1 | 274,1 |
| | Subsídio | | | | | | | | 167,2 | 167,2 |
| Programa 18 | N.º de Proj. | 3 | 2 | 3 | | | 3 | | | 11 |
| | Investimento | 81,1 | 3,1 | 5,8 | | | 13,7 | | | 103,7 |
| | Subsídio | 61,0 | 2,7 | 4,4 | | | 9,0 | | | 77,1 |
| Programa 20 | N.º de Proj. | 5 | 6 | 5 | | | | | 15 | 31 |
| | Investimento | 6,3 | 25,5 | 6,2 | | | | | 212,5 | 250,5 |
| | Subsídio | 3,6 | 14,1 | 3,4 | | | | | 190,1 | 211.2 |
| Programa 51 Art. 15º | N.º de Proj. | | | | | | | | 1 | 1 |
| | Investimento | | | | | | | | 8,5 | 8,5 |
| | Subsídio | | | | | | | | 8,5 | 8,5 |
| TOTAL | N.º de Proj. | 85 | 57 | 67 | 38 | 7 | 41 | 24 | 91 | 410 |
| | Investimento | 728,1 | 213,5 | 332,6 | 385,3 | 48,1 | 193,9 | 198,3 | 946,4 | 3046,2 |
| | Subsídio | 683,0 | 191,6 | 321,5 | 381,5 | 28,2 | 181,6 | 183,2 | 799,6 | 2770,0 |

Fonte: IFADAP

Unidade: milhares de contos

Ao *Programa de Acção Florestal*[185], embora só representasse 11,7% donúmero de projectos, correspondem 33,7% do investimento e 36,6% do financiamento. Este programa justificou mais de 50% do investimento nos concelhos de Amarante, Sta. Marta de Penaguião e Mondim de Basto.

O PEDAP incluiu cinco programas específicos para melhorar a irrigação e, consequentemente, permitir a intensificação da agricultura, mas a Serra do Marão só beneficiou de três que justificaram 14% dos investimentos realizados, a maior parte dos quais ocorreram na parte ocidental e sudoeste da área em estudo. Tratou-se, sobretudo, da beneficiação de regadios tradicionais. Refira-se que, no concelho de Baião, esta medida canalizou 52,1% do investimento total realizado neste concelho no âmbito do PEDAP.

A acessibilidade às explorações agrícolas também foi reforçada, tendo sido construídos caminhos agrícolas e rurais que beneficiaram muitas explorações. No âmbito deste programa, foram apoiados 59 projectos, de todos os concelhos, com um investimento de 565,4 milhares de contos (19,2% do total do PEDAP). Em Mesão Frio e Peso da Régua foi este o programa com investimento mais elevado, respectivamente, 87,5% e 48,8% do total do PEDAP.

O Programa 17 (*Materiais de propagação vegetativa*) apenas teve aplicação em Vila Real. O Programa 20 (*Novagri*) concentrou um investimento de 250,5 milhares de contos distribuídos por Amarante, Baião, Marco de Canaveses e Vila Real.

---

[185] Este programa tinha como objectivo o desenvolvimento sócio-económico global, através do aumento da produção, a fixação das populações e a conservação e recuperação dos recursos naturais. Entre as acções elegíveis, contavam-se a arborização de novas áreas, a beneficiação de povoamentos já existentes, a construção e beneficiação da rede viária ( no sentido de reduzir os custos de extracção, facilitar as operações culturais, combater os incêndios e servir as populações), a protecção contra os fogos e desenvolvimento de uso múltiplo (caça, apicultura).

A aplicabilidade das diferentes medidas foi muito diferente de concelho para concelho. Se em Vila Real se realizaram investimentos em quase todos os programas, já nos restantes concelhos os projectos foram muito menos diversificados, sendo de realçar que em, Mesão Frio, só na electrificação das explorações e nos caminhos agrícolas e rurais foram realizados investimentos. Nos outros dois concelhos da Região Demarcada do Douro, os investimentos foram mais diversificados. Em Peso da Régua, também foram os programas referidos os mais apoiados, o que já não sucedeu em Sta. Marta de Penaguião, onde o PAF justificou 67,4% do subsídio concedido a este concelho. A extensão da floresta no concelho de Mondim de Basto explica que a maior parte dos investimentos se tenha realizado no PAF[186] e na construção de caminhos agrícolas e rurais. Os restantes concelhos apresentaram apoios mais diversificados, embora com estruturas de investimento diferenciadas. Em Amarante, a beneficiação da floresta é muito importante, o que já não acontece em Baião e Marco de Canaveses. Neste, saliente-se o apoio ao ensino profissional agrícola e, em Baião, os investimentos na beneficiação de regadios.

É obvio que este tipo de informação não permite uma avaliação dos impactes das medidas da PAC à escala local. Era fundamental dispor do acesso a cada processo, para avaliar mesmo a sua continuidade e repercussões sobre o meio (Foto 66).

No âmbito da medida 1 do PAMAF, continuou o reforço das infra-estruturas agrícolas, tendo sido aprovados 54 projectos com um investimento de 276,7 milhares de contos (Quadro CXXXIV). Ao abrigo das acções *Drenagem e conservação do solo* e *Emparcelamento rural integrado*, previstas pela medida 1 do PAMAF, não foram aprovados projectos na Serra do Marão. Os maiores investimentos registaram-se no

[186] Na área da Serra do Marão (pertencente aos concelhos de Amarante, Baião e Mondim de Basto) submetida ao regime florestal foram arborizados 360 ha, beneficiados 890 ha, construídos e beneficiados 30 km de caminhos e aceiros, construídos reservatórios de água.



**Foto 66 - Por vezes os projectos apoiados têm curta duração – freguesia de Valadares, Baião - (Março, 1997)**

**Quadro CXXXIV**
**PAMAF-Medida 1( Infra- estruturas)**

| Concelhos | | TOTAL | Acção 1 Regadios | Acção3 Caminhos agrícolas e rurais | Acção 4 Electrificação |
|---|---|---|---|---|---|
| Amarante | N.º de proj | 16 | 13 | 2 | 1 |
| | Investimento | 75,5 | 48,3 | 27,0 | 0,1 |
| | Subsídio * | 55,4 | 42,1 | 13,1 | 0,1 |
| Baião | N.º de proj | 3 | 1 | | 2 |
| | Investimento | 10,9 | 9,7 | | 1,2 |
| | Subsídio | 9,8 | 8,7 | | 1,1 |
| M. Canav. | N.º de proj. | 9 | 8 | 1 | |
| | Investimento | 69,3 | 27,0 | 42,2 | |
| | Subsídio | 37,4 | 23,3 | 14,1 | |
| M. de Basto | N.º de proj. | 7 | 1 | | 6 |
| | Investimento | 16,5 | 2,1 | | 14,4 |
| | Subsídio | 13,3 | 1,2 | | 12,1 |
| Mesão Frio | N.º de proj. | 1 | | 1 | |
| | Investimento | 4,4 | | 4,4 | |
| | Subsídio | 2,2 | | 2,2 | |
| P. da Régua | N.º de proj. | 1 | | 1 | |
| | Investimento | 44,0 | | 44,0 | |
| | Subsídio | 22,0 | | 22,0 | |
| S. M. Penaguião | N.º de proj. | 1 | | 1 | |
| | Investimento | 17,6 | | 17,6 | |
| | Subsídio | 17,6 | | 17,6 | |
| Vila Real | N.º de proj. | 16 | 2 | 1 | 13 |
| | Investimento | 38,5 | 17,5 | 9,0 | 11,9 |
| | Subsídio | 33,8 | 15,4 | 9,0 | 9,4 |
| TOTAL | N.º de proj. | 54 | 25 | 7 | 27 |
| | Investimento | 276,7 | 104,6 | 144,2 | 27,6 |
| | Subsídio | 191,5 | 90,7 | 78,0 | 22,7 |

Fonte:IFADAP Unidade: milhares de contos

âmbito da *Beneficiação de caminhos agrícolas e rurais* e dos *Regadios*. Se em Amarante e Vila Real se realizaram investimentos diversificados dentro desta medida, em Mesão Frio, Peso da Régua e Sta. Marta de Penaguião, apenas foram aprovados projectos de *Beneficiação de caminhos agrícolas e rurais.*

A *Melhoria das condições de transformação e comercialização dos produtos agrícolas e silvícolas*[187] tem como objectivo a obtenção de ganho de produtividade, a valorização e melhoria da qualidade e apresentação dos produtos e a racionalização e concentração da oferta[188], o que se reflecte sobre o rendimento familiar e, consequentemente, influi na decisão de partir ou ficar.

Verifica-se que, entre Janeiro de 1986 a Dezembro de 1994, o investimento no âmbito da acção 1 ascendeu a 3139,8 milhares de contos. À semelhança do que se passou a nível nacional, também na Serra do Marão o produto mais apoiado foi o vinho - 72,5% do investimento com um subsídio de 1263,5 milhares de contos - embora também tenham surgido projectos de investimentos em cereais, carne, frutas e produtos hortícolas (Quadro CXXXV). A maior parte dos investimentos destinaram-se a Vila Real e Amarante, sendo de registar que, em Marco de Canaveses e Mondim de Basto, não foi apresentado qualquer projecto ao abrigo deste regulamento.

---

[187] No âmbito dos Reg. (CEE) 355/77, Reg. (CEE) 866/90 e Reg. (CEE) 867/90 e Reg. (CE) nº 951/97. Esta medida integra três acções: Acção 1 - *Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas e Silvícolas;* Acção 2 - *Incentivos aos Produtos Tradicionais Regionais;* Acção 3 - *Reforço da Capacidade Financeira das Empresas (Esta acção não se encontra regulamentada).*

[188] São apoiados projectos que visem modernizar as estruturas e tecnologias de fabrico, incluindo novas instalações, através da realização de acções que contribuam para o reforço da competitividade, nomeadamente: aumentos de produtividade; introdução de melhorias na qualidade, na apresentação e no acondicionamento dos produtos; redução dos custos de aprovisionamento, de transformação e de comercialização; diversificação da produção e oferta de novos produtos; aplicação de novas tecnologias, reestruturação do tecido empresarial, envolvendo investimentos que contribuam para o aumento da dimensão das unidades existentes, obtenção de economias de escala e reforço da posição das empresas no mercado, melhoria da eficiência dos circuitos de comercialização, protecção do ambiente, através de investimentos que contribuam para a resolução dos problemas ambientais causados pelas agro-indústrias, transformação da cortiça, instalando equipamentos adequados de protecção e tratamento.

## Quadro CXXXV

## Melhoria das condições de transformação e comercialização dos produtos agrícolas e número de projectos aprovados segundo o investimento e o respectivo subsídio.

### Janeiro 1986 a Dezembro de 1994

| Concelho | TOTAL | Diversos | Carne | Cereais | Vinhos e álcool | Frutas e produtos hortícolas |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Amarante** | | | | | | |
| N.º de proj. | 6 | 1 | | 1 | 4 | |
| Investimento | 921,2 | 52,6 | | 43,5 | 825,2 | |
| Subsídio | 495,6 | 32,9 | | 27,1 | 435,6 | |
| **Baião** | | | | | | |
| N.º de proj. | 1 | | | | 1 | |
| Investimento | 34,2 | | | | 34,2 | |
| Subsídio | 21,4 | | | | 21,4 | |
| **Mesão Frio** | | | | | | |
| N.º de proj. | 1 | | | | 1 | |
| Investimento | 82,2 | | | | 82,2 | |
| Subsídio | 51,8 | | | | 51,8 | |
| **Peso da Régua** | | | | | | |
| N.º de proj. | 2 | | | | 2 | |
| Investimento | 266,8 | | | | 266,8 | |
| Subsídio | 143,5 | | | | 143,5 | |
| **Sta. Marta de Penaguião** | | | | | | |
| N.º de proj. | 1 | | | | 1 | |
| Investimento | 28,9 | | | | 28,9 | |
| Subsídio | 11,2 | | | | 11,2 | |
| **Vila Real** | | | | | | |
| N.º de proj. | 5 | | 1 | | 3 | 1 |
| Investimento | 1806,5 | | 660,8 | | 1039,9 | 105,8 |
| Subsídio | 1069,2 | | 408,9 | | 600,1 | 60,1 |
| **TOTAL** | | | | | | |
| N.º de proj. | 16 | 1 | 1 | 1 | 12 | 1 |
| Investimento | 3139,8 | 52,6 | 660,8 | 43,5 | 2277,2 | 105,8 |
| Subsídio | 1397,1 | 32,9 | 408,9 | 27,1 | 1263,5 | 60,1 |

### Janeiro 1995 a Dezembro de 1997

| Concelho | TOTAL | Produtos silvícolas | Vinhos e álcool |
|---|---|---|---|
| **Amarante** | | | |
| N.º de proj. | 5 | 2 | 3 |
| Investimento | 864,3 | 33,8 | 830,5 |
| Subsídio | 455,9 | 18,4 | 437,4 |
| **Baião** | | | |
| N.º de proj. | 1 | | 1 |
| Investimento | 94,8 | | 94,8 |
| Subsídio | 59,3 | | 59,3 |
| **Marco de Canaveses** | | | |
| N.º de proj. | 1 | | 1 |
| Investimento | 79,6 | | 79,6 |
| Subsídio | 51,7 | | 51,7 |
| **Peso da Régua** | | | |
| N.º de proj. | 3 | | 3 |
| Investimento | 1698,0 | | 1698,0 |
| Subsídio | 769,8 | | 769,8 |
| **Sta. Marta de Penaguião** | | | |
| N.º de proj. | 2 | | 2 |
| Investimento | 551,9 | | 551,9 |
| Subsídio | 249,4 | | 249,4 |
| **TOTAL** | | | |
| N.º de proj. | 12 | 2 | 10 |
| Investimento | 3288,6 | 33,8 | 3254,8 |
| Subsídio | 1586,1 | 18,4 | 1567,6 |

Fonte: IFADAP Unidade: Milhares de contos

No período de Janeiro de 1995 a Dezembro de 1997[189], foram aprovados 12 projectos no valor de 3288,6 milhares de contos, ou seja, superior em 4,5% ao apresentado no período anteriormente referido. Fica demonstrado um maior interesse dos agricultores no apoio oferecido por esta medida, sendo o valor médio subsidiado por projecto superior ao verificado nos nove anos anteriores. Continua a ser o vinho o produto mais beneficiado por esta acção. O facto de terem sido aprovados dois projectos no âmbito da transformação e comercialização dos produtos silvícolas, a serem implementados no concelho de Amarante, numa área em que a floresta cobre parte significativa do território surge como positiva, embora talvez insuficiente[190]. Nos concelhos de Mondim de Basto, Mesão Frio e Vila Real, não foi apresentado qualquer projecto ao abrigo da medida 5 do PAMAF.

A acção 2 da medida 5 do PAMAF pretende fornecer ***Incentivos aos Produtos Tradicionais Regionais***, que são produtos agro-alimentares com história, associados a uma cultura de natureza rural geograficamente delimitável[191].

Esta acção tem três componentes: *criação ou modernização de unidades produtivas, promoção e certificação de produtos de qualidade*[192], *reforço da capacidade de acesso ao mercado de produtos*[193]. No âmbito desta acção, não foi aprovado qualquer

---

189 A medida referida foi integrada no PAMAF - Medida 5.

190 Para avaliar-se completamente os dois projectos aprovados era necessário consultar o formulário de candidatura, o que não foi permitido.

191 Neste contexto, devem estar referenciados histórica e culturalmente, cumprir requisitos pré-determinados quer quando se trata de produtos não transformados quer quando se trata de produtos transformados, sendo que, neste caso, são relevantes as matérias primas utilizadas, os processos de tratamento e/ou transformação, acondicionamento e comercialização e, em ambos os casos, a referenciação geográfica. Estes produtos são protegidos pela legislação nacional e comunitária ao abrigo de dispositivos de reconhecimento das respectivas Denominações de Origem (DO), Indicações Geográficas (IG), Certificados de Especificidade (CE) ou Modos particulares de produção (MP).

192 Esta acção apoia estudos de caracterização de produtos ou géneros alimentícios que beneficiem ou possam vir a beneficiar de DO, IG ou CE; planeamento de acções de controlo e certificação; constituição e funcionamento de organismos privados de certificação, divulgação dos produtos.

193 Este reforço manifestar-se-ia através da concepção e desenvolvimento de fórmulas de apresentação e embalagem dos produtos assim como da sua promoção comercial.

projecto na Serra do Marão, o que revela reduzida aposta na valorização de produtos de qualidade.

São vários os produtos tradicionais de qualidade existentes na Serra do Marão, associados às características propícias à criação de gado bovino de raça arouquesa e maronesa, assim como de gado caprino (Quadro CXXXVI). O mel encontra nesta área montanhosa boas condições para a sua produção. No entanto, a comercialização deste produto não traz grandes mais-valias, nomeadamente pela falta de aposta na qualidade, de associativismo e de marketing.

**Quadro CXXXVI**

**Produtos tradicionais de qualidade actualmente existentes na Serra do Marão**

| Concelhos | Cabrito das terras altas | Carne arouquesa | Carne maronesa | Mel das terras altas |
|---|---|---|---|---|
| **Amarante** | Tem | Nalgumas freguesias | Nalgumas freguesias | Tem |
| **Baião** | Tem | Tem | Não tem | Tem |
| **M. Canav.** | Tem | Nalgumas freguesias | Não tem | Tem |
| **M. Basto** | Tem | Não tem | Nalgumas freguesias | Tem |
| **Vila Real** | Não tem | Não tem | Tem | Não tem |

Fonte: Direcção Geral do Desenvolvimento Rural

O regulamento que instituiu acções de ***Melhoria da eficácia das explorações agrícolas*** [194] inclui, essencialmente, três importantes medidas: apoio aos investimentos nas explorações agrícolas, apoio à instalação de jovens agricultores e as indemnizações compensatórias nas regiões desfavorecidas a par de muitas outras de menor significado financeiro e estrutural, como a ajuda à instalação de contabilidade, criação de serviços de gestão ou apoio aos agrupamentos de agricultores que não serão aqui abordadas.

194 Reg. (CEE) n.º 797/85, Reg. (CEE) n.º 2328/91 e Reg. (CEE) n.º 950/97.

Em relação ao apoio aos investimentos nas explorações agrícolas, entre 1986 e 1995, foram aprovados 849 projectos e realizado um investimento de 6632360 milhares de escudos (Quadro CXXXVII). Os financiamentos concentraram-se, dominantemente, no sector *das máquinas e equipamentos* (38,5%), seguindo-se as *plantações* (23,7%) e as *construções agrícolas* (20,9%). Esta mesma estrutura de investimento pode ser encontrada em Peso da Régua, Baião e Mondim de Basto. Em Mesão Frio, os investimentos em melhoramentos fundiários e construções agrícolas foi muito semelhante. Em Amarante, Marco de Canaveses e Vila Real, a maior parte dos investimentos também foram realizados nos três sectores referidos, embora se tenha verificado um ascendente das *construções agrícolas* sobre as *plantações*. Em Sta. Marta de Penaguião, cerca de 38,5% do investimento destinou-se às plantações e 35,6 % a *maquinaria* e *equipamentos*. As acções de *melhoramentos fundiários* tiveram alguma expressão, sendo de referir que 45,1% do investimento nesta acção ocorreu em Amarante e em Marco de Canaveses. Em todos os concelhos foi apoiada *a construção de estufas* e de *abrigos,* embora os maiores investimentos se tenham verificado na área de predomínio de culturas temporárias.

Dentre as espécies vegetais, a que recebeu maiores apoios, em todos os concelhos, foi a vinha (Quadro CXXXVIII e CXXXIX, anexo B). Embora merecendo menores apoios, convém referir a aposta em árvores de fruto diversas e a criação de prados[195] (F. PEDROSA, 1995).

Os investimentos com a aquisição de gado foram pouco significativos, verificando-se que cerca de 89% foram feitos em Vila Real, Amarante e Marco de

[195] Convém enfatizar a existência de grande número de agricultores, entre os quais alguns do sexo feminino que são arrendatários (F. PEDROSA, 1995)

Canaveses. Tratou-se fundamentalmente de gado bovino leiteiro, embora também seja de salientar o apoio à produção de ovinos.

Este instrumento não foi aproveitado para apoio de investimentos florestais, turísticos e artesanais e, ainda, de fabricação e venda de produtos da exploração.

**Quadro CXXXVII**
**Natureza dos investimentos aprovados no âmbito do Reg. (CEE) 797/85 e 2328/91, no período de Setembro de 1987 a Dezembro de 1995**

| Concelho | Nº de proj. | Investimentos agrícolas e pecuários | | | | | | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Melh.Fund. | Const.agr. | Plants. | Anim. Rep. | Máq.Equip | Outros | |
| AMARANTE | 180 | 110 162 | 343 798 | 298 012 | 69 103 | 627 942 | 70 879 | 1 519 896 |
| BAIÃO | 100 | 79 529 | 174 488 | 189 612 | 20 410 | 439 644 | 73 107 | 976 790 |
| MARCO DE CANAVEZES | 131 | 115 069 | 314 779 | 295 724 | 64 783 | 444 525 | 123 239 | 1 258 119 |
| MONDIM DE BASTO | 28 | 10 719 | 37 090 | 45 136 | 1 295 | 60 904 | 4 318 | 159 462 |
| MESÃO FRIO | 33 | 20 566 | 19 216 | 51 623 | 1 530 | 54 511 | 16 991 | 164 437 |
| PESO DA RÉGUA | 107 | 60 455 | 146 993 | 259 405 | 3 570 | 371 387 | 27 861 | 869 671 |
| Sta MARTA DE PENAGUIÃO | 78 | 35 414 | 63 549 | 207 644 | 207 | 192 396 | 40 486 | 539 696 |
| VILA REAL | 192 | 66 939 | 287 022 | 223 780 | 83 604 | 364 652 | 18 292 | 1 044 289 |
| TOTAL | 849 | 498 853 | 1 386 935 | 1 570 936 | 244 502 | 2 555 961 | 375 173 | 6 532 360 |

Fonte: IFADAP

Unid: 1000 Esc

As *Indemnizações Compensatórias* destinam-se a agricultores a título principal que residam habitualmente ou tenham a sua sede em região desfavorecida, explorem pelo menos 1 ha de SAU e se comprometam a manter a actividade agrícola e/ou pecuária durante um período de cinco anos. Cada agricultor não pode beneficiar de indemnizações compensatórias para mais do que uma exploração. Não podem receber

este tipo de apoio os agricultores que beneficiem de uma pensão de reforma ou de invalidez. São concedidas ajudas por cabeça normal (CN) ou hectare aos agricultores que, reunindo as condições de acesso, desenvolvam as seguintes actividades: criação de bovinos, ovinos, caprinos e equídeos, exceptuando-se as vacas leiteiras nas regiões que não sejam de montanha; culturas agrícolas não destinadas à alimentação directa do gado, excluindo o trigo mole, a vinha, os pomares de pomoídeas e de pessegueiros, a beterraba sacarina e as culturas hortícolas intensivas. O montante das indemnizações compensatórias é determinado em função da gravidade dos condicionalismos naturais e permanentes que afectam a actividade agrícola de cada região, sendo fixado para bovinos, ovinos, caprinos e equídeos, convertidos em cabeças normais, designados por CN, e por hectare de superfície cultivada. Os montantes das indemnizações compensatórias nas regiões de montanha são superiores aos das restantes regiões desfavorecidas.

Nos pedidos de ajuda (Quadro CXL e CXLI, anexo B) referentes ao gado miúdo, verifica-se que, no período de 1996 a 1998, as freguesias que inscreveram maior número de cabeças de gado foram Ermelo, Teixeira, Sedielos, Pardelhas, Campanhó, Fontes Torgueda e Aboadela, ou seja aquelas que correspondem às áreas mais serranas da Serra do Marão. No referente ao gado bovino, evidenciaram-se em igual período Campelo, Soalhães, Ermelo, Campeã, Teixeira, Pena e Mondrões, o que denota alguma dispersão pela área de estudo, não sendo visível qualquer área mais especializada.

As freguesias que receberam maior volume de indemnizações compensatórias (superiores a dez milhões de escudos) (Fig. 105) foram Campeã, Ermelo, Mondim de Basto e Teixeira, verificando-se que as restantes freguesias serranas receberam compensações inferiores (Quadro CXLII, anexo B)

Para além dos apoios já referidos, a vinha também beneficiou de um programa próprio de reestruturação[196] que advém do facto de, para além de outros problemas estruturais, parte da área vitícola estar envelhecida, encontrando-se, em algu-

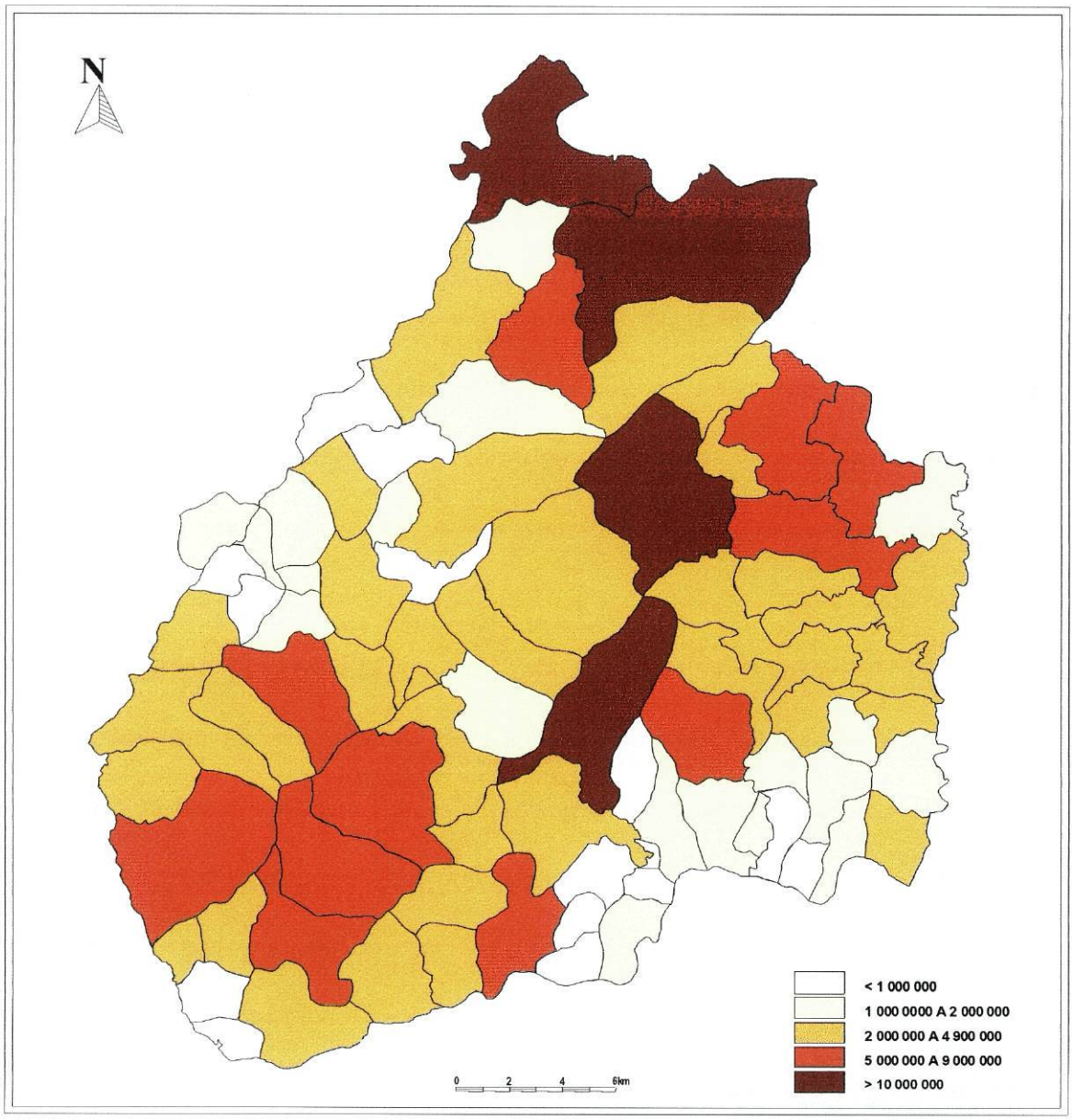



**Fig. 105 - Indemnizações compensatórias pagas (em escudos) nas campanhas 1996/97 e 1997/98**

196 - Programa Operacional relativo ao melhoramento das estruturas vitivinícolas substituí o Reg. (CEE) 2239/86 de 14 de Julho. Nos dados quantitativos apresentados incluem-se os projectos aprovados ao abrigo do Reg. (CEE) 2239/86

mas zonas de produção, mais de 50% das vinhas com idade superior a 40 anos e, ainda, porque a actividade vitícola absorve uma maioria da população activa na agricultura (cerca de 28%), apresentando-se grande parte dessa população envelhecida e constituindo mão-de-obra não qualificada[197]. Por outro lado, o vinho é, na realidade, o único produto da agricultura portuguesa que sofre, por vezes ,de "excedentes de natureza estrutural"[198].

De Janeiro de 1992 a Dezembro de 1996, os 403 projectos aprovados que representaram um investimento de 708,5 milhares de contos afectaram 981,78 hectares de vinha[199]. Embora todos os concelhos tenham beneficiado desta medida, foi na Região Demarcada do Douro e, sobretudo, em Peso da Régua, que se concentrou mais de 65% do investimento (Quadro CXLIII). De facto, muitas vinhas de idade avançada foram substituídas por outras mais recentes, utilizando técnicas de armação que permitem elevar a rentabilidade.

O Programa de Desenvolvimento Florestal, uma das acções consideradas na medida 3-Florestas[200] do PAMAF, tem os seguintes objectivos:

- promover a rearborização de áreas ardidas, assim como a arborização de áreas de potencial uso florestal;

---

197 Programa Operacional-Melhoramento das estruturas vitivinícolas em Portugal

198 De 1989-1993, a área restruturada em Portugal ascendeu a 7537,6 hectares, enquanto que a área de arranque definitivo rondou os 10 000 hectares. Apesar da acção ter sido considerada positiva em face da adesão dos agricultores, é de realçar que a área de vinha restruturada representava apenas 2,8% da superfície total existente em Portugal Continental. No período de 1989/1990 a 1995/1996, a superfície vitícola plantada englobando novas plantações e replantações ascendeu apenas a 30 000 hectares, logo a um ritmo médio ligeiramente superior a 4000 hectares/ ano o que, embora tenha superado em cerca de 12 000 hectares a superfície vitícola abandonada no âmbito dos programas apoiados oficialmente, é manifestamente insuficiente para recuperar o ritmo acelerado de envelhecimento das vinhas (J. BARBEITO, 1997). Não foi fornecido pelo IFADAP este tipo de informação ao nível de concelho.

199 Não foi fornecida indicação sobre a área de arranque de vinha e a área reestruturada .

200 Na acção recolha de dados da fileira industrial, não foi aprovado qualquer projecto entre 1994 e 1997.

**Quadro CXLIII**
**Programa Operacional da Reestruturação da Vinha**
**Janeiro de 1992 a Dezembro de 1996**

| Concelho | Período | Nº Projectos | Área (hectare) | Investimento | Subsídio |
|---|---|---|---|---|---|
| **Amarante** | 01/01/92 a 31/12/93 | 35 | 113,81 | 174,7 | 153,9 |
| | 01/01/94 a 31/12/96 | 28 | 57,24 | 101,3 | 82,5 |
| **Baião** | 01/01/92 a 31/12/93 | 8 | 23,97 | 32,3 | 28,0 |
| | 01/01/94 a 31/12/96 | 13 | 30,39 | 55,3 | 42,5 |
| **Marco de Canaveses** | 01/01/92 a 31/12/93 | 27 | 92,68 | 145,2 | 122,8 |
| | 01/01/94 a 31/12/96 | 18 | 26,15 | 44,1 | 35,1 |
| **Mondim Basto** | 01/01/92 a 31/12/93 | 32 | 47,63 | 60,9 | 50,8 |
| | 01/01/94 a 31/12/96 | 19 | 22,74 | 35,8 | 28,3 |
| **Mesão Frio** | 01/01/92 a 31/12/93 | 21 | 47,40 | 106,5 | 73,3 |
| | 01/01/94 a 31/12/96 | 16 | 41,69 | 93,2 | 68,3 |
| **Peso Régua** | 01/01/92 a 31/12/93 | 61 | 196,95 | 415,5 | 289,8 |
| | 01/01/94 a 31/12/96 | 36 | 76,13 | 175,5 | 121,1 |
| **Sta Marta Penaguião** | 01/01/92 a 31/12/93 | 31 | 83,08 | 191,6 | 133,7 |
| | 01/01/94 a 31/12/96 | 25 | 50,84 | 120,9 | 80,7 |
| **Vila Real** | 01/01/92 a 31/12/93 | 15 | 31,07 | 70,0 | 46,2 |
| | 01/01/94 a 31/12/96 | 18 | 40,01 | 82,4 | 55,3 |
| **Total** | 01/01/92 a 31/12/93 | **230** | **636,59** | **1196,7** | **898,5** |
| | 01/01/94 a 31/12/96 | 173 | 345,19 | 708,5 | 513,8 |

Fonte: IFADAP Unidade:1 000 000esc

- promover a melhoria da área florestal existente, apoiando, nomeadamente, o desenvolvimento da rede de infra-estruturas florestais;

- fomentar a utilização com fins múltiplos da floresta;

- promover a produção de materiais de reprodução seleccionados e controlados e apoiar a criação ou a modernização de viveiros florestais.

No período em análise, foram aprovados 99 projectos financiados em 445096,0 milhares de escudos (Quadro CXLIV, anexo B). Estes destinaram-se,

fundamentalmente, aos concelhos de Amarante (27,9%), Peso da Régua, ( 16,0%), Mondim de Basto (15,4%) e Vila Real (13,7%). A manutenção da floresta, bem como o fomento de recursos aquícolas e cinegéticos não tiveram significado, pois não foi aprovado qualquer projecto neste âmbito. Tratou-se fundamentalmente de projectos de arborização e beneficiação e, ainda, de infra-estruturas numa perspectiva de utilização multifuncional da floresta. A abertura de aceiros e de caminhos é fundamental em termos de combate aos fogos florestais, sobretudo, nas áreas com ecossistemas mais frágeis, onde deve ser garantida a protecção das formações florestais, de especial importância ecológica e mais sensíveis. Nas acções de prevenção, detecção e combate aos fogos florestais a Lei de Bases da Política Florestal[201] prevê uma participação activa das comunidades rurais. É fundamental fazer a monitorização do zonamento de risco de incêndios e cada comunidade ficaria responsável por um determinado perímetro. Se não houvesse incêndios ela seria recompensada por esse facto. A situação vivida em Agosto de 1998 na Serra da Aboboreira, que, para além dos prejuízos materiais, provocou vítimas mortais em Salvador do Monte, evidenciou a incapacidade das corporações de bombeiros responderem às inúmeros situações, devido à extensa frente dos incêndios, à dificuldade de acesso impostas pelas condições morfológicas e dimensão da rede viária.

---

201 Lei nº 33/96 de 17 de Agosto. Entre as medidas de política preconizada na referida Lei de Bases prevê-se a adopção de Planos Regionais de Ordenamento Florestal *(PROF's)* e de Planos de Gestão Florestal (PGF), cuja aplicação permitirá não só a aplicação regional das directrizes estratégicas nacionais, mas também a monitorização da gestão florestal sustentável. Os primeiros são instrumentos sectoriais de gestão territorial que visam a organização dos espaços florestais em cada região numa óptica de uso múltiplo e de forma articulada com os planos regionais e locais de ordenamento do território. Como os proprietários florestais privados são responsáveis pela gestão da maior parte do património florestal, ao introduzir na legislação portuguesa o ordenamento florestal regional, procura-se garantir uma estreita cooperação entre o Estado e os proprietários privados. Os PROF têm como base territorial de referência as NUTS III. O Plano de Gestão Florestal (regulamentado pelo decreto-lei nº205/99 de 9 de Junho) é um instrumento básico de ordenamento florestal das explorações que regula intervenções de natureza cultural e/ou de exploração e visa a produção sustentada dos bens e serviços originados em espaços florestais, determinada por condições de natureza económica, social e ecológica. Os PROF's (regulamentados pelo decreto-lei n.º 204/99 de 9 de Junho) definirão a área das explorações florestais a partir da qual estas serão obrigatoriamente sujeitas a um PGF, a elaborar pelos proprietários, segundo normas definidas pelo organismo público legalmente competente.

Houve aldeias que tiveram de contar apenas consigo próprias. Uma delas foi Souto (Ervins), na freguesia de S. João de Ovil. Aí, a tenacidade das pessoas, auxiliada por uma súbita mudança dos ventos, evitou o pior, embora com meios rudimentares e escassos. Os helicópteros sobrevoaram por duas vezes a área lançando água em quantidades que, atendendo à velocidade de propagação do incêndio, à extensão da sua frente e, ainda, às elevadas temperaturas que se geraram, não teve qualquer impacto. Se houve quem na serra esvaziasse os seus tanques para que os helicópteros aí não fossem abastecer, numa evidente falta de sentido cívico e de responsabilização pelo património do país, outros agricultores disponibilizaram as suas reservas hídricas, algumas das quais, devido à localização, não puderam ser utilizadas. É que só não foi pior "*porque os homens estavam cá (de férias). Caso contrário, pegávamos nos filhos e nos animais e fugíamos*". Os agricultores incrédulos, ao verem as suas matas e campos devastados pelo fogo voraz que atingiu áreas onde a memória dos mais velhos não recorda, chegaram à conclusão que têm de criar meios próprios para defender os investimentos realizados nas suas explorações, aproveitando os seus próprios recursos hídricos. Por conseguinte, seria importante apoiar a criação de sistemas de protecção de incêndios nas explorações florestais, nas áreas marginais de grandes maciços florestais e em redor das aldeias.

A paisagem é um recurso que importa cada vez mais valorizar em termos económicos.

A natureza dos investimentos efectuados também é influenciada pela dinâmica de informação e de formação dos agricultores[202], ao nível de novas tecnologias e de tendências dos mercados.

---

[202] A medida 6 do PAMAF refere-se à Formação e Educação, mas na Serra do Marão não foi aprovado qualquer investimento no âmbito desta medida.

Na medida 4-*IED, Formação, Organização e Divulgação e Estudos Estratégicos,* foi realizado um investimento de 672,0 milhares de contos, que se justificam sobretudo pela *acção 3 - Organização e Divulgação* (34,9% dos projectos e 45,9% do investimento) (Quadro CXLV). Esta acção pretende reforçar a estrutura interna das organizações de agricultores, assim como a sua capacidade de intervenção no sector, nomeadamente, na área da prestação de serviços de assistência técnica aos seus associados, dando, assim, continuidade ao PROAGRI[203], instituído no PEDAP e inserido no IQCA. O apoio a raças autóctones e o agrupamento de defesa sanitária concentraram um investimento de 198,0 milhares de contos. Podem beneficiar deste regime de ajudas as cooperativas de âmbito agrícola, associações e organizações de agricultores.

As acções de investigação e de reforço da capacidade técnica e de gestão das organizações de agricultores concentram-se, fundamentalmente, no concelho de Vila Real.

A acção 2 visa apoiar os centros de Formação Profissional[204] necessários para melhorar os conhecimentos técnicos dos agricultores, tendo sido aprovado um projecto em Vila Real. São também objecto de apoio desta medida a *Investigação, Experimentação, Demonstração* (acção 1).

A Serra do Marão também beneficiou das medidas de acompanhamento da PAC[205]. Nas *medidas florestais na agricultura,* investiram-se 77,7 milhares de contos, 75,2% dos quais se destinaram aos concelhos de Marco de Canaveses e Amarante (Quadro CXLVI). A estes montantes importa acrescentar 23,6 milhares de contos de

---

203 Programa de Apoio ao Reforço das Organizações de Agricultores.

204 São subsidiados a fundo perdido no valor de 100% das despesas elegíveis, financiadas em 75%, pelo FEOGA- Orientação e em 25% pelo Orçamento de Estado.

205 Embora tenha havido adesões ao regime de *cessação da actividade agrícola* não é possível avaliar a sua incidência pois este tipo de informação não foi apurada ao nível do concelho.

## Quadro CXLV

**Medida 4 - Ied, Formação, organização e divulgação e estudos estratégicos ****

| Concelhos | TOTAL | Acção 1 | Acção 2 | Acção 3 |
|---|---|---|---|---|
| **Amarante** | | | | |
| N.º de projecto | 3 | | | 3 |
| Investimentos | 66,5 | | | 66,5 |
| Subsídios | 36,6 | | | 36,6 |
| **Marco de Canaveses** | | | | |
| N.º de projecto | 5 | | | 5 |
| Investimentos | 80,5 | | | 80,5 |
| Subsídios | 43,2 | | | 43,2 |
| **Mesão Frio** | | | | |
| N.º de projecto | 1 | | | 1 |
| Investimentos | 1,5 | | | 1,5 |
| Subsídios | 1,0 | | | 1,0 |
| **Peso da Régua** | | | | |
| N.º de projecto | 6 | 3 | | 3 |
| Investimentos | 98,0 | 14,2 | | 83,8 |
| Subsídios | 66,3 | 8,5 | | 57,7 |
| **Vila Real** | | | | |
| N.º de projecto | 28 | 24 | 1 | 3 |
| Investimentos | 425,5 | 251,5 | 97,6 | 76,3 |
| Subsídios | 403,8 | 241,4 | 97,6 | 64,9 |
| **TOTAL** | | | | |
| N.º de projecto | 43 | 27 | 1 | 15 |
| Investimentos | 672,0 | 265,7 | 97,6 | 308,6 |
| Subsídios | 550,9 | 249,9 | 97,6 | 203,4 |

Fonte: IFADAP Unidade: 1 000 000esc

** Período de Janeiro de 1994 a Dezembro de 1996

Acção 1- Investigação, experimentação e demonstração
Acção 2- Formação
Acção 3- Organização e divulgação

## Quadro CXLVI

**Medidas florestais na agricultura**

**(Janeiro de 1994 a Dezembro de 1996)**

| Concelhos | Investimento | | | Prémios | |
|---|---|---|---|---|---|
| | N.º de projecto | Total | Subsídios | Manutenção | Perda de rendimento |
| Amarante | 25 | 24,4 | 22,0 | 8,1 | 63,3 |
| Baião | 5 | 4,9 | 4,4 | 2,2 | 12,8 |
| Marco de Canaveses | 27 | 34,0 | 30,6 | 9,3 | 83,6 |
| Mondim de Basto | 1 | 0,5 | 0,4 | 0,2 | 1,7 |
| Vila Real | 20 | 13,9 | 12,5 | 3,8 | 28,9 |
| **Total** | **78** | **77,7** | **69,9** | **23,6** | **190,3** |

Fonte: IFADAP Unidade: Milhares de contos

prémio anual para cobrir os custos de manutenção das superfícies arborizadas e 190,3 milhares para compensar as perdas de rendimento decorrentes da arborização das superfícies agrícolas. O facto de, em Mondim de Basto, só ter sido aprovado um projecto é positivo, pois, atendendo à importância da cobertura florestal neste município, a manutenção da actividade agrícola tem uma função ecológica muito importante. Nos concelhos integrados na Região Demarcada do Douro, esta medida não teve adesão, dadas as vantagens económicas da especialização na vinha. Este regime[206] tem dois objectivos: por um lado, uma utilização alternativa das terras agrícolas, por meio de arborização; por outro o desenvolvimento de actividades florestais nas explorações agrícolas. A esta medida podem candidatar-se todas as pessoas singulares ou colectivas que sejam detentoras de terras agrícolas e que pretendam fazer uma utilização alternativa dessas terras, nomeadamente, agricultores a título principal, agricultores a tempo parcial, agricultores beneficiários das ajudas à reforma antecipada (Reg. (CEE) n.º 2079/92), organismos da administração central e local. O regime de ajudas instituído pode incluir: apoios destinados a cobrir as despesas de arborização; ajudas aos investimentos relativos ao melhoramento das superfícies arborizadas, tais como a instalação de quebra-ventos, corta-fogos, pontos de água e caminhos de acesso às explorações florestais bem como ao melhoramento dos montados de sobro; um prémio anual por hectare arborizado, destinado a cobrir os custos de manutenção das superfícies arborizadas durante os primeiros cinco anos; um prémio anual por hectare, destinado a compensar perdas de rendimento decorrentes da arborização das superfícies agrícolas. Se se tratar de agrupamentos de agricultores, os níveis de ajuda são mais elevados. As espécies florestais a serem apoiadas são definidas pelos Planos Zonais.

---

206 Reg. (CEE) 2080/92 - Portaria n.º 199/94 de 6 de Abril, alterada por portaria nº216/96 de 14 de Junho.

A aplicação das Medidas Agro-ambientais[207], uma das outras medidas de acompanhamento da PAC, procurou responder aos problemas concretos do nosso mundo rural e, em especial, das regiões desfavorecidas, com evidentes fragilidades estruturais, em desvitalização demográfica e baixo nível de vida[208].

O Programa das Medidas Agro-ambientais português de entre os nove sistemas de ajuda contempla quatro, todos eles aplicáveis à Serra do Marão: diminuição dos efeitos poluentes da agricultura; extensificação e/ou manutenção de sistemas agrícolas tradicionais extensivos; conservação dos recursos e da paisagem natural; formação profissional.

Em face da informação disponibilizada, a análise far-se-á utilizando o número de processos e o subsídio concedido, o que limita consideravelmente as conclusões que se poderiam extrair. A análise do Quadro CXLVII permite concluir que as medidas de ***extensificação e/ou manutenção de sistemas agrícolas tradicionais*** foram as que maiores subsídios receberam (89,4% do subsídio concedido no âmbito das medidas agro-ambientais). Têm como objectivo apoiar os sistemas agrícolas extensivos tradicionais, como uma forma de evitar a *desertificação*[209]. As medidas que beneficiaram de maiores

---

207 Foi aprovado pela Comissão das Comunidades Europeias, Decisão C (94) 546, de 29 de Abril de 1994, o Programa para Portugal Continental para o período 1994-1998, posteriormente alterado pela Decisão C (98) 19, de 10 de Fevereiro de 1998. O enquadramento legal é dado pelos seguintes diplomas: Decreto-Lei nº31/94 de 5 de Fevereiro, com a redacção dada entretanto pelo decreto-lei n.º 351/91 de 5 de Dezembro, Portaria nº85/98 de 19 de Fevereiro.

208 A proposta de alteração aprovada, a título intercalar (1998/1999), visa fundamentalmente corrigir as desajustadas limitações do Programa Português aprovado em 1994 e promover as zonas rurais de elevado valor natural, adequando a actividade agrícola à conservação da natureza.

209 Há duas medidas que estavam previstas, mas não foram aplicadas, que são: reconversão de terras aráveis em pastagens extensivas e extensificação da produção pecuária. Há outras medidas que não são elegíveis na Serra do Marão.

## Quadro CXLVII

**Medidas agro-ambientais (financiamento no ano de 1997)-**

| Ano de 1997 | TOTAL | Grupo I | | | Grupo II | | | | | | Grupo III | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Medida2 | Medida 3 | Medida 5 | Medida 6 | Medida 8 | Medida 9 | Medida 12 | Medida 13 | Medida 18 | Medida 21 | Medid a 22 |
| **Amarante** | | | | | | | | | | | | |
| N.º beneficiário | 568 | 2 | 1 | | 437 | | | | 1 | 201 | 280 | 1 |
| Montante pago | 63552,5 | 36,7 | 777,3 | | 35695,8 | | | | 53,6 | 9768,7 | 17186,9 | 33,5 |
| **Baião** | | | | | | | | | | | | |
| N.º beneficiário | 664 | 2 | | | 636 | | | | 4 | 155 | 34 | |
| Montante pago | 55971,2 | 99,3 | | | 47797,5 | | | | 320,2 | 6033,6 | 1720,6 | |
| **M. Canaveses** | | | | | | | | | | | | |
| N.º beneficiário | 381 | 3 | 1 | 1 | 363 | | | | | 34 | 130 | |
| Montante pago | 46395,9 | 126,5 | 416,5 | 216,8 | 36962,3 | | | | | 1915,4 | 6758,4 | |
| **Mondim Basto** | | | | | | | | | | | | |
| N.º beneficiário | 747 | | | | 632 | | 5 | | | 436 | 213 | |
| Montante pago | 80685,2 | | | | 43009,5 | | 169,3 | | | 25954,1 | 11556,4 | |
| **Mesão Frio** | | | | | | | | | | | | |
| N.º beneficiário | 312 | 5 | | | | | | 312 | | | | |
| Montante pago | 21797,1 | 227,2 | | | | | | 21569,9 | | | | |
| **Peso da Régua** | | | | | | | | | | | | |
| N.º beneficiário | 608 | 77 | | | | 4 | | 568 | | | | |
| Montante pago | 48634,2 | 3004,8 | | | | 201,6 | | 45427,8 | | | | |
| **S.M Penaguião** | | | | | | | | | | | | |
| N.º beneficiário | 864 | 22 | | | | 2 | 1 | 855 | 1 | 1 | | |
| Montante pago | 63158,5 | 510,2 | | | | 14,6 | 157,4 | 62396,3 | 32,1 | 47,9 | | |
| **Vila Real** | | | | | | | | | | | | |
| N.º beneficiário | 1895 | 4 | 1 | | 1136 | 9 | | 481 | 3 | 734 | 312 | |
| Montante pago | 176771,3 | 149,9 | 478,7 | | 89796,3 | 545,0 | | 34982,9 | 135,0 | 34932,7 | 15750,8 | |
| **Total** | | | | | | | | | | | | |
| N.º beneficiário | 6039 | 115 | 3 | 1 | 3204 | 15 | 6 | 2216 | 9 | 1561 | 969 | 1 |
| Montante pago | 556965,9 | 4154,6 | 1672,5 | 216,8 | 253261,4 | 761,2 | 326,7 | 164376,9 | 540,9 | 78652,4 | 52973,1 | 33,5 |

Fonte: IFADAP

Unidade: Contos

**Grupo I –Diminuição dos efeitos poluentes da agriculturas**

Medida 2 – Luta química aconselhada

Medida 3 – Protecção integrada

Medida 5 – Agricultura biológica

**Grupo II – Extensificação e/ou manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais**

Medida 6 – Sistemas policulturais tradicionais

Medida 8 – Lameiros

Medida 9 – Sistemas forrageiros extensivos

Medida 12 – Vinha em socalcos da região demarcada do Douro

Medida 13 – Fruteiras de variedades regionais

Medida 18 – Apoio à de raças autóctones ameaçadas de extinção

**Grupo III – Conservação dos recursos e da paisagem rural**

Medida 21 – Manutenção de superfícies florestais complementares de explorações agrícolas

Medida 22 – Preservação de maciços de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones, integrantes de ecossistemas florestais de elevado interesse biológico.

apoios foram *os sistemas policulturais tradicionais* [210] (253261,4 contos - 45,5%), a

[210] A manutenção dos sistemas policulturais tradicionais associados à pecuária procura contrariar o despovoamento e contribuir para a preservação da paisagem. Para se poder recorrer a este tipo de ajudas os agricultores deverão explorar uma SAU igual ou superior a 1 hectare e a área destinada às culturas anuais, prados e pastagens superior à área de culturas permanentes. Na Serra do Marão estão abrangidos por esta medida os concelhos de Amarante, Baião, Marco de Canaveses, Mondim de Basto e Vila Real.

*vinha em socalcos da Região Demarcada do Douro*[211] (164376,9 contos - 29,5%) e *apoio à manutenção de raças autóctones*[212] (78652,4 contos - 14,1%).

Outras medidas subsidiadas foram os lameiros[213] (tendo sido apoiados investimentos nos concelhos de Peso da Régua, Sta Marta de Penaguião e Vila Real), sistemas forrageiros extensivos[214] e fruteiras de variedades regionais[215].

A ***conservação dos recursos e da paisagem rural*** agrupa um conjunto de medidas[216] que procuram travar o crescente abandono de determinadas áreas agrícolas e

---

211 Manutenção das formas tradicionais de exploração da vinha em socalcos da Região Demarcada do Douro.

212 A sua preservação é fundamental por razões que têm em conta a valorização e o aproveitamento de recursos forrageiros em regiões especialmente desfavorecidas e também o fomento da produção de carne de qualidade, típica destas raças. Todo o território continental está coberto por esta medida. O encabeçamento deverá ser inferior a 1,4 CN/ha de superfície forrageira e as fêmeas reprodutoras inscritas no Livro Genealógico ou Registo Zootécnico;

213 Tem como objectivo a preservação de prados espontâneos, com espécies diversificadas e típicas da região, regados pelo sistema tradicional de escorrimento superficial. São abrangidas por esta medida os concelhos da Serra do Marão pertencentes à Região Agrária de Trás-os-Montes. Os agricultores devem dispor de uma área mínima de lameiro de 0,5 ha, sistema de rega tradicional e um encabeçamento entre 0,3 e 1,4 CN/ha de superfície forrageira.

214 Visa a manutenção de pastagens naturais ou prados permanentes plurianuais. São condições de acesso dispor de uma área mínima de 0,5 ha de pastagens naturais ou prados permanentes, encabeçamento entre 0,15 e 1,4 CN/ha de superfície forrageira (em pastoreio directo), nos casos de pastagens em subcoberto de espécies florestais estas não podem ter uma densidade superior a 40 árvores/ha. Toda a Serra do Marão está abrangida por esta medida.

215 Esta medida visa contribuir para a manutenção dos pomares de fruteiras de variedades regionais, explorados em regime de sequeiro, que deverão ter uma área mínima de 0,3 ha ou constitui um núcleo mínimo de 30 árvores por exploração. Esta medida é extensível a todo o território continental.

216 *Manutenção de superfícies florestais abandonadas* - trata-se sobretudo de operações de controlo e ordenamento de matos. A área mínima elegível é de 5 ha contínuos de superfície florestal abandonada há mais de 10 anos. Para efeitos de concessão da ajuda, os beneficiários devem comprometer-se, durante o período de concessão das ajudas, a executar as operações silvícolas indispensáveis à manutenção dos povoamentos, constantes do plano de manutenção e a manter as superfícies limpas de quaisquer resíduos e lixos. A Serra do Marão não está abrangida por esta medida.

*Manutenção de superfícies florestais complementares de explorações agrícolas* - recuperação e manutenção de manchas florestais abandonadas complementares de explorações agrícolas, por forma a fornecer a cama dos gados e possibilitar o seu pastoreio. Poderão dispor deste tipo de ajudas os agricultores que beneficiem de ajudas no âmbito da medida sistemas policulturais tradicionais do Norte e Centro e disponham de uma área mínima de 0,5 ha de superfície florestal abandonada há mais de 10 anos. Na Serra do Marão, estão abrangidos os concelhos de Amarante, Baião, Marco de Canaveses, Mondim de Basto e Vila Real.

*Preservação de maciços de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones* - integrantes de ecossistemas de elevado interesse biológico, inseridos no espaço agrícola e vegetando em condições topográficas difíceis ou com problemas de degradação física. Cobre todo o território continental. Podem beneficiar desta medida os produtores individuais ou colectivos detentores de terra, com uma superfície florestal mínima de 0,5 há.

*Manutenção de terras agrícolas no interior de manchas florestais* - visa assegurar uma compartimentação do espaço que permita uma adequada defesa contra incêndios, que contribua para a

florestais, nomeadamente, através do controle de incêndios florestais e, consequentemente, da erosão e degradação da paisagem. Concentrou 9,5 % do investimento, mas só foram aprovados projectos no âmbito de duas das medidas preconizadas: *Preservação de maciços de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones* e a *manutenção de superfícies florestais complementares de explorações agrícolas.* Esta última foi a mais apoiada.

Segue-se-lhe o Grupo I - ***Diminuição dos efeitos poluentes da agricultura***[217] que procura incentivar os agricultores a utilizarem de uma forma mais racional os produtos químicos, a adoptarem métodos de luta alternativos contra pragas e doenças e promoverem sistemas de produção menos intensivos. Afectou apenas 1,1% das verbas desta medida. Beneficiou 119 agricultores, sobretudo da Região Demarcada do Douro, onde se tem vindo a utilizar de uma forma crescente produtos químicos. A maior parte das ajudas destinou-se à *luta química aconselhada* que procura motivar os agricultores a aderirem ao Sistema de Avisos [218], de modo a limitar o uso dos produtos fitosanitários aos períodos de maior risco, assim como a utilizar os produtos

---

preservação da paisagem e evite o despovoamento das áreas abrangidas. É elegível em todo o território nacional. As terras agrícolas deverão estar inseridas em superfícies florestais e terem uma área mínima de 0,5 ha.

*Manutenção de sistemas agrícolas tradicionais em zonas sensíveis do ponto de vista ambiental* - nos Planos Zonais previstos por esta medida só está concretizado o Programa Zonal de Castro Verde que tem dois objectivos: promover a conservação da natureza através da manutenção e melhoria qualitativa dos *habitats* de avifauna estepária; minimizar as perdas de rendimento agrícola decorrentes da adopção de técnicas de cultura e gestão compatíveis com a conservação da natureza.

[217] Das várias medidas elegíveis em todo o território nacional, não foi contemplada a acção de protecção das águas contra a poluição de origem agrícola.

[218] O Sistema de Avisos é um serviço nacional do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas que tem por finalidade a previsão das intervenções fitossanitárias, podendo deste modo indicar aos agricultores, a nível de cada Região, as datas mais oportunas e os produtos fitofarmacêuticos mais aconselháveis para combate dos inimigos das culturas. Para alguns inimigos,, dispõe-se de metodologia normalizada, para outros são seguidas metodologias segundo o conceito da protecção integrada e, para outros, são emitidas informações. Para receberem os Avisos os agricultores devem inscreverem-se na Direcção Regional de Agricultura correspondente à zona onde se encontra a sua exploração agrícola. O Reg. (CEE) 2078/92 veio possibilitar a atribuição de ajudas ao agricultor que adira ao serviço de Avisos e que exerça, nas suas culturas, a luta química aconselhada. O referido regulamento contempla as seguintes culturas: pomóideas, prunóideas, vinha, citrinos, oliveira e hortícolas.

homologados para cada tipo de cultura. Para beneficiar das ajudas previstas nesta medida, os beneficiários deverão explorar pelo menos 1 hectare de culturas para as quais exista Sistema de Avisos na região, frequentar uma acção de sensibilização em luta química aconselhada necessitarão de desenvolver uma exploração que deverá apresentar uma determinada densidade mínima que varia segundo o tipo de cultura permanente. A racionalização do uso dos produtos fitofarmacêuticos também é pretendida pela medida *protecção integrada*[219] que teve reduzida aplicabilidade na Serra do Marão. Apenas se registou uma adesão à *promoção da agricultura biológica*[220], o que evidencia talvez a falta de sensibilização dos agricultores para a produção de produtos isentos de químicos, cuja procura será crescente por parte de um segmento do mercado, disposto a pagar preços mais elevados por este tipo de produtos alimentares. A medida de produção integrada[221] não foi utilizada na Serra do Marão.

A ***formação profissional*** pretende favorecer a sensibilização e a formação dos agricultores em matéria de produção num sistema de agricultura sustentável. Inclui Acções de Formação e Projectos de Demonstração e destina-se a associações de agricultores e outras entidades de reconhecida competências. Teve, neste período,

---

[219] A **protecção integrada** procura limitar a aplicação dos produtos fitofarmacêuticos a situações em que os inimigos das culturas atingem o "nível económico de ataque", bem como utilizar pesticidas que preservam os organismos auxiliares que, naturalmente, contribuem para o combate às pragas e doenças. Entre as condições de acesso a esta ajuda os agricultores deverão dispor de uma área mínima de 1 hectare em fruticultura ou vinha, de 0,5 hectare em horticultura ao ar livre e de 0,1 hectare em culturas protegidas.

[220] Esta medida visa compatibilizar a actividade agrícola com a preservação do ambiente. Produção de alimentos de elevada qualidade nutritiva, sem resíduos de produtos químicos. Uma das condições de acesso a este apoio é possuir uma área mínima de 1hectare de fruticultura, vinha ou olival, 0,5 hectare de culturas anuais ao ar livre ou 0,1 hectare de culturas protegidas. As ajudas que serão pagas por cinco anos serão majoradas em 20% durante os dois primeiros anos de conversão para o modo de produção biológico, no caso das culturas anuais ou nos três primeiros anos, no caso das culturas perenes. Após o período de conversão referido, as ajudas são majoradas em 20% desde que os beneficiários se comprometam a transformar e/ou comercializar pelo menos 70% da produção biológica.

[221] *A produção integrada* apoia a utilização mínima de produtos químicos, privilegiando-se como meios de luta alternativos as práticas adoptadas na protecção integrada, conjugada com a adopção de uma correcta utilização de adubos e de outros factores de produção e de adequadas técnicas culturais. Poderão beneficiar desta ajuda os agricultores que possuam pelo menos 1 hectare de pomóideas, com uma densidade mínima de 150 árvores/ ha

reduzida expressão, verificando-se que, apenas em Mondim de Basto, houve um beneficiário das *acções de formação complementar e estágios*, tendo sido pagos 275 contos.

O número de beneficiários das medidas agro-ambientais, em 1997[222], cifrou-se em 6039, tendo ascendido a 556965,9 contos o montante das ajudas. Se, em Mesão Frio, o apoio financeiro por beneficiário foi de 69,6 contos, já em Marco de Canaveses, foi de cerca de 122 contos.

Os concelhos com maior número de projectos aprovados ao abrigo deste regulamento comunitário foram Vila Real, Sta Marta de Penaguião e Mondim de Basto. Em todos os concelhos, a maior parte dos apoios destinaram-se à *manutenção dos sistemas policulturais tradicionais*, *ao apoio às raças autóctones* e à *manutenção das superfícies florestais complementares das explorações agrícolas*.

Em Vila Real, a heterogeneidade dos sistemas de produção evidencia-se através de apoios mais diversificados, embora tenham sido as medidas de apoio aos sistemas de produção tradicionais (medida 6 e medida 12) que mereceram maior apoio (417638,3 contos), seguindo-se os subsídios à *manutenção de raças autóctones* e à *manutenção das superfícies florestais complementares das explorações agrícolas*.

Nos restantes concelhos, mais de 90% dos montantes pagos em 1997 destinaram-se à *manutenção de vinha em socalcos na Região Demarcada do Douro*, embora também tenham sido aprovados projectos ao abrigo da *luta química aconselhada*.

Conclui-se que a maior parte dos recursos afectados às medidas agro-ambientais se destinaram à extensificação e/ou manutenção de sistemas agrícolas

222 Só a partir deste ano se iniciou o apuramento com base no concelho.

tradicionais. Estes, embora possam ter reflexos positivos sobre o ambiente, têm sido, sobretudo, uma forma de apoiar o rendimento dos agricultores. A implementação das medidas agro-ambientais poderão, efectivamente, contribuir para uma diminuição dos efeitos poluentes da agricultura, redução dos custos de produção (através do uso racional dos produtos químicos), para a promoção de um segmento do mercado com boas perspectivas de expansão - a agricultura biológica. Mas é fundamental avaliar o seu impacte ambiental - manutenção da biodiversidade faunística e florística, coabitação homem - animais selvagens, qualidade da água. Incentivar a utilização de práticas respeitadoras da natureza é um serviço em prol da sustentabilidade dos espaços rurais de montanha.

Compreender o alcance das medidas agro-ambientais implica ter em atenção a atitude do Estado face a este tipo de medidas por um lado e, por outro, a aderência dos agricultores e dos actores sociais intermédios. O impacto destas medidas pode ser analisado em função do número de explorações abrangidas e o perímetro de aplicação face à superfície total passível de beneficiar deste tipo de intervenção. Também seria importante avaliar os efeitos sobre as próprias explorações, ao nível do tipo de produção, contributo para os rendimentos do agregado familiar.

Em síntese, pode considerar-se positiva a adesão dos agricultores aos incentivos, mas não é possível evidenciar as diferenciações existentes na Serra do Marão, aspecto fundamental em termos de avaliação da implementação das medidas da PAC. Refira-se, contudo, que esta não é a única limitação. A necessidade de se dispor de cadastro geométrico é fundamental para uma gestão mais eficaz dos fundos de apoio ao desenvolvimento agrícola e rural. Por exemplo, o apoio na agricultura biológica é uma aposta com futuro, desde que se assegure a efectiva qualidade dos produtos. Todavia que vantagens haverá para um agricultor optar por esta prática, se a sua exploração sofre

constantemente as agressões externas por parte das explorações agrícolas produtivistas que a envolvem?

Os investimentos sectoriais na agricultura e na floresta serão sempre fundamentais, mas não necessariamente suficientes, num contexto de sustentabilidade do mundo rural. Por isso, importa equacionar que tipo de agricultura e de floresta em função das potencialidades e especificidades dos territórios numa perspectiva de diversificação de actividades.

## 2.3 – A política regional e o desenvolvimento rural

No I QCA foram estabelecidos cinco Programas Operacionais para a Região Norte. Os que directamente intervieram sobre a área da Serra do Marão foram o Programa Operacional da Região Norte (PRORN) e o Programa Operacional Regional de Trás-os-Montes e Alto Douro (PROTAD). Estes dois programas operacionais justificaram cerca de 41% do investimento realizado na Região Norte (cerca de 54,4% do total de projectos). Para cada um destes instrumentos de política regional, importa descrever o seu "perfil", a partir da identificação dos seus domínios de intervenção, da sua relação com a área da actuação dos principais agentes envolvidos. Estes programas operacionais regionais foram estruturados em cinco subprogramas com comparticipação comunitária: infra-estruturas, apoio à actividade produtiva e serviços às PME's, execução e acompanhamento (apoiados pelo FEDER), recursos humanos e formação profissional (financiados pelo FSE) e o programa sobre desenvolvimento rural e agrícola (apoiado pelo FEOGA)[223].

No PROTAD, foi, sobretudo, valorizado o reforço de acessibilidades, de dotação de infra-estruturas de saneamento básico e infra-estruturas de turismo e tempos livres, pois a estes três tipos de acções foram afectos 86% do investimento total elegível aprovado. A distribuição espacial do investimento evidencia desigualdades. Se o investimento *per capita* foi de 39,6 contos, na Terra Quente Transmontana, cifrou-se apenas em 12,1 contos, no Vale do Douro Superior[224]. No domínio do desenvolvimento

---

[223] Utilizou-se a terminologia adoptada no Relatório Final de Avaliação dos Programas Operacionais Regionais da Região Norte, CEDRU, 1995.

[224] A repartição do investimento elegível por concelho evidencia ainda diferenciações mais acentuadas. As acções foram agrupadas segundo a "tipologia intermédia" definida no âmbito do Observatório do QCA.

rural e agrícola, foram realizados 18 projectos com um investimento de 131 408 milhares de contos, o que representa apenas 1% do investimento realizado. Tratou-se, fundamentalmente, de acções de publicidade, actividades de promoção regional, publicações com impactes no desenvolvimento.

No PRORN, foi, sobretudo, valorizada a dotação com infra-estruturas de saneamento básico, seguindo-se o reforço das acessibilidades e as infra-estruturas de turismo e tempos livres. No domínio rural e agrícola, foi executado um maior número de projectos do que na área coberta pelo PROTAD, embora correspondesse um menor investimento. As acções foram, essencialmente, dirigidas para a publicidade e promoção regional.

Nos oito concelhos que integram a Serra do Marão, o investimento elegível aprovado ascendeu a 3 561 031 contos (Quadro CXLVIII). Os investimentos *per capita* mais elevados verificaram-se em Sta. Marta de Penaguião (77,5 contos), Mesão Frio (52,5 contos) e Mondim de Basto (46,7 contos), enquanto que, em Amarante, Baião e Marco de Canaveses, foram inferiores a 10 contos.

As acessibilidades constituíram o mais importante domínio de intervenção já que representaram 36,6% do total de investimento elegível aprovado. Todos os concelhos realizaram investimentos nesta medida, embora existam grandes diferenças entre eles. Se o concelho de Sta Marta de Penaguião investiu apenas 9% em acessibilidades, Mesão Frio e Vila Real afectaram, pelo menos, 50% das verbas aprovadas no âmbito do PROTAD. Tratou-se, fundamentalmente, de projectos de construção ou de beneficiação de estradas municipais (12 projectos – 522 349 contos) e construção de variantes aos principais centros da rede urbana sub-regional (2 projectos – 631 453 contos), o que diminuiu os tempos de deslocação no interior da área e melhorou as condições de acesso à rede principal.

## Quadro CXLVIII
## Repartição do investimento elegível aprovado por concelhono âmbito do PRORN e PROTAD

| | Total de investimento elegível aprovado | População 1991 | Investimento *Per capita* |
|---|---|---|---|
| **PRORN** | | | |
| **Amarante** | 421202 | 56092 | 7,5 |
| **Baião** | 137574 | 22456 | 6,1 |
| **Marco de Canaveses** | 276042 | 48133 | 5,7 |
| **Mondim de Basto** | 444106 | 9518 | 46,7 |
| **PROTAD** | | | |
| **Mesão Frio** | 289818 | 5519 | 52,5 |
| **Peso da Régua** | 699125 | 21567 | 32,4 |
| **S.ta Marta de Penaguião** | 579580 | 7478 | 77,5 |
| **Vila Real** | 713584 | 46300 | 15,4 |
| **TOTAL** | 3561031 | 217063 | 16,4 |

Fonte :CCRN Unidade: Contos

No domínio das infra-estruturas de saneamento básico, o investimento ascendeu a 924 826 contos (26% do total do investimento aprovado). Em Baião e Vila Real, não foram realizados projectos neste domínio, mas, em Sta. Marta de Penaguião, o investimento ascendeu a 89% do total.

Um outro domínio importante foi o das infra-estruturas de turismo e tempos livres (885 821 contos- 24,9% do total do investimento aprovado). Neste âmbito, não foram aprovados projectos nos concelhos de Mesão Frio, Sta Marta de Penaguião e Vila Real. Nos restantes concelhos, mais de 30% das verbas do PROTAD e PRORN de cada concelho foi afecto a este domínio.

Foram aprovados oito projectos respeitantes a equipamentos culturais, recreativos e desportivos, o que aumentou e diversificou a oferta existente e contribuiu para a valorização dos centros urbanos.

Os outros domínios dos programas operacionais tiveram pouca representatividade. No entanto, importa realçar que ao domínio rural e agrícola só se destinou 1,1% do investimento total realizado e apenas, os concelhos de Amarante, Baião e Vila Real apresentaram projectos neste âmbito (Quadro CXLIX, anexo B). As acções desenvolvidas contribuíram para a promoção do turismo rural, do artesanato e dos produtos regionais. Também apoiaram entidades, nomeadamente os GAL (Grupos de Acção Local), ligados à promoção do desenvolvimento rural.

Verifica-se que os projectos executados contribuíram para a melhoria das condições de vida da população, através da rede de infraestruturas de saneamento básico, acessibilidades, aumento e diversificação dos equipamentos colectivos.

No caso do sub-programa *acções no domínio rural e agrícola,* houve articulação indirecta com um projecto de valorização/diversificação da raça Maronês, levado a cabo no âmbito do PROTAD, uma vez que a entidade promotora do projecto – Associação de Criadores de Maronês - é sediada em Vila Real, mas tem associados na área do PRORN. A Probasto e a Agência de Desenvolvimento do Baixo Tâmega também beneficiaram de apoio do PRORN, no sentido do desenvolvimento das potencialidades locais e valorização dos recursos humanos. Os projectos por elas apresentados foram considerados de carácter intermunicipal. As acções foram dirigidas para a promoção turística, promoção de valores culturais e artesanais, valorização da comercialização dos produtos locais e regionais, pelo que contribuíram para a valorização do mundo rural.

As acções de infra-estruturas de apoio à produção tiveram pouca expressão com apenas três projectos no concelho de Vila Real, com um investimento de 280 052 contos e que se relacionaram com a segunda fase do loteamento industrial e o reforço técnico de associações empresariais e sectoriais de apoio ao investimento. O aumento de

serviço de apoio às PME's consistiu na informação e apoio técnico à elaboração de projectos ou de estudos de viabilidade económica, com o objectivo de constituírem candidaturas a vários sistemas de incentivo. Os objectivos intermédios, implícitos neste domínio de intervenção, centraram-se em duas vertentes: valorização e promoção do turismo e dos produtos regionais[225], por um lado, e divulgação e valorização do parque natural do Alvão, por outro.

Apontam-se como principais impactos das acções no domínio rural e agrícola: a preservação e divulgação do gado ovino e bovino de raça autóctone; a promoção das potencialidades turísticas da região e seus produtos; a divulgação e preservação dos parques naturais; o reforço de actividades de entidades ligadas à promoção do mundo rural (CEDRU, 1995). Note-se, todavia que todas estas acções foram insuficientes para alterar de uma forma significativa a dinâmica demográfica e os estrangulamentos em termos de emprego.

No PRORN e no PROTAD, verificou-se complementaridade entre medidas e materiais protagonizadas pelos domínios de intervenção, *serviços de apoio à produção*, acção de valorização dos recursos humanos e acções no domínio rural e agrícola. É nestes domínios que se regista o maior número de projectos promovidos por entidades de carácter inter-institucional, cuja acção se repercute a um nível supramunicipal. (CEDRU, 1995). Segundo este mesmo relatório, as potencialidades turísticas da região e o reconhecimento da universidade de as promover poderiam, talvez, ter provocado um maior incremento deste tipo de acções, como de resto aconteceu com o subprograma 4, que, tendo como objectivo o desenvolvimento rural e agrícola, apostou, acima de tudo, em projectos de valorização turística daquele território, mesmo quando se trataram de

[225] Reforço de criadores de gado, concursos de gado.

projectos de promoção de produtos alimentares e/ou vinhos, o que, afinal, pode bem representar uma boa articulação entre promoção turística, desenvolvimento rural e desenvolvimento agrícola.

No âmbito do II QCA e ao abrigo do PRONORTE, nos oito concelhos onde está integrada a Serra do Marão, foram aprovados 72 projectos (Quadro CL)[226]. Verifica-se que a maior parte dos projectos refere-se a investimentos na infra-estruturação e equipamentos nas áreas urbanas dos municípios, embora também se tenha efectuado a reabilitação de troços de rede viária nacional e municipal.

**Quadro CL**
**PRONORTE: Nº de projectos e investimentos por subprograma**

| | N.º de projectos | | | | Investimento Esc. | Nº de Trabalhadores | | N.º de projectos por ano de candidatura | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Total | Subprog. A | Subprog. B | Subprog. C | Total | Efectivos | Temporários | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 |
| **AMARANTE** | 14 | 7 | 3 | 4 | 1.564.636.155 | 24 | 294 | 2 | 1 | 9 | 2 | 0 |
| **BAIÃO** | 8 | 5 | 1 | 2 | 525.381.097 | 18 | 57 | 2 | 1 | 1 | 4 | 0 |
| **M. CANAVESES** | 6 | | | | 715.734.000 | 6 | 80 | | | | | |
| **MESÃO FRIO** | 4 | 3 | 1 | 0 | 374.419.800 | 0 | 40 | 1 | 2 | 1 | 0 | 0 |
| **MONDIM BASTO** | 4 | 2 | 2 | 0 | | | | 2 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| **PESO DA RÉGUA** | 8 | 4 | 1 | 3 | 813.387.800 | 2 | 60 | 4 | 1 | 2 | 1 | 0 |
| **SMPENAGUIÃO** | 3 | 3 | 0 | 0 | 293.151.120 | 3 | 25 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| **VILA REAL** | 25 | 6 | 7 | 12 | 2.840.110.886 | 26 | 243 | 8 | 6 | 8 | 2 | 0 |
| **Total** | 72 | 33 | 15 | 36 | 7.126.571.908 | 79 | 799 | 20 | 12 | 24 | 9 | 0 |
| **Total da região Norte** | **957** | | | | **122.473.545.553** | **13.498** | **15.929** | | | | | |

Fonte:CCRN, 1998

Estas acções são fundamentais no reforço das acessibilidades que é um factor com influência no desenvolvimento de toda esta área montanhosa.

Os problemas do mundo rural também estão contemplados no PPDR, que é uma iniciativa nacional que visa a coesão sócio-económica do país. Esta intervenção operacional reconhece a especificidade do rural como um território e cria, assim, a

226 Projectos aprovados até 30 de Maio de 1998.

necessidade de, a par das medidas e instrumentos de acção definidos no âmbito da política nacional serem criadas novas formas de intervenção específica para o "território rural", mas que contenham suficiente flexibilidade para se adaptarem a uma gestão descentralizada, orientada para as especificidades de cada região. Apoia o desenvolvimento dos espaços rurais numa dupla abordagem: no âmbito do desenvolvimento rural e local e no âmbito do desenvolvimento regional. Tem como objectivos explorar as potencialidades da dimensão local dos mercados internos, como elemento decisivo no combate ao desemprego em áreas rurais e urbanas, no reforço da base empresarial regional e local, na promoção do ambiente, na melhoria da qualidade de vida e na correcção das assimetrias regionais, através de: apoio a iniciativas de desenvolvimento local, reforço da base empresarial das regiões do interior e dos serviços de proximidade baseados em micro e pequenas empresas, apoio a acções estratégicas correctoras das condições estruturais de desenvolvimento regional. Esta Intervenção Operacional é constituída por três subprogramas:

O Subprograma 1 - *Iniciativas de desenvolvimento local* - tem como objectivos a valorização da base produtiva e dos bens patrimoniais, a criação de emprego/manutenção da população activa, o aumento dos níveis de rendimento das populações rurais e a melhoria do quadro de vida, a reanimação do tecido social. É composto pelas seguintes medidas: *Acções de valorização das produções tradicionais* (que apoia acções no âmbito da adaptação e introdução de melhores tecnologias nos processos de produção tradicionais; certificação de produtos tradicionais; apoios à criação de redes para o seu escoamento; preparação de propostas de regulamentação da actividade das empresas artesanais ligadas às artes e ofícios tradicionais, lançamento de acções piloto de demonstração); *Apoio a Agentes e Associações de Desenvolvimento Local* (destinado a associações e agentes de desenvolvimento vocacionados para a

assistência técnica e dinamização do desenvolvimento rural e o apoio em consultoria com vista ao arranque e consolidação de projectos de desenvolvimento rural); *Apoio ao desenvolvimento económico em núcleos rurais* que será feito através da recuperação e dinamização de "Centros Rurais" os quais têm três objectivos principais: apoiar intervenções nos núcleos populacionais, em projectos globais (conjunto da aldeia), parciais (núcleos de interesse dentro da aldeia) ou mesmo pontuais (elementos isolados de valor ou de interesse para utilização comunitária); melhorar o bem estar dos agricultores; explorar ordenada e sustentável os recursos naturais renováveis da caça, da pesca e outros produtos silvestres; incentivar pequenos investimentos na agricultura no sentido de reforçar o carácter multifuncional do sector e a sua capacidade de articulação com outras actividades. Estas acções são complementadas no quadro da medida *Acções de desenvolvimento rural* deste mesmo subprograma, que apoia a dinamização económica de núcleos habitacionais rurais, através de melhoria das infra-estruturas básicas e da animação das actividades produtivas; a recuperação das aldeias históricas, através de uma acção-piloto de apoio a projectos integrados de recuperação de um pequeno conjunto de aldeias de elevado valor patrimonial.

Assim, a acção de apoio ao desenvolvimento de Centros Rurais é uma experiência piloto de revitalização económica a efectuar mediante a execução de um Plano Global de Intervenção (PGI) cuja elaboração é da responsabilidade de uma Associação de Desenvolvimento Local (ADL)[227]. Os PGI são compostos por uma componente imperativa e uma componente indicativa. Na primeira, são incluídos investimentos de tipo público que deverão, desde logo, estar claramente identificados,

[227] Os financiamentos provêm do FEDER e do FEOGA. Serão prioritariamente afectados às verbas FEOGA os projectos que tenham lugar fora dos perímetros urbanos dos Centros Rurais. As candidaturas apresentadas pelas Autarquias e projectos enquadrados dentro dos perímetros urbanos dos Centros Rurais serão, preferencialmente, comparticipados pelo FEDER.

estreitamente associados às acções que venham a ser desenvolvidas no âmbito da componente indicativa[228]. Na componente indicativa, são apoiados projectos de índole privada que têm de se enquadrar nos sistemas de incentivos em vigor. Os apoios são concedidos aos seguintes tipos de acções: infra-estruturas públicas, recuperação de património edificado, dinamização sócio-económica e promoção, projectos agrícolas de iniciativa privada.

Dos 13 Centros Rurais da Região Norte um deles - Ribadouro - está integrado parcialmente na Serra do Marão (Quadro CLI). Este contempla as freguesias de Sta Leocádia e Ribadouro (Concelho de Baião), Paços de Gaiolo (concelho de Marco de Canaveses), Oliveira do Douro e S. Cristovão de Nogueira (concelho de Cinfães).

**Quadro CLI**
**Número de projectos e investimento aprovado nos Centros Rurais da Região Norte*.**

| Centro Rural | Nº projectos | | % de projectos iniciados | Inv. elegível aprovado | Taxa de realização (%) |
|---|---|---|---|---|---|
| | Aprovados | Iniciados | | | |
| Encosta Mixões da Serra | 6 | 0 | 0 | 74 679 612 | 0 |
| Encostas do Tâmega | 10 | 1 | 10 | 82 394 277 | 1 |
| Freixo de Numão | 11 | 0 | 0 | 86 225 000 | 0 |
| Macedo/Mirandela | 15 | 9 | 60 | 86 319 250 | 41 |
| Montesinho | 13 | 2 | 15 | 31 396 520 | 37 |
| Planalto Mirandês | 3 | 0 | 0 | 8 531 000 | 0 |
| Portas de Freita | 9 | 8 | 89 | 65 510 000 | 36 |
| Rabaçal | 6 | 4 | 67 | 56 084 160 | 54 |
| Ribadouro | 3 | 0 | 0 | 146 295 000 | 0 |
| S. Martinho das Chãs | 20 | 2 | 10 | 71 000 000 | 2 |
| Salto | 6 | 1 | 17 | 57 600 000 | 9 |
| Soajo-Lindoso | 3 | 0 | 0 | 12 967 000 | 0 |
| Vilariça | 31 | 13 | 42 | 145 745 698 | 13 |
| Total | 142 | 40 | 28 | 924 747 517 | 14 |

Fonte:CCRN Unidade:escudos

***Refere-se à reunião da unidade de gestão de 22 de Abril de 1998.**

[228] Nesta componente deverão igualmente ser incluídos os projectos relativos ao Sistema de Incentivos a Pequenos Investimentos na Agricultura (SIPIA)

Assim, apenas duas das freguesias da Serra do Marão estão integradas num Centro Rural. A gestão do Centro Rural de Ribadouro[229] é feita pela Dólmen, em parceria com a Adesco[230] O Plano Global de Intervenção do Centro Rural de Ribadouro prevê 29 projectos dos quais 14 se referem às freguesias de Ribadouro e Sta. Leocádia (Quadro CLII).

No âmbito das infra-estruturas de lazer, estão previstos 3 projectos que representam um investimento de 42 800 000 escudos. Também se registaram intervenções ao nível das infra-estruturas de saneamento (distribuição de água e saneamento) e infra-estruturas rodoviárias (alargamento e pavimentação de vias). A valorização da calçada romana e pré-romana também é objecto de actuação ao abrigo deste instrumento.

As acções previstas terão reflexos positivos na valorização ambiental e, consequentemente, na qualidade de vida das populações. As acções referidas, assim como outras que não se abordam aqui [231], têm como objectivos criar empregos que permitam fixar a população na região, gerar investimentos e riqueza nas actividades tradicionais e em todas aquelas que contribuam para diversificar a base económica regional, reforçar as acessibilidades para aumentar a viabilidade das actividades económicas, preservar e valorizar o valor patrimonial da região através de múltiplas vertentes. No entanto, embora se considere que elas têm reflexos positivos, é necessário continuar a apoiar acções locais capazes de valorizar as especificidades e, assim, contribuir para o desenvolvimento deste espaço serrano.

---

229 Integra-se no subprograma 1 (Iniciativas de desenvolvimento local) do Programa operacional para a promoção do potencial de desenvolvimento regional (PPDR).

230 Associação para o desenvolvimento Comunitário de Amarante.

231 Destacamos o Prodouro ( criado pela Resolução do Conselho de Ministros nº32/95 aprovada em 23 de Março e publicada no Diário da República, I-B, em 7 de Abril de 1995 e que tem uma duração de cinco anos) e as iniciativas locais de emprego.

**Quadro CLII**
**Centro rural de Ribadouro: Investimentos previstos no Plano Global de Intervenção**

| | Medida | Tipo de projecto | Valor | Fundo de financiamento comunitário |
|---|---|---|---|---|
| Ribadouro | 1.2 –Infra – estruturas de lazer | N.º 5 - Arranjos urbanísticos junto do cais náutico | 40.000.000 | FEDER |
| | | N.º 6 - Arranjos urbanísticos em Ribadouro | 1.000.000 | FEDER |
| | | N.º 7 - Parque de Merendas | 1.800.000 | FEOGA |
| | 1.3- Infra – estruturas rodoviárias | Nº8- Pavimentação na área envolvente à estação de Mosteirô | 4.000.000 | FEDER |
| | | N.º 10 - Alargamento do caminho da Rua de Portomanso | 2.500.000 | FEOGA |
| | | N.º 12 - Pavimentação da área envolvente à capela de S. Gonçalo – Ribadouro | 1.000.000 | FEOGA |
| | 1.5-Infra – estruturas de saneamento | N.º 17 - Distribuição de água a Ribadouro | 7.000.000 | FEDER |
| | | N.º 18 - Saneamento em Ribadouro | 15.000.000 | FEDER |
| | | N.º 19 - Saneamento do lugar do Cabo | 2.000.000 | FEDER |
| | | N.º 20 - Fontanário e captação de água em Ribadouro | 100.000 | FEOGA |
| | 2.0.3- Recuperação do património edificado | N.º 23 - Valorização da zona envolvente da calcada Romana e Pré-romana | 2.000.000 | FEDER |
| Sta. Leocadea | 1.3- Infra-estruturas rodoviárias | N.º 9 - pavimentação do acesso à Alagoa até à ponte com ligação à freguesia de Paredes de Viadores | 1.000.000 | FEOGA |
| | | N.º 11 - Acesso ao lugar de Roupeira | 1.500.000 | FEOGA |
| | | N.º 13 - Pavimentação do estradão de Roupeira à Alagoa | 7.000.000 | FEOGA |
| | | | | |

Fonte: Plano Global de Intervenção, Dólmen Unidade: Esc.

O Subprograma 2 - *Incentivos Regionais e locais* - procura contribuir para a criação de emprego e para a melhoria da qualidade de vida em meios urbanos e rurais, através do fomento de pequenas iniciativas de investimento, em especial no domínio dos serviços de base local e proximidade e, ainda, contribuir para o desenvolvimento endógeno das regiões desfavorecidas, aumentando a competividade regional, apoiando a

criação de empregos e a consequente fixação das populações, bem como a diversificação na produção de bens e serviços. Este subprograma concretizar-se-á através de duas medidas: *Apoios à criação de emprego* (Medida 1) e *Apoios ao Investimento* (Medida 2). Atendendo ao *déficit* de espírito empresarial e à falta de alternativas de emprego, importa avaliar a incidência destas duas medidas na Serra do Marão.

A medida 1 é suportada pelo *Regime de Incentivos às Micro-empresas* (RIME), cujo regulamento de aplicação foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº154/96 de 17 de Setembro. Esta intervenção destina-se a conceder apoios financeiros a pequenos investimentos de iniciativa privada[232], geradores de emprego, por parte de micro e pequenas empresas a criar ou em actividade, abrangendo todas as actividades dos sectores secundário e terciário. Para além de apoiar a criação directa de postos de trabalho, visa a dinamização económica e social das regiões menos desenvolvidas, contribuindo para a fixação das populações, nomeadamente jovens, nas regiões em despovoamento. Esta medida destina-se a todo o território nacional; no entanto, foram definidas regiões de intervenção prioritária[233]. Embora esta intervenção abranja todas as actividades dos sectores secundário e terciário, são consideradas prioritárias as seguintes: serviços de base local e de proximidade, artesanato, turismo em

---

232 O custo dos projectos de investimento abrangidos por este regime não podem exceder 20 000 contos, podendo candidatar-se empresas até nove trabalhadores que revistam a forma de empresário em nome individual, estabelecimento individual de responsabilidade limitada, sociedade comercial (com menos de 49 trabalhadores) e entidades sem fins lucrativos operando na área dos serviços de apoio social (neste caso são elegíveis projectos com um custo até 75 000 contos). Os incentivos referidos são concedidos sob a forma de subsídios a fundo perdido. No caso de se destinarem a investimento correspondem a 40% do investimento elegível, se forem para a criação de emprego são iguais a 12 vezes a remuneração mínima nacional garantida por lei por cada novo posto de trabalho criado e preenchido em resultado do projecto. No caso de o posto de trabalho ser preenchido por desempregados, jovens à procura do primeiro emprego ou por deficientes, o subsídio individual é igual a 18 vezes a remuneração mínima nacional. No caso de se tratar de mulheres este subsídio será majorado em mais de 20% do valor acima referido. Nos incentivos ao investimento são atribuídas majorações de acordo com a natureza do promotor e com o facto de terem actividades ou localizações consideradas prioritárias, variando a taxa de ajuda de 50% a 70%.

233 O despacho 64/97 contempla as regiões prioritárias no âmbito da NUTII do Alentejo e de Lisboa e Vale do Tejo; o Despacho 9156/97 de 14 de Outubro classifica como prioritários alguns concelhos.

espaço rural, turismo natureza, turismo em áreas protegidas, empreendimentos e actividades de animação turística complementares; comércio ligado a artes ou ofícios tradicionais e lojas de tradição[234]. De acordo com o regulamento do RIME, estão abrangidas as actividades de indústria e comércio que utilizam produtos agrícolas e silvícolas, independentemente de serem ou não destinados à alimentação.

O RIME gerou um volume de emprego reduzido - apenas 79 postos de trabalho, a maior parte dos quais foram criados em Vila Real. Até 31 de Março de 1998, foram aprovados 31 projectos, mais de metade dos quais se localizaram no concelho de Vila Real (Quadro CLIII). Sta. Marta de Penaguião e Mesão Frio apresentaram fraco dinamismo empresarial, pois foi reduzido o número de projectos aprovados, assim como o investimento e postos de trabalho criados. A actividade comercial registou o maior número de comparticipações. Apenas em Sta Marta de Penaguião e em Vila Real, este instrumento foi utilizado para a criação do próprio emprego.

A medida 2 do subprograma *incentivos regionais e locais* concretiza-se através de duas acções. A primeira destina-se à concessão de apoios ao investimento do citado regime e a segunda, ao lançamento de um Sistema de Incentivos Regionais (SIR)[235] vocacionado para o desenvolvimento endógeno das regiões do interior ou litoral menos desenvolvido. O SIR tem como objectivo principal fomentar projectos de investimento que visem a criação e a modernização de pequenas e médias empresas, em qualquer sector de actividade, e que contribuam para o reforço da base económica das regiões. Assim, este sistema de incentivos abrange projectos de investimento entre 20

---

234 Em Dezembro de 1996, a Direcção Geral de Desenvolvimento Rural (DGD Rural) celebrou um protocolo com a Direcção Geral de Desenvolvimento Regional (DGDR) e o Gestor do PPDR, que tem como objectivo principal a candidatura ao RIME dos projectos agrícolas e silvícolas

235 O SIR foi criado pelo Dec-Lei n.° 193/94, DRn°165,I Série A, de 19 de Julho e cujo regulamento de aplicação foi aprovado em Conselho de Ministros n°67/94, DR n°185,I Série B, de 11 de Agosto.

mil e 100 mil contos em actividades como a indústria, o artesanato, o comércio, o turismo, os serviços prestados às empresas e a transferência de indústrias de zonas

**Quadro CLIII**
**Projectos aprovados no âmbito do RIME**

| Concelhos | Número de comparticipações | | | | | | Postos de trab criados | Investi-Mento | Incentivos e prémios (esc) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Total | Sector de Actividade | | | | Investi-mento Total (esc) | | | Postos de Trabalho | À criação do próprio emprego | Total |
| | | Comércio | Indústria | Turismo | Serviços | | | | | | |
| **Amarante** | **3** | **2** | **0** | **0** | **1** | **45373776** | **6** | **18414614** | **7246260** | **0** | **25660874** |
| Até 30/9/97 | 0 | | | | | | | | | | |
| 1/10/97 a 30/11/97 | 0 | | | | | | | | | | |
| 1/1/98 a 31/3/98 | 3 | 2 | | | 1 | 45373776 | 6 | 18414614 | 7246260 | | 25660874 |
| **Baião** | **2** | **1** | **1** | **0** | **0** | **21176879** | **8** | **3296909** | **10778036** | **0** | **14074945** |
| Até 30/9/97 | 0 | | | | | | | | | | |
| 1/10/97 a 30/11/97 | 0 | | | | | | | | | | |
| 1/1/98 a 31/3/98 | 2 | 1 | 1 | | | 21176879 | 8 | 3296909 | 10778036 | | 14074945 |
| **Marco Canaveses** | **3** | **3** | **0** | **0** | **0** | **45826195** | **5** | **22271592** | **5919480** | **0** | **27591072** |
| Até 30/9/97 | 0 | | | | | | | | | | |
| 1/10/97 a 30/11/97 | 1 | 1 | | | | 9615000 | 1 | 4490000 | 1224720 | | 5714720 |
| 1/1/98 a 31/3/98 | 2 | 2 | | | | 36211195 | 4 | 17781592 | 4694760 | | 21876352 |
| **Mesão Frio** | **2** | **2** | **0** | **0** | **0** | **35343105** | **3** | **17149053** | **3674160** | **0** | **20823213** |
| Até 30/9/97 | 0 | | | | | | | | | | |
| 1/10/97 a 30/11/97 | 0 | | | | | | | | | | |
| 1/1/98 a 31/3/98 | 2 | 2 | | | | 35343105 | 3 | 17149053 | 3674160 | | 20823213 |
| **Peso da Régua** | **3** | **1** | **0** | **2** | **0** | **48650974** | **5** | **22204772** | **5837832** | **0** | **28042604** |
| Até 30/9/97 | 0 | | | | | | | | | | |
| 1/10/97 a 30/11/97 | 1 | | | 1 | | 14176411 | 2 | 7238206 | 2245320 | | 9483526 |
| 1/1/98 a 31/3/98 | 2 | 1 | | 1 | | 34474563 | 3 | 14966566 | 3592512 | | 18559078 |
| **Sta Marta de Penaguião** | **1** | **1** | **0** | **0** | **0** | **4302798** | **2** | **491322** | **2918916** | **852560** | **4262798** |
| Até 30/9/97 | 1 | 1 | | | | 4302798 | 2 | 491322 | 2918916 | 852560 | 4262798 |
| 1/10/97 a 30/11/97 | 0 | | | | | | | | | | |
| 1/1/98 a 31/3/98 | 0 | | | | | | | | | | |
| **Vila Real** | **17** | **9** | **1** | **2** | **5** | **210599009** | **50** | **85884105** | **57772764** | **5707340** | **136790206** |
| Até 30/9/97 | 8 | 4 | 1 | | 3 | 121431859 | 29 | 49210589 | 30767688 | | 67404274 |
| 1/10/97 a 30/11/97 | 1 | 1 | | | | 2545688 | 1 | 297942 | 1714608 | | 2012550 |
| 1/1/98 a 31/3/98 | 8 | 4 | | 2 | 2 | 86621462 | 20 | 36375574 | 25290468 | 5707340 | 67373382 |
| **Total** | **31** | **19** | **2** | **4** | **6** | **411272736** | **79** | **169712367** | **94147448** | **6559900** | **257245712** |
| Até 30/9/97 | 9 | 5 | 1 | 0 | 3 | 125734657 | 31 | 49701911 | 33686604 | 852560 | 71667072 |
| 1/10/97 a 30/11/97 | 3 | 2 | 0 | 1 | 0 | 26337099 | 4 | 12026148 | 5184648 | 0 | 17210796 |
| 1/1/98 a 31/3/98 | 19 | 12 | 1 | 3 | 3 | 259200980 | 44 | 107984308 | 55276196 | 5707340 | 168367844 |

Fonte: Diário da República (Aviso n.º 9569/98 (2ª série); Aviso n.º 1838/98(2ª série); Aviso n.º 10824/97 (2ª série)

congestionadas. Procura contribuir para o desenvolvimento equilibrado das regiões, incentivando o seu potencial de desenvolvimento, para a criação de emprego e fixação das populações; para a modernização e expansão do comércio, diversificação da produção industrial, do artesanato e dos serviços locais e regionais.

A maior parte dos projectos SIR aprovados[236] nos oito concelhos em análise relacionam-se com a indústria transformadora e o comércio, tendo sido criados 588 postos de trabalho (Quadro CLIV). O sector do turismo em espaço rural justificou o menor investimento e originou apenas 9 empregos. Foi nos concelhos de Amarante e Vila Real que se registou uma maior diversificação do investimento e se concentraram 54,1% dos postos de trabalho criados. É de salientar o facto de Baião, Mondim de Basto e Sta. Marta de Penaguião, que apresentam um forte *déficit* de postos de trabalho para a população jovem, terem registado fracos investimentos, de que resultou o surgimento de reduzido número de empregos. Para esta situação também contribui a reduzida capacidade de criar actividades inovadoras.

O Subprograma 3 - *Acções específicas de reequilíbiro*, visa o lançamento de acções de demonstração das potencialidades de iniciativas de desenvolvimento local, lançamento de projectos de infra-estruturas de interesse regional com uma zona de influência relativamente vasta. Este subprograma é composto por quatro medidas, entre as quais importa referir as *Acções Piloto de Valorização do Potencial Endógeno*[237] pelo

---

[236] Num período compreendido entre 1996 e 12 de Outubro de 1998

[237] As outras medidas são: *Empreendimento de fins múltiplos de Alqueva - infra-estruturas primárias e rede de rega*; *Assistência técnica* (apoiará acções de assessoria à preparação dos dossiers de candidatura, aquisição de serviços relativos a consultoria técnica e a estudos preparatórios de viabilidade ou estudos de avaliação, aquisição de serviços para implementação de um sistema eficaz de fiscalização e acompanhamento das acções a desenvolver, recolha e tratamento da informação necessária para o seguimento da execução material e financeira dos projectos a apoiar).

## Quadro CLIV
## Projectos SIR por concelho, aprovados em 12/10/98

| | Indústria Extractiva | Indústria transformadora | Comércio | Serviços às empresas | Turismo | | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Total | TER | |
| **Amarante** | | | | | | | |
| N.º projectos | 1 | 16 | 15 | | 7 | 2 | 39 |
| Cap. fixo(cts) | 99540 | 1199493 | 734362 | | 346333 | 105764 | 2379728 |
| Pt – criados | 7 | 153 | 65 | | 12 | 4 | 237 |
| Incentivos (cts) | 51768 | 495913 | 246256 | | 163779 | 49647 | 957716 |
| **Baião** | | | | | | | |
| N.º projectos | | 3 | 3 | 1 | 2 | 1 | 9 |
| Cap. fixo(cts) | | 256584 | 144817 | 18483 | 119203 | 59963 | 539087 |
| Pt – criados | | 36 | 11 | 16 | 4 | 3 | 67 |
| Incentivos (cts) | | 98278 | 57233 | 5183 | 61574 | 34059 | 222269 |
| **Marco Canav.** | | | | | | | |
| N.º projectos | 2 | 14 | 2 | 1 | 3 | | 22 |
| Cap. fixo(cts) | 186595 | 1129812 | 126334 | 58239 | 213081 | | 1714061 |
| Pt – criados | 14 | 120 | 10 | 5 | 18 | | 167 |
| Incentivos (cts) | 90010 | 498529 | 52655 | 28198 | 118775 | | 788467 |
| **Mesão Frio** | | | | | | | |
| N.º projectos | | 2 | | | | | 2 |
| Cap. fixo(cts) | | 147676 | | | | | 147676 |
| Pt – criados | | 14 | | | | | 14 |
| Incentivos (cts) | | 62492 | | | | | 62492 |
| **Mondim Basto** | | | | | | | |
| N.º projectos | 1 | 2 | | | | | 3 |
| Cap. fixo(cts) | 61397 | 112145 | | | | | 173542 |
| Pt – criados | 6 | 17 | | | | | 23 |
| Incentivos (cts) | 29721 | 35898 | | | | | 65619 |
| **Peso Régua** | | | | | | | |
| N.º projectos | | 4 | 3 | | 3 | | 10 |
| Cap. fixo(cts) | | 248363 | 234604 | | 183267 | | 666234 |
| Pt – criados | | 21 | 12 | | 4 | | 37 |
| Incentivos (cts) | | 105997 | 64571 | | 89533 | | 260102 |
| **Sta. Marta P.** | | | | | | | |
| N.º projectos | | | 2 | | 1 | 1 | 3 |
| Cap. fixo(cts) | | | 78924 | | 31061 | 31061 | 109985 |
| Pt – criados | | | 7 | | 2 | 2 | 9 |
| Incentivos (cts) | | | 28176 | | 15965 | 15965 | 44141 |
| **Vila Real** | | | | | | | |
| N.º projectos | | 12 | 7 | 2 | 1 | | 22 |
| Cap. fixo(cts) | | 880060 | 354636 | 103267 | 49626 | | 1387589 |
| Pt – criados | | 100 | 22 | 13 | 2 | | 137 |
| Incentivos (cts) | | 379203 | 127831 | 35204 | 22277 | | 564515 |
| **Total** | | | | | | | |
| **N.º projectos** | **4** | **53** | **32** | **4** | **17** | **4** | **110** |
| **Cap. fixo(cts)** | **347532** | **3974133** | **1673677** | **179989** | **942571** | **196788** | **7117902** |
| **Pt – criados** | **27** | **461** | **127** | **34** | **42** | **9** | **691** |
| **Incentivos (cts)** | **171499** | **1676309** | **577022** | **68585** | **471904** | **99671** | **2965320** |

Fonte: DGDR e CCRN Unidade:1000 esc.

facto de serem aplicáveis à Serra do Marão. Concretiza-se através de apoios a acções de desenvolvimento local no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Douro -

PRODOURO[238]-, acções de base local, complementares doutras intervenções infra-estruturantes da Admnistração Central, demonstrativas das forças sinérgicas resultantes do aparecimento de iniciativas de desenvolvimento local em regiões interiores ou litorais, particularmente afectadas pelo desemprego e despovoamento.

Como a criação de postos de trabalho é uma questão essencial para a manutenção da população, também não se pode deixar de referir o Programa de Criação do Próprio Emprego (CPE) e o Programa das Iniciativas de Desenvolvimento Local.

O primeiro visa assegurar uma melhor protecção dos trabalhadores desempregados, através da possibilidade dos mesmos criarem a sua própria actividade. Tanto pode tratar-se de projectos individuais como de projectos colectivos de criação dos próprios empregos. Este tipo de programa, embora possa cobrir todas as actividades, está fundamentalmente vocacionado para as que estão em risco de desaparecimento e que são definidas pelos Centros de Emprego.

No âmbito do Programa das Iniciativas de Desenvolvimento Local[239], inserem-se as Iniciativas Locais de Emprego (ILE)[240], que visam promover o crescimento do emprego e o combate ao desemprego, através da concretização de iniciativas de pequena dimensão, a promover por desempregados e jovens à procura do primeiro emprego, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento local. Trata-se de pessoas normalmente carenciadas de meios financeiros, mas detentoras de capacidades que lhes permitem, se devidamente apoiadas e acompanhadas, tomar, nas suas mãos, a concretização do direito ao emprego. Os projectos podem incidir sobre qualquer área ou sector de actividade económica que seja relevante para as necessidades sociais e

---

238 Os objectivos do PRODOURO são: criar empregos que permitam fixar a população na região; contribuir para a diversificação da base económica regional; reforçar as acessibilidades; preservar e valorizar o valor patrimonial do Douro.

239 Decreto-Lei n.º 34/95 de 11 de Fevereiro.

240 Criadas e regulamentadas pelo Decreto-Lei n.º 189/96, Dr n.º 233, I Série A, de 8 de Outubro.

económicas locais. O número de promotores do projecto terá de ser, pelo menos em 50%, constituído por desempregados, jovens à procura do primeiro emprego ou empregados em risco de desemprego, mas também poderá ser um projecto individual, desde que o promotor esteja abrangido pelas situações acima descritas.

As informações recolhidas junto dos Centros de Emprego[241] não são as que mais interessavam, mas uma das áreas consideradas como prioritária é o concelho de Baião e é interessante referir que, segundo as informações fornecidas, os dois programas referidos não tiveram aplicabilidade neste concelho (Quadros CLV e CLVI). Noutros concelhos como Mondim de Basto, onde os jovens encontram muitas dificuldades em encontrar empregos, verifica-se que estas iniciativas também tiveram impactes reduzidos. Esta situação poder-se-á explicar por uma reduzida formação escolar e profissional dos jovens que não os prepara para apostar em actividades inovadoras, capazes de serem competitivas num mercado extra-local. Por isso, o crédito numa melhor escolarização e formação profissional é um aspecto fundamental. São os concelhos onde se localizam as cidades de Amarante e Vila Real que apresentam maior número de iniciativas.

Embora nesta fase não se possa apresentar grandes informações conclusivas sobre os impactes destas acções em termos de valorização do ambiente, de fixação de população activa, de qualificação de vida das populações, importa referir, sem dúvida, que são positivas, evidenciando algum dinamismo por parte dos jovens e de elementos do sexo feminino. No entanto, há nitidamente um *déficit* de conhecimentos para que possam ser criadas actividades inovadoras, pelo que importa cuidar deste aspecto de modo particular.

---

241 Contactados os Centros de Emprego que cobriam a área de estudo da Serra do Marão, até ao momento nunca enviaram a informação solicitada. A informação que se utiliza provém de relatórios de actividade enviados pelos Centros de Emprego ao Instituto de Emprego e Formação Profissional.

**Quadro CLV**

**Iniciativas locais de emprego**

| Concelhos | Ano | Sexo | | Idade | | Nº de Projectos | Ramo de actividade |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | M | F | <25 | >25 | | |
| **Amarante** | 1997 | 10 | 11 | | | 8 | Indústria e serviços |
| | 1998 | 19 | 23 | | | 42 | Ind., comerc., serv., rest. |
| | 1999* | 29 | 34 | | | 63 | Ind., comerc., serv., rest. |
| **Mondim** | 1997 | | | | | | |
| **de** | 1998 | 1 | | | 1 | 1 | Transf. e comerc. de granitos |
| **Basto** | 1999* | 1 | | | 1 | 1 | Impressão e comerc. brindes public. |
| **Peso** | 1997 | 2 | 4 | 3 | 3 | | |
| **da** | 1998 | | | | | | |
| **Régua** | 1999* | | | | | | |
| **Vila** | 1997 | 2 | 1 | 1 | 2 | | |
| **Real** | 1998 | 6 | 3 | 3 | 6 | | |
| | 1999* | 4 | 3 | 4 | 3 | | |

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional,

*** Aprovados até Maio de 1999**

**Quadro CLVI**

**Programa de criação do próprio emprego**

| Concelhos | Ano | Sexo | | Idade | | Nº de Projectos | Ramo de actividade |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | M | F | <25 | >25 | | |
| Amarante | 1997 | 49 | 15 | 9 | 55 | 64 | Com, Serv., Rest., Agricul. |
| | 1998 | | | | | | Com, Serv., Rest., Agricul. |
| | 1999* | | | | | | Com, Serv., Rest., Agricul. |
| Mondim | 1997 | | | | | | |
| de | 1998 | 1 | | | 1 | 1 | Taxi |
| Basto | 1999* | 1 | | | 1 | 1 | Comerc a retalho de calçado |
| Peso | 1997 | | | | | | |
| da | 1998 | 2 | 1 | | 3 | | |
| Régua | 1999* | | | | | | |
| Sta Marta | 1997 | | | | | | |
| de | 1998 | 1 | | | 1 | | |
| Penaguião | 1999* | | | | | | |
| Vila | 1997 | | | | | 64 | |
| Real | 1998 | 16 | 7 | | 23 | 83 | |
| | 1999* | 1 | | | 1 | 76 | |

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional,

*** Aprovados até Maio de 1999**

## 2.4- A iniciativa comunitária LEADER

O Programa LEADER[242] apoiava-se em dois princípios: parceria e participação. A articulação, para a consensualização e estabelecimento de objectivos, para a elaboração de programas e para a implementação de actividades, permitiu um melhor conhecimento e solidariedade entre os diferentes actores do desenvolvimento rural e local, individuais e colectivos, na melhor integração e rentabilização dos potenciais existentes. As parcerias têm-se revelado tanto mais salutares e efectivas quanto, na sua base, estejam a suscitá-las e/ou consolidá-las a participação e o empenhamento das comunidades locais.

O LEADER I vigorou entre 1991 e 1993 e a estratégia de implementação do Programa foi baseada, principalmente, no apoio a iniciativas diversificadas de pequena escala, reconhecidas como as mais capazes de criar dinâmicas locais de participação das pessoas e instituições, de melhor promover a valorização dos recursos endógenos e de assegurar, de modo mais efectivo, o desenvolvimento sustentado e a estabilidade do emprego. Este Programa de iniciativa comunitária contemplava três medidas: Apoio à criação de Grupos de Acção Local (GAL); Estabelecimento de rede transnacional; Desenvolvimento Rural. Esta última medida contemplava as seguintes acções: apoio técnico ao desenvolvimento rural, formação profissional e ajudas à contratação, turismo em espaço rural; ajudas a pequenas empresas, artesanato e serviços de apoio, valorização

[242] Começou a ser implementado, em Portugal a partir das Decisões da Comissão C(91) 2795 e C(92)396 que aprovaram os programas apresentados por 20 Associações de Desenvolvimento Local, candidatas à gestão da subvenção global LEADER

no local e comercialização da produção agrícola, silvícola e da pesca e, ainda, funcionamento dos Grupos de Acção Local.

No âmbito do LEADER I, a Serra do Marão estava dividida por dois Grupos de Acção local – a Probasto e a Portucale.

A Probasto, Associação de Desenvolvimento de Basto, surgiu na sequência de um trabalho conjunto das entidades locais em volta da elaboração e implementação do Plano de Desenvolvimento Agrícola Regional (PDAR) de Basto, o primeiro a ser aprovado no país. Foi criada em 1990 e tem como área de intervenção as Terras de Basto (Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena). No decurso do LEADER I, interveio, ainda, sobre 16 freguesias do Concelho de Amarante, todas elas da margem esquerda do Tâmega.

A Portucale - Associação do Douro Histórico[243] - estende-se por onze concelhos. Todas as freguesias integradas na Serra do Marão pertencentes aos concelhos de Mesão Frio, Peso da Régua, Sta. Marta de Penaguião e Vila Real fazem parte da Zona de Intervenção deste GAL.

Partindo da análise do relatório de execução dos dois GAL, verifica-se que mais de 50% dos investimentos destinaram-se ao Turismo em Espaço Rural (Quadro

[243] Esta Associação não nos forneceu qualquer informação sobre a sua acção. Todos os elementos a ela referentes foram cedidos pela Comissão Nacional de Gestão do LEADER. Fazem parte da Zona de Intervenção deste GAL os concelhos de Alijó, Murça, Mesão Frio, Peso da Régua, Sabrosa, Sta. Marta de Penaguião e, ainda parte dos concelhos de Armamar (Armamar, Folgosa, Fontelo, S. Martinho, Tões), de Lamego (Cambres, Figueira, Parada de Bispo, Penajóia, Samodães, Sande, Valdigem), de S. João da Pesqueira (Ervedosa do Douro, Nagozelo do Douro, S. João da Pesqueira, Soutelo do Douro), de Tabuaço (Adorigo, Barcos, Desejosa, Sta. Leocádia, Tabuaço, Valença do Douro) e de Vila Real (Abaças, Adoufe, Andrães, Arrois, Borbela, Campeã, Constantim, Ermida, Folhadela, Guiães, Justes, Lamares, Lamas de Olo, Lordelo, Mateus, Mondrões, Mouçós, Nogueira, Parada de Cunhos, Pena, Quintã, S. Tomé do Castelo, Torgueda, Vale de Nogueiras, Vila Cova, Vila Marim e Vilarinho da Samardã).

CLVII)[244]. Mas os investimentos realizados nas outras medidas varia segundo o GAL. Assim, na área coberta pela Probasto, a valorização e comercialização de produtos locais também teve muita importância, enquanto que na Associação do Douro Histório reveste-se de grande significado quer o *apoio técnico ao desenvolvimento rural* quer os apoios a *iniciativas empresariais no campo do artesanato e dos serviços de apoio*. Entre os promotores, contam-se as autarquias, empresas, associações diversas, Parque Natural do Alvão e também empresários em nome individual, alguns dos quais são do sexo feminino. Embora se possa dizer que foi aceitável a dispersão dos investimentos, parte significativa dos mesmos destinou-se a projectos que tiveram lugar nas principais aglomerações da Serra do Marão, nomeadamente Mondim de Basto.

**Quadro CLVII**
**LEADER- montante de investimentos por medida e por GAL**

| MEDIDA | PROBASTO | | DOURO HISTÓRICO | |
|---|---|---|---|---|
| | VA | % | VA | % |
| **1 – Apoio Técnico ao Desenvolvimento Rural** | 29 186 | 3,2 | 106 750 | 12,0 |
| **2 – Formação Profissional e Ajuda à Contratação** | 34 858 | 3,8 | 36 016 | 4,1 |
| **3 – Turismo em Espaço Rural** | 565 120 | 62,3 | 512 792 | 57,7 |
| **4 – PME, Artesanato e Serviços de Apoio** | 42 102 | 4,6 | 98 843 | 11,1 |
| **5 – Valorização e Comércio de produtos Locais** | 153 098 | 16,9 | 57 273 | 6.4 |
| **6 – Outras Medidas** | 24 638 | 2,7 | | |
| **7 – Funcionamento do Grupo de Acção Local** | 58 830 | 6,5 | 77 127 | 8,7 |
| **TOTAL** | **907 831** | **100,0** | **888 801** | **100,0** |

Fonte: Comissão Nacional de Gestão do LEADER Unidade: 1000 escudos

[244] Optamos por representar este quadro de síntese do relatório de execução do LEADER, por GAL, pois muitos dos projectos apoiados, como, por exemplo, as Jornadas Agrícolas de Basto; Guia turístico em espaço rural; Rota turística do vinho do Porto; Boletim da Casa do Douro; a Revista de Basto "PROBASTO"e o Estudo dos granitos destinam-se a beneficiar toda a área de intervenção do GAL. Por isso, a avaliação das repercussões desta iniciativa comunitária não pode ser encarada apenas em função dos projectos cuja entidade promotora apresenta como residência uma freguesia da Serra do Marão.

Os resultados do LEADER I foram positivos na dinamização das áreas rurais, em várias vertentes. Através desta iniciativa, foi possível criar um corpo técnico local habilitado a mobilizar e apoiar as populações e instituições na resolução de problemas que afectam a sua região, visando a implementação de uma estratégia de desenvolvimento rural integrado. Permitiu, também, mobilizar alguns dos recursos materiais e financeiros locais e "quebrar" algumas mentalidades. Interveio, ainda, de alguma forma, na preservação e valorização das potencialidades naturais e patrimoniais. Contribuiu para a reconstituição do tecido económico e social e possibilitou a criação de um número significativo de postos de trabalho.

O Programa LEADER adquiriu um carácter local e territorializado, tendo as especificidades históricas, culturais, patrimoniais e ambientais de cada região sido incorporadas em todo este processo. Em face da avaliação positiva desta iniciativa no desenvolvimento rural, foi-lhe dada continuidade até 1999, através do LEADER II.

Em relação ao LEADER II, em Portugal, foram consideradas elegíveis três medidas: *Aquisição de competências*[245], *Programas de Inovação Rural, Cooperação Transnacional*[246].

A medida *Programas de Inovação Rural* apoia as seguintes áreas:

- *apoio técnico ao desenvolvimento rural*[247];

---

245 A primeira medida destinou-se a proporcionar às entidades locais que, pela primeira vez beneficiaram do Programa LEADER, as condições financeiras para a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Local.

246 Na medida *Cooperação Transnacional* que apoia a participação em actividades da rede Europeia de Desenvolvimento Rural, foram aprovados 109 088 contos de investimento total com uma comparticipação comunitária de 74 161 contos. Os projectos desenvolvidos até 31 de Dezembro de 1997 eram de Entidades Locais das regiões Agrárias de Entre Douro-e-Minho, da Beira Interior, do Ribatejo e do Alentejo.

247 Assistência técnica aos promotores de projectos de desenvolvimento; assistência técnica às PME e às outras actividades já em funcionamento; sensibilização da população, incluindo os jovens estudantes, à identidade e perspectivas do seu território e à necessidade de inovar.

- *formação profissional específica e ajudas à contratação*[248];

- *diversificação das actividades económicas* [249];

- *valorização e comercialização das produções agrícolas, silvícolas e da pesca local*[250];

- *protecção e valorização do Ambiente Natural e da Qualidade de Vida*[251].

Para a execução do LEADER II foi criado um outro GAL na Serra do Marão - a Dólmen, Cooperativa de Formação Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega, com sede em Marco de Canaveses (Fig. 106). Tem a sua zona de intervenção designada por Douro-Tâmega distribuída por cinco concelhos: Amarante[252], Baião, Marco de Canaveses[253], Penafiel[254] e Resende[255]. Dos três primeiros concelhos referidos apenas não fazem parte da zona de Intervenção deste GAL as freguesias de

---

[248] Formação de gestores e animadores locais, guias turísticos, ajudas à contratação.

[249] No âmbito do turismo rural são apoiados investimentos individuais ou colectivos inovadores de reduzida dimensão, investimentos em pequenas infra-estruturas públicas decorrentes da oferta turística, inventário, restauro e valorização de edifícios históricos e paisagens rurais de interesse turístico, concepção e criação de novos produtos de turismo rural; no âmbito das pequenas empresas de artesanato e serviços de proximidade são financiados o acesso a serviços de consultadoria, de inovação, de transferência de tecnologia, ajudas à criação de serviços de proximidade, num contexto de pluriactividade dos agricultores, apoios à criação de empresas, ajudas a investimentos inovadores de artesãos e de pequenas empresas, nomeadamente para valorizar os recursos naturais locais.

[250] Apoios à criação de espaços para promoção e venda de produtos regionais, implementação de circuitos de comercialização de produtos regionais, promoção e rotulagem dos produtos locais e regionais de qualidade, diversificação dos produtos agrícolas e das actividades dos agricultores, assistência técnica e investimentos para a produção, desenvolvimento da aquicultura e da pesca desportiva de vocação não comercial.

[251] Financiamento de renovação e desenvolvimento das aldeias e do património arquitectónico existente, apoio à criação e à difusão cultural ligada ao desenvolvimento rural, protecção, reabilitação e valorização dos recursos naturais e das paisagens, eliminação e reciclagem dos resíduos naturais e das paisagens, eliminação e reciclagem dos resíduos, nomeadamente, a sua valorização energética.

[252] Estão incluídas todas as freguesias do concelho de Amarante localizadas na margem esquerda do Tâmega com excepção de Cepelos e Madalenae, ainda Aboim, Chapa, Figueiró (Santiago), Figueiró (Sta Cristina), Fregim, Gatão, Louredo, Vila Garcia e Telões com excepção dos lugares de Estradinha e Ponte de Pego.

[253] Para além de Folhada, Soalhães, Tabuado e Várzea de Ovelha e Aliviada, fazem também parte Avessadas, Banho e Carvalhosa, Favões, Freixo, Magrelos, Manhuncelos, Maureles, Paços de Gaiolo, Paredes de Viadores, Penha Longa, Rosém, Sande, Sto Isidoro, S. Lourenço do Douro, Vila Boa do Bispo, Vila Boa de Quires (apenas o lugar de Buriz) e Tuías (apenas os lugares de Ambrães, Vila Verde, Vilar, Outeiro, Chapa, Mesurinhas, Souto, Portinho).

[254] Apenas as freguesias de Abragão, Boelhe, Luzim e Vila Cova.

[255] Apenas as freguesias de Anreade, Freigil e Miomães.

Cepelos, Madalena, S. Gonçalo e parte da freguesia de Campelo (a área da Serra da Aboboreira também pertence).

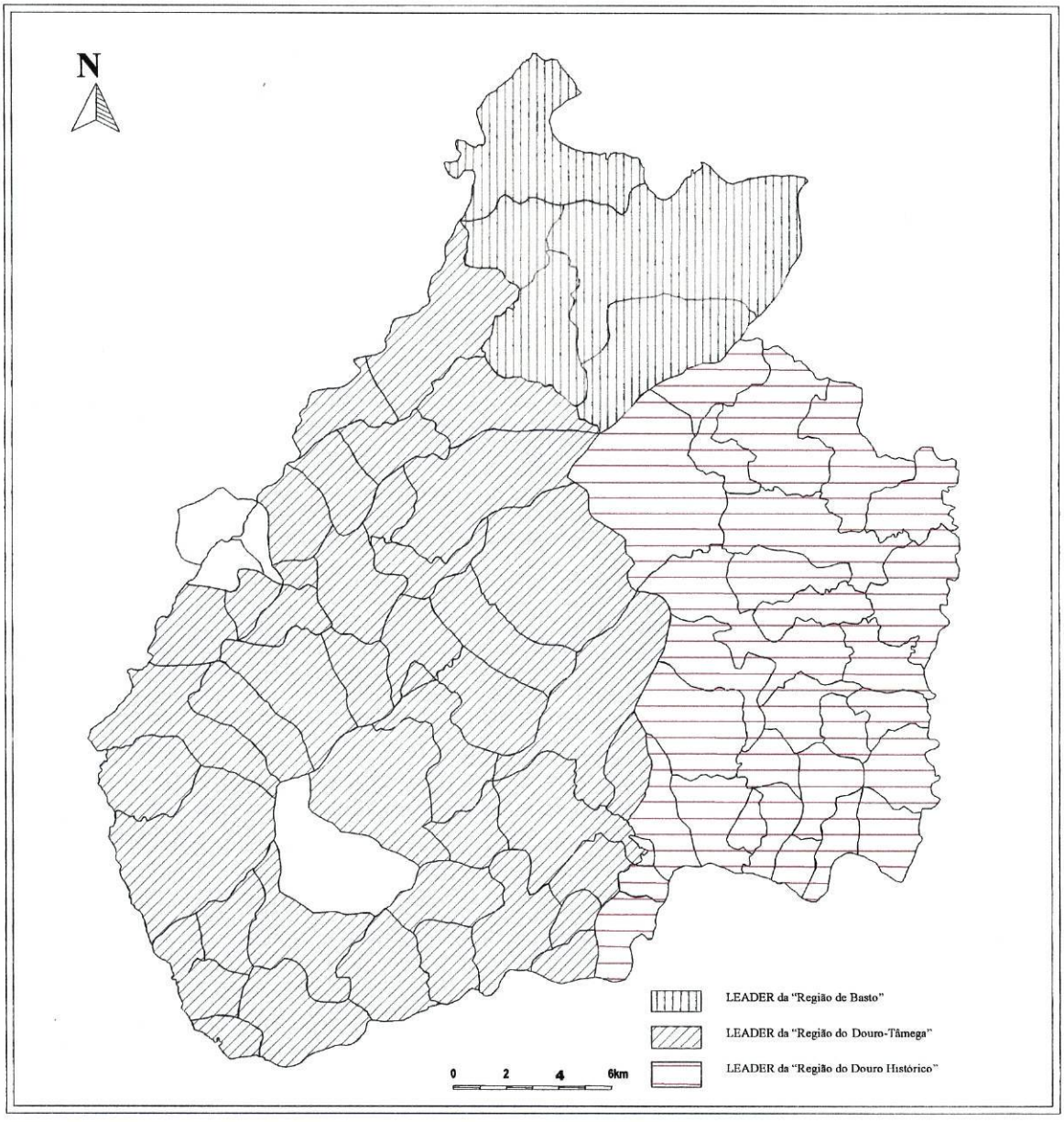



**Fig. 106 - Expressão territorial dos GAL na Serra do Marão, no âmbito do LEADER II**

O investimento aprovado [256]por áreas de intervenção permite concluir que cerca de 33% do financiamento destinou-se ao funcionamento dos próprios GAL (Quadro CLVIII). Às acções de apoio à diversificação económica e à preservação e

[256]Referentes a projectos aprovados até 31 de Dezembro de 1997.

valorização do ambiente e qualidade de vida foram afectas cerca de 50% do investimento realizado.

## Quadro CLVIII

**Investimento aprovado em 31/12/97no âmbito do LEADER II por áreas de intervenção do Programa de Inovação Rural, segundo o Grupo LEADER**

Unidade: 1000 esc

| Áreas | DOLMEN | | DOURO HISTÓRICO | | PROBASTO | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | VA | % | VA | % | VA | % |
| 1 | 915 000 | 0,8 | | | 44 561 407 | 7,1 |
| 2 | | | | | | |
| 3 | 24 065 000 | 21,0 | 89 239 597 | 32,0 | 202 860 548 | 32,5 |
| 3.1 | 24 065 000 | 21,0 | 83 645 650 | 30,9 | 145 527 925 | 23,3 |
| 3.2 | | | 1 910 947 | 0,7 | 55 790 405 | 8,9 |
| 3.3 | | | 3 680 000 | 1,4 | | |
| 3.4 | | | | | 1 542 218 | 0,2 |
| 4 | 16 632 000 | 14,6 | | | 41 749 364 | 6,7 |
| 4.1 | 8 000 000 | 7,0 | | | 8 265 696 | 1,3 |
| 4.2 | 3 850 000 | 3,4 | | | 3 704 626 | 0,6 |
| 4.3 | 4 782 000 | 4,2 | | | | |
| 4.4 | | | | | 29 779 042 | 4,8 |
| 5 | 14 800 000 | 12,9 | 830 000 | 0,3 | 198 971405 | 31,9 |
| 6 | | | | | 10 000 000 | 1,6 |
| 7 | 414 949 | 0,4 | 30 955 375 | 11,4 | 3 000 000 | 0,5 |
| 8 | 58 000 000 | 50,5 | 150 000 000 | 55,3 | 123 100 000 | 19,7 |
| Total | 114 826 949 | 100,0 | 271 021 972 | 100,0 | 624 242 724 | 100,0 |

Fonte: Comissão Nacional de Gestão do LEADER

Áreas

**1 - Apoio técnico ao desenvolvimento rural**

**2 - Formação profissional específica e ajudas à contratação**

**3 - Apoio à diversificação das actividades económicas**

3.1 - Turismo em meio rural

3.2 - Artesanato

3.3 - Modernização empresarial de PME's

3.4 - Outros

**4 - Valorização e comercialização das produções agrícolas, silvícolas e da pesca local**

4.1 - Espécies animais autóctones

4.2 - Variedades vegetais nacionais

4.3 - Produtos da Agro-Indústria Familiar

4.4 - Outros

**5 - Preservação e valorização do ambiente e qualidade de vida**

**6 - Acções em cooperação**

**7 - Outros**

**8 - Funcionamento do GAL**

Existem diferenciações no perfil do investimento apoiado pelas três associações de desenvolvimento. Na Probasto, verifica-se que cerca de 33% do investimento aprovado se destinou ao *apoio à diversificação das actividades económicas*, sendo o turismo em meio rural a actividade mais apoiada[257]. Convém, no entanto, salientar a maior importância concedida ao apoio ao artesanato. A preservação e valorização do ambiente e qualidade de vida revestiu-se de uma importância semelhante à da medida anterior, o que é um aspecto muito positivo e reflecte um crescente interesse pelas questões de qualificação ambiental. No âmbito das intervenções da Dólmen, registe-se também uma diversificação do investimento realizado, sendo de realçar a valorização dos produtos locais, uma vertente importante em termos de desenvolvimento rural.

As acções da Associação do Douro Histórico estão fundamentalmente vocacionadas para o apoio ao turismo.

A capacidade de alojamento na Serra do Marão tem vindo a aumentar, em grande parte devido ao número crescente de unidades de turismo rural. Se em 1991 existiam apenas três casas de turismo rural e uma de agro-turismo, em 1998 conta-se já com vinte: três casas de agro-turismo, cinco de turismo de habitação e doze de turismo rural (Fig. 107). O contributo do Programa LEADER também se manifestou na melhoria das infra-estruturas de lazer nalgumas das unidades de turismo rural, nomeadamente construção de piscinas, parques infantis, aquisição de cavalos para a realização de percursos equestres.

[257] Não se trata apenas da criação de alojamento, mas também de estruturas na área da animação e de valorização urbanística, assim como iniciativas de promoção regional.

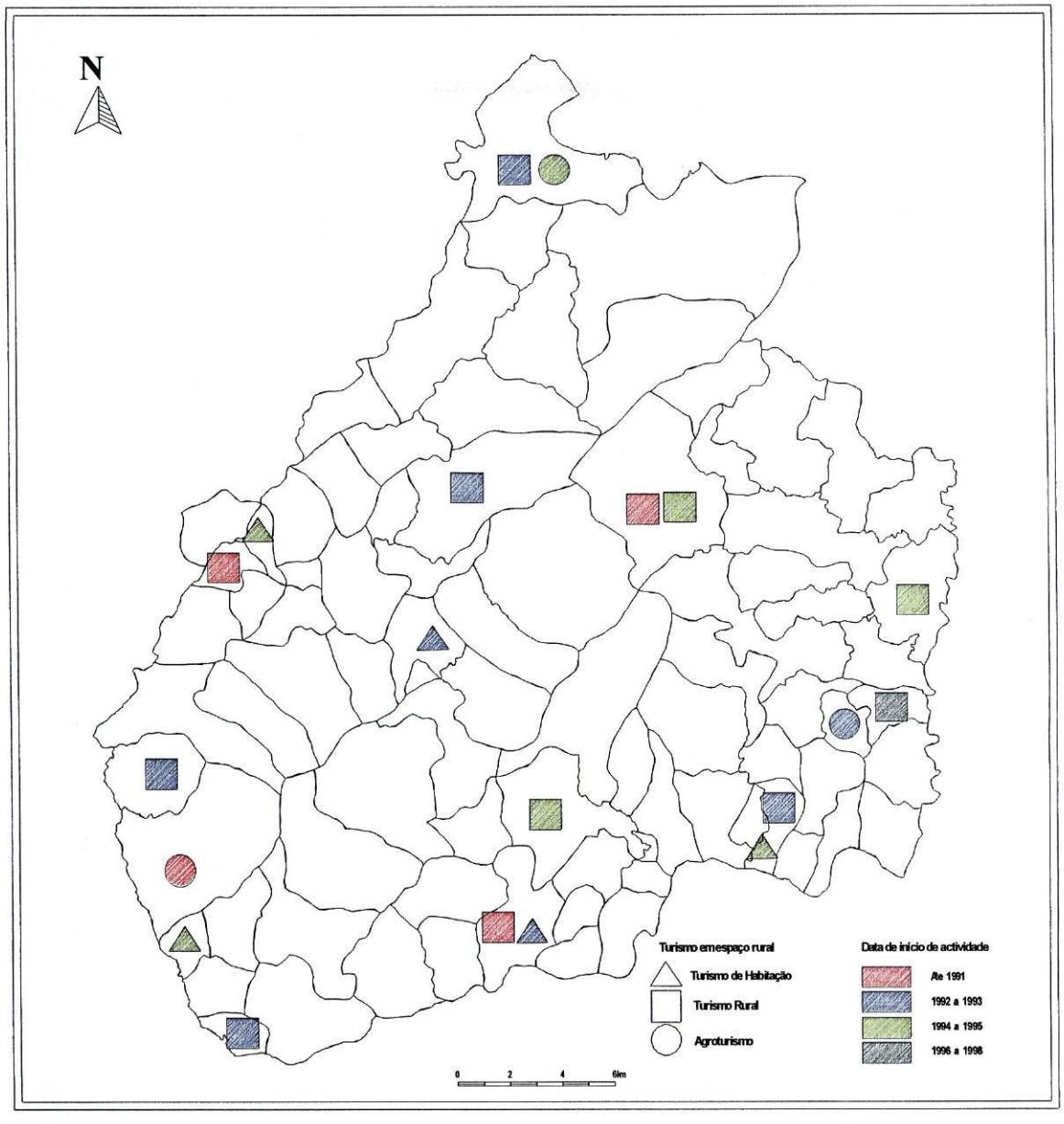



**Fig.107 – Localização das unidades de turismo em espaço rural, segundo a data de início de actividade**

A importância concedida ao Turismo em Espaço Rural compreende-se pelo facto de ser uma actividade relativamente recente[258] e considerada por muitos como o

[258] Nos anos setenta, o Turismo no Espaço Rural, já em franca expansão em muitos países europeus, encontrou em Portugal muitos defensores que não se cansavam de apregoar as suas vantagens. Em 1979, surgiu o primeiro impulso no sentido de uma actividade organizada. Foi possível incentivar um grupo de proprietários de solares do Vale do Lima, para disponibilizar alojamento turístico nas suas casas, em troca de apoio financeiro que lhes permitisse proceder à sua recuperação (Falcão, 1993). Mas a sua instituição e Regulamentação tem pouco mais de uma dezena de anos (Decreto-lei n.º 251/84 de 25 de Julho que regulamentou o Turismo de Habitação)

elixir capaz de revitalizar os espaços rurais[259]. Hoje, esse euforismo moderou-se; no entanto, ele é um eixo importante de desenvolvimento. O turismo no espaço rural tem múltiplas funções: recuperação e valorização do património arquitectónico, cultural e histórico, fixação de populações nas áreas rurais e criação de emprego (responsáveis pela manutenção dos alojamentos e fornecimento de serviços aos turistas), diversificação de actividades, pluriactividade, melhoria dos rendimentos familiares, criação de novos serviços.

Por vezes, através do LEADER, foram apoiados projectos de recuperação e conservação de edifícios para infra-estruturas turísticas que se defrontaram posteriormente com problemas na sua inserção nas três modalidades definidas pelo decreto-lei nº256/86. Mas alguns desses problemas acabaram por serem solucionados com a aprovação do decreto–lei nº169/97[260] que divide o Turismo no Espaço Rural nas seguintes modalidades: ***Turismo de habitação[261], Turismo rural[262], Agro-turismo[263], Turismo de aldeia[264] e Casas de cam-***

---

259 Para definir e regulamentar o TER, surgiu o Decreto-lei n.º 256/86 de 27 de Agosto. Este consiste na prestação de hospedagem em casas que servem fundamentalmente de residência aos seus proprietários. Para além do alojamento, as unidades deviam possuir salas e zonas comuns que propiciem o convívio com a família residente. Aí se definem as três modalidades de Turismo em Espaço rural: Turismo de Habitação, Turismo Rural e Agro-turismo. O serviço de pequeno almoço é obrigatório e poderá ser exigido o serviço de refeições principais quando não existirem restaurantes a distância praticável. Não se trata aqui de procurar que as unidades devam assegurar um serviço de restaurante, antes se pretendendo que seja extensível ao turista a refeição doméstica. O princípio seria o de o hóspede se adaptar aos usos e costumes da família pois só assim se poderia garantir a autenticidade do que é oferecido. A família rural tem oportunidade de oferecer produtos da região, compotas e doces feitos em casa.

260 Diário da República nº152, Série I-A de 4 de Julho

261 Serviço de hospedagem de natureza familiar, prestado a turistas em casas antigas particulares que, pelo seu valor arquitectónico, histórico ou artístico, sejam representativas de uma determinada época.

262 O serviço de hospedagem prestado a turistas em casas rústicas particulares, utilizadas simultaneamente como habitação do proprietário, possuidor ou legítimo detentor e que, pela sua traça, materiais construtivos e demais características, se integram na arquitectura típica Regional.

263 O serviço de hospedagem prestado a turistas em casas particulares integradas em explorações agrícolas, que permitam aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da actividade agrícola ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos.

264 O serviço de hospedagem prestado num empreendimento composto por um conjunto de, no mínimo, cinco casas particulares situadas numa aldeia e exploradas de forma integrada, quer sejam ou não utilizadas como habitação própia dos seus proprietários, legítimos possuidores ou detentores e devem integrar-se na arquitectura típica local; devem situar-se em centros rurais ou aldeias que mantenham, no seu conjunto, o ambiente urbano, estético e paisagístico tradicional da região.

*po*[265]. Consideram-se, ainda, no âmbito do TER, os empreendimentos turísticos no espaço rural (Hotéis Rurais e Parques de Campismo Rurais) e, ainda, as actividades de animação ou diversão que se destinem à ocupação dos tempos livres dos turistas e contribuam para a divulgação da região.

No intuito de avaliar os elementos do meio que actuam nas escolhas das unidades de turismo em espaço rural, lançou-se um inquérito em duas unidades turísticas: Casal de Aboadela (freguesia de Aboadela) e a Casa da Cruz (freguesia da Campeã). Foram 146 os inquéritos[266] realizados, o que reflecte 458 dias de ocupação destas unidades (Quadro CLIX, anexo B). A maior parte dos inquiridos tem idade inferior a 45 anos e reflecte uma preferência por este tipo de alojamento, o que se prende com a qualidade do ambiente (condições climáticas, paisagem, características arquitectónicas). Cerca de 56,2% dos inquiridos ficou completamente satisfeito com o acolhimento prestado, no entanto outros sentiram falta de equipamentos de lazer (campos de ténis, piscina, entre outros) assim como de serviços de restauração oferecendo produtos tradicionais de qualidade. A venda de produtos de artesanato e de produtos alimentares regionais também foi uma das carências referidas pelos turistas.

***

Em síntese pode concluir-se que a Serra do Marão tem beneficiado de um vasto conjunto de investimentos que se por um lado apoia a inovação na agricultura, por outro procura diversificar a oferta de emprego e facilitar a pluriactividade.

---

265 Casas particulares e as casa de abrigo situadas em zonas rurais que prestem um serviço de hospedagem quer sejam ou não utilizadas como habitação própria e que devem integrar-se na arquitectura e ambiente rústico da zona onde se situam.

266 Foram realizados durante a Primavera e Verão de 1997 e 1998.

Uma das vertentes sectoriais mais apoiada para além da agricultura e floresta é sem dúvida o turismo, embora não se lhe podem exigir efeitos de *"poção mágica"*.

De facto incentivar o turismo não passa apenas pela criação de alojamentos, mas cada vez mais pela criação de paisagens de qualidade. Esta perspectiva implica que se valorize de uma forma crescente o território com a sua diversidade. Apostar nas áreas rurais, embora os recursos financeiros se mantenham reduzidos, é um imperativo social.

# IV Parte

# Contributo para o desenvolvimento rural da Serra do Marão

# Capítulo 1

# Novas funcionalidades no espaço rural

# Fundamentos teóricos

## 1.1 - Desenvolvimento rural: questões essenciais

Se, durante muito tempo, a importância económica do espaço rural foi desvalorizada e colocada num plano secundário, actualmente, fala-se cada vez mais de desenvolvimento rural, de gestão correcta dos recursos naturais e humanos desses espaços. Nos últimos anos, o mundo rural tem – se vindo a apresentar como uma *reserva do natural*, constituindo, assim, um dos seus grandes trunfos a preservação e valorização do seu ambiente natural e do seu património cultural.

O desenvolvimento rural é uma preocupação e um real desafio dos dias de hoje. A abordagem integrada e territorial, por oposição às perspectivas tradicionais, sectoriais ou sociais, parece ser mais capaz de contribuir para o maior aproveitamento das sinergias criadas, numa segunda fase, por intervenções sectoriais. Durante muito tempo, desenvolvimento agrícola e desenvolvimento rural referiram-se à mesma realidade e este último estava intimamente ligado ao processo de modernização da agricultura. Mas, hoje, economia agrícola e economia rural não podem ser confundidas, o que não significa que elas sejam totalmente independentes. A economia rural deve integrar as análises agrícolas nas suas reflexões, pois a agricultura é uma das componentes que compõem os espaços rurais. Esta dicotomia não assenta na ausência de ligações entre os dois campos de análise, mas sobre perspectivas diferentes: a economia agrícola assenta em análises teóricas sectoriais, enquanto que a economia rural adopta uma abordagem teórica global e territorial, a fim de considerar o conjunto das actividades quer nas relações que estabelecem entre si quer nas ligações que estabelecem com o território (A LE ROY, 1997). Economia rural e economia agrícola não são

sinónimos e o mesmo se passa com desenvolvimento rural e desenvolvimento agrícola. Se este se pode definir como uma melhoria qualitativa e durável da actividade agrícola, o desenvolvimento rural pressupõe diversificação do tecido económico, melhor qualidade de vida e melhor ambiente. Embora o desenvolvimento agrícola possa ser essencial para manter uma certa vitalidade nas áreas rurais, não será, todavia, correcto considera-lo a premissa essencial, pelo menos de uma forma generalizada e uniforme.

O posicionamento do desenvolvimento rural no contexto da política sócio-económica europeia e nacional tem-se vindo a reforçar. É uma noção complexa, à semelhança de um mundo rural plural e dos fenómenos económicos e sociais que ele contém. Revela objectivos sociais, económicos e ambientais. O princípio da equidade impõe que os rurais possam dispor de um nível de vida comparável ao da população urbana. Um outro objectivo é de melhorar a competitividade dos espaços rurais, maximizando as suas potencialidades para que contribuam para o desenvolvimento económico.

Toda a avaliação racional da situação e das tendências das zonas rurais devem ter em consideração as três dimensões fundamentais do desenvolvimento rural:

- é um processo territorializado. Equaciona as diferenças territoriais dos problemas e das perspectivas, das opções e oportunidades. Estas diferenças podem ser consideradas positivamente (sob o ângulo da diversidade) ou negativamente (sob o ângulo das disparidades). Num e noutro caso, a localização territorial determina em larga medida a performance geral e a viabilidade do sistema económico, social e ambiental, assim como a eficácia das políticas. O território não é um espaço passivo que sofre sem reacções e se adapta aos efeitos uniformizantes das regras de funcionamento dos espaços económicos abstractos (E. VALCESCHINI, 1985). Ele corresponde a um espaço dinâmico, um lugar de inovações técnicas e sociais, capaz de criar desenvolvimento

económico e social adaptado às suas potencialidades e limitações. De facto, não é o empresário nem a empresa que inova, mas sim o meio (Ph. AYDALOT, 1986);

- é um conceito pluri-sectorial que engloba uma larga série de questões demográficas, económicas, sociais e ambientais. Sublinha a importância de uma perspectiva trans-sectorial e constitui frequentemente um quadro adaptado para uma integração horizontal das actividades e das políticas;

- é um conceito dinâmico pois tem de ter em conta as evoluções históricas ligadas às opções tecnológicas, das estruturas económicas ou, ainda, dos comportamentos e das perspectivas. (OCDE, 1994).

Distingue-se de outros tipos de desenvolvimento pela especificidade do seu objecto que resulta da integração *a priori* do espaço no raciocínio económico e social, a ruralidade. O desenvolvimento rural deve basear-se nas características específicas desses territórios, praticar-se à escala local.

As acções locais de desenvolvimento inscrevem-se numa dupla dialéctica: um movimento exogéno, "descendente", feito de incitações financeiras dos poderes públicos e dos grupos económicos que procuram criar as acções locais de que precisam para atingir os seus objectivos e um movimento endógeno, "ascendente", enraizado num determinado território, que transporta uma dinâmica interna de valorização dos recursos locais, mas que se devem combinar com os dispositivos instituídos para que se possa reconhecer e demonstrar a sua eficácia; uma abordagem sectorial, "vertical", especializada, retendo um aspecto da realidade, mas que se abre progressivamente a uma perspectiva mais global e localizada para motivar uma colectividade e uma perspectiva territorial, "horizontal" e global.

As experiências rurais de desenvolvimento local exógenas ou endógenas são já numerosas e duráveis para serem consideradas como fenómenos marginais, mas

precisa-se de algum distanciamento e de estudos precisos para compreender o alcance do seu significado social. Estas acções terão de ser certamente mais do que *bricolage* de actores periféricos ou do que uma poção anestesiante oferecida às sociedades moribundas na perspectiva de simplesmente preservar como peça museológica certas práticas ou elementos. O desenvolvimento rural pressupõe acções locais diversificadas em função das potencialidades dos territórios, mas enquadradas numa estratégia de inovação.

Para N. BANDARRA (1993), existe uma especificidade do desenvolvimento rural face ao desenvolvimento regional e local. O desenvolvimento regional, ao ser mais global, cobre os espaços rurais e urbanos. O risco que daí resulta é o de negligenciar as acções que se referem ao meio rural, pois a maior parte dos investimentos podem ser absorvidos pelas zonas urbanas. Estas são mais dinâmicas e têm maior capacidade de absorver projectos e investimentos. Se certos interesses são convergentes para estes dois espaços, as áreas rurais têm necessidade de ver, mais claramente reconhecidas, as suas necessidades e as suas fraquezas para que se possa actuar mais eficazmente. Já o desenvolvimento local refere-se a micro-projectos ou a micro-zonas e não cobre o conjunto das acções em meio rural. De facto, o desenvolvimento rural não pode ser reduzido a micro-projectos, ainda que certas acções comunitárias, tais como a iniciativa LEADER, tenham trazido respostas adequadas às necessidades locais em meio rural.

Mas, por outro lado, o desenvolvimento local reflecte uma abordagem global de cooperação entre os actores locais públicos e privados para valorizar os recursos humanos e materiais de um território dado. Como acção territorial a grande escala, a sua especificidade reside, efectivamente, na implicação em todas as suas fases dos actores locais - tanto na fase de diagnóstico, como na de criação do programa, assim como na própria gestão do mesmo (F. RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, 1996).

São vários os princípios que devem nortear o desenvolvimento rural. As profundas mutações sócio-económicas dos espaços rurais têm-se traduzido numa diversificação crescente. A diversidade das sociedades locais impossibilita a aplicação de uma política estática ou normativa e igual para todos os territórios rurais (Y, JEAN, 1996). Por conseguinte, o desenvolvimento rural não se padroniza e em cada espaço rural tem de se responder às especificidades naturais e às expectativas do grupo social que aí vive. A diversidade territorial deve ser conhecida, pelo que importa fazer um diagnóstico global, completo e credível, necessariamente interdisciplinar, e tendo em conta as evoluções macro-económicas.

Todavia, a implementação deste princípio também deve ser encarada na perspectiva de reforçar o tecido económico, diversificar as alternativas de emprego e, ainda, na não desvalorização dos rendimentos da população agrícola. Diversidade de agriculturas, multifuncionalidade de prestações e diversificação de actividades constituem o triângulo mágico do desenvolvimento em meio rural. Em conjunto, determinam o surgimento da pluriactividade e do plurirrendimento, condições básicas para reter população em meio rural. A pluriactividade é o enquadramento mais adequado para operar " a modernização agrícola" porque recebe os recursos humanos vindos da agricultura e alimenta a despesa que compra os produtos provenientes da agricultura. Assim, nas zonas de minifúndio trata-se de "sustentar a pluriactividade", nas zonas intermédias trata-se de " recriar a pluriactividade" e, nas zonas em despovoamento e abandono, de "inventar a pluriactividade" (A. COVAS, 1997).

Se não houver política de diversificação, com todas as dificuldades que acarreta, o sistema de quotas individuais, preços garantidos e ajudas compensatórias ao rendimento dos agricultores estará condenado a prazo. Trata-se de um sistema conservador e rígido, se não for enquadrado por uma política activa de diversificação de

actividades e ordenamento do território. Torna-se, mesmo, um factor bloqueador do esforço de modernização e desenvolvimento económico. Uma política activa de diversificação de actividades em meio rural, ao aumentar o leque de opções em alternativa, pode facilitar a mudança sem desenraizar o agricultor e a sua família da sua área geográfica. É bom não esquecer, igualmente, que a diversificação de actividades em espaço rural, para ser eficaz, precisa de assentar a sua estratégia numa massa crítica de operações sobre o terreno. A diversificação é uma condição necessária para um processo de ajustamento do mercado de trabalho local e regional, porque retém população e aumenta o poder de compra, porque cria novas oportunidades de negócio e novos agentes de desenvolvimento. A diversificação é, fundamentalmente, um acto de origem e natureza institucional, na forma de produzir enquadramento positivo favorável à iniciativa sócio-económica. Os seus efeitos não são imediatos nem estão garantidos à partida, ou porque a política foi anunciada sem convicção, ou porque os meios são irrisórios ou porque não existem os novos agentes ou actores que intercedam em favor da política de diversificação (A . COVAS, 1997). A constatação da diversidade implica a valorização dos recursos existentes, mas sempre numa perspectiva de sustentabilidade - conservar e utilizar a terra, nunca de forma a comprometer a sua utilização pelas gerações futuras.

Para ser bem sucedido, o desenvolvimento rural tem de saber tirar o melhor partido dos recursos das comunidades locais e das qualificações e iniciativas das pessoas ligadas à agricultura e a outras actividades. É um facto aceite que o desenvolvimento rural está também dependente de uma abordagem multi-sectorial de que a agricultura não é a única componente (CEE,1991:105). A participação dos habitantes, dos actores económicos, políticos, associativos é uma condição necessária às iniciativas, aos projectos, a uma melhor valorização das potencialidades locais face à mundialização das

trocas (Y, JEAN, 1996). Segundo este autor, a nova ruralidade deve assentar sobre a identidade do espaço local, o que supõe um espaço aberto, interdependente, capaz de definir iniciativas.

Contudo, cada espaço rural é atravessado pelo local e pelo internacional, pois a sua economia conheceu um processo de integração na economia nacional e mesmo internacional. Por este facto, ela é cada vez mais marcada pelas flutuações que conhece o contexto económico internacional. Verifica-se, em particular, que os mercados internacionais no domínio agrícola, mas também noutros sectores económicos, como o turismo e a indústria, tornaram-se importantes quadros de referência para as estratégias de desenvolvimento (C. HUILLET,P.VAN DIJK, 1988). Estes mesmos autores consideram que qualquer política capaz de solucionar os actuais estrangulamentos das áreas rurais deve ser composta por elementos de política macro-económica, de políticas sectoriais, de estratégias em matéria de recursos humanos e de intervenções específicas territoriais. Em cada uma destas políticas, uma distribuição dos papéis deverá ser efectuada entre as diferentes administrações centrais e locais, ainda que uma acção transsectorial integrada se tenha tornado uma necessidade. A intervenção privada tem de ser incentivada (C. HUILLET; P.VAN DIJK, 1988).

Na formulação da política rural, devem ser considerados dois níveis:

- a componente geral que agrupa o conjunto das decisões macro-económicas, definindo o ambiente económico, político e institucional dos espaços rurais. A dinâmica dos territórios rurais está inserida no processo geral de crescimento da economia regional, nacional e internacional;

- a componente territorial que trata de melhorar a articulação das políticas às novas realidades sócio-económicas do mundo rural e às especificidades locais.

A política de desenvolvimento rural é uma opção essencialmente política e estratégica. Não há, para ela, obstáculos intransponíveis, técnicos, tecnológicos, administrativos ou mesmo financeiros. Trata-se, acima de tudo, de um imperativo de sociedade e de cultura e de uma questão ideológica de primeira grandeza (A . COVAS, 1997).

A política de desenvolvimento rural compreende numerosas vertentes. Para além da qualificação da vida das populações e da gestão sustentada dos recursos naturais, a criação de emprego revela-se fundamental. Este é um factor decisivo da prospectiva territorial pois tem um papel fundamental na fixação da população. Uma das primeiras conclusões de um estudo da OCDE publicado em 1994 sobre o emprego afirma que a procura de trabalhadores pouco qualificados baixou e que as categorias dos trabalhadores qualificados de que se necessita mudaram; refere-se, ainda, que, à semelhança do que aconteceu noutros estados da OCDE, também em Portugal a população activa adaptou-se mal a esta evolução, o que teve como resultado a subida dos níveis de desemprego. Se, durante muito tempo, o sector público foi capaz de absorver a mão de obra excedentária, agora isso já não acontece. Por outro lado, as políticas macro-económicas não têm contribuído de uma forma durável para o aumento do emprego e para que se alcance um novo equilíbrio entre a oferta e a procura. Do lado da oferta, é preciso aumentar as incitações ao trabalho, modificando os princípios de protecção social, a fim de encorajar os trabalhadores potenciais a aceitar os empregos; os programas de formação dos trabalhadores e a educação de base deverão ser fortalecidos para que os trabalhadores estejam em condições de criar novas saídas profissionais. Do lado da procura, é preciso encorajar o espírito de empresa, bem como, difundir largamente novas tecnologias (OCDE, 1994).

Num sistema económico que se tornou mundial, a concorrência acentua-se e a necessidade de competitividade aumenta, o que implica a difusão da robotização e da informatização do processo de trabalho. Esta tendência provoca a destruição do trabalho pouco qualificado e a mobilidade para empregos nas fases de concepção e venda que estão em expansão. A mundialização da concorrência reforça o processo de "deslocalização" das empresas porque as estratégias territoriais materiais (criação, desemprego ou encerramento de estabelecimentos) e imateriais (fusão ou criação de redes de empresas) fazem parte das estratégias de restruturação para reduzir os custos de produção, sobretudo relacionados com a mão-de-obra, ou para ampliar o mercado. As duas razões que tornam necessárias a inserção territorial dos problemas de emprego na prospectiva são, por um lado, a obrigação de seguir as consequências da evolução do emprego no conjunto do tecido social: redução drástica dos postos de trabalho resultante do desenvolvimento de novas tecnologias informáticas e electrónicas em particular; desqualificação das profissões e saberes "tradicionais", na maior parte dos ramos de actividade pela mesma razão; procura de flexibilidade na organização do processo de trabalho donde a precariedade e o carácter temporário dos empregos oferecidos; tendência ao aumento ou manutenção do nível de desemprego o que não se reflectirá do mesmo modo segundo os territórios e os comportamentos da mobilidade das populações, assim como, segundo as atitudes das comunidades locais; por outro lado, a evolução das estratégias de localização dos empregos, isto é, a estratégia de encerramento de certos estabelecimentos e a abertura de outros, de deslocalização e de relocalização, respondendo a vantagens comparativas, nomeadamente, em termos de compressão do custo de mão-de-obra, de custos dos transportes, de proximidade do mercado, donde o reposicionamento dos espaços uns em relação aos outros, a desvalorização de uns e a emergência de outros (N. MATHIEU, 1995).

O futuro do trabalho está, hoje, no centro de numerosas controversias. Face à crise do trabalho assalariado permanente, à flexibilidade crescente, ao aumento da precariedade e do desemprego, várias perspectivas são propostas. Uma delas é o crescente interesse pela pluriactividade não limitada ao trabalho agrícola. Para alguns a generalização da pluriactividade é positiva pois as mutações no futuro proporão reais escolhas de vida[267]. Para outros, estas perspectivas são inquietantes dado que são miragens cobertas pela ilusão de uma maior liberdade[268]. Numa outra perspectiva, os defensores de uma economia solidária propõem igualmente uma sociedade pluriactiva baseada num hibridismo entre diferentes tipos de empregos e de actividades, uns inseridos na esfera comercial e outros, na esfera não-comercial. Se a pluriactividade se desenvolve sob formas conhecidas e tradicionais, um certo número de práticas dá origem a empresas "atípicas", que escapam às classificações habituais.

A criação de emprego em meio rural é uma tarefa particularmente complexa para os governantes, em virtude da diversidade das situações económicas, sociais e ambientais características das zonas rurais. Um número crescente de rurais terá de criar o seu próprio emprego, fruto de estratégias individuais de criação de combinações originais. A pluriactividade tradicionalmente ligada ao sector agrícola desenvolve-se em todos os sectores. Face a estas iniciativas, as adaptações rápidas dos regulamentos profissionais e fiscais são fundamentais para que a vitalidade das práticas que se desenvolvem não seja asfixiada. O paradigma actual é posto na regulação do emprego ao

---

267 BLANC, G. (dir. ) (1995) - Le travail au XXIe siècle. Mutations de l'economie et de la société à l'ère des auto-routes de l'information. Dunod, Paris, citado por GERBAUX, F et LE MONNIER J. (1998) Les mutations du travail en milieu rurale:vers de nouvelles articulations entre l'économie, le social et le territoire, in *Colloque Emploi Agricole et Emploi Rurale: ruptures, continuités, innovations*, SFER, Dijon.

268 CASTEL, R. (1995)- Les métamorphoses de la question sociale,une chronique du salariat, Paris, Fayard, OCDE (1995)-*Études économiques de l'OCDE*- Portugal- Paris.

nível local e de permitir ao território ser um "corpo intermédio", o lugar de uma administração local e de uma *subsidariedade activa* ( F. GERBAUX, 1998).

Num estudo recente, a OCDE (1995) refere que é fundamental favorecer o emprego em meio rural no quadro de uma estratégia de desenvolvimento mais abrangente e define quatro domínios de acção e as vantagens de uma atitude integrada de criação de empregos. Os quatro tipos de instrumentos preconizados para a criação de empregos em zonas rurais são: *ajuda directa, ajuda indirecta, valorização dos recursos humanos e infra-estruturas.*

As *ajudas directas* dirigem-se especificamente a certas empresas e não ao conjunto das actividades económicas de uma zona rural específica. As formas de intervenção dos poderes públicos compreendem ajudas financeiras, ajudas à inovação e à formação.

As *ajudas indirectas* visam reforçar a estrutura económica de uma área, melhorar a competitividade. Incluem a criação de serviços de apoio à produção, apoio à comercialização das produções locais, melhoria dos sistemas de informação e de telecomunicações. Este tipo de apoios pode ter um papel importante na criação de emprego em meio rural, pois, por um lado, cria meios de melhorar a circulação de inovações, desenvolver economias de escala, aumentar a competitividade das empresas e estimular o emprego.

A *valorização dos recursos humanos* visa não só elevar o nível de qualificação da mão- de - obra, mas de desenvolvimento de serviços sociais destinados a melhorar a qualidade de vida das populações rurais.

As *políticas de infra-estruturas* que se traduzem em programas de equipamentos são fundamentais já que podem induzir a formação de novas empresas e, por conseguinte, criar emprego. As infra-estruturas podem definir-se como

equipamentos materiais (auto-estradas, linhas telefónicas, estações de tratamento de águas), mas também em função do volume e da qualidade dos serviços oferecidos por essas infra-estruturas.

A aplicação conjugada destes quatro tipos de medidas é um meio de modificar o impacto das políticas nacionais nas áreas rurais.

A análise das oportunidades de emprego asseguram a perda de dominância da população agrícola e permitem evidenciar o papel das empresas, e, em particular, das P.M.E., assim como das novas formas de agricultura na criação de emprego (M. DEDEIRE, 1997; E. FONT, 1997; A. BERGER, 1998).

As perspectivas de desenvolvimento do emprego em meio rural são influenciadas pelas tendências macro-económicas e pelas políticas nacionais. As medidas de criação de empregos adaptados às áreas rurais deveriam ser incorporadas nas estratégias nacionais de incremento do emprego a fim de aumentar a competitividade das áreas rurais. Nesta óptica, a aplicação das políticas de criação de emprego em meio rural deve concretizar duas prioridades: aumentar a capacidade das economias rurais de inovar e de valorizar os seus recursos humanos; adaptar as economias rurais à mundialização. A globalização não concerne apenas às grandes empresas, mas também às pequenas e médias empresas, para as quais o mercado local é cada vez mais restritivo.

O declínio do espaço rural está, de facto, muito relacionado com a migração dos empregos, por isso, é necessário criar emprego. Note-se, contudo, que a solução não está apenas no meio rural, mas nas relações que importa estabelecer entre o meio rural e urbano. A reestruturação urbana e a consolidação das cidades surgem como princípios basilares da política de desenvolvimento dos territórios rurais, não numa lógica de descolagem, mas de integração do rural e do urbano. A aposta nas áreas rurais poderá ser vantajosa visto que as cidades pequenas e médias disporão de níveis mais qualificados

descolagem, mas de integração do rural e do urbano. A aposta nas áreas rurais poderá ser vantajosa visto que as cidades pequenas e médias disporão de níveis mais qualificados de infra-estruturas e equipamentos, a mobilidade da população será maior em função do reforço das acessibilidades; a elevação do nível de rendimento e do padrão sócio-cultural da população alarga os seus projectos de vida e os seus consumos de espaço; a qualidade dos produtos e do ambiente é um conceito e um valor com aceitação social e política crescente.

Assim pode concluir-se que apoiar o desenvolvimento rural num país essencialmente rural, como é Portugal, é, antes de mais, fazer uma aposta cultural-civilizacional de longo alcance que não dispensa nenhuma das aquisições técnicas e tecnológicas da era moderna. (A. COVAS, 1997).

Todavia não será necessário criar uma política específica de desenvolvimento para as áreas de montanha, pois estas não são homogéneas e os problemas que as atingem podem ser comuns a outros espaços. É certo que aí as condições de altitude e declive influem no período vegetativo e nas possibilidades de mecanização. Mas, outras áreas rurais terão também outros tipos de handicaps físicos. Por conseguinte, será conveniente definir uma política de desenvolvimento rural integrada, sustentável, coerente, simples e que, sobretudo, tenha em consideração a diversidade da paisagens, de actividades e de tecido social.

## 1.2 - Espaço rural: novos desafios, novas funcionalidades

Hoje, os espaços rurais não são mais considerados como espaços unicamente vocacionados para a produção (agrícola, industrial ou artesanal), mas como espaços multifuncionais, incluindo as funções residencial, sociais, de lazer, de saúde, de preservação e de conservação do património, assim como, funções estéticas, simbólicas e culturais (C. KOVACSHAZY [et. al.], 1994; J-F. HERVIEU, 1995).

As funções do espaço rural diversificam-se. Numa lógica de integração dos territórios, os espaços rurais devem ter uma função definida e útil ao conjunto da sociedade. É preciso ver, na emergência de novos actores sociais, o reflexo de uma sociedade diversificada, como é a sociedade rural actual. Uma sociedade em que os agricultores não são já o grupo social dominante, mas uma minoria, entre outras. Um grupo social que deve partilhar com os outros, em situação de igualdade, os problemas do mundo rural e a procura de soluções ( B. HERVIEU, 1994).

Certos trabalhos têm demonstrado que os espaços rurais não estarão necessariamente em desvantagem no processo de desenvolvimento em curso: são os espaços que menos perderam empregos industriais (J. COHEN, 1995); onde, por ausência de actividades, se desenvolve um certo espírito empresarial (A. BERGER; E. FONT, 1994), são espaços que apresentam um mercado de trabalho atractivo para certas actividades (M. BLANC; C. LAGRIFOUL, 1996).

Contudo, para além destas oportunidades oferecidas ao espaço rural, ligadas a elementos socio-económicos característicos da ruralidade, certas análises demonstram que há possibilidade de criar empregos em meio rural, através da valorização dos

recursos endógenos e, consequentemente, gerar uma dinâmica socio-económica positiva. Assim, importa reflectir sobre as actividades de valorização das "amenidades " do espaço rural.

A agricultura, por si só, não pode fazer face ao desenvolvimento dos espaços rurais, mas o ordenamento do território não se poderá fazer sem agricultura, sem floresta, sem pastorícia. Na preservação e no desenvolvimento do mundo rural, a agricultura e os agricultores têm um papel imprescindível. A sociedade começa, aliás, a descobrir o preço da manutenção dos espaços rurais e da sua valorização. Ela pensa hoje nos custos do desaparecimento dos agricultores, de certas zonas dificeis, assim como do papel social (espaço aberto) e paisagístico da agricultura. Em muitos espaços onde a economia não é ou não pode ser suficientemente diversificada, a actividade agro-florestal é, por vezes, a última a ser capaz de criar valor acrescentado, de manter empregos e, logo, um mínimo de presença humana (J-F. HERVIEU , 1995).

O processo de transformação da agricultura conduziu a vários modelos de produção, correspondendo a estruturas, práticas e a objectivos diferentes. Segundo C. CAVACO (1994), a agricultura sempre se apresentou como uma actividade diversificada, a nível regional e local, onde continuamente se identificaram múltiplas agriculturas, mesmo nas áreas com imagem dominante de acentuada homogeneidade. Num ou noutro caso, explorações modernas, eficazes, produtivas e rendíveis, com produções de massa de custos unitários reduzidos e qualidade estandardizada. Aqui e além, unidades cuja permanência e futuro residem nas produções de qualidade especificidade certificadas e valorizadas pelos mercados para onde são escoadas. E, entre elas como diria J. Le BOURDONNEC (1994), um terceiro tipo de agricultura, que tem em conta as novas exigências da sociedade: proteger e ordenar o espaço, conservar a

memória colectiva através dos produtos e dos saberes dos *terroirs*, servir a autenticidade.

A BERGER *et al.* (1994) diferencia: a agricultura industrial (orientada para os mercados internacionais e cada vez mais concentrada em certas regiões), a agricultura de adaptação (centrada nos *terroirs*, de produtos identificados e destinada a mercados locais e nacionais mais específicos), a agricultura de transição (submetida a condicionalismos crescentes e obrigada a pôr-se constantemente em causa e a agricultura marginal (correspondendo a estruturas cada vez mais instáveis e mesmo precárias em que a crescente concorrência cria dificuldades de adaptação e, por conseguinte, condena-a à extinção).

Outros autores consideram a existência de agricultura produtivista, agricultura biológica, produtos de denominação de origem, agricultura de protecção ambiental, agro-turismo e outras formas ligadas à transformação das explorações agrícolas em explorações rurais.

A importância que estes modelos de agricultura poderá Ter, em termos de desenvolvimento das áreas rurais, é inerente à diversidade dos territórios rurais em função das potencialidades naturais, económicas, sociais, culturais e de inserção na rede urbana.

Segundo J-F. HERVIEU (1995) nos espaços rurais de amanhã a agricultura deverá conciliar um duplo desafio: o da *performance* e o do território. O primeiro reflecte a capacidade de estar presente nos mercados e o segundo a sua função na gestão das paisagens. Por isso, parece necessário admitir que todas as produções, todas as explorações, todas as zonas não têm a mesma lógica. São cada vez mais os autores que defendem outras funcionalidades para a agricultura para além da função produtiva standard (M. JOLLIVET, 1997; N. MATHIEU, 1995).

Se a actividade agrícola considerada isoladamente pode denotar uma redução na sua importância económica relativa, quando considerada em conjunto com os recursos naturais e o ambiente, adquire novas e maiores proporções. Assim, a alteração que se tem registado no padrão de valores sócio-culturais dominantes a favor da preservação dos recursos naturais, da qualidade do ambiente e das heranças histórico-culturais locais dá origem a uma nova área de relevância social da agricultura que contraria a tendência para a sua subvalorização económica, enquanto actividade produtiva. Desta forma, é a chamada agricultura multifuncional que surge como potenciadora do contributo da política agrícola para o processo de desenvolvimento rural.

A agricultura multifuncional pretende corrigir a trajectória, os excessos e abusos da agricultura produtivista e, ainda, acrescentar-lhe novas funções e valências em nome de um novo equilíbrio sector – ambiente - território. Pretende-se que não haja uma disjunção eco-rural face à actividade de produção, mas, antes, uma recriação da actividade produtiva em direcção a novas funções que são reconhecidas como política e ambientalmente relevantes.

A agricultura multifuncional cumpre as funções de produção e de aprovisionamento, de ordenamento do território, de conservação e embelezamento da paisagem, de ocupação e povoamento, de regeneração e renovação de recursos. O futuro de muitos agricultores depende, porém, da diversificação funcional da exploração agrícola, convertida em *exploração rural*: novos produtos e novos serviços em relação com o mercado.

O desenvolvimento da exploração rural pode ser feito seguindo quatro estratégias:

- prolongamento do acto produtivo pela transformação do produto e a sua comercialização;

- acolhimento na exploração, fornecimento de dormida que, depois, se pode estender a outras actividades como: restauração, espaços de lazer (piscina, minigolfe, acompanhamento de percursos turísticos, etc).

- oferta de serviços ligados ao lazer em meio rural, à construção ou salvaguarda do património construído e natural (ex: estágios equestres para crianças); neste caso, a integração das actividades é menos evidente e estamos perante um caso de dupla actividade clássica. A exploração rural não corresponde a uma simples diversificação, mas a uma valorização de produtos ou de serviços na exploração que implicam a completa transformação da exploração e a faz funcionar noutra lógica. Não se trata de se transformar em hoteleiro ou comerciante, mas de definir a partir da sua exploração um novo "produit fermier" conforme as novas formas de consumo que queremos ver desenvolver. O explorador rural continua a ser camponês, mas inventando uma nova maneira de executar a sua profissão (P. MULLER, 1991);

- conservação dos recursos, preservação da paisagem e do ambiente - A sociedade deve remunerar, em condições a definir, o serviço ambiental prestado pela agricultura e fazê-lo em modalidades que permitem a recentragem e a manutenção de uma actividade que tem também uma função importante no plano social (F. CASABIANCA, 1997). É verdade que este serviço não tem em todos os locais o mesmo significado e mesmo numa micro-região deve ser estabelecida uma hierarquia das acções e das situações, no interesse estratégico desta gestão espacial. A função ambiental da agricultura passa necessariamente pela realização de um zonamento que deve ser o fruto de um trabalho colectivo, multidisciplinar, à escala local.

A multifuncionalidade da *exploração rural* solicita, por um lado, a elaboração de uma carta dos direitos e deveres do agricultor, em relação aos diferentes usos do solo e às suas funções sociais, estratégicas, ambientais e económicas; por outro, a solidariedade colectiva para compensar os bens públicos e as externalidades positivas, serviços e prestações, fornecidos pelo agricultor e pela "exploração rural" em beneficio de todos (A. COVAS, 1997). B. HERVIEU (1996) aconselha a que se introduza na política agrícola um "contrato territorial de exploração" que será um meio de redistribuir os agricultores por serviços ambientais e poderá ser um modo de ultrapassar as subvenções aos agricultores. A sociedade espera que os agricultores preservem a sua herança comum, as paisagens e os recursos naturais.

A maior dificuldade com que se defronta a agricultura multifuncional e o desenvolvimento rural, para além das limitações orçamentais, reside na determinação das compensações-indemnizações a atribuir ao agricultor e à *exploração rural* pela produção de bens públicos-prestação de serviços que, pela sua natureza não são, ainda, valorizados pelo mercado. Com efeito, no intervalo entre o preço de mercado e a gratuitidade pura e simples, alonga-se uma série de soluções que combinam contribuições privadas (taxas) e contribuições públicas (subvenções contratuais ou puramente administrativas).

Há necessidade de fazer das ajudas compensatórias ao rendimento a alavanca de uma política territorial afectando uma parte destas ajudas a objectivos de ocupação activa e dinâmica do território. Fala-se de uma "política agrícola no plural" de reconhecimento da diversidade, de diversificação para actividades de turismo e de prestação de serviços, de monitorizar as funções não comerciantes da agricultura, de uma integração do ambiente na política agrícola (M. GUGLIELMI, 1995).

Se não houver política de diversificação, com todas as dificuldades que ela acarreta, o sistema de quotas individuais, preços garantidos e ajudas compensatórias ao

rendimento dos agricultores, estará condenado a prazo. Este sistema é muito conservador e rígido, se não for enquadrado por uma política activa de diversificação de actividades e ordenamento do território. Torna-se, mesmo, um factor bloqueador do esforço de modernização e desenvolvimento económico. Uma política activa de diversificação de actividades em meio rural, ao aumentar o leque de opções em alternativa, pode facilitar a mudança sem desenraizar o agricultor e a sua família da sua área geográfica. É bom não esquecer, igualmente, que a diversificação de actividades em espaço rural, para ser eficaz, precisa de assentar a sua estratégia numa massa crítica de operações sobre o terreno.

A diversidade dos espaços rurais posiciona a importância da agricultura e da política agrícola de forma distinta, no desenvolvimento das áreas rurais. Quer em termos de postos de trabalho quer em termos de produção, a agricultura desempenha um papel diferenciado nas áreas rurais e, por conseguinte, tem uma importância distinta em termos de desenvolvimento rural.

Para B. HERVIEU (1996), é fundamental pôr o território no centro da política agrícola e deve procurar conciliar-se as vertentes territorial, produtivista e ambientalista.

Se, nalgumas áreas rurais, se poderá implantar e organizar uma agricultura dinâmica, competitiva, altamente produtiva, esta, nesse caso, assume-se aí como uma actividade económica estruturante; noutras, nomeadamente em muitas áreas de montanha, a função económica deste modelo de agricultura é reduzida e, assim, a importância desta actividade não pode ser vista sob o prisma do mercado, mas sim numa perspectiva ambiental e social, o que leva ao desenvolvimento de novas formas de agricultura.

Para F. CASABIANCA (1997), se a futura PAC for essencialmente determinada pela Lei do Mercado, ter-se-á marginalizações sociais e degradações ambientais cada vez mais intensas e as medidas compensatórias serão cada vez mais complexas, de amplitude limitada, de aplicação difícil e podendo ter efeitos perversos.

Para este mesmo autor, a base da política agrícola nas zonas desfavorecidas não deve assentar nos mecanismos de mercado, contudo, isso não significa que a agricultura nalgumas dessas áreas não possa constituir uma potencialidade fundamental. Mas que tipo de agricultura?

Uma nova agricultura que conserve e defenda o ambiente e as paisagens, ao serviço de toda a sociedade, associando conscientemente esta nova função à da produção, na condição do agricultor ser respeitado e devidamente compensado pela mesma.

Uma agricultura de povoamento que deverá apoiar-se na produção e nos serviços prestados à sociedade reconhecidos e remunerados como tais (E. FOTTORINO, 1989). Será então possível manter em cada local agricultores activos que ocuparão o território e conservarão o ambiente. As próprias práticas agrícolas poderão ser alteradas em função da importância social do recurso natural que importa proteger[269].

Uma agricultura do "local", incidindo sobre produtos tradicionais[270] (leite, gado, vegetais), numa diversificação prudente, planificada em função do mercado e da concorrência ou de iniciativa pessoal, ousada, imaginativa, adaptada a previsões da procura (C. CAVACO, 1994) e capaz de induzir alterações nos hábitos de consumo. A questão chave será a de produzir de outro modo e outros bens, com especificidade e vantagens comparativas absolutas, ligadas ao meio e ao sistema produtivo. Mas não

---

269 Na Alemanha há agricultores que são pagos apenas para conservar a qualidade da água

270 A cultura de linho deverá, por exemplo, ser mais apoiada na Serra do Marão.

bastará apenas produzir, será necessário desviar, a favor do sector produtivo, os valores acrescentados pela transformação e distribuição, inclusive pela micro-transformação doméstica e pela criação de redes de venda directa e personalizada. Isto não significa necessariamente que a fileira produção-transformação - comercialização seja suficiente (C. CAVACO, 1994).

Uma agricultura sustentável de produtos "novos" orientada para a produção de matérias primas farmacêuticas, na óptica de uma nova forma de produzir fármacos e, porque não, também, para a indústria de perfumes e de produtos de beleza.

Uma agricultura que não cause problemas aos políticos de Bruxelas, preocupados com os excedentes e solucionando-os através de limites à produção (logo à intensificação técnica) tanto pelas quotas como pela obrigatoriedade de introdução de pousios; preocupados de igual modo, pelos custos unitários de produção e a competitividade da mesma no quadro da OMC (C. CAVACO, 1994).

A agricultura ecológica ou biológica[271] tem de ser valorizada e é considerada em muitos países, nomeadamente em França, como um eixo a apoiar fortemente. Ela assume duas formas principais: como vestígio de uma agricultura tradicional, vocacionada para o auto-consumo e, portanto, com repercussões muito restritas; como agricultura ecológica competitiva.

A relevância da agricultura afirma-se de forma indirecta, designadamente quando a actividade agrícola surge inserida em fenómenos de pluriactividade familiar com significativas repercussões na própria natureza do desenvolvimento agrícola. Nestas circunstâncias a política agrícola não deixará de condicionar fortemente a natureza e o

---

[271] Considerada como aquela que produz alimentos de qualidade natural, isto é, aqueles que apresentam um correcto equilíbrio dos elementos minerais e orgânicos que os constituem, sem resíduos de substâncias químicas (MADAULA CANADELL, 1990, citado por J.RUÍZ. MOYA, 1994).

ritmo das transformações na estrutura produtiva e social do sector e, directa ou indirectamente, na própria economia regional em que se insere.

A diversificação terá de ser alargada a outras actividades e a outras funções. A população agrícola continuará a viver na exploração e a praticar a sua agricultura, mas também a dedicar-se a outras actividades mais ou menos inovadoras. Neste processo de diversificação de actividades e funções, convém destacar a floresta, já que se trata da continuação de processos de produção e exploração próximos dos agrícolas. A silvicultura tem sido considerada pela UE, a partir da reforma da PAC de 1992, como a utilização favorável em áreas sem aptidão agrícola e é reposicionada no contexto de funcionamento das explorações agrícolas no âmbito das medidas de conservação dos recursos e da paisagem[272] e das medidas florestais na agricultura. O que se pretende é uma floresta multifuncional, geradora, a jusante, de actividades não só ligadas à produção de madeira[273] ou resina, embora também relacionadas com a manutenção dos maciços montanhosos, com a conservação da paisagem e da biodiversidade e o lazer.

A actividade de manutenção de espaços verdes não é uma actividade nova no sentido estrito do termo, mas, sobretudo uma actividade que terá uma importância cada vez mais forte por três razões: por uma crescente solicitação social, em busca de uma melhor qualidade de vida; por que podem constituir uma forma de superar as carências dos espaços rurais em vantagens comparativas do tipo económico; por ser um instrumento de reconquista de identidade.

Estudos realizados em França (N. CORADE, 1998) demonstram que o espaço verde é considerado pela administração local um elemento na estratégia de

---

[272] Integradas nas medidas agro-ambientais.

[273] Não se trata apenas de produção de madeiras de pinho e de eucalipto mas, fundamentalmente, de madeiras nobres, nomeadamente, carvalho, castanheiro, nogueira e cerejeira.

desenvolvimento local. No entanto, ao associar-se esta actividade com a componente emprego, o sector perde prioridade. Não obstante a existência de necessidade de empregos na manutenção de espaços verdes, não parece que a curto prazo se traduza no reforço do emprego neste sector por duas razões: por um lado, pela incapacidade em avaliar a necessidade de espaço verde que poderá resultar da dificuldade de definir espaço verde; por outro lado, pela ausência de valor económico atribuível ao espaço verde.

A função recreativa dos espaços rurais é cada vez mais tida em conta, verificando-se também uma crescente diversificação das formas de valorização. Entre as actividades lúdico-desportivas, situa-se a caça. A sua abordagem num quadro de procura de sustentabilidade do espaço rural pauta-se por vários prismas: enquanto recurso capaz de originar emprego, rentabilidade da área afecta a este uso, prejuízos para a actividade agrícola pela afectação de terras para este fim, impactes ambientais. A caça pode ser considerada também como um instrumento capaz de servir de complemento dos rendimentos das famílias agrícolas. O impacte económico da caça poderá ser mais elevado, se esta prática desportiva tiver associada uma estadia mais prolongada, o que implica estruturas de alojamento e restauração. O agricultor poderá contribuir para a actividade cinegética, nomeadamente, através da multiplicação das espécies selvagens locais, do apuramento das reproduzidas e criadas em cativeiro. Em termos de desenvolvimento rural e local, importa que as actividades cinegéticas revertam a favor da população residente pelos empregos que asseguram pelos caminhos e outras infra-estruturas e equipamentos que viabilizam, pelos efeitos da presença de visitantes e da correspondente procura de alojamento, restauração, comércio e serviços diversos. Se bem gerida de forma "não mineira", poderá também contribuir para a preservação do ambiente.

A componente ambiental adquire uma valorização crescente na funcionalidade dos espaços rurais. O ambiente deixou de ser visto como uma limitação e tornou-se um imperativo e um recurso para a sociedade e, como já foi referido, é-lhe reconhecido uma importância cada vez maior nos instrumentos de política agrícola e regional.

As medidas agro-ambientais colocam dois dilemas fundamentais: primeiro, até que ponto os agricultores devem ser pagos para manter as práticas existentes ou se deve insistir, sobretudo, nas mudanças e, logo, numa clara melhoria da qualidade do ambiente; segundo, até que ponto este instrumento deve servir para compensar por vantagens perdidas ou retiradas. Até ao momento, os dispositivos agro-ambientais francês, inglês e português privilegiam mais a manutenção do que a mudança e podem, de certa forma, ser considerados como compensações aos subsídios que não podem ser obtidos devido ao sistema de produção (H. BULLER, 1997).

A tendência deverá ser para que os apoios a medidas agro-ambientais sejam reforçados e constituam uma forma de apoiar os rendimentos dos agricultores em áreas de elevado valor paisagístico ou em regiões com fortes limitações à prática da agricultura. No entanto, a motivação principal deverá ser para compensar os esforços dos agricultores em termos de protecção e de melhoria da qualidade do ambiente.

A avaliação que tem sido feita das medidas agro-ambientais, se bem que seja positiva pelo número de indivíduos aderentes e pelo bom acolhimento que tem merecido por parte dos agricultores e das associações ambientais, os ganhos em termos de qualidade ambiental (aumento da biodiversidade e da qualidade dos recursos naturais, eliminação de paisagens degradas) nem sempre são evidentes[274] (H. BULLER, 1997). No

[274] Vários estudos mostraram a existência de agricultores que colocaram parte da sua exploração a beneficiar de apoios no âmbito das medidas agro-ambientais, enquanto que intensificaram a produção na outra parte da exploração ( N. RUSSEL, 1994, citado por H. BULLER,1997 ).

entanto, é verdade, que em redor das medidas agro-ambientais, surgem novas práticas. Outros estudos apresentam casos de agricultores que alteraram por completo o sistema de cultura da sua exploração e estão dispostos a continuar mesmo que os apoios párem (M. BARRUE-PASTOR; EKANI, H., 1997).

As políticas que modificam as relações entre a agricultura e o ambiente inscrevem-se no espaço de maneira extremamente diversificada. Os pressupostos económicos e sociais são tanto mais quanto acompanham condicionantes espaciais, visíveis nos conflitos recentes entre o ordenamento e o desenvolvimento rural. Suscitam novos partenariados, reterritorializam as relações entre a agricultura e o ambiente. Parar prematuramente com as medidas agro-ambientais que continuam numa fase de implementação experimental seria prejudicial à construção de alternativas que continuam a desenhar-se ( M. BARRUE-PASTOR; EKANI, H., 1997).

O despovoamento que atinge os espaços rurais é encarado, tanto pelos habitantes como pelos autarcas, como uma evolução estrutural contra a qual é impossível agir. Ela traduz-se muitas vezes por uma atitude fatalista que impede ver a evolução recente de recomposição social que pode ter lugar, assim como as possibilidades de iniciativas a encetar (Y. JEAN, 1996).

Para os autarcas, a função residencial é encarada de modo negativo, menos valorizadora que a função económica, relacionada com a presença de empresas. Parece tratar-se de uma herança de uma sociedade estruturada a partir do valor trabalho. Isto conduz os autarcas a tentar captar investimentos na indústria, o que frequentemente os impede de analisar objectivamente as limitações e potencialidades da sua autarquia, e a utilizar outros elementos do território como geradores de desenvolvimento. A lógica residencial adquire uma importância crescente e dominadora sobre a lógica da produção de bens. O atractivo pelos espaços verdes rurais reside, em parte, no facto de se

encontrar longe da modernidade urbana, que está em crise, o que possibilita enfatizar a importância de se dispor de uma residência de qualidade num ambiente em que os lugares e as paisagens não estejam destruturadas (Y. JEAN, 1996).

A. ETCHELECOU (1988) defendeu que as perspectivas de um crescimento demográfico pela crescente utilização residencial da montanha é mais real do que procurar fixar população pela via da criação de postos de trabalho que ficam muito dispendiosos. As perspectivas de um despovoamento aparece muito menos ligado à orientação generalizada dos investimentos para o turismo do que à incidência de um novo movimento sociológico, ligado à opção de residir em zona de montanha, mesmo que o trabalho não seja no local. O povoamento estável ou em crescimento das montanhas pressupõe que estas sejam atractivas. Esta atracção pode estar ligada seja à conjugação da escolha de um local de residência porque há perspectivas de emprego (relação clássica entre o povoamento e o emprego) seja, ainda, porque o despovoamento atingiu um tal ponto que o espaço assim esvaziado da sua população tornou-se objecto de especulação, e, em simultâneo, de sedução já que não se encontra excessivamente povoado.

A. ETCHELECOU (1988) considera que uma melhoria das facilidades de circulação no interior das áreas montanhosas deve acentuar duas tendências: um aumento dos residentes de carácter permanente nas áreas montanhosas que aí encontram grandes vantagens ligadas ao ambiente, tornando-se, assim, a montanha mais um lugar de residência e de lazer do que de trabalho[275]. Uma outra tendência é o aumento do turismo, com o aumento das residências secundárias, embora a revalorização urbana dos campos

[275] Este mesmo autor demonstra que, em França, em certas "communes" dos Pirenéus Ocidentais, a extensão da rurbanização foi significativa e o aumento do percurso efectuado pela população activa entre o lugar de residência e de trabalho aumentou.

para residências de férias e de fins-de-semana não baste para manter populações e actividades, quando a produção agrícola tende a anular-se ( C. CAVACO, 1994).

Valorizando as "amenidades" do espaço rural, podem constituir uma vantagem para as localizações residenciais. Foi constatado que os efeitos multiplicadores são de tal ordem que o aumento das actividades de serviços em meio rural é o reflexo do desenvolvimento de funções residenciais e recreativas devolvidas aos espaços rurais (B. SCHMITT, 1996). Indiscutivelmente, todos estão de acordo que a retenção da população que ainda resta, a atracção de outra e a reanimação de lugares e aldeias passa, necessariamente, pela garantia de ocupações e rendimentos e pela de quadros de vida dignos face aos novos modelos de conforto e de consumo. Passa ainda pela valorização e preservação do património, tanto do edificado como do paisagístico, ambiental e cultural. A importância da função residencial nas áreas rurais está relacionada com a qualidade ambiental desses territórios.

Para R. CHAPUIS (1996) é possível viver em espaços de baixas densidades, desde que haja boa acessibilidade aos centros urbanos, pois não se pode esquecer que a taxa de motorização tem crescido nos espaços rurais, pelo que, reconhecendo como fundamental a questão dos transportes, coloca algumas alternativas como: colocar à disposição das populações táxis colectivos, eventualmente subvencionados pelas colectividades locais, e abrir os transportes escolares à população não escolar.

Nos últimos anos, a implantação de equipamentos na área da educação tem sido uma via de constituição de massa crítica necessária ao surgimento de serviços e ao incremento da construção. Não pode deixar de se referir a influência da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro no crescimento da cidade de Vila Real e, a uma escala bem menor, o caso da Escola Básica 2.3 do Marão (Foto 67).



**Foto 67 - A implantação em Aboadela da E.B.2.3 do Marão tem tido reflexos na construção de edifícios e no surgimento de serviços (Março, 1999).**

Na identificação dos problemas ambientais do mundo rural pode utilizar-se uma nomenclatura cómoda (M. JOLLIVET, 1997) que consiste em distinguir várias categorias: os problemas ambientais decorrente da produção agrícola (poluição, degradação das paisagens, erosão dos solos); os resultantes das actividades não-agrícolas existentes no espaço rural (turismo, indústria, exploração mineira); os problemas de ambiente que afectam as áreas rurais, mas produzidos por actividades aí não utilizadas (poluições à distância das indústrias urbanas e aglomerações urbanas); os problemas de ambiente ligados às características dos meios geográficos (riscos de incêndio, riscos de inundação). Estes riscos estão relacionados com a utilização do espaço.

As funções ambientais podem ser encaradas em duas dimensões: a dimensão recurso e a dimensão social (A. BERGER, 1998). Na primeira, está contemplado o

conceito de recursos naturais que, durante muito tempo, foram considerados como renováveis de maneira mais ou menos espontânea, possuindo *stocks* ilimitados.[276] Os recursos naturais são habitualmente classificados em renováveis e não renováveis e em móveis e imóveis[277]. Os recursos naturais eram considerados pelas diferentes sociedades como *stocks* disponíveis que os homens podiam explorar sem necessariamente se colocar o problema do seu esgotamento. A evolução das sociedades, o crescimento e a diversificação das necessidades contribuíram progressivamente para uma mudança na forma de encarar este problema, nomeadamente, na tomada de consciência do caracter limitado das reservas de alguns recursos, como os minerais, e da irreversibilidade das consequências do excesso de extracção incontrolada. A passagem de um uso livre e gratuito a um uso controlado e oneroso poderá apresentar diversas modalidades, segundo os bens e serviços a que se referem, de forma a permitir o controle e, nalguns casos, a renovação dos *stocks*. A percepção social do ambiente é mais recente não na sua afirmação, mas na sua dimensão e na sua generalização. Os homens sempre foram sensíveis ao carácter mais ou menos atraente das paisagens; no entanto, a inserção da paisagem na lógica do mercado fez-se apenas muito recentemente. O mesmo se pode dizer de certas qualidades atribuídas ao meio como a qualidade do ar, do clima, da água, da cobertura vegetal original e natural... Esta função social do ambiente pode ser encarada de uma forma individual ou de uma forma colectiva. Os indivíduos poderão beneficiar de certas vantagens oneradas ou gratuitas, segundo os diferentes procedimentos de consumo que praticam. Da mesma forma, a colectividade poderá ser

---

276 A evolução das sociedades e o crescimento do consumo levaram à tomada de consciência de que os recursos naturais apresentam *stocks* limitados, daí o risco de se esgotarem e da irreversibilidade das consequências de certas predações incontroladas.

277 Esta distinção é fundamental pois determina formas de produção distintas. No caso de recursos móveis o consumo dos bens produzidos em meio rural pode ser feito em locais muito longínquos dos de exploração e de transformação, enquanto que no caso dos recursos imóveis, serão os consumidores que se deslocam para consumir o bem (A. BERGER, P. CHEVALIER, 1998).

chamada a definir as regras e a encetar acções, em função dos interesses gerais da sociedade, para o tempo presente, mas tendo sempre em vista não prejudicar as gerações futuras.

À escala individual, sempre os homens tiveram o cuidado de integrar no seu modo de vida alguns elementos do meio ambiente. Aquilo que parece original nos tempos actuais é a extensão a franjas cada vez mais extensas da sociedade destas práticas.

Ao nível colectivo a gestão do espaço nas suas relações com o ambiente pode ir de simples medidas regulamentares com a finalidade de protecção de certas espécies de fauna ou de flora até à criação e a gestão de reservas naturais, passando por medidas financeiras de incentivo a determinadas actividades.

O ambiente pode contribuir para que os espaços rurais se possam apresentar como um património e um valor social para a sociedade global. O ambiente não se sobrepõe às questões rurais e agrícolas clássicas, mas reformula-as (M. MORMONT,1997). É um património sociocultural (paisagem, "savoir faire"), mas é também um conjunto de recursos que podem constituir objectos de negociação com as sociedades urbanas. O rural pode constituir-se um "valor indispensável" ao futuro das sociedades. O rural apresentar-se-iá como uma maneira das nossas sociedades pensarem, através do espaço, a transformação das suas relações com a natureza (M. MORMONT, 1996). Nesta perspectiva, a questão crucial em termos de desenvolvimento será saber a capacidade dos actores rurais para se imporem como mediadores, entre uma sociedade global cada vez mais diversificada e os espaços rurais [278].

---

278 M. MORMONT (1996) apresenta o exemplo da gestão dos recursos hídricos que será um aspecto de extrema importância no futuro e questiona se essa gestão será segundo uma tendência à centralização técnica e política ao nível das regiões ou se os actores locais (de categoriais socio-profissionais cada vez mais diversificadas) serão capazes de se impor como actores de uma gestão descentralizada e negociada no plano local.

Em síntese as funções essenciais do espaço rural são: a função de produção agrícola que se transformou e se diversificou; a função residencial, enquadrada num contexto de melhoria do *habitat* (condições de habitabilidade, poupança de energia), a função ambiental ligada à necessidade de preservar e valorizar os recursos naturais, a biodiversidade e a paisagem, que ainda não conduziu a verdadeiras actividades económicas, o que acontecerá num futuro próximo..

Contudo, sublinhe-se, que não se pode reflectir seriamente o ordenamento do território sem discutir previamente o projecto de sociedade. Não se deve isolar a dimensão territorial dos problemas, sob pena de utilização do território como terreno de diversificação, de forma a iludir os problemas de fundo.

A imagem dos campos de amanhã surge ainda nebulosa e a incerteza do futuro é tanto maior quanto esta imagem é construída a partir de modelos inadaptados às práticas territoriais do momento; modelos que reproduzem aqueles de um passado, aliás fortemente idealizado, em lugar de propor soluções novas para responder aos desafios das mutações actuais"(A. CHAUVET, 1992)

O maior dinamismo do espaço rural passa pela diversificação dos rendimentos e da estrutura económica local, num quadro de respeito pelo equilíbrio ambiental e de preservação e gestão sustentada dos recursos naturais.

# Capítulo 2

# A Serra do Marão: um espaço, vários futuros

## 2.1 - Pressupostos gerais

As tradicionais actividades económicas - a agro-pecuária e a exploração mineira - sofreram uma forte desvalorização económica e as oportunidades de emprego são ainda hoje muito limitadas no meio rural. Na área de Ermelo, por exemplo, os jovens têm poucas alternativas de emprego pelo que a Junta de Freguesia, sempre que tem de efectuar obras de reparação e/ou manutenção de certos equipamentos públicos, utiliza prioritariamente mão-de-obra local. Todavia este tipo de trabalho esporádico, se bem que fundamental, fica certamente aquém das expectativas de realização pessoal e profissional dos jovens.

A mobilidade diária da população tem aumentado, mas que parte podem assumir os custos de transporte no rendimento familiar? A crescente concentração e diversificação do mercado de trabalho nos centros urbanos aponta no sentido do reforço das acessibilidades. Embora tenham sido feitos progressos significativos, como seja o alargamento e a pavimentação de muitos caminhos de terra batida, a circulação nestas áreas ainda apresenta estrangulamentos, sobretudo para as crianças e para os idosos que não dispõem de motorização privada.

Propõe-se como áreas de crescimento de emprego:

- os serviços de apoio às famílias: a nível da melhoria da qualidade de vida e de formação e qualificação dos recursos humanos;

- os serviços de gestão da paisagem e dos recursos naturais. A actividade de manutenção de espaços verdes não é uma actividade nova no sentido estrito do termo, mas, sobretudo, uma actividade que terá uma importância cada vez mais forte por várias

razões: por ser objecto de uma crescente solicitação social, reflexo de novos padrões de vida; por as actividades ligadas à melhoria do quadro de vida, de valorização da paisagem, poderem constituir uma forma de superar as carências dos espaços rurais em vantagens comparativas do tipo económico; por ser um instrumento de reconquista de identidade.

São princípios básicos geralmente aceites como fundamentais para a revitalização do mundo rural a diversificação dos rendimentos e da estrutura económica local, num quadro de respeito pelo equilíbrio ambiental e pela preservação dos recursos naturais. As especificidades locais têm de ser valorizadas pois o território não pode ser mais considerado como mero suporte físico de infra-estruturas, de população, de actividades e políticas sectoriais, mas como factor de desenvolvimento.

Construir um modelo de desenvolvimento rural para a Serra do Marão deve ser, sem dúvida, uma tarefa pluridisciplinar, pelo que aquilo que aqui se pretende é apenas contribuir, na perspectiva geográfica, para a sua posterior definição.

O futuro deste território rural de montanha não pode ser discutido à margem da questão fundamental e prioritária que é a de esclarecer qual a mais adequada "arquitectura" para a paisagem humanizada, com as suas funções de habitação, produção de alimentos e conservação de ambiente saudável (I. ARAÚJO, 1995). Esta está dependente do projecto de sociedade que se pretende, dos valores que se consideram fundamentais. Os territórios realmente condenados ao abandono, à desertificação humana e à perda de identidade são, então, os sem projecto, porque sem recursos humanos capazes de os conceber e concretizar. (C. CAVACO, 1995)

Mas porque a gestão da paisagem se faz hoje, com critérios estabelecidos ontem, para produzir efeitos amanhã, a elaboração de critérios de gestão tem de fazer-se sempre a pensar nas necessidades de depois de amanhã e não apenas nas de hoje; sem

esquecer que o contínuo desenvolvimento de conhecimentos e tecnologias traz consigo, a curto ou médio prazo, novos anseios e novas necessidades, novos riscos e também formas mais apropriadas de organização das comunidades humanas, e de produção e de distribuição das suas subsistências. Por isso, os planos de ordenamento do território e os planos de gestão das paisagens não podem ser elaborados com base na "lógica económica" do passado, mas na que é previsível que seja a "lógica económica" no futuro próximo (I. ARAÚJO, 1995).

A agricultura é uma componente fundamental no desenvolvimento da Serra do Marão, contudo ela tem de responder a funcionalidades distintas. O pensamento técnico português acerca da agricultura e do meio rural sempre reagiu com atraso e por imitação. Pouco conhecedor das realidades estrangeiras, ficcionou modelos sociais e modelos técnicos que não só não eram os justificados pela realidade como nem sequer eram a realidade dos outros. Foi assim com o debate sobre a agricultura familiar, com o debate sobre a intensificação agrícola, com o debate sobre a agricultura a tempo parcial e a pluriactividade e pode ser hoje o mesmo com o debate sobre as relações entre a agricultura e o ambiente, a valorização dos produtos tradicionais e a diversificação das funções do espaço rural. (B. SOUSA SANTOS, J.REIS, 1995).

A agricultura a tempo parcial não pode ser secundarizada nem as actividades que com ela se combinam, no quadro das explorações familiares tradicionais, envolvendo a tempo parcial ou a tempo total alguns membros da família. Também não o pode ser no quadro de explorações familiares modernas e de explorações autónomas, onde igualmente são comuns a secundarização do trabalho e do rendimento da exploração, face ao desprestígio e à menor rendibilidade do sector, até mesmo quando especializado numa só cultura ou ramo animal, plenamente mecanizado e profissionalmente gerido, o que não significa inexistência de excepções, por razões estruturais, ambientais e pessoais.

Mas, cada vez mais, a pluriactividade se afirma como uma constante das sociedades modernas, incluindo não apenas as rurais como também as urbanas. (C. CAVACO, 1995). Isto exige que se apoie cada vez mais o agricultor a tempo parcial, avaliando os impactes da sua actividade na economia e no ambiente.

Numa área com predomínio da pequena exploração, é concebível que a pequena agricultura seja reinventada a partir do que existe, de modo não só a neutralizar a sua negatividade, transformando-a numa estratégia de afluência e de qualidade de vida, democratizando as suas práticas produtivas e reprodutivas, mas também a maximizar a sua potencial positividade. As vantagens da pequena agricultura portuguesa são precisamente as seguintes: permitir uma melhor qualidade de vida pelo equilíbrio que proporciona entre trabalho urbano e trabalho rural, ajudar a fixar a população nos campos e impedir o congestionamento nas cidades, não destruir o meio ambiente e produzir equilibradamente, evitando o problema dos excedentes (B. SOUSA SANTOS, J.REIS, 1995).

Nos tempos actuais, deve encarar-se a actividade do agricultor numa perspectiva multifuncional a qual, para além da produção poderá alargar-se ainda à protecção do ambiente ou da natureza, à de ocupação do território, garantindo uma presença humana e até uma condição de defesa (S. VARELA, 1992) da biodiversidade, de controle da ocorrência de incêndios, de preservação das paisagens.

As vantagens das produções de qualidade das áreas de montanha passam pela criação de mecanismos de efectiva certificação da qualidade dos alimentos que são comercializados, não só devido às formas de produção, mas também de acondicionamento (utilização de materiais inertes, isto é, que não deixam vestígios de produtos nefastos à saúde pública) e de transporte. Há um segmento em expansão da

população portuguesa disposta a pagar mais caro pelos alimentos que utiliza, mas que exige a criação de mecanismos que garantam um controle eficaz de qualidade.

Por conseguinte, a definição de estratégias de desenvolvimento rural para a Serra do Marão tem de estar adaptada às realidades desse território que é, como ficou demonstrado, muito heterogéneo. No entanto, há aspectos que são válidos para toda a Serra do Marão. Um primeiro prende-se com o valor do solo rural. Partindo do princípio que um solo urbano pode criar-se infinitas vezes, enquanto um solo rural é de difícil construção, pois repor todos os elementos do sistema ecológico numa proporção de equilíbrio é, com os actuais meios tecnológicos, impossível, as áreas rurais representam um recurso fundamental para a sociedade, pelo facto de serem uma reserva de natureza, de solo, de água, de biodiversidade. Nesta óptica, se o meio rural é detentor destas riquezas, elas não devem ser colocadas meramente para usufruto dos urbanos, mas devem primeiramente reverter-se em vantagem para as populações locais. O meio rural não é um jardim para lazer dos urbanos, mas o detentor de um conjunto de valores imprescindíveis ao desenvolvimento sustentável do país. A política de salvaguarda adoptada e que se traduz, nomeadamente, pela criação de áreas protegidas, da Reserva Agrícola Nacional e da Reserva Ecológica Nacional deve estender-se a todo o território nacional o que implica uma nova maneira de encarar o ambiente.

É pensar no ambiente apoiar o aproveitamento de energias alternativas e não poluentes para reduzir os gastos de energia em áreas rurais e utilizar formas de arquitectura mais ecológicas.

Parte da área de estudo está integrada no Parque Natural do Alvão e é já uma pretensão de alguns anos salvaguardar os biótipos da parte mais elevada da Serra do Marão. Todavia pertencer a uma área protegida é, ao contrário do que seria desejável, ainda hoje, frequentemente encarada de um modo negativo pelas comunidades locais

devido às inúmeras restrições que lhes são impostas. As vantagens comparativas nem sempre são evidentes, nem sinónimo de valorização da paisagem e melhoria da qualidade de vida. São mais visíveis as proibições sem que as pessoas das aldeias compreendam o valor ecológico para toda a sociedade da área que habitam. Considera-se fundamental implementar as seguintes medidas:

- Melhorar as condições de habitabilidade e apoio à aquisição de casa própria por parte das famílias de menores recursos económicos. Definir as aldeias que em função da sua dinâmica demográfica teriam vantagens em ver chegar novos habitantes. A atracção populacional terá de ser feita através de incentivos financeiros *visíveis*, isenções fiscais, reduções no IRS.

- Majorar o financiamento da aplicação de práticas agrícolas respeitadoras do ambiente. A actividade agrícola deve assumir aqui prioritariamente os seguintes modelos: agricultura biológica, agricultura de povoamento, agricultura de produtos de especificidade local;

- Utilizar a floresta numa perspectiva multifuncional, sempre numa óptica de conservação e valorização dos recursos;

- Preservação da biodiversidade paisagística, o que implica também conservar as manchas agrícolas;

- Criar um observatório de monitorização da qualificação ambiental[279] destas áreas protegidas.

Tendo em consideração a elevada fragmentação da propriedade, o abandono de terras consequência do envelhecimento da população considera-se importante constituir um *Banco de Terras* cuja finalidade seria melhorar as estruturas produtivas

[279] Considera-se aqui ambiente em sentido lato, integrando não apenas as variáveis de natureza bio-física, mas também de carácter social e económico.

agro-florestais. As terras adquiridas seriam resultantes de compras efectuadas a agricultores que desejassem cessar a vida activa e teriam várias finalidades :

- aumento da superficie de explorações viáveis;
- permitir trocas de prédios entre proprietários de modo a diminuir a fragmentação fundiária;
- instalação de jovens agricultores;
- salvaguarda de recursos naturais, incluindo paisagens;
- uma utilização mais racional desses espaços e a mais fácil implementação de políticas de reestruturação dessas áreas através da compra de terras aos privados. visto que as áreas florestais estão muito fragmentadas e dispersas por um grande número de proprietários,

Num modelo de crescimento económico baseado na dinâmica de actividades, mais adaptadas à procura mundial, um dos factores alavanca será a qualidade do sistema de educação e de formação. Este aspecto é tanto mais fundamental quando há um *déficit* de espírito empresarial no mundo rural, reflexo ele próprio da estrutura etária e de estrangulamentos na formação profissional. A rede escolar do 1° ciclo do ensino básico das áreas rurais depara com vários tipos de handicaps, sendo o principal a falta de alunos, de equipamentos e mobilidade excessiva dos professores. A qualificação do ensino nas áreas rurais implica optar por um tipo de educação integrada a iniciar no nível pré-escolar. Em vez de mudar apenas currículos, importa mudar a estrutura. Assim, os alunos passariam a dispor de um horário escolar [280] com uma carga horária diária superior à actualmente em vigor, onde, para além dos conteúdos programáticos

[280] Tendo em consideração as necessidades de formação e a actividade dos progenitores das crianças poderia ser das 9-17.

clássicos, os alunos teriam formação na área linguística[281], informática e novas tecnologias de informação[282], formação artística[283], actividades motoras do crescimento[284]. Este tipo de curriculum destina-se, numa óptica de justiça social, a permitir igualdade de acesso a meios que apenas alguns, pelos rendimentos familiares e disponibilidade dos pais, podem usufruir. Por outro lado, permite criar postos de trabalho na região. O Estado tem um papel fundamental na criação de condições que permitam maior igualdade na formação básica das crianças e menores desigualdades espaciais na qualificação dos alunos. A existência de cantina escolar seria uma forma de minorar os erros de dietas alimentares, diminuir carências alimentares e, sobretudo, ensinar as crianças a alimentarem-se, pois a alimentação também se reflectirá a nível do processo de aprendizagem. Encontram-se muitas crianças que demonstram dificuldades de aprendizagem e que não beneficiam de um apoio especial efectivo. A nível do ensino secundário, importa valorizar o valor social da diversificação e certificação de percursos alternativos e a formação em alternância nas vias orientadas para o ingresso na vida activa (J. RIBEIRO, 1999).

O turismo é um sector que não pode ser descurado, embora não possa continuar a ser encarado como o "*elixir da eterna juventude*". Nesta perspectiva, não basta criar alojamento, mas também é necessário qualificar as paisagens.

---

[281] Seria vocacionado para tomar contacto com o inglês o que serviria de motivação para a aprendizagem integrada no curriculum do 2º ciclo.

[282] Nesta fase seria fundamentalmente destinado a ensinar as crianças a comunicar através das novas tecnologias de informação. Deveria ser fomentado o contacto entre escolas através da Internet e de video-conferências.

[283] Considerava-se aqui as seguintes áreas artísticas: dança/ballet; música; pintura/escultura; teatro; ofícios tradicionais.

[284] Criar-se-ia um leque de alternativas em função das disponibilidades locais existentes, mas tendente a completar um conjunto de actividades desportivas básicas: natação, futebol, basquetebol, andebol, voleibol, ténis, ginástica, atletismo. Seria uma forma de aproveitar os equipamentos existentes, quer do sector público quer no caso de associações recreativas e desportivas, e de criar emprego ao nível de técnicos de desporto.

## 2.2.- A Serra do Marão em busca de um futuro sustentável

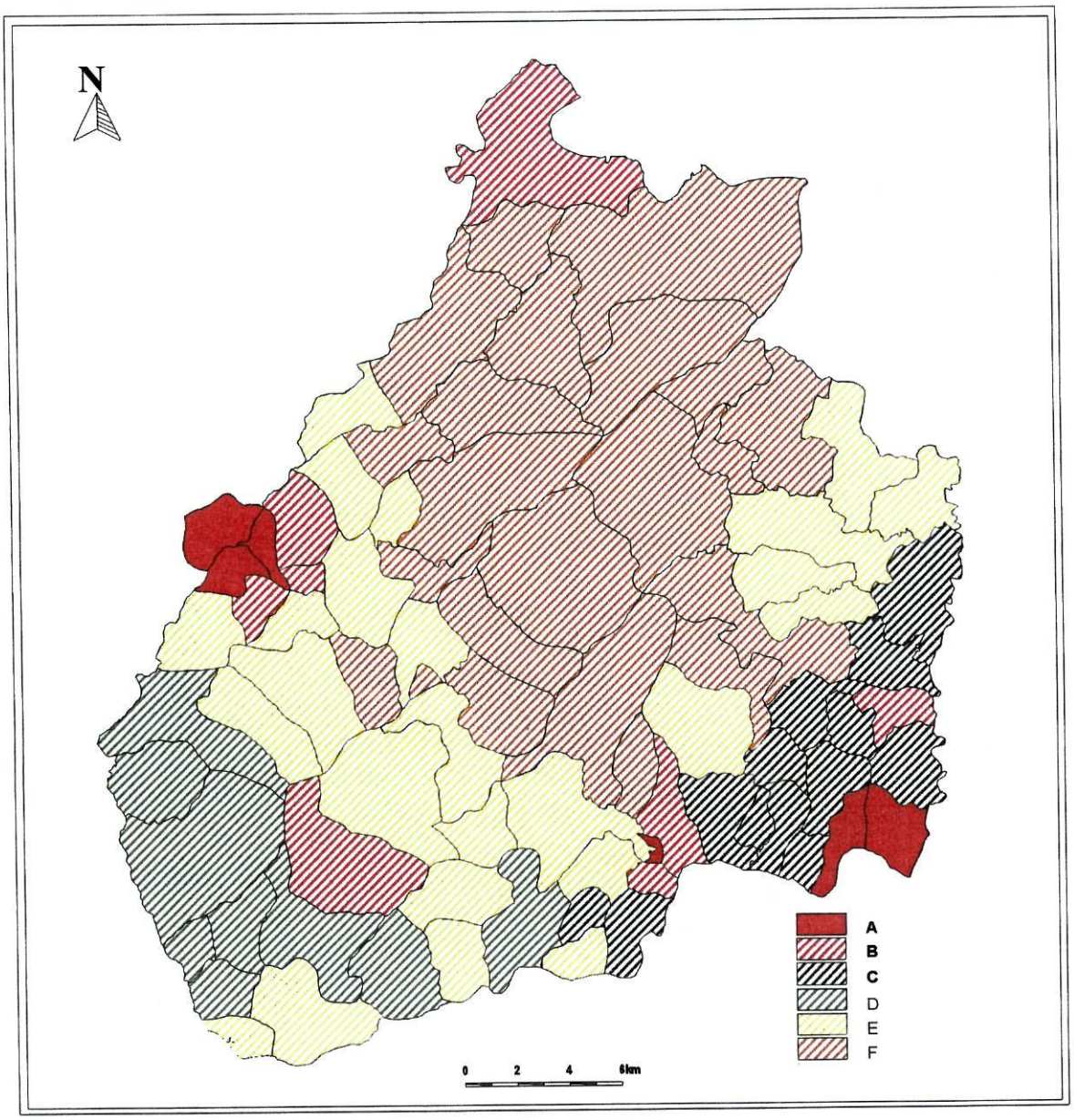
A estratégia que aqui se propõe é pluridimensional e territorialmente diferenciada, apoiada não apenas nos mecanismos do presente, mas perspectivada na lógica do futuro. Visa um desenvolvimento equilibrado e auto-sustentado.

Atendendo à diversificação da estrutura da população activa residente e à uniformização dos padrões culturais, optou-se por considerar que o tipo de uso do solo é fundamental para distinguir freguesias rurais de freguesias urbanas. Por conseguinte, em função da densidade populacional e da importância do *solo urbano*[285], distribuiram-se as freguesias da Serra do Marão em três categorias*: freguesias urbanas, freguesias semi-urbanas e freguesias rurais* (Fig. 108). Consideraram-se como freguesias urbanas: S. Gonçalo, Madalena, Cepelos, Peso da Régua, Godim e S. Nicolau, onde a classe do solo urbano tem maior representatividade e as densidades são mais elevadas. Aqui se encontra maior diversidade de funções.

Como freguesias semiurbanas foram consideradas aquelas onde se localizam as outras sedes de concelhos e que têm vindo a registar crescimentos populacionais. Estão nesta situação, Mondim de Basto, Campelo, S. Miguel, Sta. Cristina e Vila Jusã. Embora grande parte destas freguesias apresentem ocupação agrícola, o facto de aí se localizar total ou parcialmente a sede dos respectivos concelhos tem implicações em termos de densificação de construção e de funções.

---

[285] Conforme os cálculos a partir da imagem de satélite.




A – Freguesias urbanas
B – Freguesias semiurbanas
C – Freguesias rurais de dominante agrícola com especialização produtiva
D - Freguesias rurais de dominante agrícola com diversificação produtiva
E - Freguesias rurais de dominante florestal média
F - Freguesias rurais de dominante florestal forte

**Fig. 108 – Classificação proposta de freguesias rurais e urbanas**

A restante área foi considerada como rural, podendo evidenciar-se as seguintes subdivisões:

- rural de dominante agrícola, onde se distinguiu a Região Demarcada do Douro e a freguesia de Loivos da Ribeira com especialização na cultura da vinha das freguesias da parte Sul e Sudoeste onde a especialização produtiva não é tão evidente e não assenta necessariamente sobre os mesmos produtos. Evidenciam-se duas vertentes mais representativas: a produção pecuária e, noutras explorações, a cultura da vinha. Não se pode esquecer que se está a falar de freguesias integradas na Região Demarcada do Vinho Verde, sendo notório um aumento da extensão de vinhas contínuas (Foto 68 e Foto 69);
- rural de dominante florestal, constituída por freguesias em que mais de 50% da



**Foto 68 - Diversificam-se as especializações das explorações, mas a vinha é uma das grandes opções - Várzea, Amarante (Março, 1999)**

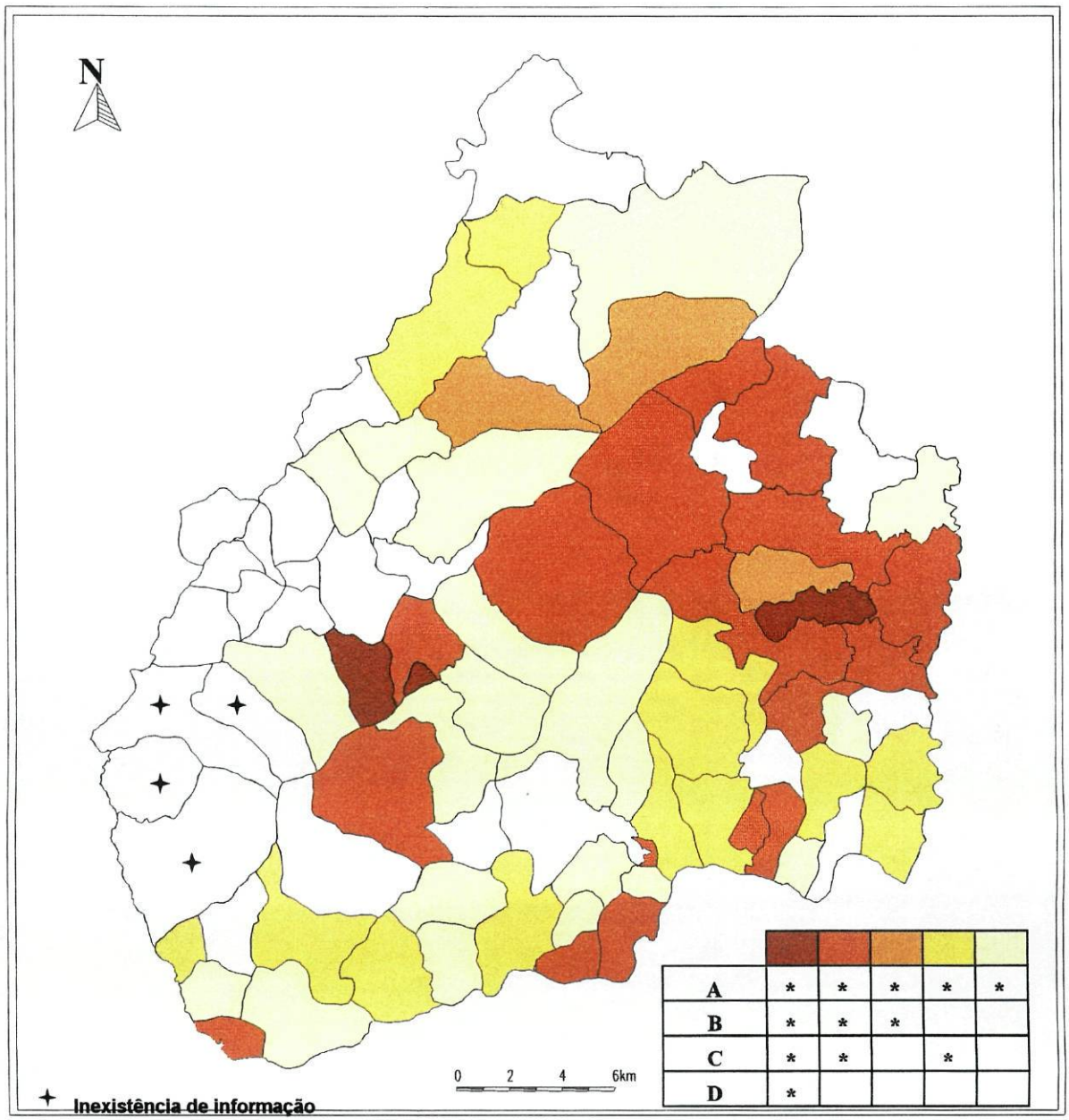
superfície é ocupada por bravio. As freguesias que integram as áreas de maior altitude têm taxas de cobertura por bravio superior a 70% e foram consideradas com dominante florestal forte.

Tendo como base a dinâmica demográfica entre 1950 e 1991, o crescimento natural entre 1990 e 1994, o índice conjuntural de fecundidade e o índice de envelhecimento, conclui-se que o despovoamento atinge a maior parte da Serra do Marão (Fig. 109). No entanto, as condições mais problemáticas, tendo como base estes indicadores, ocorrem em Carvalho de Rei e Fornelos.



**Foto 69 - Ano após ano aumenta a extensão de parcelas com vinha contínua – freguesia de Gestaçô, concelho de Baião - (Março, 1999)**

Com base nestas classificações, definiu-se um zonamento da Serra do Marão em função dos problemas existentes e das estratégias de ordenamento, tendo-se distinguido-se três sistemas territoriais: 1- Centros urbanos e rurais; 2- Áreas em despovoamento e 3- Biosistemas culturais (Fig. 110).




A – Variação negativa da população entre 1950 e 1991

B – Crescimento natural negativo entre 1990 e 1994

C – Índice conjuntural fecundidade inferior a 2,1 filhos/mulher

D –Índice de envelhecimento superior a 100%

**Fig. 109 – Despovoamento na Serra do Marão**

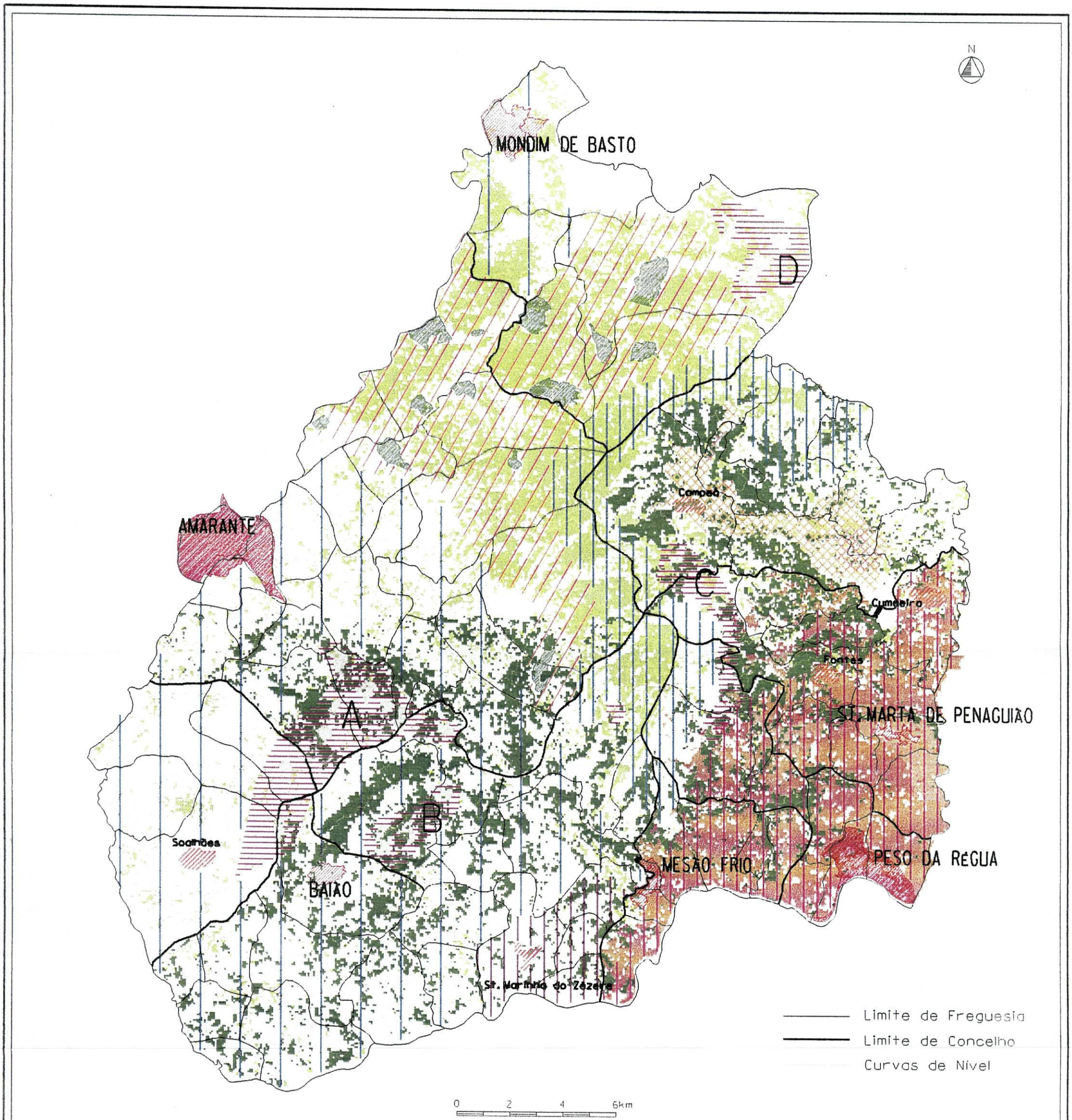
## 1- Centros urbanos e rurais

A consolidação das cidades médias e dos centros urbanos de nível inferior surge como um princípio basilar da política de ordenamento territorial. O posicionamento periférico de Vila Real, considerada como cidade média no contexto da rede urbana nacional, é importante para a Serra do Marão, em termos de emprego, de serviços à população e como gerador de fenómenos de periurbanização.

Na área em estudo, consideram-se dois ***Centros urbanos de rang superior (regional)***[286]*:* Amarante e Régua, mas as repercussões destes dois centros urbanos sobre a dinâmica territorial é diferente. O primeiro desenvolve fenómenos de periurbanização; já a cidade da Régua tem a sua expansão fortemente controlada pela cultura da vinha. Aqui se poderão concentrar os serviços mais qualificados deste território, onde a componente turística motivada, no primeiro caso, pelo património histórico-arquitectónico e gastronómico e, no segundo, pela imagem da especialização na produção de vinho do Porto, deverão continuar a ter um papel fundamental. Importa continuar a qualificar urbanística e culturalmente estas cidades para motivar a atracção de um segmento turístico cada vez mais exigente.

Como ***centros urbanos de rang inferior (local)*** consideram-se: Baião, Mesão Frio, Mondim de Basto e Sta. Marta de Penaguião. Todos eles são sedes de concelho, pelo que congregam todo um conjunto de funções inerentes a esse estatuto. Verifica-se, no entanto, que, em Baião, Mondim de Basto e Sta. Marta há uma dinâmica de crescimento visível pela expansão do espaço construído, enquanto que, no caso de

[286] No contexto territorial da área em estudo.




Centros Urbanos de Rang Superior

Centros Urbanos de Rang Inferior

Centros Rurais

Áreas em Despovoamento
(A-Aboboreira; B-Castelo; C-Marão; D-Alvão)

Povoamentos Puros de Resinosas

Povoamentos com Predominio de Folhosas (Carvalhos e Castanheiros)

Vinha da R.D.D.

Biossistemas Culturais

Area Agricola Especializada na Cultura da Vinha da R.D.D.

Área Agricola Especializada na Cultura da Vinha da R.V.V.

Sistema Agropecuário da "Região" da Campeã

Sistema Agropecuário Alvão/Olo e Pena-Suar/Senhor da Serra

Policultura da parte Ocidental da Serra do Marão/Aboboreira

Áreas Florestais de Interesse Ecológico

Reserva Bio-Ecológica do Marão/Alvão

**Fig. 110 – A Serra do Marão: Sistemas territoriais**

Mesão Frio, não obstante o valor arquitectónico deste núcleo, se assiste a uma certa estagnação a que não é estranho o facto de estar rodeado por vinhas.

A densidade populacional associada à existência de uma ou de um conjunto de povoações de "média" dimensão permite evidenciar quatro ***centros rurais***: Cumieira, Sta. Marinha do Zêzere, Fontes e Soalhães. Embora com menor volume populacional é, ainda, de considerar o centro rural da Campeã (tendo como centro o lugar de Feira Nova), onde estão implantados comércios (nomeadamente farmácia, comércio de carnes e venda de combustíveis), serviços (correio, restaurante, alojamento turístico, bombeiros, escola).

Em todos estes núcleos é importante apostar na criação de serviços e na qualificação urbanística.

No caso do centro rural da Campeã, importa fazer uma operação de renovação urbanística do largo existente, onde se realiza a feira, o que contribuiria para a melhoria de qualidade paisagística e das condições de socialização. É importante criar um espaço exclusivo e bem estruturado para a feira.

## 2- Áreas em despovoamento

Correspondem a áreas de povoamento concentrado em núcleos de pequena dimensão (<100 pessoas), localizados a altitudes elevadas. A maior parte deles ainda são servidos por estradões de terra batida (como acontece, por exemplo, na Aboboreira). Apresentam uma indiscutível beleza paisagística. Consideraram-se quatro áreas que se designam por: 1-Aboboreira, 2- Castelo, 3- Marão e 4- Alvão.

Nos perímetros considerados, só estão completamente abandonados Vale Abrigoso e Currais (freguesia de Campelo, concelho de Baião) e Telhada (freguesia da

Campeã, concelho de Vila Real). Em todas as outras aldeias a população tem vindo a diminuir e algumas delas já não foram consideradas no Censo de 1991, como aconteceu com Assureira e Carrazedo, por terem menos de 10 fogos. Os fluxos de saída diminuem, agora, porque os jovens são cada vez em menor número. O envelhecimento tem vindo a aumentar em todas elas e assume valores muito elevados. Em Guarda e Montes, mais de metade dos seus habitantes estão reformados. Há uma forte dependência da actividade agrícola e uma fraca mobilidade da população. Em muitos locais, como sucede em Carvalho de Rei e Montes, a população agrícola tende a ficar limitada quase só a agricultores reformados e sem continuadores.

Para estas áreas propõem-se as seguintes medidas:

No núcleo despovoado de Currais, apoiar a venda e a reconversão dos edifícios para a fixação de casais jovens e residências secundárias. Reconstruir o conjunto de espigueiros existentes.

Fomentar a recuperação arquitectónica de conjunto das aldeias habitadas (algumas delas consideradas nos PDM's com valor patrimonial) e a qualificação da sua estrutura morfológica. Entre os mais importantes, consideram-se Barreiro (Foto 70) e Carvalho de Rei, pelo conjunto de edifícios de arquitectura rural portuguesa. No caso do primeiro, permanecem ainda hoje muito edifícios com telhado de colmo, mas com miserabilíssimas condições de habitabilidade. Preservar não implica criar "reservas de mundo rural passado" mas efectuar exercícios de criatividade para inovar as formas de renovação do património arquitectónico. Muitas das famílias têm dificuldades em renovar os edifícios segundo a traça tradicional devido ao elevado preço das obras. Para esta situação muito contribui a falta de empresas de construção civil especializadas na recuperação de edifícios de arquitectura tradicional. Por isso, seria importante fomentar a criação deste tipo de empresas, elas próprias geradoras de postos de trabalho. O custo de

recuperação é actualmente muito superior ao de construção de um edifício novo, o que constitui um forte impedimento à recuperação de muitas aldeias. A intervenção pública a este nível parece fundamental.

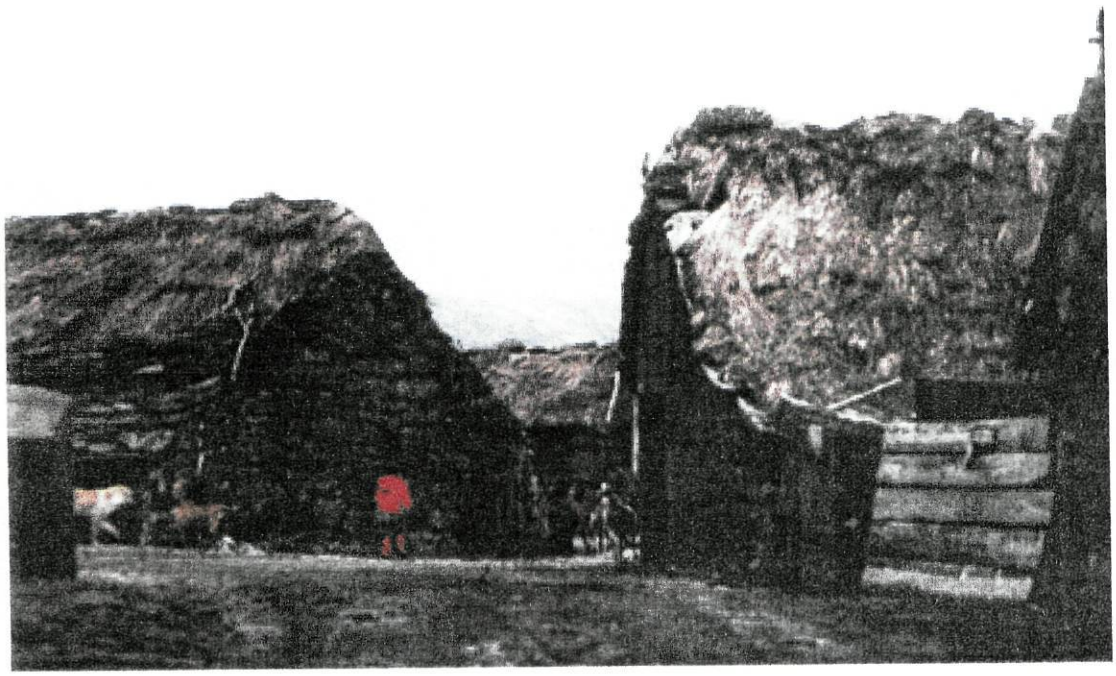


**Foto 70 - Aldeia de Barreiro (Parque Natural do Alvão). Preservar tem de se traduzir em melhoria das condições de vida da população ( Março, 1997).**

Os PDM's colocam, por vezes, excessivas restrições à construção de edifícios para fins de habitação principal em muitas aldeias serranas (Foto 71). Por outro lado, definem novas áreas de urbanização que, em muitos casos, acentuam a fragmentação do já escasso espaço com alguma aptidão agrícola e a desestruturação dos núcleos rurais. A análise das Cartas de Ordenamento dos PDM's, que cobrem a Serra do Marão, evidenciam a necessidade de se repensar a "arquitectura do território" em nome da conservação ambiental e, consequentemente, da sustentabilidade.



**Foto 71 - Covelo do Monte (freguesia de Aboadela- concelho de Amarante) está considerado como área de valor patrimonial, rodeado por baldios.**

As áreas agrícolas são pouco extensas e deve ser apoiada a sua manutenção. A função ecológica da agricultura é nesta áreas mais importante do que a produtiva. No entanto, poderão ser fomentadas a aposta em produtos biológicos e a criação extensiva de gado. A população agrícola também poderá participar no repovoamento cinegético e na limpeza de matas. Importa preservar a qualidade da água, financiando a adopção de práticas agrícolas não poluentes e, mesmo, pagar aos agricultores para conservarem este recurso natural.

Importa fomentar a fixação de jovens casais nestas aldeias, nomeadamente através de prémios de fixação e do recurso a taxas territorializadas do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares - IRS.

Interessa, ainda, melhorar os serviços de saúde, inclusive através da criação de postos móveis. Criar condições para o transporte rápido de doentes das aldeias mais isoladas aos centros hospitalares, nomeadamente através do recurso a meios aéreos- é outra prioridade.

Melhorar os serviços de educação e reestruturar as redes de transporte escolar de modo a permitir a utilização por parte de outros estratos da população que, à semelhança do que se passa noutros países, teria uma dupla vantagem: contribuir, embora de forma muito reduzida, para o financiamento deste serviço e, por outro lado, densificar a rede e evitar que haja crianças que saiam muito cedo de casa e regressem demasiado tarde, como acontece com as que habitam nas aldeias mais isoladas.

Atendendo ao facto de estas povoações estarem implantadas em áreas de forte risco de incêndio, é imprescindível criar mecanismos próprios de defesa das aldeias em caso deste tipo de acidente na floresta envolvente.

Haverá, ainda, que pensar na criação de pequenas áreas de lazer associadas a espaços verdes de qualidade que já surgem nalguns locais do Marão, por exemplo, em Ansiães. A manutenção destes espaços pode ser uma forma de criar algum emprego, numa área com forte *déficits*.

A construção de um pequeno parque de campismo no vale do rio Fornelo ou no vale do rio Marão, integrado ou não numa exploração rural, é outra medida que poderia ser posta em prática, bem como a valorização dos vestígios arqueológicos da área da Aboboreira que se encontram completamente votados ao ostracismo.

## 3- Biossistemas culturais

### A - Áreas agrícolas

### 3.1 - Especializada na cultura da vinha

Integraram-se neste conjunto territorial as áreas em que a cultura da vinha ocupa mais de 50% da superfície e que fazem parte da Região Demarcada do Douro e da Região Demarcada dos Vinhos Verdes. Os principais riscos existentes são: erosão e poluição dos solos. Não há problemas de escoamento do produto de qualidade, embora haja falta de mão-de-obra agrícola.

Importa continuar a apoiar a reestruturação das vinhas, a adopção de castas mais adaptadas e melhorar a qualidade do produto, bem como fomentar a utilização racional de produtos fitofarmacêuticos e de novas técnicas de controle das doenças da vinha. Outras medidas a equacionar serão: incentivar a produção de um vinho de qualidade e a sua colocação nos circuitos comerciais; defender a imagem de marca do vinho do Porto e de outros vinhos de ambas as regiões demarcadas.

### 3.2 - Sistema agro-pecuário da "Região da Campeã"

Na "Região da Campeã", as culturas permanentes não têm significado, a vinha não surge, os solos são profundos com água abundante. Há uma nítida orientação para a produção de gado. Aqui se concentram cerca de 45% dos efectivos leiteiros de toda a Serra. O gado miúdo sofreu uma regressão, mantendo-se, no entanto, com alguma importância no caso da freguesia de Pena, onde se tem apostado na criação de caprinos, aproveitando a extensa área de prados naturais. Já o mesmo não sucede em Vila Cova,

apesar de também apresentar condições naturais para a criação deste tipo de gado, o que se relaciona com a falta de pastores.

As vertentes envolventes da depressão da Campeã possuem condições para a produção de gado miúdo, sobretudo caprino, utilizando pastagens naturais. Na depressão propriamente dita, deve continuar-se a apostar no gado bovino. A excessiva intensificação deve ser controlada para evitar problemas de poluição. Melhorar a qualidade do leite produzido e comercializar um leite natural de qualidade sem resíduos de produtos químicos que poderia ser comercializado sob uma denominação geográfica de origem, parece, igualmente, prioritário.

Aproveitando a proximidade ao centro urbano de Vila Real, algumas explorações orientaram o seu sistema de cultura para a horticultura que pode ser uma alternativa muito positiva em termos de diversificação da produção.

A melhoria de qualidade dos soutos existentes poderá traduzir-se positivamente para esta região, pois há condições naturais para a produção de castanha e há procura deste produto.

### 3.3 - Sistema agro-pecuário do Alvão/Olo e Pena Suar/ Senhor da Serra

Mais de metade da superfície é ocupada por bravio. Predominam os povoamentos puros de resinosas, sendo a espécie mais divulgada o *pinus pinaster*. Na parte superior das vertentes, dominam as formações subarbustivas.

As áreas agrícolas são pouco extensas, ocupando não só fundos de vales e rechãs, como também as próprias vertentes onde se construíram socalcos. Predomina a policultura associada à criação de gado, sobretudo caprino, motivada pela extensão da área de bravio. A vinha tem pouco significado e desaparece por completo nas manchas

agrícolas localizadas a maior altitude, como acontece, por exemplo, nas proximidades de Barreiro, Varzigueto e Covelo do Monte. Nesta parte da Serra, a agricultura é importante para manter parte significativa da população e tem uma função ecológica fundamental. Devem ser fomentadas formas de agricultura não poluentes, com controle muito apertado da utilização de produtos químicos.

A função produtiva da agricultura deve ser orientada para a produção de artigos biológicos; para a criação de gado alimentado sem rações, pelo que importa melhorar as pastagens e as condições de armazenagem das forragens; deve-se, igualmente, fomentar a cultura do linho, pois existem muitos teares, sobretudo na parte Norte da Serra (por exemplo, em Mondim de Basto, Ermelo, Vieiros); haveria, ainda, que incentivar culturas de espécies vegetais medicinais, com aplicação na indústria farmacêutica e na fabricação de produtos utilizados pela medicina naturopata.

Importa melhorar a qualidade dos produtos e apostar na certificação de produtos como o mel, cabrito e borrego desta região e apoiar a criação de pontos de venda de produtos locais na própria aldeia.

A nível das estruturas das explorações agrícolas, pensa-se ser importante apoiar a reestruturação fundiária e a criação de sistemas próprios de combate de incêndios nas povoações e nas explorações marginais dos maciços florestais.

A floresta tem uma função produtiva evidente embora seja importante diversificar as espécies utilizadas. Nos solos mais profundos, dever-se-ia continuar a optar por plantar folhosas de modo a aumentar a biodiversidade paisagística e também faunística (Foto 72).



**Foto 72 – Criação de cavalos nas proximidade de Paradança – Mondim de Basto - (Março, 1999).**

A revitalização do mundo rural também passa por aproveitar a beleza de fenómenos naturais como, por exemplo, as Fisgas - queda do Olo - (Foto 73) aumentando a biodiversidade paisagística de modo a atrair visitantes.

A preservação da qualidade da água é fundamental, pelo que as comunidades locais, através de formas a estudar, deveriam ser subsidiadas para a preservar.

Apoiar a criação de um pequeno centro de lazer com restaurante com gastronomia típica e utilizando produtos de qualidade será uma outra opção. A sua viabilidade económica dependeria da qualidade do serviço prestado. Uma das alternativas propostas seria em lugares da freguesia de Ermelo, nomeadamente Varzigueto.



**Foto 73 –Fisgas de Ermelo (Março, 1999)**

Outra medida a implementar seria o apoio à criação de empresas constituídas por residentes e vocacionadas para as tarefas de arborização e de limpeza de matas e utilização dos subprodutos.

Nos núcleos em despovoamento e cuja manutenção de limiares mínimos de população é fundamental em termos de gestão da paisagem, importa criar incentivos fiscais e financeiros à fixação de novos casais, através de apoios à aquisição/construção de habitação própria e à recuperação do património; deve-se, ainda, favorecer a adopção de modelos arquitectónicos que respondam aos princípios de integração na paisagem e de construção ecológica. É fundamental qualificar os núcleos de povoamento, melhorando a qualidade de vida de muitas famílias. Porque é que se constróem casas para irradicar as barracas nas áreas urbanas e se mantêm situações precárias de

habitabilidade em meios rurais? Urge, pois, financiar a reconstrução de edifícios para primeira habitação.

A construção de um lar para a terceira idade numa aldeia previamente seleccionada e onde os idosos poderiam dispor de um ambiente natural mais acolhedor e poderiam exercer tarefas diversas parece ser, ainda, uma medida exequível, assim como a criação uma colónia de férias para crianças e jovens onde lhes seriam oferecidas actividades de exploração do meio, nomeadamente, equitação e alguns desportos radicais.

### 3.4 - Policultura da parte ocidental da Serra do Marão

Predominam as culturas temporárias, sendo as principais o milho e as culturas forrageiras associadas à criação de gado bovino. O gado ovino também mantém alguma importância, sobretudo no vale do rio Ovil.

Embora pertença à região Demarcada dos Vinhos Verdes a superfície ocupada por vinha é reduzida (na maior parte das freguesias é inferior a 25%), apesar de surgir com maior incidência nas vertentes soalheiras do Vale do Douro e da margem esquerda do Tâmega, nas proximidades de Amarante.

A agricultura deverá continuar a assentar na diversificação de produção, mas com especialização de explorações em produções distintas: vinho, pecuária, floricultura, horticultura.

Deve-se, ainda, apoiar o aumento de dimensão das explorações de modo a viabilizar economicamente algumas explorações, nomeadamente através dos incentivos à cessação da actividade por parte dos agricultores de idade mais avançada e pela constituição de um Banco de Terras.

A floresta mista predomina. O subbosque está pouco cuidado e as árvores existentes provêm sobretudo da regeneração natural. A reflorestação existente é, sobretudo, objecto de eucaliptização. Nas áreas de solos mais profundos, deve-se continuar a apoiar a plantação de espécies de folhosas para a produção de madeira de qualidade e para fomentar o desenvolvimento de espécies cinegéticas. A valorização da paisagem implica limpeza de matas de espécies sem valor económico e ecológico (Foto 74).



**Foto 74 – Conjunto de moinhos num pequeno ribeiro junto à aldeia de Ermida - freguesia de Valadares, Baião. Apenas um deles está em funcionamento. (Março, 1997).**

## B- Áreas florestais

### 3.5 – Povoamentos florestais de elevado interesse ecológico

Consideram-se aqui os grandes conjuntos florestais constituídos por folhosas, que se interpenetram com manchas de resinosas e com parcelas agrícolas,

nomeadamente nos vales dos rios Ovil e Fornelo e nas vertentes da depressão da Campeã, entre outros de menor extensão. A maior parte destes povoamentos necessitam de tarefas de beneficiação para melhorar a qualidade da madeira produzida e, consequentemente, a sua rentabilidade económica. Este tipo de floresta favorece o desenvolvimento de espécies cinegéticas. Tem, também, uma função de protecção contra os incêndios muito importante, numa área com elevados riscos de ocorrência.

### 3.6 - Reserva bioecológica do Marão/Alvão

A Reserva bioecológica da Marão/Alvão corresponde às áreas de altitude mais elevada da área em estudo (acima dos 800 metros) e a maior parte está submetida ao regime florestal. A Serra do Marão sofreu um grande incêndio em Setembro de 1985 que percorreu, aproximadamente, 3000 ha e destruiu grande parte dos povoamentos florestais aí existentes e que eram constituídos quase exclusivamente por *Pinus Pinaster* e *Pinus Sylvestreis*. Desde então, têm sido objecto de vários projectos de rearborização e de beneficiação financiados no âmbito do PAF e PDF. Tem sido prática comum nos últimos anos diversificar as espécies utilizadas na arborização[287], sobretudo nos terrenos submetidos ao regime florestal, fundamentalmente por duas ordens de razões: criar écrans de protecção contra incêndios; permitir o fomento da caça. A floresta nesta área, para além do valor económico, tem uma função ecológica muito importante, pelas implicações na erosão dos solos e sobre o clima.

A actividade florestal é aqui muito importante pela extensão que ocupa, embora não crie grande número de postos de trabalho. Nos perímetros submetidos ao

regime florestal, os trabalhos de plantação, manutenção e corte são feitos por empresas que concorreram a concursos públicos e que não são da área. É importante apoiar a constituição de pequenas empresas locais habilitadas a exercerem essas tarefas, o que contribuiria para reduzir a falta de alternativas de emprego existente nesta área montanhosa.

Em termos de aspectos de naturais de interesse, salientam-se as estruturas dobradas no Senhor da Serra, uma captura actual nas cabeceiras da Ribeira de Chão Rosso e as minas em inactividade. Atendendo à existência de galerias resultantes da exploração mineira, poder-se-ia aproveitar uma delas para criar um museu *in situ* desta actividade, com funções didácticas assumidas, recorrendo também às novas tecnologias. Para além de ser possível observar a estrutura geológica em profundidade, seriam fornecidas indicações sobre todo o trabalho nas minas e suas consequências sobre o organismo humano. Nesta óptica, os visitantes disporiam de todo um conjunto de noções de geologia, física, química, biologia. Seria também importante aí permitir conhecer a situação da indústria extractiva no mundo e as consequências do excesso de exploração dos recursos naturais não renováveis e, consequentemente, actuar em termos de educação ambiental. Atendendo ao aproveitamento da energia eólica já em funcionamento na Serra do Marão, importava integrar informações sobre o funcionamento das diferentes fontes de energia e os seus impactes ambientais. A defesa do ambiente seria uma das vertentes mais fortes aqui contempladas, sendo importante abordar a questão das vantagens e custos ambientais das diferentes fontes de energia. Seria fundamental privilegiar a observação da natureza. Uma das localizações prováveis deste projecto poderia ser no vale do rio das Bojas por várias razões: a existência de

[287] Têm sido utilizadas *Castanea Sativa, Quercus robur, Quercus Pyrenaica, Acer pseudoplatanus, Pinus Nigra, Pseudotsuga menziesii, Cupressus Lusitânica, Chamaecyparis* ,entre outras.

bons estradões de acesso, a proximidade à área de Montes que poderia ser integrada neste complexo, visto que, em termos paisagísticos, não interessa densificar o espaço construído, pois a vertente da paisagem natural e da biodiversidade deve ser dominante.

Neste sistema territorial, a preservação da qualidade da água é fundamental, com evidentes vantagens económicas, atendendo ao facto de estar já a ser comercializada sob a designação de *Água do Marão.*

***

O zonamento definido para a Serra do Marão é uma estrutura básica de referência que permite evidenciar a existência de microssistemas de utilização do solo. Toda a política de ordenamento e de desenvolvimento deverá ter este facto em conta, mas também deve estar consciente da extrema sensibilidade e fragilidade dos equilíbrios ambientais e do aproveitamento vantajoso que daí pode resultar num contexto de pluriactividade. Cada um dos sistemas territoriais definidos tem de ser analisado na sua componente social - o projecto das comunidades locais - e na sua componente económica - o ambiente tem de ser contabilizado como uma vantagem económica de curto e longo prazo capaz de gerar investimentos e emprego num sector em emergência embora com rendimentos assegurados.

A valorização da componente ambiental perspectiva a necessidade de se repensar o actual sistema de organização territorial subordinado à estrutura das redes urbanas, ainda fortemente hierarquizadas, com espaços residuais - as áreas rurais - sempre sujeitas à pressão urbanística mesmo que abrangidas por esquemas de protecção da natureza (nomeadamente áreas protegidas, reserva agrícola nacional e reserva ecológica). Se bem que a lógica de intervenção nas cidades médias se revele positiva, como forma de aumentar a coesão económica e social do país, a qualificação dos centros

urbanos de pequena dimensão, a protecção dos solos agrícolas e florestais são também imprescindíveis para alcançar esse objectivo.

Mas, independentemente das estratégias, não pode deixar de se defender que o desenvolvimento da Serra do Marão, à semelhança do que deve acontecer na maior parte dos espaços rurais, não deve ser perspectivado na "lógica urbana" pois, nesse caso, corre-se o risco de ter uma montanha sem "montanheses".

# Conclusão

A análise da organização territorial da Serra do Marão que se efectuou não está, de modo algum, completa, pois esta problemática obriga a uma abordagem multidisciplinar, integrando necessariamente outras ciências sociais, como a economia e a sociologia. A perspectiva de análise adoptada foi meramente geográfica e defrontou-se com um forte *déficit* de informação que limitou a compreensão dos processos e a avaliação dos seus impactes. No entanto, permitiu definir novos campos de investigação para trabalhos futuros.

O objectivo principal deste trabalho era conhecer a complexidade da organização territorial da Serra do Marão, evidenciar os indícios de "renascimento rural" e definir cenários de sustentabilidade fundamentado numa abordagem à micro-escala. O forte despovoamento, que, desde meados do século tem caracterizado o mundo rural português, assume particular significado nas áreas montanhosas pelos fortes condicionalismos de natureza física – declive, altitude, exposição – que influenciam a ocupação do solo e a acessibilidade.

Para alcançar esse objectivo, numa área de 732 $km^2$ distribuídos por 82 freguesias, optou-se por recorrer a vários tipos de fontes: informação disponível e publicada pelo INE e por diversos organismos públicos, consulta dos assentos de nascimento e de óbito nas Conservatórias de Registo Civil, imagem de satélite, entrevistas, inquéritos. Face ao elevadíssimo volume de informação disponível, optou-se por integrá-la num sistema de informação geográfica, não apenas por uma questão de armazenamento de dados, mas, sobretudo, para dispor de meios de análise dessa informação que permita a compreensão dos processos em jogo e orientem a tomada de

decisões num quadro de desenvolvimento sustentável. Uma outra vantagem deste tipo de tecnologia é que a informação pode ser armazenada com um grande nível de detalhe e depois impressa com um nível de informação mais geral e a diferentes escalas. Como cartografia de base, utilizou-se a altimetria e rede hidrográfica na escala 1/25 000 e a divisão administrativa na escala 1/250 000, o que, obviamente, não traduz a situação ideal quando se pretende uma análise ao nível da freguesia e do lugar. A partir da altimetria, construíram-se três mapas: hipsométrico, declives e exposições. As características assumidas por cada um destes elementos foram quantificadas ao nível da freguesia o que permitiu comprovar a grande heterogeneidade existente. Se algumas freguesias estão situadas a mais de 600 metros de altitude, têm declives superiores a 18° em mais de 40% da sua superfície e mais de 50% das suas vertentes estão expostas ao quadrante norte, noutras os parâmetros de natureza física não são condicionantes.

Esta heterogeneidade tem reflexos no uso do solo. Os contrastes existentes foram sistematizados a partir do tratamento de uma imagem de satélite SPOT que era, na altura, a que permitia um grau de resolução mais elevado, aspecto muito importante atendendo às características da paisagem. Criaram-se várias classes de uso do solo, podendo-se concluir que, na Serra do Marão, é possível individualizar três áreas distintas:

- a Região Demarcada do Douro e a freguesia de Loivos da Ribeira, onde domina quase que exclusivamente a agricultura. Apenas as freguesias que se estendem até à parte mais serrana, com maiores altitudes e declives, evidenciam alguma importância das formações herbáceas e florestais. É o domínio de especialização na viticultura;
- a parte norte e noroeste onde a agricultura, se bem que importante na economia de muitas das explorações, ocupa áreas reduzidas e descontínuas armadas em socalcos.

É o domínio das formações florestais que, todavia, não criam grande número de postos de trabalho;

- a região da Campeã e a parte ocidental onde a actividade agrícola ocupa grande parte do solo. Os sistemas de cultura são diversificados em função das condições climáticas e geomorfológicas. A composição florística da floresta é territorialmente muito diversificada. Se, na região da Campeã, as culturas permanentes não têm significado e a vertente de produção de gado bovino leiteiro é fundamental, na restante área, toda ela integrada na Região Demarcada dos Vinhos Verdes, a vinha e a pecuária são elementos chave da especialização produtiva. É forte a representatividade da agricultura de complemento exercida a tempo parcial.

As conclusões extraídas a partir do tratamento da imagem de satélite, e que foram completadas e reforçadas pela análise da informação do último Recenseamento Geral Agrícola, não obstante a diferenciação de momentos de observação, permitiram elaborar mapas da ocupação do solo na escala 1/50 000 para toda a Serra e possibilitaram a quantificação do uso do solo à escala da freguesia.

Esta cartografia comprova a diferenciação do povoamento. No intuito de melhor sistematizar esses contrastes, recorreu-se aos Recenseamentos da População com informação à escala do lugar. A falta de comparabilidade dos diferentes censos limitou a compreensão da dimensão do processo de despovoamento neste espaço serrano e dos factores que lhe estão associados. No entanto, a criação em 1991 da Base Geográfica de Referenciação Espacial revela-se fundamental para o estudo do povoamento. Procedeu-se à rasterização da BGRE fornecida em cartografia analógica pelo INE, o que possibilitou a elaboração de uma carta inédita da densidade populacional por subsecções e que permitiu concluir que 68,5% da superfície da Serra do Marão ou não é habitada ou

apresenta densidades inferiores a 50 habitantes/km$^2$. As maiores densidades (superiores a 1000 hab/km$^2$) surgem preferencialmente no vale do Douro.

Embora muitos dos lugares tenham apresentado taxas de crescimento negativas, o que está patente no estado de ruína de muitos edifícios, só se detectaram três pequenas povoações completamente abandonadas - Vale Abrigoso (freguesia de Campelo) e Telhada (freguesia da Campeã), desde meados do século, e Currais (freguesia de Campelo), no fim dos anos oitenta. Se há povoações que *envelhecem* e que transformadas em ruínas, perdem a altivez de quem foi preterido, noutros locais emergem novos núcleos populacionais símbolos do rompimento com a tradição e com tudo o que ela arrasta de negativo, ou simplesmente sinais de emergência de uma uniformização de exteriorização de valores. Nos anos noventa novos núcleos populacionais surgem, como sejam Charrasqueira (freguesia de Loivos do Monte) e Olivais (freguesia de Ansiães), em freguesias que se considerou estarem em despovoamento. Este atinge a maior parte da Serra como se pode concluir através das taxas de crescimento e dos saldos migratórios. Em muitas delas, o crescimento natural também já se apresenta negativo, o que tem repercussões sobre a sustentabilidade deste maciço montanhoso. Nas áreas em despovoamento, não se trata de favorecer o completo abandono das aldeias, mas sim, criar mecanismos que permitam a manutenção das pessoas. A definição nos PDM's dos espaços urbanizáveis tem influenciado negativamente a própria sustentabilidade de muitos núcleos populacionais, ao condicionar a sua própria expansão, embora noutros locais se autorize o surgimento de novas povoações com os custos de infra-estruturação e ambientais que daí advêm.

As freguesias com maior dinamismo demográfico correspondem a centros urbanos. O crescimento populacional da cidade de Amarante tem gerado mecanismos de "atracção", intensificando-se a periurbanização. Esta também é evidente na periferia

oriental da Serra do Marão resultante da expansão urbanística da cidade de Vila Real. A extensão territorial da urbanização, associada à dinâmica do mercado de trabalho e ao crescimento económico parecem ser fundamentais na explicação do crescimento populacional desta área. A emergência de outros pequenos centros urbanos é, sem dúvida, fruto de novas dinâmicas económicas e sociais relacionadas também com o facto de serem sedes de concelho.

Na periferia dos núcleos urbanos, o principal problema que se coloca é o controle da expansão urbanística para impedir a destruição de recursos naturais e o acentuar da fragmentação de usos do solo, com a evidente perda de qualificação ambiental.

O decréscimo da fecundidade é o principal responsável pela diminuição do crescimento natural e pelo envelhecimento da população. Embora a Serra apresente uma estrutura etária ainda jovem, nalgumas das suas freguesias os idosos são já mais numerosos que os jovens, como acontece em Carvalho de Rei e Fornelos. O envelhecimento é um processo em expansão, mas que não pode ser encarado de um modo estável, nem se comporta de uma forma sempre uniforme e tendente a um aumento, como se pode verificar pela análise efectuada. Em todas as freguesias em que o índice de envelhecimento diminuiu entre 1981 e 1991, a fecundidade manteve a tendência decrescente pelo que a explicação relaciona-se com as estratégias migratórias. No entanto, o facto de se estar a contextualizar esta problemática em unidades administrativas com quantitativos populacionais reduzidos e, por conseguinte, com uma grande variabilidade do número de efectivos por geração, também pode influenciar esse comportamento.

Para o decréscimo populacional da Serra do Marão muito contribuiu a falta de alternativas de emprego e a deficiente acessibilidade às principais bacias de emprego.

Ainda hoje, a área em estudo é incapaz de empregar toda a população activa aí residente, tendo-se verificado, ao longo dos anos oitenta, um acentuar da dependência exterior em termos de emprego. Assistiu-se à concentração do emprego nas áreas urbanas, tendo-se intensificado a mobilidade da população. A política regional adoptada nos anos noventa, através dos programas regionais, das iniciativas locais de emprego, do programa de criação do próprio emprego, das acções no âmbito do LEADER têm tido repercussões positivas no mercado de trabalho. No entanto, não se dispõe de outros elementos que permitam fazer uma avaliação correcta dos seus impactes. O sector de conservação ambiental poderá levar ao surgimento de novos postos de trabalho que não têm nas estruturas jurídicas actuais enquadramento, mas que respondem a uma imposição social em emergência.

Apesar do decréscimo do crescimento natural, do envelhecimento da população e das fracas densidades, a Serra do Marão apresenta-se a médio prazo sustentável em termos demográficos. Para esta realidade contribui a posição geográfica da Serra do Marão em relação às principais vias rodoviárias estruturantes do território (fig. 1, pág. 23), que constituem uma vantagem para o seu desenvolvimento.

Pode concluir-se que a identidade da Serra do Marão é mais uma resultante da sua especificidade como maciço montanhoso do que de uma homogeneidade de usos do solo. É possível diferenciar vários biossistemas culturais reflexo de opções distintas de sistemas de produção, que influenciam as estratégias de rendimento da população agrícola e que é fundamental considerar em termos de definição de estratégias de desenvolvimento sustentável. De facto, a identidade da Serra do Marão ganha-se na heterogeneidade de combinações dos aspectos físicos, sociais e económicos, que importa manter como mais-valia de sustentabilidade deste território.

# BIBLIOGRAFIA

ABREU, N. M. C. - *Quelques notes sur la technique de production du vin du Porto*. Peso da Régua: ADVID, 1991.

AFONSO, Alípio Martins - *Fontelas: Perfil monográfico*. [s.l.]: ed. A.,1971.

AGUETTANT, D.; ALLEFRESDE, M. - *L'avenir de l'emploi dans les zones rurales fragiles*. Paris: La Documentation Française, 1991.

AGUILERA ARILLA, Mª José - El envejecimiento de la población en Aragón. *Estudios Geográficos*. Madrid. ISSN 0014-1496. LVII: 225 (1996) 573-595.

ALARCÃO, Alberto de - Êxodo rural e atracção urbana no Continente. *Análise Social*. Lisboa. ISSN 0003-2573. 2: 7/8 (1964) 511-573.

ALARCÃO, Alberto de - *Mobilidade geográfica da população de Portugal (Continente e Ilhas adjacentes): Migrações internas 1921-1960*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969.

ALLAIRE G. [et al.] - *L'evolution des activités économiques dans les espaces ruraux de Midi-Pyrénées. Le cas du rural profond.-Castanet Tolosan*. Paris: INRA, 1992.

ALMEIDA, J. - Vitivinicultura duriense: contributo para uma actualização. *Observatório*. Vila Nova de Gaia. 1 (1990) 17-30.

ALMEIDA, João Ferreira [et al.] - *Regiões rurais periféricas: que desenvolvimento? Uma experiência no concelho de Almeida*. Lisboa: CAIS e CIES, 1994.

ALPHANDERY, Pierre; BITOUN, Pierre; DUPONT, Yves - *Les champs du départ: une France rurale sans paysans?*. Paris: La Découverte, 1989.

ALONSO SANTOS, J.L.; CABERO DIÉGUEZ, V. - *El Bierzo. Despoblación rural y concentratión urbana*. Ponferrada: Instituto de Estudios Bercianos, 1982.

ALVAREZ, José Cortizo [et al.] - *La Omaña. Transformaciones en un espacio rural de la montaña leonesa*. Leon: Universidad de Leon, 1994.

ALVES, F. [et al.] - Ordenamento do território em áreas protegidas: o Parque Natural do Alvão. *5ª Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente*: actas. Aveiro, 1996. p. 595-605.

AMARO, Rogério Roque - O desenvolvimento local: um caminho para a sociedade - providência?. In *Seminário Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva*: actas. Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos [da] FLUC, 1996. p.221-233.

ANDRÉS SARASA, José Luis - El "Turismo de interior" en la Región de Murcia. Utopias Y Demagogias. *Papeles de Geografia*. Murcia. ISSN 0213-1781. 20 (1994) 107-118.

ANTON CLAVÉ, Salvador; LÓPEZ MONNÉ, Rafael - Turismo rural, desarrollo local y preservación del ambiente. Elementos para un desarrollo sostenible del turismo en la zona de montanã Prades-Montsant, Cataluña. *ERIA-Revista de Geografia*. Oviedo. ISSN 0210-0563. 35 (1996) 227-238.

ANTONELLI, Gervasio; RAIMONDO, Laura - Quelques unes des contributions les plus récentes au débat théorique sur l'Économie du Développement. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 212 (1992) 3-10.

ARAÚJO, Ilídio de - O Ordenamento do Espaço Rural. In *20 Valores do mundo rural*. Lisboa: Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural, 1995. p.156-160.

ARNALTE, Eladio - Modelo productivo de la agricultura europea y reforma de la PAC. In *Agriculturas y políticas agrarias en el sur de Europa*. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentacion, 1993. p.277-289.

ARROTEIA, Jorge Carvalho - Aspectos da evolução demográfica no concelho de Peso da Régua. In *Actas das 1ª Jornadas de Estudo Norte de Portugal/Aquitânia*. Porto: CENPA, 1986. p.369-379.

AVILLEZ, Francisco - A evolução da PAC e o futuro do mundo rural. In *Seminário Novas Políticas europeias e desenvolvimento rural em Portugal*. Lisboa: Direcção Geral do Desenvolvimento Rural, 1997. p. 41-57.

AYDALOT, Philippe - *Milieux innovateurs en Europe*. Paris: GREMI, 1986.

AZEVEDO, Mª Eduarda - *A Política Agrícola Comum: Uma Política controversa na Hora da Mudança*. Coimbra: Almedina, 1996.

BACHILLER MARTÍNEZ, J.M - Dinámica actual de la población en la provincia de Soria. *Geographicalia*. ISSN 0210-8380. 21-24 (1984) 87-100.

BAGES, R. - Les déterminismes sociaux de l'êxode rural. In *Migrations intérieures. Méthodes d'observation et d'analyse*. Paris: CNRS, 1975. p.365-373.

BAILLET, Claude - L'avenir du monde rural dans le contexte européen. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 202/203 (1991) 19-24.

BAILLY, Antoine; FERRAS, Robert; PUMAIN, Denise – *Encyclopédie de Géographie*. Paris: Economica, 1992.

BAILLY, Antoine S. [et al.] - *Stratégies spatiales. Comprendre et maîtriser l'espace*: Paris: Reclus, 1995.

BALDOCK, D. [et al.] - Environmentally sensitive areas: incrementalism or reform?. *Journal of Rural Studies*. Exeter. ISSN 0743-0167. 6: 2 (1990) 143-162.

BALSEINTE, Raymond - Principaux types de migrations rurales apparentes en France de 1962 a 1968. In *Migrations intérieures. Méthodes d'observation et d'analyse*. Paris: CNRS, 1975. p. 87-99.

BANDARRA, Nelly J. - Evaluation et suivi des actions de developement rurale. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 213 (1993) 24-28.

BANDARRA, Nelly J.– Spécificité du développement rural. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 225 (1995) 33-36.

BAPTISTA, A. J. Mendes.- Coesão económica e social e políticas regionais na Europa. In *Seminário Novas Políticas europeias e desenvolvimento rural em Portugal*. Lisboa: Direcção Geral do Desenvolvimento Rural, 1997. p.27-40.

BAPTISTA, Fernando Oliveira - A agricultura, espaço e sociedade rural. In *1as Jornadas do Mundo Rural*: actas . Bragança: [s.n.], 1991.

BAPTISTA, Fernando Oliveira - La agricultura portuguesa ante la nueva PAC. In *Agriculturas y políticas agrarias en el sur de Europa.* Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentacion, 1993. p.383- 390.

BAPTISTA, Fernando Oliveira - *A Política Agrária do Estado Novo.* Porto: Afrontamento, 1993.

BARKE, Michael; NEWTON, Michael - The EU LEADER initiative and endogenous rural development: the application of the programme in two rural areas of Andalusia, Southern Spain. *Journal of Rural Studies*. Exeter. ISSN 0743-0167. 13; 3 (1997) 319-341.

BAROUCH, G.; CLAUDEZ, P. - La méthode patrimoine-qualité. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 229 (1995) 29-37.

BARRÈRE, Pierre - Urbanización del campo en los países industrializados, *Espacios rurales y urbanos en áreas industrializadas*. Barcelona: Oikos-Tau, 1989. p.59-78.

BARROS, J. - *Geografia de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Porto: Colecção de Manuscritos inéditos agora dados à estampa. V, 1919.

BARROS, Vítor Manuel Coelho - A Agenda 2000 e o Desenvolvimento Rural. In *O desenvolvimento rural no contexto da Agenda 2000:* actas. Lisboa: Direcção Geral do Desenvolvimento Rural, 1998. p. 9-17.

BARRUE-PASTOR, M.; EKANI H. - Les agriculteurs face aux mesures agri-environnementales: de l'agri-environnement à l'agriculture durable?.In *Colloque Les mesures agri-environnementales. Premiers bilans des expériences européennes*. Paris: SFER, 1997, (policop.).

BAZIN, Gilles - PAC et zones défavorisées: bilan et perspectives. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 211 (1992) 40-46.

BEL, F.; PERNET, F. -. *Différenciation de l'espace agro-rural: le cas de Rhône-Alpes*. Grenoble: INRA-ESR, 1990.

BENDER, L.D. - The effect of trends in Economic Structures on Population Change in Rural Areas. In BROWN, D.L.; WARDWELL, J. M., ed.lit. - *New Directions in Urban and Rural Migrations: the Population Turnaround in Rural America.* New York: Academia Press, 1984. p. 137-162.

BENITO, Isabel - Interrogantes tras la reforma de la PAC. In *Agriculturas y políticas agrarias en el sur de Europa.* Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentacion, 1993. p. 249-254.

BERGER, Alain - L'espace rural: les perspectives d'une recomposition. *Revue de l'Économie Méridionale*.165-166 (1994) 5-25.

BERGER, Alain; CHEVALIER, Philippe - Environnement et creation d'emplois en milieu rural isole. *Colloque Emploi agricole, emploi rural: ruptures, continuités, innovation.* Dijon: SFER, 1998. (policop.).

BERGER, Alain.; FONT E. - *Artisanat et petites entreprises en millieu rural*. Rapport d'Étude. Montpellier: CRPEE, 1994.

BERGER, Alain; ROUZIER, J. – *Ville et campagne, la fin d'un dualisme.* Paris: Economica, 1976.

BERGER, Alain; ROUZIER, J. - L'espace rural, élargissement conceptuel et orientation méthodologique. *Économie Rural*, 229 (1995) 3-9.

BERRY, B. J. – *Urbanization and Counterurbanization*. New York: Arnold, 1976.

BÉTEILLE, Roger - Des sources inédites pour l'étude des conséquences de l'émigration en zone rurale: les documents fonciers. In *Migrations intérieures. Méthodes d'observation et d'analyse*. Paris: CNRS, 1975. p. 205- 210.

BÉTEILLE, Roger - *La France du vide*. Paris: LITEC, 1981.

BÉTEILLE, Roger - Aménagement et population dans le "rural profond": le cas du canton de La Trimouille (Vienne). *Norois*. Poitiers. ISSN 0029-182X. 35:140 (1988) 453-460.

BÉTEILLE, Roger - *La crise rurale*. Paris: PUF, 1994.

BÉTEILLE, Roger; MONTAGNÉ-VILLETTE, Solange, ed.lit. - *Le rural "profond" français*. Paris: Sedes, 1996.

BÉTHEMONT, J., ed.lit. - *L'avenir des paysages ruraux Européens: entre gestion des héritages et dynamique de changement*. Lyon: Université de Lyon III, 1992.

BIANCHI-AGUIAR, F. – *Cultura da vinha em terrenos de encosta – alternativas para a sua implantação*. Vila Real: DFER; UTAD, 1987.

BICHE, B. [et al.] – *Creér son emploi en milieu rural, les chemins de traverse de la pluralité*. Paris: L'Harmattan, 1996.

BLACK, Richard - *Crisis and change in Rural Europe. Agricultural development in the Portuguese mountais*. [s.l.]: Avebury, 1992.

BLANC, Michel; LAGRIFFOUL, Christiane - Mobilité et marchés du travail ruraux: une approche en termes de segmentation. *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*. Bordeaux. ISSN 0180 7307. 2 (1996) 329-342.

BLANC;M. ; PERRIER-CORNET, P. – Emploi agricole, emploi rural: les cadres d'1n1lyse a l'epreuve des dynamiques actuelles.In *Colloque Emploi Agricole, Emploi Rural*. Dijon: SFER, 1997. (policop.).

BLANCHET, Alain – *Les techniques d'enquête en sciences sociales*. Paris:DUNOD, 1998.

BODIGUEL, Maryvonne - *Le rural en question*. Paris: L'Harmattan, 1986.

BODIGUEL, Maryvonne - L'agriculture intruse à la campagne?. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 202/203 ( 1991) 65-66.

BONNAMOUR, Jacqueline - Agricultures et campagnes aujourd'hui. In BONNAMOUR, J. ed.lit.- *Agricultures et campagnes dans le monde*. Paris: Sedes, 1996. p.7-49.

BONNET, Bernard; LABOUESSE, François – L'agri-environnement et ses enjeux agricoles: le cas d'une opération Article 19 en Aveyron. In *Colloque Les mesures agri-environnementales. Premiers bilans des expériences européennes*. Paris: SFER, 1997. (policop.).

BONNIEUX, François; RAINELLI, Pierre - Les Politiques agri-environnementales. Premières réflexions pour un éclairage théorique, *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*. Bordeaux. ISSN 0180 7307. 2 (1996) 407-422.

BONTRON, Jean-Claude - Population et espace rural: vers une nouvelle dynamique. *Pour*. Paris. ISSN 0245-9442. nº spécial (1985) 10-23.

BONTRON, Jean-Claude, ed.lit. - *Le grand Atlas de la France Rurale*. Paris: INRA – SCEES, 1989.

BONTRON, Jean-Claude - La reprise démographique confirmé. In KAISER, B., ed.lit. - *Naissance de nouvelles campagnes*. [s.l.]:DATAR; Éditions de L'Aube, 1993. p. 23-36.

BONTRON, Jean-Claude - Les zones fragiles, du concept à l'identification. In REY, Violette ed.lit - *Géographies et campagnes. Mélanges a Jacqueline Bonnamour*. [s.l.]. École Normale Supérieure de Fontenay/Saint Cloud, 1993.

BONTRON, Jean-Claude - La contribution de l'agriculture à l'emploi dans les zones rurales. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 225 (1995) 15-21.

BOUET, Guy; BALABANIAN, Olivier - L'environnement et l'inovation dans le rural profond. In BÉTEILLE, Roger; MONTAGNÉ-VILLETTE, Solange ed.lit. - *Le rural "profond" français*. Paris: Sedes, 1996. p.123-130.

BRANGEON, Jean-Louis; JÉGOUZO, Guenhaël - Structure socioprofessionnelle de l'agriculture. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 216 (1993) 12-17.

BROSSARD, Thierry [et al.] - Évaluation et suivi des paysages par système d'information géographique (S.I.G.). In PONS, G. ed.lit. - *Le paysage: sauvegarde et création*. [s.l.].Éditions Champ Vallon, 1999. p. 45-62.

BRUCKMEIER, Karl - Republique Federale d'Allemagne- L'espace rural en Allemagne-agriculture et protection de la nature. In JOLLIVET, M. ed.lit. - *Vers un rural postindustriel. Rural et environnement dans huit pays européens*. Paris: L'Harmattan, 1997. p. 309-350.

BRUN, André [et al.] - Les espaces ruraux revisités. *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*. Bordeaux. ISSN 0180 7307. 1 (1992) 37-66.

BRYDEN, J. - Prospects for rural areas in an enlarged Europe. *Journal of Rural Studies*. Exeter. ISSN 0743-0167. 10: 4 (1994) 387-394.

BRUNET, P. - Pour une nouvelle definition de la migration. In *Migrations intérieures. Méthodes d'observation et d'analyse*. Paris: CNRS, 1975. p. 527-529.

BRUNET, Roger – *Territoires de France e d'Europe. Raisons de Géographe*. Paris: Éditions Belin, 1997.

BULLER, Henry - Le processus de "counter-urbanisation" (Grande-Bretagne) et la "péri-urbanisation" (France): Deux modèles de retour a la campagne. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 202/203 (1991) 40-43.

BULLER, Henry - La Countryside britannique: un espace symbolique. In JOLLIVET, M., ed.lit. - *Vers un rural postindustriel. Rural et environnement dans huit pays européens*. Paris: L'Harmattan, 1997. p. 127-174.

BULLER, Henry - Les mesures agri-environnementales en Grande Bretagne: de la protection des campagnes vers une agriculture soutenable?. In *Colloque Les mesures agri-environnementales. Premiers bilans des expériences européennes*. Paris: SFER, 1997. (policop.).

CABERO DIEGUEZ, Valentín - Los espacios naturales protegidos: el dilema entre la conservación y el desarrollo local. In *Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva: actas*. Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos [da] FLUC, 1996. p. 501-510.

CALDAS, Eugénio Castro - *A agricultura portuguesa através dos tempos*. Lisboa: INIA, 1991.

CALOT, Gérard - Note méthodologique sur les migrations. In *Migrations intérieures. Méthodes d'observation et d'analyse*. Paris: CNRS, 1975. p.47-71.

CAMPOS, Bernardo - As Áreas Desfavorecidas da Região Centro, *Les Zones Défavorisées Méditerranéennes dans la CEE.* Réseau MEDEF, INRA, CEMAGREF-CIHEAM-IAMM, 1988.

CANCIGH, O. - Cartographie du rayonnement solaire: de l'Aigoul au litoral Languedocien. *Bulletin de la Societé Languedocienne de Géographie*, 15: 3 (1981) 165-200.

CARRIÈRE, Jean-Paul - *Les transformations agraires au Portugal, crise, réformes et financement de l'agriculture*. Paris: Economica, 1989.

CARRILHO, Mª José; PEIXOTO, J. - A evolução demográfica em Portugal entre 1981 e 1992. *Estudos Demográficos*. Lisboa.ISSN 0871-875X. 31 (1993) 7-19.

CARRILHO, Mª José - O processo de envelhecimento em Portugal: que perspectivas?. *Estudos Demográficos*. Lisboa. ISSN 0871-875X. 31 (1993) 75-98.

CARVALHO, Armando Ferão - *A utilização dos espaços florestais*. Coimbra: CCRC, 1992.

CARVALHO, E.; RODRIGUES Mª. Gonçalves - *O fenómeno emigratório de Celorico de Basto e Mondim deBasto (Terras de Basto)*. Coimbra: [s.n.], 1973.

CAVACO, Carminda - A agricultura a tempo parcial: expansão, diversidade e significado económico, social e geográfico. *Economia*. V:2 (1981) 271-313.

CAVACO, Carminda - A pluriactividade na pequena agricultura portuguesa, *Revista Crítica de Ciências Sociais*.Coimbra. ISSN 0254-1106. 719 (1981) 171-193.

CAVACO, Carminda – Campagnes qui se vident et campagnes qui s'urbanisent au Portugal. *Espace, Populations, Sociétés*. Paris. ISSN 0755-7809. III (1986) 75-84.

CAVACO, Carminda –A agricultura a tempo parcial em Portugal. Nota introdutória. In *Livro de homenagem a Orlando Ribeiro*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1988, 2º vol.. p. 195-209.

CAVACO, Carminda – Diversidade dos processos de terciarização das explorações agrícolas. *Actas das II Jornadas de Geografia Humana –Tercearização e desenvolvimento*. Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos [ da] FLUC, 1991. p.179-198.

CAVACO, Carminda – Considerações em torno do desenvolvimento rural numa perpectiva espaço-social. In *Jornadas Desenvolvimento Rural na Região Norte*. Ponte de Lima: IDARN, 1991.(policop.).

CAVACO, Carminda [et al.] – Portugal Rural: Da tradição ao modernismo. Lisboa: Ministério da Agricultura, 1992.

CAVACO, Carminda - *Do despovoamento ao desenvolvimento local. Programa das Artes e Oficios tradicionais.* Lisboa: Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, 1994.

CAVACO, Carminda - Famílias agrícolas: diversidade de ocupações e rendimentos. In *20 Valores do mundo rural*. Lisboa: Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural, 1995. p.74-78.

CAVACO, Carminda - Do despovoamento rural ao desenvolvimento local: desafio ou utopia?. *Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva*: actas. Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos [da] FLUC, 1996. p. 333-355.

CAVAILHÈS, Jean [et al.] - Analyse des évolutions récentes de l'espace rural. Paris. ISSN 0013-0559. 223 (1994) 13-19.

CAVAILHÈS, Jean; JAYET, Hubert – Analyser les espaces ruraux: trois cles de lecture. *Revue d'Économie Régional et Urbaine*. Bordeaux. ISSN 0180 7307. 2 (1996) 187-198.

CAWLEY, Mary E. - Desertification: measuring population decline in rural Ireland. *Journal of Rural Studies*. Exeter. ISSN 0743-0167. 10: 4 (1994) 395-407.

CEBRIÁN, Juan A.- Modelos de información Geográfica. *Estudios Geograficos*. Madrid. ISSN 0014-1496. Tomo LV,nº 215, 1994, p. 257-282.

CEDRU - *Avaliação dos Programas Operacionais Regionais da Região Norte: Relatório final*, Lisboa: CEDRU, 1995.

CEÑA, Felisa - Transformaciones del Mundo Rural y Politicas agrarias. In *Agriculturas y politicas agrarias en el sur de Europa.* Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentacion, 1993. p.105-123.

CERTAINES, E.; ROBERT, S. - Les nouvelles données de l'aménagement de l'espace rural. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 166 (1985) 17-21.

CHAPUIS, Robert - "Oser le desert" en Bourgogne. In BÉTEILLE, Roger; MONTAGNÉ-VILLETTE, Solange, ed. lit.- *Le rural "profond" français*. Paris: Sedes, 1996. p.131-136.

CHAUVET, Alain - L'image des campagnes de demain dans les stratégies territoriales d'aujord'hui. *Géographie Sociale.* Caen.ISSN 0766-9267. 12 (1992) 473-481.

CHEVALLIER, M. - Méthodes de recherche des causes des migrations: approches par le comportment des migrants. In *Migrations intérieures. Méthodes d'observation et d'analyse.* Paris: CNRS, 1975. p.321- 349.

CHERRILL, Andrew - A comparison of three Landscape Classifications and Investigation of the Potential for Using Remotely Sensed Land Cover Data for Landscape Classification. *Journal of Rural Studies*. Exeter. ISSN 0743-0167. 10: 3 (1994) 275-289.

CLOKE, Paul J.- Changing Patterns of Urbanisation in Rural Areas of England and Wales 1961-1971. *Regional Studies.*London. ISSN 0034-3404. 12 (1978) 603-617.

CLOKE, Paul J. - *An introduction to rural settlement planning.* London: Methuen, 1983.

CLOKE, Paul J. – *Policies and plans for rural people: an international perspective.* London; Boston: UNWIN HYMAN, 1988.

CLOKE, Paul J.; LITTLE, Jo - *The Rural State? Limits to Planning in Rural Society.* Oxford: Clarendon Press, 1990.

CLOKE, Paul J.; LITTLE, Jo – *Contested countryside cultures: othermess, marginalization and rurality.* London; New York:Routledge, 1992.

CLOKE, Paul J. [et al.] - *Writing the rural: five cultural geographies.* Londres: Paul Chapman, 1994.

CLOKE, Paul J.; GOODWIN, Mark; MILBOURNE, Paul - *Rural Wales: community and marginalization.* Cardiff: University of Wales Press, 1997.

CLOUT, Hugh D. - *A Rural Policy for the EEC?.* London: New York: Methuen, 1984.

COHEN, Jeanine - Dynamiques d'emploi en France et espaces ruraux. In MATHIEU, Nicole ed.lit. - *L'emploi rural. Une vitalité cachée.* Paris: L'Harmattan, 1995. p.21-38.

COLLOMB, Philippe - Quelles Démographies pour d'éventuelles nouvelles décennies de déprise ou pour une reprise agricole?. *Économie Rurale.* Paris. ISSN 0013-0559. 202/203 (1991) 88-91.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO NORTE - *Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes:* 11° Relatório de Situação. Porto: CCRN, 1990.

COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES - *Les facteurs de resistance a la marginalisation dans les zones de montagne e defavorisées mediterraneennes communautaires.* Rapport de Synthese redigé par G.Bazin et B. Roux, 1992.

COMISSION OF EUROPEAN COMMUNITIES - *Age and attitudes, Main Results from a Eurobarometer Survey.* Luxemburg, 1993.

COMISSION OF EUROPEAN COMMUNITIES - *Europe sociale 1993.* Année Européenne des personnes âgées et de la solidarieté entre les génerations. Luxembourg, 1993.

COPUS, A.; CRABTREE, J. - Indicators of socio-economic sustainability: an application to Remote Rural Scotland. *Journal of Rural Studies.* Exeter. ISSN 0743-0167. 12: 1 (1996) 41-54.

COPUS, A.; CRABTREE, J. - Mapping economic fragility: an assessment of the objective 5b boundaries in Scotland. *Journal of Rural Studies.* Exeter. ISSN 0743-0167. 8: 4 (1993) 309-322.

CORADE, Nathalie - Les activités de valorisation de l'espace rural et la création d'emplois pérennes: analyse des points de rupture du lien dans le cas de l'entretien de l'espace vert dans une zone rurale girondine. In *Colloque Emploi Agricole, Emploi Rurale.* Dijon: SFER, 1998. (policop.).

COSTA, A. Firmino - Espaços urbanos e espaços rurais:um xadrez em dois tabuleiros. *Análise Social* . Lisboa. ISSN 0003-2573. XXI: 87/88/89 (1985) 735-756.

COSTA, Mª Manuel - *A Veiga da Campeã (Ensaio de estudo monográfico)*. Lisboa: [s.n.],1959. Dissertação de Licenciatura em Geografia.

COUDÉ-GAUSSEN, Geneviéve – Un faciès méridional au sein des "moyennes montagnes atlantiques": les serras orientales du Minho. In *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro.* Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1988, 2° vol. p. 211-221.

COULOMB, Pierre - Del sector al territorio. Ocupa la politica socioestructural un lugar central en la nueva regulacion de la Politica Agraria Comun? In *Agriculturas y políticas agrarias en el sur de Europa.* Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentacion, 1993. p.181-192.

COURGEAU, Daniel - Migrations et territoire. In *Migrations intérieures. Méthodes d'observation et d'analyse*. Paris: CNRS, 1975. p. 229- 244.

COURGEAU, Daniel - *Analyse quantitative des migrations humaines.* Paris: Masson, 1980.

COURGEAU, Daniel - *Méthodes de mesure de la mobilité spatiale: migrations internes, mobilité temporaire, navettes.* Paris: Éditions de l'Institut National d'Études Démographiques, 1988.

COURGEAU, Daniel - Déconcentration urbaine et renouveau du monde rural. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 202/203 (1991) 92-96.

COURLET, C. - L'industrialization en milieu rural. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 225 (1995) 12-14.

COVAS, António - A reforma da PAC: estratégia nacional e argumentário de negociação-considerações a propósito. In *Seminário Novas Políticas europeias e desenvolvimento rural em Portugal*. Lisboa: Direcção Geral do Desenvolvimento Rural, 1997. p.59-80.

COVAS, António – Ajustamento, diversificação e desenvolvimento rural. Lisboa: DGDR, 1997.

CRAVIDÃO, Fernanda - A população e o povoamento da Gândara. Coimbra: FLUC. Dissertação de Doutoramento em Geografia, 1988.

CRUZ, Josefina - El futuro de las agriculturas del sur de Europa. In *Agriculturas y políticas agrarias en el sur de Europa.* Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentacion, 1993. p. 517-537.

CUNHA, Arlindo - A Organização Socioeconómica Rural. In *20 Valores do mundo rural.* Lisboa: Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural, 1995. p. 166-167.

CUNHA, Arlindo – *A agricultura europeia na encruzilhada*. Porto: Edições ASA, 1996.

CUNHA, M. C. – *Contribuição para a determinação dos custos de implantação de vinha na Região Demarcada do Douro*. Peso da Régua: ADVID, 1991.

CUNHA, Lúcio – Tipos de tempo no Norte e centro de Portugal. Aplicação do método de classificação absoluta de Hufty. *Biblos*. Coimbra. LIX (1983) 161-182.

CURADO, M. J.; ANDRESEN, M. T. – A qualidade visual da Paisagem Florestal em Portugal: metodologia e aplicação. In *5ª Conferência Nacional sobre qualidade do Ambiente:* actas. Aveiro, 1996. p. 561-571.

CUVELIER, P.; GADREY, J.; TORRES, E. - *Patrimoine, modèles de tourisme et développement local*. Paris: L'Harmattan, 1994.

DAVEAU, Suzanne - *Répartion et rytme des précipitations au Portugal*. Lisboa: C.E.G., 1977.

DAVEAU, Suzanne - La répartion des précipitations en fonction du relief: Étude du cas Portugais. *Geoforum,9* (1978) 425-433.

DAVEAU, Suzanne – *L'organisation du peuplement de la Serra da Estrela (1527-1960)*. Lisboa: C.E.G., [19??].

DEDEIRE, M. - *Le concept d'agriculture de terroir*. Université de Montpellier I: Thése de Sciences Economiques, 1997.

DELGADO VINÃS, Carmen - Crisis y reconversión en espacios rurales de montaña en Cantabria. *ERIA-Revista de Geografia.* Oviedo. ISSN 0210-0563. 44 (1997) 335-357.

DELORD, B.; LACOMBE, Ph. - Les agriculteurs dans léconomie nationale. *Revue Project*, 234 (1993) 37-46.

DENIS, Marie Nicole - Étude des effets a long terme d'un mouvement migratoire sur la répartition par age d'une population. In *Migrations intérieures. Méthodes d'observation et d'analys*. Paris: CNRS, 1975. p.129- 134.

DENIS, Marie Nicole - Méthode pour estimer la structure par age des migrants. In *Migrations intérieures. Méthodes d'observation et d'analyse*. Paris: CNRS, 1975. p. 81-85.

DENIS, Marie Nicole - Un exemple d'utilisation du fichier électoral: L'émigration a partir des vallées vosgiennes de l'Alsace. In *Migrations intérieures. Méthodes d'observation et d'analyse*: Paris: CNRS, 1975. p. 173- 177

DERIOZ, Pierre - Arrière-pays mediterranée en mutation: quelle place pour l'agriculture et l'agriculteur?. In BÉTEILLE, Roger; MONTAGNÉ-VILLETTE, Solange, ed. lit. - *Le rural "profond" français*. Paris: Sedes, 1996. p. 55-61.

DEROZIER, Géraldine; MAMDY, J-F. - Contribution des communes rurales a leur développement quels moyens? Quelles conditions? Étude sur 10 communes du canton de Neuvic en Haute- Corrèze. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 207 (1992) 11-15.

DERRUAU, Max – *Géographie Humaine*. Paris: Armand Colin, 1991.

DESBORDES, Françoise; LABORIE, Jean-Paul - L'évolution récente de la population dans les Pyrénées françaises. *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest.* Toulouse. ISSN 0035-3221. 62:1 (1991) 7-18.

DEVERRE, Ch. – Social implications of agro-environmental policy in France and Europe. *Sociologia Ruralis* XXXV:2 (1995) 227-247.

DEVY-VARETA, Nicole – *A floresta no espaço e no tempo em Portugal. A arborização da Serra da Cabreira (1919-1975)*. Porto: FLUP, 1993. Tese de Doutoramento.

DIAS, Jorge – *Minho, Trás-os-Montes, Haut-Douro*. Lisboa: Congrés International de Géographie, 1949.

DI MÉO, Guy – Pour une géographie dialectique. In KAISER, Bernard, ed.lit.- *Géographie – entre l'espace et developpement.* Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1990. p. 71-82.

DIONÍSIO, J. A . S. - *Alto Douro ignoto*. Porto: Lello, 1973.

DIMAS, B. - *Evolução dos rendimentos dos agricultores 1980-1994.* Lisboa: Direcção de Serviços de Estudo e Planeamento [do] Ministério da Agricultura, 1995.

DIRECÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL – *Programa de Iniciativa Comunitária LEADER II. Relatório de Execução anual*. Lisboa: Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 1997.

DIRY, Jean-Paul -.Moyennes montagnes d'Europe occidentale et dynamiques rurales. *Revue de Géographie Alpine*. Grenoble. 3 (1995) 15-26.

DIRY, Jean-Paul - Les dynamiques rurales en montagne. In BONNAMOUR, Jacqueline, ed. lit - *Agricultures et campagnes dans le monde*. Paris: Sedes, 1996. p. 269-295.

DIRY, Jean-Paul; MIGNON, Christian; RIEUTORT, Laurent - Survivances paysannes et pluriactivité dans la montagne portugaise.L'exemple de la Serra do Caramulo. *Méditerranée.* Aix-en-Provence. 2 (1996) 97-108.

DITTGEN, Alfred - Le vieillissement de la population française, passé, présent et futur. *Espace, Populations, Societés*. Paris. ISSN 0755-7809. 1 (1992) 29-41.

DORFMANN, Michel - Régions de montagne: de la dépendance à l'auto-développment? *Revue de Géographie alpine*. Grenoble. LXXI (1983) 5-34.

DRAIN, Michel – L'agriculture portugaise est-elle condamnée?. *Revue Géographique des Pyrénées et du sud-ouest.* Toulouse. ISSN 0035-3221. 63:2 (1992/1993) 255-274.

DUBY, G. – *L'histoire de la France urbaine.* Paris: Le Seuil, 1985.

EL JOUNSI, F. - *Les impacts des activités humaines sur deux ecosystemes mediteranéens; le massif du Luberon et les garrigues Montpellieraines.* Paris: Université de Paris VII, 1983.

ERRINGTON, Andrew - The Peri-urban Fringe: Europe's Forgotten Rural Areas. *Journal of Rural Studies*. Exeter. ISSN 0743-0167. 10: 4 (1994) 367-375.

ESTIENNE, Pierre - *Terres d'abandon? La population des montagnes françaises: hier, aujourd'hui, demain.* Clermont-Ferrand: Faculté des Lettres et Sciences Humaines de l'Université Blaise Pascal, 1988. Fascicule 3.

ETCHELECOU, André - *Démographie et amenagement de l'espace dans les Pyrénées Occidentales*. Paris: Université de Paris VII, 1987.

ETCHELECOU, André - Perspectives de peuplement pour les Pyrénées occidentales, Les projections démographiques. *Travaux et Documents*. Paris. 122 (1988) 113-126.

ETCHELECOU, André , BOURGUET, Monique - Béarn, 1990. Un peuplement qui a besoin d'espace. *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest.* Toulouse. ISSN 0035-3221. 62:1 (1991) 65-88.

ETXEZARRETA, M. - La modernisation de l'agriculture espagnole et le développement rural. *Économie Rurale.* Paris. ISSN 0013-0559. 202/203 (1991) 44-45.

ETXEZARRETA, M. [et al.] - *La agricultura familiar, ante las nuevas políticas agrarias comunitarias.* Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación,1995.

FERNANDES, Adelaide Conceição Miranda - *Evolução das formas de ocupação do território no Parque Natural do Alvão (1947-1984).* Lisboa: Serviço Nacional de Parques - Reservas e Conservação da Natureza, 1988.

FERNÁNDEZ ABEL, Severino; GARCÍA PAZOS, Fernando – Analisis de la desruralización en un espacio de la Comarca de Santiago: el habitat como elemento transformador del paisage. *Actas do VI Colóquio Ibérico de Geografia.* Porto: Publicações da Reitoria da Universidade do Porto, 1995. p. 305-310.

FERREIRA, Maria Leonor - *Zonas de Montanha. Definição e ensaio de delimitação em Portugal Continental.* Lisboa: ISA, 1985.

FABIANI, Guido - Un ciclo comun en la evolucion de los sistemas agricolas contemporaneos, *Agriculturas y políticas agrarias en el sur de Europa.*In Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentacion, 1993. p. 33-78.

FACCHINI, M. F. - Paysage et économie: la mise en evidence d'une solution de marché. *Économie Rurale.* Paris. ISSN 0013-0559. 218 (1993) 12-17.

FERRER REGALES, Manuel; CALVO MIRANDA, Juan José - *Declive demografico, cambio urbano y crisis rural. Les transformaciones recientes de la poblacion de España.* Pamplona: EUNSA, 1994.

GAYMU, J.- *Vieillissement de la population et activités locales.* Paris: PUF; Éditions de l'INED, 1985.

GÓMEZ FAYREN, J. [et al.] - Envejecimiento en la Región de Murcia (I). *Papeles de Geografia.* Murcia. ISSN 0213-1781 20 (1994) 147-173.

GÓMEZ FAYREN, J. [et al.] - Envejecimiento en la Región de Murcia (II). *Papeles de Geografia.* Murcia. ISSN 0213-1781. 22 (1995) 105-121.

FAIDUTTI, A.M. - Les possibilités d'utilisation du fichier électoral. In *Migrations intérieures. Méthodes d'observation et d'analyse.* Paris: CNRS, 1975. p. 167- 171.

FERRÃO, João, ed.lit. - *Políticas de inovação e desenvolvimento regional e local.* Lisboa: Instituto de Ciências Sociais [da] Universidade de Lisboa, 1997.

FERRÁS SEXTO, Carlos - Contraurbanización y planificación territorial: los casos de Irlanda y Galicia, *Ciudad y Territorio- Estudios Territoriales.* Madrid. ISSN 1133-4762. 3;106 (1995) 861-875.

FERRÁS SEXTO, Carlos - Los fundamentos teóricos del renascimiento rural en la sociedad postindustrial. *Polígonos.*Leon. ISSN 1132-1202. 7, 1997, 133-146.

FERRO, G. – *Sociedade humana e ambiente, no tempo. Temas e problemas de Geografia Histórica.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.

FIGUEIREDO, Elisabete Maria Melo – *O desenvolvimento rural em questão: das novas condições às novas políticas*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1993.

FONSECA A. M. [et al.] – *O vinho do Porto: Notas sobre a sua história, produção e tecnologia*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1991.

FONSECA, Maria Lucinda - *População e território. Do país à área metropolitana*. Lisboa: Memórias do Centro de Estudos Geográficos, nº14, 1990.

FONT, E. – *Les activités non agricoles dans la recomposition de l'espace rural*. Monpellier: Université de Montpellier I, 1997. Thèse de Sciences Economiques.

FOUGEROUSE, Christian - *Le renouveau rural. Dépendence ou autonomie*. Paris: L'Harmattan, 1996.

FOURNEAU, F. [et al.] – *Seminario sobre el paisaje: debate conceptual Y alternativas sobre su ordenación y gestión*. Sevilha: Junta da Andalucia, 1989.

FOUQUET, Annie; VINOKUR, Annie - *Démographie socio-économique*. Paris: Dalloz. 1996

FRUIT, Jean-Pierre; VÉLARD, Béatrice - Les politiques agri-environnementales dans le contexte de la réforme de la PAC: l'exemple des boucles de la Seine en aval de Roueny, *Bulletin de l'Association de Géographes Français*. Paris.ISSN 0004-5322. 74ᵉ année:2 (1997) 185-197.

FRUTOS, Luísa Mª.; SOLANUS, Manuela; CHUECA, Mª Carmen – Cambios en el sistema de asentamientos rurales: la provincia de Teruel (Aragón). *Actas do VI Colóquio Ibérico de Geografia*. Porto: Publicações da Reitoria da Universidade do Porto, 1995. p. 283-290.

GALIANA MARTÍN, Luis - Actualidad del paisage en Francia. De la protección a la gestión del espacio rural. *ERIA-Revista de Geografia*. Oviedo. ISSN 0210-0563. 39/40 (1996) 93-107.

GARCÍA BALLESTEROS, Aurora. - La fecundidad de la población española en 1970. Aplicación de un nuevo método demográfico. *Revista Internacional de Sociología:* 18/20, (1976) 49-62.

GATEAUD, Jean-Yves - Du réservoir d'hommes à la réserve d'espace: l'exemple du département de l'Indre, *Norois*. Poitiers. ISSN 0029-182X. 35:140 (1988) 473-483.

GAUDEMAR, Jean-Paul ed. lit. - *Environnement et Aménagement du Territoire*. Paris: La Documentation Française, 1996.

GERBAUX, Françoise - Micro-entreprise a la campagne: quels modèles?. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 202/203 (1991) 71-74.

GERBAUX, F; LE MONNIER, Y. - Les mutations du travail en milieu rural: vers de nouvelles articulations entre l'Économie, le Social et le Territoire. In *Colloque Emploi Agricole, Emploi Rurale*. Dijon: SFER, 1998. (policop.).

GEORGE, Pierre - Dictionnaire de Géographie.Paris: PUF, 1970.

GIIBERT,S.; MONDON, P. - Les prévisions d'effectifs scolaires, Les projections démographiques. *Travaux et Documents*. 122 (1988) 147-162.

GILD, A. - *Countryside Planning*. Londres: Methuen, 1978.

GILLARDOT, Pierre - Le maintien des activités non agricoles dans le rural profond: l'exemple de la region centre. In BÉTEILLE, Roger; MONTAGNÉ-VILLETTE, Solange ed. lit. - *Le rural "profond" français*. Paris: Sedes, 1996. p.19-29.

GIRÃO, A. de Amorim - *Montemuro. A mais desconhecida serra de Portugal*. Coimbra: [s.n.], 1940.

GLAESER, Bernhard - *Environnement et agriculture*. Paris: L'Harmattan, 1997.

GONZÁLEZ, Mª. Jesús - *Análisis demográfico y sus repercussiones en la ordenación del território castellano-leonés*. Léon: Universidad de Léon, 1997.

GONZÁLEZ, Mª. Jesús - Desarticulación del mundo rural: El envejecimiento en Castilla y León. *Estudos Geográficos*. Madrid. ISSN 0014-1496. LVIII: 226 (1997) 59-75.

GOUHIER, Jean - La campagne: de la marge à la ressource?. *Géographie Sociale*. Caen.ISSN 0766-9267. 12, 1992, 405- 410.

GOUSTAT, André - *La parole aux terroirs*. Monaco: Éditions du Rocher, 1994.

GRÁCIO, Mª F.F. - *Análise das necessidades de reconversão da freguesia de Fontelas (Estudo sócio-económico)*. Lisboa: ed. A., 1974.

GRAND, Alain - Vieillissement différentiel en milieu rural: les agriculteurs en Haute- Garonne, *Revue Géographique des Pyréneés et du Sud-Ouest*. Toulouse. ISSN 0035-3221. 54:4 (1987) 337-356.

GREFFE, Xavier - *Décentraliser pour l'emploi: les initiatives locales pour le développement*. Paris: Economica, 1988.

GREFFE, Xavier - Aménagement du territoire ou aménagement du milieu?. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 225 (1995) 4-7.

GREFFE, Xavier - Politiques d'amenagement du territoire et espaces ruraux. *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*. Bordeaux. ISSN 0180 7307. 2 (1996) 397-406.

GUÉRIN, Marc; AUBERT, François; PERRIER-CORNET, P. - Initiatives locales pour l'emploi: quelle pertinence avec les dynamiques économiques des territoires ruraux? Le cas des sites de proximité en Rhône-Alpes. *Colloque Les mesures agri-environnementales. Premiers bilans des expériences européennes*. Paris: SFER, 1997. (policop.).

GUGLIELMI, M. - Vers des nouvelles fonctions de l'agriculture dans l'espace?. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 229 (1995)17-21.

GUICHARD, François – *Amarante: structures socio-economiqueset liens de dependance dans un "concelho" du nord-ouest portugais*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica:Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1980.

GUICHARD, François - Les rapports entre la Ville de Porto. L'entrepôt de Gaia et le vignoble du Douro. *Observatório*. Vila Nova de Gaia. 1 (1990) 131-140.

GUICHARD, François - *Porto, La ville dans sa region. Contribution à l'étude de l'organisation de l'espace dans le Portugal du Nord*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian: Centre Culturel Portugais, 1992.

GUICHARD, François. - Quelques enjeux actuels de la ruralité portugaise. In *Campagnes françaises et ibériques de l'Atlantique*. Bordeaux: GEASO-CERVIN, 1998. p. 35-51.

GUYOMARD, Hervé; MAHE, L. P. - Le projet Mac Sharry: facteurs de sensibilité du débouché céréalier communautaire (1). *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 211 (1992) 20-29.

HARF, Yvette; LAMARCHE, Hugues - Le travail en agriculture: nouvelles demandes, nouveaux enjeux. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 244 (1998) 3-11.

HERNANDEZ BORGE, Julio - El declivedemografico de la Cornisa Cantábrica. *Actas do VI Colóquio Ibérico de Geografia*. Porto: Publicações da Reitoria da Universidade do Porto, 1995. p. 291-297.

HERVIEU, Bertrand - *Les champs du futur*. Paris: F. Bourin,1993.

HERVIEU, Bertrand - Ruptures identitaires et fondamentalisme agraire: vers une ère nouvelle pour la représentation profissionnelle. In JOLLIVET, Marcel, EIZNER, Nicole, ed.lit. - *L' Europe et ses campagnes*. Paris: Presses de Sciences PO, 1996. p.133- 151

HERVIEU, Bertrand;VIARD, J. - *Au bonheur des campagnes*. [s.l.]: Éditions de l'Aube, 1997.

HERVIEU, Jean-François – Rôle et place de l'agriculture dans l'aménagement et le développement des territoires. Économie Rurale. Paris. ISSN 0013-0559. 225 (1995) 30-32.

HIGUERAS-ARNAL, A. - La population rurale espagnole. *Espace, Populations, Societés*. Paris. ISSN 0755-7809. 1 (1996) 103-110.

HOERNER, Jean-Michel; LEMARTINEL, Bertrand - Perpignan, le désert catalan et la renaissance rurale au recensement de 1990. *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*. Toulouse. ISSN 0035-3221. 62:1 (1991) 19-31.

HOGGART, Keith - Let's do away with rural. *Journal of Rural Studies*. Exeter. ISSN 0743-0167. 6: 3 (1990) 245-257.

HOGGART, Keith; BULLER, Henry - *Rural Development: a geographical perspective*. Londres: Croom Helm, 1987.

HOGGART, Keith; BULLER, Henry; BLACK, Richard - *Rural Europe: Identity and Change*. Londres: Arnold, 1995.

HOUÉE, Paul - Les politiques de développement rural. Des années de croissance au temps d'incertitude.Paris: Economica, 1989.

HUBER, Balthazar - Nueva politica comunitaria de estructuras agrarias y de desarrollo rural y la reforma de la Pac. In *Agriculturas y políticas agrarias en el sur de Europa*. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentacion, 1993. p. 209-224.

HUILLET, Christian - Gestion de l'économie rurale. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 202/203 (1991) 25-28.

HUILLET, Christian; VAN DIJK, Pieter – New trends in rural policymaking. Washington: OECD, 1988.

HUMEAU, Jean-Baptiste - Mobilité geographique des populations rurales et gestion territoriale. In BÉTEILLE, Roger; MONTAGNÉ-VILLETTE, Solange, ed. lit. - *Le rural "profond" français*. Paris: Sedes, 1996. p. 95-104.

ILBERY, Brian W. - La agricultura de Europa Occidental y la reforma de la PAC. In *Agriculturas y políticas agrarias en el sur de Europa*. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentacion, 1993. p. 165- 179.

INRA/INSEE - *Les campagnes et leurs villes, contours et caractères*. Paris: INSEE, 1998.

INSTITUTO DE ESTRUTURAS AGRÁRIAS E DESENVOLVIMENTO RURAL - *Programa de Iniciativa Comunitária LEADER. Relatório Final*. Lisboa: Ministério da Agricultura, 1995.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - *Estudo sobre o poder de compra concelhio*, Coimbra, INE-DRC, 1993.

JANEAU, J-C. ; SELIGER, A. - Évaluation comparée de l'application des mesures agri-environnementales: les opérations locales en Région Rhône-Alpes, le Programme Meka au Baden-Würtemberg et le Programme Kulap en Bavière. In *Colloque Les mesures agri-environnementales. Premiers bilans des expériences européennes*. Paris: SFER, 1997, (policop.).

JAYET, Hubert - Territoires et concurrence territoriale. *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*. Bordeaux. ISSN 0180 7307. 1 (1993) 55-75.

JAYET, Hubert - *Quelle analyse économique des espaces ruraux*?. Lille:Université de Lille 1: CESURE, 1993.

JAYET, Hubert - Peut-on caractériser les zones rurales par l'abondance d'espace. *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*. Bordeaux. ISSN 0180 7307. 2 (1996) 201-210.

JAYET, Hubert - Quelle organisation économique des espaces ruraux?. *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*. Bordeaux. ISSN 0180 7307. 2 (1996) 249-262.

JEAN, Yves - Espaces ruraux: vers la marginalisation ou vers une identité nouvelle?. In BÉTEILLE, Roger; MONTAGNÉ-VILLETTE, Solange, ed. lit - *Le rural "profond" français*. Paris: Sedes, 1996. p.19-29.

JÉGOUZO, G.; BRANGEON, J-L.- Structure socioprofessionnelle de l'agriculture. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 216 (1993) 12-19.

JOLLIVET, Marcel - Agriculture et environnement: reflexions sociologiques. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 208-209 (1992) 5-10.

JOLLIVET, Marcel, ed.lit. - *Vers un rural postindustriel. Rural et environnement dans huit pays européens*. Paris: L'Harmattan, 1997.p. 351-371.

JOLLIVET, Marcel - Les métamorphoses d'un rural incertain In JOLLIVET, Marcel, ed.lit.- *Vers un rural postindustriel. Rural et environnement dans huit pays européens*. Paris: L'Harmattan, 1997. p. 351-371.

JOLLIVET, Marcel; EIZNER, Nicole, ed.lit. - *L' Europe et ses campagnes*. Paris: Presses de Sciences PO, 1996.

KAYSER, Bernard - Le regard des géographes sur l'espace rural: les sociétés rurales, *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest.* Toulouse. ISSN 0035-3221. 58:4 (1987) 303-314.

KAYSER, Bernard - Renaissance rurale aux États- Unis?. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 183 (1989) 3-10.

KAYSER, Bernard – Permanence et perversion de la ruralité. *Études Rurales*. Paris. ISSN 0014-2182. 109 (1988) 75-108.

KAYSER, Bernard - *La renaissance rurale. Sociologie des campagnes du monde occidental.* Paris: Armand Colin, 1990.

KAYSER, Bernard - Systémes spatiaux et structures régionales. In KAYSER, Bernard, ed.lit. *Géographie – Entre Espace et Developpement*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1990. p. 59-69.

KAYSER, Bernard, ed.lit. - *Géographie – Entre Espace et Developpement*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1990.

KAYSER, Bernard, ed.lit. - *Naissance de nouvelles campagnes*. [s.l.]:Datar: Éditions de l'Aube, 1993.

KAYSER; Bernard [et al.] - *Pour une ruralité choisi*. [s.l.]: Éditions de l'Aube, 1994.

KAYSER; Bernard - *Ils ont choisi la campagne*. La Tour d'Aygues: Éditions de l'Aube, 1996.

KLATZMANN, Joseph – Les politiques agricoles; idées fausses et illusions. Paris: PUF, 1972.

KLATZMANN, Joseph - Une agriculture en décline démographique dans un monde en croissance. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 202/203, 1991, 10-13.

KLATZMANN, Joseph - Où nous menera la "Revolution " de la PAC?. *Économie Rurale.* Paris. ISSN 0013-0559. 204 (1991) 23-29.

KLATZMANN, Joseph – Surpopulation, mythe ou menace?. Paris: Economica, 1996.

KOVACSHAZY, Marie-Christine [et. al.] – *Espaces ruraux, nouvelles demandes, nouvelles functions.* Paris: Commissariat Général du Plan, 1993.

KROLL, J. C. - La politique agricole en question: quelle alternative au soutien des prix?. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 211 (1992) 34 -39.

LABAT, Jean Claude - La mesure des migrations. In *Migrations intérieures. Méthodes d'observation et d'analyse*. Paris: CNRS, 1975. p. 31-41.

LABORIE, C. - *Vers un nouvel amenagement des montagnes du Nord Portugal. Trois études régionales: Les serras de Gêres, Marão et Valongo*. Bordeaux, [19??]. Travail d'étude et de recherche en maîtrise de Geographie.

LABORIE, Jean-Paul - Les petites villes, chance de l'espace rural. In KAYSER, Bernard, ed.lit. - *Naissance de nouvelles campagnes*.[s.l.]: Datar: Éditions de l'Aube, 1993, p. 37-50.

LABORDE, Pierre; GUICHARD, François - Pôles urbains et inegalités regionales: le cas du Portugal du Nord et de l'Aquitaine. *Actas das 1ª Jornadas de Estudo Norte de Portugal/Aquitânia*. Porto: CENPA, 1986. p.269-278.

LAFFLY,D. - L'évolution des paysages et de l'occupation du sol observée par satellite. *Mappemonde*. 3 (1993) 22-28.

LAMARCHE, Hugues; EPAGNEUL, Marie-France - L'agriculture: sources d'emploi. In MATHIEU, Nicole, ed.lit. - *L'emploi rural. Une vitalité cachée*. Paris: L'Harmattan, 1995. p.121-151.

LAMBERT, Yves - Peut-on encore parler de jeunes ruraux?. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 202/203 (1991) 76-81.

LAURENT, Catherine - Place de l'activité agricole dans l'espace rurale. L'exemple d'une région agricole de Normandie: Le Pays D'Auge. *Economie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 202/203, (1991) 34-38.

LE GLÉAU, Jean-Pierre - La répartition des hommes, des activités et des richesses sur le territoire national. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559.225 (1995) 8-11.

LEBRUN, Luc - Les perspectives de population en Belgique: aperçu méthodologique, Les projections démographiques. *Travaux et Documents*. 122 (1988) 181-186.

LE BOURDOMEC, Jannick - *Des paysans heureux. Une révolution en marche.* Paris: Flammarion, 1994.

LE ROY, Anne - *Les activités de service: une chance pour les économies rurales?Vers de nouvelles logiques de développement rural*. Paris: L'Harmattan, 1997.

LEFEBVRE, Henry - Du rural à l'urbain. Paris: Éditions Anthropos, 1970.

LEGRAND, Jean - La fécondité en France est-elle susceptible de baisser prochainement? Les projections démographiques. *Travaux et Documents*. 122 (1988) 187-202.

LEHMANN, Bernard; STUCKI, Erwin W. - L'agriculture et le devenir des espaces ruraux en Suisse: nouvelles orientations de la politique en zone rurale et approche économique des fonctions de l'agriculture. *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*. Bordeaux. ISSN 0180 7307. 2 (1996) 423-442.

LEMA, Paula Bordalo - *O Alto Douro*. Lisboa: CEG, 1980.

LENORMAND, Pierre - L'emploi rural dans la compétition économique:contraintes, aménités, rentes différentielles. In MATHIEU, Nicole, ed.lit - *L'emploi rural. Une vitalité cachée*. Paris: L'Harmattan, 1995. p.51- 68.

LEPICIER, D. [et al.] - Bilan et conditions de l'emergence d'emplois lies a l'entretien du territoire: une première analyse appliquee a trois regions françaises ( Bourgogne, Auvergne et Midi-Pyrenées). In *Colloque Les mesures agri-environnementales. Premiers bilans des expériences européennes*. Paris: SFER, 1997. (policop.).

LIMA, Aida Valadas; SCHMIDT, Luísa - Questões ambientais – conhecimentos, preocupações e sensibilidades. *Análise Social*. Lisboa. ISSN 0003-2573. XXXI: 135 (1996) 205-227.

LIMOUZIN, Pierre - *Les communes et l'aménagement du territoire*. Paris: SEDES, 1988.

LIVI-BACCI, Massimo - *Introducción a la Demografia*. Barcelona: Editorial Ariel, 1993.

LÓPEZ BERMÚDEZ, Francisco - Degradación del suelo. Fatalidad climática o mala gestión humana? Hacia una gestión sostenible del recurso en el contexto mediterráneo. *Papeles de Geografia*. Murcia. ISSN 0213-1781. 20 (1994) 49-64.

MACEDA RUBIO, Amalia - El Banco de Tierras de Asturias, com especial referencia a su gestión de los programas de cese anticipado de la actividad agraria. *ERIA-Revista de Geografia*. Oviedo. ISSN 0210-0563. 39/40 (1996) 151-160.

MADEIRA, Edgar – *Uma freguesia do Douro-Godim*. Lisboa: [s.n.], 1969.

MAILLARD, P. - Modèle de migration avec effet de contagion, *Migrations intérieures. Méthodes d'observation et d'analyse*. Paris: CNRS, 1975. p. 263- 270.

MALASSIS, Louis - L'agriculture dans l'activité économique et dans l'espace: deux modèles d' interprétation. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 202/203 (1991) 4-9.

MANSINHO, Mª. Inê.; SCHMIDT, Luísa - Portugal - Réinventer le rural par l'environnement. In JOLLIVET, Marcel, ed.lit. - *Vers un rural postindustriel. Rural et environnement dans huit pays européens*. Paris: L'Harmattan, 1997. p.261-308.

MARQUES, Bernardo de Serpa - Povoamento disperso e pequenos aglomerados rurais no Noroeste de Portugal. *Actas das 1ª Jornadas de Estudo Norte de Portugal/ Aquitânia*. Porto: CENPA, 1986. p. 291-307.

MARSDEN, Terry - Beyond agriculture: regulating the new rural spaces. *Journal of Rural Studies*. Exeter. ISSN 0743-0167. 11: 3 (1995) 285-297.

MARSDEN, Terry - New rural territories: Regulation the differentiated rural spaces. *Journal of Rural Studies*. Exeter. ISSN 0743-0167. 14: 1 (1998) 107-117.

MARTIN JIMÉNEZ, Mª Isabel - El fracaso de la ley de agricultura de montaña en el planeamiento y desarrollo de las áreas serranas. *Actas do VI Colóquio Ibérico de Geografia*. Porto: Publicações da Reitoria da Universidade do Porto, 1995. volume I, p.267-273.

MARTÍNEZ DEL RÍO, M.N. - Análisis de los asentamientos de montaña. Posible clasificación de los mismos. *Ciudad y Territorio-Estudios Territoriales*. ISSN 1133-4762. 68, (1985) 3-16.

MATHIEU, Nicole - Questions sur les types d'espaces ruraux en France. *L'espace Géographique*. Paris. ISSN 0046-2497. 2 (1982) 195-210.

MATHIEU, Nicole - Un nouveau modèle d'analyse des transformations en cours:La diversification-spécialisation de l'espace rural français. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 166 (1985) 38-44.

MATHIEU, Nicole - La notion de rural et les rapports ville-campagne en France (1). Des années cinquante aux années quatre-vingts. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 197 (1990) 35-40.

MATHIEU, Nicole, ed.lit. - *L'emploi rural. Une vitalité cachée*. Paris: L'Harmattan, 1995.

MATHIEU, Nicole - Rural et urbain: unité et diversité dans les évolutions des modes d'habiter. In JOLLIVET, Marcel; EIZNER, Nicole, ed.lit. - *L' Europe et ses campagnes*. Paris: Presses de Sciences PO, 1996. p. 187- 205.

MATHIEU, Nicole - La notion de "rural profond": a la recherche d'un sens. In *Le "rural profond" français*. Paris: DIEM- SEDES, 1996. p.115-121.

MATHIEU, Nicole - La notion de rural et les rapports ville/campagne en France: les années quatre-vingt-dix. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 247 (1998) 11-19.

MATHIEU, Nicole; DUBOSQ, P. ed.lit. - *Voyage en France per les pays de faible densité*. Paris: CNRS, 1985.

MATHIEU, Nicole; JOLLIVET, Marcel - *Du rural à l'environnement: la question de la nature aujourd'hui*. Paris: ARF/L'Harmattan, 1989.

MAURIN ALVAREZ, Manuel - La red de espacios naturales protegidos de Asturias (proceso de gestion). *ERIA-Revista de Geografia*. Oviedo. ISSN 0210-0563. 35 (1994) 175-197.

MAYA FRADES, António - Perspectivas de desarrollo rural en los Ancares Leoneses. In *Homenage a Luis Alfonso Gongález Polledo*. Léon: Universidad de Léon, 1997. p. 263-279.

MEDEIROS, Carlos Alberto - *Geografia Rural das Montanhas Portuguesas: O exemplo do Norte da Beira*. Lisboa: [s.n.], 1976.

MEDEIROS, Carlos Alberto - As Estruturas Agrárias na Montanha do Norte da Beira, *I Colóquio de Geografia*. Salamanca, 1981. p.89-103

MEDEIROS, Carlos Alberto - Alguns aspectos da diferenciação do povoamento na área de montanha do norte da Beira. In *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1988. vol. 2°. p.243-257.

MEDEIROS, Isabel – *Estruturas pastoris e povoamento na Serra da Peneda*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1984.

MEDEIROS, Isabel - Contribuição para o estudo dos sistemas pastoris na Serra da Peneda. In *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1988. vol. 2°. p.223-233.

MULERO MENDIGORRI, Alfonso - La recreación rural en la montaña media espanõla. Problemática general y su repercusión en la Sierra morena cordobesa. *Estudios Geograficos*. Madrid. ISSN 0014-1496. LV:214 (1994) 81-107.

MENDRAS, Henry - *La fin des paysans*. Arles: Actes Sud, 1984.

MENGIN, Jacqueline - Le lobby rural en France. In JOLLIVERT, Marcel; EIZNER, Nicole ed.lit. - *L' Europe et ses campagnes*. Paris: Presses de Sciences PO, 1996. p. 177-185.

MICHEL, Michel - *L'aménagement régional en France. Du territoire aux territoires*. Paris: Masson, 1994.

MIGUEL, Mª Lurdes - Balanço dos efeitos sócio-económicos das Áreas protegidas em relação com as populações que nelas cohabitam. In *Actas do 1° Congresso de Áreas Protegidas*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques - Reservas e Conservação da Natureza.1989. p.657-663.

MIGNON, Christian - La déprise agricole dans les montagnes françaises. *Géographie Sociale*. Caen.ISSN 0766-9267. 12 (1992) 261- 270.

MOLDÃO, A. [et al.] - *A mecanização da cultura da vinha na RDD*. Lisboa: ISA, 1978/79.

MONTALIEU, J.-P. - Relations entre emploi et image des lieux.In MATHIEU, Nicole, ed.lit. - *L'emploi rural. Une vitalité cachée*. Paris: L'Harmattan, 1995. p.39-50.

MONTGOLFIER, Jean - Agriculture et environnement: offres et demandes. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 208/209 (1992) 11-16.

MOREIRA, M. B.; FERREIRA, M.L. - Montanha e Zonas Desfavorecidas em Portugal. Uma apresentação. In *Zones Défavorisées Méditerranéennes dans la CEE*. Réseau MEDEF, INRA/CEMAGREF/CIHEAM-IAMM, 1988.

MORMONT, Marc –To be rural or how to be rural. In LOWE,P.; MARSDEN,T.; WHATMORE,S., ed.lit. - *Rural restructuring: global processesand their responses*. London: David Fulton Publishers, 1990.

MORMONT, Marc - Politica agricola comun y medio ambiente. In *Agriculturas y políticas agrarias en el sur de Europa*. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentacion, 1993. p.225-248.

MORMONT, Marc - Le rural comme catégorie de lecture du social. In JOLLIVET, Marcel; EIZNER, Nicole, ed.lit. - *L' Europe et ses campagnes*. Paris: Presses de Sciences PO, 1996. p. 161-176.

MORMONT, Marc - Agriculture et environnement: pour une sociologie des dispositifs. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 236 (1996) 28-36.

MORMONT, Marc – Belgique. A la recherche des spécificités rurales. In JOLLIVET, Marcel ed.lit. - *Vers un rural postindustriel. Rural et environnement dans huit pays européens*. Paris: L'Harmattan, 1997. p.17-44.

MOYANO, Eduardo - Acteurs sociaux et politique agri-environnementale dans l'Union Européenne. In *Colloque Les mesures agri-environnementales. Premiers bilans des expériences européennes. Une perspective pluridisciplinaire*. Paris: SFER, 1997. (policop.).

MULLER, Pierre - Vers une agriculture de services?. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 202/203 (1991) 67 –70.

MURDOCH, J.; PRATT, A. - Rural Studies: modernism, postmodernism, and the "post-rural". *Journal of Rural Studies*. Exeter. ISSN 0743-0167. 9: 4 (1993) 411-427.

NAZARETH, José Manuel - A dinâmica da população portuguesa no período de 1930-1970. *Análise Social*. Lisboa. ISSN 0003-2573. XIV: 56 (1978) 729-800.

NAZARETH, José Manuel - *O envelhecimento da população portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença, 1979.

NAZARETH, José Manuel - *Explosão demográfica e planeamento familiar. Subsídios para uma política de defesa de vida em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

NAZARETH, José Manuel - Conjuntura demográfica da população portuguesa no período de 1970-80: aspectos globais. *Análise Social*. Lisboa. ISSN 0003-2573. XX: 81-82 (1984) 237-262.

NAZARETH, José Manuel - A Demografia Portuguesa no contexto da Europa Comunitária no início dos anos noventa. *Estudos Demográficos*. Lisboa. ISSN 0871-875X. 31 (1993) 21-28.

NAZARETH, José Manuel - O envelhecimento demográfico da população portuguesa no início dos anos noventa. *Economia e Sociologia*.Évora: ISSN 0870-6026. 56 (1993) 5-25.

NAZARETH, José Manuel - A dinâmica populacional. In *Portugal hoje*. Lisboa: INA, 1995. p.17-29.

NAVALPOTRO JIMÉNEZ, Paulino - Explotaciones de ovino en los montes de Ciudad Real: Viabilidad económica e impactos de la reforma de la PAC. *Estudios Geográficos*. Madrid. ISSN 0014-1496. LV: 214 (1994) 109-133.

NEBOIT, R. - *L'Homme et l'érosion. L'érosion des sols dans le monde.* Clermont-Ferrrand: Édition Faculté des lettres et Sciences Humaines de lÚniversité Blaise-Pascal, 1991.

NÉGRO, Yves – *Activités et emplois non agricoles en milieu rural: mutation et résistance*. Toulouse: Université de Toulouse –Le Mirail, 1994. Thèse de Doctorat en Développement Rural.

NEVEU, A. - Agriculture:le grand tournant. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 229 (1995) 47-48.

NIZARD, Alfred - La prévision des populations des petites aires géographiques. Effet de la fécondité et des migrations. In *Migrations intérieures. Méthodes d'observation et d'analyse*. Paris: CNRS, 1975. p. 123-127.

NOIN, Daniel; THUMERELLE, Pierre-Jean - *L'étude géographique des populations*. Paris: Masson, 1993.

NORMANDIN, Dominique; CAVAILHÈS, Jean - Usages des sols dans l'espace rural. Evolutions, logiques économiques et conséquences. *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*. Bordeaux. ISSN 0180 7307. 2 (1996) 201-210.

NORTH, David; SMALLBONE, David – Small Business Development in Remote Rural Areas: The Example of Nature Manufacturing firms in North England. *Journal of Rural Studies*. Exeter. ISSN 0743-0167. 12: 2 (1996) 151-167.

NUNES, Pinho - *Monografia de Fontes (Penaguião)*. Vila Real: Junta. Dist. Vila Real, 1970.

OCDE - *Formulation de la politique rurale. Nouvelles tendances*. Paris, 1988.

OCDE - *Les Partenaires pour le développement rural*. Paris, 1990.

OCDE - *Quel avenir pour nos campagnes?Une politique de développement rural*. Paris, 1993.

OCDE - *Créer des indicateurs ruraux pour étayer la politique territoriale*. Paris, 1994.

OCDE - *Études économiques de l'OCDE- Portugal*. Paris,1995.

OCDE - *Créer des emplois pour le développement rural. De nouvelles politiques*. Paris, 1995.

OCDE - *Formuler des meilleures politiques pour le développement rural*. Paris,1996.

OCDE - *Les amenités pour le développement rural*. Paris, 1996.

OLIVEIRA, Cristina - A família segundo os Recenseamentos da População, *Seminário*

*População, família e condições de vida*. Curia: INE, 1995.(policop.).

OLIVEIRA, Luís Valente de - *Bloco de Notas. Sobre muito do que devemos fazer para preparar o futuro*. Porto: ASA, 1995.

ORTEGA ALBA, Francisco [et al.] - Principios de ordenación territorial en la montaña subbética: un caso de subdesarrollo en el medio rural. In *Actas do VI Colóquio Ibérico de Geografia*. Porto: Publicações da Reitoria daUniversidade do Porto, 1995. Vol. I. p.237-243.

OSVALDO MORINA, Jorge - Evolución y crisis de una población campesina. *Estudos Geográficos*. Madrid: ISSN 0014-1496. LIX:233 (1998) 641-659.

OWEN, D. [et al.] - *An Index of Peripherality for Local Areas in the United Kingdom*. Newcastle: Centre for Urban and Regional Studies, University of Newcastle, 1983.

PAILLANT, Paul M.; PARANT, Alain - *Le vieillissement de la campagne française*. Paris, PUF, 1980.

PANIGUA MAZORRA, Angel - Recomposition rurale et politique agri-environnementale: Le programe de "L'Outarde" en Castille-Leon (Espagne). In *Colloque Les mesures agri-environnementales. Premiers bilans des expériences européennes. Une perspective pluridisciplinaire*. Paris: SFER, 1997. (policop.).

PANIAGUA, MAZORRA, Angel [et al.] - Articulación de intereses y conflicto entre actores sociales debido a la introducción de medidas de regulación ambiental en la agricultura española, *Estudos Geográficos*. Madrid. ISSN 0014-1496. LIX: 233 (1998) 661-688.

PARANT, Alain. - Le vieillissement démographique.- La France et le Québec dans le monde:hier, aujourd'hui, demain. *Espace, Populations, Societés*. Paris. ISSN 0755-7809. 1 (1992) 13-27.

PARANT, Alain. - Croissance démographique et vieillissement. *Population*. ISSN 0098-7921. 6 (1992) 1657-1676.

PECQUEUR, Bernard - *Le développement local*. Paris: SYROS, 1989.

PEDROSA, António de Sousa - *A Serra do Marão. Estudo de Geomorfologia*. Porto: FLUP, 1993. Dissertação de Doutoramento.

PEDROSA, António de Sousa- Contributo para o conhecimento da dinâmica geomorfológica das serras do Norte de Portugal: O exemplo da Serra do Marão. *Rurália*. Arouca. III (1994) 69-90.

PEDROSA, António de Sousa - As actividades humanas e os procesos erosivos: o exemplo da Serra do Marão. *Territorium*. Coimbra. ISSN 0872-8941. 1 (1994) 35-41.

PEDROSA, António de Sousa - As diferentes técnicas de cultura da vinha e suas implicações na evolução das vertentes. *Rurália*. Arouca. IV (1994) 77-98.

PEDROSA, Fantina Tedim - Dinâmica demográfica e desenvolvimento rural em áreas de montanha: o exemplo da "região" da Campe. In *Actas do VI Colóquio Ibérico de Geografia*. Porto: Publicações da Reitoria da Universidade do Porto, 1995. Vol. I. p. 311-317.

PEDROSA, Fantina Tedim - O Povoamento no contexto da Base Geográfica da Referenciação Espacial. *Cadernos ESAP*. Porto. 1 (1997) 15-29.

PEDROSA, Fantina Tedim - Dinâmica Demográfica em Áreas de Montanha: a Serra do Marão. *População e Sociedade*. Porto. ISSN 0873-1861. 4 (1997) 395-409.

PEDROSA, Fantina Tedim [et al.] - Contrastes agrários na Bacia do Douro. *Observatório*. Vila Nova de Gaia. 1 (1990) 179-198.

PEDROSA, Fantina Tedim [et al.] - A mobilidade da população activa na Bacia do Douro. *Observatório*.Vila Nova de Gaia. 1 (1990) 199-217.

PEDROSA, Fantina Tedim; PEDROSA, António de Sousa; MARQUES, Bernardo de Serpa - Apresentação Geográfica do Concelho de Amarante. *Entremuros*. Amarante. 1 (1990) 5-9.

PEDROSA, Fantina Tedim; PEDROSA, António de Sousa; MARQUES, Bernardo de Serpa - A formação do concelho: Bases geográficas para o desenvolvimento. In *O Marco de Canaveses a caminho dos 140 anos*. Marco de Canaveses. Câmara Municipal do Marco de Canaveses, 1992. p. 7-18.

PEIXOTO, João - A Emigração Portuguesa a partir de 1980: Factos estatísticos e modalidades de evolução. *Estudos Demográficos*. Lisboa. ISSN 0871-875X. 31 (1993) 35-74.

PELATAN, Jean - Les comportaments démographiques récents des marges armoricaines. *Norois*. Poitiers. ISSN 0029-182X. 35:140 (1988) 431-441.

PEREIRA, G. – *Les vignobles du Portugal: étude géographique*. Toulouse: Faculté des Lettres, 1932. Thèse de doctorat.

PERRET, Jacques - Les systèmes d'emploi locaux. In MATHIEU, Nicole, ed.lit. -*L'emploi rural. Une vitalité cachée*. Paris: L'Harmattan, 1995. p. 75-87.

PERRIER-CORNET, Philippe, CAPT, Danièle - Les agriculteurs face à la nouvelle PAC. Quelles perspectives pour quelles territoires?. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 225 (1995) 22-27.

PIERCE, John T. - The Conservation Challenge in Sustaining Rural Environments. *Journal of Rural Studies*. Exeter. ISSN 0743-0167. 12:3 (1996) 215-229.

PIMENTA, Carlos - A Biodiversidade e o nosso futuro colectivo. In *20 Valores do mundo rural*. Lisboa: Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural, 1995. p. 46-48.

PINA, Mª Helena Mesquita – Alto Douro: alguns apontamentos sobtre a sua estrutura fundiária, *Actas do VI Colóquio Ibérico de Geografia*. Porto: Publicações da Reitoria da Universidade do Porto, 1995. Vol.I. p. 323-329.

PINA, Mª Helena Mesquita – La région d'Appellation Contrôlée du Haut Douro: une région hétérogène. *Campagnes françaises et ibériques de l'Atlantique*. Bordeaux: CERVIN, 1998. p. 129 -166.

PINTO, A., ed.lit. - *Avaliação ex-post do 1º Quadro Comunitário de Apoio, 1989-1993*. Lisboa: Observatório do Quadro Comunitário de Apoio, 1994.

PIOLLE, Xavier - L'analyse de la mobilité résidentielle des ménages. In *Migrations intérieures. Méthodes d'observation et d'analyse*. Paris: CNRS, 1975. p. 189- 195.

PIRES, Artur da Rosa - *Part time farming: a regional perspective of Portugal*. Wales: Institute

of Science anda Tecnology, 1987. Tese de doutoramento.
PIRES, Artur da Rosa - Desenvolvimento rural: algumas dimensões de uma política em construção. In *Jornadas Desenvolvimento Rural do Norte*. Ponte de Lima: IDARN, 1991, (policop.).

PIRES, Artur da Rosa; REIS, José - How "rural" is agricultural pluriactivity. *Journal of Rural Studies*. Exeter. ISSN 0743-0167. 6:4 (1990) 395-399.

PLANE, David A.; ROGERSON, Peter A. – *The Geographical analysis of Population. With applications to planning and business*. New York: John Wiley & Sons, 1994.

POINTUD, André - Les nouvelles données de l'aménagement agricole et foncier. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 166 (1985) 22-25.

PONS, Gilbert, ed.lit. - *Le paysage: sauvegarde et création*. Éditions Champ Vallon, 1999.

PORTELA, José - Agricultores e agriculturas transmontanos: entre o declíneo e a revitalização. In *Seminário " Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva: actas*. Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos, 1996. p.321-331.

POULAIN, M. [et al.] - De la variabilité des paramètres démographiques pour les petites populations. *Espace, Populations, Societés*. Paris. ISSN 0755-7809. 1 (1996) 93-102.

PRADOS VELASCO, Mª José - Aplicación de nuevas técnicas a los estudios de geografia rural en España. Teledetección y agricultura. In *Actas del VI Coloquio de Geografia Rural*.Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1991. p.39-44.

PRATT, Andy - Discourses of rurality: loose talk or social struggle?. *Journal of Rural Studies*. Exeter. ISSN 0743-0167. 12: 1 (1996) 69-78.

PRESSAT, Roland – *Démographie sociale*. Paris: PUF, 1971.

PRESSAT, Roland – *Dictionaire de démographie*. Paris: PUF, 1979.

PRESSAT, Roland - *L'analyse démographique. Concepts-méthodes-résultats.* Paris: PUF, 1983.

PRESSAT, Roland – *Manuel d'analyse de la mortalité*. Paris: Institut National d'études Démographiques, 1985.

PRIETO SARRO, I. - *Despoblación y despoblamiento en la provincia de Léon: 1950-1991*. Léon: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Léon, 1996.

PUMAIN, Denise - *Analyse spatiale et dynamiques des populations*. Paris: INED, 1991.

PUMAIN, Denise - Le peuplement. In BAILLY, Antoine; FERRAS, Robert; PUMAIN, Denise - *Encyclopédie de Géographie*. Paris: Economica, 1992. p. 439-461.

PUMAIN, Denise; SAINT-JULIEN, Thérèse. - *L'analyse spatial*. Paris: Armand Colin, 1997.

RAVIGNAN, François - L'agriculture pourrait-elle contribuer au maintien de la population rurale?. In MATHIEU, Nicole ed.lit. -*L'emploi rural. Une vitalité cachée*. Paris: L'Harmattan, 1995. p.105-116.

REBELO, Fernando - *Serras de Valongo. Estudo de Geomorfologia*.Coimbra: Suplementos de

Biblos-9, 1975.

REIG, Ernest - La política agraria común ante los nuevos objectivos de la Comunidad Europea. In *Agriculturas y políticas agrarias en el sur de Europa*. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentacion, 1993. p.255- 275.

RENARD, Jean - La désertification rurale. Un faux problème pour l'Ouest de la France?. *Géographie Sociale*. Caen.ISSN 0766-926712. (1992) 325-336.

RENARD, Jean - La France. In BONNAMOUR, Jacqueline ed.lit. - *Agricultures et campagnes dans le monde*. Paris: Sedes, 1996. p. 51-81.

RENARD, Jean - Quelques aspects des mutations contemporaines des campagnes françaises, *Bulletin de L'Association de Géographes Français*. Paris. ISSN 0004-5322. 74° année:4 (1997) 398-406.

REQUES VELASCO, Pedro - *Población y territorio en Cantabria*. Santander: Universidad de Cantabria, 1997.

RIBEIRO, José M. Félix – O Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES)- Implicações para o Ordenamento do Território-uma leitura. In *Seminário Internacional O Território para o século XXI- Ordenamento, Competitividade e Coesão*. Porto, 1999. (policop.).

RIBEIRO, Orlando - Contribuição para o estudo do pastoreio na Serra da Estrela. *Revista da Faculdade de Letras*, VII:1/2 (1941) 213-303.

RIBEIRO, Orlando - *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de Relações Geográficas*. Lisboa: Sá da Costa, 1963.

RIBEIRO, Orlando – *Geografia de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, 1989. Vol III.

RIBEIRO, Orlando; SANTOS, Mª Augusta - Montanhas Pastoris de Portugal. Tentativa de representação cartográfica. In *Comptes Rendus du Congrès International de Géographie*. Lisboa: CEG, 1951. p.59- 69.

ROCHA, Gilberta - Envelhecimento demográfico em Portugal e suas regiões no contexto da União Europeia. In *Seminário População, Família e Condições de Vida*. Curia: INE, 1995. p. 31-52.

RODRIGO, Isabel - Les déterminants du choix professionel dans l'agriculture familiale au Portugal. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 236 (1996) 46-52.

RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, Fermín – Un estudio para el desarrollo sostenible de la comarca oriental de Asturias. *ERIA-Revista de Geografia*. Oviedo. ISSN 0210-0563. 35 (1994) 57-73.

RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, Fermín - El desarrollo local, una aplicación geográfica. Exploración teórica e indagación sobre su práctica.. *ERIA-Revista de Geografia*. Oviedo. ISSN 0210-0563. 39/40 (1996) 57-73.

ROSA, C. - Relatório preliminar dos talhões de erosão em cultura da vinha na Quinta de Sta. Bárbara. In *Jornadas Vinorde/81*. Vila Real: [s.n.] 1981.

ROSAS, José R.-P. - *O vinho Porto – esse vinho humanizado. Observatório*. Vila Nova de Gaia, 1990. p.35-40.

ROTH, Christian; CAZES, Sylvain - *La politique agricole commune. Fondement du développement rural durable*. Paris: A.PEDONE, 1997.

ROYAL, Ségolène - *Pays, Paysans, paysages*. Paris: ROBERT LAFFONT, 1993.

RUIZ MOYA, JOSÉ - La agricultura sostenible como alternativa a la agricultura convencional: conceptos y principales metodos y sistemas. *ERIA - Revista de Geografia.* Oviedo. ISSN 0210-0563. 35 (1994) 161-173.

SÁNCHEZ LÓPEZ, Francisco; CABERO DIEGUEZ, Valentín; MARTIN HERNÁNDEZ, Juan (ed.) - *Frontera y desarrollo. El programa transfronterizo de Espanã y Portugal*. Salamanca: Instituto de Recursos Naturales y Agrobiologia, 1993.

SANTOS, José Queirós dos - Características geográficas do Alto Douro e comparação das suas principais demarcações vinícolas. Coimbra: FLUC, 1961. Dissertação de Licenciatura em Geografia.

SARACENO, Elena - Recent Trends in Rural Development and their conceptualisation. *Journal of Rural Studies*. Exeter. ISSN 0743-0167. 10:4 (1994) 321-330.

SCHEELE, Martin - Sustainaible Agriculture as an Issue of Agricultural, Environmental and Rural Policies of European Union. In *Colloque "Les mesures agri-environnementales. Premiers bilans des expériences européennes.* Paris: SFER, 1997. (policop.).

SCHMITT, Bertrand - Avantages comparatifs, dynamique de population et d'emploi des espaces ruraux. *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*. Bordeaux. ISSN 0180 7307. 2 (1996) 363-382.

SCHMITT, Günther - La PAC: Las cuestiones de Politica estructural y social. In *Agriculturas y politicas agrarias en el sur de Europa.* Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentacion, 1993. p. 79-104.

SILVA, J. A. V. - A Economia e a Sociedade portuguesa na viragem do século - tendências e desafios. In *Seminário Novas Políticas europeias e desenvolvimento rural em Portugal*. Lisboa: Direcção Geral do Desenvolvimento Rural, 1997.

SILVA PEREZ, Rócio - La utilización de la legislación como fuente para el estudio de la Geografía Rural. Repercusión territorial de la política para zonas agrícolas desfavorecidas en el territorio andaluz. *Actas do VI Colóquio Ibérico de Geografia*. Porto: Publicações da Reitoria da Universidade do Porto, 1995. Vol. I. p.259-266.

SILVA, Rosa. Fernanda Moreira da - A aldeia da Várzea (Serra do Soajo). Situação actual e a inundação, para breve da sua Veiga. *Revista da Faculdade de Letras-Geografia.* Porto, I:I.(1985) 5-32.

SILVA, Rosa. Fernanda Moreira da - A agricultura do Noroeste Português. In *Actas do IV Colóquio Ibérico de Geografia*. Coimbra: I. E. G., 1986. p. 125-137.

SILVA, Rosa. Fernanda Moreira da - Alguns métodos de investigação em Geografia Rural. Sua apresentação crítica. Actas das *1ª Jornadas de Estudo Norte de Portugal/Aquitânia*. Porto: CENPA, 1986. p. 279-289.

SILVA, Rosa. Fernanda Moreira da - L'agriculture et l'élevage dans la région du Minho (Notes et remarques), *Campagnes françaises et ibériques de l'Atlantique*. Bordeaux: GEASO-CERVIN, 1998. p. 91-116.

SIMÕES, José Manuel [et al.] - *A Região fronteiriça de Trás-os-Montes. Diagnóstico e estratégia de desenvolvimento*. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques, 1996.

SIVIGNON, Michel - La Géographie devant les mutations des agricultures et des espaces ruraux dans l'Europe médiane. *Bulletin de L'Association de Géographes Français*. Paris. ISSN 0014-5322. 74e année:4 (1997) 415-422.

SOJA, Maria - La dépopulation des campagnes en Auvergne et dans les Carpates de Pologne. In *Developpement Regional en Moyenne Montagne, Carpates-Massif Central*. Clermont-Ferrand: CERAMAC, 1991. p.39-53.

SORIANO, Joan Manuel - El procés de despoblament a les comarques de la Cerdanya i l'Alt Urgell. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*. Barcelona. ISSN 0212-1573. 25 (1994) 141-163.

SOUSA SANTOS, Boaventura; REIS, José - Pela reinvenção da pequena agricultura: a necessidade de um novo pensamento técnico. In *20 Valores do mundo rural*. Lisboa: Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural, 1995. p.18-20.

SURAULT, Pierre - La diffusion du vieillissement dans les campagnes du Poitou-Charentes. *Norois*. Poitiers. ISSN 0029-182X. 35: 140 (1988) 443-452.

TEATHER, Elizabeth Kenworthey - Farm women in Canada, New Zealand and Australia Redefine their Rurality. *Journal of Rural Studies*. Exeter. ISSN 0743-0167. 12: 1 (1996) 1-14.

TELLES, Gonçalo Ribeiro - Ordenamento do Território e Áreas Protegidas. *Actas do 1º Congresso de Áreas Protegidas*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques - Reservas e Conservação da Natureza. Lisboa: 1989. p.71- 85.

THIREAU, Véronique - Renouvellement du rôle de l'espace et dynamique des territoires. *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*. Bordeaux. ISSN 0180 7307. 2 (1993) 261-287.

THUMERELLE, Pierre-Jean - El interés práctico y operativo de la teorización y la modelización en Demogeografía. *Estudios Geográficos*.Madrid. ISSN 0014-1496 XLVI: 178/179 (1985) 71-82.

THUMERELLE, Pierre-Jean; GHÉKIÈRE, J.-F. - Le vieillissement démographique: un phènomène instable à l'échelon local. *Espace, Populations, Societés*. Paris. ISSN 0755-7809. 1 (1992) 105-115.

THUMELLE, Pierre-Jean - Les changements géographiques de la mortalité en France. *Espace, Populations, Societés*. Paris. ISSN 0755-7809. 1 (1996) 65-78.

TORRES LUNA, M. P.; LOIS GONZÁLEZ, R.C.; PÉREZ ALBERTI, A. - *A montaña galega: o home e o medio*. Santiago de Compostela: Servicio de Publicaciones da Universidade, 1993.

TRICART, Jean – *Écogéographie des espaces ruraux*. Paris: Nathan, 1994.

TULLA, A. F. - Una tipologia de transformación agraria en áreas de montaña. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*. Barcelona. ISSN 0212-1573. 13 (1982) 107-139.

URZAINKI MIKELEIZ, A. - La gestión de la caza y el desarrollo rural integrado (El coto social

de los montes de la Parzonería General de Gipuzkoa y Álava. In *Actas del VI Coloquio de Geografia Rural*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1991. p.239-246.

VALCESCHINI, E. - Espace, développement et économie rurale. *Économie Rurale*. Paris. ISSN 0013-0559. 166 (1985) 49-51.

VANDESCHRICK, C. - *Analyse démographique*. Louvain-la-Neuve; Paris: Academia-Bruylant: L'Harmattan, 1995.

VARELA, J. A. Santos - *I Quadro Comunitário de Apoio (1989-1993), para a agricultura portuguesa*. IDARN, [199?].

VARELA, J. A. Santos - *A política agrícola comum e a sua aplicação à agricultura portuguesa política de estruturas e reformas.* Lisboa: Publicações D. Quixote, 1988.

VARELA, J. A. Santos – *O desenvolvimento agrário e rural (contributos para a sua história no período de 1960 a 1995).* Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 1992.

VARELA, J. A. Santos – *O desenvolvimento agrário e rural (contributos para a sua história no período de 1960 a 1995*).Lisboa: Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 1995.

VARELA, J. A. Santos - *A política agrícola comum. Os Princípios, as Reformas actuais, a Futura Europa Verde*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1996.

VARLET, J. - Les régions démographiques de la Corrèze en 1982: outils et méthodes d'analyse spatiale. In *Developpement Regional en Moyenne Montagne, Carpates-Massif Central*. Clermont-Ferrand: CERAMAC, 1991. p.57-76.

VÁZQUEZ-BARQUERO, A. - Aspectos estratégicos do desenvolvimento rural. In *Jornadas Desenvolvimento Rural do Norte*. Ponte de Lima: IDARN, 1991. (policop.).

VEDEL, G. [et al.] - Plans de développement durable. Premier bilan des contrats.In *Colloque Les mesures agri-environnementalles*. Paris: SFER, 1997. (policop.).

VIAUX, P. - Analyse des cahiers des charges "reduction d'intrants" dans quelques pays d'Europe. In *Colloque Les mesures agri-environnementales: premiers bilans des expériences européennes*. Paris: SFER, 1997. (policop.).

VICENTE, A. M. P. [et al.] - *O programa de acção florestal e o desenvolvimento da floresta Portuguesa*. Coimbra: CCRN, 1991.

VIERS, G. - Population et peuplement du Pays basque de France d'aprés le recensement de 1990. *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest.* Toulouse. ISSN 0035-3221. 62:1 (1991) 33-50.

VINDIGNI, G. —Effets probables du règlement CEE 2078/92 sur une zone protegé du Sud de l'Union Européenne (Parc de Nebrodi). In *Colloque Les mesures agri-environnementales: premiers bilans des expériences européennes*. Paris: SFER, 1997. (policop.).

VINUESA ANGULO, Julio [et al.] – *Demografia: análisis y proyeccionnes*. Madrid: Editorial Sintesis, 1994.

VITTE, P. - Moyennes montagnes européennes et tourisme, *Des régions paysannes aux espaces*

*fragiles*, Clermont-Ferrand, Université Blaise-Pascal, CERAMAC, 1992. p.533-542.

VIVIER, D. - État des lieux et perspectives de l'emploi dans les zones rurales et de montagne. In MATHIEU, Nicole, ed.lit. -*L'emploi rural. Une vitalité cachée*. Paris: L'Harmattan, 1995. p. 89 –104.

WALFORD. N.[et al.] - *Social and Economic Restructuring in Rural Britain: A Methodology for Contextual Analysis*. Newcastle: ESRC Countryside Change Initiative, 1992.

WARD, Neil; McNICOLAS, Kate - Reconfiguring rural development in the UK: objective 5b and the New rural governance. *Journal of Rural Studies*. Exeter. ISSN 0743-0167. 14: 1 (1998) 27-39.

WEEKS, J.R. - *Sociologia de la población*. Madrid: Alianza, 1984.

WILSON, Geoffrey A. - German agri-environmental schemes-II.The MEKA programme in Baden-Württemberg. *Journal of Rural Studies*. Exeter. ISSN 0743-0167. 11: 2 (1995) 149-159.

WOODS, Michael - Discourses of power and rurality: local politics in Somerset in the twentieth century. *Political Geography*. 16:6 (1997) 453-478.

WOODS, Michael - Advocating rurality? The repositioning of rural local government. *Journal of Rural Studies*. Exeter. ISSN 0743-0167. 14: 1 (1998) 107-117.

# Índice de figuras


Pág.

## Introdução

Fig. 1 Localização da Serra do Marão 23

Fig. 2 Divisão administrativa da Serra do Marão 34

Fig. 3 As freguesias urbanas e rurais 42

## I parte
## Dinâmica demográfica e sustentabilidade

Fig. 4 Evolução da População entre 1864 e 1991, por agrupamentos 65

Fig. 5 Dimensão populacional das freguesias em 1864 e 1950 68

Fig. 6 Taxa de crescimento entre 1864 e 1950, por freguesia 70

Fig. 7 Evolução da população entre 1864 e 1950: número de períodos de decréscimo 70

Fig. 8 Dimensão populacional das freguesias em 1991 78

Fig. 9 Evolução da população residente entre 1950 e 1991, por freguesia 81

Fig. 10 Data do máximo de população 83

Fig. 11 Data do mínimo de população 84

Fig. 12 Evolução do crescimento natural na Serra do Marão entre 1950 e 1995 86

Fig. 13 Número de nados-vivos ocorridos em 1990/94, segundo a intensidade do decréscimo entre 1950/54 e 1990/94 89

Fig. 14 Crescimento natural em 1985-1989 e 1990-1994, por freguesia 91

Fig. 15 Saldo migratório por idades entre 1981 e 1991, por freguesia 94

Fig. 16 Dinamismo demográfico da Serra do Marão 96

Fig. 17 Taxa de fecundidade geral, em 1991 104

Fig. 18 Índice sintético de fecundidade (A) e Índice conjuntural de fecundidade (B) 105

Fig. 19 Índice sintético de mortalidade 112

| | | |
|---|---|---|
| Fig. 20 | Índice de envelhecimento em 1991, segundo o tipo de evolução entre 1981/1991, por freguesia | 119 |
| Fig. 21 | O envelhecimento em 1991, segundo a classificação de PAILLAT e PARANT | 122 |
| Fig. 22 | Estrutura etária na Serra do Marão em 1991, segundo a metodologia de P-J THUMERELLE, J-F GHÉKIÈRE | 124 |
| Fig. 23 | Tipologia das estruturas etárias na Serra do Marão segundo o método de J. Pelatan | 126 |
| Fig. 24 | Tipologia das estruturas etárias: alguns exemplos incluídos no tipo I | 127 |
| Fig. 25 | Tipologia das estruturas etárias: exemplificação tipo II | 127 |
| Fig. 26 | Tipologia das estruturas etárias: exemplificação tipo III | 128 |
| Fig. 27 | Tipologia das estruturas etárias: exemplificação tipo IV | 128 |
| Fig. 28 | Tipologia das estruturas etárias: exemplificação tipo V | 129 |
| Fig. 29 | Tipologia das estruturas etárias: exemplificação tipo VI | 130 |
| Fig. 30 | Tipologia das estruturas etárias: exemplificação do tipo VII. | 130 |
| Fig. 31 | Pirâmides etárias para algumas freguesias da Serra do Marão em 1991 | 134 |
| Fig. 32 | Localização das escolas do 1° ciclo do Ensino Básico, segundo onúmero de alunos que as frequentaram em 1996/97 | 143 |
| Fig. 33 | Delimitação das subsecções de Boavista, Viariz da Santa e Pousada (freg. Campeã, Vila Real). | 150 |
| Fig. 34 | Unidades de povoamento segundo a Base Geográfica de Referenciação Espacial | Anexo Mapas |
| Fig. 35 | A subsecção de Frariz, na freguesia de Lufrei (Amarante) | 157 |
| Fig. 36 - | A delimitação das subsecções, na freguesia de Oliveira (Mesão Frio) | 158 |
| Fig. 37 | A Subsecção de Rua | 159 |
| Fig. 38 | As subsecções de Outeiro e Vendas na freguesia de Carneiro (Amarante) | 160 |
| Fig. 39 | Os lugares de Calvário e Paredes de Cima, na freguesia de Sta. Cruz do Douro (Baião) | 164 |
| Fig. 40 | A delimitação das subsecções de Outeiro e Portela, nas freguesias de | 165 |

Fontelas (Peso da Régua)

Fig. 41 O lugar de Vale de Soutos e a subsecção de Vale de Soutos não são coincidentes. 166

Fig. 42 O espaço edificado na subsecção de Bamba (freguesia de Oliveira, Mesão Frio). 167

Fig. 43 As subsecções de Murgido (Candemil - Amarante) e de Póvoa (Ansiães – Amarante). 169

Fig. 44 As subsecções de Boavista e Teixeira, na freguesia de Lomba (Amarante) 170

Fig. 45 A subsecção de Soutelo (freg. Fontes, - Sta. Marta de Penaguião) 171

Fig. 46 A subsecção de Justos na freguesia de Fontes - Sta. Marta de Penaguião 172

Fig. 47 A subsecção de Veiga (freg. Cumieira, Sta. Marta de Penaguião) 172

Fig. 48 A subsecção de S. Miguel (freg. S. Miguel de Lobrigos - Sta. Marta de Penaguião) 173

Fig. 49 Densidade populacional na Serra do Marão, por freguesia, em 1991 178

Fig. 50 Densidade populacional por unidades de povoamento, em 1991 Anexo Mapas

Fig. 51 Unidades de povoamento segundo a dimensão 181

Fig. 52 Índice de envelhecimento em 1991, por unidade de povoamento 189

Fig. 53 Percentagem de jovens em 1991, por unidade de povoamento 190

Fig. 54 Representatividade dos alojamentos vagos em 1991, por unidade de povoamento 199

Fig. 55 Representatividade dos alojamentos de uso sazonal, em 1991, por unidade de povoamento 201

Fig. 56 Variação da população entre o ano em que foi atingido o máximo de habitantes e 1991 212

## II Parte
## Das realidades da ocupação do solo aos processos estruturantes

Fig. 57 Taxa de actividade da população feminina, em 1991, por freguesia. 225

Fig. 58 Tipos de evolução da estrutura da população activa entre 1981 e 1991, por sectores de actividade e por freguesia. 227

| | | |
|---|---|---|
| Fig. 59 | Estrutura da população activa em 1991, por ramo de actividade | 240 |
| Fig. 60 | Percentagem de população activa e estudantes que exercem a sua actividade na freguesia de residência, em 1991 | 249 |
| Fig. 61 | Percentagem de população activa e estudantes que exercem a sua actividade em concelhos não pertencentes à Serra do Marão, em 1991 | 250 |
| Fig. 62 | Influência exercida pelo concelho do Porto segundo a freguesia de residência da população activa e dos estudantes, em 1991. | 251 |
| Fig. 63 | Influência exercida pelo concelho de Felgueiras segundo a freguesia de residência da população activa e dos estudantes, em 1991. | 252 |
| Fig. 64 | Influência exercida pelo concelho de Lamego segundo a freguesia de residência da população activa e dos estudantes | 253 |
| Fig. 65 | Área de atracção do agrupamento de Peso da Régua | 254 |
| Fig. 66 | Área de atracção do agrupamento de Vila Real | 255 |
| Fig. 67 | Área de atracção do concelho de Mesão Frio | 256 |
| Fig. 68 | Área de atracção do agrupamento de Amarante | 257 |
| Fig. 69 | Área de atracção do agrupamento de Marco de Canaveses | 258 |
| Fig. 70 | Área de atracção do agrupamento de Sta. Marta de Penaguião | 259 |
| Fig. 71 | Área de atracção do concelho de Baião | 260 |
| Fig. 72 | Área de atracção do agrupamento de Mondim de Basto | 261 |
| Fig. 73 | Locais de destino da população activa e dos estudantes residentes na Serra do Marão, em 1991 | 262 |
| Fig. 74 | Relação entre a população agrícola e a população residente | 267 |
| Fig. 75 | Taxa de produtores com 65 e mais anos de idade, em 1989 | 269 |
| Fig. 76 | Importância da agricultura a tempo parcial | 281 |
| Fig. 77 | Percentagem de produtores com actividade exterior à exploração | 283 |
| Fig. 78 | Representatividade da agricultura principal e de complemento em 1989 | 284 |
| Fig. 79 | Mapa hipsométrico | Anexo A |
| Fig. 80 | Representatividade das altitudes superiores a 600 metros, por freguesia | 293 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Fig. 81 | Exposição das vertentes | Anexo | A |
| Fig. 82 | Importância das exposições ao quadrante Norte, por freguesia | | 295 |
| Fig. 83 | Mapa de declives | Anexo | A |
| Fig. 84 | Classificação das freguesias em função da representatividade dos declives superiores a 11°. | | 298 |
| Fig. 85 | Classificação das freguesias em função da intensidade dos condicionalismos físicos | | 303 |
| Fig. 86 | Taxa de ocupação urbana em 1994 | | 306 |
| Fig. 87 | A Serra do Marão: grandes contrastes no uso do solo | | 308 |
| Fig. 88 | Percentagem de área agrícola em 1994, por freguesia | | 309 |
| Fig.89 | Ocupação do solo no agrupamento de Amarante | Anexo | A |
| Fig. 90 | Ocupação do solo no agrupamento de Baião | Anexo | A |
| Fig. 91 | Ocupação do solo no agrupamento de Mondim de Basto | Anexo | A |
| Fig. 92 | Ocupação do solo no agrupamento de Marco de Canaveses | Anexo | A |
| Fig. 93 | Ocupação do solo no agrupamento de Vila Real | Anexo | A |
| Fig. 94 | Ocupação do solo no agrupamento de Peso da Régua | Anexo | A |
| Fig. 95 | Ocupação do solo no agrupamento de Sta Marta de Penaguião | Anexo | A |
| Fig. 96 | Ocupação do solo no agrupamento de Mesão Frio | Anexo | A |
| Fig. 97 | A Serra do Marão entre duas regiões demarcadas: a Região Demarcada dos Vinhos Verdes e a Região Demarcada do Douro | | 334 |
| Fig. 98 | Superfície ocupada por vinha em cada freguesia segundo o número de explorações. | | 336 |
| Fig. 99 | Percentagem de explorações com gado bovino em 1989 | | 351 |
| Fig. 100 | Implantação territorial da criação de gado bovino, em 1989 | | 354 |
| Fig. 101 | Implantação territorial da criação de gado bovino leiteiro em 1989 | | 356 |
| Fig. 102 | Importância da criação de ovinos em cada freguesia, em 1989 | | 360 |
| Fig. 103 | Importância da criação de caprinos em cada freguesia, em 1989 | | 361 |

Fig. 104 Especialização agrícola existente em 1989, por freguesia 366

## III Parte
## As políticas de desenvolvimento nos espaços rurais

Fig. 105 Indemnizações compensatórias pagas (em escudos) nas campanhas de 1996/97 e 1997/98 446

Fig. 106 Expressão territorial dos GAL na Serra do Marão, no âmbito do LEADER II 486

Fig. 107 Localização das unidades de turismo em espaço rural, segundo a data de início de actividade 489

## IV Parte
## Contributo para o desenvolvimento rural da Serra do Marão

Fig. 108 Classificação proposta de freguesias rurais e urbanas 539

Fig. 109 Despovoamento na Serra do Marão 542

Fig. 110 A Serra do Marão: sistemas territoriais 543

# Índice de quadros

## Introdução


| | | Pág. |
|---|---|---|
| I - | Importância das diferentes classes de altitude na Serra do Marão | 39 |
| II - | Importância das diferentes classes de declive na Serra do Marão | 39 |


## I Parte
## Dinâmica demográfica e sustentabilidade


| | | | |
|---|---|---|---|
| III - | Evolução da população entre 1864 e 1991, por agrupamento e freguesia | Anexo | 1 |
| IV - | Evolução da dimensão populacional das freguesias | Anexo | 2 |
| V - | Variação da população entre 1950 e 1991 | | 75 |
| VI - | Evolução do número de nados-vivos por ano de nascimento segundo o agrupamento para o período de 1950 a 1995 | Anexo | 3 |
| VII - | Evolução do número de óbitos por ano, segundo o agrupamento para o período de 1950 a 1995 | Anexo | 4 |
| VIII - | Evolução do crescimento natural por ano, segundo o agrupamento para o período de 1950 a 1995 | Anexo | 5 |
| IX - | Evolução do número de nados-vivos, óbitos e crescimento natural no agrupamento de Amarante, por freguesia | Anexo | 6 |
| X - | Evolução do número de nados-vivos, óbitos e crescimento natural no agrupamento de Baião, por freguesia | Anexo | 9 |
| XI - | Evolução do número de nados-vivos, óbitos e crescimento natural no agrupamento de Mesão Frio, por freguesia | Anexo | 11 |
| XII - | Evolução do número de nados-vivos, óbitos e crescimento natural no agrupamento de Mondim de Basto, por freguesia | Anexo | 12 |
| XIII - | Evolução do número de nados-vivos, óbitos e crescimento natural no agrupamento de Peso da Régua, por freguesia | Anexo | 13 |
| XIV - | Evolução do número de nados-vivos, óbitos e crescimento natural no agrupamento de Sta. Marta de Penaguião, por freguesia | Anexo | 14 |
| XV - | Evolução do número de nados-vivos, óbitos e crescimento natural no agrupamento de Vila Real, por freguesia | Anexo | 15 |
| XVI - | Evolução de crescimento natural e do saldo migratório entre 1950 e 1991, por freguesia | Anexo | 16 |
| XVII - | Saldo migratório no agrupamento de Amarante, por freguesia | Anexo | 17 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| XVIII - | Saldo migratório no agrupamento de Baião, por freguesia | Anexo | 20 |
| XIX - | Saldo migratório no agrupamento de Mesão Frio, por freguesia | Anexo | 22 |
| XX - | Saldo migratório no agrupamento de Mondim de Basto, por freguesia | Anexo | 23 |
| XXI - | Saldo migratório no agrupamento de Peso de Régua, por freguesia | Anexo | 24 |
| XXII - | Saldo migratório no agrupamento de Sta. Marta de Penaguião, por freguesia | Anexo | 25 |
| XXIII - | Saldo migratório no agrupamento de Vila Real, por freguesia | Anexo | 26 |
| XXIV - | Indicadores de fecundidade, por agrupamento | | 102 |
| XXV - | Comparação dos valores dos indicadores demográficos, por freguesia | Anexo | 27 |
| XXVI - | Taxa de fecundidade, por idade | Anexo | 28 |
| XXVII - | Evolução dos nados vivos no agrupamento de Amarante, no período de 1983 a 1995, por freguesia, segundo a idade das mães | Anexo | 29 |
| XXVIII - | Evolução dos nados vivos no agrupamento de Baião, no período de 1983 a 1995, por freguesia, segundo a idade das mães | Anexo | 32 |
| XXIX - | Evolução dos nados vivos no agrupamento de Mesão Frio, no período de 1983 a 1995, por freguesia, segundo a idade das mães | Anexo | 35 |
| XXX - | Evolução dos nados vivos no agrupamento de Mondim de Basto, no período de 1983 a 1995, por freguesia, segundo a idade das mães | Anexo | 36 |
| XXXI - | Evolução dos nados vivos no agrupamento de Peso do Régua, no período de 1983 a 1995, por freguesia, segundo a idade das mães | Anexo | 37 |
| XXXII - | Evolução dos nados vivos no agrupamento de Sta. Marta de Penaguião, no período de 1983 a 1995, por freguesia, segundo a idade das mães | Anexo | 38 |
| XXXIII - | Evolução dos nados vivos no agrupamento de Vila Real, no período de 1983 a 1995, por freguesia, segundo a idade das mães | Anexo | 39 |
| XXXIV - | Evolução da taxa bruta de mortalidade e taxa de mortalidade infantil, por agrupamento. | | 108 |
| XXXV- | Taxa de mortalidade por idade e índice sintético de mortalidade em 1991 | | 109 |
| XXXVI - | Taxa bruta de mortalidade e taxa de mortalidade infantil | Anexo | 40 |
| XXXVII - | Taxa de mortalidade por idade e índice sintético de mortalidade | Anexo | 41 |
| XXXVIII - | Evolução do quociente de mortalidade até aos 19 anos no agrupamento de Amarante, por sexo | Anexo | 42 |
| XXXIX - | Óbitos ocorridos até 31-12-1996, segundo a geração e a idade no agrupamento de Amarante | Anexo | 43 |

XL - Evolução do quociente de mortalidade até aos 19 anos no agrupamento de Baião, por sexo — Anexo 44

XLI - Óbitos ocorridos até 31-12-1996, segundo a geração e a idade no agrupamento de Baião — Anexo 45

XLII - Evolução do quociente de mortalidade até aos 19 anos no Agrupamento de Mesão Frio, por sexo — Anexo 46

XLIII - Óbitos ocorridos até 31-12-1996, Segundo a geração e a idade no agrupamento de Mesão Frio — Anexo 47

XLIV - Evolução do quociente de mortalidade até aos 19 anos no agrupamento de Mondim de Basto, por sexo — Anexo 48

XLV - Óbitos ocorridos até 31-12-1996, Segundo a geração e a idade no agrupamento de Mondim de Basto — Anexo 49

XLVI - Evolução do quociente de mortalidade até aos 19 anos no agrupamento de Peso da Régua, por sexo — Anexo 50

XLVII - Óbitos ocorridos até 31-12-1996, Segundo a geração e a idade no agrupamento de Peso da Régua — Anexo 51

XLVIII - Evolução do quociente de mortalidade até aos 19 anos no agrupamento de Sta. Marta de Penaguião, por sexo — Anexo 52

XLIX - Óbitos ocorridos até 31-12-1996, Segundo a geração e a idade no agrupamento de Sta. Marta de Penaguião — Anexo 53

L - Evolução do quociente de mortalidade até aos 19 anos no agrupamento de Vila Real, por sexo — Anexo 54

LI - Óbitos ocorridos até 31-12-1996, Segundo a geração e a idade no agrupamento de Vila Real — Anexo 55

LII - Variação da população entre 1981 e 1991, segundo os grupos etários, por agrupamento — 117

LIII - Estrutura etária da população em 1981 e 1991, por freguesia — Anexo 56

LIV - Número de escolas do 1º ciclo em funcionamento no ano lectivo de 1996/97, segundo a dimensão da escola e o número de alunos — Anexo 57

LV - Evolução da população dos lugares com 10 ou mais fogos no agrupamento de Amarante — Anexo 58

LVI - Evolução da população dos lugares com 10 ou mais fogos no agrupamento de Baião — Anexo 62

LVII - Evolução da população dos lugares com 10 ou mais fogos no agrupamento de Marco de Canaveses — Anexo 68

LVIII - Evolução da população dos lugares com 10 ou mais fogos no agrupamento de Mesão Frio — Anexo 70

LIX - Evolução da população dos lugares com 10 ou mais fogos no agrupamento de Mondim de Basto Anexo 72

LX- Evolução da população dos lugares com 10 ou mais fogos no agrupamento de Peso da Régua Anexo 73

LXI - Evolução da população dos lugares com 10 ou mais fogos no agrupamento de Sta. Marta de Penaguião Anexo 75

LXII - Evolução da população dos lugares com 10 ou mais fogos no agrupamento de Vila Real Anexo 77

LXIII - Subsecções cartográficas e estatísticas Anexo 78

LXIV - Unidades estatísticas segundo a Base Geográfica de Referenciação Espacial Anexo 79

LXV - Subsecções segundo o número de fogos 152

LXVI - Densidade populacional em 1864, 1950 e 1991 na Serra do Marão, por freguesia Anexo 89

LXVII - Densidade populacional por subsecção, em 1991 Anexo 90

LXVIII - Número de unidades de povoamento segundo a sua dimensão 179

LXIX - População residente em 1991 Anexo 103

LXX - Unidades de povoamento segundo o nº de famílias residentes 187

LXXI - Nº de famílias por subsecção em 1991 Anexo 112

LXXII - Percentagem de reformados na Serra do Marão, em 1991 Anexo 120

LXXIII - Número de edifícios construídos entre 1981 e 1991 Anexo 128

LXXIV - Lugares que entre 1960 e 1991 não sofreram alterações territoriais significativas Anexo 137

## II Parte
## Das realidades da ocupação do solo aos processos estruturantes

LXXV - Evolução da estrutura da população activa 223

LXXVI - Estrutura da população activa em 1991, por freguesia Anexo 138

LXXVII - População activa ligada à agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca, em 1991 228

LXXVIII - População activa ligada à agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca, em 1991, por freguesia Anexo 139

LXXIX - População activa empregue noutras actividades da esfera agrícola 231

| | | | |
|---|---|---|---|
| LXXX - | População activa empregue noutras actividades da esfera agrícola em 1991, por freguesia | Anexo | 140 |
| LXXXI - | População que trabalha no sector secundário por agrupamentos de residência | | 235 |
| LXXXII - | População que trabalha no sector secundário em 1991, por freguesia | Anexo | 141 |
| LXXXIII - | População empregada segundo o tipo de indústria transformadora em 1991, por freguesia | Anexo | 142 |
| LXXXIV - | População activa empregue no sector terciário por ramo de actividade, segundo o agrupamento de residência | | 237 |
| LXXXV - | População activa empregue no sector terciário em 1991, por freguesia | Anexo | 143 |
| LXXXVI- | Volume de emprego segundo o local de residência da mão-de-obra, por agrupamento em 1981 e 1991 | | 242 |
| LXXXVII- | Estrutura do emprego em 1981, por concelho | | 243 |
| LXXXVIII- | Estrutura do emprego em 1991, por concelho | | 244 |
| LXXXIX- | Estrutura do emprego na indústria transformadora, em 1991, por concelho | | 246 |
| XC- | Fluxos intra-concelhios em 1981 | Anexo | 144 |
| XCI - | Fluxos intra-concelhios em 1991 | Anexo | 144 |
| XCII - | Local de trabalho ou de estudo por freguesia de residência | Anexo | 145 |
| XCIII - | Local de trabalho ou de estudo noutro concelho | Anexo | 146 |
| XCIV - | Relação entre a população residente em 1991 e a população agrícola de 1989, na Serra do Marão | | 266 |
| XCV - | Relação entre a população agrícola e a população total, por freguesia | Anexo | 162 |
| XCVI - | Estrutura etária dos produtores agrícolas | Anexo | 163 |
| XCVII - | Grau de instrução da população agrícola com 12 ou mais anos, em 1989, por freguesia | Anexo | 164 |
| XCVIII - | Grau de instrução dos produtores agrícolas em, por freguesia | Anexo | 165 |
| XCIX - | Qualificação profissional agrícola dos dirigentes das explorações em 1989, por freguesia | Anexo | 166 |
| C - | População agrícola familiar, segundo a actividade lucrativa exterior à exploração, em 1989, por freguesia | Anexo | 167 |
| CI - | Representatividade da agricultura a tempo parcial em 1989,por freguesia | Anexo | 171 |
| CII - | Representatividade da agricultura principal e de complemento, em 1989, por freguesia | Anexo | 175 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| CIII - | A Serra do Marão: altitudes segundo as freguesias | Anexo | 179 |
| CIV - | Importância das altitudes superiores a 1000 metros, por freguesia | | 294 |
| CV - | Orientação das vertentes, por freguesia | Anexo | 180 |
| CVI - | A Serra do Marão: declives segundo as freguesias | Anexo | 182 |
| CVII - | Intensidade dos condicionalismos físicos | Anexo | 183 |
| CVIII - | Ocupação do solo, por agrupamento | | 305 |
| CIX - | Classificação das freguesias em função do uso do solo, em 1994 | Anexo | 184 |
| CX - | Caracterização do lavradio, por freguesia | Anexo | 185 |
| CXI - | Caracterização do bravio, por freguesia | Anexo | 186 |
| CXII - | Utilização do solo em 1989 | Anexo | 187 |
| CXIII - | Número de explorações e superfície segundo a utilização, por agrupamento | | 329 |
| CXIV - | Número de explorações e superfície segundo a utilização, por freguesia | Anexo | 188 |
| CXV - | Número de explorações com vinha, por freguesia | Anexo | 189 |
| CXVI - | Número de explorações com oliveira, por freguesia | Anexo | 190 |
| CXVII - | Explorações com frutos frescos, por freguesia | Anexo | 191 |
| CXVIII - | Explorações com frutos secos, por freguesia | Anexo | 192 |
| CXIX - | Representatividade das culturas temporárias, em 1989, por agrupamento | | 343 |
| CXX - | Representatividade das culturas temporárias, em 1989, por freguesia | Anexo | 193 |
| CXXI - | Principais cereais cultivados na Serra do Marão, por agrupamento | | 345 |
| CXXII - | Evolução da criação de gado, na Serra do Marão, entre 1955 e 1989, por tipo de gado | | 353 |
| CXXIII - | Evolução do número de cabeças de gado bovino entre 1955 e 1989, por freguesia | Anexo | 195 |
| CXXIV - | Evolução do número de cabeças de gado ovino e caprino entre 1955 e 1989, por freguesia | Anexo | 200 |
| CXXV - | Evolução do número de cabeças de suínos, desde 1955 a 1989,por freguesia | Anexo | 205 |
| CXXVI - | Número de explorações segundo a sua dimensão em 1989, por agrupamento | | 369 |
| CXXVII - | Dimensão das explorações em 1989, por freguesia | Anexo | 210 |
| CXXVIII - | Forma de exploração segundo a SAU e o número de empresas agrícolas | | 372 |

CXXIX - Número de explorações e superfície ocupada segundo a forma de exploração, por freguesia — Anexo 211

CXXX - Número de explorações segundo o tipo, por freguesia — Anexo 212

CXXXI - Tempo de actividade na exploração dos trabalhadores agrícolas — Anexo 213

## III Parte
## As políticas de desenvolvimento nos espaços rurais

CXXXII - Baldios existentes na 1ª metade do século XX — 423

CXXXIII - Investimentos no âmbito do PEDAP, segundo o programa — 435

CXXXIV - PAMAF-Medida 1 ( Infra- estruturas) — 438

CXXXV - Melhoria das condições de transformação e comercialização dos produtos agrícolas e número de projectos aprovados segundo o investimento e o respectivo subsídio. — 440

CXXXVI - Produtos tradicionais de qualidade actualmente existentes na Serra do Marão — 442

CXXXVII - Natureza dos investimentos aprovados no âmbito do Reg (CEE) 797/85 e 2328/91, no período de Setembro de 1987 a Dezembro de 1995 — 444

CXXXVIII- Investimentos realizados em gado no âmbito do Reg (CEE)2328/91 entre Setembro de 1987 e Dezembro de 1995 — Anexo 214

CXXXIX - Investimentos realizados em plantações no âmbito do Reg. (CEE)2328/91 entre Setembro de 1987 e Dezembro de 1995 — Anexo 214

CXL - Número de pedidos animais, nas campanhas de 1996/97 — Anexo 215

CXLI - Número de pedidos animais, nas campanhas de 1997/98 — Anexo 216

CXLII - Indemnizações compensatórias pagas em 1997 e 1998 — Anexo 217

CXLIII - Programa Operacional da Reestruturação da Vinha (Janeiro de 1992 a Dezembro de 1996) — 448

CXLIV - Investimento realizado ao abrigo da medida 3 — Anexo 218

CXLV - Medida 4 - Ied, Formação, organização e divulgação e estudos estratégicos — 452

CXLVI - Medidas florestais na agricultura (Janeiro de 1994 a Dezembro de 1996) — 452

CXLVII - Medidas agro-ambientais (financiamento no ano de 1997) — 455

CXLVIII - Repartição do investimento elegível aprovado por concelho no âmbito do PRORN e PROTAD — 464

CXLIX - Perfil do investimento em cada concelho por tipologia intermédia — Anexo 219

CL - PRONORTE: Nº de projectos e investimentos por sub programa 467

CLI - Número de projectos e investimento aprovado nos Centros Rurais da Região Norte 470

CLII - Centro rural de Ribadouro: Investimentos previstos no Plano Global de Intervenção 472

CLIII - Projectos aprovados no âmbito do RIME 475

CLIV - Projectos SIR por concelho, aprovados em 12/10/98 477

CLV - Iniciativas locais de emprego 480

CLVI - Programa de criação do próprio emprego 480

CLVII- LEADER- montante de investimentos por medida e por GAL 483

CLVIII - Investimento aprovado em 31/12/97 no âmbito do LEADER II por áreas de intervenção do Programa de Inovação Rural, segundo o Grupo LEADER 487

CLIX - Turismo em espaço rural: resultado do inquérito realizado Anexo 220

# Índice de fotos


Pág.

## I Parte
## Dinâmica demográfica e sustentabilidade

Foto 1 O lugar de Vieiros (freg. Rebordelo, Amarante) surgiu em consequência da exploração mineira. As habitações ainda hoje são propriedade da companhia mineira (Março 1997). 72

Foto 2 Vale Abrigoso (freg. Campelo, Baião): dos antigos campos agrícolas já não restam sinais. (Janeiro, 1997). 73

Foto 3 Lugar de Telhada completamente abandonado em meados deste século- freg. Campeã, Vila Real- (Março, 1997). 74

Foto 4 Cidade de Peso da Régua (Março, 1999). 77

Foto 5 Mascoselo (Vila Cova) - O último aluno e o professor partiram e hoje buscam-se novas funcionalidades para o edifício (Fevereiro, 1997) 144

Foto 6 O lugar de Rua, freguesia de Aboadela -Amarante (1996). 159

Foto 7 O lugar de Cotorinho, freguesia de Campeã - Vila Real (Dezembro,1995). 161

Foto 8 O lugar de Veiga, freguesia da Cumieira – Sta. Marta de Penaguião (Junho, 1997) 161

Foto 9 Currais (Campelo-Baião): o último dos habitantes partiu em 1989 (Fevereiro, 1997) 162

Foto 10 A urbanização conquista novos espaços: vista de uma das frentes de expansão da cidade de Amarante (Março, 1999) 163

Foto 11 O povoamento na freguesia de Oliveira - Mesão Frio (Março, 1999) 167

Foto 12 O lugar de Póvoa, freguesia de Ansiães - Amarante (Dezembro, 1995). 168

Foto 13 O lugar de Murgido – Freg. de Candemil, Amarante - (Dezembro, 1995) 182

Foto 14 O povoamento na depressão da Campeã, Vila Real - (Dezembro, 1995) 182

Foto 15 Lugar de Concieiro, freguesia de Sever (Dezembro, 1995). 183

Foto 16 Povoamento na freguesia de Sedielos - Peso da Régua (Março, 1999). 184

Foto 17 O povoamento na freguesia de Barqueiros - Mesão Frio (Março, 1999). 184

Foto 18 Freguesia de Loureiro: a estrada vai orientando o crescimento dos núcleos de 185

povoamento – Peso da Régua (Março, 1999).

Foto 19 Serra da Aboboreira: núcleos de povoamento (1996). 186

Foto 20 Lugar de Montes – freguesia da Campeã, Vila Real, (Março, 1996). 193

Foto 21 O lugar de Penouços - freguesia de Aboadela concelho de Amarante surgiu nos anos setenta desprovido de qualquer ordenamento urbanístico (Dezembro, 1995). 194

Foto 22 Núcleo criado nos anos noventa (Olivais, freg. Ansiães, concelho de Amarante) devido à acessibilidade ao IP4 (Março, 1999) 197

Foto 23 A casa do Mineiro é uma unidade de turismo rural, que resultou da remodelação de um edifício do bairro dos mineiros, na depressão da Campeã -Vila Real (Março, 1997). 200

Foto 24 No lugar de Vila Nova (Campeã – Vila Real), ao lado da casa de família também ela de uso sazonal, foi construída nos anos oitenta esta habitação utilizada de uma forma muito esporádica pelos proprietários que possuem em Aboadela (Amarante) uma unidade de turismo em espaço rural 200

Foto 25 No lugar de Ervins (S. João de Ovil) de um antigo casebre recebido por herança os actuais proprietários construíram uma habitação de uso sazonal que ocupam com frequência pois já saíram da vida activa. 202

Foto 26 Casa de Crespelos (Gondar – Amarante). Os proprietários (ela professora do ensino secundário e ele trabalhador especializado numa indústria de calçado alemã) residem na área metropolitana do Porto. 202

Foto 27 Lugar de Antas , freguesia de Paradança – Mondim de Basto (Março, 1999). 209

Foto 28 Em Currais (Campelo) já não vive ninguém, mas os campos continuam a ser agricultados (Fevereiro, 1997) 215

## II Parte
## Das realidades da ocupação do solo aos processos estruturantes

Foto 29 *Coorcop* – dedicou-se à extracção de calcário da era primária para correcção de solos. Foi desactivada no fim dos anos oitenta - Campanhó, Mondim de Basto- (Fevereiro, 1996). 233

Foto 30 *Vicominas* – símbolo da intensa actividade extractiva que explorou a Serra - Depressão da Campeã, Vila Real - (Março, 1997). 234

Foto 31 Ponte da Ermida (Março, 1999). 263

Foto 32 Lugar de Relvas (freguesia de Parada de Cunhos- Vila Real): diversificação de usos do solo ( Junho, 1996). 288

Foto 33 Depressão de Aboadela (Amarante): as características morfológicas são favoráveis à prática da agricultura. A vinha em enforcado limita as parcelas agrícolas (Dezembro, 1995). 290

Foto 34 A depressão de Ovil - Baião (Março,1999) 290

Foto 35 A vila de Baião (Novembro, 1998). 291

Foto 36 Socalcos de reduzidas dimensões na freguesia de Carneiro - Amarante (Junho, 1996). 300

Foto 37 Ocupação das vertentes na ribeira de Murgido, nas proximidades do lugar de Granja- Candemil, Amarante (Dezembro, 1995). 300

Foto 38 Vale do rio Fornelo: vinha em latada, ocupação do solo numa vertente (Junho, 1996). 311

Foto 39 A área de vinha contínua na freguesia de Gondar - Amarante (Outubro, 1995). 312

Foto 40 Socalcos com vinha em Sta Marinha do Zêzere - Baião ( (Março,1999). 312

Foto 41 A cultura da vinha, nas proximidades de Fontes - Sta. Marta de Penaguião (Junho, 1995). 313

Foto 42 Coexistem vários tipos de armação da vinha - freguesia de Oliveira- Mesão Frio (Março de 1999). 314

Foto 43 Culturas temporárias no vale do rio Aguilhão - Sever, Sta. Marta de Penaguião (Julho, 1996). 314

Foto 44 Soutos nas vertentes do Marão que rodeiam a depressão da Campeã ( Março , 1999). 315

Foto 45 Os eucaliptos também estão presentes nas proximidades de Tijão - Campanhó, Mondim de Basto (Março 1999). 316

Foto 46 A vegetação rasteira que ocupa muitas das vertentes da Serra do Marão serve de alimento ao gado caprino (Março 1997). 317

Foto 47 Exploração de resina na área de Mondim de Basto (Março, 1998). 318

Foto 48 Sobreiros e pinheiros mansos no vale do Douro - freguesia de Frende, Baião (Setembro, 1996). 319

Foto 49 No vale da ribeira de Raimonde em Mesão Frio surgem pequenas manchas florestais inseridas nas áreas de vinha ( Março, 1999). 320

Foto 50 S. Gonçalo (freguesia de Loureiro-Peso da Régua): também na área do Douro encontra-se antigas parcelas de vinha que foram abandonadas (Março de 1997). 325

Foto 51 Freguesia de S. João de Ovil (Baião): o novo proprietário deixa os terrenos sem qualquer utilização, nem permite que os rebanhos da aldeia aí pastem (Fevereiro, 1999). 326

Foto 52 Freguesia de Carneiro (Amarante): abandono dos campos de acesso mais difícil (Março, 1999). 327

Foto 53 Parque Natural do Alvão (área agrícola de Barreiro- freg. de Ermelo, Mondim de Basto): estas parcelas deixaram de ser agricultadas e transformaram-se em pastagens (Março, 1997). 331

Foto 54 Parcela de vinha na freguesia de Cidadelhe (Mesão Frio) em que se adoptou a técnica de plantio de vinha segundo os declives e onde foi necessário diminuir o impacto da erosão do solo (Fevereiro, 1999). 337

Foto 55 A oliveira a delimitar propriedades na depressão de Peso da Régua (Março, 1999). 339

Foto 56 Na freguesia de Cumieira - Sta. Marta de Penaguião- surgem pequenos olivais (Junho, 1995). 339

Foto 57 Um pequeno pomar na freguesia de Sedielos - Peso da Régua- (Março, 1999) 340

Foto 58 Um souto recente em Aldarete - freguesia de Sedielos -Peso da Régua- (Fevereiro, 1999). 341

Foto 59 Estufas em Soalhães (Marco de Canaveses): as culturas sob-coberto têm uma importância crescente (Março, 1999). 348

Foto 60 Estufas em Sedielos- Peso da Régua (Maio, 1997). 348

Foto 61 Em Almofrela, Serra da Aboboreira: gado regressa ao curral (Janeiro, 1997) 350

Foto 62 Freguesia de Carneiro: Marca de uma paisagem "tradicional" nos tempos de hoje (Março,1999). 352

Foto 63 Parque Natural do Alvão: na freguesia de Ermelo o gado maronês pasta numa várzea do vale do rio Olo (Março, 1997). 355

Foto 64 Rebanho na aldeia da Aboboreira (freguesia de Folhada- Marco de Canaveses): produzem-se queijos frescos que são vendidos no mercado municipal de Marco de Canaveses (Março, 1997) 363

Foto 65 A pocilga da Várzea (Amarante): a criação intensiva de gado suíno tem impactes negativos sobre o ambiente ( Março, 1999 ) 364

## III Parte
## As políticas de desenvolvimento nos espaços rurais

Foto 66 Por vezes os projectos apoiados têm curta duração - freguesia de Valadares, Baião (Março, 1997) 438

## IV Parte
## Contributo para o desenvolvimento rural da Serra do Marão

Foto 67 A implantação em Aboadela da E. B. 2.3 do Marão tem tido reflexos na construção de edifícios e no surgimento de serviços (Março, 1999). 524

Foto 68 Diversificam-se as especializações das explorações mas a vinha é uma das grandes opções - Várzea, Amarante (Março, 1999). 540

Foto 69 Ano após ano aumenta a extensão de parcelas com vinha contínua - freguesia de Gestaçô, concelho de Baião- (Março, 1999). 541

Foto 70 Aldeia de Barreiro (Parque Natural do Alvão). Preservar tem de se traduzir em melhoria das condições de vida da população ( Março, 1997). 547

Foto 71 Covelo do Monte (freguesia de Aboadela - Amarante) está considerado como área de valor patrimonial, rodeado por baldios. 548

Foto 72 Criação de cavalos nas proximidade de Paradança - Mondim de Basto- (Março, 1999). 553

Foto 73 Fisgas de Ermelo (Março, 1999). 554

Foto 74 Conjunto de moinhos num pequeno ribeiro junto à aldeia de Ermida - freguesia de Valadares, Baião. Apenas um deles está em funcionamento. (Março, 1997). 556

# Índice Geral


| | Pág. |
|---|---|
| **Prefácio** | i |
| **Introdução** | 1 |
| **1 - Os espaços rurais em busca de uma nova identidade** | 3 |
| **2 - A Serra do Marão: um espaço, um tema em questão** | 21 |
| 2.1 - Apresentação da temática e delimitação da área de estudo | 21 |
| 2.2 - Aspectos metodológicos | 44 |
| **I Parte - Dinâmica demográfica e sustentabilidade** | 61 |
| **Capítulo 1 - Dinâmica populacional e intensidade dos fenómenos demográficos** | 63 |
| 1.1 - A *expansão* populacional até 1950 | 64 |
| 1.2 - Entre o despovoamento e a urbanização | 75 |
| 1.2.1 - Evolução populacional no período 1950 a 1991 | 75 |
| 1.2.2 - Perda de vitalidade demográfica: a tendencia e os contrastes territoriais (1950-1995) | 85 |
| 1.3 - A fecundidade e a mortalidade na segunda metade do século XX | 100 |
| 1.3.1 - A fecundidade | 100 |
| 1.3.2 - A mortalidade | 107 |

Pág.

1.4 - O envelhecimento: um processo irreversível? 114

**Capítulo 2 - O povoamento na Serra do Marão** 147

2.1 - A Base Geográfica de Referenciação Espacial: implicações na análise do território 148

2.2 - Dos vazios às concentrações populacionais 176

2.2.1 - Dimensão das unidades de povoamento 179
2.2.2 - Estrutura etária nas unidades de povoamento 187

2.3 - O povoamento *versus* despovoamento: que (des)equilíbrio? 195

2.3.1 - Das limitações da abordagem global 195
2.3.2 - Conclusões de uma abordagem restritiva 206

**II Parte - Das realidades da ocupação do solo aos processos estruturantes** 219

**Capítulo 1 - A agricultura e ruralidade: que equilibrio?** 221

1.1 - Estrutura da população activa e mobilidade espacial 222

1.1.1 - A especialização económica: contrastes territoriais 222
1.1.2 - Mobilidade da população e dependência do espaço exterior 241

1.2 - A população agrícola entre a exclusividade e a dependência exterior 265

1.2.1 - O peso da população agrícola: realidades e consequências 265
1.2.2 - A pluriactividade e a dependência económica exterior 275

Pág.

**Capítulo 2 - O sector agrícola: da paisagem às dinâmicas** 287

2.1 - A paisagem: fragmentação dos usos 288

2.1.1 - A heterogeneidade física da Serra do Marão 288
2.1.2 - A ocupação do solo 304

2.2 - O sector agro-pecuário entre o tradicionalismo e a modernidade 324

2.2.1 - A diversificação espacial da produção agrícola 327
2.2.1.1- Culturas permanentes 333
2.2.1.2- Culturas temporárias 342
2.2.1.3- A componente pecuária 349
2.2.2 - A estrutura agrária: dos condicionalismos fundiários aos estrangulamentos da comercialização 369

**III Parte – As políticas de desenvolvimento nos espaços rurais** 381

**Capítulo 1 - O desenvolvimento rural na União Europeia** 383

1.1 - Da política de estruturas ao desenvolvimento rural durável 384

1.2 - A política socio-estrutural em vigor e o meio rural 398

1.3 - Os programas de iniciativa comunitária 411

**Capítulo 2 - A Serra do Marão e a política de desenvolvimento rural** 419

2.1 - Da florestação dos baldios ao Acto de Adesão 420

2.2 - A PAC: reflexos no ordenamento rural 428

2.3 - A política regional e o desenvolvimento rural 462

2.4 – A iniciativa comunitária LEADER 481

**IV Parte – Contributo para o desenvolvimento rural da Serra do Marão** 495

**Capítulo 1 - Novas funcionalidades no espaço rural: fundamentos teóricos** 492

1.1 - Desenvolvimento rural: questões essenciais 496

1.2 - Espaço rural: novos desafios, novas funcionalidades 509

**Capítulo 2 – A Serra do Marão: um espaço vários futuros** 525

2.1 - Pressupostos gerais 418

2.2 - A Serra do Marão em busca de um futuro sustentável 534

**Conclusão** 555

**Bibliografia** 567

**Índice de Figuras** 599

**Índice de Quadros** 605

**Índice de Fotos** 613

**Índice Geral** 619